



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2138

Terça-feira - 06 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Guarujá do Sul.....	159	Planalto Alegre.....	342
Anchieta.....	4	Herval d'Oeste.....	160	Pomerode.....	344
Antônio Carlos.....	5	Ilhota.....	163	Ponte Serrada.....	349
Arroio Trinta.....	6	Imarui.....	164	Porto Belo.....	350
Ascurra.....	8	Imbituba.....	169	Porto União.....	353
Atalanta.....	12	Indaial.....	176	Presidente Nereu.....	369
Balneário Piçarras.....	15	Ipumirim.....	177	Princesa.....	385
Balneário Rincão.....	16	Irineópolis.....	178	Rio das Antas.....	389
Barra Bonita.....	17	Itá.....	180	Rio dos Cedros.....	398
Benedito Novo.....	19	Itapiranga.....	181	Rio do Sul.....	390
Biguaçu.....	20	Itapoá.....	183	Rio Fortuna.....	431
Blumenau.....	21	Ituporanga.....	186	Romelândia.....	432
Bom Jesus do Oeste.....	36	Jacinto Machado.....	188	Santa Rosa do Sul.....	443
Bom Retiro.....	37	Jaraguá do Sul.....	191	Santa Terezinha do Progresso.....	444
Botuvera.....	44	Joaçaba.....	212	Santiago do Sul.....	445
Braço do Trombudo.....	48	Lages.....	219	São Bento do Sul.....	447
Brusque.....	49	Laguna.....	220	São Carlos.....	519
Caçador.....	66	Lauro Muller.....	223	São Domingos.....	520
Camboriú.....	70	Lebon Regis.....	224	São João do Oeste.....	528
Campo Alegre.....	71	Leoberto Leal.....	225	São Joaquim.....	529
Campo Erê.....	91	Lindóia do Sul.....	242	São José.....	530
Campos Novos.....	92	Luzerna.....	246	São Lourenço do Oeste.....	571
Canelinha.....	96	Mafra.....	252	São Miguel da Boa Vista.....	572
Canoinhas.....	97	Maracajá.....	254	São Pedro de Alcântara.....	573
Capinzal.....	110	Maravilha.....	255	Schroeder.....	574
Catanduvas.....	111	Massaranduba.....	256	Seara.....	634
Caxambu do Sul.....	112	Meleiro.....	265	Serra Alta.....	635
Chapadão do Lageado.....	113	Modelo.....	269	Siderópolis.....	637
Chapecó.....	115	Mondaí.....	272	Sombrio.....	639
Cocal do Sul.....	116	Monte Carlo.....	273	Sul Brasil.....	640
Concórdia.....	117	Morro da Fumaça.....	274	Tigrinhos.....	641
Cordilheira Alta.....	118	Navegantes.....	275	Timbó.....	654
Corupá.....	120	Nova Trento.....	294	Três Barras.....	657
Curitibanos.....	121	Novo Horizonte.....	311	Treze Tilias.....	663
Doutor Pedrinho.....	122	Orleans.....	314	Tunápolis.....	666
Ermo.....	132	Ouro.....	317	Turvo.....	667
Faxinal dos Guedes.....	134	Palhoça.....	318	União do Oeste.....	668
Flor do Sertão.....	135	Palma Sola.....	322	Vargeão.....	670
Forquilha.....	136	Palmitos.....	323	Videira.....	671
Fraiburgo.....	140	Papanduva.....	325	Vitor Meireles.....	683
Garopaba.....	148	Passos Maia.....	329	Xanxerê.....	684
Gaspar.....	150	Paulo Lopes.....	336	Xavantina.....	685
Grão Pará.....	154	Penha.....	337		
Guaramirim.....	157	Pinheiro Preto.....	341		

Associações

AMERIOS.....	686	AMUREL.....	689
--------------	-----	-------------	-----



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2138

Terça-feira - 06 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

CIGA	690	CIS-AMAVI.....	701	CIS/AMURES.....	703
CIMCATARINA.....	691	CIS/AMUREL.....	702	CIS/AMERIOS	704

Editais de Notificação

Doutor Pedrinho.....	708
Eral Velho	714
Forquilha.....	720
Fraiburgo.....	754
Guarujá do Sul.....	761
Itapiranga.....	776
Morro da Fumaça	777
São João do Oeste	810
Timbé do Sul	813
Tunápolis.....	831

Água Doce

PREFEITURA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº3/2016 FMS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2016

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 3/2016, para contratação de empresa para execução de remanescente de obra - construção de UBS no Assentamento Olaria, com recursos do Programa de Requalificação de UBS do Ministério da Saúde, que entre si celebram de um lado o Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 11.430.533/0001-20, neste ato representado pela seu Gestor Sr. Orlando Fávero, brasileiro, casado, inscrita no CPF nº 400.955.259-04, e a empresa Construtora Don Juan Ltda ME, estabelecida na Rua Severino Fuga, 140 – Vial Pedrini – Joaçaba – SC, CNPJ n. 14.748.098/0001-74, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Juan Boneli da Silva, brasileiro, portador do CPF n. 006.773.749-84, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 31/12/2016

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 02 de dezembro de 2016

ORLANDO FÁVERO
Gestora do FMS
Contratante

JUAN BONELLI DA SILVA
Construtora Don Juan Ltda ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº. 179/2016, de 29 de Novembro de 2016

DECRETO Nº. 179/2016, de 29 de Novembro de 2016

Decreta Luto Oficial e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos constitucionais e legais;

CONSIDERANDO o terrível acidente aéreo ocorrido com a Delegação da Associação Chapecoense de Futebol em viagem até a cidade de Medellín na Colômbia, que vitimou alguns de seus integrantes, sendo eles atletas, dirigentes, imprensa e convidados; COSIDERANDO a comoção pública vivida na cidade de Chapecó pelo ocorrido;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial de 03 (três) dias, no âmbito do Município de Anchieta em virtude do passamento de integrantes da delegação da Associação Chapecoense de Futebol, sendo eles atletas, dirigentes, imprensa e convidados.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 29 de Novembro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 29 de novembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 180/2016, de 29 de novembro de 2016.

DECRETO Nº. 180/2016, de 29 de novembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO DESDOBRAMENTO PARA FINS DE DIVISÃO AMIGÁVEL DO LOTE URBANO Nº 257-C, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto de desdobramento para fins de divisão amigável do lote urbano nº 257-C com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 054/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 054/2016, o desdobramento para fins de a divisão amigável do lote urbano nº 257-C com a área total atual de 420,00 m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), para ser dividido em duas áreas, conforme descritos abaixo:

SITUAÇÃO ATUAL DA MATRÍCULA 4.029: Lote Urbano nº 257-C, com área total de 420,00 m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), sem edificações, sito a Servidão Projetada, Atual Servidão

Egon Henrique Suffredini, de propriedade das Senhoras Dina Marcia Pavan e Noelí Boettcher, com as seguintes confrontações:

NORTE: 21,00 metros, com o lote urbano nº 257-D, por linha seca;
SUL: 21,00 metros, com o lote urbano nº 257-B, por linha seca;
LESTE: 20,00 metros, com parte do lote urbano nº 256, por linha seca;
OESTE: 20,00 metros, com a Servidão Projetada, Atual Servidão Egon Henrique Suffredini.

DESDOBRAMENTOS:

ÁREA 01: Parte do Lote Urbano nº 257-C, denominado de Lote Urbano 257-C1, com área total de 210,00 m² (duzentos e dez metros quadrados), sem edificações, sito a Servidão Projetada, Atual Servidão Egon Henrique Suffredini, de propriedade da Senhora Noelí Boettcher, CPF: 004 705 089 65, RG 13/R-2.946.511-SSP/SC brasileira, separada judicialmente, doméstica, residente na Avenida dos Buzios, 3187 Aptº 01, Jurere Iternacional – Ilha dos Cocais, Florianópolis/SC, neste procedimento representada pela Senhora Dina Maria Pavan, CPF: 021 992 369 86, RG 13/C 3.667.518-SSP/SC, com as seguintes confrontações:

NORTE: 21,00 metros, com o lote urbano nº 257-D, por linha seca;
SUL: 21,00 metros, com o lote urbano nº 257-B, por linha seca;
LESTE: 10,00 metros, com parte do lote urbano nº 256, por linha seca;
OESTE: 10,00 metros, com a Servidão Projetada, Atual Servidão Egon Henrique Suffredini.

ÁREA 02: Parte do Lote Urbano nº 257-C, denominado de Lote Urbano 257-C2, com área total de 210,00 m² (duzentos e dez metros quadrados), sem edificações, sito a Servidão Projetada, Atual Servidão Egon Henrique Suffredini, de propriedade da Senhora, Dina Maria Pavan, CPF: 021 992 369 86, RG 13/C 3.667.518-SSP/SC, brasileira, solteira, maior, professora, residente a domiciliada na Rua Assis Brasil, s/n com as seguintes confrontações:

NORTE: 21,00 metros, com o lote urbano nº 257-D, por linha seca;
SUL: 21,00 metros, com o lote urbano nº 257-B, por linha seca;
LESTE: 10,00 metros, com parte do lote urbano nº 256, por linha seca;
OESTE: 10,00 metros, com a Servidão Projetada, Atual Servidão Egon Henrique Suffredini.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 29 de novembro de 2016.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 29 de novembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 153/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 153/2016; Origem: Processo de Licitação nº 76/2016 – Carta Convite nº 08/2016. Contratante: Município de Antônio Carlos; Contratada: PRINT SERVICE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA – ME. Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de impressão de livros para o Projeto Pequenos Escritores, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 4.152,20 (Quatro mil, cento e cinquenta e dois reais e vinte centavos). Prazo: 05 de dezembro de 2016 – 05 de janeiro de 2017.

Antônio Carlos, 05 de dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 426/2016

PORTARIA Nº 426/2016.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora MARIZE TEREZINHA PRIM MULLER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 20H, a partir de 02 de janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 27/01/2014 a 26/01/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de dezembro de 2016.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0050/2016 - NITROSEMEN PROD. AGROP. LTDA

CONTRATO Nº 0050/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE NITROGÊNIO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA NITROSEMEN – PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a EMPRESA NITROSEMEN – PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 85.093.524/0001-27, com sede à Avenida Senador Salgado Filho 3846 – Bairro Uberaba – Curitiba - PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor SANDRO HENRIQUE BORELLA, brasileiro, portadora do CPF nº 164.023.768-25, Carteira de Identidade nº 22.237.908 e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0051/2016, Pregão nº 0020/2016, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – A contratada se obriga a fornecer o nitrogênio líquido refrigerado, conforme Pregão nº 0020/2016, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
5	Nitrogênio líquido refrigerado, média de 125 litros/mês. Nitrovet	L	1.500	2,39	3.585,00
Total					3.585,00

Cláusula Segunda – O objeto deste contrato será fornecido na Secretaria Municipal da Agricultura, prédio da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na pessoa do Diretor Municipal da agricultura Senhor Marciano Biava, para conferência do item que está sendo entregue, juntamente com o Controlador Interno, podendo a administração rejeitá-los no todo ou em parte, sem custos adicionais à Prefeitura.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$ 3.585,00 (TRÊS MIL QUINHENTOS E OITENTA E CINCO REAIS), com base nos preços apresentados na licitação. O pagamento e a entrega serão conforme entrega do produto requisitado pela Secretaria da Agricultura.

§ 1º - O reajuste será anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em caso de extinção deste, será utilizado o que vier a substituí-lo.

§ 2º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após um ano de efetivo Contrato.

Cláusula Quarta – A entrega do sêmen deverá ser efetuada em duas etapas: 50% das quantidades de cada item em até 10(dez) dias após a emissão da autorização de fornecimento (pré-empenho) e 50% restantes na data aproximada de 07 de novembro de 2016 e no que se refere ao nitrogênio líquido refrigerado, a entrega deverá ser numa média de 125 litros/mês.

Parágrafo único: O prazo de vigência do presente contrato é até 31 de dezembro de 2016 e poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2016, conforme segue:

25 - 1 . 2003 . 20 . 608 . 20 . 2.40 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

§ 1º – O pagamento será feito por transferência bancária, em até 5 (cinco) dias após a entrega do item licitado, mediante nota fiscal, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

Cláusula Sexta – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento das doses de sêmen de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – A Contratada assume com exclusividade seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento do nitrogênio líquido refrigerado, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
CNPJ nº 85.093.524/0001-27
SANDRO HENRIQUE BORELLA
CONTRATADA

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2892, de 16/11/2016

DECRETO Nº 2892, de 16 de Novembro de 2016.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 90.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: (90.000,00)	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: (90.000,00)	

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 16 de Novembro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em 16 de novembro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2893, de 16/11/2016

DECRETO Nº 2893, 16 de Novembro de 2016.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 17.300,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1008	REURBANIZAÇÃO URBANA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016401	Transf.Convênio -Estado/Outros
Valor: (17.300,00)	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em 16 de novembro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em 16 de novembro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2894, de 16/11/2016

DECRETO Nº 2894, 16 de Novembro de 2016.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 55.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTEÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Receitas de Impostos - Saúde
Valor: (55.000,00)	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTEÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010200	Receitas de Impostos - Saúde
Valor: (55.000,00)	

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em 16 de novembro de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em 16 de novembro de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2895, de 18/11/2016

DECRETO Nº 2895, de 18 de Novembro de 2016.
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 6.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2007	MANUTENÇÃO CONVENIO DE TRANSITO
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
00011200	Convênio de Trânsito Prefeitura
	Valor: (6.000,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em 18 de novembro de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em 18 de novembro de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2896, de 18/11/2016

DECRETO Nº 2896, de 18 de Novembro de 2016.
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar Por Excesso de Arrecadação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 12.200,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE

05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013806	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ
	Valor: (12.200,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em 18 de novembro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em 18 de novembro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 058/2016

DECRETO Nº 058/2016.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1478 de 25 de agosto de 2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 345.000,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
 04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 27.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas
 R\$ 55.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
 06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
 26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 35.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 3.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
 3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
 R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 – Transferências do Fundeb 60% no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais); e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.122.0007.2.003 – Manutenção da Administração Geral
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 04.123.0019.2.009 – Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 23.691.0028.2.011 – Promoção de Comércio e Serviços
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 20.606.0031.2.012 – Mecanização Agrícola
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 06.182.0039.2.046 – Manutenção da Defesa Civil
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Luc R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 27.812.0058.1.004 – Construção e Reformas de Dependências Esportivas
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 17.000,00
 12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 12.366.0052.2.024 – Educação de Jovens e Adultos
 3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 29 de novembro de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 059/2016

DECRETO Nº 059/2016.

“Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1478 de 25 de agosto de 2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 217.000,00 (Duzentos e dezessete mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 27.000,00
28.123.0016.2.008 – Pagamento de Inativos e Pensionistas
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 90.000,00
12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
27.812.0058.1.004 – Construção e Reformas de Dependências Esportivas
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
12.361.0046.2.017 – Manutenção da Capacitação Educacional
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00
12.361.0049.2.019 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
12.366.0052.2.024 – Educação de Jovens e Adultos
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00
27.812.0058.2.026 – Manutenção do Desporto Amador
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
16.482.0064.1.008 – Construção de Unidades Habitacionais
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
18.541.0085.2.035 – Preservação e Conservação Ambiental
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00
23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 9.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0100.2.041 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica
3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de novembro de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 060/2016

DECRETO Nº 060/2016.

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1449 de 19 de novembro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de novembro de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 111/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 236, parágrafo 1 e 2 da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença especial a gestante a Servidora FRANCIELE PE-REIRA SCHMOEGEL, a partir da data de 04 de novembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
30 de novembro de 2016
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 22/2016PMBP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2016- PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/PMBP

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para serviços de segurança desarmada, para eventos a serem realizados pela Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Cultura, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA Total do Fornecedor:R\$44.899,20

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, vigorando até o dia 27 novembro de 2017.

Balneário Piçarras(SC), 28 de novembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

ATA PREGÃO 23/2016PMBP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2016- PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 - PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2016-PMBP

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para locação de banheiros químicos e locação, montagem e desmontagem de arquibancadas e tendas para eventos a serem realizados pelo Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Cultura, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO EPP Total do Fornecedor: R\$94.600,00

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, Vigorando até o dia 29 de novembro de 2017.

Balneário Piçarras(SC), 30 de novembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO/GP/Nº 461/2016

DECRETO/GP/Nº 461/2016

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DEFESA CIVIL, DO GRUPO DE EMERGÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 121/2014, ficam substituídos os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Balneário Rincão:

I – Câmara Municipal de Vereadores:

a) Presidente: Mauri Joventino Viana;

II – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Titular: Renata Corneo Zaccaron

b) Suplente: Joseane Machado Brasil

III – Representantes da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos:

a) Suplente: Jorge Souza de Carvalho

IV – Representantes da Secretaria de Assistência Social:

a) Suplente: Rosângela Bittencourt

Art. 2º - Fica ainda, nos termos do parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Municipal nº 121/2014, nomeado o servidor Paulo Henrique Moliner Amboni, para ocupar a função de Chefe do Grupo de Emergência.

Parágrafo único: A gratificação de que trata o artigo 9º, parágrafo 4º, inciso IV, da Lei Municipal nº 121/2014, fica suspensa, nos termos do artigo 73, inciso V da Lei Federal nº 9.504/97.

Art. 3º - As referidas substituições se fazem necessárias em virtude do desligamento de servidores, bem como alteração na Presidência da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4º - Permanecem inalteradas as demais disposições dos Decretos 265, de 30 de abril de 2015 e 367, de 05 de janeiro de 2016.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão (SC), 02 de dezembro de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 02 de dezembro de 2016.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - AM TRANSPORTES

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 022/PMBR/2015. OBJETO: O ACRESCIMO DE SERVIÇOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Antoniel Borges França.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - TROPICAL TRANSPORTES

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 053/PMBR/2015. OBJETO: O ACRESCIMO DE SERVIÇOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Daltenor Nascimento Junior.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - AM TRANSPORTES.051

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 051/PMBR/2015. OBJETO: O ACRESCIMO DE SERVIÇOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Antoniel Borges França.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - IÇARENSE

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 021/PMBR/2015. OBJETO: O ACRESCIMO DE SERVIÇOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - IÇARENSE.052

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 052/PMBR/2015. OBJETO: O ACRESCIMO DE SERVIÇOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi.

Barra Bonita**PREFEITURA****CONTRATO Nº69/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 69/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: REUS CONSTRUÇÕES LTDA - ME

OBJETO: Reforma do telhado do prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Convite,

VALOR: R\$ 13.482,12 (treze mil quatrocentos e oitenta e dois reais com doze centavos).

VIGÊNCIA: 05/12/2016 a 31/12/2016.

ASSINATURA: 05/12/2016.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 14/2016, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 05 de DEZEMBRO de 2016.

AURÉLIA TEREZEINHA BOFF DOS SANTOS
Gestora FMAS

CONTRATO Nº70/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 70/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: REUS CONSTRUÇÕES LTDA - ME

OBJETO: Execução de Acessibilidade nas Esquinas do perímetro urbano da cidade, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Convite.,

VALOR: R\$ 12.203,79((doze mil duzentos e três reais e setenta e nove centavos)).

VIGÊNCIA: 05/12/2016 a 31/12/2016.

ASSINATURA: 05/12/2016.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 59/2016, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 05 de DEZEMBRO de 2016.

AURÉLIA TEREZEINHA BOFF DOS SANTOS
Gestora FMAS

**PORTARIA N.º 334 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.
"DISPENSA SERVIDOR TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA N.º 334 de 02 de dezembro de 2016.

"Dispensa servidor temporário e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado

Resolve;

Art. 1º - Dispensar o servidor, Deivid Dassi, ocupante do Cargo de Instrutor de Informática, do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 10 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de dezembro de 2016.

Darci Joao Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 331, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.
"CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº 331, de 02 de dezembro de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2,0 (duas) diárias ao Senhor Maximino da Silva dias, Matrícula nº 177203, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº078/2016 e Roteiro de Viagem nº036/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº077/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2016.

Darci Joao Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 332, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.
"CONCEDE DIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 332, de 02 de dezembro de 2016.

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária a servidora Sirley Maria Trevisan, matrícula nº19903, ocupante do cargo de Professor, no valor de R\$60,50 (sessenta reais e cinquenta centavos), para viagem a cidade de São Carlos – SC, conforme memorando nº11/2016 e roteiro de viagem nº11/2016 da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 333, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.
"CONCEDE DIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 333, de 02 de dezembro de 2016.

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária a servidora Sirley Castamann, matrícula nº12670-1, ocupante do cargo de Professor, no valor de R\$60,50 (sessenta reais e cinquenta centavos), para viagem a cidade de São Carlos – SC, conforme memorando nº12/2016 e roteiro de viagem nº12/2016 da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

TERMO ADITIVO CONTRATO 21/2015

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE CONTRATO Nº021/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Contratação de empresa para pavimentação asfáltica em C.B.U.Q no trechos da Rua Itamarati, Duvidor e Três de Maio, e pavimentação de passeio público em piso intertravado de concreto (tipo paver), trechos da Rua Itamarati, Duvidor e Três de Maio, conforme projeto e memorial anexo

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. DARCI JOÃO FRIZON, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa E. J.F Empreendimentos Ltda, com sede na Rua XV de Novembro nº110, centro, São Miguel do Oeste/SC, CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º08.588.912/0001-38, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 021/2015, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quarta – Do Valor do Contrato nº021/2015, sendo suprimido o valor de R\$1.649,94 (um mil, seicentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos) passando a vigorar o valor total de R\$254.417,14 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dezessete reais e quatorze centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº21/2015 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 01 de dezembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal
Contratante

E.J.F Empreendimentos Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS :

Nome: Emerson Filimberti
CPF nº 933.942.849-87

Nome: Rafael Favretto
CPF nº 008.080.889-12

Visto: _____
MOACIR JOAO HANTT
OAB: 27.542

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE CREDENCIAMENTO - Nº 70/2016

ATA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2016.

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação/Credenciamento - 70/2016.

DATA: 05/12/2016 - HORA DE INÍCIO: 16:00 horas.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AQUI DENOMINADAS "AGENTE ARRECADADOR", PARA QUE EM NOME E POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, PROCEDAM A ARRECADAÇÃO E O RECEBIMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E QUAISQUER OUTRAS RECEITAS QUE FOREM DEVIDAS AO MUNICÍPIO, POR QUAISQUER CONTRIBUINTES, INCLUSIVE OS CRÉDITOS DECORRENTES DA DÍVIDA ATIVA

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2016, para a abertura do envelope de habilitação e qualificação técnica referente ao Processo Licitatório na modalidade de Inexigibilidade/Credenciamento nº 70/2016, protocolado pelo interessado BANCO BRADESCO S.A na data de 05/12/2016 sob o número de protocolo 843.

Na sequência abriu-se o envelope de habilitação, sendo os documentos nele contidos conferidos e rubricados pelos membros da Comissão de Licitações. Da análise dos documentos verificou-se que os mesmos atendem ao exigido no edital, ficando, portanto, o interessado considerado habilitado.

Posteriormente abriu-se o envelope de qualificação técnica contendo o Termo de Adesão ao credenciamento, o qual também foi analisado e rubricado por todos.

Estando portando, os documentos de habilitação e de qualificação técnica de acordo com o solicitado no edital, declaram-se, portanto, o interessado BANCO BRADESCO S.A, CNPJ nº 60.746.948/0001-12), credenciado para prestação dos serviços objetos deste credenciamento, com o valor de R\$ 2,00 (dois) reais.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOÃO ULLER Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
--------------------------	----------------------------	-------------------------------------

Biguaçu

PREFEITURA

COMUNICADO I PP 149-2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

COMUNICADO REFERENTE AO PP 149/2016-PMB

A Diretoria de Licitações e Contratos vem, por meio desta, comunicar as empresas interessadas em participar do PP 149/2016-PMB que tem como objeto "Aquisição de materiais de atendimento pré-hospitalar, para continuidade de atendimento das ocorrências por parte do CBMSC" que, em resposta a questionamentos informamos, que todos os produtos a serem fornecidos devem se submeter à legislação vigente, no caso de produtos médicos devem possuir registro na ANVISA conforme resolução nº 185/2001, Lei 5991/1973, e demais legislações vigentes. Não cabe a prefeitura fiscalizar a produção e comercialização de produtos específicos sem autorização da ANVISA OU MS, cabe há eles em procedimento próprio fiscalizar e autuar o particular, exercendo poder de polícia administrativa. Noutro passo a licitação publica não é o meio adequado para tal propósito por intermédio dela a administração deve se preocupar em selecionar a proposta efetivamente mais vantajosa ao poder publico. Implicaria em desvio de poder pretender que a administração por meio da licitação, executasse a tarefa de fiscalização da ANVISA e afins, se essas dispõem de meio próprio para tal.

Biguaçu, 05 de dezembro de 2016.

Fernanda Ap. Cunha

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E VASILHAMES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2017,

Lote: 1.

Empresa: ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA., CNPJ nº 03.489.027/0001-88, Endereço: Rodovia BR 285, km 53, Rio dos Bugres - Rancho Queimado/SC, CEP: 88.470-000, representada neste ato, por seu representante legal, Sra. Roginete Scaravonatto, portadora do RG nº. 3746803, CPF nº. 028.356.449-03.

Valor Total: R\$ 11.467,50 (onze mil quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA DE 02/12/2016 a 02/12/2017.

Biguaçu, 05 de dezembro de 2016.

Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.050/2016 - REEQUILÍBRIO - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.050/2016 - Reequilíbrio

Processo: Pregão Presencial nº 03/2016 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E CLINICA DE FISIOTERAPIA.

Fornecedor: PRODUVALE PRDUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: Fica adicionado ao valor do Contrato a importância de R\$ 14.883,75 (quatorze mil oitocentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), em virtude do reajuste de preço do item nº 19 de R\$ 0,85 para R\$ 1,165 deferido através do Processo Administrativo 4689-2016.

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário de Saúde

PAUTA DE JULGAMENTO CMC Nº 07/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SESSÃO DO DIA 12/12/2016 COM INÍCIO ÀS 16:00 HORAS, LOCAL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RECURSO Nº 5708/2014, 5707/2014

RECURSO DE DECISÃO DA COMAT REFERENTE AOS PROCESSOS 5.801/2012 E 6321/2012.

RECORRENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRO RELATOR: LEANDRO FRANCISCO TORQUATO

ANDERSON SOARES OPUSZKA
SECRETÁRIO-GERAL

REVOGAÇÃO PP 89 -2016 - FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 89/2016 FAMABI

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor Vilson Norberto Alves torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, por conveniência administrativa, devido a equívocos no Anexo nº 01, do Processo Licitatório PP 89/2016 FAMABI, que tem por objeto "Contratação de empresa para fornecimento e instalação de grades de ferro para janelas, portas e ar condicionado para FAMABI".
Biguaçu, 05 de dezembro de 2016.

VILSON NORBERTO ALVES
PREFEITO em exercício

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.352/2016

LEI Nº 8.352, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrita no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 003/14 – Recursos Próprios;

II – União Cristã – Associação Social e Educacional, inscrita no CNPJ sob o nº 73.794.810/0001-30, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.448 de 21/12/1994, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 005/14 – Recursos Próprios;

III – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrita no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 003/14 – Recursos Fundeb;

IV – Associação Voluntários de São Roque, inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 004/14 – Recursos Fundeb;

V – Centro de Educação Amiguinho Feliz, inscrito no CNPJ sob o nº 83.795.963/0001-56, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.594 de 05/07/1989, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a Cooperação

Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 001/14 – Recursos Fundeb;

VI – Sociedade Beneficiária Arnaldo Hadlich, inscrita no CNPJ sob o nº 00.065.973/0001-09, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.378 de 14/09/1994, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 002/14 - Recursos Fundeb;

VII – União Cristã – Associação Social e Educacional, inscrita no CNPJ sob o nº 73.794.810/0001-30, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.448 de 21/12/1994, no valor de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 005/14 – Recursos Fundeb;

VIII – Associação Casa São Simeão, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.696/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.133 de 17/12/1975, no valor de R\$ 1.616.000,00 (um milhão e seiscentos e dezesseis mil reais), destinados a cooperação técnica/financeira entre o Município de Blumenau e a referida entidade visando a prestação do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio;

IX – Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, inscrita no CNPJ sob o nº 82.653.163/0001-38, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 896 de 04/07/1959, no valor de R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais), destinados a abertura de quatro (04) vagas para atendimento de idosos, com grau de dependência III, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

X – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 201.600,00 (duzentos e um mil, seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XI – Cruz Azul no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879 de 22/09/1997, no valor de R\$ 68.600,00 (sessenta e oito mil e seiscentos reais), destinados ao

custeio e manutenção em ações de Capacitação/Intervenção ao Uso e Abuso de Substância Psicoativa, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XII – Centro Terapêutico Vida – CTV, inscrito no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.251 de 09/11/1993, no valor de R\$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XIII – Pólo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau - BLUSOFT, inscrito no CNPJ sob o nº 81.160.376/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei Utilidade Pública nº 5.981, de 04/09/2002, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinados à promover a mutua cooperação técnico-financeiro para a inclusão de jovens no mercado de trabalho, utilizando o Programa Entra 21Blusoft, bem como desenvolvimento e avanço técnico do setor de TI no município de Blumenau, através de incubadora de empresas de base tecnológicas no Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 012/14;

XIV – Cooperprove Cooperativa Prove de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 03.535.274/0001-73, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.620, de 04/05/2001, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados a atender cooperação técnico-científico e financeiro para a execução de ações que visam o desenvolvimento e fortalecimento das pequenas agroindústrias familiares localizadas no município de Blumenau, permitindo a viabilização econômica desta entidade, termo de convenio 011/14;

XV – Blumenau Convention & Visitors Bureau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.376.323/0001-34, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.943, de 03/07/2002, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade;

XVI – Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 79.375.291/0001-52, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.628, de 16/05/2001, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade;

XVII – Sociedade de Amigos da Banda Municipal de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 05.543.193/0001-40, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.312, de 09/10/2003, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), destinados a cooperação técnica/financeira entre os convenientes para a operacionalização na difusão da cultura musical popular e clássica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 021/13;

XVIII – Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 79.375.291/0001-52, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.628, de 16/05/2001, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e quarenta mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade;

XIX – Fundação Hospitalar de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 82.654.088/0001-20, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.812 de 09/12/1971, no valor de R\$ 8.087.000,00 (oito milhões, oitenta e sete mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 007/14, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

XX – Hospital Santa Isabel, inscrito no CNPJ sob o nº 83.883.306/0011-32, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 898 de 17/08/1959, no valor de R\$ 3.528.000,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 015/15, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

XXI – Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, inscrita no CNPJ sob o nº 82.653.163/0001-38, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 896 de 04/07/1959, no valor de R\$ 667.000,00 (seiscentos e sessenta e sete mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 009/14, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

XXII – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXIII – Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer - ABLUCAN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.791.343/0001-23, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.172 de 23/10/2007, no valor de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXIV – Associação de Cegos do Vale do Itajaí - ACEVALI, inscrita no CNPJ sob o nº 79.363.776/0001-26, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.407 de 06/11/1987, no valor de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXV – Associação Beneficente Bom Samaritano da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, inscrita no CNPJ sob o nº 79.365.060/0001-68, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.505 de 20/10/1988, no valor de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXVI – Sociedade Casa da Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577 de 16/06/1989, no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXVII – Associação Casa de Apoio, inscrita no CNPJ sob o nº 06.789.418/0001-06, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.576 de 13/10/2004, no valor de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXVIII – Cruz Azul no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879 de 22/09/1997, no valor de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXIX – Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrita no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXX – Associação de Educação Complementar Puro Amor, inscrita no CNPJ sob o nº 08.677.364/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.272 de 29/04/2008, no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXI – Associação Voluntários de São Roque, inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXII – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrita no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXIII – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXIV – Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer - ABLUCAN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.791.343/0001-23, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.172 de 23/10/2007, no valor de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXV – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade à Pessoas com Deficiência e suas Famílias, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXVI – Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos - ABAM, inscrita no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 831 de

29/05/1958, no valor de R\$ 850.435,20 (oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXVII – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXVIII – Centro Terapêutico Vida – CTV, inscrito no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.251 de 09/11/1993, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção em ações do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXIX – Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, inscrito no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.523 de 28/08/2000, no valor de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Ações de Mobilização para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XL – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau -APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 82.656.554/0001-06, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.412 de 02/06/1967, no valor de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço Centro Dia para Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XLI – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Ações de Mobilização para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XLII – Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - ABLUDEF, inscrita no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.072 de 24/09/1992, no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de ações de Mobilização para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XLIII – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 3.514,91 (três mil, quinhentos e catorze reais e noventa e um centavos), destinados a custear despesas para o projeto "Crescer";

XLIV – Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos - ABAM, inscrita no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 831 de 29/05/1958, no valor de R\$ 57.200,71 (cinquenta e sete mil e duzentos reais e setenta e um centavos), destinados a custear

despesas para o projeto "Dia do Passeio Legal";

XLV – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau-APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 82.656.554/0001-06, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.412 de 02/06/1967, no valor de R\$ 69.858,94 (sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos), destinados a custear despesas para o projeto "Despertar e Estimular a Criatividade";

XLVI – Sociedade Casa da Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 79.366.233/0001-62, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577 de 16/06/1989, no valor de R\$ 49.000,65 (quarenta e nove mil reais e sessenta e cinco centavos), destinados a custear despesas para o projeto "Vivenciando a Cultura";

XLVII – Sociedade Casa da Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 79.366.233/0001-62, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577 de 16/06/1989, no valor de R\$ 5.432,00 (cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais), destinados a custear despesas para o projeto "Bom Gosto";

XLVIII – Sociedade Casa da Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 79.366.233/0001-62, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577 de 16/06/1989, no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), destinados a custear despesas para o projeto "Aprender Brincando";

XLIX – Sociedade Casa da Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 79.366.233/0001-62, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577 de 16/06/1989, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), destinados a custear despesas para o projeto "Primeiros Passos";

L – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 7.555,24 (sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), destinados a custear despesas para o projeto "Educando pelo Esporte";

LI – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), destinados a custear despesas para o projeto "Educando no Treinamento";

LII - Cruz Azul no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879, de 22/09/1997, no valor de R\$ 32.579,71 (trinta e dois mil, quinhentos e setenta e nove e setenta e um centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Habita Kids";

LIII - Cruz Azul no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879, de 22/09/1997, no valor de R\$ 76.019,34 (setenta e seis mil e dezenove reais e trinta e quatro centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Movimento Vida";

LIV - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrita no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747, de 22/08/2005, no valor de R\$ 36.096,00 (trinta e seis mil e noventa e seis reais) destinados a custear despesas para o projeto "Múltiplos Saberes – Formas diversificadas para o aprender";

LV - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrita no CNPJ

sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747, de 22/08/2005, no valor de R\$ 18.660,00 (dezoito mil, seiscentos e sessenta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Protagonizarte – Uma proposta compartilhada";

LVI – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrita no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 18.974,60 (dezoito mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Compete Bem";

LVII – Associação de Educação Complementar Puro Amor, inscrita no CNPJ sob o nº 08.677.364/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.272 de 29/04/2008, no valor de R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais) destinados a custear despesas para o projeto "Universo do Saber";

LVIII – Associação Voluntários de São Roque, inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.264/0002-01, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 44.604,30 (quarenta e quatro mil, seiscentos e quatro reais e trinta centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Diversidade em Expansão";

LIX – Associação Voluntários de São Roque, inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.264/0002-01, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 16.834,50 (dezesseis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Formação Continuada de Educadores";

Art. 2º As despesas previstas nos incisos I a XVI, do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. de Educ. Infantil Modalidade 3.3.50 - Trans. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 330.000,00 Fonte de Recurso 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2046 – Man. Des. Ens. Educ. Básica-Fundeb/EI Modalidade 3.3.50 - Trans. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 3.000.000,00 Fonte de Recurso 0119.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.241.0010.2289 – Apoio Fin. Assoc. Casa São Simeão

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.616.000,00 Fonte de Recurso 0100.00000

Atividade 12.03.08.241.0010.2318 – Apoio fin. Hosp. Mis. de Vila Itoupava

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 137.000,00 Fonte de Recursos 0100.00000

1208 – Fundo de Recurso Municipal p/ Ações sobre Drogas

Atividade 12.08.08.244.0010.2267 – Man. Fundo Rec. Mun. p/ Ações sobre Drogas

Modalidade 3.3.50 - Trans. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 371.000,00 Fonte de Recurso 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2083 – Apoio Financeiro a BLUSOFT Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.06.20.606.0003.2096 – Apoio Fin.Coop.Prove BNAU-COOPERPROVE

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2099 – Apoio Fin. Blumenau Conv. & Visit. Bureau

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Atividade 16.01.23.695.0008.2100 – Apoio Fin.Assoc.Clubes de Caça e Tiro

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 3º As despesas previstas nos incisos XVII a XXI do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2131 – Banda Municipal

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 340.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – Proeb

Atividade 2601.23.695.0008.2338 – Assoc. dos Clubes de Caça e Tiro de Bnau

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 120.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2199 – Fundação Hospitalar de Blumenau

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 8.087.000,00

Fonte de Recurso 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2200 – Hospital Santa Isabel

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 3.528.000,00

Fonte de Recurso 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2201 – Assoc. Hosp. Mis. Vila Itoupava

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 667.000,00

Fonte de Recurso 0102.00000

Art. 4º As despesas previstas nos incisos XXII a XLII do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0004.2313 – Man. Imp. Ações Voltadas a Cças/Adol

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 690.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. s/Fins Lucr. R\$ 159.435,20

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. s/Fins Lucr. R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Man. Imp. Ações Prot. Básica

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/Fins Luc. R\$ 765.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. s/fins Luc. R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2155 – Man. Imp. Serv. Prot. Social de Média Compl.

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 384.000,00

Fonte de Recursos 0100.000

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 112.200,00

Fonte de Recurso 0235.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 – Manut. Imp. Serv. Prot. Esp. Comp. c/ Fam.

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. S/fins Lucr. R\$ 48.000,00

Fonte de Recursos 0100.000000

Art. 5º As despesas previstas nos incisos XLIII a LIX do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

30 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3001 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Atividade 30.01.08.243.0004.2164 – Man. Ações Defesa Dir. Cça/Adol.

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 270.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 203.330,90

Fonte de Recursos 0209.000,00

Art. 6º As entidades beneficiadas prestarão contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos da Secretaria Municipal de Educação, referentes a termos dos convênios firmados para atendimento da educação infantil – primeiro nível da educação básica, poderão prestar contas dos valores recebidos no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data do repasse, sob pena de ficarem impedidas de receberem novos recursos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de novembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.353/2016

LEI Nº 8.353, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA) E LEI Nº 8.124 DE 29 DE JUNHO DE 2015 (LDO).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 4.468.145,60 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Man. Ativ. Guarda e Cons. do Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 335.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.2023 – Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.3.90 (93) Aplicações Diretas R\$ 39.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 09.01.12.365.0004.2038 – Alimentação Esc. – Educ. Infantil – Pnaec

Modalidade 3.3.90 (162) Aplicações Diretas R\$ 179.880,60

Fonte de Recursos 0137.00000

Atividade 09.01.12.365.0004.2250 – Alimentação Esc. – Educação Infantil Pnaep

Modalidade 3.3.90 (164) Aplicações Diretas R\$ 47.665,00

Fonte de Recursos 137.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (182) Aplicações Diretas R\$ 1.509.713,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.3.90 (207) Aplicações Diretas R\$ 2.151.287,00

Fonte de Recursos 0101.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1101 – Diretoria Administrativo Financeira

Atividade 11.01.04.122.0002.2277 – Manut. Ativ. Adm. e Financeira da Semob

Modalidade 4.4.90 (742) Aplicações Financeiras R\$ 40.500,00

Fonte de Recursos 0183.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Modalidade 3.3.90 (581) Aplicações Diretas R\$ 112.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.03.20.606.0003.2086 – Apoio Financeiro a Epagri

Modalidade 3.3.90 (607) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sede

Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.3.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administrativas da Sefaz

Modalidade 3.3.90 (83) Aplicações Diretas R\$ 39.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 09.01.12.365.0004.2037 – Alimentação Esc. – Ens. Fund. – Pnaef

Modalidade 3.3.90 (160) Aplicações Diretas R\$ 227.545,60

Fonte de Recursos 0137.00000

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Atividade 09.02.12.122.0004.2039 – Manut. Ativ. Prog. e Projetos Integrados

Modalidade 4.4.90 (167) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.361.0004.1003 – Construção/Ampliação/Reforma UEs

Modalidade 4.4.90 (169) Aplicações Diretas R\$ 781.000,00

Fonte de Recursos 01.01.00000

Projeto 09.03.12.361.0004.1004 – Construção/Cobertura de Quadra Esportivas

Modalidade 4.4.90 (175) Aplicações Diretas R\$ 1.386.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.361.0004.1005 – Desapropriações – Ensino Fundamental

Modalidade 4.4.90 (179) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.365.0004.1006 – Construção/ampliação/Reforma CEIs

Modalidade 4.4.90 (199) Aplicações Diretas R\$ 1.182.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.365.0004.1007 – Desapropriações – Educação Infantil

Modalidade 4.4.90 (203) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.367.0004.2047 – Manut. Ativ. Educação Especial

Modalidade 4.4.90 (227) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1008 – Execução de Pav. e Drenagem Ruas do Badesc

Modalidade 4.4.90 (296) Aplicações Diretas R\$ 40.500,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1013 – Const. Rotulas, Trevos, Ilhas e Ciclovias

Modalidade 4.4.90 (309) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 15.01.04.122.0002.2078 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedec

Modalidade 3.3.90 (569) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1504 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Atividade 15.04.11.334.0003.2088 – Apoio a Formalização de Empreendimentos

Modalidade 3.3.90 (612) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ 23.277.597,00 (vinte e três milhões, duzentos e setenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

22 – INSTITUTO SEGUR. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU – ISS-BLU

2201 – Instituto segur. Social do Servidor de BnaU – Issblu

Atividade 22.01.09.272.0014.2126 – Manut. Ativ. Administrativas do Issblu

Modalidade 3.1.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 2.400.000,00

Fonte de Recursos 0203.00000

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0004.2313 – Man. Imp. Ações Volt. à Criança e ao Adol.

Modalidade 3.3.50 (2) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 28.000,00

Modalidade 3.3.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 – Man. Imp. Serv. Prot. Esp. Alta Comp. c/ Fam.

Modalidade 3.3.90 (51) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2328 – Manut. Impl. Benefícios Eventuais

Modalidade 3.3.90 (79) Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 – Manut. Ativ. Assist. e Gestão

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 338.705,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2180 – Teto Financeiro Mac

Modalidade 3.3.90 (65) Aplicações Diretas R\$ 19.920.567,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2181 – Samu – Serv. Atendimento Móvel de Urgência

Modalidade 3.3.90 (68) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2200 – Hospital Santa Isabel

Modalidade 3.3.90 (92) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0267.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados

Modalidade 3.3.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 325,00

Fonte de Recursos 0267.00065

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

22 – INSTITUTO SEG. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU – ISSBLU

2201 – Instituto segur. Social do Servidor de BnaU – Issblu

Atividade 22.01.09.272.0014.2127 – Manut. Ativ. Fin. e Prev. do Instituto

Modalidade 3.3.20 (8) Aplicações Diretas R\$ 2.400.000,00

Fonte de Recursos 0203.00000

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0004.2313 – Man. Imp. Ações Volt. Criança e ao Adol.

Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2104 – Man. Imp. Ações de Seg. Alim. e Nut.

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Man. Imp. Ações de Proteção Básica

Modalidade 3.1.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

Modalidade 3.1.91 (20) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade 4.4.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2155 – Man. Imp. Serv. Prot. Soc. de Média Comp.

Modalidade 3.3.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 – Man. Imp. Serv. Prot. Esp. Alta Comp. c/ Fam.

Modalidade 3.3.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.272.0014.2239 – Man. Conc. Ben. Aposentados e Pensionistas

Modalidade 3.1.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 81.093,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2196 – Exec. Ação/Projeto de Convênio do Estado

Modalidade 3.3.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2183 – Caps – Centro de Atenção Psicossocial

Modalidade 3.1.90 (74) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Modalidade 4.4.90 (76) Aplicações Diretas R\$ 299.832,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2186 – Faec – nefrologia

Modalidade 3.3.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2187 – Faec – Transplante e Procedimentos Vinc.

Modalidade 3.3.90 (83) Aplicações Diretas R\$ 7.896.369,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2188 – Faec – Cirurgia do Aparelho Circulatório

Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 6.073.268,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2189 – Faec – Cirurgias do Aparelho Digestivo

Modalidade 3.3.90 (85) Aplicações Diretas R\$ 829.157,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2198 – Concessão de Incentivo Hospitalar

Modalidade 3.3.90 (86) Aplicações Diretas R\$ 119,00

Fonte de Recursos 0267.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2199 – Fundação Hospitalar de Blumenau

Modalidade 3.3.50 (87) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 128.131,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Modalidade 3.3.90 (88) Aplicações Diretas R\$ 281.292,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Modalidade 3.3.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 206,00

Fonte de Recursos 0267.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2200 – Hospital Santa Isabel

Modalidade 3.3.50 (90) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 79.481,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2232 – Manut. Laboratório Municipal

Modalidade 3.3.90 (94) Aplicações Diretas R\$ 255.712,00
 Modalidade 4.4.90 (95) Aplicações Diretas R\$ 49.441,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados
 Modalidade 3.3.90 (96) Aplicações Diretas R\$ 4.005.496,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Modalidade 3.3.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00065

Art. 5º Ficam aumentadas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, nas seguintes ações:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 Unidade: 02 – Diretoria de Compras e Licitações
 Código: 05.02.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Patrimônio
 Código: 05.04.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conservação do Patrimônio
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 335.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEFAZ
 Unidade: 02 – Diretoria de Receita
 Código: 06.02.04.129.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2023 – Manut. Ativ. Receita
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 39.100,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade: 01 – Diretoria Administrativo - Financeira
 Código: 09.01.12.365.
 Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
 Ação: 2038 – Alimentação Escolar – Educação Infantil - Pnaec
 Produto: Criança Beneficiada
 Unidade: unidade
 Valor Vinculado (2016): R\$ 179.880,60

Ação: 2250 – Alimentação Escolar – educação Infantil Pnaep
 Produto: Criança Beneficiada
 Unidade: unidade
 Valor Vinculado (2016): R\$ 47.665,00

Unidade: 03 – Diretoria de Educação Básica
 Código: 09.03.12.361.
 Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
 Ação: 2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 1.509.713,00

Código: 09.03.12.365.
 Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
 Ação: 2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 2.151.287,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
 Unidade: 01 – Diretoria Administrativo - Financeira
 Código: 11.01.04.122.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2277 – Manut. Ativ. Administrativa e Financeira da Semob
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Vinculado (2016): R\$ 40.500,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 Unidade: 02 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico
 Código: 15.02.11.334.
 Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
 Ação: 2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 112.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Desenvolvimento Rural
 Código: 15.03.20.606.
 Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
 Ação: 2086 – Apoio Financeiro a Epagri
 Produto: Famílias Atendidas
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 3.000,00

Órgão: 22 – INSTITUTO SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU
 Unidade: 01 – Instituto Seguridade Social do Servidor de BnaU - Issblu
 Código: 22.01.09.272.
 Programa: 0014 – Seguridade Social
 Ação: 2126 – Manut. Ativ. Administrativas do Issblu
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 2.400.000,00

Órgão: 29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Código: 29.01.08.243.
 Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
 Ação: 2313 – Manut. Imp. Ações Voltadas à Criança e Adolescentes
 Produto: Crianças/Adolescentes Atendidos
 Unidade: Crianças/Adol.
 Valor vinculado (2016): R\$ 228.000,00

Código: 29.01.08.244.
 Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão
 Ação: 2159 – Manut. Imp. Serv. Proteção Especial Alta Comp. c/ Famílias
 Produto: Família Atendida
 Unidade: unidade
 Valor Vinculado (2016): R\$ 50.000,00

Ação: 2328 – Manut. Impl. Benefícios Eventuais
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 230.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Código: 31.01.10.301.
 Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2167 – Manut. Ativ. Assistência e Gestão

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 338.705,00

Código: 31.01.10.302.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2180 – Teto Financeiro Mac

Produto: usuário Sus Atendido

Unidade: usuário

Valor Vinculado (2016): R\$ 19.920.567,00

Ação: 2181 – Samu – Serviços de Atendimento Móvel de Urgência

Produto: usuário atendido

Unidade: usuário

Valor Vinculado (2016): R\$ 50.000,00

Ação: 2200 – Hospital Santa Isabel

Produto: Hospital Beneficiado

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2016): R\$ 60.000,00

Ação: 2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2016): R\$ 325,00

Art. 6º Para atender o disposto no artigo 5º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 05.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedead

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 25.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Pessoal

Código: 05.03.04.128.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2020 – Manut. Ativ. Pessoal

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 200.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 06.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2022 – Manut. Ativ. Administrativa do Governo

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 39.100,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Diretoria Administrativo Financeira

Código: 09.01.12.365.

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2037 – Alimentação Escolar ensino Fundamental - Pnaef

Produto: aluno Beneficiado

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2016): R\$ 227.545,60

Unidade: 02 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Código: 09.02.12.122.

Programa: 0004 – Promover os Direitos das Crianças e Adolescentes

Ação: 2039 – Manut. Ativ. Programas e Projetos Integrados

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 12.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Educação Básica

Código: 09.03.12.361.

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 1003 – construção/Ampliação/Reforma UEs

Produto: Obra/Escola

Unidade: m2

Valor Próprio (2016): R\$ 781.000,00

Ação: 1004 – Construção/cobertura de quadra Esportivas

Produto: Quadra construída/Coberta

Unidade: m2

Valor Próprio (2016): R\$ 1.386.000,00

Ação: 1005 – Desapropriação – Ensino Fundamental

Produto: Terrenos

Unidade: m2

Valor Próprio (2016): R\$ 130.000,00

Código: 09.03.12.365.

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 1006 – Construção/Ampliação/Reforma CEIs

Produto: obra/CEIs

Unidade: m2

Valor Próprio (2016): R\$ 1.182.000,00

Ação: 1007- Desapropriações Educação Infantil

Produto: terrenos

Unidade: m2

Valor Próprio (2016): R\$ 160.000,00

Código: 09.03.12.367.

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2047 – Manut. Ativ. Educação Especial

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 02 – Diretoria de Obras Conveniadas

Código: 11.02.15.451.

Programa: 0006 – Blumenau 2050

Ação: 1008 – Execução de Pavimentação e Drenagem Ruas do Badesc

Produto: Pavimentação/Drenagem de Vias

Unidade: KM

Valor Vinculado (2016): R\$ 40.500,00

Ação: 1013 – Construção de Rotulas, Trevos, Ilhas e Ciclovias

Produto: Obras Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 160.000,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 15.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2078 – Manut. Ativ. Administrativa da Sedec

Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 25.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas
Código: 15.04.11.334.
Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
Ação: 2088 – Apoio a Formalização de Empreendimentos
Produto: empreendedor Capacitado
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 90.000,00

Órgão: 22 – INSTITUTO SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU
Unidade: 01 – Instituto Seguridade Social do Servidor de BnaU - Issblu
Código: 22.01.09.272.
Programa: 0014 – Seguridade Social
Ação: 2126 – Manut. Ativ. Financeiras e Previdenciárias do Instituto
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 2.400.000,00

Órgão: 29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Código: 29.01.08.243.
Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 2313 – Manut. Imp. Ações Voltadas à Crianças e ao Adolescente
Produto: Adolescentes Atendidos
Unidade: Crianças/Adolescentes
Valor Próprio (2016): R\$ 100.000,00

Código: 29.01.08.244.
Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão
Ação: 2104 – Manut. Imp. Ações de Segurança alimentar e Nutricional
Produto: Atividade Executada
Unidade: Família/Pessoa Atendida
Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00

Ação: 2152 – Manut. Imp. Ações de Proteção Básica
Produto: Família Atendida
Unidade: Famílias
Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00
Valor Vinculado (2016): R\$ 228.000,00

Ação: 2155 – Manut. Imp. Serv. Proteção Social de Média Complex.
Produto: Família Atendida
Unidade: Famílias
Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00
Valor Vinculado (2016): R\$ 50.000,00

Ação: 2159 – Manut. Imp. Serv. Proteção Especial Alta Comp. c/ Famílias
Produto: Família Atendida
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 60.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Código: 31.01.10.272.
Programa: 0014 – Seguridade Social
Ação: 2239 – Manut. Concessão de Benefícios de Aposentados e Pensionistas

Produto: Aposentados e Pensionista
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 81.093,00

Código: 31.01.10.301.
Programa: 0009 – Vida Saudável
Ação: 2196 – Execução de Ação/Projeto de Convenio do Estado
Produto: Ação/Projeto Executado
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Código: 31.01.10.302.
Programa: 0009 – Vida Saudável
Ação: 2183 – Caps – Centro de Atenção Psicossocial
Produto: Usuário Atendido
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2016): R\$ 349.832,00

Ação: 2186 – Faec - Nefrologia
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor vinculado (2016): R\$ 230.000,00

Ação: 2187 - Faec – Transplantes e Procedimentos Vinculados
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2016): R\$ 7.896.369,00

Ação: 2188 – Faec - Cirurgias do Aparelho Circulatório
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor vinculado (2016): R\$ 6.073.268,00

Ação: 2189 – Faec – cirurgias do aparelho Digestivo
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2016): R\$ 829.157,00

Ação: 2198 – Concessão de Incentivo Hospitalar
Produto: Hospital Beneficiado
Unidade: Hospital
Valor Vinculado (2016): R\$ 119,00

Ação: 2199 – Fundação Hospitalar de Blumenau
Produto: Hospital Beneficiado
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 128.131,00
Valor Vinculado (2016): R\$ 281.498,00

Ação: 2200 – Hospital Santa Isabel
Produto: Hospital Beneficiado
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 79.481,00

Ação: 2232 – Manut. Laboratório Municipal
Produto: Exames Realizados
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2016): R\$ 305.153,00

Ação: 2234 - Mac Outros Procedimentos Vinculados
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2016): R\$ 4.065.496,00

Art. 7º Fica diminuída no Anexo II da Lei Municipal nº 8.124, de 29 de junho de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2016, a seguinte ação:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 03 – Diretoria de Educação Básica
Código: 09.03.12.361.
Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 1005 – Desapropriação – Ensino Fundamental

Produto: Terrenos

Unidade: m2

Qtde: 1.250,00

Código: 09.03.12.365.

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 1007- Desapropriações Educação Infantil

Produto: terrenos

Unidade: m2

Qtde: 1.250,00

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, a partir do dia 19 de dezembro de 2016, à conta dos saldos de dotações orçamentárias consignadas e não comprometidas no exercício de 2016, inclusive remanejar os saldos disponíveis entre órgãos da administração direta e indireta do Município, com base no art. 43, §1º, III, da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo Único. Os créditos adicionais suplementares que trata o caput do art. 8º serão abertos exclusivamente para atender as despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais e econômicos, pagamento de dívida interna e externa e precatório, limitados a 5,0% da Receita Corrente Líquida Consolidada do Exercício Financeiro de 2016.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de novembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.125/2016

DECRETO Nº 11.125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.335, de 19 de outubro 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, no valor de R\$ 2.520.600,00 (dois milhões, quinhentos e vinte mil e seiscentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 04.01.03.091.0002.2303 – Manut. Ativ. Procon

Modalidade 3.1.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 6.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0404 – Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios

Atividade 04.04.04.122.0002.2013 – Manut. Ativ. Licitações e Contratos

Modalidade 3.1.90 (46) Aplicações Diretas R\$ 27.100,00
Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Cons. Pat.

Modalidade 3.1.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 414.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Adm. Sefaz

Modalidade 3.1.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0603 – Diretoria de Atendimento ao Empreendedor

Atividade 06.03.04.122.0002.2319 – Manut. Ativ. Atend. ao Empreendedor

Modalidade 3.1.90 (103) Aplicações Diretas R\$ 29.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Administrativas da Segg

Modalidade 3.1.90 (106) Aplicações Diretas R\$ 29.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0703 – Diretoria de Orçamento

Atividade 07.03.04.121.0002.2273 – Manut. Ativ. Orçamento

Modalidade 3.1.90 (116) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0705 – Diretoria de Captação de Recursos

Atividade 07.05.04.121.0002.2275 – Manut. Ativ. Captação de Recursos

Modalidade 3.1.90 (122) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0706 – Diretoria de Custos

Atividade 07.06.04.121.0002.2276 – Manut. Ativ. Custos

Modalidade 3.1.90 (125) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0709 – Diretoria de Infraestrutura Tecnológica

Atividade 07.09.04.126.0002.2315 – Manut. Ativ. Infraestrutura Tecnológica

Modalidade 3.1.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0803 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.03.04.131.0002.2270 – Manut. Ativ. Jornalismo

Modalidade 3.1.90 (142) Aplicações Diretas R\$ 71.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 371.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Atividade 11.02.15.451.0006.2050 – Manut. Ativ. Obras Conveniadas

Modalidade 3.1.90 (406) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1201 – Diretoria de Regularização Fundiária
Atividade 12.01.16.482.0005.2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária
Modalidade 3.1.90 (424) Aplicações Diretas R\$ 21.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1203 – Diretoria de Proteção Especial
Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial
Modalidade 3.1.90 (436) Aplicações Diretas R\$ 318.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica
Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica
Modalidade 3.1.90 (444) Aplicações Diretas R\$ 339.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente
Atividade 12.05.08.243.0004.2299 – Manut. Ativ. Conselhos Tutelares
Modalidade 3.1.90 (460) Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo-Financeira
Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Adm. Fin. da Semudes
Modalidade 3.1.90 (465) Aplicações Diretas R\$ 308.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
1305 – Diretoria de Planejamento Viário
Atividade 13.05.15.451.0005.2068 – Manut. Ativ. Planejamento Viário
Modalidade 3.1.90 (519) Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
1307 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos
Atividade 13.07.15.451.0005.2281 – Manut. Ativ. Des. de Projetos
Modalidade 3.1.90 (525) Aplicações Diretas R\$ 36.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1401 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Sesur
Modalidade 3.1.90 (537) Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico
Atividade 15.02.11.334.0003.2080 - Manut. Ativ. Des. Econômico
Modalidade 3.1.90 (579) Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
1601 – Administrativo do Gabinete
Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administrativas da Setur
Modalidade 3.1.90 (646) Aplicações Diretas R\$ 34.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA
1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia
Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administrativa do Idigg
Modalidade 3.1.90 (668) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
0401 – Gabinete do Procurador Geral
Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador
Modalidade 3.1.91 (25) Aplicações Diretas R\$ 49.600,00
Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
0501 – Administrativo do Gabinete
Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedead
Modalidade 3.1.91 (57) Aplicações Diretas R\$ 700.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
0602 – Diretoria de Receita
Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita
Modalidade 3.1.91 (92) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica
Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil
Modalidade 3.1.90 (204) Aplicações Diretas R\$ 371.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1206 – Diretoria Administrativo-Financeira
Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Semudes
Modalidade 3.1.91 (466) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1401 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Sesur
Modalidade 3.1.91 (538) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de novembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.129/2016

DECRETO Nº 11.129, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito
Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito
Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB
3303 – Diretoria de Trânsito
Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito
Modalidade 3.3.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de novembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.130/2016

DECRETO Nº 11.130, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Administração Direta, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0180.00000, no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
0402 – Diretoria de Consultoria Adm. e Legislativa
Atividade 04.02.04.122.0002.1002 - Desapropriação
Modalidade 4.4.90 (730) Aplicações Diretas R\$ 900.000,00
Fonte de Recursos 0180.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de novembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.131/2016

DECRETO Nº 11.131, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.220, de

11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro de exercício anterior, no valor de R\$ 910,35 (novecentos e dez reais e trinta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

22 – INST. DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU
2201 – Inst. de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU
Atividade 22.01.09.272.0014.2126 – Manut. Ativ. Administrativas do ISSBLU
Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 910,35
Fonte de Recursos 0603.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de novembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.300/2016

PORTARIA Nº 20.300, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.
NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUIR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE - CMJ.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º, da Lei Complementar nº 921, de 24/03/2014, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 921, de 24/03/2015, os membros abaixo, juntamente com os demais, para constituírem o Conselho Municipal da Juventude - CMJ, para o biênio 2015/2017, na qualidade de representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades:

CONSELHEIROS NÃO-GOVERNAMENTAIS

BRUNO WILWERT TOMIO e SHEILA HEMPKEMEYER, representantes titular e suplente, respectivamente, dos movimentos desportistas de lazer de Blumenau – ABC Ciclovias;

BRUNO LUIZ ANDREANI PETTERS e BRUNO LOUIS PABST WANKE, representantes titular e suplente, respectivamente, da Comissão do Jovem Advogado da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Blumenau-SC – OAB;

ALÉXIA DELL MASSO PATERNESE GUIMARÃES PEREIRA e PAOLA STÉFANY MAASS, representantes titular e suplente, respectivamente, do meio acadêmico de instituições de ensino superior com sede no Município – DCE Luís Travasós - UFSC;

FELIPE BUTZKE DALLACORTE e VÍTOR EDUARDO SELENKO, representantes titular e suplente, respectivamente, do ensino secundarista de instituição com sede no Município – Escola Barão do Rio Branco.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de dezembro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2016

Homologação - Pregão Presencial nº 156/16 – Data/homologação: 25/11/2016.

Objeto: Aquisição de lâminas de motoniveladora, para uso nos equipamentos mn 16 e mn 17, tipo: reta- SESUR – Empresa vencedora: Trator Peças e Comércio de Peças para Trator Ltda EPP - valor unitário R\$659,90. Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Blumenau, 05 de dezembro de 2016.

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-018/16

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-018-16 - Contratação de empresa para construção de Escola de Educação Infantil (PROINFÂNCIA), na Rua Radialista Rodolfo Sestrem - Bairro Itoupavazinha, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital - Recursos Federais - TC PAC 02 - 9021/2014 e Recurso próprio - SEMED.

Contratada: THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ: 07.494.338/0001-96.

Valor total de R\$ 1.181.200,82 (um milhão cento e oitenta e um mil duzentos reais e oitenta e dois centavos).

HOMOLOGAÇÃO CONVITE Nº 01-005/16

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Convite nº. 01-005-16 - Contratação de empresa para reforma de parte da cobertura do refeitório da EBM Tiradentes, conforme especificações constantes neste edital - SEMED.

Contratada: POLI CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ: 04.888.617/0001-46.

Valor total: R\$ 21.530,00 (vinte e um mil quinhentos e trinta reais).

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2239/16 - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06-2239/2016

Objeto: Registro de preços para aquisição de chapas, tubos e perfilados diversos em ferro e aço para uso da manutenção mecânica, período de 01 (um) ano - SAMAE.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM À ITEM.

Empresas:

RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - ME

CNPJ: 23.037.457/0001-76

Valor Total: R\$ 132.225,76

REFLO COMÉRCIO DE FERROS LTDA - EPP

CNPJ: 83.496.810/0001-08

Valor Total: R\$ 404.727,05

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações,

subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 02 de dezembro de 2016

RESOLUÇÃO COMSEA Nº 08/2016

RESOLUÇÃO COMSEA Nº. 008/2016

APROVA O CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL -CAISAN, DAS PLÊNÁRIAS, MESA COORDENADORA E COMISSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA - BL PARA 2017.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 858 de 25 de maio de 2012 e alterações.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 858 de 2012 de 25 de maio de 2012 e alterações, que dispõe sobre o COMSEA e dá outras providências;
- o Regimento Interno do COMSEA, aprovado pelo Decreto nº 11.115, de 18 de novembro de 2016;
- a aprovação em Plenária do COMSEA, datada de 28/11/16, do referido calendário conforme consta na Ata nº.11/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado e fixado o calendário de reuniões ordinárias da CAISAN, das Plenárias, Mesa Coordenadora e Comissões do – COMSEA, para o ano de 2017:

- Câmara Técnica de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN
Quinta-Feira - 08h30min –10h30min
02/02; 02/03; 06/04; 04/05; 08/06; 06/07; 03/08; 14/09; 05/10; 09/11.

- Mesa Coordenadora 08h30min – 09h30min e Comissões do COMSEA 09h30min – 11h30min
Segunda-Feira
13/02; 20/03; 17/04; 22/05; 19/06; 24/07; 21/08; 18/09; 23/10; 20/11.

- Reunião Plenária
Segunda-Feira - 08h30min –10h30min
20/02; 27/03; 24/04; 29/05; 26/06; 31/07; 28/08; 25/09; 30/10; 27/11.

Parágrafo Único. As reuniões extraordinárias serão chamadas sempre que necessário conforme Regimento Interno do COMSEA Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 02 de dezembro de 2016.

Julia Serpa Lopes

Coordenadora do Conselho Municipal

de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-BL Biênio 2016-2018

CÂMARA MUNICIPAL**2016.11.09 - PORTARIA DE NOMEAÇÃO**

PORTARIA N.º 01/2016

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso das atribuições previstas nos Arts. 36, XXXIV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau e 209, da Lei Complementar n.º 660/07, e atendendo solicitação efetuada pela Sra. Amanda Zorzan Adriano, Coordenadora da Gestão de Pessoas, por meio do Memorando CMB/CGPN/N.º 57/2016, resolve:

a) determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de eventual ocorrência de ilícitos administrativos, previstos nos art. 176, II, da Lei Complementar n.º 660/2007, atribuídos à Servidora G. G. H., Matrícula n.º 564, em razão das condutas narradas no memorando CMB/CGP/N.º 57/2016, estando as condutas sujeitas, em tese, às penalidades do Art. 185 e seus incisos do supracitado diploma legal;

b) designar, nos termos do Art. 214 da Lei Complementar n.º 660/2007, Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo Amanda Zorzan Adriano (Matrícula n.º 324), Ana Carolina Forte (Matrícula n.º 545) e Rodrigo Reis Pastore (Matrícula n.º 579), para, sob a presidência do terceiro, encarregarem-se dos respectivos trabalhos, até final conclusão.

Câmara Municipal Blumenau/SC, 27 de novembro de 2016

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4967/2016

DECRETO Nº 4967/16 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO AO PÚBLICO A PARTIR DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016, NA PARTE INTERNA DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado o horário para atendimento ao público na parte interna das Repartições Públicas do Município de Bom Jesus do Oeste – SC, a partir do dia 12 de dezembro de 2016, sendo assim:

Período: Das 07:30hs às 11:30hs.

Art. 2º. Durante o período vespertino, não ocorrerá atendimento ao público na parte interna das repartições públicas.

Art. 3º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), 06 de dezembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

Bom Retiro

PREFEITURA

1030.12.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TEREZINHA AP. P. GOEDERT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1030/16 de 02.12.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 29 de novembro de 2016, a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1031.12.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1031/16 de 02.12.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 01 de dezembro de 2016, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1032.12.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE RAQUEL L. RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1032/16 de 02.12.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28

de novembro de 2016, a funcionária Raquel de Lima Rodrigues, Ocupante do cargo de Professor de Artes - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1033.12.16 - P. DESIGNA SERV. ROSENILDA B. S. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1033/16 de 02.12.16

Prorroga Contrato de Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Prorrogar o Contrato de Trabalho de Rosenilda de Brito Santos Silva, para exercer o cargo de Servente Padrão 1 – nível 1 - 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Cambará, até o dia 20 de dezembro de 2016, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: substituição de Marilene Cabral Filha que encontra-se em Licença Tratamento de Saúde. Obs.: Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1034.12.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CAMILA LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1034/16 de 02.12.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dias de licença para realizar tratamento de saúde no dia 29 de novembro de 2016, a funcionária Camila de Lima, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1035.12.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. NAIARA L. DEINANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1035/16 de 02.12.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 29 e 30 de novembro de 2016, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1036.12.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANA A. NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1036/16 de 05.12.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 01 de dezembro de 2016, a funcionária Fabiana Andrieza Neto, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

86.1.DEC.SUPLEMENTAÇÃO ANUL. PMBR

Decreto Nº. 86/16 DE 25.11.2016

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2299 de 15 de Dezembro de 2015

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro reforçando a seguinte dotação orçamentária:

04.01 – SECR.MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.122.0018.2011 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE EDUCAÇÃO

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações diretas

Recurso 01.01.00 - Recursos OrdináriosR\$ 10.000,00

Sub-TotalR\$ 10.000,00

04.01–SECR.MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.0018.2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Sub-Total R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.01–SECR.MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.122.0018.2011 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE EDUCAÇÃO

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

31.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.01.00 - Recursos OrdináriosR\$ 10.000,00

04.01–SECR.MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.0018.2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Recurso 01.0100 (Ordinários) R\$ 10.000,00

Total Geral da Anulação R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro SC, 25 de novembro de 2016

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

87.16 DEC. SUPL. EXCESSO.PMBR.APOIO À CRECHE

Decreto Nº 87/2016 de 28 de novembro de 2016.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2299 de 15 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado na Prefeitura Municipal de Bom Retiro a seguinte dotação orçamentária:

04.01– SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE

12.365.0018.2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.32.00 Transf.Conv.Educação/União (Apoio a Creches) R\$ 20.018,21

Sub Total R\$ 20.018,21

Total Geral da Suplementação R\$ 20.018,21

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação da fonte de Recurso 01.32.00 – Transf.Conv.Educação/União (Apoio a Creches), receita: 17.61.02.01.00 – Apoio a Creche – Brasil Carinhoso, no valor de R\$ 20.018,21.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 28 de novembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

88.16 DEC. SUPL. ANULAÇÃO.APOIO A CRECHE

Decreto Nº. 88/16 DE 28.11.2016

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2299 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro reforçando a seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
12.365.0018.2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.32.00 Transf.Conv.Educação/União (Apoio a Creches) R\$ 6.000,00

Sub Total R\$ 6.000,00

Total Geral da Suplementação R\$ 6.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
12.365.0018.2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTE

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.32.00 Transf.Conv.Educação/União (Apoio a Creches) R\$ 6.000,00

Sub Total R\$ 6.000,00

Total Geral da Anulação R\$ 6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro SC, 28 de novembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

89.16 DEC. SUPL. ANULAÇÃO.EDUCAÇÃO.FUNDEB

Decreto Nº. 89/16 DE 28.11.2016

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2299 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro reforçando a seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
12.365.0018.2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.19.00 – Fundeb 40% R\$ 35.000,00

Sub Total R\$ 35.000,00

12.361.0018.2012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.19.00 – Fundeb 40% R\$ 10.000,00

Sub Total R\$ 10.000,00

12.361.0018.2013 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.01.00 – 25% da Educação R\$ 70.000,00

Sub Total R\$ 70.000,00

Total Geral da Suplementação R\$ 115 .000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.01– SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
12.365.0018.2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.19.00 – Fundeb 40% R\$ 35.000,00
Sub Total R\$ 35.000,00

12.361.0018.2012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.19.00 – Fundeb 40% R\$ 10.000,00
Sub Total R\$ 10.000,00

12.361.0018.2013 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.01.00 – 25% da Educação R\$ 70.000,00
Sub Total R\$ 70.000,00

Total Geral da Anulação R\$ 115.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro SC, 28 de novembro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

90.16 DEC. SUPL. ANULAÇÃO.CASAN

Decreto Nº. 90/16 DE 28.11.2016

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2299 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro reforçando a seguinte dotação orçamentária:

13.01– FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
17.512.036.2042 – MANUTENÇÃO FUNDO MUN. SANEAMENTO BÁSICO
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.64.00 – Transf.Convênio Estados/Outros(exerc.Ant.) R\$ 40.000,00
Sub Total R\$ 40.000,00

Total Geral da Suplementação R\$ 40 .000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

13.01– FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
17.512.036.2042 – MANUTENÇÃO FUNDO MUN. SANEAMENTO BÁSICO
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.64.00 – Transf.Convênio Estados/Outros(exerc.Ant.) R\$ 40.000,00
Sub Total R\$ 40.000,00

Total Geral da Anulação R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro SC, 28 de novembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MINUTA ERRATA PP 23/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

ERRATA MINUTA EDITAL PP 23/2016 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde vem a público retificar Edital Pregão Presencial 23/2016 (FMS), de 01/12/2016, para Aquisição de Material Medico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC no exercício de 2017. Alterar no Termo de Referencia:

ONDE SE LÊ NO ITEM 28: Atadura crepon 13 fios tipo 1,06 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50 confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão , 23% poliéster , 8% elastano, com peso 13,35 gramas, bordas acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto deverá estar de acordo com a NBR 14056 pacote com 12 unidades .

LEIA-SE: Atadura crepon 13 fios tipo 1,15 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50 confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão , 23% poliéster , 8% elastano, com peso 13,35 gramas, bordas acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto deverá estar de acordo com a NBR 14056 pacote com 12 unidades .

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 05 de dezembro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 17/2016 - PACOPEDRA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 17/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras LTDA

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 17/2016, com início no dia 01/01/2017, e fim o dia 30/06/2017, conforme menciona a cláusula segunda, item 2.3 do contrato original

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 18/2016 - PACOPEDRA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 18/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras LTDA

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 18/2016, com início no dia 01/01/2017, e fim o dia 30/06/2017, conforme menciona a cláusula segunda, item 2.3 do contrato original

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 53/2016 - GUAÍBA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 53/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Guaíba Telecom sistemas e Informação LTDA

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 53/2016, com início no dia 01/01/2017, e fim o dia 30/06/2017, conforme menciona a cláusula segunda, item 1 do contrato original

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 55/2016 - MULTIPLUS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 55/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Múltiplos serviços e obras

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 55/2016, com início no dia 01/01/2017, e fim o dia 30/04/2017, conforme menciona a cláusula segunda, item 2.3 do contrato original

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 14/2015- WDF

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 14/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: WDF Serviços Ltda

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 14/2015, com início no dia 01/01/2017, e fim o dia 30/04/2017, conforme menciona a cláusula terceira, item 3.1 do contrato original

LISTA GERAL DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

LISTA GERAL DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CANDIDATO VERIFIQUE OS DADOS DE INSCRIÇÃO, QUALQUER DIVERGÊNCIA NOS DADOS FAZER A ALTERAÇÃO IMEDIATA NA ÁREA DO CANDIDATO

CARGO: MONITOR ESCOLAR

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
487617	12/08/1994	Adrielly Pezzini
501316	30/11/1984	Alexsandra Luzia Gois Schadt
500878	06/05/1995	Ana Paula Da Silva
498606	11/02/1985	Andreia Pedrini Leoni
491113	13/12/1980	Angela Luzia Wietcowsky Smanioto
484049	04/03/1999	Ariane Colzani
477771	29/01/1994	Bruna Rescarolli
482747	20/03/1989	Camila Slomp Lazerini
479766	13/04/1994	Caroline Comandolli
484933	13/10/1978	Cheila Molinari Werner
482201	23/01/1990	Diego Roberto Portaleta
473637	29/11/1984	Elaine Cristina Michei Coelho
494899	06/04/1982	Francisca Maestri
499682	07/09/1994	Gisele Dognini
474890	15/01/1997	Jaqueline Baron
494745	21/07/1995	Josiane Sebold Da Silva
491065	07/02/1991	Juliana Silveira Fandaruff
485652	13/03/1977	Kelli Rezini De Souza
487163	03/12/1994	Larissa Fachini
472422	02/10/1985	Leila Freitas Werner
485864	18/04/1991	Liliane Bosio
482774	22/08/1982	Luana Chierici
491483	08/06/1991	Marielle Colombi
474626	09/09/1997	Marina Pavesi
481279	27/04/1992	Monique Daiane Hoffmann
483009	11/06/1982	Morgana Fachini Cuchi
493353	20/06/1994	Natacha Helen Rescarolli
499123	15/12/1979	Noemi Sara De Oliveira
482737	22/05/1995	Pamela Jordao
483061	06/11/1986	Rafael Mota Faria
472843	07/07/1997	Shaiani Clerice
491362	15/08/1982	Simone Aparecida Elias Wollsteiner
480268	27/04/1982	Susana Bosio
473515	08/09/1998	Taina Mariani
485954	24/03/1991	Taize Martinenghi
473826	10/02/1993	Vanessa Rescarolli
501919	20/05/1984	Vania Avi Zanca

CARGO: NUTRICIONISTA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
471987	01/10/1984	Caroline Pozzi Vanelli

CARGO: PROFESSOR DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
475347	31/01/1965	Maria Aparecida Deschamps Fernandes

CARGO: PROFESSOR DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
501764	07/10/1980	Janaina Reinert

CARGO: PROFESSOR DE ARTES HABILITADO

Não há candidatos neste cargo CARGO: PROFESSOR DE ARTES NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
497095	23/05/1994	Bruna Wisbeck
494620	31/08/1996	Carlos Becker Junior
480703	13/12/1987	Lucimar Graf
474007	09/08/1985	Sandra Hodecker Scharf
497196	13/10/1988	Sharlon Schmidt Rensi

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
483135	06/10/1960	Adelaide Sestari Bambinetti
473124	22/06/1992	Amanda Eloiza Bosio Tomio
488487	20/08/1964	Bernadete Bosio Vicentini
472256	06/03/1992	Bruna Araldi Wilbert Costa
472889	24/10/1959	Claudete Graf
478656	03/01/1972	Dalva Rosana Dalsegio Giancesini
472683	03/05/1982	Deise Grasiela Jorge Pavesi
472913	12/03/1992	Jakeline Hodecker Colzani
485582	03/12/1987	Marlize Maestri Hort
480230	14/05/1966	Sandra Aparecida Colzani Comandoli
481600	07/03/1977	Sandra Regina Pavesi

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
478489	26/05/1978	Adelita Molinari Venzon
488317	15/05/1987	Aline Goncalo Trindade Bonecher
474795	03/10/1990	Bianca Ariel Maestri
499299	12/05/1988	Bianca Coelho Modesto
495935	12/06/1995	Bianca Leite
474736	24/01/1989	Daniel Falcao
497964	14/02/1995	Daniele Brogni
494580	21/10/1965	Ilda Soares Becker
492567	14/07/1985	Izabel Oliveira Cruz Rodrigues
488482	13/05/1995	Maiara Jordao
483181	26/05/1996	Maindra Maria Bambinetti
494235	17/04/1983	Marcia Franzen
477132	01/06/1981	Maria Ester Silva
491701	16/08/1993	Patricia Ap. Silva Valentini
491424	27/08/1976	Patricia Aparecida Leoni
479644	12/06/1977	Rosani Roversi Hillesheim
485587	02/07/1974	Sirlene Maria De Souza Silva
488785	30/08/1988	Tamires Manrich Bertoldi
481009	10/02/1995	Viviane Francisco De Assis

CARGO: PROFESSOR DE MÚSICA HABILITADO

Não há candidatos neste cargo CARGO: PROFESSOR DE MÚSICA NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
496636		23/12/1997
		Ruan Vinicius Pedrini

CARGO: SERVENTE ESCOLAR

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
501262		Aline Horn Da Silva
03/06/1990		

480102	23/08/1988	Andreia Aparecida Cuchi
499884	13/06/1993	Bruna Lucia Inácio Ponciano
477208	12/09/1988	Debora Cristina De Oliveira Rescarolli
483675	01/01/1968	Eliane Aparecida Rosa Goncalves
479051	17/11/1983	Fernanda Carezia
480204	08/10/1987	Franciele Da Silva Ferreira
487765	18/02/1983	Geciane Kochansky
500267	03/02/1984	Graciela Machado
487192	11/09/1996	Izamara Martinenghi
491375	24/07/1983	Liliamary Monica Wanderherz De Deus
476653	20/05/1956	Luzia Horn Dalabeneta
501713	21/07/1962	Margarida Colzani
495612	21/01/1964	Maria Dos Santos
488486	10/06/1968	Marilene Dalabeneta Pavesi
473583	29/03/1966	Marlete Lacerda Da Silva
475808	06/01/1970	Marli Jurema Dalabeneta Busquirolli
491632	12/07/1974	Patricia Bechtold Nau
478118	12/08/1989	Primausa Rodrigues Pereira
482522	12/10/1969	Roselene Ines Buschirolli Radavelli
494641	21/04/1969	Roseneide Grach Baron
492710	16/05/1994	Tais Neumann Da Silva Ribeiro

RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO EDITAL 03/2016 (AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA EDUCAÇÃO)

RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO EDITAL 03/2016 (AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA EDUCAÇÃO)

NOME	CARGO
Marister Paloschi Colzani	Professor
Bruna Araldi Wilbert Costa	Professor
Angelita Molinari Colombi	Professor
Marilene Aparecida Radavelli Buschirolli	Professor
Bernadete Bósio Vicentini	Professor
Sandra Regina Pavesi	Professor
Jaqueline Hodecker Colzani	Professor
Rosilene Dalabona Bissoni	Professor
Amanda Eloiza Bósio Tomio	Professor
Marilene Maurizio Assini	Professor
Fernando J. P. Teixeira	Professor

RESOLUÇÃO Nº01/2016-APROVA O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS.

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 01 DE 05 DE Dezembro DE 2016.

(Publicada no _____ em _____)

Aprova o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, na forma da Lei 768 de 12 de Março de 1997 resolve:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo, o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, do município de Botuverá.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente do Conselho Gestor
Edilson José Maestri

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 56/2016
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02/2016

##ASSRomildo Teske
##CARGPrefeito Municipal

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 05.01.2017 às 14:00 horas, referente a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar conforme Lei nº 11.947, de 16/06/2009 e Resolução nº 26 do FNDE, de 17/06/2013, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 05 de dezembro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 41/2016 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 53/2016
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 41/2016 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 04.01.2017, estará selecionando a melhor proposta Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 05de dezembro de 2016. Romildo Teske - Prefeito Municipal.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 43/2016 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 55/2016
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 43/2016 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 14h00min do dia 04.01.2017, estará selecionando a melhor proposta Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio para manutenção da frota de caminhões, veículos de pequeno porte, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários.. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 05de dezembro de 2016. Romildo Teske - Prefeito Municipal.

EXTRATO 6 ° TERMO ADITO AO 04 2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC

##EXTRATO 6.º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO N.º 04/2014FMS

##TEXTO Contrato que entre si celebram o Município de Braço do Trombudo, SC e a empresa CONSTRUTORA F&f LTDA - EPP, CNPJ: 12.595.052/0001-37 Objeto: Construção de Unidade Básica de Saúde, Modelo FNS/PAC2. Valor de supressão R\$ 9.732,20 (nove mil setecentos e trinta e dois reais e vinte centavos).

##DATABraço do Trombudo, em 05 de dezembro de 2016

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2013

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E O HOSPITAL DE TROMBUDO CENTRAL FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO inscrita no CNPJ sob nº. 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, na qualidade de Concedente, representada pelo Sr. Romildo Teske, prefeito municipal e o Hospital de Trombudo Central, com sede a Rua Paulo Skowasch, Município de Trombudo Central - SC, registrado no CNPJ sob nº 86.404.597/0001-55, neste ato representada por seu representante legal, Senhor Hary Spiess, na qualidade de Conveniente, resolvem, de comum acordo, aditar o Convênio nº 001/2013 em epígrafe, pelo que passam a dispor no mês de janeiro de 2017:

CLÁUSULA PRIMEIRA: PRORROGA PRAZOS

Fica prorrogado até 31.12.2017 o prazo do Convênio nº 001/2013, contados a partir de 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do convênio. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Braço do Trombudo, 05 de dezembro de 2016.

Concedente
Pref. Mun. de Braço do Trombudo
Romildo Teske
Prefeito Municipal

Hospital de Trombudo Central
Conveniente
Hary Spiess
Presidente do Hospital

Testemunhas

Denise Schussler Werter
CPF - 022.538.329-28

Marina Solange Georg Erbs
CPF – 920.667.049-20

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2861/2016

PORTARIA Nº 2861/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. MARITZA SARTORI BOHN, matrícula nº 221856-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 19/11/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 19/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2864/2016

PORTARIA Nº 2864/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. DORINEZ DE JESUS, matrícula nº 411205-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, a contar de 21/11/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2615/2016

PORTARIA Nº 2615/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora PATRICIA MEURER, matrícula nº 813389-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Autoridade de Transito, lotada na Secretaria de Transito e Mobilidade, em decorrência do atestado do dia 01/11/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 16/11/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2642/2016

PORTARIA Nº 2642/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. AURIO DA SILVA, matrícula nº 3530-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico do dia 03/11/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 18/11/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2660/2016

PORTARIA Nº 2660/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. LUCIENE RAMOS SANTOS DE JESUS, matrícula nº 519596-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 04/11/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 19/11/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2769/2016

PORTARIA Nº 2769/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. DAISY JACQUES DOS SANTOS HASSMANN, matrícula nº 1058339-00, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 12/11/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2805/2016

PORTARIA Nº 2805/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto 7.056/2013 e tendo em vista o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora PATRICIA MEURER, matrícula nº 813389-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Autoridade de Transito, lotada na Secretaria de Transito e Mobilidade, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 01/11/2016 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 16/11/2016.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2824/2016

PORTARIA Nº 2824/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento em decorrência de licença – Acidente de Trabalho – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, servidora Sra. PATRICIA SILVA DOS ANJOS, matrícula nº 10000000481-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados médicos do dia 17/11/2016 de 07 (sete) dias e do dia 23/11/2016 de 10 (dez) dias, sendo a prorrogação do acidente de trabalho a contar de 17/11/2016.

Art. 2º - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 4º da LC 174/2011.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2863/2016

PORTARIA Nº 2863/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. FRANCIELLI CRISTIANE DE AZEVEDO PESSINA, matrícula nº 1045636-00, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 20/11/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3002/2016

PORTARIA Nº 3002/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ALINE FANTINI, matrícula nº 476978-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 01/12/2016 e 29/05/2017.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2750/2016

PORTARIA Nº 2750/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. JOSEANE ELISIARIA DUBIELLA TODT, matrícula nº 377392-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11/11/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2806/2016

PORTARIA Nº 2806/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Acidente de Trabalho – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, a servidora Sra. ANGELA CRISTINA MERIZIO, matrícula nº 8818-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados médicos do dia 16/11/2016 de 01 (hum) dia, e do dia 17/11/2016 de 15 (quinze), sendo seu afastamento no dia 01/12/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2823/2016

PORTARIA Nº 2823/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Acidente de Trabalho – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. NELSON GABRIEL DE OLIVEIRA NUNES, matrícula nº 4287894-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado médico do dia 17/11/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 02/12/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2862/2016

PORTARIA Nº 2862/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. MERI RODRIGUES, matrícula nº 495077-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 19/11/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 19/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2949/2016

PORTARIA Nº 2949/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. JOANITA MARCHEVSKY, matrícula nº 435287-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 26/11/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 26/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 11.473/2016

PORTARIA nº 11.473, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo V-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Pedro Hoffmann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.474/2016

PORTARIA Nº 11.474 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Substitui membro representante no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, nomeado pela Portaria 10.892/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme segue:

– Representante de Entidades:

Titular: Leonice de Oliveira Braz

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2605/2016

PORTARIA Nº 2605/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. GRACIELE MARIA CERVI, matrícula nº 9288-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 31/10/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 15/11/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de outubro de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2679/2016

PORTARIA Nº 2679/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ROSELEI SUFFIATTI DOS SANTOS, matrícula nº 1090364-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 07/11/2016 de 01 (hum) dia, do dia 08/11/2016 de 01 (hum) dia, do dia 09/11/2016 de 01 (hum) dia, do dia 10/11/2016 de 02 (dois) dias, do dia 16/11/2016 de 03 (três) dias e do dia 18/11/2016 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 22/11/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2858/2016

PORTARIA Nº 2858/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. EUGENIA REGINA DOS SANTOS, matrícula nº 1042394-01, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 19/11/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 19/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2860/2016

PORTARIA Nº 2860/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. MARIA NOELI MARCELINO, matrícula nº 376604-05, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 19/11/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 19/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2879/2016

PORTARIA Nº 2879/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CARLILI MAFRA PEDRINI, matrícula nº 891304-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 22/11/2016 e 20/05/2017.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3003/2016

PORTARIA Nº 3003/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ANA PRISCILA RIBEIRO DE CARVALHO DE ANDRADE, matrícula nº 4149106-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 01/12/2016 de 120 (cento e vinte) dias, sendo seu afastamento no dia 16/12/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3197/2016

PORTARIA Nº 3197/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. ANA PRISCILA RIBEIRO DE CARVALHO DE ANDRADE, matrícula nº 4149106-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado médico do dia 01/12/2016 de 120 (cento e vinte dias) dias, ficando suspenso a contar de 16/12/2016.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº. 7.911/2016

DECRETO Nº. 7.911, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, na Fundação de Esportes de Brusque, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), para atender a programação abaixo especificada:

22.00 Fundação de Esportes de Brusque

22.001 Fundação de Esportes de Brusque

027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet, Oficiais e JASC

3.3.90.00 Aplicação Direta

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 20.000,00

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

22.00 Fundação de Esportes de Brusque

22.001 Fundação de Esportes de Brusque

027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet, Oficiais e JASC

3.3.50.00 Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

SONIA KNIHS CRESPI

Prefeito Municipal

Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 005-2016 - LRF 5º BIM

EDITAL DE PUBLICAÇÃO – 005/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei Complementar Federal n. 101 / 2000, e no § 2º do art. 69º da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, os dados e informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, elaborado na forma estabelecida pela portaria STN n. 637/2012, relativo ao 5º Bimestre de 2016, disponível no site www.brusque.sc.gov.br – Link: Portal Transparência e no mural público localizado no hall de entrada do edifício sede da Prefeitura Municipal de Brusque.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo I Port. 637 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

5º Bimestre / 2016

RECEITAS REALIZADAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
RECEITA TOTAL	462.934.243,02	462.934.243,02	55.084.041,85	286.781.161,56	176.153.081,46

DESPESAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	SALDO A
	INICIAL	ATUALIZADA	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM.	REALIZAR (EMP.)
CORRENTES	288.725.052,81	302.862.466,78	252.054.896,76	237.545.238,61	65.317.228,17

CAPITAL	151.102.148,64	154.031.099,10	26.313.639,09	22.716.945,14	131.314.153,96
INTRA-ORÇAM.	12.824.348,00	15.610.314,03	11.097.412,13	10.821.476,55	4.788.837,48
R. CONTINGÊNCIA	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	105.000,00
R. RPPS	10.177.693,57	10.177.693,57	0,00	0,00	10.177.693,57
TOTAL	462.934.243,02	482.786.573,48	289.468.947,98	271.083.660,30	211.702.913,18

RESULTADO

SUPERAVIT				7.938.434,70	
-----------	--	--	--	--------------	--

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo III Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso I))

5º Bimestre / 2016

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	(últimos 12 (doze) meses) 317.55.549,45
-----------------------------------	---

Nota: O valor total da Receita Corrente Líquida refere-se aos valores calculados com base nos últimos 12 (doze) meses, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IV Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso II))

5º Bimestre / 2016

RECEITAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
REC. CORRENTES	10.686.000,00	10.686.000,00	14.105.066,27	7.972.593,74
REC. CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	9.023.693,57	9.023.693,57	11.233.728,92	8.159.453,84
RECEITA TOTAL	19.709.693,57	19.709.693,57	25.338.795,19	16.132.047,58

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	ATÉ O BIM. EMP.	ATÉ O BIM. LIQ.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR LIQUIDADAS
Desp. Prev. RPPS (Exc Intra-Orçamentária)	16.982.000,00	16.982.000,00	12.762.380,17	12.748.647,12	11.416.032,61
Desp. Prev. RPPS Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp. Total	16.982.000,00	16.982.000,00	12.762.380,17	12.748.647,12	11.416.032,61
Resultado Previdenciário	2.727.693,57	2.727.693,57	12.576.415,02	12.590.148,07	4.716.014,97

APORTES RECURSOS RPPS

DESCRIÇÃO	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	3.540.178,03

RESULTADO NOMINAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo V Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

5º Bimestre / 2016

RESULTADO NOMINAL	No bimestre	Até o Bimestre
VALOR	(1.501.346,12)	(12.426.407,88)

Regime Previdenciário

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Até o Bimestre
VALOR	91.841.230,77

RESULTADO PRIMÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso III))

5º Bimestre / 2016

RECEITAS PRIMÁRIAS

	Previsão atualizada	Até o Bimestre	Até o bimestre-Ex.anterior
Valor	383.209.068,02	270.917.742,63	254.463.616,55

DESPESAS PRIMÁRIAS

	Dotação Atualizada	Até o bimestre Empenhadas	Até o bimestre Liquidadas	Até o bimestre Liquidadas - Ex.anterior
Valor	476101.573,48	284.328.770,80	265.943.483,12	256.758.906,97

RESULTADO PRIMÁRIO

Superávit / Déficit	(92.892.505,46)	(13.411.028,17)	4.974.259,51	(2.295.290,42)
---------------------	-----------------	-----------------	--------------	----------------

RESTOS A PAGAR

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VII Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso V))

5º Bimestre / 2016

	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
RP Processados	5.713.594,71	153.459,25	5.710.475,11	612.539,13
RP Não Processados	3.237.075,21	1.385.839,91	2.596.666,39	453.664,42
Total	8.950.669,92	1.539.299,16	8.307.141,50	1.066.203,55

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DES. DO ENSINO-MDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VIII Port. 577 (LRF, art. 72º))

5º Bimestre / 2016

FUNDEB Até o Bimestre

Receitas do FUNDEB	37.113.859,53
Contribuição ao FUNDEB	21.746.061,66
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	15.367.797,87
Pagamento dos Profissionais do Magistério	37.578.465,07
% aplicação do FUNDEB na Rem. Do Magistério	100,90%

DESPESAS COM RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212/CF)

Despesas	Valor até o bimestre
Ensino Infantil	22.099.931,00
Ensino Fundamental	35.579.281,60
Outras Despesas (administração)	0,00
(-) Deduções	15.506.989,03
TOTAL p/ fins de apuração	42.172.223,57
% aplicado (art. 212 CF/88)	26,91%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESP. DE CAPITAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IX Port. 637 (LRF, art.53º, § 1º, inciso I))

5º Bimestre / 2016

RECEITAS	Previsão Atualizada	Rec. Realizadas Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Créditos	71.230.000,00	3.858.173,95	67.371.826,05
	Dotação Atualizada	Desp. Execut. Empenhadas	Saldo Não Realizado
Despesa de Capital Líquida a Executar (saldo de dotações a executar)	154.031.099,10	26.316.639,09	127.714.460,01
Resultado p/ apuração da Regra de Ouro	(82.801.099,10)	(22.458.465,14)	(60.342.633,96)

RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XI Port. 637 (LRF, art.53º, § 1º, inciso III))

5º Bimestre / 2016

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas da alienação de ativos (Rec. Alienação + Rend. Aplic.)	1.733.406,55

DESPESAS	Até o bimestre
Aplicação dos recursos da alienação de Ativos – Desp. Pagas	2.193.551,42

Saldo financeiro a aplicar	2.058.726,73
----------------------------	--------------

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XII Port. 577 (LC 141/2012, art. 35))

5º Bimestre / 2016

DESPESAS Até o Bimestre

Atenção Básica	24.208.354,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	34.651.693,64
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	1.052.869,87
Vigilância Epidemiológica	1.442.018,93
Outras Subfunções	4.749.664,69
(-) Custeadas com recursos do SUS	29.169.617,60
(-) Consórcio	0,00
(-) Restos à Pagar vinculados a Saúde	0,00
Total das Despesas com recursos próprios	0,00
% aplicação p/fins da EC 29	23,74 %

Notas Explicativas (RREO)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias.

Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis.

Relatórios publicados em 06/12/2016 no DOM – Diário Oficial do Município, nos termos do art. 108 da LOM.

Brusque, 06 de dezembro 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA	ROGÉRIO ADILSON LANA	CRISTIANO BITTENCOURT	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	Respondendo pela Chefia de Gabinete

PORTARIA Nº 11.481/2016

PORTARIA nº 11.481, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Gustavo Couto de Carvalho, matrícula 744409, do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 11.482/2016

PORTARIA nº 11.482, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Carlos Eduardo Brehm do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2734/2016

PORTARIA Nº 2734/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. PATRICIA SILVA DOS ANJOS, matrícula nº 10000000481-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 10/11/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3004/2016

PORTARIA Nº 3004/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. FABRICIA MOTTER, matrícula nº 444367-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/12/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto

Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3196/2016

PORTARIA Nº 3196/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. MORGANA VITORINO MELATO COMPER, matrícula nº 1042246-03, exercendo as funções de Educador Social, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 16/12/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 11.475/2016

PORTARIA Nº 11.475, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Substitui membros representantes no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CONMPDEC, nomeados por meio da Portaria nº 10.321/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CONMPDEC, nomeados pelas Portarias nº 10.321/15, conforme segue:

– Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

Titular: Marcelo da Silva

– Representante da Secretaria de Saúde:

Titular: Bruno Bolsoni

– Representante da Secretaria de Orçamento e Gestão:

Titular: Sérgio Gamba

– Representante da Associação Brusque Jeep Clube:

Titular: Vilmar Walendowsky

– Representante do Lyons Clube de Brusque:

Titular: Renato Uhlmann

– Representante do Rotary Club de Brusque:

Titular: Udo Aurelio Serpa

– Representante do Tiro de Guerra de Brusque:

Titular: Tomaz Jacinto Rodrigues

– Representante da polícia Militar de Santa Catarina:

Titular: Capitão Pedro Carlos Machado Junior

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 11.476/2016

PORTARIA Nº 11.476, DE 30 NOVEMBRO DE 2016.

Substitui membro representante no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural de Brusque – COMUPA, nomeado por meio da Portaria nº 11.165/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural de Brusque - COMUPA, nomeado pela Portaria nº 11.165/16, conforme segue:

– Representante da Ordem dos Advogados – OAB – Subseção de Brusque:

Titular: Joel Domingues Pereira Filho

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 11.477/2016

PORTARIA Nº 11.477, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Substitui membros representantes no Conselho Municipal de Saúde – COMUSA, nomeados por meio das Portarias nº 10.388/2015 e 10.667/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes no Conselho Municipal de Saúde - COMUSA, nomeados pelas Portarias nº 10.388/2015 e 10.667/2016, conforme segue:

– Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Camila Visconti

Suplente: ...

Titular: Bernardo Cardeal

Suplente: Jeniffer da Silva Pereira Barni

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 11.479/2016

PORTARIA Nº 11.479, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Substitui membro representante no Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Brusque – COMAD, nomeado por meio da Portaria nº 11.229/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante no Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Brusque - COMAD, nomeado pela Portaria nº 11.229/2016, conforme segue:

– Sistema S: SESC/SESI:

Titular: ...

Suplente: Giana Carla Todt Rubleski

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2733/2016

PORTARIA Nº 2733/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ELIANE MONTIBELLER, matrícula nº 676373-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, em decorrência do atestado do dia 10/11/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 25/11/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2751/2016

PORTARIA Nº 2751/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. JOSEANE ELISIARIA DUBIELLA TODT, matrícula nº 377392-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 11/11/2016 e 09/05/2017.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2768/2016

PORTARIA Nº 2768/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. LUCIANA REGIS, matrícula nº 373338-11, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 12/11/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2878/2016

PORTARIA Nº 2878/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. ROSELEI SUFFIATTI DOS SANTOS, matrícula nº 1090364-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 07/11/2016 de 01 (hum) dia, do dia 08/11/2016 de 01 (hum) dia, do dia 09/11/2016 de 01 (hum) dia, do dia 10/11/2016 de 02 (dois) dias, do dia 16/11/2016 de 03 (três) dias e do dia 18/11/2016 de 30 (trinta) dias, ficando suspenso a contar de 22/11/2016.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de novembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3040/2016

PORTARIA Nº 3040/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ANA PAULA MARCHI BREM, matrícula nº 446939-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 05/12/2016 e 02/06/2017.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de dezembro de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2016 - REC. ADM. SAMAE

DESPACHO – RECURSOS ADMINISTRATIVOS – PL 053/2016

Processo Licitatório: 053/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos para laboratório.

Recurso Administrativo apresentado pela empresa Hexis Científica Ltda e Contrarrrazões das empresas Linecontrol Comércio, Importação e Exportação Ltda. e LAS do Brasil Comércio de Produtos Analíticos e Laboratoriais Ltda.

DESPACHO

Considerando o contido nos autos do processo licitatório 053/2016 e as razões do recurso administrativo apresentado pela empresa Hexis Científica Ltda contra decisão que declarou habilitadas as propostas das empresas Linecontrol Comércio, Importação e Exportação Ltda para os itens 1, 2, 5 e 8; a empresa LAS do Brasil Comércio de Produtos Analíticos e Laboratoriais Ltda. para os itens 1, 2, 8 e 10; e Indústria e Comércio Eletro Eletrônica Gehaka Ltda. para o item 2, bem como as contrarrrazões de recursos apresentadas pelas empresas Linecontrol Comércio, Importação e Exportação Ltda e LAS do Brasil Comércio de Produtos Analíticos e Laboratoriais Ltda, contidos nas fls. 584 - 658 do presente processo licitatório;

Considerando o despacho do Pregoeiro, fls. 659, no sentido de que, por se tratar de questões técnicas, deixa de se pronunciar acerca do mérito do recurso;

Considerando o Parecer Técnico ETA – PL 053/2016 emitido pelo Diretor da Estação de Tratamento de Água do SAMAE, Marcio Cardoso, com as considerações técnicas a respeito das questões levantadas no recurso pela empresa Hexis Científica Ltda e Contrarrrazões das empresas recorridas, expondo motivos e acatando o recurso da empresa recorrente, e que passam a fazer parte das razões de decidir desta autoridade;

Considerando o contido no Parecer Jurídico 094/2016;

Considerando que na seleção da proposta mais vantajosa devem ser observados os princípios da Objetividade, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Isonomia e Competitividade;

DECIDO:

Julgar PROCEDENTE o recurso impetrado pela empresa Hexis Científica Limitada, seguindo o parecer técnico contido no presente processo, visto que a sessão pública e análise das propostas respeitou os ditames legais, porém ficou demonstrado com o presente recurso que os produtos ofertados pelas empresas Linecontrol Comércio, Importação e Exportação Ltda, nos itens 1, 2, 5 e 8; da empresa LAS do Brasil Comércio de Produtos Analíticos e Laboratoriais Ltda, nos itens 1, 2, 8 e 10; e da empresa Indústria e Comércio Eletro Eletrônica Gehaka Ltda, no item 2; não atendem a todos os requisitos previstos na descrição dos objetos no presente edital e assim, deve-se sopesar a aplicação dos princípios constitucionais ao caso para que seja garantida à autarquia a aquisição do melhor produto pelo preço mais vantajoso e de forma que atenda ao princípio da legalidade e da vinculação ao edital, devendo, no presente caso, serem desclassificadas as propostas que não atendem ao contido no Edital 053/2016 determinando-se a reclassificação das propostas de forma a se verificar o novo vencedor para os itens 1, 2, 5, 8 e 10 da presente licitação.

Publique-se para que surta seus efeitos e restitua-se os autos ao pregoeiro para dar prosseguimento ao certame.

Brusque (SC), 29 de novembro de 2016.

Fabiana A. Dalcastagné

Diretora Presidente

SAMAE – Brusque/SC

Caçador

PREFEITURA

ATA DA ANÁLISE DA PROPOSTA COMERCIAL ENVELOPE Nº 02(DOIS), PROCESSO LICITATORIO 17-2015 CONCORRÊNCIA Nº03-2015 PREFEITURA DE CAÇADOR - SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31

AV. SANTA CATARINA, 195

C.E.P. : 89500-000 - CAÇADOR – SC

ATA DA ANÁLISE DA PROPOSTA COMERCIAL ENVELOPE Nº 02(DOIS)

PROCESSO LICITATORIO 17/2015

Concorrência Nº03/2015

Reuniram-se no dia 05/12/2016 às 15:00hrs, no auditorio da Prefeitura de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador/SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 6.850 de 15 de julho de 2016 e alterada pelo decreto 6.859 de 22 de julho de 2016, para análise das propostas Comerciais (envelope nº2). Constatou-se no horario da abertura a ausencia do Sr. Jovani Scremin presidente desta comissao, anuido pelos presentes foi dilatado em 30 (trinta) minutos a abertura da reuniao. Assim as 15:30hrs iniciaram-se os trabalhos estando ausente o representante da empresa ODEBRECHT AMBIENTAL S.A (CNPJ-09.437.097/0001-79), Presentes os representantes das empresas CONSORCIO CACADOR SANEAMENTO contituido pelas empresas SERRANA ENGENHARIA LTDA (CNPJ-83.073.536/0001-64) e ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA (CNPJ 78.739.158/0001-75), representada pelo Sr. RICARDO BARBOSA DOS SANTOS - CPF . 279.352.518-94 e CONSORCIO AGUA E ESGOTO DE CACADOR constituído pelas empresas AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPACAO S.A (CNPJ-08.827.501/0001-58) e SOLVI PARTICIPACOES EM PROJETOS DE SANEAMENTO LTD (CNPJ-10.439.447/0001-15), representada pela Srta. GISLAINE ELOY DA SILVA CPF - 317.497.188-80 e Sr. LEONARDO SILVA MACEDO - CPF - 002.316.118-38, participantes da Concorrência 03/2015, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, PELO PRAZO DE 30 ANOS, NA ÁREA DE CONCESSÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, OBEDECIDA A LEGISLAÇÃO VIGENTE E AS DISPOSIÇÕES DO EDITAL, A SER PRESTADA PELA CONCESSIONÁRIA AOS USUÁRIOS QUE SE LOCALIZAM NA ÁREA DE CONCESSÃO, NO MUNICÍPIO DE CACADOR. Na sequência o Preseidente anunciou a abertura da sessão, convocando a todos os presentes que conferissem os envelopes numero 2(dois) contendo a Proposta Técnica, para comprovacao de que os mesmos nao haviam sido violados. Vencida esta fase, foram abertos os envelopes e rubricados pelos presentes. Os valores apresentados foram: ODEBRECHT AMBIENTAL S.A FATOR K 0,804, CONSÓRCIO CACADOR SANEAMENTO, FATOR K 0,949 e CONSÓRCIO AGUA E ESGOTO DE CACADOR, FATOR K 0,970. Registre-se o requerimento do Consorcio Agua e Esgoto de Cacador, quanto a solicitacao de copias das propostas comerciais, tambem o representante da empresa Consorcio Cacador Saneamento, solicitou verbalmente. As mesmas serao digitalizadas e enviadas por meio eletronico. Os presentes manifestam a intencao de recurso pelo que se abre prazos legais para recursos e contrarrazoes. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, cujo termo depois de lido e achado conforme, foi devidamente assinado pelos membros da Comissão.

JOVANI SCREMIN

ANTONIO CARLOS CASTILHO

MARIA APARECIDA BOSCATTO

RICARDO BARBOSA DOS SANTOS

GISLAINE ELOY DA SILVA

LEONARDO SILVA MACEDO

ATA DA ANÁLISE DA PROPOSTA COMERCIAL ENVELOPE Nº 02(DOIS), PROCESSO LICITATORIO 17-2015

Concorrência Nº03-2015 PREFEITURA DE CAÇADOR - SC

DECRETO Nº 6.966

DECRETO Nº 6.966, de 02 de dezembro de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.280, de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016, na

importância de R\$ 439.477,03 (quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e três centavos):

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO	
2001 - GABINETE DO PREFEITO	
4.122.2.2.6 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município	
3.1.91.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (7).....	R\$ 15.134,16
2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	
15.451.17.2.71 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.91.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (93).....	R\$ 124.665,97
2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	
20.606.26.2.91 - Manutenção da Secretaria da Agricultura	
3.1.91.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (108).....	R\$ 1.804,44
2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	
4.123.2.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda	
3.1.91.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (39).....	R\$ 10.060,31
12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	
27.812.31.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	
3.1.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (277).....	R\$ 12.176,34
3.1.91.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (278)	R\$ 11.434,84
SOMA	R\$ 23.611,18
5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.5.2.194 - Bloco da Gestão Municipal	
3.1.94.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (264).....	R\$ 84.285,52
16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR	
15.451.34.2.14 - Manutenção do IPPUC	
3.1.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (300).....	R\$ 25.070,91
3.1.91.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (301).....	R\$ 27.280,06
SOMA	R\$ 52.350,97
14000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
18.541.24.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	
3.1.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (213).....	R\$ 90.432,03
3.1.91.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (214).....	R\$ 28.908,85
SOMA	R\$ 119.340,88
13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	
13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.19.2.69 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.	
3.1.91.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (295).....	R\$ 8.223,60
Total.....	R\$ 439.477,03

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 439.477,03 (quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e três centavos), conforme segue:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO	
2003 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
15.451.17.2.71 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (137).....	R\$ 124.665,97
2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	
20.606.26.2.91 - Manutenção da Secretaria da Agricultura	
3.1.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (113).....	R\$ 1.804,44
2001 - GABINETE DO PREFEITO	
4.122.2.2.6 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município	
3.1.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (120).....	R\$ 15.134,16
2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	
4.123.2.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda	

3.1.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (76).....	R\$ 10.060,31
13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	
13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.19.2.69 - Manutenção do Departamento de Cultura	
4.4.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (298).....	R\$ 8.223,60
5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.5.2.194 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL	
3.1.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (263).....	R\$ 84.285,52
16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	
15.451.34.2.14 - MANUTENÇÃO DO IPPUC	
3.3.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (302)	R\$ 25.070,91
4.4.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (303).....	R\$ 27.280,06
SOMA	R\$ 52.350,97
14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
18.541.24.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	
3.3.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (215).....	R\$ 90.432,03
4.4.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (216).....	R\$ 28.908,85
SOMA	R\$ 119.340,88
12000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	
12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	
27.812.31.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	
3.3.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (279).....	R\$ 23.611,18
Total.....	R\$ 439.477,03

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de dezembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.967

DECRETO Nº 6.967, de 05 de dezembro de 2016.

Anula e Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.280, de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016, na importância de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais):

14001 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
15.452.24.2.171 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	
4.4.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (216).....	R\$ 7.000,00
2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO	
2004 – DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
6.181.4.2.16 – Manutenção da Segurança Pública	
4.4.90.00.00 – 0.1.11 – Convênio de Trânsito – Civil (64).....	R\$ 9.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), conforme segue:

14001 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
15.452.24.2.171 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	
3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (215).....	R\$ 7.000,00
2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO	

2004 – DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
6.181.4.2.16 – Manutenção da Segurança Pública	
3.3.90.00.00 – 0.1.11 – Convênio de Trânsito – Civil (25).....	R\$ 9.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

LEI N.º 2.948/2016

LEI N.º 2.948/2016

Dispõe sobre a criação e denominação do Pré Escolar Municipal.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado e denominado Pré Escolar Municipal, localizado na Rua Rio Amazonas, s/n.º, Bairro Rio Pequeno, neste Município, que passa a ser denominado de "PRÉ ESCOLAR MUNICIPAL MARIZA GALDINE".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de dezembro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.949/2016

LEI N.º 2.949/2016

Denominação de Rua.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua: "RIO PINHAL", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, Loteamento Jardim Veneza, devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças como "RUA PROJETADA D" e sob o código 8556, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de dezembro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.950/2016

LEI N.º 2.950/2016

Denominação de Rua.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua: "GERMANO GALDINE", a rua situada na localidade do Braço, devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças como "ESTRADA RURAL F" e sob o código 8617, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de dezembro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 146/2016

ADITIVO CONTRATUAL Nº 146/2016

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONSIDERANDO o OFÍCIO Nº 065PL/2016 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 86/2016 (originado do Processo Licitatório nº 51/2016, modalidade Tomada de Preços);

CONSIDERANDO a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 86/2016, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA IMPACTO ENGENHARIA LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 86/2016.

Cláusula Primeira – Do prazo

O prazo de vigência e execução do Contrato nº 86/2016 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, até o dia 20 de janeiro de 2017, contando a partir de 21 de novembro de 2016.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 86/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 21 de novembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LAÉRCIO TELLES Impacto Engenharia LTDA CONTRATADA
---	---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais pedagógicos e acessórios para rede municipal de educação infantil de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ALCI N. BECKER & CIA LTDA - EPP, CNPJ: 07.052.779/0001-38, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 91/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	50	Unidade	Colchão para Berço confeccionado com tecido plastificado em um dos lados com tratamento anti-ácaro e antialérgico. Medidas (cm): Altura x Largura x Profundidade: 10x60x130. Com espuma selada. Motivos infantis. Com 12 meses de garantia	66,50	3.325,00
VALOR TOTAL				R\$ 3.325,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

ALCI NILO BECKER
Alci N. Becker & Cia LTDA - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais pedagógicos e acessórios para rede municipal de educação infantil de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa BRUNEL DISTRIBUIDORA DE BRINQUEDOS LTDA - ME, CNPJ: 74.121.559/0001-06, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 91/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	200	Unidade	Travesseiro para bebê em percal com enchimento siliconado – 100% algodão, cor branco. Medidas: 35 x 10 x 27cm	9,49	1.898,00
03	150	Unidade	Travesseiro com enchimento 100% visco elástica, com malha canelada e capa fixa na cor branca ou palha, termo sensível, anti pressão, auto moldável. Medidas (cm): Altura x Largura x Profundidade: 50x7x70. Com garantia de 2 anos.	13,95	2.092,50
05	30	Unidade	Engradado Organizador Dobrável em plástico super-resistente medindo 47x35x23cm (aberto) com certificado do INMETRO	44,49	1.334,70
09	20	Conjunto	Caixa Tátil conjunto confeccionado em borracha sintética EVA, medindo 25x25x1cm cada placa, contendo 6 placas que formam o cubo. Peso do produto: 400 gramas.	12,98	259,60
19	40	Unidade	Caminhão rosto de cachorro com telefone. Material em plástico/atóxico. Idade: 3 anos. Dimensões aproximadas (AxLxC) 18x19x29 cm. Peso aproximado: 0,503kg. Com certificação do INMETRO	35,00	1.400,00
20	40	Unidade	Boneca Bebê Negra Características: Boneca: Negra, Material Cabeça, Pernas E Braços: Vinil, Corpo Com Enchimento: Fibra, Olhos: Fixos, Atóxica, Idade Recomendada: Acima De 3 Anos. Dimensões Aproximadas Do Produto: 54 X 20,5 X 10 Cm. Peso Aproximado Do Produto: 1 Kg. Com certificação do INMETRO	18,00	720,00
21	40	Unidade	Boneca Bebê Branca Características: Boneca: Branca, Material Cabeça, Pernas E Braços: Vinil, Corpo Com Enchimento: Fibra, Olhos: Fixos, Atóxica, Idade Recomendada: Acima De 3 Anos. Dimensões Aproximadas Do Produto: 54 X 20,5 X 10 Cm. Peso Aproximado Do Produto: 1 Kg. Com certificação do INMETRO	17,99	719,60
23	20	Conjunto	Brinquê e monte, peças em encaixe confeccionado em plástico, mínimo de 64 peças, com peças de 2 pinos medindo aproximadamente 2,7x2,9x2,9 cm, 4 pinos com 2,7x2,9x2,9cm, 6 pinos 2,7x2,9x4,4cm, 8 pinos 2,7x2,9x4,4cm. Idade: 4 anos. Com certificação do INMETRO	4,50	90,00
24	20	Pacote	Kit de encaixe em plástico, de 44 a 64 peças. Faixa etária recomendada: A partir de 3 anos. Dimensões do produto: 32x21x19 cm. Peso aproximado do produto: 760g. Composição/Material: Plástico. Embalagem: PVC.	25,60	512,00
25	10	Pacote	Alfabeto e Numeral móvel com 468 peças, em E.V.A com: 234 Consoantes, 90 Vogais, 144 números e sinais, medindo 5x5x0,8cm	21,99	219,90
VALOR TOTAL				R\$ 9.246,30	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

NELSON REICHEL
Brunel Distribuidora de Brinquedos Ltda - ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais pedagógicos e acessórios para rede municipal de educação infantil de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME, CNPJ: 17.353.208/0001-97, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 91/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
10	20	Conjunto	Pinos coloridos pedagógicos, também conhecidos como pinos de encaixe que desenvolvem a coordenação motora, viso - motora, cores e tamanhos. Faixa etária recomendada: À partir de 3 anos. Dimensões do produto: 17x17x6 cm. Peso aproximado do produto: 400g. Itens inclusos 21 peças. Composição / Material: Madeira. Com certificação do INMETRO	10,99	219,80
11	20	Conjunto	Figuras geométricas encaixável. Peças apresentadas em dois tamanhos e 4 cores. Faixa etária recomendada: À partir de 3 anos. Dimensões do produto: 44x32x1 cm. Peso aproximado do produto: 1500g. Itens inclusos 8 figuras geométricas. Composição/Material: Madeira. Com certificação do INMETRO.	26,99	539,80
18	40	Unidade	Caminhão caçamba em plástico rígido. Medindo 24 cm de comprimento, 12 cm de Altura, 8 cm de Largura. Com certificação do INMETRO.	9,95	398,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.157,60	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

MONICA REGINA DE MELLO FARIA

Monica Regina de Mello Faria - ME

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais pedagógicos e acessórios para rede municipal de educação infantil de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, CNPJ: 07.634.816/0001-16, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 91/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT.	QT.	UN.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
06	05	UN	Balanco avião. Projetado para dar total segurança. Cordas em plástico super-resistente, com 2 ganchos para fixação além de cinto de segurança. Com volante e chave para simular cockpit. Suporta 23Kg de peso. Medidas: Comprimento: 69cm, Largura: 33cm, Altura: 29cm. Idade sugerida: 6 meses a 3 anos, na cor Azul. Com certificação do INMETRO	140,99	704,95
08	30	UN	Triciclo (motoca) em material plástico, idade a partir de 2 anos, peso suportado pelo produto 20Kg, peso do produto: 1,8Kg. Largura: 43cm, Altura: 88cm, Profundidade: 90cm, com certificação do INMETRO.	58,99	1.769,70
13	10	CJ	Quebra-cabeça liso, placa de quebra cabeça em madeira (MDF) com ilustrações coloridas. Cada placa medindo 23x31cm. Conjunto com 10 peças. Faixa etária: a partir de 3 anos. Com certificação do INMETRO	120,99	1209,90
14	10	CJ	Painel Casinha Calendário e estojo em madeira, Faixa etária recomendada: A partir de 5 anos. Dimensões do produto: 66x40x1cm. Peso aproximado do produto: 2500g. Com certificação do INMETRO	78,99	789,90
VALOR TOTAL				R\$ 4.474,45	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de

sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

CHARLES GILSON RITZMANN
Papellaria São Bento Ltda - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais pedagógicos e acessórios para rede municipal de educação infantil de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS LTDA - ME, CNPJ: 01.763.210/0001-02, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 91/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT.	QT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
07	10	Unidade	Anda Cavalinho fabricado em plástico rígido, funciona como gangorra. A criança se balança sentado no cavalinho. Comprimento: 0,81m – Largura: 0,28m - Altura: 0,48m. Idade sugerida: até 3 anos	122,90	1.229,00
15	06	Unidade	Centopeia (túnel) 4 metros, em tecido/aramado medindo 0,50 de diâmetro x 4 metros de comprimento. Faixa etária: 03 anos. Com certificação do INMETRO.	175,50	1.053,00
17	40	Conjunto	Carrinho com rostinho de cachorro com peças geométricas coloridas. Tamanho 32x18x20	22,35	894,00
22	20	Conjunto	Carriola em material polipropileno, idade: a partir de 1 ano, tamanho (LxAxP) 32x28x73 cm, contendo: 01 carriola grande, 01 pá e 01 rastelo, com aprovação do INMETRO	41,99	839,80
VALOR TOTAL				R\$ 4.015,80	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

MARIA REJANE DE FRAGA GOMES
Rejane Comércio de Produtos Pedagógicos LTDA - ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais pedagógicos e acessórios para rede municipal de educação infantil de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ROBERTO MISTURA - ME, CNPJ: 10.292.359/0001-33, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 91/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT.	QT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
04	150	Unidade	Edredom de berço em malha 100% algodão, fio 30/1 penteado – manta 100% poliéster 120 gramas siliconada, anti-piling – medidas: 1,50m x 1,15m	39,78	5.967,00

VA- LOR TO- TAL				R\$ 5.967,00	
--------------------------	--	--	--	--------------	--

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

ROBERTO MISTURA
Roberto Mistura - ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais pedagógicos e acessórios para rede municipal de educação infantil de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa VERÔNICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE - ME, CNPJ: 14.682.896/0001-40, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 91/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
12	10	Conjunto	Quebra-cabeça animais e seus filhotes com pinos, placa em madeira (MDF) com ilustrações coloridas. Os encaixes com pinos para facilitar o manuseio. Placa de cada quebra cabeça medindo 23x31cm. Conjunto com 10 peças. Faixa etária: a partir de 3 anos. Com certificação do INMETRO	151,90	1.519,00
16	30	Conjunto	Balde praia com pás e formas em plástico. Faixa etária recomendada: A partir de 1 ano. Dimensões do produto: 18x18x17 cm. Peso aproximado do produto: 300g. Itens inclusos: 1 balde, 1 pá, 1 rastelo e 3 moldes. Composição/ Material: Plástico. Com certificação do INMETRO	7,45	223,50
26	250	Peça	Tatame em E.V.A com encaixe medindo 1metro x 1metro x 1cm	17,98	4.495,00
VALOR TOTAL				R\$ 6.237,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

VERÔNICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE
Verônica Maria Ferreira de Albuquerque - ME
Representante legal

ATA PREGÃO 107/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 107/2016)

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Irineu Woitskovski Júnior, Pregoeiro Substituto e Ana Flávia Marciniak, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 107/2016 da Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC, modalidade Pregão Presencial, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gasolina comum, óleo diesel e óleo 2 T, conforme descrição e quantidade. Materiais que serão utilizados para manutenção da frota municipal, veículos da Polícia Militar (Convênio Radiopatrulha) e roçadeiras de grama (para manutenção de praças e jardins) no exercício 2017. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: AUTO POSTO JK LTDA – CNPJ: 76.856.822/0001-30. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo o Sr. João Alaor Neneve Cordeiro, representante da empresa AUTO POSTO JK LTDA. A licitante apresentou a declaração de

cumprimento dos requisitos de habilitação e não comprovou o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO APÓS LANCES	SITUAÇÃO
01	60.000	LITRO	Gasolina comum	3,58	3,56	HABILITADA
02	5.000	LITRO	Óleo diesel S500	2,85	2,84	HABILITADA
03	6.000	Litro	Óleo diesel S10	3,10	3,08	HABILITADA
04	110	FRASCO	Óleo 2 T 1:50. Frasco com 500 ml.	20,00	20,00	HABILITADA
05	100	LITRO	ADITIVO ARLA 32	2,50	2,50	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a empresa AUTO POSTO JK LTDA, foi declarada habilitada e vencedora dos itens 01, 02, 03, 04 e 05 conforme tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO 11/2016 FMAS

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 11/2016)

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal e Irineu Woitskovski Júnior, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 11/2016 do Fundo Municipal de Assistência Social, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gasolina comum para os veículos do Fundo Municipal de Assistência Social de campo Alegre/SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponentes: AUTO POSTO JK – CNPJ: 76.856.822/0001-30. A licitante credenciou como representante na sessão o Sr. Arildo Cordeiro da Cruz – cpf: 218.376.009-53. O licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR UNITÁRIO. Passou-se a fase de lances ficando definido conforme tabela.

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
AUTO POSTO JK	3,629	3,56	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante, estando de acordo com o exigido no edital, sendo declarada vencedora da presente Licitação com o valor unitário de R\$ 3,56, conforme apresentado na tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 10.137 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.137 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DAS FROTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM CASO DE NECESSIDADE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado o Servidor Público Municipal ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, Matrícula Funcional nº 000663, Registro no Sistema sob nº 955091, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médico IV, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para dirigir de forma eventual, os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos Parágrafos 1º, 2º e 3º deste Artigo.

§ 1º – Veículo Renault/Clio – Placa MLS-9343, Registro no Patrimônio sob nº 22753; Veículo Fiat/Uno – Placa MJA-0644, Registro no Patrimônio sob nº 226622; Veículo Fiat/Pálio/Weekend – Placa MIQ-7905, Registro no Patrimônio sob nº 22625; Veículo Fiat/Pálio/ – Placa MLO-0991, Veículos estes pertencentes da Frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

§2º – Veículo Fiat/Uno – Placa MFY-3948, veículo este pertencente da Frota do Fundo Municipal de Assistência Social deste Município; Veículo Corsa Placa MLV-0526 nº 03, veículo este pertencente da Frota do Serviço de Desenvolvimento Social, do Município de Campo Alegre/SC.

§3º – Os veículos mencionados nos parágrafos anteriores poderão ser utilizados pelo Servidor Público Municipal autorizada no Caput do Artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigir-lo;

§4º – O Servidor Público Municipal mencionado no Caput do Artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos §§ 1º; 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos das Frotas Públicas Municipais, já mencionados nos §§ 1º, 2º e 3º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos §§ 4º do Artigo 1º deste Decreto.

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.138 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.138 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicação Direta	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicação Direta	
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.651 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.651 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público, CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000573, Registro no Sistema Sob nº 954745, ocupante do Cargo Público de Odontólogo, exercendo a Função de Odontólogo II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 05 de dezembro de 2016 á 14 de dezembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.652 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.652 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública DANIELA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000637, Registro no Sistema sob nº 955066, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.653 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.653 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública DEONICE TEREZINHA ODIA, Matrícula Funcional nº 000766, Registro no Sistema sob nº 955373, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.654 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.654 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública FERNANDA MICKUS DREVECK, Matrícula Funcional nº 000743, Registro no Sistema sob nº 955275, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.654 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.654 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública FERNANDA MICKUS DREVECK, Matrícula Funcional nº 000743, Registro no Sistema sob nº 955275, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

05 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.655 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.655 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública GILCIANE FERRARI, Matrícula Funcional nº 000636, Registro no Sistema sob nº 955064, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

05 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.656 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.656 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública GISLENE MARIA UHLIG FUCKNER, Matrícula Funcional nº 000765, Registro no Sistema sob nº 955372, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

05 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.657 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.657 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública IVONE GORNIACK DA COSTA, Matrícula Funcional nº 000754, Registro no Sistema sob nº 955346, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

05 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.658 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.658 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 18 (dezoito) dias de férias a Servidora Pública JOCELI SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 000873, Registro no Sistema sob nº 955581, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 22 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.659 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.659 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública JUÇARA MARIA PESCHEL, Matrícula Funcional nº 000626, Registro no Sistema sob nº 955053, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.660 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.660 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública LECIANE KARINE DE ANDRADE TORRES, Matrícula Funcional nº 000730, Registro no Sistema sob nº 955247, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.661 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.661 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública LOURDES GALLAS MARCZAK, Matrícula Funcional nº 000120, Registro no Sistema sob nº 385900, no Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 03 de abril de 2016 a 02 de abril de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.662 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.662 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 18 (dezoito) dias de férias a Servidora Pública LOURDES SAIDOCK DERENIEVICZ, Matrícula Funcional nº 000852, Registro no Sistema sob nº 955551, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 22 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

05 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.663 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.663 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública LUCILDA TEIXEIRA, Matrícula Funcional nº 000664, Registro no Sistema sob nº 955090, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

05 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.664 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.664 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE PATRIMONIO, SEGURANÇA, PROTOCOLO E ARQUIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, Matrícula Funcional nº 000093, Registro no Sistema sob nº 295720, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II e exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Patrimonio, Segurança, Protocolo e Arquivo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2013 a 28 de Fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 07 de Janeiro de 2016 á 16 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.665 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.665 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública LUCIA APARECIDA SMENCOSKI LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000091, Registro no Sistema sob nº 295560, no Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 09 de junho de 2016 a 08 de junho de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.666 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.666 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública SILMARA PRESTES MACHADO, Matrícula Funcional nº 000700, Registro no Sistema sob nº 955144, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.667 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.667 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública SOLANGE GARCIA, Matrícula Funcional nº 000750, Registro no Sistema sob nº 955338, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.668 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.668 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública SUELE DE ALMEIDA COELHO LIMA, Matrícula Funcional nº 000769, Registro no Sistema sob nº 955385, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

05 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.669 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.669 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública SUELE REGINA STOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000839, Registro no Sistema sob nº 955523, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

05 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.670 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.670 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública VANESSA BLASZKOVSKY, Matrícula Funcional nº 000739, Registro no Sistema sob nº 955264, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

05 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.671 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.671 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública VALDIANE APARECIDA FUCKNER, Matrícula Funcional nº 000757, Registro no Sistema sob nº 955264, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

05 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.672 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.672 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 17 (dezesete) dias de férias a Servidora Pública KELLY CRISTIANE FRIEDRICH DREFHAL, Matrícula Funcional nº 000882, Registro no Sistema sob nº 955609, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 13 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2017 á 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.673 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.673 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal NEURI NAGEL, Matrícula Funcional nº 000404, Registro no Sistema sob nº 954254, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste Artigo referente ao período aquisitivo de 15 de abril de 2015 a 15 de abril de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 á 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.607 de 02 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.674 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.674 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 13.324 DE 21 DE JULHO DE 2016.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 13.324 de 21 de julho de 2016.

Parágrafo único – A revogação de que trata o Caput deste Artigo em virtude da referida Portaria emitida indevidamente, prevalece a Portaria nº 12.544 de 28 de dezembro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 2050/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº2050/2016, na modalidade Tomada de Preços de nº 13/2016 tendo como objeto a EXECUÇÃO DE OBRA DE COBERTA DO ACESSO NA ESCOLA ODILA MARCOLINA DE LIMA, NO BAIRRO PRIMAVERA, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DEFINIDAS NESTE EDITAL.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
VANDERLEI PERIN ME	1	1	1,00	11.909,31	11.909,31

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
VANDERLEI PERIN ME	11.909,31

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 05 de dezembro de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

PRORROGA PRAZO DE PROPOSTA DO EDITAL DE CHAMAMENTO N. 02/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2016

EXTRATO DE EDITAL

PRORROGA PRAZO DE ENTREGA DE PROPOSTAS DO:

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2016

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que PRORROGA O PRAZO PARA A ENTREGA DE PROPOSTAS do Edital de Chamamento nº 02/2016, objetivando a SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE INCUBADORA DE EMPRESAS EM REGIME DE CONDOMÍNIO para até o dia 12 de Dezembro de 2016 até as 13horas. Os proponentes interessados deverão protocolar suas Propostas, juntamente com a documentação necessárias junto a Sala do Empreendedor localizada em anexo ao Centro de Múltiplo Uso, em Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7h às 13h, pelo fone, 49 3655 3003, e e-mail salaempreendedora@campoere.sc.gov.br e no portal do Município www.campoere.sc.gov.br , Campo Erê - SC, 05 de Dezembro de 2016. RUDIMAR BORCIONI - Prefeito municipal

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1862/16

PORTARIA Nº 1862/16 de 01/12/16

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ANDREIA DIAS CASSANIGA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ANDREIA DIAS CASSANIGA do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de dezembro de 2016

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1863/16

PORTARIA Nº 1863/16 de 01/12/16

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EDSON DOUGLAS PEREIRA CASAGRANDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EDSON DOUGLAS PEREIRA CASAGRANDE do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1864/16

PORTARIA Nº 1864/16 de 01/12/16

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCIANA APARECIDA MEDEIROS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCIANA APARECIDA MEDEIROS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194H/16

PORTARIA Nº 194H/16 DE 01/12/16

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA MARLIESE DA CASS MECABO

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora MARLIESE DA CASS MECABO, referente a função de Chefe Geral de Enfermagem, correspondente a 10% (dez por cento), referente aos períodos de 01/06/15 a 31/10/15 e 01/04/16 a 31/10/16, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de dezembro de 2016.

Leonardo Farias Santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio

PORTARIA Nº 195H/16

PORTARIA Nº 195H/16 DE 01/12/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A MARLENE CORREA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença à servidora MARLENE CORREA, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de novembro de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de dezembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 196H/16

PORTARIA Nº 196h/16 DE 01/12/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ERITON REZENDE

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida

no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ERITON REZENDE referente ao período aquisitivo de 02/02/14 a 01/08/14, a serem gozadas no período de 16/11/16 a 06/12/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de dezembro de 2016

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 123/2016

PORTARIA SAMAE CNO 123/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

REVOGAR a portaria 039/2016 de 02 de março de 2016 e;
NOMEAR a partir desta data, Comissão Permanente de Licitação na modalidade Pregão, composta pelos seguintes servidores:

Pregoeira Neusa Aparecida de Lima
Membro Alexandre José Biolchi
Membro Leticia Alves Ribeiro

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 124/2016

PORTARIA SAMAE CNO 124/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor AURI SÉRGIO LISTON, Operador de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.3.E para exercer a Função de Chefe de Redes e Ramais - Água, sem ônus, do dia 02/12/2016 até o dia 31/12/2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 125/2016

PORTARIA SAMAE CNO 125/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR a servidora NÁDIA THOMÉ FILIPPI, Operadora de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.1.A para exercer a Função de Chefe de Operações da E.T.A., sem ônus, do dia 02/12/2016 até o dia 31/12/2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 126/2016

PORTARIA SAMAE CNO 126/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor ALEXANDRE JOSÉ BIOLCHI, Assistente Administrativo, Padrão 6.1.C para exercer a Função de Chefe de Gabinete, sem ônus, do dia 02/12/2016 até o dia 31/12/2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 127/2016

PORTARIA SAMAE CNO 127/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor ALTAMIR BOFF, Operador de E.T.A./E.T.E.,

Padrão 7.3.F para exercer a Função de Chefe de Redes e Ramais – Esgoto, sem ônus, do dia 02/12/2016 até o dia 31/12/2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 128/2016

PORTARIA SAMAE CNO 128/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR a servidora NEUSA APARECIDA DE LIMA, Assistente Administrativa, Padrão 6.3.G para exercer a Função de Chefe de Material e Transporte, sem ônus, do dia 02/12/2016 até o dia 31/12/2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 129/2016

PORTARIA SAMAE CNO 129/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor ELISEU MARTENDAL, Agente Administrativo, Padrão 5.3.C para exercer a Função de Chefe de Emissão e Controle de Contas, sem ônus, do dia 02/12/2016 até o dia 31/12/2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 130/2016

PORTARIA SAMAE CNO 130/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor LUIS JOSÉ BORELLA, Assistente Administrativo, Padrão 6.3.F para exercer a Função de Coordenador das Atividades Administrativas, sem ônus, do dia 02/12/2016 até o dia 31/12/2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 131/2016

PORTARIA SAMAE CNO 131/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

DESIGNAR, a servidora LETICIA ALVES RIBEIRO, Auxiliar Administrativa, Padrão 4.1.B, para substituir o servidor ALEXANDRE JOSÉ BIOLCHI, Assistente Administrativo, Padrão 6.1.C, nas atividades do Departamento de Pessoal, sem ônus, do dia 02/12/2016 até o dia 31/12/2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 132/2016

PORTARIA SAMAE CNO 132/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

DESIGNAR, o servidor ROBSON MOLON, Encanador, Padrão 5.1.C, para ocupar o cargo de Mecânico de Manutenção, sem ônus, do dia 02/12/2016 até o dia 31/12/2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 133/2016

PORTARIA SAMAE CNO 133/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

DESIGNAR, o servidor ANTÔNIO CARLOS GOMES DA SILVA, Vigilante, Padrão 3.1.C, para ocupar o cargo de Operador de ETA/ETE, sem ônus, do dia 02/12/2016 até o dia 31/12/2016. .

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 134/2016

PORTARIA SAMAE CNO 134/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR, o servidor MURILO CAMPAGNONI, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.C, para ocupar o cargo de Agente Administrativo,

no período de 02/12/2016 à 31/12/2016, sem ônus, durante as férias do servidor Alexandre Kunen.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 135/2016

PORTARIA SAMAE CNO 135/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º. INSTAURAR, sindicância para averiguar a ocorrência de incidente com danos materiais na motocicleta placa MGW0156, do SAMAE, ocorrido em Campos Novos/SC, conforme Boletim de Ocorrência nº 02005-2016-01573, oriundo da Polícia Militar.

Art. 2º. DESIGNAR, os servidores Altamir Boff, Robson Molon e Alexandre José Biolchi, estes sob a presidência do primeiro, para praticarem todos os atos necessários, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente portaria, elaborar o relatório com parecer conclusivo.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 136/2016

PORTARIA SAMAE CNO 136/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º. INSTAURAR, sindicância para averiguar a ocorrência de acidente com danos materiais no veículo Hyundai/HR HDB placa QHO0062, do SAMAE, ocorrido em Campos Novos/SC, conforme Boletim de Ocorrência nº 00578-2016-0117516, oriundo da Polícia Civil.

Art. 2º. DESIGNAR, os servidores Altamir Boff, Eliseu Martendal e Neusa Aparecida de Lima, estes sob a presidência do primeiro, para praticarem todos os atos necessários, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente portaria, elaborar o relatório com parecer conclusivo.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 11/2016 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 11/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 10/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de 87 horas de serviços de mecânica para retifica e montagem, com fornecimento de peças, do motor do veículo Ford Transit Ambulância, placas MKD – 9483, ano/modelo 2012/2013, da Fundação Hospitalar Municipal, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 16 de dezembro de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 05 de dezembro de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES - Diretora Administrativa

EXTRATO EDITAL 58/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 58/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 41/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de 50 horas de serviços de mecânica para retifica e montagem, com fornecimento de peças, do motor do veículo Mercedes Bens L1418E, placas LWU - 5563, ano/modelo 1995/1995, da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 16 de dezembro de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 05 de dezembro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1040/2016

PORTARIA Nº. 1040/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora ALEXANDRA LAVINA, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 30/11/2016 a 09/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora KARINE KOHL, efetiva no cargo de Bioquímico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 28/11/2016 a 07/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS
Secretário Municipal de Saúde Interino

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1047/2016

PORTARIA Nº. 1047/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora LARITA DE CASSIA KNORYK, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 28/11/2016, conforme Comunicação Interna nº583/DP/2016, sendo que após do 16º (décimo sexto) dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, a concessão do benefício de auxílio doença à servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS
Secretário Municipal de Saúde Interino

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 330/2016

DECRETO Nº. 330/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 683,20 m² (seiscentos e oitenta e três metros e vinte decímetros quadrados), procedido por FRITZ THOMAS HAAG, situado na Rua Francisco de Assis Costa, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob às matrículas nº 19.181 e 19.182 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 27 com área de 509,40 m² e lote nº 28, com área de 173,80 m² (este lote só poderá ser vendido ao confrontante), ambos pertencentes à quadra nº 1262, conforme requerimento protocolado sob nº. 6524/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 332/2016

DECRETO Nº. 332/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES E PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.940 de 25/11/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.940 de 25/11/2016, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Proj./Ativ. 2.006 – Manutenção da alimentação escolar do ensino fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 130.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Proj./Ativ. 2.050 – Manutenção da alimentação escolar da educação infantil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 364: Ensino Superior

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Proj./Ativ. 2.054 – Apoio ao Ensino Superior

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 60.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Proj./Ativ. 2.054 – Apoio ao Ensino Superior

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 12.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

II)

Órgão 10: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Unidade 10.01: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Função 14: Gestão Ambiental

Subfunção 541: Preservação e conservação ambiental

Programa 14: Meio ambiente sustentável

Proj./Ativ. 2.053 – Ações de coleta e destino de resíduos sólidos

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 34.172,97

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

III)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Subfunção 691: Promoção Comercial

Programa 4: Desenvolvimento sustentável

Proj./Ativ. 1.028 – Aquisição de Terreno p/ ações de Desenvolvimento Econômico

4.5.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 43.827,03

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei 5.940 de 25/11/2016, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Proj./Ativ. 2.005 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 150.000,00

Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
13600	2.354.247,59	2.504.247,59	150.000,00
TOTAL			150.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1038/2016

PORTARIA Nº 1038/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

PRORROGAR LICENÇA MATERNIDADE

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Maternidade à servidora DENILDA NUNES DA ROCHA, contratada na função de Professor ACT – Séries Iniciais, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 29/11/2016 a 27/01/2017, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1007/2016

PORTARIA Nº. 1007/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 1º - Fica nomeada a Equipe Técnica de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME (2015-2024), com a seguinte composição:

I - Representante do Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação
Rosimari de Fátima Cubas Blaka;

II - Representante do Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação
Elfi Irene Noernberg Pangratz;

III - Representante do Setor de Recursos Humano da Secretaria Municipal de Educação
Flávia Lúcia Haensch;

IV – Representante do Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação
Cristiane Herbst Mota

V - Representante do Setor de Dados e Estatística a Secretaria Municipal de Educação
Joceli Carvalho Maoski Lopes Vieira

VI – Representante da Educação de Jovens e Adultos – EJA Municipal
Salete Palhano de Andrade

VII - Representante da Educação Infantil
Luciane Aparecida Darmorus Zucco

VIII - Representante do Ensino Fundamental
Izane Maria Pereira

IX - Representante da Educação Especial
Solange Stelzner

X – Representante do Setor da Assistência Social ao Educando
Juceres Maria Wiese Roeder

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de novembro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1026/2016

PORTARIA Nº. 1026/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à servidora IVONE TEREZINHA PAULO, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de

01/12/2016 a 30/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1028/2016

PORTARIA Nº. 1028/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor GERALDO LUIZ CARDOSO CHAVES, efetivo no cargo de Médico Pediatra, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 07/12/2016 a 26/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS

Secretário Municipal de Saúde Interino

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1035/2016

PORTARIA Nº. 1035/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada SIMONE APARECIDA MAY GIRALDI, contratada na função de Professor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/11/2016, conforme Comunicação Interna nº 287/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1036/2016

PORTARIA Nº. 1036/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal ROSILENE NOGATH, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 25/11/2016 à 03/01/2017, conforme Comunicação Interna nº 578/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS
Secretário Municipal de Saúde Interino

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1037/2016

PORTARIA Nº. 1037/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal GRISELE ADRIANA MORANT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 17/11/2016 à 15/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 581/DP/2016.

Art. 2º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal CLAUDETE APARECIDA FRANCISCO, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 18/11/2016 à 16/01/2017, conforme Comunicação Interna nº 581/DP/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS
Secretário Municipal de Saúde Interino

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1044/2016

PORTARIA Nº. 1044/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional JAQUELINE BONETES CARVALHO DO PRADO, na função de Professor ACT – Artes, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na E.B.M. Alberto Wardenski, no período de 23/12/2016 a 18/09/2017, haja vista a concessão de estabilidade, conforme Comunicação Interna nº 577/DP/2016.

Art. 2º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional FRANCIELE JACIARA MENDES, na função de Professor ACT – Geografia, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na E.B.M. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 23/12/2016 a 24/11/2017, haja vista a concessão de estabilidade, conforme Comunicação Interna nº 577/DP/2016.

Art. 3º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional CAMILA GONÇALVES, na função de Monitor de Educação Especial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na E.B.M. Alberto Wardenski, no período de 23/12/2016 a 30/09/2017, haja vista a concessão de estabilidade, conforme Comunicação Interna nº 577/DP/2016.

Art. 4º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional LILIAN DE SOUZA PRESTES, na função de Professor ACT – Educação Infantil, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na E.B.M. Alzirinha da Silva Corrêa, no período de 23/12/2016 a 18/05/2017, haja vista a concessão de estabilidade, conforme Comunicação Interna nº 577/DP/2016.

Art. 5º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional SILVANA DE SOUZA LEITE, na função de Professor ACT – Educação Física, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na E.B.M. Alberto Wardenski, e E.B.M. Guilhermina Maria Veiga Ferreira, no período de 01/12/2016 a 30/06/2017, haja vista a concessão de estabilidade, conforme Comunicação Interna nº 577/DP/2016.

Art. 6º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional CINTIA SKACHESKI DREHER, na função de Professor ACT – Ensino Religioso, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na E.B.M. Severo de Andrade, no período de 23/12/2016 a 28/12/2017, haja vista a concessão de estabilidade, conforme Comunicação Interna nº 577/DP/2016.

Art. 7º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional CINTIA SKACHESKI DREHER, na função de Professor ACT – Ensino Religioso, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na E.B.M. Aroldo Carneiro de Carvalho e E.B.M. Presidente Castelo Branco, no período de 23/12/2016 a 28/12/2017, haja vista a concessão de estabilidade, conforme Comunicação Interna nº 577/DP/2016.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1045/2016

PORTARIA Nº. 1045/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora SABRINA SCHWED LINZMEIER, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 22/11/2016 à 21/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 574/DP/2016.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora BEATRIZ TEREZINHA PONTAROLO, efetiva no cargo de Orientador Educacional, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 22/11/2016 à 21/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 574/DP/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1046/2016

PORTARIA Nº. 1046/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal LUCIA AMÉLIA TRINDADE WITT, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 30/11/2016 à 23/01/2017, conforme Comunicação Interna nº 575/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1048/2016

PORTARIA Nº. 1048/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido MARIA EUDÓCIA CORREA DA MAIA, efetiva no cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais no CEI Vinicius de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1049/2016

PORTARIA Nº. 1049/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o §4º do art. 21 da Lei Complementar nº 054/2016, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º - Fica designado JONAS DOS SANTOS LIMA, servidor comissionado no cargo de Chefe de Gabinete, a exercer suas atividades junto ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, a partir de 07/10/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1050/2016

PORTARIA Nº. 1050/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora GISLAINE SIEMS LEITE, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 28/11/2016 a 27/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1052/2016

PORTARIA Nº. 1052/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro à servidora CARMEN NOERNBERG, efetiva no cargo de Agente Administrativo, atualmente comissionada no cargo de Tesoureiro, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1053/2016

PORTARIA Nº. 1053/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Art. 13, inciso I da Lei Municipal nº. 2.305/1990, da Lei Municipal nº 2.307/1990, da Lei Municipal nº 5.139/2013 e Lei Municipal nº. 5.790/2016, resolve:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificada a Portaria nº. 1021/2016, em especial quanto o art. 1º e 2º, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Enfermeiro, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional FERNANDA FEDALTO CHICOSKI KRZESINSKY, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 486, e convocada conforme Edital nº 039 de 13 de outubro de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 21/11/2016, conforme Comunicação Interna nº 210/SMS/2016.

Art. 2º - Fica concedida a designação temporária da servidora descrita no artigo anterior, para exercer suas funções na Unidade Básica de Saúde da Cohab I, a partir de 21/11/2016, e, permanecendo na referida Unidade de Saúde, até o retorno da servidora titular, afastada para tratamento de saúde, conforme Comunicação Interna nº 331/SMS/2016.”

Art. 2º - As demais disposições constantes na Portaria nº. 1021/2016 ficam inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS

Secretário Municipal de Saúde Interino

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 989/2016

PORTARIA Nº. 989/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito Municipal de Canoinhas em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR COMISSÃO

Art. 1º - Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, ficam nomeados os abaixo relacionados como Pregoeiro e Equipe de Apoio para atuarem na modalidade denominada Pregão Presencial e Eletrônico, visando a aquisição de bens e serviços comuns, provenientes da Prefeitura do Município de Canoinhas, Fundações e Fundos Municipais, a qual deverá vigorar a partir de 04/11/2016 até 31/12/2016:

I. Pregoeiro: Paulo César Safanelli;

Suplente: Roberta Josiane Schafaschek.

II. Equipe de Apoio: Marciano Fernandes Correa;

Suplente: Claudio Henrique Mathias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 122/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/16

HOMOLOGAÇÃO: 05/12/16

CONTRATADO: Balsa Nova Comercial - LTDA - ME CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Canoinhas

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ROÇADA, POR METRO QUADRADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, A SEREM REALIZADOS EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) DATA: 05/12/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 – COMSEA

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 – COMSEA

Estabelece os Critérios para Fornecimento de Cestas de Alimentos de Hortifrutigranjeiros advindos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)-Termo de Adesão Municipal.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, que Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5.160 de 29 de agosto de 2013, que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que Institui o Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito do Programa Fome Zero;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos;

CONSIDERANDO a Deliberação Plenária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional reunido ordinariamente em 14 de abril de 2016;

CONSIDERANDO a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Do Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova a Política Nacional de Assistência Social;

RESOLVE

Artigo 1º- Definir Critérios, para a concessão de Cestas de Alimentos Hortifrutigranjeiros, fornecidos para famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, atendidos pela Política Pública de Assistência Social, através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Entidades de Assistência Social.

As famílias atendidas com as cestas de alimentos hortifrutigranjeiros devem estar inseridas no Cadastro Único dos Programas Sociais (CADÚNICO) e apresentar uma das seguintes PRIORIDADES:

- Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família, em especial as famílias em situação de extrema pobreza;
- Idosos sem renda fixa comprovada;
- Idosos ou pessoa com deficiência cuja renda per capita seja igual ou inferior a um quarto salário mínimo;
- Idosos ou pessoas com deficiência que sejam beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada –BPC;
- Gestantes ou Nutrízes em acompanhamento familiar pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ou Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Outras Situações de vulnerabilidade temporária, identificadas pelo Assistente Social atuante na entidade, como imprescindíveis à sobrevivência da família e seus membros.

Famílias que receberão as cestas de alimentos hortifrutigranjeiros dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) deverão residir nas suas respectivas áreas de abrangência.

Artigo 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 14 de abril de 2016.

Página: 1/1

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 182/2016

Licitação.....: 122/2016 - PR

Modalidade.....: **PREGÃO PRESENCIAL**

REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ROÇADA, POR METRO QUADRADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, A SEREM REALIZADOS EM DIVERSAS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	16355	- SERVIÇOS DE ROÇADA COM JUNTADA DE MATERIAL - Unidade: M2					
17255	WM GARDEN SERVIÇOS DE JARDINAGEM LTDA EPP		960.000,000	0.0000	0.0900	86.400,00	Inabilitado	1 *****
16437	BALSA NOVA COMERCIAL - LTDA - ME		960.000,000	0.0000	0.1000	96.000,00	Venceu	1 *****
17204	FLAMACOM COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP		960.000,000	0.0000	0.1200	115.200,00	Perdeu	3
16342	SYSTEM SEG SERVICOS LTDA - ME		960.000,000	0.0000	0.1100	105.600,00	Inabilitado	0
17258	ADELAR KRAIESKI BATISTA ME		960.000,000	0.0000	0.1400	134.400,00	Desclassif.	0
17257	D6 SERVICOS E OBRAS EIRELI ME		960.000,000	0.0000	0.1600	153.600,00	Desclassif.	0
17259	UNIAO PRESTADORA DE SERVICOS LTDA EPP		960.000,000	0.0000	0.1700	163.200,00	Desclassif.	0
17256	SIOMARA ERZINGER EPP		960.000,000	0.0000	0.1800	172.800,00	Desclassif.	0
17260	GABRIEL AARON LUIZ		960.000,000	0.0000	0.1800	172.800,00	Desclassif.	0

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a) -
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE -
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE -
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE -
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC -
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0 -

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 1070**

RESOLUÇÃO Nº 1.070, de 29/11/2016

ALTERA O ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO Nº 825, DE 21/12/2001

O Vereador Célio Galeski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas faz saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º. Fica alterado o § 1º do artigo 3º da Resolução nº 825, de 21/12/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º...

§ 1º No ano do início da legislatura, a Câmara Municipal, reunir-se-á em sessão de instalação, às 19 (dezenove) horas do dia 1º de janeiro, para dar posse aos Vereadores, ao Prefeito e Vice-Prefeito"

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 29 de novembro de 2016.

Célio Galeski
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 29/11/2016.

José Luiz Lacowicz
Secretário Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 149/2016

DECRETO Nº 149, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Atualiza o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo nº 58, V da Lei Orgânica do Município de Capinzal e artigo 158, § 4º da Lei Complementar nº 134 de 22 de dezembro de 2009, e;

CONSIDERANDO a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada em 8,50% (oito vírgula cinquenta por cento) a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, passando a vigorar para o exercício de 2017 no valor de R\$ 97,72 (noventa e sete reais e setenta e dois centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º (primeiro) de janeiro de 2017.

Capinzal, (SC), em 30 de novembro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

TERMO ADITIVO 001/2016 AO CONTRATO Nº 162/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : TA 001/2016 C162 - Contrato Nº: 0162/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: S.G TERRAPLENAGEM LTDA - EPP	
Valor : 0,00 (zero)	
Vigência : Início: 05/12/2016 Término: 07/04/2017	
Licitação : Processo Licitatório Nº 066/2016	
Modalidade...: Tomada de Preços p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 0003/2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 07/04/2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria responsável, parecer técnico e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 5 de dezembro de 2016	

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

PORTARIA N º 66/2016/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 66/2016/SIMAE-CAO, de 25 de novembro de 2016.

Concede Revisão Geral anual aos Servidores, na forma que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder Revisão Geral Anual aos vencimentos e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro Geral da Autarquia em 3,58% (três vírgula cinquenta e oito por cento), baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) acumulado no período de janeiro a abril de 2016, sobre os vencimentos a contar de 1º de dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 3.229 de 24 de novembro de 2016, da Prefeitura Municipal de Capinzal.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

Catanduvas

PREFEITURA

LEI Nº 2.551/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 2.551, de 31 de outubro de 2016.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS A REALIZAR REPASSE DE R\$ 15.000,00 À CDL DE CATANDUVAS, PARA CUSTEAR DESPESAS COM DECORAÇÃO NATALINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALBERTO BROLL, Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) á Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, de Catanduvas/SC, para custear despesas com DECORAÇÃO NATALINA, na cidade de Catanduvas.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 31 de outubro de 2016.

ALBERTO BROLL

Prefeito em exercício.

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças Registrada e publicada nesta data.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 106/2016

PORTARIA Nº 106/2016

"Dispõe sobre procedimentos necessários às prestações de contas do município, período de expediente interno e dá outras providências."
ACIR LOURENÇO ROSSETO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso V, da Lei Orgânica do Município.

Considerando o término do exercício financeiro de 2016 e do mandato da atual administração;

Considerando a necessidade de confecção de relatórios de prestações de contas fidedignos e contemporâneos à situação fática do Município;

Considerando a necessidade de concentração das informações fiscais ao setor competente;

RESOLVE:

Art. 1º Determina-se que a apresentação de documentos fiscais por todos os setores da Administração Municipal ao setor de contabilidade deverá ser feita até o dia 09 de dezembro de 2016.

§1º- Os gestores municipais deverão organizar-se e realizarem as despesas necessárias até a data descrita no caput, bem como comunicar aos fornecedores da necessidade de emissão dos documentos fiscais;

§2º - Exceção à limitação de data será exclusivamente para os serviços de urgência e emergência, restritos à saúde ou situações de calamidade pública mediante prévia autorização do Prefeito Municipal.

§3º - O Gestor que autorizar e realizar despesa fora dos critérios estabelecidos nesta portaria será o único responsável pelo adimplemento da referida despesa, às suas expensas.

Art. 2º - Determina-se a realização de expediente interno, à Secretaria de Administração, a partir de 12 de dezembro de 2016, devido à demanda necessária relativa ao final do exercício e mandato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu/SC, 06 de dezembro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 111, DE 01.12.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 111, DE 01.12.2016

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §5º, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

90 – Reserva de contingência
99 – Reserva de Contingência
99 – Reserva de Contingência
999 – Reserva de Contingência
99 – Reserva de Contingência
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
9.9.99.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência
2097 - Reserva de Contingência
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 20.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de dezembro de 2016.

José Bráulio Inácio
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 112, DE 01.12.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 112, DE 01.12.2016

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 64.240,00, (sessenta e quatro mil duzentos e quarenta reais), das seguintes dotações do orçamento vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361 – Ensino Fundamental
06 – Educação para Todos
115 – Transferência de Convênios - Educação
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1030 - Construção Reforma Ampliação Escolas, Ginásios e Quadras Esportivas R\$ 28.240,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361 – Ensino Fundamental
06 – Educação para Todos
118 – Salário Educação
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental
..... R\$ 36.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 64.240,00 (sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361 – Ensino Fundamental
06 – Educação para Todos
118 – Salário Educação
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1030 - Construção Reforma Ampliação Escolas, Ginásios e Quadras Esportivas R\$ 28.240,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361 – Ensino Fundamental
06 – Educação para Todos
118 – Salário Educação
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental
..... R\$ 36.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de dezembro de 2016.

José Bráulio Inácio
Prefeito Municipal

DECRETO N° 113, DE 02.12.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 113, DE 02.12.2016

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), da seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – Fundo de Assistência Social
01 – Divisão do fundo de Assistência Social
08 – Assistência Social
244 – Assistência Comunitária
10 – Desenvolvimento Social
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1006 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos
..... R\$ 2.600,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09 – Fundo de Assistência Social
01 – Divisão do fundo de Assistência Social
08 – Assistência Social
244 – Assistência Comunitária
10 – Desenvolvimento Social
117 – Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1006 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos
..... R\$ 2.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de dezembro de 2016.

José Bráulio Inácio
Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 026/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Articulação Institucional

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 026/2016

CONVENENTE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

CONVENIADO– Associação Educativa das Boas Novas do Reino

OBJETO – O presente convênio tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização da "Assembléia da Igreja Testemunhas de Jeová.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio vigorará a partir de 09 de Dezembro de 2016 até 11 de Dezembro de 2016.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 23 de Novembro de 2016 – Marcos Alberto Giovanoni, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Antonio Laueremann, Presidente da Associação Educativa das Boas Novas do Reino.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC Nº 001/2016 ERRATA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC Nº 001/2016

ERRATA

IGOR ANTONIO GIROTTO, Secretário de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, Errata da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC Nº 001/2016 que "Dispõe sobre a Ampliação de Carga Horária Efetiva dos servidores do Magistério Público Municipal", conforme segue:

1 – O item 7 passa a vigorar com a seguinte redação:

7. A chamada para escolha de vagas dar-se-á no dia 15 de dezembro de 2016, para todas as disciplinas e áreas de atuação, observada a disponibilidade de vagas, conforme cronograma a seguir:

- a) Das 13:45h às 15:00h – Disciplinas do Ensino Fundamental – 6ª a 9ª série;
- b) Das 15:00h às 15:30h – 1ª a 5ª série do Ensino Fundamental;
- c) Das 15:30h às 16:00h – Educação Infantil;
- d) Das 16:00h às 17:00h – Educação Especial.

2 – As demais disposições permanecem inalteradas.

Chapecó (SC), 06 de dezembro de 2016.

IGOR ANTONIO GIROTTO

Secretário de Educação

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO N. 503/16

DECRETO SAF/Nº. 503/16, de 01 de dezembro de 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;

j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

AGENTE EPIDEMIOLÓGICO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1º	239080	Maria Bernadete da Silva Vitali

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL 23/2016

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 21 de Dezembro de 2016, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL nº 23/2016, para contratação de empresa especializada para alteração do Projeto da Estação de Tratamento de Esgoto, Emissário, Linha de Recalque e Elevatória de Esgoto Final (memorial de cálculo, peças gráficas, especificações e descritivo), atualização do restante da rede coletora a ser executada na primeira etapa (memorial de cálculo, peças gráficas e especificações), alteração de planilhas de quantitativos da primeira etapa de implantação da rede coletora em vista das quantidades reais executadas; e quantitativo do que falta executar, atualização da planilha orçamentária da primeira etapa verificando a necessidade de suprimir e aditar os itens necessários, bem como incorporação de itens não constantes na planilha, respeitando sempre as quantidades executadas e as necessárias para

concluir a obra na primeira etapa, de acordo com o SINAPI, atualização do cronograma físico financeiro onde serão fornecidos todos os projetos originais, planilhas e as Built e ajustes no projeto ao longo da execução, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste edital, no Termo de Referência e seus anexos. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 21 de Dezembro de 2016. A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br. Cocal do Sul-SC, 05 de Dezembro de 2016. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL OBRAS Nº 1/2016-FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL OBRAS Nº 1/2016 – FMAS

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para reforma da cobertura no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado na Travessa Bonassi, 127 – Vila Eletrosul, Bairro Imigrantes Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 16h00min do dia 21/12/2016.

Abertura: dia 22/12/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 05 de Dezembro de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Gestora do FMAS

BOLSA FAMÍLIA- IGD 7ª PARCELA 2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGD-BF, repasse no valor de R\$ 3.280,03 (três mil duzentos e oitenta reais e três centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 02 de dezembro de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 663/2016

DECRETO Nº 663 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.180/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.002 – Pagamento do Pasep.
Modalidade de Aplicação: 339000 – 169
Fonte de Recursos: 30.44 – Vinculado – R\$ 500,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado superávit financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 25/11/2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 28 de novembro de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO N. 670/2016

DECRETO Nº 670 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.180/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Manutenção das Ações e projetos da Secr. de Administração, Fazenda e Planejamento.
Modalidade de Aplicação: 339000 – 14
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 12.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.050 – Manutenção do PMAQ (RAB-PMAQ-SM)
Modalidade de Aplicação: 319000 – 32
Fonte de Recursos: 14.64 – Vinculados – R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Manutenção das Ações e projetos da Secr. de Administração, Fazenda e Planejamento.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 15
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 12.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.050 – Manutenção do PMAQ (RAB-PMAQ-SM)
Modalidade de Aplicação: 339000 – 33
Fonte de Recursos: 14.64 – Vinculados – R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.050 – Manutenção do PMAQ (RAB-PMAQ-SM)
Modalidade de Aplicação: 449000 – 34
Fonte de Recursos: 14.64 – Vinculados – R\$ 5.000,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais) o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotações orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.051 – Manutenção do Nasf e CO-Financiamento – Estado
Modalidade de Aplicação: 319000 – 35
Fonte de Recursos: 17.64 – Vinculados – R\$ 20.900,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculada (17.64)

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 01 de dezembro de 2016.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 93/2016 - PPRP 40/2016 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, FRALDAS E PROTETOR SOLAR PARA SUPRIR DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 93/2016
Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 40/2016
Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, FRALDAS E PROTETOR SOLAR, A FIM DE SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE E MANTER COM AS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 19/12/2016.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 19/12/2016.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 05 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 94/2016 - PPRP 41/2016 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 94/2016
Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 41/2016
Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS MUNICIPAIS, E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SUBIR A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 16/12/2016.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16/12/2016.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 05 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AO EDITAL - PROCESSO ADM. 83/2016 - TP 11/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMPACTÁVEIS (LIXO URBANO) E LIXO HOSPITALAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
RETIFICAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 83/2016
TOMADA DE PREÇOS: 11/2016
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMPACTÁVEIS (LIXO URBANO), BEM COMO O LIXO HOSPITALAR PRODUZIDO PELAS UNIDADES DE SAÚDE E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS, CONFORME ANEXO "A" DO EDITAL.

Fica alterada a alínea "b" do § 3º - Do Destino final, do item 2. - Do Objeto, passando a valer com a seguinte redação:

b) O Lixo Hospitalar deverá ser tratado e incinerado por meios legalmente autorizados, de modo que se obtenha menores impactos ambientais, devendo os resíduos serem devidamente classificados antes de sua destinação final.

Fica suprimida do edital em epígrafe a alínea "c" do item 6.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.

Considerando as presentes alterações, as datas e horários de entrega dos envelopes e abertura da sessão passam a ser as seguintes:

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 do dia 22/12/2016.
Abertura dos Envelopes: 08:30 do dia 22/12/2016.

O edital retificado poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 05 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 116/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

TOMADA DE PREÇOS nº 001/15

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 116/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.020.495/0001-34, estabelecida na Rua Três de Maio, 58-Sala 403 - CEP 89.201-030, município de Joinville, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para viabilizar a empreitada por preço global, na construção de 03 pontes (PONTE ROCHA - COMPRIMENTO = 22,25 m X LARGURA = 4,15 m, PONTE ROTA DAS CACHOEIRAS - COMPRIMENTO = 18,50 m X LARGURA = 4,15 m e PONTE VALDOMIRO PRETO - COMPRIMENTO = 22,30 m X LARGURA = 4,15 m), com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários, no Município de Corupá-SC, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, realiza-se ACRÉSCIMO ao valor total do presente contrato, no valor de R\$ 66.247,00 (Sessenta e seis mil e duzentos e quarenta e sete reais) em virtude de adequações e revisão do projeto com a execução de novas cortinas de concreto, conforme projeto "AS BUILT" em anexo, ficando o valor final do contrato em R\$ 945.328,00 (novecentos e quarenta e cinco mil e trezentos e vinte e oito reais).

Data da Assinatura: 16/05/2016

Data da Vigência: 09/10/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato original, alterasse o valor do contrato nº 192/14 com base no Índice Geral de Mercado (IGPM) referente ao período de novembro de 2014 a outubro de 2015, com reajuste de 10.0985400 %, sendo:

ITEM	SERVIÇOS	R\$/UNID
1	COLETA MANUAL E MECANIZADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS COMPACTÁVEIS NA ÁREA URBANA E RURAL	R\$ 193,05
2	TRANSBORDO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS COMPACTÁVEIS	R\$ 7,61
3	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS COMPACTÁVEIS ATÉ ATERRO SANITÁRIO	R\$ 46,87
4	TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS COLETADOS EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO.	R\$ 115,03
5	COLETA MANUAL E MECANIZADA, ATRAVÉS DO SISTEMA PORTA A PORTA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL EM LOCAL LICENCIADO, DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS;	R\$ 29.032,85
6	COLETA DIFERENCIADA TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS CLASSIFICAÇÕES DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PRODUZIDOS NOS AMBULATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO;	R\$ 2.389,04
7	VARRIÇÃO MANUAL E MECANIZADA DE RUAS E AVENIDAS, PINTURA DE MEIO FIOS, POSTES E OUTROS SERVIÇOS DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DO MUNICÍPIO	R\$ 1.113,26

Data da Assinatura: 01/04/2016

Data da Vigência: 07/11/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 192/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 004/14

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 192/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64 e inscrição Estadual nº 253.637.244, estabelecida na Rua Ottokar Doerffel, 84, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA, COMPREENDENDO A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES PRODUZIDOS PELO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, COLETA, TRANSPORTE E DESCARGA DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (COLETA SELETIVA) E COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL ADEQUADO DOS RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE DOS AMBULATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE DESTES MUNICÍPIO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO Nº 231/2016

EDITAL DE LEILÃO Nº 231/2016

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações e Lei Municipal nº 5844/2016, tornam público que a partir das 09:00 horas do dia 20/01/2017, no Auditório do Paço Municipal, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação dos bens móveis abaixo relacionados, de acordo com as condições previstas neste edital.

Curitibanos, 02 de Dezembro de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 229/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 229/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/12/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 19/12/2016, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 30 de Novembro de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****DECRETO Nº 050/2016****DECRETO Nº 050, de 01 de novembro de 2016.**

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00.

HARTWIG PERSUHN, *Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;*

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), do Superavit Financeiro e Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

06.001.10.301.0150.2024	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1380500	PMAQ	10.000,00
3020000	RECEITA DE IMPOSTOS SAÚDE	30.000,00
TOTAL		40.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		40.000,00

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro-----	R\$ 30.000,00
Excesso de Arrecadação-----	--R\$ 10.000,00
TOTAL-----	--R\$ 40.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de novembro de 2016;
28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

*Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 01 de novembro de 2016.*

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 051/2016

DECRETO nº 051 de 14 de novembro de 2016.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Osnir José Giacomozzi, CPF nº 309.334.209-00, Juleide Girardi Giacomozzi, CPF nº 523.311.489-53; contendo uma área de 5.866,45 m² (cinco mil oitocentos e sessenta e seis metros quadrados e quarenta e cinco centésimos), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano com área de 5.866,45 m² (cinco mil oitocentos e sessenta e seis metros quadrados e quarenta e cinco centésimos), matrícula nº 7.201, do Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó; localizado no lado ímpar da Rua Vila Nova, distando pelo lado esquerdo da Rua Vila Nova até o entroncamento da Rua Vila Nova com a Rua Capelão Beill em 111,66 m, Centro, município de Doutor Pedrinho/SC.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados três lotes e não restando área remanescente abaixo descrito.

I - Lote nº01: Terreno urbano com área de 3.098,28 m² (três mil e noventa e oito metros quadrados e vinte e oito centésimos), localizado no lado ímpar da Rua Vila Nova, distando pelo lado esquerdo da Rua Vila Nova (ponto 3) até o entroncamento da Rua Vila Nova com a Rua Capelão Beill lado par em 111,66 metros, município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, descrito inicialmente pelo ponto 2, em uma linha reta de 57,31 m e azimute de 108º41'05", com imóvel de Nelo Giacomozzi (matrícula nº 153 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 3, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha sinuosa de 66,47 m e azimute de 22º28'59", com o lado esquerdo da Rua Vila Nova até o ponto 1C, sendo esta a frente, deste segue em linha reta de 55,76 m e azimute de 271º15'35", sendo 43,51 m com o Lote 2 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (Matrícula nº 7.201, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) 12,25 m com o lote 3, a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (Matrícula nº 7.201, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) até o ponto 1D, sendo este o lado esquerdo, deste segue em linha sinuosa de 52,78 m e azimute de 167º09'23", com o lado direito da Rua Capelão Beill, até o ponto 2, ponto inicial da descrição, sendo este os fundos.

II - Lote nº02: Terreno urbano com área de 1.916,37 m² (hum mil novecentos e dezesseis metros quadrados e trinta e sete centésimos), localizado no lado ímpar da Rua Vila Nova, distando pelo lado esquerdo da Rua Vila Nova (ponto 1C) até o entroncamento da Rua Vila Nova com a Rua Capelão Beill em 178,13 metros, município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, descrito inicialmente pelo ponto 1B, em uma linha reta de 43,51 m e azimute de 91º15'35", com Lote 1, até o ponto 1C, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha sinuosa de 44,36 m e azimute de 358º21'10", com o lado esquerdo da Rua Vila Nova até o ponto 0=PP, sendo esta a frente, deste segue em linha reta de 45,77 m e azimute de 266º23'43", com imóvel de Lauro Xavier de Castilho (matrícula nº 1.004 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1A, sendo este o lado esquerdo, deste segue em linha reta de 40,59 m e azimute de 175º08'15", com o Lote 3, a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (Matrícula nº 7.201, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) até o ponto 1B, ponto inicial da descrição, sendo este os fundos.

III - Lote 03: Terreno urbano com área de 851,80 m² (oitocentos e cinquenta e um metros quadrados e oitenta centésimos), localizado no lado direito da Rua Capelão Beill, distando pelo lado direito da Rua Capelão Beill (ponto 1D) até o entroncamento da Rua Vila Nova com a Rua Capelão Beill em 169,51 metros, município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, descrito inicialmente pelo ponto 1, em uma linha reta de 31,30 m e azimute de 86º23'43", com imóvel de Lauro Xavier de Castilho (matrícula nº 1.004 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1A, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha reta de 40,59 m e azimute de 175º08'15", com o Lote 2 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (Matrícula nº 7.201, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) até o ponto 1B, sendo este os fundos do lote, deste segue em linha reta de 12,25 m e azimute de 271º15'35", com Lote 1, até o ponto 1D, sendo este o lado esquerdo, deste segue em linha sinuosa de 44,42 m e azimute de 329º34'47", com o lado direito da Rua Capelão Beill, até o ponto 1, ponto inicial da descrição, sendo esta a frente.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 025, de 20 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de novembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSHUN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 14 de novembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

LEI Nº 869/2016

LEI nº 869 de 18 de novembro de 2016.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, e na Lei Complementar no 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Doutor Pedrinho para 2017, compreendendo:

I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas nos Anexos desta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III**DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, com seus Fundos Especiais, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Administração.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa;

III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

V – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VI – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

VIII – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

IX – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo Único - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI, da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará (1) a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento de Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos, com identificação de cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e (2) a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, na forma dos seguintes anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III – Resumo Geral da Despesa;

IV – Programa de Trabalho;

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas conforme o Vínculo com os Recursos;

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até a modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária;

IX – Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções;

X – Demonstrativo da estimativa de renúncia de receita de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2017;

XI – Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentária;

XII – Demonstrativo das medidas de compensação para aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se for o caso;

XIII – Demonstrativo do volume de recursos destinados ao orçamento fiscal e da seguridade social.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Administração Direta, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 6º - A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I – Quadro demonstrativo geral da evolução da Receita dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 acrescidos da previsão para 2017, além de justificativa da estimativa para 2018 e 2019, acompanhados de metodologia e memória de cálculo;

II – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes, dos três últimos exercícios e da estimada para o exercício corrente.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º - O Orçamento para o exercício de 2017 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, com seus Fundos Especiais.

Art. 8º - A lei orçamentária conterá autorização ao Poder Executivo para, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64:

I - designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa;

II – suplementar, por conta do excesso de arrecadação, as Modalidades de Aplicação de despesa e as Transferências Financeiras destinadas a atender dispêndios de Convênios, apurados pela diferença entre o valor previsto e o valor recebido;

III - abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada em lei, à conta dos recursos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

IV - apresentar déficit de execução orçamentária resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior;

V - realizar operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, III, da Constituição Federal.

Art. 9º - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento de Receita da Unidade Gestora Central e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central.

§ 1º – Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartado da Unidade Gestora Central, quando a gestão for delegada para servidor municipal.

Art. 10 - As previsões de receita para o exercício de 2017 observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, a variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º - A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com o disposto no artigo 2º, IV, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 11 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I – redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II – redução de despesas com manutenção;

III – eliminação de despesas com horas extras; e

IV – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 12 – A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2017, a 25% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2016.

Art. 13 – O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2017 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a até 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo II desta lei.

§ 1º – Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas, diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, e, neste caso, mesmo que investimentos.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a intempéries e passivos contingentes, conforme disposto no Anexo II desta lei, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constante idêntica previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta Orçamentária para o exercício de 2018.

Art. 14 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, conforme Art. 5º, § 5º, da LRF.

Art. 15 – O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação.

Art. 16 – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado.

§ 1º – Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

Art. 17 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural ou esportivo, sem fins lucrativos, e aquelas de cooperação técnica, de saúde ou voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 18 – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado na Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20 – Fica autorizado o custeio de despesas ou serviços de competência de outros Entes da Federação pela Administração Municipal quando houver convênios, acordos ou ajustes e a respectiva autorização e os recursos na lei orçamentária.

Art. 21 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 22 – A lei orçamentária para 2017 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou modalidade que o compõem.

Art. 23 – As destinações de recursos, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 24 – No Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, da execução orçamentária de 2017, poder-se-á fazer a inclusão de elementos de despesa ou a alteração de seus valores, sempre limitados aos valores fixados pela lei orçamentária anual para cada modalidade de aplicação, dentro do projeto, atividade ou operações especiais, por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo.

Art. 25 – Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017, constantes no Anexo II desta lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26 – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017.

Art. 27 – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e ser autorizadas por lei específica.

Art. 28 – A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

Parágrafo Único – O montante da dívida pública no exercício de 2017 não excederá o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida apurada ao final de cada semestre.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017.

Art. 30 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 31 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Doutor Pedrinho ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33 – A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 – O Executivo Municipal enviará até o dia 15/11/2016, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º – Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º – Os eventuais saldos negativos apurados, em decorrência do disposto no parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fonte de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais imprevistos.

Art. 38 – Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 39 – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e/ou Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para captação de recursos e/ou realização de obras ou serviços de interesse do Município.

Art. 42 – O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 43 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 18 de novembro de 2016; 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de novembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

- Anexos disponíveis em <http://leismunicipa.is/hdeov>

LEI Nº 870/2016

LEI nº 870 de 23 de novembro de 2016.

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2016 da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder a anulação no valor de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) do saldo existente na dotação do seguinte Projeto/Atividade, elementos e unidades orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	80.000,00
335000	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00
339300	CONSORCIOS	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	18.000,00
TOTAL		178.000,00
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	152.000,00
TOTAL		152.000,00
07.001.20.606.0110.2026	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.2026	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
TOTAL		30.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		360.000,00

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a suplementar no valor de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), à conta

da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo a seguinte distribuição na dotação Projeto/Atividade, elemento e Unidade Orçamentária do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 832, de 18/12/2015):

04.001.17.512.0020.1011	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	IMPLAN. DE SANEAMENTO BÁSICO MELHORIAS SISTEMA ÁGUA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	31.000,00
TOTAL		31.000,00
04.001.15.452.0020.2007	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	20.000,00
TOTAL		20.000,00
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITAS E IMPOSTOS DA EDUCAÇÃO	100.000,00
TOTAL		100.000,00
05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	50.000,00
TOTAL		50.000,00
05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITAS E IMPOSTOS DA EDUCAÇÃO	100.000,00
TOTAL		100.000,00
05.001.12.367.0050.2016	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.367.0050.2016	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.367.0050.2016	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	9.000,00
TOTAL		9.000,00
06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1020000	RECURSOS IMPOSTOS E TRANSFERENCIA SAUDE	50.000,00
TOTAL		50.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		360.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Doutor Pedrinho, em 23 de novembro de 2016, 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de novembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

LEI Nº 871/2016

LEI nº 871 de 30 de novembro de 2016.

Autoriza convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça, objetivando a manutenção e funcionamento da Casa da Cidadania no Município de Doutor Pedrinho/SC.

O Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça, objetivando a manutenção e funcionamento da Casa da Cidadania no Município de Doutor Pedrinho/SC.

Parágrafo Único – O convênio de que trata o caput deste artigo observará os termos do Convênio nº 9/2007, firmado anteriormente entre as partes para instalação, manutenção e funcionamento da Casa da Cidadania no Município.

Art. 2º - As despesas com execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Doutor Pedrinho, em 30 de novembro de 2016, 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 073, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO N.º 073, de 02 de dezembro de 2016.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.0043 (7) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0043 (Transf. de Rec. do Estado em Saúde – Farmácia Básica).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2016 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 60/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 47/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELI -EPP OBJETO: Contratação de empresa para construção de Praça Pública Municipal com parque com forração em grama sintética, academia ao ar livre, floreiras, e demolição da estrutura existente com formação de palco com extensão de 1.833,30 m2 , conforme projetos e planilha estimativa de quantitativos e custos anexos e proposta do contratado.

VALOR ESTIMADO: O valor total previsto na cláusula quinta do contrato de origem, fica aditado em R\$ 10.994,66 (dez mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos), passando para R\$ 220.894,66 (duzentos e vinte mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 21/11/2016

PORTARIA Nº 223, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 223, de 02 de dezembro de 2016.

Exonera Servidores Admitidos em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar os servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, Admitidos em Caráter Temporário (ACT) conforme abaixo especificados:

Função: Professora.

Servidor: Marília Lopes Fávoro, nomeado(a) pela Portaria nº 110, de 01 de abril de 2016;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: Driéli Silva Mota, nomeado(a) pela Portaria nº 099, de 01 de abril de 2016;

Função: Monitor de Transporte Escolar.

Servidor: Dyeime Moraes Cidade, nomeado(a) pela Portaria nº 061, de 08 de junho de 2015;

Função: Professor.

Servidor: Ednéia Machado Simão, nomeado(a) pela Portaria nº 056, de 07 de março de 2016;

Função: Professor.

Servidor: Fabricia Giassi Furlanetto, nomeado(a) pela Portaria nº 045, de 01 de março de 2016;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: Josiane dos Santos Ferraz, nomeado(a) pela Portaria nº 050, de 03 de março de 2016;

Função: Monitor de Transporte Escolar.

Servidor: Josiane Vicente Pereira, nomeado(a) pela Portaria nº 125, de 09 de maio de 2016;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais II.

Servidor: Josiane Gerardi Pagani, nomeado(a) pela Portaria nº 066, de 21 de março de 2016;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: Juliana Teixeira da Silva, nomeado(a) pela Portaria nº 054, de 03 de março de 2016;

Função: Professora.

Servidor: Aline Marques, nomeado(a) pela Portaria nº 039, de 22 de fevereiro de 2016;

Função: Professora.

Servidor: Cristiani Possamai Furlanetto, nomeado(a) pela Portaria nº 042, de 22 de fevereiro de 2016;

Função: Professora.

Servidor: Edna Maria dos Reis Simão, nomeado(a) pela Portaria nº

043, de 22 de fevereiro de 2016;

Função: Professora.

Servidor: Elisângela Manarim de Oliveira, nomeado(a) pela Portaria nº 041, de 22 de fevereiro de 2016;

Função: Professora.

Servidor: Francine Guimarães da Silva Ferreira, nomeado(a) pela Portaria nº 111, de 01 de abril de 2016.

Função: Professora.

Servidor: Maristela Possamai Leonardo, nomeado(a) pela Portaria nº 040, de 22 de fevereiro de 2016;

Função: Professora.

Servidor: Rosalba Regina Inácio da Silva, nomeado(a) pela Portaria nº 069, de 08 de junho de 2015;

Função: Professora.

Servidor: Ivonete Domingos Gabriel, nomeado(a) pela Portaria nº 038, de 16 de fevereiro de 2016;

Função: Professora.

Servidor: Tânia Constante Possamai, nomeado(a) pela Portaria nº 037, de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 01252016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0125/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: GP Sinalização Indústria e Comércio Ltda

Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa para prestação de serviços de pintura mecanizada, aquisição de tintas e placas para sinalização viária no município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 35.036,25 (trinta e cinco mil trinta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0051/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0036/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de dezembro de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1704/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1704/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 31/2016

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE TREINAMENTO NA ÁREA DE COSTURA INDUSTRIAL.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 02 de dezembro de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:00 horas do dia 16 de dezembro de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PMF 114/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 114/2016

DOADOR – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DONATÁRIA – CODENGE ENGENHARIA E CONSULTORIA CIVIL LTDA

DO OBJETO – O DOADOR tem o domínio útil do imóvel objeto desta doação, correspondente a um terreno urbano, situado no bairro Santa Líbera, Município de Forquilha/SC, localizado no lado ímpar da Rua 386, esquina com a rua 387, corresponde ao Lote 01-C, do loteamento Núcleo Industrial VIII, com área de 22.628,80m² (vinte e dois mil e seiscentos e vinte e oito metros e oitenta centímetros quadrados), matrícula nº 7.128 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 151/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 13 de outubro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 34/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 34/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 43/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestar serviços de adaptação e reforma geral de 380,43 m² do Pronto Atendimento Central, na Rua Professor Arlindo Junkes, Centro, Município de Forquilha/SC, conforme Ofício GP nº. 467/2015 dirigidos ao Governo de Santa Catarina, conforme convênio nº. 2016TR000657, proposta 15839, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias dias no prazo de execução do contrato 43/FMS/2016 de 29/10/2016 para 28/12/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 28/03/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 29 de outubro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 38/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 38/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 01/2014
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADA – CRICIGÁS LTDA ME

DO OBJETO – Aquisição oxigênio medicinal para uso domiciliar e nas unidades de saúde, com empréstimo de acessórios, durante o exercício de 2014, no Município de Forquilha/SC, de acordo com a proposta da contratada e com as condições e especificações constantes do edital e seus anexos.

DO PRAZO – O contrato FMS nº 01/2014 terá seu vencimento prorrogado de 31/12/2016 para 30/04/2017 com base no artigo 57 da lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 22 de novembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 111/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 111/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 47/2014
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TECNOLÓGICA P. SERV. INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA.

DO OBJETO – Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o município de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento;

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 47/2014 de 31/12/2016 para 31/12/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 22 de novembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 112/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 112/2016
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 108/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CONFER – CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO – Pavimentação asfáltica da Avenida dos Cisnes, Bairro Santa Cruz, com extensão de 359,62 metros, conforme Convênio nº. 24/PMF/2013 e aditivos, firmado entre a Cooperativa de Eletrificação - COOPERA e o Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução do contrato 108/PMF/2016 de 22/11/2016 para 21/01/2017 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 21/04/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 22 de novembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 92/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 92/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 71/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguro de veículos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 71/PMF/2016, o item 77 para o Lote 06 (Seguro TOTAL e DETER) que corresponde ao valor de R\$ 1.469,09 (um mil quatrocentos e sessenta e nove reais e nove centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 27 de outubro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 94/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 94/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 88/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

DO OBJETO – Construção de duas academias populares com parques infantis, nos bairros Santa Isabel e Vila Lourdes do Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução do contrato 88/PMF/2016 de 28/10/2016 para 27/11/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 25/02/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 28 de outubro 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 96/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 96/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 92/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

DO OBJETO – Revitalização da Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, Bairro Santa Cruz, com extensão de 831,977 metros, conforme Ofício GP nº. 62/2016 dirigido à Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN e Convênio nº. 737/2016, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução do contrato 92/PMF/2016 passando de 03/11/2016 para 02/01/2017 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 02/04/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 03 de novembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 98/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 98/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 184/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução da 2ª etapa da capela mortuária do cemitério municipal Recanto da Paz, do bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, com área de 211,21m², compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo do contrato nº. 184/PMF/2015 de 12/11/2016 para 12/12/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 07 de novembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/PMF/2016
– REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/
PMF/2016**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 83/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 33/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 01/06/2017

3ª Publicação

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/PMF/2016
– REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/
PMF/2016**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 81/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 34/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota e serviços de mão de obra de máquinas pesadas do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 03/06/2017

3ª Publicação

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/PMF/2016
– REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/
PMF/2016**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 84/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 35/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para prestar serviços de recapagem de pneus para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 06/06/2017

3ª Publicação

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/PMF/2016
– REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/
PMF/2016**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 129/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 51/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais diversos para sinalização horizontal e vertical viária nas ruas e logradouros públicos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 06/09/2017

2ª Publicação

**AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 179/
PMF/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 179/PMF/2016

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para construção e reforma da cancha de bocha rolada do Complexo Esportivo Santa Isabel com área de 277,30 m², situado na Rua Bonifácio Back, Bairro Santa Isabel, Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de dezembro de 2016 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 05 de dezembro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

CONTRATOS 2016 E ADITIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CONTRATADO: PINHEIRINHO AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA LTDA (SETUP).

OBJETO: SERVIÇOS DE VIGILANCIA E MONITORAMENTO ELETRO-NICO PARA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.000,00

VIGÊNCIA: ATÉ 31.10.2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES,

CONTRATAÇÃO DIRETA.
 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2016 – 3.3.90
 DATA DA ASSINATURA: 01.11.2016
 RANGEL LOCH
 Presidente da CMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
 CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
 EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 02 - CONTRATO Nº 10/2015
 CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 CONTRATADO: VIRTUALIZA COMUNICAÇÃO LTDA. ME

DO OBJETO EXECUÇÃO DE LOCAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS LEGISLATIVOS, OUVIDORIA E WEBSITE DA CAMARA DE VEREADORES DE FORQUILHINHA.
 VIGÊNCIA – 31/12/2017.
 DOTAÇÃO – 2016 - 3.3.90
 FUNDAMENTO LEGAL LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES
 DATA DA ASSINATURA: 01.12.2016
 RANGEL LOCH
 Presidente da CMF

DECRETO Nº. 219 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 219 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.
 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13, inciso IV da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Câmara de Vereadores de Forquilha no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 01 – Poder Legislativo
 2.001(5) – Manutenção da Câmara de Vereadores
 3.3.90.00.01.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 70.000,00
 TOTAL
 R\$ 70.000,00

Art. 2º - Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 01 – Poder Legislativo
 2.001(6) – Manutenção da Câmara de Vereadores
 4.4.90.00.01.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 70.000,00
 TOTAL
 R\$ 70.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de dezembro de 2016.
 VANDERLEI ALEXANDRE
 Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
 Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 83/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 83/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 145/2015
 CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA-SC

CONTRATADO – TELEFÔNICA BRASIL S.A.

DO OBJETO – Contratação de operadora para prestação de serviços de telefonia móvel (serviço móvel pessoal-SMP), incluindo pacote de internet 3G ou superior para até 70 (setenta) acessos habilitados, respeitando-se as seguintes descrições técnicas, para o município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – Fica prorrogada a vigência do contrato nº. 145/PMF/2015 de 30 de setembro de 2016 a 30 de setembro de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 28 de setembro de 2016.
 VANDERLEI ALEXANDRE
 Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT16FMS75**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS75
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: GEMA DAL MAGRO EIRELI ME
Valor : 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais)
Vigência : Início: 22/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O PERÍODO DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

AT16PMF135**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF135
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: GATTO & MONTEIRO REVESTIMENTO LTDA ME
Valor : 19.099,00 (DEZENOVE MIL E NOVENTA E NOVE REAIS).
Vigência : Início: 28/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE TINTAS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, TACHÕES E COLA PARA TACHÕES, QUE SERÁ USADO NA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA USO DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO (ORTFRAI).

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF136**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF136
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: WILLIAN PABLO LAMPERTI ME
Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência : Início: 28/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE TINTAS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, TACHÕES E COLA PARA TACHÕES, QUE SERÁ USADO NA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA USO DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO (ORTFRAI).

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF137**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF137
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 28/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 146/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE LEITE INTEGRAL LONGA VIDA UHT, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, DURANTE OS MESES DE DEZEMBRO DE 2016 A MARÇO DE 2017.

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF138**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF138
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
Valor : 3.216,00 (três mil duzentos e dezesseis reais)
Vigência : Início: 28/11/2016 Término: 30/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 147/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES DE FIOS PARALELOS FLEXÍVEIS DE 1,5 MM E 2,5 MM PARA SER USADO NOS EQUIPAMENTOS E MÁQUINA DE DETONAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO NO EVENTO DE RÉVEILLON E SHOW DA VIRADA DE FINAL DE ANO EVENTOS ESTES QUE FAZEM PARTE DO CALENDÁRIO ANUAL DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF139**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF139
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CLODOMIR TÓFFOLI
Valor : 18.810,00 (dezoito mil oitocentos e dez reais)
Vigência : Início: 30/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 148/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE FLORES DE EPOCA PARA EMBELEZAMENTO DA CIDADE E PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF165**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF165
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA - ME
Valor : 24.009,60 (vinte e quatro mil e nove reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 25/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 70/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE A AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ANTIGRANIZO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO PARA PROTEGER A ÁREA, RURALEINDUSTRIAL COM A INSTALAÇÃO DE 03 GERADORES ANTIGRANIZO NAS SEGUINTE LOCALIDADES: ARROIO DA BARRA, DANDARA E LINHA BAIA, COM VALIDADE DE NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2016, VINCULADO AO CONVENIO
TR219, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PROCESSO SDR 09 2572/2016.

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16SF35**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16SF35
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI.
Contratada...: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA
Valor : 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 25/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO P12 – POÇO MONTANA, RESPONSÁVEL PELO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, EM VIRTUDE DE SURGIMENTO DE UMA FENDA RESPONSÁVEL PELA PERDA DA VAZÃO DO POÇO E SURGIMENTO DE TURBIDEZ NA ÁGUA CAPTADA.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

CT16SF36**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16SF36
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI.
Contratada...: CISAM - CONS. INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMB.
Valor : 85.170,31 (oitenta e cinco mil cento e setenta reais e trinta e um centavos).
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016.
Objeto : CONTRATO DE RATEIO RELATIVO AO TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DEBITOS DE RATEIO 004.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

PORTARIA Nº 1957/2016

PORTARIA N.º 1957, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 5191, de 09 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 06 de dezembro de 2016, o servidor MAMEDIO ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 387.153.179-00 nomeado no cargo de provimento efetivo de MECÂNICO, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por tempo de contribuição com data de início fixada em 11 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1958/2016

PORTARIA N.º 1958, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o Ofício 081/2016 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI.

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de EVERTON GOMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 050.204.889-17, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1959/2016

PORTARIA Nº 1959, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o Ofício 081/2016 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI.

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 868.906.629-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 05.12.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
05/12/2016	SUS	PMAQ	44.900,00

Secretaria de Finanças

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0030A_2016-PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0030A/2016 – PMF

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução das fundações para postes de iluminação das duas Quadras de Areia e Pista de Skate, abrigo de proteção para quadros de distribuição e instalação elétrica e iluminação das mesmas, com fornecimento do material e mão de obra, todas situadas na Avenida Rio Grande do Sul, Centro, conforme Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (ANEXOS ao PAL), partes integrantes do presente PAL, participaram as seguintes empresas: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME; FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME e CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTD. Quando da abertura dos envelopes de habilitação, foram HABILITADAS as proponentes: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME; FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME e CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTD, restando classificadas tais proponentes para a próxima etapa. Desta forma, estão habilitadas para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase das PROPOSTAS DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0030A_2016-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0030A/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução das fundações para postes de iluminação das duas Quadras de Areia e Pista de Skate, abrigo de proteção para quadros de distribuição e instalação elétrica e iluminação das mesmas, com fornecimento do material e mão de obra, todas situadas na Avenida Rio Grande do Sul, Centro, conforme Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação. Para o LOTE 01 não houve cotação, restando prejudicada a sua contratação. As proponentes apresentaram suas propostas nos seguintes valores totais para o LOTE 02: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME – R\$ 94.071,60 (noventa e quatro mil, setenta e um reais e sessenta centavos); FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME R\$ 110.269,52 (cento e dez mil, duzentos e sessenta e nove mil e cinquenta e dois centavos);

CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA R\$ 122.757,09 (cento e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais e nove centavos). Sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME com o valor global de R\$ 94.071,60 (noventa e quatro mil, setenta e um reais e sessenta centavos), ficando este valor abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 2.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

TA.AT16FMS36

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FMS36 - Contrato Nº: AT16FMS07

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: ESCOLA ECOLÓGICA FRAIBURGO LTDA ME

Vigência : Início: 17/11/2016 Término: 10/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2017.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA.AT16SF38

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16SF38 - Contrato Nº: AT16SF36

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI.

Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – ME.

Valor : 472,85 (quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência : Início: 29/11/2016 Término: 28/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 08.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016

JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA16FMS18

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FMS18 - Contrato Nº: CT15FMS17

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Valor : 25.715,64 (vinte e cinco mil setecentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 15/11/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015

Objeto : EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA SÉTIMA, ITEM 7.1.1 DO CONTRATO EM EPÍGRAFE, FICA REAJUSTADO COM BASE NO INPC ACUMULADO DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES NO PERCENTUAL DE 8,5049%, O VALOR REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, O QUAL PASSARÁ DE R\$ 23.700,00 (VINTE E TRÊS MIL, E SETECENTOS REAIS), PARA R\$ 25.715,66 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E QUINZE REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS). PRORROGAM O SEU PRAZO DE VIGÊNCIA PARA ATÉ A DATA DE 15 DE NOVEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA16FMS19

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FMS19 - Contrato Nº: CT14FMS15

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRAIBURGO.

Valor : 270.285,12 (duzentos e setenta mil duzentos e oitenta e cinco reais e doze centavos).

Vigência : Início: 17/11/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2014

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, CUJO OBJETO É CONSIDERADO DE NATUREZA CONTÍNUA, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO II, DO ARTIGO 57 DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, NOS TERMOS DA PREVISÃO CONTIDA NA CLÁUSULA QUARTA, PRORROGAM O SEU PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017. OS VALORES A EMPENHAR PARA O EXERCÍCIO DE 2017 SOMAM UM MONTANTE DE R\$ 270.285,12 (DUZENTOS E SETENTA MIL, DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E DOZE CENTAVOS, DIVIDIDO EM 12 (DOZE) PARCELAS MENSAIS.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA16FMS20

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FMS20 - Contrato Nº: CT16FMS02

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: GAYA - ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELE

Vigência : Início: 17/11/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, CUJO OBJETO É CONSIDERADO DE NATUREZA CONTÍNUA, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO II, DO ARTIGO 57 DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, NOS TERMOS DA PREVISÃO CONTIDA NA CLÁUSULA NONA, PRORROGAM O SEU PRAZO DE VIGÊNCIA PARA ATÉ A DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA16FMS21

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FMS21 - Contrato Nº: CT16FMS06

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM FRAIBURGO LTDA.

Vigência : Início: 17/11/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2016

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, CUJO OBJETO É CONSIDERADO DE NATUREZA CONTÍNUA, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO II, DO ARTIGO 57 DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, NOS TERMOS DA PREVISÃO CONTIDA NA CLÁUSULA NONA, PRORROGAM O SEU PRAZO DE VIGÊNCIA PARA ATÉ A DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA16FMS22

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FMS22 - Contrato Nº: CT15FMS06

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: EMERSON L. DALAGNOL & CIA LTDA ME

Vigência : Início: 17/11/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, CUJO OBJETO É CONSIDERADO DE NATUREZA CONTÍNUA, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO II, DO ARTIGO 57 DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, NOS TERMOS DA PREVISÃO CONTIDA NA CLÁUSULA NONA, PRORROGAM O SEU PRAZO DE VIGÊNCIA PARA ATÉ A DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA16FMS23

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FMS23 - Contrato Nº: CT12FMS28

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

Valor : 38.196,80 (trinta e oito mil cento e noventa e seis reais e oitenta centavos).

Vigência : Início: 17/11/2016 Término: 31/07/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2012.

Objeto : EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA QUINTA, ITEM 5.1 DO CONTRATO EM EPÍGRAFE, A PARTIR DA PARCELA DEVIDA PARA O MÊS DE 16 DE NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2016, FICA REAJUSTADO COM BASE NO INPC ACUMULADO DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES NO PERCENTUAL DE 8.5049%, O VALOR REFERENTE A COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS ORIUNDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO MONTANTE DE 8 M³/MÊS, O QUAL PASSARÁ DE R\$ 4.945,91, PARA R\$ 5.366,55. E PRORROGAM O SEU PRAZO DE VIGÊNCIA PARA ATÉ A DATA DE 31 DE JULHO DE 2017.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA16FMS24

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FMS24 - Contrato Nº: CT15FMS19

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE.

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 29/11/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015.

Objeto : FICA INCLUÍDO NA CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO A DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA OS MESES DE NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2016, O VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), DEVIDO O AUMENTO DA DEMANDA PARA CONSULTAS DE AVALIAÇÃO CIRÚRGICA E PRÉ ANESTÉSICA.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA16PMF196

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF196 - Contrato Nº: CT15PMF115

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Vigência : Início: 03/11/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 18/2015.

Objeto : O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § I, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO, SR. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 31.12.2016.

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF198

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF198 - Contrato Nº: CT15PMF114

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Vigência : Início: 03/11/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 17/2015.

Objeto : O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º INCISO II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, PRORROGAM O PRAZO

DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA ERCEIRA (3.2) DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 31.12.2016.

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF204

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF204 - Contrato Nº: CT16PMF131

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVICOS LTDA

Vigência : Início: 08/11/2016 Término: 20/11/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Nº.: 24/2016.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E EM COMUM ACORDO, RESOLVEM INCLUIR NO CONTRATO PARA OS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PARTE DA COBERTURA O CEM PADRE BIAGIO SIMONETTI E O GINÁSIO DE ESPORTES JARDIM AMÉRICA, PERMANECENDO O CONTRATO NO MESMO VALOR, OU SEJA, DE R\$ 86.000,00 (OITENTA E SEIS MIL REAIS).

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF212

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF212 - Contrato Nº: CT07PMF168

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA

Vigência : Início: 17/11/2016 Término: 17/11/2016

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2007

Objeto : POR DETERMINAÇÃO DO SR. PREFEITO E POR SOLICITAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 78, I, ART. 79º INC I AMBOS DA LEI Nº 8.666/93 E CLÁUSULAS CONTRATUAIS, RESOLVEM RESCINDIR O CONTRATO EM EPÍGRAFE, CONSIDERANDO O DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA EMPRESA CONTRATADA.

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF217

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF217 - Contrato Nº: CT14PMF182

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL

CATARINENSE - CIMCATARINA

Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Vigência : Início: 23/11/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Nº.: 10/2014.

Objeto : AS PARTES CONSTANTES DO CONTRATO EM EPÍGRAFE, EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS, AJUSTAM E CONTRATAM DE COMUM ACORDO A ALTERAÇÃO NA CLÁUSULA TERCEIRA ACRESENDO O VALOR DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS).

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF218

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF218 - Contrato Nº: CT16PMF166

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: STRAHL ENGENHARIA EIRELI - ME

Vigência : Início: 29/11/2016 Término: 25/02/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Nº.: 26/2016.

Objeto : FICA INCLUÍDO NA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO, A SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 13.

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF220

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF220 - Contrato Nº: CT15PMF12

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: KARINE DE OLIVEIRA TRANSPORTES EIRELI ME

Valor : 65.557,40 (sessenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos).

Vigência : Início: 29/11/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65 § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM O AUMENTO DE QUILOMETRAGEM PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME SUA SOLICITAÇÃO, DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 2 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16SF12

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16SF12 - Contrato Nº: CT13SF05

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI.

Contratada...: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA

Vigência : Início: 29/11/2016 Término: 28/02/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA QUARTA E COM FULCRO NO ART. 57 INC. LL DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PARA ATÉ O DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2017.

Fraiburgo, 5 de Dezembro de 2016

JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 1109/2016.

PORTARIA N.º 1109, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 941/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Portaria n.º 941/2014;

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instituído pela Portaria n.º 941/2014, nos seguintes termos:

I - DETERMINO nos termos do §3º do art. 151, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, que seja ressarcido pelo servidor Julio de Souza o prejuízo causado à Sra. Diana Nichele Dias, em ação regressiva perante a Fazenda Pública.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

AVISO DE LICITAÇÃO PR032/2016

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2016

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de coleta, triagem, transporte e destino final de resíduos sólidos e orgânicos gerados no município de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 16/12/2016.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 16/12/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 05 de dezembro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 209/2016

DECRETO N.º 209, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 200.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200.000,00
10301251.074 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saude	200.000,00
4.4.90.0.6.23.001069 - Aplicações Diretas	200.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 210/2016

DECRETO N.º 210, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 43.342,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 43.342,00 (quarenta e três mil, trezentos e quarenta e dois reais), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	21.442,00
12306282.020 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	21.442,00
3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas	21.442,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	21.900,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	21.900,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	17.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	4.900,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 43.342,00 (quarenta e três mil, trezentos e quarenta e dois reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1108/2016.

PORTARIA N.º 1108, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 004/2016, da Comissão de Processo Administrativo, referente à Portaria n.º 1020/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 1020/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-56/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-56/2016

VENCTO.: 30/11/2016. Concorrência nº.: 56/2016. OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato para drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Amádio Beduschi – trecho 2. CONTRATADA: CONSTRUTORA TERTEL LTDA (05.584.906/0001-14). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 18/10/ 2016. PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-56/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-56/2016

VENCTO.: 31/01/2017. Concorrência nº.: 56/2016. OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato para drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Amádio Beduschi – trecho 2. CONTRATADA: CONSTRUTORA TERTEL LTDA (05.584.906/0001-14). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 29/01/ 2016. PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

PORTARIA Nº 5.080, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.080, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA TATIANE ANTUNES MONTEIRO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à TATIANE ANTUNES MONTEIRO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Professor, lotada na Secretaria de Educação, prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, pelo período de mais 30 dias, compreendido entre 17/11/2016 a 16/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 17 de novembro de 2016.

Gaspar, 02 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 5.081, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.081, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA GRASIANA DALSOCHIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à GRASIANA DALSOCHIO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora DOC IV-8, lotada na Secretaria de Educação, prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, pelo período de mais 19 dias, compreendido entre 28/11/2016 a 16/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 28 de novembro de 2016.

Gaspar, 02 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PREGÃO PRESENCIAL 249/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 249/2016

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2016

OBJETO: Registro de preços objetivando futura locação de equipamentos, para prestação de serviços diversos, com operador. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 16/12/2016, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, térreo – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09hs, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 06/12/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2016

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2016

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO E CESSÃO DE PESSOAL E SERVIÇOS QUE ENTRE SI ESTABELECEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI E O MUNICÍPIO DE GASPAR, PARA CESSÃO DE PESSOAL.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, constituído sob a forma de associação pública, com sede administrativa na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, simplesmente denominado "CISAMVI", representado neste ato pelo Presidente da Diretoria Executiva Sr. PEDRO CELSO ZUCHI, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 181.649.359-72, domiciliado e residente na Rodovia Ivo Silveira, nº 8.810, Bairro Bateias, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina e de outro lado o MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/001-02, com sede na Rua Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.110-000, representado neste ato por seu Prefeito Municipal o Senhor Pedro Celso Zuchi, inscrito no CPF sob o nº 181.649.359-72, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, firmam o presente Convênio, com amparo na legislação em vigor e mediante adoção das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, para o desenvolvimento de ações e serviços, com a cessão do servidor Cleones Hostins, com ônus para o CISAMVI e nos termos dos respectivos Estatutos.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO, cede, o servidor público para ocupar o emprego público, regido pelo critério de confiança de DIRETOR EXECUTIVO, após aprovação na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/11/2016, o qual foi aprovado por maioria absoluta, nos termos do § 2º artigo 46 do Estatuto do CISAMVI.

Cláusula Segunda - DO COMPROMISSO DAS PARTES

Comprometem-se os signatários:

I – O MUNICÍPIO:

- a) Fazer a cessão do servidor habilitado para ocupar o emprego público de confiança de DIRETOR EXECUTIVO do CISAMVI;
- b) O servidor cedido tem o seu contrato de trabalho suspenso, cabendo ao CISAMVI todas as responsabilidades legais, sociais e trabalhistas.

II – O CISAMVI:

- a) Deverá, nomear e remunerar o servidor cedido nos termos do Estatuto do CISAMVI;
- b) O servidor cedido para o CISAMVI deve cumprir as determinações gerais constantes do Estatuto do CISAMVI e executar as tarefas e serviços inerentes ao emprego público de confiança, e em especial, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CISAMVI, nos termos do Inciso I, do artigo 49 do Estatuto do CISAMVI;
- c) O CISAMVI fica responsável pelo controle de pessoal cedido pelo MUNICÍPIO, a qualquer título, bem como quanto à organização documental e trabalhista, onde esta se fizer necessária e obrigatória.

Cláusula Terceira - DO PRAZO

O presente Convênio é pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com início em 05 de dezembro de 2016, podendo ser renovado no interesse dos partícipes por novos prazos e/ou ao seu término.

§ 1º. Não havendo manifestação contrária e expressa com

antecedência mínima de 90 (noventa) dias a prorrogação se dará automaticamente;

§ 2º. Não havendo interesse de um dos convenientes na prorrogação, deverá comunicar o fato ao outro, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, por escrito.

Cláusula Quarta - DA DENUNCIAÇÃO DO CONVÊNIO

O presente Convênio poderá ser denunciado pelos convenientes, a qualquer tempo desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento e que não podem ser interrompidas antes do término do prazo previsto no § 2º da Cláusula Terceira.

Cláusula Quinta - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos convenientes, ficando estabelecido ainda, que antes disso, todas as medidas de conciliação deverão ser esgotadas.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste Convênio, firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
Presidente da Diretoria Executiva
do CISAMVI

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Testemunhas:

VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR
CPF nº 038.188.129-68

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Assessoria Jurídica CISAMVI – OAB/
SC 35.127
CPF nº 552.396.769-68

SAMAE - GASPAR

PORTARIA N.106 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA N. 106 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE PESSOAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE A SERVIDORA VIVIANE WEHMUTH LANA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerada a pedido, a partir do dia 30 de novembro de 2016, a servidora VIVIANE WEHMUTH LANA, portadora do CPF nº. 940.358.069-00 e da CI nº. 1849.488 do cargo em comissão de Diretora de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 25 de novembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2016

Aos cinco dias de dezembro de 2016, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 53/2016, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 05/12/2016. RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para tratamento de água, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 53/2016.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

BAUMINAS QUIMICA N/NE LTDA (23.647.365/0001-08)

Item:	Unid. medida Material/Serviço	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2	Kg Sulfato de alumínio líquido isento de ferro (a granel), para tratamento de água	188.000	R\$ 0,60	R\$ 112.800,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos reais).

KEMHYDRA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIMICO EIRELI -ME. (19.437.776/0001-00)

Item:	Unid. medida Material/Serviço	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2.1	Kg Sulfato de alumínio líquido isento de ferro (a granel), para tratamento de água	62.000	R\$ 1,12	R\$ 69.440,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 69.440,00 (sessenta e nove mil quatrocentos e quarenta reais).

HIDROMAR INDÚSTRIA QUIMICA LTDA(46.481.156/0004-85)

Item:	Unid. medida Material/Serviço	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
3	Kg Cloro gás	7.500	R\$ 8,18	R\$ 61.350,00
3.1	Kg Cloro gás	2.500	R\$ 8,18	R\$ 20.450,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 81.800,00 (oitenta e um mil e oitocentos reais).

AVANEX INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA (78.668.969/0001-22)

Item:	Unid. medida Material/Serviço	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
4	qbs Ortopolifosfato	5.300	R\$ 7,15	R\$ 37.895,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 37.895,00 (trinta e sete mil oitocentos e noventa e cinco reais).

TECNIAGUA SOLUCOES EM TRATAMENTO DE AGUA EIRELI – ME (05.014.350/0001-20)

Item:	Unid. medida Material/Serviço	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
4	qbs Ortopolifosfato	1.700	R\$ 14,00	R\$ 23.800,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais);

Valor total registrado da Licitação: R\$ 325.735,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais e setecentos e trinta e cinco centavos).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de 01 de janeiro de 2017, pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os produtos químicos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos seguintes locais: ETA I - Rua: São Pedro, s/ nº - Bairro: Centro - Gaspar - SC

ETA II - Rua Tijucas, s/nº - Bairro: Bela Vista - Gaspar - SC neste município.

4.1.2 A Contratada deverá disponibilizar em regime de comodato dois tanques reservatórios tipo container com capacidade de 1.000 L, com medidor de litros, mangueira e bico de abastecimento, para armazenamento do produto, que deverá ser entregue nas ETA's descritas

nas condições específicas do ANEXO V – Proposta de Preços, quando solicitado. Com grade metálica ao redor e pallet de madeira ou ferro. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pela Gerente de ETA e Esgotamento Sanitário, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 05 de dezembro de 2016.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS– Pregoeira

DIANE RODRIGUES SILVEIRA– Equipe de Apoio

RICARDO MELTAO - Equipe de Apoio

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 076/2016 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000076/16 de 5 de Dezembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(118)3.3.90.00.00.00.00.2.024-0000 - Aplicacoes Diretas 12,51

Total Suplementação: 12,51

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(116)3.1.90.00.00.00.00.2.024-0000 - Aplicacoes Diretas 12,51

Total Anulação: 12,51

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 5 de Dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 5 de Dezembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

DECRETO DF 077/2016 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 77, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2026, de 17 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTA		
2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.00.00.00.00.00.0019 -	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
0019	Fundeb 40%	R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
05 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 05 de dezembro de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 362/2016 A 374/2016

PORTARIA Nº. 0362 / 2016 DE 04 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder férias regulamentares a MOACIR BORGHEZAN BAGIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, Código 4.05, 40 horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, no período compreendido entre 04/11/2016 a 03/12/2016, referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2013.

PORTARIA Nº. 0363 / 2016 DE 04 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, Prorrogar, até 19/12/2016, os efeitos da portaria 264/2016, de 08/08/2016, que contrata ROBSON VIDAL ROSA para ocupar em caráter temporário o cargo de Gari, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, por necessidade temporária de serviço.

PORTARIA Nº. 0364 / 2016 DE 04 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, Prorrogar, até 19/12/2016, os efeitos da portaria 340/2016, de 03/10/2016, que contrata RAMOM SOMBRIO DACOREGGIO, para exercer a função de Operador de Máquinas e Equipamentos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para atuar na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, por necessidade temporária de serviço.

PORTARIA Nº. 0365 / 2016 DE 04 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000 Prorrogar os efeitos da portaria 061/2015, de 09/02/2015, que contrata DAIANE BEZA CANDIDO para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas- Creche, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, até 19/12/2016, por necessidade temporária de serviço, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0366 / 2016 DE 04 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, Prorrogar os efeitos da portaria 125/2015, de 02/04/2015, que contrata ANA CAROLINE BONETTI, para ocupar o cargo de Telefonista, código 4.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria da Administração e Fazenda, até 19/12/2016, por necessidade temporária de serviço, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0367 / 2016 DE 04 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, Prorrogar os efeitos da portaria 029/2016, de 20/01/2016, que contrata SELMA SANDOVAL, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria da Saúde e Saneamento, até 19/12/2016, por necessidade temporária de serviço, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0368 / 2016 DE 04 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, Prorrogar os efeitos da portaria 047/2016, de 10/02/2016, que contrata ANA MARIA DE JESUS, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, até 19/12/2016, por necessidade temporária de serviço, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0369 / 2016 DE 11 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, Designar OSMAR LUIZ DA COREGIO, ocupante do cargo de Auxiliar de Tributação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para, no período compreendido entre 11/11/2016 a 19/11/2016, responder cumulativamente pelo cargo de Exator, Código 3.09, com vantagens inerentes ao cargo, em substituição ao titular Emir Muller Bratti, em licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico.

PORTARIA Nº. 0370 / 2016 DE 11 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições Conceder à LAUDICÉIA DACOREGGIO BORGHEZAN, atuando como Conselheira Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nomeada pela portaria nr. 005/2016, de 04/01/2016, 30 (trinta) dias de licença sem ônus aos cofres municipais, a partir de 14/11/2016, conforme requerimento e solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0371 / 2016 DE 16 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder férias regulamentares a servidora TUANI BONIN HERECK, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, no ESF 3 - Centro de Grão Pará, no período de 16/11/2016 a 15/12/2016, conforme período aquisitivo de 05/10/2014 a 04/10/2015.

PORTARIA Nº. 0372 / 2016 DE 21 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

e de acordo com o Artigo 29.º ítem I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000 Exonerar, a pedido, MARILENE WESSLER GHIZONI, ocupante do cargo de Professor, nível III, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, desde 16/11/2009, conforme portaria de nomeação por concurso nº 351/2009, de 16/11/2009, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, a partir desta data, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0373 / 2016 DE 22 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 148.º ítem I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000 Conceder 5 (cinco) dias de Licença Prêmio, a funcionária CIRLEI FIGUEREDO DELLA GIUSTINA, ocupante do cargo de Professor, nível III, sem a auto-substituição do período da licença, a partir desta data, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0374 / 2016 DE 23 de NOVEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, Cessar, a pedido, os efeitos da portaria 092/2016, de 07/03/2016, que contrata VILMAR BLASIUS, para ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, a partir desta data, conforme requerimento.

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - SOMEVAL

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Someval Sociedade Mercantil de Veículos Automotores Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que trata as Ordens de Pagamentos, vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA

Ordem de Pagamento: 1884, 3082.

Valor: R\$ 3.007,15

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 05 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO LICITACAO 159 2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia -159/2016

Tipo : Menor Preço - Global

Objeto : AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA EM TELHA SANDUÍCHE, PARA A CEI MARIA DOMÊNICA BORTOLOMIOTTI PEIXER.

Entrega dos Envelopes: 22/12/2016 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 22/12/2016 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433.

GUARAMIRIM (SC), 05/12/2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

contendo uma área total de 17.200 m² para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer para o Desenvolvimento do Projeto "Esporte e Lazer para Todos – O Esporte Salvando Vidas" e demais escolhinhas do município.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: Sociedade Avaí Esporte Clube, inscrita no CNPJ sob o nº 83.784.439/0001-80, estabelecida na Expedicionário Olímpio José Borges, s/n, bairro Avaí, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Data da Assinatura: 02/12/2016 Vigência: 31/12/2016

Guaramirim (SC), 5 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 167/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 167/2016 – PMG.

Objeto: Aquisição de Peças para o conserto da viatura prefixo PM6045, Placa MKG 7172, da Polícia Militar de Guaramirim

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, II e IV, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: AUTO CENTER E MECÂNICA ZEZINHO LTDA. - ME., inscrita no CNPJ sob nº 11.389.011/0001-21, com sede na Rua Wolf Heinz Antonius, 50, Guaramirim (SC), CEP: 89270-000.

Valor: R\$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais).

Guaramirim (SC), 01 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2015 – PMG

Processo Licitatório nº 135/2015 – PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação.

Objeto da Licitação: Locação de imóvel localizado na rua 46 – Olímpio José Borges, s/n, bairro Avaí, no município de Guaramirim (SC),

LEI Nº. 4356/2016

LEI Nº. 4356/2016

Declara de utilidade pública a Associação Humanitária de Busca, Salvamento Aéreo e Resgate - AHBSAR.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Humanitária de Busca, Salvamento Aéreo e Resgate – AHBSAR, inscrita no CNPJ sob nº. 23.640.129/0001-60, fundada em 14 de julho de 2014, com sede e foro na Estada Poço Grande, nº. 100, Bairro Poço Grande, Município de Guaramirim – SC.

Art. 2º. A entidade deverá encaminhar anualmente à Câmara de Vereadores até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente lei, os seguintes documentos:

I – relatório anual de atividades do exercício anterior;

II – atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº. 4198/2015;

III – certidão atualizada do registro da entidade no cartório de registro de pessoa jurídica, e

IV – balancete contábil.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4357/2016

LEI Nº. 4357/2016

Declara de utilidade pública a Associação de Motociclistas Starboys.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Motociclistas Starboys, inscrita no CNPJ sob nº. 23.231.667/0001-99, fundada em 04 de agosto de 2014, com sede e foro na Rua Marlon Giovani dos Santos, nº. 78, Bairro Ilha da Figueira, Município de Guaramirim/SC.

Art. 2º. A entidade deverá encaminhar anualmente à Câmara de Vereadores até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente lei, os seguintes documentos:

I – relatório anual de atividades do exercício anterior;

II – atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº. 4198/2015;

III – certidão atualizada do registro da entidade no cartório de registro de pessoa jurídica, e

IV – balancete contábil.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

192/2016

DECRETO Nº 192/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

06- Departamento Municipal de Transito:

Atividade: 0406.06.181.0005.2.036

3.3.90.00-00.00.3079- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

----- 5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do superávit financeiro do exercício de 2015, referente recursos do SSP/militar, no valor de R\$ 5.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
05 de dezembro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

DECRETO 191/2016

DECRETO N. 191/2016

Declara a revogação do processo licitatório n.09/2016, modalidade Pregão Presencial n. 07/2016 do Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 49 da Lei n. 8666/93; considerando que o objeto visado pela licitação em questão foi considerado, pelo Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado, como inoportuno ao momento, especialmente diante do enfrentamento de crise econômica onde os gastos deverão priorizar o interesse público primário, a qual impõe ao agente público a concretização de um fim que corresponda aos valores e necessidades sociais, conforme NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA MPC/GPCFC/139/2016 recebida nesta data, a qual recomenda a revogação do processo licitatório em questão;

CONSIDERANDO que embora o processo licitatório encontra-se finalizado, foi o mesmo suspenso até verificação final pela Corte de Contas, não tendo sido assinado o contrato com o vencedor do certame, o qual foi avisado da possibilidade de revogação do

processo, a fim de evitar alegações futuras de compra do material a ser entregue;

CONSIDERANDO que de acordo com a Súmula 473 do egrégio Supremo Tribunal Federal, "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", justamente como é o caso em apreço;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Processo Licitatório n. 09/2016, na modalidade de Pregão Presencial n. 07/2016, que tem por objeto a aquisição de Aves Especiais Temperadas para distribuição aos idosos quando ao encerramento das atividades do Centro de Convivência dos Idosos no ano de

2016, como forma de valorização a participação nas atividades e ações desenvolvidas pelo FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social, do município de Guarujá do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABIENTE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 05 de dezembro de 2016.
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE TERMOP ADITIVO - PREF CT 13/2016 TA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 13/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 03/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE ARBITROS GUARUJA-ENSES – ARAG

OBJETO: Fica acréscimo a quantidade de 6 (seis) jogos no Item 2 - Campeonato Municipal de Futebol de Campo Categorias Principal e Aspirante - 30 jogos R\$ 333,00 – R\$ 9.990,00. O valor do acréscimo a ser pago ao contratado de R\$ 1.998,00 Guarujá do Sul, SC, 05 de dezembro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.603/2016.

DECRETO Nº 3.603/2016.

"NOMEIA SERVIDORES MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAR O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2016 – EDITAL DE LEILÃO Nº 001/2016, QUE ESPECIFICA".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, Paulo César Dolejal Berté e Veranice Elaine Theisen, para acompanhar o Processo Licitatório nº 062/2016 – Edital de Leilão nº 001/2016, cujo objeto é a alienação de bens móveis inservíveis, de propriedade do Município, a realizar-se no dia 07 de dezembro de 2016, às 14h00min, sito a Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro de Herval d'Oeste (SC).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 02 de dezembro de 2016.

NELSON GUINDANI
Prefeito

PORTARIA Nº 1351/2016

PORTARIA Nº 1351/2016

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE,

CONCEDER o benefício de Pensão por Morte aos Dependentes do ex-servidor ativo ALCIDES JARENTCHUK, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção (matr. 591), Nível 5, Referência "E", do Anexo V da LC nº 280/2011, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos; à Senhora ONDINA MARIA JARENTCHUK, na qualidade de cônjuge, conforme Escritura Pública de Declaração sob o Protocolo nº 5.882 de 05/12/2016, Livro nº 144, Fls. nº 39, do Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos de Herval d' Oeste (SC), única dependente legal e econômica do ex-servidor ativo falecido, titular de benefício vitalício, com fulcro no artigo 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal e nos artigos 46 a 52 da Lei Complementar nº 179/2005, Decreto nº 3443/2015 e Parecer Jurídico nº 81/2016; equivalente ao valor global do último provento percebido em vida, com efeitos a partir da data do óbito ocorrido em 10 de outubro de 2016, sem paridade.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), em 05 de dezembro de 2016 .

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 1352/2016

PORTARIA Nº 1352/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1179/2016, da Servidora LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI (Matr. 3727), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2014 e 30 de novembro de 2015, para serem gozadas a partir de 05 de dezembro de 2016 a 24 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1353/2016

PORTARIA Nº 1353/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 603/2016, da Servidora DAIANE CARREIA BAZZI (Matr. 2745), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2014 e 05 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 05 de dezembro de 2016 a 24 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1354/2016

PORTARIA Nº 1354/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 603/2016, da Servidora DANIELA APARECIDA DE BARROS DOS SANTOS (Matr. 3769), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 12 de abril de 2015 e 01 de maio de 2016, para serem gozadas a partir de 05 de dezembro de 2016 a 24 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1355/2016

PORTARIA Nº 1355/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARIA MARGARETE RAMOS (Matr. 4146), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de junho de 2015 e 16 de junho de 2016, para serem gozadas a partir de 05 de dezembro de 2016 a 03 de janeiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1356/2016

PORTARIA Nº 1356/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor LUCAS WILIAN DA SILVA SEGUNDO (Matr. 4122), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 6/2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de abril de 2015 e 10 de abril de 2016, para serem gozadas a partir de 05 de dezembro de 2016 a

03 de janeiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1357/2016

PORTARIA Nº 1357/2016

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE,

Transformar o Benefício de Aposentadoria por Idade do servidor inativo Oreste Ceron, concedido através da Portaria nº 376 de 01/04/2009, com fundamento no art. 40º, § 1º, inciso III, "b", da Constituição Federal, matrícula de aposentado sob o nº 2256; em Pensão por Morte aos Dependentes, à Senhora Selia Ceron, na qualidade de cônjuge por 46 (quarenta e seis) anos, conforme Escritura Pública de Declaração sob o Protocolo nº 5.883 de 05/12/2016, Livro nº 144, Fls. nº 46, do Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos de Herval d' Oeste (SC), única dependente legal e econômica do servidor inativo, titular de benefício vitalício, com fulcro no artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal e nos artigos 46 a 52 da Lei Complementar nº 179/2005, Decreto nº 3443/2015 e Parecer Jurídico nº 82/2016; equivalente ao valor global do último provento percebido em vida, sem paridade, a partir da data do óbito ocorrido em 16/11/2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), em 05 de dezembro de 2016.

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 1358/2016

PORTARIA Nº 1358/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora LETÍCIA FUGA VARELA DE OLIVEIRA (Matr. 2776), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 05 de dezembro de 2016 a 16 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

CONTRATO 2016-007 - ADITIVO 1 - DJ 054-2016 - ALUGUEL TRANSPORTES - JOSE JACOB

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2016, FIRMADO EM 31 DE MARÇO DE 2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E O SR. JOSÉ JACOB, SITUADA NA MARIA DE LURDES PONTALDI, Nº 120, BAÚ BAIXO – ILHOTA/SC, COM REGISTRO NO CPF SOB NÚMERO 584.621.479-72, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO DE SUPRESSÃO NO:

Processo de Licitação: DJ 054/2016.

Contrato: 007/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Este aditivo tem por objeto a Locação de Imóvel situado na Estrada Municipal do Baú Baixo (...) para utilização da Secretaria de Transportes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DOS MOTIVOS – A rescisão contratual está pautada no corte de gastos públicos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA FORMA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL – A rescisão é unilateral, fundada pelo parágrafo primeiro, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUANTIDADE E DO VALOR- Em decorrência do convencionado na cláusula anterior, o valor total fica suprimido em 11,11%, passando de R\$ 20.700,00 para R\$ 18.400,00.

CLÁUSULA QUARTA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUINTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 28 de novembro de 2016.

PREFEITRA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTE

Imarui

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS Nº 006/2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material/equipamentos permanentes, destinados a Secretaria Municipal de Saúde de Imarui.

Empresa Fornecedor: Abmael Scremin Lima 02609300913 (13.247.775/0001-08):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
16	AR CONDICIONADO, quente e frio, tipo Split, mínimo de 18.000 BTUS.	UN	05	Komeco	R\$ 1.798,00	R\$ 8.990,00
17	AR CONDICIONADO, quente e frio, tipo Split, mínimo de 7.000 BTUS.	UN	22	Komeco	R\$ 1.179,00	R\$ 25.938,00
20	APARELHO DE DVD, controle remoto possui, portas USB, reprodução DVD / CD / CD-R / VCD / SVCD / DVCD / JPJ / MP3.	UN	06	Lenoxx	R\$ 120,00	R\$ 720,00
40	AQUECEDOR PORTÁTIL DE AMBIENTE, tipo termo ventilador.	UN	02	Cadence	R\$ 96,90	R\$ 193,80

Valor Total do Fornecedor: R\$ 35.841,80 (trinta e cinco mil oitocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos)

Empresa Fornecedor: ALFRS Indústria de Móveis LTDA - EPP (19.338.456/0001-94):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
13	VENTILADOR DE TETO, composição 03 (três) pás.	UN	03	Tron	R\$ 133,00	R\$ 399,00
22	LONGARINA, número de assentos 04 lugares, assento/ encosto polipropileno.	UN	19	ALF	R\$ 271,00	R\$ 5.149,00
24	ARQUIVO, material de confecção madeira MDP/ MDF/Similar, 03 gavetas para pasta suspensa deslizamento da gaveta trilho telescópico.	UN	04	ALF	R\$ 380,00	R\$ 1.520,00
32	MESA DE EXAMES, material de confecção aço/ ferro pintado, posição do leito móvel, acessório(s) suporte para papel, gabinete com portas e gavetas.	UN	02	ALF	R\$ 595,00	R\$ 1.190,00
39	AQUECEDOR PORTÁTIL DE AMBIENTE, tipo elétrico.	UN	03	Cadence	R\$ 165,00	R\$ 495,00
63	MOCHO, material de confecção aço/ferro pintado, assento/encosto estofado.	UN	01	ALF	R\$ 160,00	R\$ 160,00
73	ARQUIVO, material de confecção aço, 04 gavetas para pasta suspensa, deslizamento da gaveta rolamento plástico.	UN	02	DJS	R\$ 350,00	R\$ 700,00
74	ARQUIVO, material de confecção madeira MDP/ MDF/Similar, 04 gavetas, deslizamento da gaveta rolamento plástico.	UN	01	ALF	R\$ 380,00	R\$ 380,00
80	MESA PARA COMPUTADOR, base madeira MDP/ MDF/Similar, material de confecção madeira MDP/ MDF/Similar, divisões sem gavetas, suporte para CPU, suporte para impressora e suporte para teclado.	UN	02	ALF	R\$ 300,00	R\$ 600,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 10.593,00 (dez mil quinhentos e noventa e três reais)

Empresa Fornecedor: Altermed Mat. Med. Hospitalar LTDA (00.802.002/0001-02):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
35	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL, iluminação LED, haste flexível.	UN	08	Vagalume	R\$ 266,67	R\$ 2.133,36
65	JATO DE BICARBONATO base metálica para estabilidade, caneta autolavável, desumidificador Filtro de ar com drenagem automática.	UN	01	Schuster	R\$ 333,33	R\$ 333,33
75	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL, modo de operação mecânica.	UN	01	Welmy	R\$ 500,00	R\$ 500,00
85	LARINGOSCÓPIO INFANTIL, composição 03 lâminas aço inox.	UN	01	MD	R\$ 346,67	R\$ 346,67

Valor Total do Fornecedor: R\$ 3.313,36 (três mil trezentos e treze reais e trinta e seis centavos)

Empresa Fornecedor: Ekomob Comercio EIRELI - EPP (15.825.521/0001-55):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
------	---------------	------	-------	-------	----------	-------------

08	MESA DE REUNIÃO, material de confecção madeira MDP/MDF/Similar tipo retangular de 2,00 m x 0,90 m.	UN	01	Ekomob	R\$ 195,00	R\$ 195,00
10	CADEIRA, material de confecção aço/ ferro pintado, com rodízios, braços regulagem de altura e assento/encosto estofado courvin.	UN	02	Ekomob	R\$ 135,00	R\$ 270,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais)

Empresa Fornecedor: Fernando C de Oliveira - ME (23.871.309/0001-52):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
01	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO, material de confecção tecido em algodão, tipo de feixe metal.	UN	02	Adult	R\$ 67,05	R\$ 134,10
02	BALDE A PEDAL/ LIXEIRA, material de confecção aço inoxidável capacidade mínimo de 15 litros.	UN	34	AM Móveis	R\$ 96,91	R\$ 3.294,94
04	BIOMBO, material de confecção aço/ferro pintado rodízios possui tamanho triplo.	UN	04	AM Móveis	R\$ 157,04	R\$ 628,16
05	BIOMBO, material de confecção aço/pintado rodízios não possui tamanho triplo.	UN	03	AM Móveis	R\$ 157,04	R\$ 471,12
06	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO, material de confecção nylon tipo de feixe velcro.	UN	10	Premium Esf. Adulto	R\$ 60,26	R\$ 602,60
07	ESFIGMANÔMETRO ADULTO, Material de confecção tecido em algodão tipo de feixe velcro.	UN	01	Premium Esf. Adulto	R\$ 62,00	R\$ 62,00
26	MESA DE ESCRITÓRIO, base madeira MDP/MDF/ Similar, divisões de 01 a 02 gavetas, material de confecção madeira MDP/ MDF/Similar, composição simples.	UN	15	Mobilux	R\$ 173,62	R\$ 2.604,30
27	ESCADA COM 02 DEGRAUS, material de confecção aço/ ferro pintado.	UN	10	AM Móveis	R\$ 47,00	R\$ 470,00
31	MESA DE EXAMES, material de confecção aço/ferro pintado, posição do leito fixo.	UN	03	AM Móveis	R\$ 236,00	R\$ 708,00
33	LANTERNA CLÍNICA, material de confecção alumínio, tipo LED.	UN	05	Mikatos Missouri	R\$ 22,50	R\$ 112,50
34	ESTETOSCÓPIO ADULTO, tipo duplo, auscultador aço inoxidável.	UN	09	Premium Esteto	R\$ 13,78	R\$ 124,02
36	MESA DE MAYO, material de confecção aço inoxidável.	UN	03	AM Móveis	R\$ 260,00	R\$ 780,00
44	DESTILADOR DE ÁGUA, capacidade entre 3 a 5 litros/hora.	UN	04	Cristofoli Destilado	R\$ 642,00	R\$ 2.568,00
45	NEGATOSCÓPIO, material de Confecção aço/ferro pintado, tipo parede/ 1 corpo.	UN	01	AM Móveis	R\$ 170,00	R\$ 170,00
47	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS, tipo LED, sem fio sem radiômetro.	UN	04	AM Móveis	R\$ 515,00	R\$ 2.060,00
54	SELADORA, aplicação grau cirúrgico, tipo manual/ pedal, controle de temperatura digital.	UN	02	Sispack SM	R\$ 1.145,00	R\$ 2.290,00
56	ESFIGMOMANÔMETRO OBESO, material de confecção tecido em algodão, tipo de feixe velcro.	UN	01	Premium Esf. Obeso	R\$ 76,00	R\$ 76,00
57	ESFIMOMANÔMETRO OBESO, material de confecção nylon, tipo de feixe velcro.	UN	01	Premium Esf. Obeso	R\$ 76,00	R\$ 76,00
58	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL, material de confecção nylon, tipo de feixe velcro.	UN	02	Premium Esf. Infant.	R\$ 60,26	R\$ 120,52
59	ESTETOSCÓPIO INFANTIL, auscultador aço inoxidável, tipo duplo.	UN	02	Premium Esteto	R\$ 13,78	R\$ 27,56
64	ARTICULADOR ODONTOLOGICO, guia condílica curvo, distância intercondilar ajustável, guia condílica e ângulo de Bennet ajustável.	UN	04	Dentflex	R\$ 378,00	R\$ 1.512,00
67	APARELHO DE RAO X ODONTOLOGICO, instalação coluna móvel, modo de operação digital , unidade de comando programável, faixa de tensão (KVP) 01.	UN	03	Procion Ion	R\$ 3.800,00	R\$ 11.400,00
69	CARRO DE CURATIVOS, material de confecção aço inoxidável, capacidade mínimo de 200 litros.	UN	01	AM Móveis	R\$ 385,00	R\$ 385,00
81	MESA DE ESCRITÓRIO, base madeira MDP/MDF/ Similar, divisões de 01 a 02 gavetas, material de confecção base madeira MDP / MDF / Similar, composição simples.	UN	01	Mobilux MS	R\$ 168,00	R\$ 168,00

82	CARRO MACA SIMPLES, material de confecção aço/ferro pintado, grades laterais, suporte de soro, acessórios colchonete.	UN	02	AM Móveis	R\$ 650,00	R\$ 1.300,00
83	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO, material de confecção aço/ferro pintado, apoio do braço estofado, tipo pedestal altura regulável.	UN	01	AM Móveis	R\$ 77,00	R\$ 77,00
84	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO, material de confecção aço/pintado, apoio do braço aço inoxidável, tipo pedestal altura regulável.	UN	01	AM Móveis	R\$ 77,00	R\$ 77,00
87	EQUIPO CART ODONTOLÓGICO, seringa tríplice autoclavável, terminal para alta e baixa rotação, terminal para micromotor, tipo pedestal com rodízios.	UN	01	Dentemed	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
89	ARMÁRIO VITRINE, 01 porta, material de confecção aço/ferro pintado, laterais de vidro.	UN	01	AM Móveis	R\$ 420,00	R\$ 420,00
91	MESA PARA IMPRESSORA, estrutura aço/ferro pintado, dimensões mínimas mínimo de 80 x 60 x 70 cm, tampo madeira MDP/ MDF/Similar.	UN	02	Mobilux	R\$ 108,14	R\$ 216,28
92	CARRO PARA MATERIAL DE LIMPEZA material de confecção polipropileno, balde espremedor, Kit c/ mops líquido e pó, placas sinaliz. e pá, saco de vinil.	UN	01	JSN	R\$ 769,50	R\$ 769,50

Valor Total do Fornecedor: R\$ 35.204,60 (trinta e cinco mil duzentos e quatro reais e sessenta centavos)

Empresa Fornecedor: Gilmar Sani - ME (14.588.459/0001-62):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
12	TELA DE PROJEÇÃO, tipo tripé, área visual mínimo de 1,80 x 1,80 m, tecido matte white (branco opaco), garantia mínima de 12 meses.	UN	02	TES	R\$ 436,50	R\$ 873,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 873,00 (oitocentos e setenta e três reais)

Empresa Fornecedor: Gisiane Matilde Vieira - ME (10.790.021/0001-01):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
49	PROJETOR MULTI MÍDIA (DATASHOW), tecnologia LCD, resolução mínima nativa de 1024 x 768, entrada de VGA a Full HD, luminosidade mínimo de 2500 lumens, conectividade entrada/saída RGB 15 Pinos e HDMI, garantia mínima de 12 meses.	UN	01	Optoma	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Empresa Fornecedor: Isamed – Mat. Medico Hospitalares LTDA - ME (05.948.061/0001-07):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
19	CADEIRA DE RODAS ADULTO, pés removível, material de confecção aço/ ferro pintado, braços removível, elevação de pernas e suporte de soro.	UN	05	Ortobras	R\$ 595,35	R\$ 2.976,75
37	SUPORTE DE SORO, material de confecção aço inoxidável, tipo pedestal altura regulável.	UN	03	Olimedica	R\$ 135,00	R\$ 405,00
43	CAIXA PARA DESINFECÇÃO DE LIMAS ENDODONTICAS, capacidade mínimo de 24.	UN	01	FAMI	R\$ 38,79	R\$ 38,79
46	NEGATOSCÓPIO, material de confecção aço/ferro pintado, tipo parede/ 2 corpos.	UN	02	Olimedica	R\$ 267,30	R\$ 534,60
48	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO, jato de bicarbonato integrado, modo de operação digital, caneta/ transdutor de ultrassom autoclavável.	UN	02	Dents Cler	R\$ 1.660,00	R\$ 3.320,00
52	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA (ATÉ 75 LITROS), modo de operação digital, câmara de esterilização aço inoxidável, capacidade mínimo de 40 l.	UN	02	Stermax	R\$ 3.227,00	R\$ 6.454,00
66	AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO, Modo de operação digital, tipo capsular.	UN	03	Ecel	R\$ 521,00	R\$ 1.563,00
76	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO, modo de operação mecânica.	UN	01	Welmy	R\$ 663,80	R\$ 663,80
78	MESA GINECOLÓGICA, material de confecção aço/ferro pintado, posição do leito móvel.	UN	02	Olimedica	R\$ 560,00	R\$ 1.120,00
93	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU), reservatório, material de confecção silicone.	UN	01	Pharmatex	R\$ 133,65	R\$ 133,65

Valor Total do Fornecedor: R\$ 17.209,59 (dezessete mil duzentos e nove reais e cinquenta e nove centavos)

Empresa Fornecedor: Logitex Brasil Comercial EIRELI - ME (22.392.045/0001-91):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
29	OTOSCÓPIO, bateria convencional, composição fibra óptica com no min. 05 espéculos reusáveis.	UN	03	MD	R\$ 377,00	R\$ 1.131,00
53	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA (ATÉ 75 LITROS), modo de operação digital, câmara de esterilização aço inoxidável, capacidade mínimo de 20 litros.	UN	03	BS	R\$ 2.235,00	R\$ 6.705,00
55	SELADORA, tipo manual/ mesa, aplicação convencional, controle de temperatura analógico.	UN	01	Biotron	R\$ 181,25	R\$ 181,25
60	OFTALMOSCÓPIO, bateria recarregável, composição mínimo de 03 aberturas de 40 lentes.	UN	02	MD	R\$ 607,99	R\$ 1.215,98
79	DETECTOR FETAL, tipo portátil, tecnologia digital.	UN	02	MD	R\$ 478,00	R\$ 956,00
86	OFTALMOSCÓPIO, bateria recarregável, composição mínimo de 03 aberturas de 40 lentes.	UN	01	MD	R\$ 607,99	R\$ 607,99

Valor Total do Fornecedor: R\$ 10.797,22 (dez mil setecentos e noventa e sete reais e vinte e dois centavos)

Empresa Fornecedor: Metromed – Com. DE Mat. Medico Hospit. LTDA (83.157.032/0001-22):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
30	OTOSCÓPIO, composição mínimo de 03 espéculos reusáveis, bateria convencional.	UN	02	Mikatos	R\$ 211,93	R\$ 423,86

Valor Total do Fornecedor: R\$ 423,86 (quatrocentos e vinte e três mil reais e oitenta e seis centavos)

Empresa Fornecedor: MM São José LTDA - ME (12.677.946/0001-76):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
03	ARMÁRIO, dimensões min./ mat. confecção 1,50 x 0,70m, madeira.	UN	17	MM São José	R\$ 245,00	R\$ 4.165,00
11	CADEIRA, material de confecção aço/ pintado, com assento/encosto estofado courvin.	UN	02	MM São José	R\$ 57,00	R\$ 114,00
21	LONGARINA, número de assentos 03 lugares, assento/ encosto polipropileno.	UN	10	MM São José	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 6.279,00 (seis mil duzentos e setenta e nove reais)

Empresa Fornecedor: Richesse Móveis LTDA - EPP (20.265.303/0001-43):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
09	CADEIRA, material de confecção aço/ferro pintado com regulagem de altura e assento/encosto estofado courvin.	UN	29	Carolflex	R\$ 99,70	R\$ 2.891,30
38	CADEIRA PARA OBESO, material de confecção estofado, estrutura aço/ferro pintado.	UN	01	Carolflex	R\$ 392,00	R\$ 392,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 3.283,30 (três mil duzentos e oitenta e três reais e trinta centavos)

Empresa Fornecedor: Sandro Vilmar Pires - ME (09.253.952/0001-91):

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
14	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK), disco rígido mínimo de 500 GB, processador no mínimo Intel Core I3 ou AMD A10, memória RAM 4GB, DDR3, 1600 MHZ, tamanho da tela mínimo de 13,3", teclado ABNT2, mouse touchpad, interfaces de rede 10/100/1000 e Wi-fi, interface UBS, HDMI, Display Port/ VGA, SD Card, bateria mínimo de 3 horas, webcam, sistema operacional Windows 7 pro (64 bits), garantia mínima de 12 meses, unidade de disco ótico CD/DVD rom.	UN	04	CCE	R\$ 1.959,00	R\$ 7.836,00
15	CÂMERA WEB (WEB CAM), 720p, foco manual/ automático, suporte adaptável mesa/ monitor, velocidade mínima de 30 FPS, interface USB, garantia mínima de 12 meses.	UN	01	Logitech	R\$ 146,90	R\$ 146,90

18	COMPUTADOR (DESKTOP BÁSICO), no mínimo Intel Core I3 ou AMD A10, memória RAM 4GB, DDR3, 1600 MHZ, disco rígido mínimo de 500 GB, tipo de monitor 18,5" (1366 x 768), mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scrool (com fio), fonte compatível com o item, sistema operacional Windows 7 pro (64 bits), garantia mínima de 12 meses, teclado USB, ABNT2, 107 teclas (com fio), interfaces de rede 10/100/1000 e Wi-fi, interfaces de vídeo integrada, unidade de disco ótico CD/DVD rom.	UN	08	Deutel PC/AOC	R\$ 1.995,00	R\$ 15.960,00
25	TELEVISOR, tipo LCD, tamanho da tela mínimo de 42", conversor digital, entrada HDMI, portas USB, Full HD.	UN	04	Philips	R\$ 1.763,50	R\$ 7.054,00
51	NO BREAK (PARA COMPUTADOR), potencia 1 KVA, tensão entrada/saída: bivolt, alarmes audiovisual, bateria interna 01 selada garantia mínima de 12 meses.	UN	06	Energylux	R\$ 775,90	R\$ 4.655,40
72	ROTEADOR LAN (WIRELESS), portas WAN/ LAN: ¼, antena mínimo de 02, tipo Wireless IEEE 802.11 b/g/n, frequência 2,4 A 2,4835 GHz, segurança WPA/WPA2, taxa sinal de 300 MBPS (dinâmico), garantia mínima de 12 meses.	UN	02	Dlink	R\$ 241,90	R\$ 483,80
90	LEITOR DE CÓDIGO E BARRAS, tipo manual, feixe de luz bidirecional, fonte de luz laser 650 nm, velocidade leitura 100 P/s, interface USB, garantia mínima de 12 meses.	UN	01	Elgin	R\$ 484,90	R\$ 484,90

Valor Total do Fornecedor: R\$ 36.621,00 (trinta e seis mil seiscentos e vinte e um reais)

Total Geral Da Ata De Registro De Preços: R\$ 162.904,73 (cento e sessenta e dois mil novecentos e quatro reais e setenta e três centavos).

Data da Assinatura: 30/11/2016 Validade da Ata: 30/11/2017

Modalidade: Pregão Presencial.

Imaruí, 05 de dezembro de 2016.

Mário José Cardoso

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 012/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo FMS Nº 012/2016

Origem: Pregão Presencial

Processo Licitatório FMS 005/2016

Objeto: Aquisição de medicamentos.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde (10.631.880/0001-58)

Contratada: Clodoaldo Martins Medicamentos - ME (18.686.689/0001-15)

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 04 - Assistência Farmacêutica

Proj. Ativ.: 2.114 - Manutenção do Programa Assistência Farmácia Básica

Código Resumido: 42

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 02 - Atenção Básica

Proj. Ativ.: 2.104 - Manutenção do PAB Fixo

Código Resumido: 13

Valor Total do Contrato: 80.000,00 (oitenta mil reais)

Assinatura: 25/11/2016

Signatário:

Pelo Município, o Senhor Mário José Cardoso

Pela contratada, o Senhor(a) Clodoaldo Martins

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 196, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 196, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.765, de 05 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 66.200,00 (sessenta e seis mil e duzentos reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Reequipamento de CEIS - Creches		
12.365.0009-1.004		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0017)	Aplicações Diretas	66.200,00
Total		66.200,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção do S.O.M.E.		
12.361.0009-2.009		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0043)	Aplicações Diretas	59.000,00
Qualificação do Atendimento a Educação Especial		
12.367.0009-2.010		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0045)	Aplicações Diretas	7.200,00
Total		66.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 197, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 197, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.767, de 05 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.3.90.00.00.00.00.0.10002 (0045)	Aplicações Diretas	10.000,00
Total		10.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Centro de Referência em Saúde		
10.301.0014-1.054		
4.4.90.00.00.00.00.00.10002 (0008)	Aplicações Diretas	1.000,00
10.301.0014-1.056		
3.3.90.00.00.00.00.00.10002 (0012)	Aplicações Diretas	9.000,00
Total		10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 198, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 198, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre alteração da LDO 2016 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.768, de 05 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à inclusão das modalidades abaixo discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, Lei 4.616, de 07 de outubro de 2015.

ORGÃO	31	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA
UNIDADE	31.01	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA
PROGRAMA	17	Qualidade ao Trânsito
AÇÃO	2.045	Convênio Polícia Militar
MODALIDADE	3.3.30.00.00.00.00.00.01.0810	
MODALIDADE	4.4.30.00.00.00.00.00.01.0810	

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 54.664,97 (cinquenta e quatro mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015, para novos itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Militar		
06.181.0017-2.045		
3.3.30.00.00.00.00.00.0.1.0810 (0022)	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	38.614,97
4.4.30.00.00.00.00.00.0.1.0810 (0023)	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	16.050,00
Total		54.664,97

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Militar		
06.181.0017-2.045		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0810 (0007)	Aplicações Diretas	38.614,97
Subtotal		38.614,97

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Militar		
06.181.0017-2.045		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0810 (0008)	Aplicações Diretas	16.050,00
Subtotal		16.050,00
Total		54.664,97

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 35/2016 (SAÚDE)

PREFEITURA DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 35/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Fundo Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 19 de dezembro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial – SRP do tipo menor preço/menor desconto na tabela ABCFARMA, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "contratação de empresa para eventual aquisição de medicamentos básicos e não básicos, éticos, genéricos e similares, prescritos pelos profissionais da saúde do município de Imbituba, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde, orçamento 2017."

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 06 de dezembro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 36/2016 (SAÚDE)

PREFEITURA DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 36/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Fundo Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 19 de dezembro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial – SRP do tipo maior desconto por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção mecânica, elétrica, chapeação, pintura, serviço de conserto de pneus e guincho 24 horas, reposição de peças e equipamentos obrigatórios para os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), orçamento 2017."

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 06 de dezembro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

LEI Nº 4.765, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.765, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 66.200,00 (sessenta e seis mil e duzentos reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Reequipamento de CEIS - Creches		
12.365.0009-1.004		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0017)	Aplicações Diretas	66.200,00
Total		66.200,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção do S.O.M.E.		
12.361.0009-2.009		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0043)	Aplicações Diretas	59.000,00
Qualificação do Atendimento a Educação Especial		
12.367.0009-2.010		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0045)	Aplicações Diretas	7.200,00
Total		66.200,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.766, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.766, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação inscrita no CNPJ 82.951.328/0001-58, com sede a Rua: Antônio Luz, nº 111, Florianópolis – SC, de um ônibus/VECO, Ano 2013, RENAVAL 1018672092, Placa QHE4665, Patrimônio nº 820269-9.

Art. 2º O Termo de Cessão de Uso vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas de manutenção e conservação, bem como manutenção de apólice de seguros do veículo descrito no art. 1º desta Lei, enquanto perdurar a cessão.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.767, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.767, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 (0045)	Aplicações Diretas	10.000,00
Total		10.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Centro de Referência em Saúde		
10.301.0014-1.054		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.10002 (0008)	Aplicações Diretas	1.000,00
10.301.0014-1.056		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.10002 (0012)	Aplicações Diretas	9.000,00
Total		10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.768, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.768, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre alteração da LDO 2016 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à inclusão das modalidades abaixo discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, Lei 4.616, de 07 de outubro de 2015.

ORGÃO	31	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA
UNIDADE	31.01	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA
PROGRAMA	17	Qualidade ao Trânsito
AÇÃO	2.045	Convênio Polícia Militar
MODALIDADE	3.3.30.00.00.00.00.00.01.0810	
MODALIDADE	4.4.30.00.00.00.00.00.01.0810	

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 54.664,97 (cinquenta e quatro mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015, para novos itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Militar		
06.181.0017-2.045		
3.3.30.00.00.00.00.00.0.1.0810 (0022)	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	38.614,97
4.4.30.00.00.00.00.00.0.1.0810 (0023)	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	16.050,00
Total		54.664,97

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Militar		
06.181.0017-2.045		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0810 (0007)	Aplicações Diretas	38.614,97
Subtotal		38.614,97

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Militar		
06.181.0017-2.045		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0810 (0008)	Aplicações Diretas	16.050,00
Subtotal		16.050,00
Total		54.664,97

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

PORTARIA PMI/GGP Nº 660/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 660, de 05 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de servidores em cargos de provimento em comissão para atuação nos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, os servidores abaixo descritos, dos cargos de provimento em comissão, para a atuação nos seus respectivos órgãos superiores.

ASSESSORES ESPECIAIS – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Assessor(a) Especial	SEMUSA	Luciana Freitas da Rosa	841.255.199-00	09/12/2016

ASSESSORES I – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Assessor(a) I	SETEC	Vagner Nascimento dos Santos	455.213.449-34	09/12/2016

ASSESSORES II – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Assessor(a) II	SETEC	Glycéia de Castro Rocha	455.213.449-34	09/12/2016
Assessor(a) II	SETEC	Vilmara Oliveira Dias	084.094.009-28	09/12/2016
Assessor(a) II	SETEC	Lourival Horácio	245.622.469-87	09/12/2016
Assessor(a) II	SEAPI	Janaina de Souza Costa	075.486.259-36	09/12/2016
Assessor(a) II	SEFAZ	Dalvânio Feliciano Corrêa	987.707.729-91	09/12/2016

ASSESSORES III – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Assessor(a) III	SEDUC	Lóyde da Silva Batista	054.820.639-25	09/12/2016
Assessor(a) III	SEAPI	Fabiane Martins Sant'Anna de Ávila	016.419.429-08	09/12/2016
Assessor(a) III	SEAPI	Lúcia Soares Henrique Borges	626.463.389-53	09/12/2016
Assessor(a) III	SEAPI	Franco Henrique Fernandes	025.238.899-27	09/12/2016
Assessor(a) III	SEAPI	Osmarino Alves Querino	343.502.929-34	09/12/2016
Assessor(a) III	SEAST	Marilene de Moraes Duarte	035.486.379-73	09/12/2016
Assessor(a) III	SEDURB	Josimara Martins Krausen	038.894.969-46	09/12/2016
Assessor(a) III	PGM	Thayná de Jesus Costa	103.483.199-24	09/12/2016
Assessor(a) III	SEAGP	Margarete Siqueira da Silva Rocha	027.019.669-22	09/12/2016
Assessor(a) III	SEAGP	Alison Vieira Silveira	059.645.189-07	09/12/2016
Assessor(a) III	SEAGP	Rúbia Regina Adriano	046.699.269-69	09/12/2016

ASSESSORES IV – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Assessor(a) IV	SEMUSA	Elaine Aparecida de Almeida	032.018.619-95	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEMUSA	Laiane Florentino Martins Barbosa	068.628.839-41	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEMUSA	Rosani Calônico	704.898.409-06	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEDUC	Luana Araújo Ferreira	112.890.929-40	09/12/2016
Assessor(a) IV	SETEC	Flaviana Pires da Rosa	023.494.639-31	09/12/2016
Assessor(a) IV	SETEC	Tiago Ismael Fernandes	058.929.869-00	09/12/2016

Assessor(a) IV	SEAPI	Rosilda Bernardino Soares	507.288.909-25	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEAPI	Aloísio Álvaro Lazarim	018.429.199-20	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEAPI	Vanessa Meiry Nascimento	035.263.929-60	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEAPI	Priscila de Amorim Silva	077.174.309-24	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEAPI	Iara Prates Nunes	084.881.499-13	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEAST	Tânia Márcia Luiz	888.461.729-49	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEAST	Marli Melo da Silva Santos	888.376.539-72	09/12/2016
Assessor(a) IV	CGM	Myrella Duarte Inácio	075.504.759-11	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEAGP	Shanaya Miranda Silva Paes	013.107.589-64	09/12/2016
Assessor(a) IV	SEFAZ	Dalmir Medeiros	506.297.519-00	07/12/2016

CHEFES DE DEPARTAMENTOS – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Chefe de Departamento	SEDUC	Ronaldo Augusto Pires	987.718.929-15	09/12/2016
Chefe de Departamento	SEDUC	Jônia Guimarães Vieira	026.733.369-23	09/12/2016
Chefe de Departamento	SETEC	Maricélia Soares da Luz	344.737.939-15	09/12/2016
Chefe de Departamento	SETEC	Márcia Aparecida da Silva Luiz	022.899.339-37	09/12/2016
Chefe de Departamento	SETEC	Ariosvaldo do Nascimento	578.634.589-00	09/12/2016
Chefe de Departamento	SEAPI	Gerton Moraes Martins	691.527.489-87	09/12/2016
Chefe de Departamento	SEAPI	Luiza Gonzaga Nunes	025.210.869-83	09/12/2016
Chefe de Departamento	SEAPI	José Anastácio dos Santos	218.188.609-10	09/12/2016
Chefe de Departamento	SEAPI	Claudiani de Souza Pacheco	057.110.149-60	09/12/2016
Chefe de Departamento	SEAST	Cristine Francisco Oliveira Sérgio	032.612.829-83	09/12/2016
Chefe de Departamento	SEAST	Célia David da Silva	245.634.639-49	09/12/2016
Chefe de Departamento	SEDURB	Valmir Ramos	096.456.599-49	09/12/2016
Chefe de Departamento	SEFAZ	Reinaldo Pires	252.371.609-72	09/12/2016
Chefe de Departamento	SEFAZ	Claudiléia Leal	040.223.419-71	28/12/2016

DIRETORES – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Diretor(a)	SETEC	Natércia Leonora da Rosa Oliveira	542.627.989-68	09/12/2016

SUPERINTENDENTES – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Superintendente	SEAPI	Nivaldo Marques Gabriel	888.375.219-87	09/12/2016

GESTORES INSTITUCIONAIS – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Gestor Institucional	SEMUSA	Lilian Maria Pires	888.400.429-20	09/12/2016

PROCURADORES – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Procurador(a)	PGM	Carlos José Barbosa Filho	004.454.969-59	09/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de dezembro de 2016

Imbituba, 05 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Indaial

CÂMARA MUNICIPAL

ATA PROCESSO LICITATÓRIO 26/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 07/2016

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

DATA: 05/12/2016

HORÁRIO: 10h15MIN.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPRESSÃO GRÁFICA DO LIVRO COMEMORATIVO DOS 80 ANOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, conforme especificações constantes no edital de Pregão Nº 7/2016 Processo Licitatório nº 26/2016.

No dia e hora supramencionados, na sala do plenário da sede da Câmara Municipal de Indaial, realizou-se sessão pública para o recebimento de propostas dos licitantes participantes para a licitação epigrafada, com a presença do Pregoeiro e Equipe de Apoio designada (Comissão Permanente de Licitação – Portaria 26/2016). Aberta a sessão, procedeu-se ao credenciamento, identificação dos representantes e recolhimentos dos envelopes de propostas comercial e de habilitação das empresas COAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, credenciado o senhor Bruno César Bonetti; GRÁFICA C S EIRELI, credenciado o senhor Luis Junior de Cristo; e, TIPOTIL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, credenciada a senhora Djessika Talita Teske. Ato contínuo, foram recebidas as Declarações dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidas no Edital e os dois envelopes contendo propostas e os documentos de habilitação estabelecidos no edital, respectivamente. Verificou-se que as empresas estavam de acordo com as exigências do edital, e, portanto, abertos os Envelopes de nº 1 (Propostas de Preços) das empresas participantes e com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento, verificando-se que:

Itens Desclassificados	
Nenhum item foi desclassificado.	
Itens Sem Propostas	
Todos os itens possuem propostas.	

A menor proposta apresentada foi do licitante GRÁFICA CS EIRELI, com o valor de R\$ 14,11 por livro, totalizando o valor de R\$ 14.110,00. Consultados, os representantes das empresas COAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA e TIPOTIL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, não apresentaram lance, sendo que o senhor Luis Junior Cristo, representante da empresa GRÁFICA C S EIRELI, deu lance de R\$ 14,10 por livro, totalizando o valor de R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais), correspondendo a 1.000 unidades. Em razão disso, o Pregoeiro declarou como Classificada do Pregão, após negociação, o licitante GRÁFICA C S EIRELI, com o valor total de R\$ 14.100,00. Encerrada a etapa de lance, o pregoeiro procedeu com a abertura dos envelopes de habilitação. Os documentos ali contidos foram verificados pelo pregoeiro, equipe de apoio e representantes presentes. Após análise e conferência dos documentos, a comissão declarou CLASSIFICADA a proposta. Desta forma, a Comissão declarou VENCEDORA a licitante GRÁFICA C S EIRELI, para o processo licitatório nº 26/2016. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente, para produza efeitos legais. Câmara Municipal de Indaial, em 05 de dezembro de 2016.

Jefferson José Carlini
Pregoeiro

Luiz Fernando Surdi
Membro da Equipe de Apoio

Rafael Nagel
Membro da Equipe de Apoio

Representante Empresa:

COAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA
Bruno César Bonetti

GRÁFICA C S EIRELI
Luis Junior de Cristo

TIPOTIL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA
Djessika Talita Teske

Ipumirim

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 70/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 70/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 19/12/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 19/12/2016. Objeto da licitação: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2017, conforme especificações anexas ao Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 05/12/2016

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3108/2016

Decreto nº 3.108/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO DE SAÚDE		
2.036 – Manutenção do Programa Saúde Bucal		
3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

04 – FUNDO DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de novembro de 2016.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3110/2016

Decreto nº 3.110/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.1.90.00.00.00.00.00.0252 (52)	Aplicações Diretas	R\$ 3.800,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão

utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 252 – Recursos SAMU.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de novembro de 2016.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício

DECRETO Nº 3111/2016

Decreto nº 3.111/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo de Assistência, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais), conforme discriminação seguinte:

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.1.90.00.00.00.00.00.0250 (2)	Aplicações Diretas	R\$ 7.200,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.1.90.00.00.00.00.00.0250 (5)	Aplicações Diretas	R\$ 7.200,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de novembro de 2016.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3114/2016

Decreto nº 3.114/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de

Irineópolis – Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 24.493,92 (Vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.1.90.00.00.00.00.0260 (23)	Aplicações Diretas	R\$ 24.493,92

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 260 – Recursos PMAQ.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de novembro de 2016.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício

DECRETO Nº 3115/2016

Decreto nº 3.115/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.036 – Manutenção do Programa Saúde Bucal		
3.1.90.00.00.00.00.0251 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.0251 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de novembro de 2016.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3117/2016

Decreto nº 3.117/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Funrebom, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

12 – FUNREBOM		
2.026 – Manutenção do Funrebom		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (145)	Aplicações Diretas	R\$ 5.500,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

12 – FUNREBOM		
2.026 – Manutenção do Funrebom		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (144)	Aplicações Diretas	R\$ 5.500,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3118/2016

Decreto nº 3.118/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.0193 (31)	Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.0100 (57)	Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2016

ATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 016/2016, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia cinco do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 21 de janeiro de 2016, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silviane Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de recebimento dos envelopes documentação e proposta e abertura dos documentos de habilitação, referentes à Tomada de Preços nº 016/2016 Processo Licitatório nº 077/2016, destinada a contratação de empresa para alargamento e reforma da Avenida Beira Lago; Entregou tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta, a seguinte empresa: BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA. Estiveram presente ao certame o Senhor Valmir Patzlaff. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade dos envelopes de documentação e proposta passando vistas ao licitante presente, passando à abertura do envelope de documentação, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão e licitante presente. Em prosseguimento a comissão Analisou a documentação; Da análise da documentação restou em HABILITAR a empresa BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA por cumprir os requisitos do edital, Perguntado ao representante legal da empresa se desistiria de recurso quanto a fase de documentação o mesmo respondeu positivamente passando a assinar o termo de renúncia de recursos. Diante do fato o Presidente determinou a abertura do envelope de propostas; Aberto o envelope rubricado pelo licitante presente, analisado pelo presidente e membros restou em CLASSIFICAR a empresa BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA com o valor total de R\$ 449.614,40 (quatrocentos e quarenta e nove mil seiscentos e quatorze reais e quarenta centavos, sendo R\$ 404.622,29 (quatrocentos e quatro mil seiscentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos) de materiais, e R\$ 44.992,11 (quarenta e quatro mil novecentos e noventa e dois reais e onze centavos) de mão de obra. Perguntado ao representante presente se desistiria de recurso quanto a fase de propostas o mesmo respondeu positivamente passando a assinar o termo de renúncia, possibilitando a homologação do processo licitatório. O Senhor Presidente intima a empresa da decisão. Esta ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br, e no Diário Oficial Dos Municípios – DOM. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrou-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e representante legal da empresa licitante.

Delso Minski Silviane Carla Mertins
Presidente Membro

Marta Bender Sartoretto
Membro

BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Licitante

ATA DE ANALISE DAS PROPOSTAS DO PL 071/2016, TP 015/2016

ATA DE ABERTURA E ANALISE DA PROPOSTA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 015/2016, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 14h00min do dia cinco do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 21 de janeiro de 2016, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silviane Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de abertura e análise dos envelopes de proposta de preços das empresas SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA EPP, ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP e CONSTRUTORA DON JUAN LTDA ME, habilitadas no certame licitatório. As empresas não enviaram representantes. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade dos envelopes de propostas, passando para à abertura dos mesmos, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão. Da análise das propostas ficaram CLASSIFICADAS conforme segue: a) em primeiro lugar a empresa SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA, com o preço total de R\$ 59.752,96 (cinquenta e nove mil setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), sendo R\$ 35.851,78 (trinta e cinco mil oitocentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos) referente a materiais e R\$ 23.901,18 (vinte e três mil novecentos e um reais e dezoito centavos) referente a mão de obra; b) em segundo lugar a empresa ECGT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP, com o preço total de R\$ 60.409,39 (sessenta mil quatrocentos e nove reais e trinta e nove centavos), sendo R\$ 36.245,63 (trinta e seis mil duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos) referente a materiais e R\$ 24.163,76 (vinte e quatro mil cento e sessenta e três reais e setenta e seis centavos) referente a mão de obra; E DESCLASSIFICAR a empresa CONSTRUTORA DON JUAN LTDA ME por deixar de cotar o item 8.3 da tabela constante do anexo "E" do edital. Diante do fato abre-se o prazo de cinco dias uteis para recursos, transcorrido o prazo de recursos ou julgados estes será homologado o presente edital. Intima-se os participantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente e pelos membros da Comissão. Esta ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski Silviane Carla Mertins
Presidente Membro

Marta Bender Sartoretto
Membro

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 221 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 221 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de Recurso 120 - Recursos de Impostos para Educação 25%, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e na fonte de recurso 110 - Salário Educação, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta cinco mil reais):

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental
12.361.0066.2029 - Manutenção e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental
33.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações diretas R\$ 55.000,00
33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil
12.365.0070.2034- Manutenção das Atividades da Educação Infantil
33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 30 de novembro de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scaloni
Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DOS CONTRATOS 159 E 160/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Maxcopy Equipamentos E Suprimentos Ltda Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 171/2016
OBJETO: Contratação de empresa para locação de equipamentos fotocopiadores, destinados para atender as necessidades administrativas do município.
VALOR: R\$ 2.420,00
VIGÊNCIA: 29 de novembro de 2017.
Itapiranga – SC. 30 de novembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Alto Uruguai Engenharia E Planejamento De Cidades Ltda
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 032/2016

OBJETO: Prorrogação, até 16/12/2016, do prazo para execução do estudo ambiental para a regularização fundiária da área urbana de Itapiranga (SC), atingida pela Área de Preservação Permanente do Rio Uruguai.

VIGÊNCIA: 16 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC. 30 de novembro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

PORTARIA 176/2016

PORTARIA Nº 176/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Régis K. Bittencourt, matrícula nº 14978/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 158/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 163/2016, para contratação de empresa para execução em regime de empreitada global por preço unitário (com fornecimento de materiais e mão de obra), do projeto para construção do muro de contenção na Escola de Santo Antônio.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 02 de dezembro de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Régis K. Bittencourt
Fiscalizador

PORTARIA 177/2016

PORTARIA Nº 177/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Janete F. Baumann, matrícula nº 11824/02, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 159/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 171/2016, para contratação de empresa para locação de equipamentos fotocopiadores, destinados para atender as necessidades administrativas do município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 02 de dezembro de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Janete F. Baumann

Fiscalizadora

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 179/2016, cujo objeto é a aquisição de materiais diversos destinados à reforma da estação de tratamento de água localizada na Linha Sede Capela, interior do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 15 de dezembro de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 05 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

REEDITA EDIÇÃO DOM N. 2136, PUBLICADO EM 2 DE DEZEMBRO DE 2016 NA PG. 690 DECRETO Nº 220 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

Reedita Edição DOM n. 2136, publicado em 2 de Dezembro de 2016 na pg. 690

DECRETO Nº 220 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão de “Excesso de Arrecadação” e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004, de 15 de dezembro de 2015:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão de “Excesso de Arrecadação” verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e na fonte de recursos 113- Transporte Escolar do Estado no valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais):

03.03 – Secretaria Municipal Administração Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

15.452.0076.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

06.01 – Secretaria Municipal Educação Cultura e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 – Manut. e Desenv. das Ativ. da Educação do Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 9.600,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 30 de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 51/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP, com sede à Rodovia dos Minérios, nº 403, Sala 02ª/02B, Jardim Monterrey, Almirante Tamandaré/PR, CEP: 85.507-00, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.262.327/0001-01, Inscrição Estadual: 90711402-34, representada neste ato por sócio, o Sr. ALAIRTO JOSÉ PELOZZO, portador do CNPF/MF nº 747.575.399-91 e do CI.RG nº 5.011.809-6 SESP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016 - PROCESSO Nº 75/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares, para uso nas Unidades Básicas de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 2.299,25

DATA DA ASSINATURA: 05/12/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2016

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 53/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: STRAFER PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI EPP, com sede à Rua Dinamarca, nº 197, Sala 02 - Térreo, Bairro das Nações, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88.338-315, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.768.176/0001-56, Inscrição Estadual: 257.959.9713, representada neste ato por sócia, a Sra. FERNANDA DE SOUZA, portadora do CNPF/MF nº 072.381.099-05 e do CI.RG nº 5990309 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016 - PROCESSO Nº 75/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares, para uso nas Unidades Básicas de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 686,00

DATA DA ASSINATURA: 05/12/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2016

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 52/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CIRUPAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA EPP, com sede à Av. Maringá, nº 1228, Emílio Perneta, Pinhais/PR, CEP: 83.324-442, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.733.572/0001-30, Inscrição Estadual: 10.164.441-34, representada neste ato por sócio, o Sr. HÉLIO CELSO STOKLOSKI, portador do CNPF/MF nº 084.999.939-15 e do CI.RG nº 737.082 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016 - PROCESSO Nº 75/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares, para uso nas Unidades Básicas de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 10.368,00

DATA DA ASSINATURA: 05/12/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2016

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 54/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: STRAFER PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI EPP, com sede à Rua Dinamarca, nº 197, Sala 02 - Térreo, Bairro das Nações, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88.338-315, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.768.176/0001-56, Inscrição Estadual: 257.959.9713, representada neste ato por sócia, a Sra. FERNANDA DE SOUZA, portadora do CNPF/MF nº 072.381.099-05 e do CI.RG nº 5990309 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016 - PROCESSO Nº 75/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares, para uso nas Unidades Básicas de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 686,00

DATA DA ASSINATURA: 05/12/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2016

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 55/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: DANIELE DAGIOS EPP, com sede à Rua Ottokar Doerffel, nº 1112, Bloco A, Galpão A 10, Atiradores, Joinville/SC, CEP: 9189.203-212, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.942.081/0001-28, Inscrição Estadual: 256.269.181, representada neste ato por sócia, a Sra. DANIELE DAGIOS, portadora do CNPF/MF nº 717.941.598-87 e do CI.RG nº 3.812.248-7 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016 - PROCESSO Nº 75/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares, para uso nas Unidades Básicas de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 8.650,00

DATA DA ASSINATURA: 05/12/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2016

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 43/16

TERMO ADITIVO Nº 43/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2013. (4º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pelo Secretária de Saúde, a Sra. MARIZA APARECIDA FILLA, portadora do CNPF/MF nº 599.466.609-20 e CI.RG nº 4.974.765-7 SSP/SC e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a Sra. DOROTHEA GUILHERMINA ERNA SCHEIBE, portadora do CNPF/MF Nº 649.458.049-15, residente na Rua Matos Costa nº 334, Centro - Porto União/SC, CEP: 89.400-00, doravante denominada CONTRATADA (LOCADORA), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 – PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 04/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2017, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais R\$ 2.347,87 (dois mil trezentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos), resultando em um valor total de R\$ 28.174,44 (vinte e oito mil cento e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 04/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 04/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 02 de dezembro de 2016.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADORA DOROTHEA GUILHERMINA ERNA SCHEIBE
MARIZA APARECIDA FILLA SECRETÁRIA DE SAÚDE	
TESTEMUNHAS	
NOME: CPF:	NOME: CPF:

TERMO ADITIVO Nº36/16

TERMO ADITIVO Nº 36/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2013. (4º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pela Diretora de Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF nº 248.711.419-34 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. SILVIO SARMENTO, portador do CNPF/MF nº 885.610.209-97, residente a Rua Paraná, nº 507, Bairro: Centro, na cidade de Barra Velha/SC, CEP: 88.390-000, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 – PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 01/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2017, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 2.375,43 (dois mil trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos), resultando em um valor total de R\$ 28.505,16 (vinte e oito mil quinhentos e cinco reais e dezesseis centavos) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 01/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 01/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 01 de dezembro de 2016.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR SILVIO SARMENTO
MARIA IZABEL BLANSKI DIRETORA DE FINANÇAS	
TESTEMUNHAS	NOME: CPF:
NOME: CPF:	

TERMO ADITIVO Nº37/16

TERMO ADITIVO Nº 37/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013. (4º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pela Diretora de Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF nº 248.711.419-34 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. FERNANDO PACHECO, portador do CI.RG Nº 1.087.222/RJ e do CNPF/MF nº 005.023.080-87, residente a Rua das Estrelas, s/nº, Balneário Mariluz, neste Município, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 – PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 02/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2017, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas R\$ 1.587,63 (um mil quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos), resultando em um valor total de R\$ 19.051,56 (dezenove mil e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 02/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 02/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreta.

Itapoá/SC, 01 de dezembro de 2016.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR FERNANDO PACHECO
MARIA IZABEL BLANSKI DIRETORA DE FINANÇAS	

TESTEMUNHAS

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº38/16

TERMO ADITIVO Nº 38/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2013. (4º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pelo Diretor de Obras e Serviços Públicos, o Sr. IRINEU ANTÔNIO IGNÁCIO, portador do CI.RG. nº 596829 SSP/SC e do CNPF/MF nº 248.322.789-91 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a empresa REOLON ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.698.258/0001-18, situada na Avenida André Rodrigues de Freitas, nº 381, nesta cidade de Itapoá, representada neste ato por sócio, o Sr. NERI PEDRINHO REOLON, brasileiro, portador da CI.RG nº 5823001-4 e do CNPF/MF: 502.909.169-68, doravante denominada CONTRATADA (LOCADORA), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 – PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 03/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2017, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais R\$ 4.932,58 (quatro mil novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos), resultando em um valor total de R\$ 59.190,96 (cinquenta e nove mil cento e noventa reais e noventa e seis centavos) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 03/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 03/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreta.

Itapoá/SC, 01 de dezembro de 2016.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA NERI PEDRINHO REOLON
IRINEU ANTÔNIO IGNÁCIO DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
TESTEMUNHAS	NOME: CPF:
NOME: CPF:	

Ituporanga

PREFEITURA

EXTRATO DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 60/2016 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADA: JOÃO ALOIZIO GUIMARÃES ME – CNPJ 15.011.525/0001-08 – R\$ 3.048,00 (três mil e quarenta e oito reais). OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA, TIPO MAIOR OFERTA, PARA CONCESSÃO DE USO MEDIANTE CONTRATO ADMINISTRATIVO, CONFORME EDITAL ENCAMINHADO POR E-MAIL, DOS SEGUINTE LOCAIS: 1º LOCAL DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS (COM LANCHONETE, CAFETERIA E SORVETERIA) NA PRAÇA DA IGREJA MATRIZ. 2º LOCAL DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOOD TRUCK NA PRAÇA DO BAIRRO GABIROBA. 3º LOCAL PAR IMPLANTAÇÃO DE LANCHONETE NO PARQUE DA CEBOLA. 4º LOCAL PARA IMPLANTAÇÃO DE LANCHONETE NO PARQUE INGO ALTENBURG.

Assinatura: 21 de novembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 65/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADA: CURT SCHROEDER S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO – CNPJ 85.775.500/0001-58 – R\$ 137.500,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos reais); AUTO ELITE LTDA – CNPJ 83.270.397/0005-92 – R\$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais); TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA – CNPJ 08.389.661/0001-62 – R\$ 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos reais). OBJETO:AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE ITUPORANGA.

Assinatura: 01 de novembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 66/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADA: ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME – CNPJ 00.676.624/0001-23 – R\$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais). OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA GRUTA NOSSA SENHOR DE LURDES

Assinatura: 01 de novembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 69/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADA: STREET DECOR IMPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP – CNPJ 12.112.382/0001-24 – R\$ 32.970,40 (trinta e dois mil novecentos e setenta reais e quarenta centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO NATALINA NA PRAÇA FREI GABRIEL, PRAÇA FERNANDO SENS E RUA PRESIDENTE NEREU

Assinatura: 21 de novembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

FEXPONACE

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 29/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

CONTRATANTE: FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA

CONTRATADA: STAGE MUSIC COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – CNPJ 10.661.909/0001-44 – R\$29.921,00 (vinte e nove mil novecentos e vinte e um reais). BOHRER EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO EIRELLI – ME – CNPJ 22.172.252/0001-30 – R\$16.168,50 (dezesseis mil cento e sessenta e oito mil e cinquenta centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO NATALINA NA PRAÇA FREI GABRIEL, PRAÇA FERNANDO SENS E RUA PRESIDENTE NEREU

Assinatura: 21 de novembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 18/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: BRITAGEM SANTA TEREZA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO BRITADO DETONADO, PARA SER UTILIZADO PARA REPAROS EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 18/2016. Valor do Aditivo: 78.400,00 (setenta e oito mil e quatrocentos reais). Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 01 de novembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo. Carta Convite nº 33/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: METAPLAN – CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO DE DRENAGEM, LOCAÇÃO DE LUMINÁRIAS, TUBULAÇÕES E CAIXAS ELÉTRICAS, DO PARQUE DA CIDADE. INCLUSOS TAMBÉM, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ORÇAMENTO, ART E/OU RRT CORRESPONDENTES AOS PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES PARA APROVAÇÃO, COM ÁREA TOTAL DE 19.534,50 M² A SER CONSTRUÍDO EM ITUPORANGA-SC.. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Carta Convite nº 33/2013. O prazo do Contrato passa a vencer em 28/12/2016. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 28 de novembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 27/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada:

ALVARISTO DE PINHO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRAS DE: PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO (SERVIÇOS GERAIS), CALCETEIRO DE LAJOTA, PINTOR, CALCETEIRO DE PAVER, COLOCAÇÃO DE MEIO FIO LINEAR, COLOCAÇÃO DE TUBOS COM BITOLAS DE 20 A 50 - LINEAR, COLOCAÇÃO DE TUBOS BITOLA DE 60 A 100 - LINEAR. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 27/2016. Valor do Aditivo: 30.816,25 (trinta mil oitocentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos). Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93. Data da assinatura: 01 de novembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 38/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: CELIA REGINA W. SANI ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATÉRIAS ESPORTIVOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS.. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 38/2016. Valor do Aditivo: 7.293,61 (sete mil duzentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos). Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93. Data da assinatura: 21 de novembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado**PREFEITURA****DECRETO Nº. 107 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 107 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 802 de 23 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), como segue:

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Atividade: 2.063 – Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: (89) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas....R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Atividade: 2.063 – Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: (90) – 3.2.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas....R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 23 de novembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EDITAL Nº 010/2016 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 010/2016 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, que CONVOCA para Nomeação e posse no Serviço Público Municipal, os aprovados em Concurso Público nº 001/2014, conforme classificação, para comparecer à Secretária Municipal de Administração, Departamento Pessoal, para efetivar a nomeação e posse. A contar da presente data passam a valer os prazos previstos na Lei n. 245/2000. Solicitamos o comparecimento antecipado do candidato no Departamento Pessoal para regulamentação do Ato. Os abaixo convocados, tornam-se ciente dos prazos acima citados.

ANEXO I**DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

Auxiliar de Ensino Ensino Médio Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
192	24152	31º. Neusa Rocha	21/12/1974

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacinto Machado (SC), em 05 de dezembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado a presente Homologação nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIAS Nº. 337 A 354 DE 2016

PORTARIA Nº. 337 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Prorroga por igual período a Portaria nº. 440 de 03 de novembro de 2014, em que concede Licença sem Vencimentos para tratar de Interesses Particulares, ao servidor AMILTON GHELLERE, matrícula nº. 958, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, a serem gozadas no período de 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 02/11/2016 à 01/11/2018.

PORTARIA Nº. 338 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR o servidor NATAN BATISTA TITONI, portador do CPF n.º 063.867.079-90, matrícula 4132, do cargo de Chefe de Divisão de Esporte Amador, nível DAS-2, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 339 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora SAMARA CORRÊIA DAROS, do cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, matrícula nº. 4017, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

PORTARIA Nº. 340 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Remover a pedido a Servidora LEOCIR BRISTOT, matrícula nº. 3890, cargo de Auxiliar de Biblioteca, nível MAG-AT – 1A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para o Centro Cultural Ângelo Savi Mondo.

PORTARIA Nº. 341 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - NOMEAR, NATAN BATISTA TITONI, portador do CPF nº. 063.867.079-90, no cargo em comissão de Chefe de Divisão de Esporte Amador, nível DAS-2, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 342 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora MICHELE MEZZARI LUCIETTI, matrícula nº. 4092, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a ser gozada no período de 16/11/2016 a 15/03/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 343 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Designar o servidor VALMIR POSSAMAI, matrícula nº. 186, para responder Interinamente pelo expediente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, até a designação do novo responsável da próxima Gestão Municipal, no período de 16/11/16 a 31/12/16.

PORTARIA Nº. 344 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor EDIO LEONIDAS LOPES JUST do cargo em (ACT) de Professor, matrícula nº 4073, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 345 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor ARNALDO JUVENCIO MATIAS NETO do cargo em (ACT) de Professor para Sala Informatizada, matrícula nº 4075, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 346 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Nomear KRISTYAN PESCADOR RECCO, CPF nº. 047.669.849-94, no cargo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA, nível MAG-AT - 1 A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado junto a EMEB Albino Zanatta, aprovado no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 347 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Nomear DAIANE VELHO PAULINO, CPF nº. 067.811.539-78, no cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nível MAG-LP – 1A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na EMEB Dois Irmãos, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 348 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
EMERSON CECCONELLO BURIN	1558	23/07/14 à 22/07/15	01/12/16 30/12/16
IEDA MARIA GOMES MACHADO	3962	06/04/15 à 05/04/16	01/12/16 30/12/16
JULIANE FURLANETO TROMBIM	2376	11/02/15 à 10/02/16	01/12/16 30/12/16
LUANA GRACIELI BETTIOL	3868	23/02/15 à 01/03/16	01/12/16 30/12/16
MARILDA DA ROCHA PEREIRA TITONI	3878	18/02/15 à 17/02/16	01/12/16 30/12/16
RUBIA FURLANETTO DE SOUZA	3906	02/03/15 à 01/03/16	01/12/16 30/12/16
SERGIO POSSAMAI BORGES	1055	07/11/15 à 06/11/16	01/12/16 30/12/16
TAMARA BELLETTINI MUNARI	3960	01/04/15 à 31/03/16	01/12/16 30/12/16

PORTARIA Nº. 349 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Redistribuir o Servidor ALTEMIR BATISTA MATIAS, matrícula nº. 974, CPF nº. 701.754.629-68, cargo de Vigia, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

PORTARIA Nº. 350 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Fica instaurada Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para, na forma da legislação vigente, apurar os fatos informados no Boletim de Ocorrência Policial registrado sob o n. 219/2016.

PORTARIA Nº. 351 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de aposentadoria de NÁSILA DOS ANJOS, matrícula nº. 988 do cargo de Servente, conforme Benefício no. 1710209264, parte integrante desta portaria.

PORTARIA Nº. 352 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a servidora DAIANA ROSSO WATERKEMPER, portadora do CPF n.º 026.546.339-42, matrícula 3478, do cargo de Diretor Médico e Odontológico, nível DAS-3, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 353 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a servidora FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE, portadora do CPF n.º 005.522.829-10, OAB/SC nº. 39592, matrícula 3776, do cargo de Assessor Jurídico, nível DAS-3, lotada junto ao Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 354 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Art. 1º - EXONERAR a servidora JANICE TEREZINHA CARARO, portadora do CPF n.º 780.182.189-00, matrícula 3879, do cargo de Chefe de Divisão de Fisioterapia, nível DAS-2, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - 001/2013

Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa Senhoria Gislaire Pires do Nascimento, convocado(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Telefonista.

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - 001/2013

Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa Senhoria Leandro Silva de Avier, convocado(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Fisioterapeuta.

DECRETO Nº 11.141/2016

D E C R E T O Nº 11.141/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.293/2016, de 02 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 907.402,52 (Novecentos e sete mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.705 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade - Ambulatorial e Hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.53 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 907.402,52

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial e/ou total das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.669 - Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.34 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

15.01.10.302.07532.669 - Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.36 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

15.01.10.302.07532.700 - Manutenção, Fortalecimento e Expansão do CAPS AD

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.38 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 168.500,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.40 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

15.01.10.302.07532.701 - Manutenção das Atividades do CAPS Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.42 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 155.500,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.44 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 38.865,00

15.01.10.302.07532.702 - Manutenção, Fortalecimento e Expansão do CAPS II

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.46 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 216.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.47 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 29.000,00

15.01.10.302.07532.704 - Fornecer Serviços de Terapia Renal Substitutiva (Nefrologia)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.50 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 109.537,52
TOTAL R\$ 907.402,52

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.142/2016

D E C R E T O Nº 11.142/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.294/2016, de 02 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 42.781,09 (Quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e nove centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.705 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade - Ambulatorial e Hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.54 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 42.781,09

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.669 - Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.37 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

15.01.10.302.07532.704 - Fornecer Serviços de Terapia Renal Substitutiva (Nefrologia)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.51 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 41.781,09

TOTAL R\$ 42.781,09

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 333/2016

E X T R A T O D O C O N V Ê N I O

Nº 333/2016

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA), E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE VOLEIBOL (ADV). OBJETO: A transferência de recursos financeiros do CONCEDENTE, através do FUNDO, à CONVENIENTE, para a execução do Projeto Evoluir, em conformidade com o Plano de Trabalho. VALOR: O valor do Convênio é de R\$ 215.561,70, que será repassado em uma única parcela, devendo ser executado conforme o Plano de Trabalho, que é parte integrante do Convênio. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Própria do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). VIGÊNCIA: O Convênio terá vigência por 60 (sessenta) dias, contada a partir da data de sua assinatura. FORO: Jaraguá do Sul - SC. DATA DE ASSINATURA: 02/12/2016. SIGNATÁRIOS: DIETER JANSSEN, Prefeito; ELI ANTUNES, Ordenadora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA); e MARCOS ANTONIO FARI JUNIOR, Presidente da Associação Desportiva de Voleibol (ADV).

DIETER JANSSEN
Prefeito
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 317/2016 AO CONTRATO Nº 443/2014

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 317/2016

AO CONTRATO Nº 443/2014

PROCESSO: Pregão Presencial nº 23/2014.

FUNDAMENTO: Artigo 57, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -FMAS

CONTRATADA: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento e administração de cartão magnético personalizado com logotipo exclusivo, créditos e senha, destinado a aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene (Vale Cidadão), conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I deste edital (Termo de Referência).

DO PRAZO: O prazo de execução dos serviços pactuados no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 11/11/2016 com término em 10/11/2017, com fundamento no art. 57, §1º, inciso I da Lei Federal 8.666/1993.

O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário correrá por conta de verba própria do orçamento do exercício de 2016 e 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária - 2015	Dotação Orçamentária 2016	Recurso
08.244.0850.2.807	Gestão de Benefícios Eventuais	3.3.90 – Aplicações Diretas	16	À Informar	Próprio

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA : 20/11/2016

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: JEAN CARLO LEUTPRECHT E DENY GUAZI RESENDE

Jean Carlo Leutprecht

Gerenciador do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 179/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 179/2016

Altera Dispositivos da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18 de Novembro de 1993 - Código Tributário do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º O Capítulo V - Da Contribuição de Melhoria, do Título Único - Dos Tributos em Geral, do Livro II -

Dos Tributos, e seus artigos 244 a 256, da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18/11/1993 - Código Tributário do Município de Jaraguá do Sul, passam a vigorar com as seguintes alterações, revogando-se os artigos 257, 258 e 259:

“CAPÍTULO V**Da Contribuição de Melhoria**

Art.244. A contribuição de melhoria, prevista na Constituição Federal, será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. Obra pública, para os efeitos desta Lei, é aquela que a Administração Municipal executa, direta ou indiretamente.

Seção I**Da Incidência**

Art.245. Será devida a contribuição de melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de obras de pavimentação de vias públicas.

§1º Para efeito de incidência, entende-se como inclusas neste artigo as obras a serem executadas em substituição, complementação ou ambas.

§2º A contribuição de melhoria será exigível, nas obras em substituição, somente quando executadas após ter decorrido o tempo de vida útil da obra existente, declarado no edital.

§3º No que diz respeito às obras executadas anteriormente à data desta Lei, o tempo de vida útil será aquele fixado tecnicamente, para obras semelhantes, contado da data do término de sua execução.

Art.246. Não incidirá contribuição de melhoria sobre os imóveis de propriedade da Administração Direta, Indireta ou Fundacional do Município, do Estado ou da União, sendo o ônus decorrente suportado pelo erário municipal.

Parágrafo único. Exclui-se do disposto deste artigo as sociedades de economia mista.

Seção II

Do Fato Gerador

Art.247. A contribuição de melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Parágrafo único. Considera-se ocorrido o fato gerador na data da publicação do Demonstrativo de Custo da obra de melhoramento, executada na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis.

Seção III

Do Sujeito Passivo

Art.248. O sujeito passivo do tributo é o proprietário ou o titular do domínio útil de imóvel por natureza ou acessão física, valorizado em razão de obra pública, ao tempo do lançamento.

§1º A responsabilidade pelo pagamento do tributo transmite-se aos adquirentes do imóvel, aos sucessores a qualquer título ou àqueles que sejam responsáveis pelo imóvel, nos termos do Código Tributário Municipal.

§2º Tratando-se de imóvel de condomínio, o lançamento será procedido:

I - quando "pro indiviso", em nome de qualquer dos coproprietários e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem; e

II - quando "pro diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil da unidade autônoma.

§3º A critério da Administração Tributária, o lançamento poderá ser efetuado em nome das pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à contribuição de melhoria, conforme cadastro imobiliário existente na data do lançamento.

Seção IV

Da Base de Cálculo

Art.249. A contribuição de melhoria de cada contribuinte será determinada por coeficiente resultante da diferença entre o valor do imóvel antes da obra e seu valor posterior à obra, observado o custo total da obra.

Parágrafo único. O valor anterior e posterior à obra será o que resultar da avaliação efetuada por comissão nomeada para este fim, composta dos seguintes representantes:

I - um engenheiro ou arquiteto, representante da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município;

II - um engenheiro ou arquiteto, representante da Secretaria do Urbanismo do Município; e

III - um representante do mercado imobiliário, com domicílio profissional neste Município, regularmente inscrito no conselho profissional de classe e indicado pela Delegacia Regional do CRECI-SC.

Art.250. Na despesa realizada estarão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos.

Parágrafo único. Uma vez subsidiada parte da despesa realizada pelo Município ou quando for referente as quotas relativas aos imóveis sobre os quais não haja a incidência da contribuição de melhoria, far-se-á o correspondente abatimento na despesa total apurada.

Seção V

Do Lançamento

Art.251. Para a cobrança da contribuição de melhoria, o Executivo Municipal, além de lei específica para a obra, deverá publicar edital por três vezes em dias alternados, no veículo oficial de divulgação dos atos do Município, contendo no mínimo os seguintes elementos:

I - objeto do edital e fundamentação legal envolvida;

II - memorial descritivo do projeto;

III - orçamento total ou parcial do custo da obra;

IV - subsídio envolvido se for o caso;

V - determinação monetária da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

VI - delimitação das áreas direta ou indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

VII - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nelas contidas;

VIII - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, contados da data da última publicação do edital, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos nos incisos anteriores, cabendo ao impugnante o ônus da prova;

IX - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial; e

X - a impugnação deverá ser dirigida à Administração competente, através de petição, que servirá para início do processo administrativo tributário, nos termos do Código Tributário Municipal.

Art.252. Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, e/ou ainda em execução, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art.253. A Administração Tributária, por ocasião do lançamento, escriturará em registro próprio, o débito da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o lançado, diretamente ou por edital, contendo na notificação:

I - valor da contribuição de melhoria lançada e elementos que integram o seu cálculo;

II - prazo de pagamento, respectivas prestações e vencimentos;

III - prazo de 30 (trinta) dias para impugnação; e

IV - local de pagamento.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Fazenda designará, através de Ordem de Serviço para cada cobrança de melhoria a ser lançada, servidor ocupante do cargo de Fiscal Tributarista para homologar a notificação de lançamento.

Art.254. As impugnações, reclamações e recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras.

Seção VI

Da Arrecadação

Art.255. A arrecadação da contribuição far-se-á mediante requerimento do contribuinte junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação, da seguinte forma:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, cuja primeira parcela será exigida no ato de lavratura do Termo de Parcelamento, o qual assinado, terá o efeito de confissão de dívida e reconhecimento da certeza e liquidez do débito fiscal, desde que o valor da parcela não seja inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da Unidade Padrão Municipal (UPM) vigente com interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas.

Parágrafo único. A falta de pagamento de 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, nos prazos fixados, importará na caducidade do parcelamento, implicando, independentemente de aviso, na imediata inscrição em Dívida Ativa do débito remanescente, somando-se os acréscimos legais, e posterior execução judicial.

Seção VII

Das Disposições Finais

Art.256. Fica o Chefe do Executivo expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênio com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da contribuição de melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada."

Art.2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, respeitados os princípios constitucionais e tributários, revogando-se as disposições em contrário, em especial os artigos 244 a 259, da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18/11/1993.

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

LEI COMPLEMENTAR Nº 180/2016**LEI COMPLEMENTAR Nº 180/2016**

Altera Dispositivos da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15 de Outubro de 2013, que Estabelece a Forma de Registro de Frequência Diária dos Servidores da Administração Pública do Município.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º O artigo 4º, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º O registro de frequência diária dos servidores da Administração Pública Municipal respeitará os seguintes critérios flexibilizados, considerada a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, legalmente prevista:

- a) Entre 6h45min até 7h - deverá cumprir o horário das 7h às 11h30min, das 13h às 16h30min;
- b) Entre 6h45min até 7h - deverá cumprir o horário das 7h às 11h, das 13h às 17h;
- c) Entre 7h01min até 7h15min - deverá cumprir o horário das 7h15min às 11h30min, das 13h às 16h45min;
- d) Entre 7h01min até 7h15min - deverá cumprir o horário das 7h15min às 11h, das 13h às 17h15min;
- e) Entre 7h16min até 7h30min - deverá cumprir o horário das 7h30min às 11h30min, das 13h às 17h;
- f) Entre 7h16min até 7h30min - deverá cumprir o horário das 7h30min às 11h, das 13h às 17h30min;
- g) Entre 7h16min até 7h30min - deverá cumprir o horário das 7h30min às 12h, das 13h às 16h30min;
- h) Entre 7h31min até 7h45min - deverá cumprir o horário das 7h45min às 11h30min, das 13h às 17h15min;
- i) Entre 7h31min até 7h45min - deverá cumprir o horário das 7h45min às 12h, das 13h às 16h45min;
- j) Entre 7h46min até 8h - deverá cumprir o horário das 8h às 11h30min, das 13h às 17h30min;
- k) Entre 7h46min até 8h - deverá cumprir o horário das 8h às 12h, das 13h às 17h.”

Art.2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Administração

LEI Nº 7.291/2016**LEI Nº 7.291/2016**

Altera a Denominação de Vias Limite do Perímetro Urbano do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º As vias urbanas integrantes do quadro abaixo tem suprimidos os epítetos mencionados nas respectivas Leis de Denominação, mantendo-se os demais nomes próprios:

DENOMINAÇÃO CONFERIDA	LEI DE DENOMINAÇÃO
ADELIA FICHER - PROFESSORA	299/1971
FELIPE FRENZEL - PIONEIRO	172/1967
JACOB BUCK - PIONEIRO	172/1967
LEOPOLDO MALHEIRO - PIONEIRO	299/1971
FRANCISCO TODT - PIONEIRO	172/1967
LENO NICOLUZZI - PIONEIRO	172/1967
DOMINGOS DEMARCHI - PROFESSOR E JORNALISTA	172/1967
GUILHERME CRISTIANO WACKERHAGEN - PIONEIRO	380/1972
DANIEL RUMPEL - PIONEIRO	172/1967
CARLOS BLANK - PIONEIRO	172/1967
HERMANN SCHULZ - PROFESSOR	429/1973
CARLOS FRITZ VOGEL - PIONEIRO	361/1972
VERA FISCHER - MISS BRASIL	223/1969
MARINA FRUTUOSO - PROFESSORA	388/1972
JOSE MARANGONI - PIONEIRO	378/1972
JOAO FRANZER - PIONEIRO	880/1982
BRUNO SCHUSTER - PIONEIRO	929/1983
LUIZ SARTI - PIONEIRO	451/1973
DENOMINAÇÃO CONFERIDA	LEI DE DENOMINAÇÃO
JOAO ROPELATO - PIONEIRO	451/1973
ANDRE VOLTOLINI - PIONEIRO	451/1973
ALBINO ZANGHELINI - COMERCIANTE	451/1973
HENRIQUE DEMATHE - PIONEIRO	451/1973
ARTHUR CARSTEN - PIONEIRO	2.601/1999
DOMINGOS MURARA - PIONEIRO	451/1973
JULIO TISSI - PIONEIRO	451/1973
ANTONIO MACHADO - PIONEIRO	451/1973
LUIZ SCHIOCHET - PIONEIRO	451/1973

Art.2º Ficam alteradas, em consequência desta, as Leis Municipais Nºs 172/1967, de 10/05/1967; 223/1969, de 30/10/1969; 299/1971, de 06/04/1971; 361/1972, de 10/08/1972; 378/1972, de 20/10/1972; 380/1972, de 20/10/1972; 388/1972, de 31/10/1972; 429/1973, de 14/08/1973; 451/1973, de 02/10/1973; 880/1982, de 22/11/1982; 929/1983, de 16/09/1983; e 2.601/1999, de 28/10/1999.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE
Secretário Municipal do Urbanismo

LEI Nº 7.292/2016

LEI Nº 7.292/2016

Dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO**

Art.1º O atendimento dos direitos do idoso, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de assistência social, educação, saúde, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social do idoso;

II - serviços, programas e projetos de assistência social, para aqueles que dela necessitem;

III - serviços especiais, nos termos dos artigos 44 e 45, da Lei Federal Nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, que visam as medidas específicas de proteção.

Parágrafo único. O Município destinará recursos e espaços públicos para atender as políticas sociais básicas voltadas ao idoso.

Art.2º São órgãos da política de atendimento dos direitos do idoso do Município de Jaraguá do Sul:

I - Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI);

II - todas as Secretarias Municipais que atuam direta ou indiretamente com a promoção, defesa, controle, efetivação e garantia dos direitos do idoso.

Art.3º O Município deverá criar programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 1º, desta Lei, ou estabelecer, quando necessário, consórcio intermunicipal para o atendimento regionalizado, instituídos e mantidos por entidades governamentais ou não governamentais de atendimento.

CAPÍTULO II**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art.4º Deverá ser assegurado pela família, comunidade, sociedade e Poder Público, com absoluta prioridade ao idoso, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, possibilitando o envelhecimento ativo em condições de dignidade.

Art.5º A Política Municipal do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover a sua autonomia, protagonismo, integração e participação efetiva na sociedade.

Art.6º Compete aos Poderes Executivo e Legislativo, Autarquias e Fundações do Município de Jaraguá do Sul cumprir e fazer cumprir o que preconiza a Política Nacional do Idoso, Lei Federal Nº 8.842/1994, e Lei Federal Nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e demais legislações pertinentes.

Art.7º Compete ao órgão gestor da Política de Assistência Social

a formulação e coordenação geral da Política Municipal do Idoso, com a participação do Conselho Municipal do Idoso.

Art.8º A Política de Atendimento ao Idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CAPÍTULO III**DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO (CMDI)****Seção I****Da Natureza e Finalidade**

Art.9º Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política Municipal do Idoso, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso é órgão colegiado consultivo e deliberativo, de caráter permanente, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, ou outra que a suceder.

Seção II**Da Composição e Mandato**

Art.10. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) é composto por, no mínimo, 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, organizados de forma paritária entre sociedade civil organizada e governo.

§1º Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período, com possibilidade de serem substituídos a qualquer tempo pelos seus órgãos ou entidades de representação, mediante comunicação escrita dirigida à presidência do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso por representante legal e entregue à Secretaria-Executiva do Conselho.

§2º Entende-se por mandato o período entre a nomeação do conselheiro e sua desvinculação oficial, mesmo que este não tenha completado o total de 02 (dois) anos de mandato.

§3º O conselheiro que já tenha sido eleito pela segunda vez consecutiva, governamental ou não governamental, não poderá participar do processo eleitoral enquanto candidato para um terceiro mandato seguido, mesmo que representando outra entidade e/ou seguimento.

§4º Os conselheiros titulares e respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito.

§5º Após a nomeação dos conselheiros, o Conselho deverá reunir-se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob a presidência do conselheiro com mais idade, para eleição, dentre seus membros, de uma Diretoria composta por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 01 (um) Secretário, com atribuições disciplinadas no Regimento Interno.

§6º Deverá ocorrer alternância entre sociedade civil e governo na Presidência e Vice-Presidência, respeitado o período de 12 (doze) meses, para cada segmento.

§7º A representação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso será exercida por seu Presidente nos atos inerentes ao seu exercício, o qual poderá indicar outro conselheiro para lhe representar sempre que necessário.

Seção III**Do Fórum para Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil**

Art.11. A eleição das organizações representativas da sociedade civil interessadas em integrar o Conselho far-se-á mediante

assembleia específica denominada: "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDI de Jaraguá do Sul", obedecendo aos princípios gerais de escolha, dispostos em edital especialmente elaborado para esta finalidade, sendo as vagas destinadas aos seguintes segmentos:

- I - representante(s) das Instituições de Ensino Superior;
- II - representante(s) das Entidades Religiosas;
- III - representante(s) dos Sindicatos Laborais;
- IV - representante(s) das Associações de Profissionais Liberais;

V - representante(s) de organizações não governamentais com serviços e programas de atendimento que tenham inscrição junto ao Conselho;

VI - representante(s) de Associações ou Grupos de Idosos.

§1º O Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul deve ser convocado pelo Presidente do Conselho, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato do Conselho, designando Comissão especial para conduzir o referido processo.

§2º As organizações da sociedade civil interessadas em participar do processo eleitoral devem efetuar processo de habilitação junto à Comissão designada para este fim, atendendo critérios estabelecidos em edital.

§3º No prazo máximo de 05 (cinco) dias após o processo de escolha dos representantes da sociedade civil (Fórum), através da Secretaria-Executiva do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, será encaminhada ao Prefeito relação das organizações da sociedade civil que integrarão o Conselho e os nomes dos conselheiros representantes (titulares e suplentes) por elas indicados, para nomeação e posse.

Art.12. O Poder Público Municipal poderá acompanhar o processo de escolha dos membros representantes das entidades da sociedade civil organizada, sendo porém vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Seção IV Da Indicação dos Conselheiros Governamentais

Art.13. Os conselheiros titulares e suplentes, representantes dos órgãos governamentais, serão indicados pelo Prefeito, que poderá substituí-los a qualquer tempo.

§1º Os representantes governamentais deverão atuar em diferentes órgãos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a execução dos direitos do idoso.

§2º O número máximo de conselheiros indicados por órgão não poderá exceder a 02 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS

Art.14. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI):

- I - formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos do Idoso, observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional e Estadual específicas;
- II - avaliar e elaborar propostas que possibilitem aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do Idoso;

III - indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV - receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas por desrespeito aos direitos assegurados ao idoso, dando-lhes o encaminhamento devido;

V - zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo as Leis Federais Nºs 8.842/1994 e 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o desrespeito a qualquer uma delas e propondo medidas para observância de seus direitos;

VI - representar ao Ministério Público em caso de descumprimento de alguma de suas deliberações, ameaça ou violação de direitos do idoso, visando à adoção de providências cabíveis, bem como, os demais órgãos legitimados na Lei Federal Nº 10.741/2003 e legislação correlata;

VII - fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52, da Lei Federal Nº 10.741/2003;

VIII - propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

IX - proceder a inscrição das organizações governamentais e não governamentais de assistência ao idoso e seus respectivos programas e projetos;

X - estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência filantrópica ou Casa-Lar nos casos em que a cobrança seja facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social por ele recebido;

XI - apoiar a descentralização político administrativa, incentivando a participação efetiva da pessoa idosa e de organizações representativas dos idosos na formulação de políticas, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

XII - promover a articulação com os demais Conselhos Municipais e com os Conselhos Estadual e Nacional visando a defesa e garantia dos direitos dos idosos;

XIII - incentivar e fomentar o trabalho em rede para a articulação dos serviços destinados à pessoa idosa;

XIV - indicar as prioridades para destinação de valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XV - acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e União nas questões afetas aos direitos dos idosos;

XVI - acompanhar o reordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, as modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento do idoso;

XVII - participar na elaboração de leis atinentes à garantia do direito do idoso, preconizados na Lei Federal Nº 10.741/2003 e legislação correlata;

XVIII - apoiar e promover campanhas educativas sobre os direitos do idoso, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação desses direitos;

XIX - assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovem eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público idoso na conformidade desta Lei;

XX - pronunciar-se, emitir pareceres, resoluções, normativas e prestar informações sobre assuntos correlatos à promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso;

XXI - elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos seus membros;

XXII - reunir-se, ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o Regimento Interno;

XXIII - regulamentar temas de sua competência, através de resoluções aprovadas por maioria simples;

XXIV - publicizar os atos deliberativos do Conselho;

XXV - apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela previsão de investimentos voltados à Política de Atendimento do Idoso.

Seção I

Do Desempenho da Função de Conselheiro e da Perda do Mandato

Art.15. O desempenho da função de membro do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul será considerado como serviço público relevante prestado ao Município, e não será remunerado.

Parágrafo único. O conselheiro responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular da função, aplicando-se ao mesmo, naquilo que couber, o disposto na legislação do servidor municipal.

Art.16. Os membros representantes da sociedade civil ou do Poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados, quando:

I - forem constatadas 03 (três) faltas consecutivas não justificadas nas sessões plenárias ou 04 (quatro) faltas alternadas, no período de 01 (um) ano, conforme disciplinado no Regimento Interno, sendo que a participação do conselheiro suplente abona a falta do titular;

II - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a Administração Pública, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho.

Art.17. A cassação do mandato dos representantes governamentais e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, previsto no Regimento Interno do Conselho, no qual se garanta o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão tomada por 2/3 (dois terços) de votos dos membros do Conselho.

Art.18. Na perda de mandato de conselheiro, titular ou suplente, o Chefe do Poder Executivo ou a organização da sociedade civil respectiva indicará seu substituto no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Seção II

Da Estrutura Administrativa

Art.19. Cabe à Administração Municipal fornecer os recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica.

§1º A dotação a que se refere este artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas

pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, inclusive para as despesas com a capacitação dos conselheiros e membros da Secretaria-Executiva.

§2º O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso deverá contar com espaço físico adequado para o seu funcionamento e com recursos materiais e humanos necessários ao bom desempenho de suas funções.

Art.20. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá a seguinte estrutura operacional, sendo as atribuições definidas no Regimento Interno:

I - Plenária;

II - Secretaria-Executiva;

III - Comissões Temáticas.

Art.21. A Secretaria-Executiva do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso tem por objetivo prestar assessoria técnica e administrativa ao Conselho, podendo compor esta Secretaria 01 (um) servidor público efetivo, com nível superior e conhecimento na área da Política de Atendimento ao Idoso, para desenvolver atividades de apoio e assessoria administrativa; podendo contar, ainda, com 01 (um) servidor público, com formação preferencialmente em Serviço Social, para desenvolver atividades de assessoria técnica às ações do Conselho.

CAPÍTULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO (FMDI)

Art.22. Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), destinado a financiar os programas e as ações relativas ao idoso com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Art.23. O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) deve ser inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), na condição de Matriz, conforme instruções normativas da Receita Federal do Brasil em vigor, com o intuito de assegurar maior transparência na identificação e no controle das contas a ele vinculadas, sem, com isso, caracterizar a autonomia administrativa e de gestão.

Art.24. O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) é o órgão captador de recursos, tendo como gestor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), que os aplicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações.

§1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, como ordenador primário das despesas, designará 01 (um) servidor para exercer as funções de ordenador de despesas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, sendo, preferencialmente, o(a) Secretário(a) Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, ou outro(a) que o(a) suceder, disponibilizando a estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da Lei.

§2º Acompanhará a assinatura do ordenador de despesas, a título de controle das despesas, a assinatura de mais 01 (uma) pessoa indicada pelo Prefeito, devendo esta compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

§3º As receitas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

Art.25. O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do Orçamento Público Municipal.

Parágrafo único. Devem ser aplicadas à execução orçamentária do Fundo as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Seção I

Das Receitas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI)

Art.26. Constituem recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, do Estado e do Município, inclusive mediante transferências "fundo a fundo", entre essas esferas de governo;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas em conformidade com a Lei Federal Nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que autoriza a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas nas doações efetuadas aos Fundos Estaduais e altera o artigo 12, inciso I, da Lei Federal Nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

III - valores oriundos da aplicação das multas previstas na Lei Federal Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, fixadas pelo Poder Judiciário, em conformidade com o disposto na legislação federal;

IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - recursos advindos de convênios, contratos e acordos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VI - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

VII - recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política do Idoso;

VIII - outros legalmente constituídos.

Seção II

Da Regulamentação e Gestão dos Recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI)

Art.27. A regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) dar-se-á através de resolução do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

Art.28. A gestão do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, ao qual compete:

I - elaborar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo, deliberando sobre a aplicação destes recursos;

II - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, em consonância com o estabelecido no Plano de Aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

III - deliberar e homologar o repasse de recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso às entidades não governamentais, serviços e programas governamentais que atuem no atendimento, promoção ou defesa dos direitos do idoso;

IV - solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação acerca dos recursos homologados e, quando entender necessário, auditoria pelo Poder Executivo;

V - acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo;

VI - avaliar e aprovar os balancetes trimestrais e anuais do Fundo;

VII - aprovar, fiscalizar e publicizar os projetos desenvolvidos com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso;

VIII - desenvolver ações relacionadas à captação de recursos para o Fundo;

IX - monitorar a atualização anual do Cadastro Nacional dos Fundos Municipais do Idoso junto à Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República;

X - monitorar as destinações e doações realizadas ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso para fins de prestação de contas aos doadores e destinadores;

XI - dar ampla publicidade, no Município, de todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso relativas ao Fundo, assim como publicar a prestação de contas sintética financeira anual do Fundo.

Seção III

Da Operacionalização e Administração do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso

Art.29. A operacionalização e administração do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso serão realizadas pela Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, ou outra que a suceder.

Parágrafo único. A operacionalização e administração a que aludem o caput referem-se a execução das atividades orçamentárias e contábil dos recursos do Fundo, a saber:

I - responsabilizar-se pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo;

II - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado e pela União, para as políticas voltadas ao idoso;

III - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

IV - preparar as demonstrações mensais da receita e despesas a serem encaminhadas à Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder;

V - elaborar balancetes trimestrais e anuais relativos ao Fundo, encaminhando para apreciação, avaliação e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, assim como, ao órgão de controle e fiscalização interna e externa, em conformidade com a legislação vigente;

VI - proceder os trâmites administrativos para a liberação dos recursos a serem aplicados em benefício da Política de Atendimento ao Idoso, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

VII - encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), em conformidade com legislações que dispõem sobre esta matéria;

VIII - comunicar ao Setor de Patrimônio do Município sobre os bens patrimoniais adquiridos pelo Fundo para a realização do controle necessário;

IX - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao Fundo;

X - liberar os recursos a serem aplicados em benefício da Política do Idoso, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

XI - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso;

XII - manter os controles necessários sobre convênios, contratos e instrumentos congêneres de prestação de serviços de terceiros e dos empréstimos feitos para o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

Seção IV Da Aplicação dos Recursos

Art.30. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento ao idoso, através do financiamento de ações relativas a:

I - apoio e realização de estudos, pesquisas e diagnósticos municipais sobre a situação do idoso;

II - financiamento de projetos de entidades não governamentais, serviços, programas e projetos governamentais que atuem no atendimento, promoção ou defesa dos direitos do idoso, registrados e inscritos junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, em conformidade com as normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em relação ao repasse de recursos;

III - realização de eventos, campanhas educativas e publicações, visando a garantia dos direitos do idoso;

IV - realização de pagamento para a consecução de serviços técnicos, de comunicação, divulgação e publicação do interesse do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

V - apoio e promoção de programas e projetos de capacitação continuada voltada aos profissionais que atuam na rede de promoção, proteção e garantia dos direitos do idoso;

VI - pagamento de inscrição em eventos voltados à Política de Atendimento ao Idoso, assim como concessão de diárias e adiantamentos para:

- a) conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;
- b) membros da Secretaria-Executiva do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;
- c) idosos e profissionais na condição de representantes do Município de Jaraguá do Sul ou do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

VII - pagamento de consultoria e assessoria técnica para realização de eventos e formação continuada dos conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e de profissionais que atuam na rede de atendimento ao idoso;

VIII - aquisição de material permanente e de consumo necessários ao desenvolvimento das ações, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

IX - financiamento das ações previstas no Plano de Aplicação Financeira, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

§1º Fica facultado ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso cancelar projetos, mediante edital específico que estabelecerá as normas gerais e específicas da chancela.

§2º A chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso destinados ao financiamento do projeto apresentado.

§3º Fica fixado o percentual de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor captado ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso como retenção dos recursos captados, em cada chancela.

Art.31. As entidades que receberem recursos transferidos do Fundo, a título de subvenções sociais, auxílios, convênios ou transferências a qualquer título, serão obrigadas a comprovar a aplicação dos recursos recebidos segundo os fins a que se destinarem, sob

pena de suspensão de novos recebimentos, além de responsabilização civil, criminal e administrativa.

Art.32. Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, necessários à consecução de projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, se incorporam ao patrimônio da entidade ou órgão governamental.

Parágrafo único. Havendo a interrupção do projeto, pela entidade ou órgão governamental, os equipamentos e materiais permanentes mencionados no caput deverão ser alocados em outros serviços ou programas que atendam idosos, mediante aprovação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Art.33. O nome do doador ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

Art.34. Fica vedada qualquer movimentação dos recursos do Fundo sem prévia deliberação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, sob pena de responsabilização criminal e administrativa, conforme legislação vigente.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.35. As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) serão devidamente disciplinadas pelo seu Regimento Interno.

Art.36. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul, na consecução de suas atividades, adotará os princípios da Administração Pública, constantes do artigo 37, da Constituição Federal.

Art.37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis Municipais Nºs 3.486/2003, de 26/11/2003, e 5.652/2010, de 22/07/2010, e demais disposições municipais em contrário.

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

JEAN CARLO LEUTPRECHT
Secretário Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente

LEI Nº 7.293/2016

LEI Nº 7.293/2016

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 907.402,52 (Novecentos e sete mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.705 - Teto Municipal de Média e Alta

Complexidade - Ambulatorial e Hospitalar
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.01.53 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 907.402,52

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial e/ou total das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.01.10.302.07532.669 - Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.01.34 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
15.01.10.302.07532.669 - Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas
4.4.00 - INVESTIMENTOS
15.01.36 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
15.01.10.302.07532.700 - Manutenção, Fortalecimento e Expansão do CAPS AD
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.01.38 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 168.500,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
15.01.40 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
15.01.10.302.07532.701 - Manutenção das Atividades do CAPS Infantil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.01.42 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 155.500,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
15.01.44 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 38.865,00
15.01.10.302.07532.702 - Manutenção, Fortalecimento e Expansão do CAPS II
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.01.46 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 216.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
15.01.47 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 29.000,00
15.01.10.302.07532.704 - Fornecer Serviços de Terapia Renal Substitutiva (Nefrologia)
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.01.50 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 109.537,52
TOTAL R\$ 907.402,52

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.294/2016

LEI Nº 7.294/2016

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 42.781,09 (Quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e nove centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde

(FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.01.10.302.07532.705 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade - Ambulatorial e Hospitalar
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.01.54 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 42.781,09

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.01.10.302.07532.669 - Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas
4.4.00 - INVESTIMENTOS
15.01.37 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
15.01.10.302.07532.704 - Fornecer Serviços de Terapia Renal Substitutiva (Nefrologia)
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.01.51 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 41.781,09
TOTAL R\$ 42.781,09

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2016.
DIETER JANSSEN ADEMAR POSSAMAI
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.295/2016

LEI Nº 7.295/2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal, Através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), a Conceder Subvenção, Mediante a Celebração de Convênio, à ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE VOLEIBOL (ADV), e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), autorizado a conceder subvenção, e a celebrar Convênio, na forma estabelecida pelo artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/1993, e suas alterações, à ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE VOLEIBOL (ADV), inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 04.413.436/0001-63, com sede nesta cidade, no valor de R\$ 215.561,70 (Duzentos e quinze mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta centavos), para a execução do Projeto Evoluir, a ser repassada no exercício de 2016.

Art.2º O valor será repassado em parcela única, conforme Convênio a ser firmado entre o Município, por intermédio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), e a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE VOLEIBOL (ADV).

§1º O valor deverá ser aplicado em despesas correntes da entidade, conforme Convênio a ser firmado.

§2º A aplicação dos recursos públicos dar-se-á conforme as especificações do Plano de Trabalho, integrante do Termo de Convênio.

Art.3º São obrigações da entidade beneficiada:

I - prestar contas dos recursos recebidos na forma da legislação municipal e do Convênio a ser firmado;

II - manter conta específica para recebimento e movimentação dos recursos repassados pelo Município;

III - promover a execução do Projeto Evoluir;

IV - não usar, a qualquer pretexto, nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades, servidores públicos ou de representantes da entidade beneficiada;

V - utilizar os recursos única e exclusivamente para os fins previstos nesta Lei e no Plano de Trabalho, sob pena de ressarcimento ao Município dos valores repassados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, independentemente de procedimentos judiciais.

Art.4º Os recursos que suportarão as despesas provenientes desta Lei correrão, neste exercício, à conta da seguinte Unidade Orçamentária:

17 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

17.01.08.243.09000.900 - Transferências de Recursos Financeiros a Entidades Conforme

Deliberação do CMDCA

Despesa: 17 - 3.3.50.00 - Rec. 80 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins

Lucrativos

R\$ 215.561,70

Art.5º O Termo de Convênio será elaborado pelo Poder Executivo Municipal, cabendo a fiscalização acerca de sua execução à Controladoria-Geral do Município, juntamente com a Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente / Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), admitida a reformulação do Plano de Trabalho, vedada a mudança de objeto, observando, no que couber, o disposto no Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

JEAN CARLO LEUTPRECHT

Secretário Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente

PORTARIA Nº 1072/2016

PORTARIANº 1072/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, Nanci Solange Zimmernmann do cargo de provimento em comissão de DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA (Semsa), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 037/2013, de 10/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1073/2016

PORTARIANº 1073/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, NADIA RENATE DA SILVA do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE ATENÇÃO BÁSICA (Semsa), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1677/2013, de 18/11/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1074/2016

PORTARIANº 1074/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, CRISTIANE HAFFERMANN WILLE do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR (Semsa), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1308/2015, de 29/10/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1075/2016

PORTARIANº 1075/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, HELGA RAMTHUM ENGELMANN do cargo de provimento em comissão de GERENTE ADMINISTRATIVA (Semsa), da Diretoria Administrativo Financeira, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 036/2013, de 10/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1076/2016

PORTARIANº 1076/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, REGINALDO PANSTEIN da função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DO ALMOXARIFADO (Semsa), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 3º, da Portaria Nº 494/2016, de 16/06/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1077/2016

PORTARIANº 1077/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, MARIA LÚCIA RODRIGUES da função gratificada de SUPERVISORA DA FARMÁCIA BÁSICA (Semsa), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 735/2016, de 23/08/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1078/2016

PORTARIANº 1078/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, LUCIMARA GABARDO TARACHUCKY da função gratificada de SUPERVISORA DA FARMÁCIA BÁSICA (Semsa), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 2º, da Portaria Nº 735/2016, de 23/08/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1079/2016

PORTARIANº 1079/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, SIDNEI CORREA DE ALMEIDA da função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DOS PLANOS DE RACIONALIZAÇÃO DE DESPESAS (Semsa), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 2º, da Portaria Nº 494/2016, de 16/06/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1080/2016

PORTARIANº 1080/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, LUIZ NORBERTO DA COSTA NUNES do cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO (Semsa), da Gerência Administrativa, da Diretoria Administrativo Financeira, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1726/2014, de 1º/12/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1081/2016

PORTARIANº 1081/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, ALINE ROBERTA CABRAL REINHOLD do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE SAÚDE DA FAMÍLIA (Semsa), da Diretoria de Atenção Básica, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1714/2013, de 27/11/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1082/2016

PORTARIANº 1082/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, GRAZIELA STOFFEL BROCA da função gratificada de SUPERVISORA DAS EQUIPES TÉCNICAS DOS POSTOS DE SAÚDE (Semsa), da Secretaria Municipal

da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 6º, da Portaria Nº 735/2016, de 23/08/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1083/2016

PORTARIANº 1083/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, FABIANA CONRADO do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO (Semsa), da Diretoria Administrativo Financeira, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 645/2013, de 04/04/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1084/2016

PORTARIANº 1084/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, ELISABETH ROLIM ESPANHOL BACHMANN da função gratificada de ASSISTENTE ÀS EQUIPES TÉCNICAS DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS (Semsa), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 5º, da Portaria Nº 735/2016, de 23/08/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1085/2016

PORTARIANº 1085/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, DENISE THUM do cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE SAÚDE MENTAL (Semsa), da Gerência de Especialidades Médicas, da Diretoria de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 404/2013, de 11/03/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1086/2016

PORTARIANº 1086/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, ANA CRISTINA MACHADO KNEIPP da função gratificada de SUPERVISORA DOS PROGRAMAS DE VACINAS (Semsa), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 3º, da Portaria Nº 735/2016, de 23/08/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1087/2016

PORTARIANº 1087/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, AUGUSTO CÉSAR POFFO da função gratificada de SUPERVISOR DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE ZOONOSSES (Semsa), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 494/2016, de 16/06/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1088/2016

PORTARIANº 1088/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Semsa, de 29/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, FABIANE DA SILVA ANANIAS do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (Semsa), da Diretoria de Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1360/2014, de 08/08/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1089/2016

PORTARIANº 1089/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, ALCIONEIDE A. K. ELEUTÉRIO do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Sema), da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 088/2013, de 23/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1090/2016

PORTARIANº 1090/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, CATARINA LESCOWICH do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROTOCOLO GERAL (Sema), da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1315/2013, de 12/08/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1091/2016

PORTARIANº 1091/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, IVERSON JOSÉ SADZINSKI do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS (Sema), da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 428/2016, de 1º/06/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1092/2016

PORTARIANº 1092/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, RIVAIR BACHMANN do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR (Sema), da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1038/2014, de 06/06/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1093/2016

PORTARIANº 1093/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, MARUSA BUTTCHEVITZ do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA (Semfaz), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 135/2013, de 06/02/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1094/2016

PORTARIANº 1094/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, RUBENS PELENS do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE COBRANÇA (Semfaz), da Diretoria de Receita Fiscal, da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nºs 139/2013, de 06/02/2013, e 948/2016, de 08/11/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1095/2016

PORTARIANº 1095/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, DILETA ELIZABETE DE LIMA KAULING do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS (Gapref), da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1217/2013, de 29/07/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1096/2016

PORTARIANº 1096/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, LUCIANE JANAINA DALPIAZ do cargo de provimento em comissão de OFICIAL DE GABINETE I (Gapref), do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 016/2013, de 04/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1097/2016

PORTARIANº 1097/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, MARIO INÁCIO PAPPEN do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE RELAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (Gapref), da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 592/2015, de 04/05/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1098/2016

PORTARIANº 1098/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, CARLA SCHEUER do cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (Sema), da Gerência de Licitações e Contratos, da Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 421/2013, de 12/03/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1099/2016

PORTARIANº 1099/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, JOAQUIM ALBERTO DOMINGOS do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE CONTROLE PATRIMONIAL E SERVIÇOS GERAIS (Sema), da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 136/2013, de 06/02/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1100/2016

PORTARIANº 1100/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, MARIA MARITZA KLOSOWSKI do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (Sema), da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 433/2016, de 02/06/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1101/2016

PORTARIANº 1101/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1360/2016/Semsa, de 30/11/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, CAROLINA DE FARIAS do cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE FARMACÊUTICA (Sema), da Gerência de Saúde da Família, da Diretoria de Atenção Básica, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 875/2013, de 21/05/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1102/2016

PORTARIANº 1102/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 1º/12/2016, a designação do servidor público municipal EDUARDO BERTOLDI das funções de Presidente da 2ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), constante na Portaria Nº 365/2016, de 11/05/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1103/2016

PORTARIANº 1103/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 382/2016/Semascr, de 30/11/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 09/12/2016, JOEL LUIS CORRÊA do cargo de provimento em comissão de GERENTE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS (Semascr), da Diretoria de Proteção Básica, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 960/2016, de 09/11/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1104/2016

PORTARIANº 1104/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 382/2016/Semascr, de 30/11/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 09/12/2016, KARINE KATH JOCHEM SCHMITT do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Semascr), da Diretoria de Proteção Básica, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1852/2014, de 08/12/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

SEMSA PORTARIA Nº 115/2016

PORTARIANº 115/2016/Semsa

Designa responsáveis por assinar e proceder movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 216/94 de 23 de agosto de 1994;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 122/2012 de 28 de março de 2012;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os profissionais relacionados a seguir para assinar e proceder as movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde – FMS:

- Cristiane Haffermann Wille – Agente Administrativo;
- Mirian Miranda Feder – Agente Administrativo.

Parágrafo Único: As contas do Fundo Municipal da Saúde – FMS do município de Jaraguá do Sul, serão movimentadas sempre em conjunto de duas assinaturas, simultaneamente, preferencialmente com o Secretário Municipal da Saúde.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 100/2016/Semsa, de 1º de novembro de 2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER

Secretário Municipal da Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**CRENCIAMENTO INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS - 01-2016****AVISO DE EDITAL DE CRENCIAMENTO****CONVÊNIO PARA CRENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO**

OBJETO: O presente credenciamento tem por objeto celebrar CONVÊNIO com interessados visando a concessão de empréstimos pessoais a servidores públicos estatutários, efetivos ou comissionados, vereadores e servidores aposentados ou pensionistas com proventos pagos diretamente pela CÂMARA MUNICIPAL, com consignação em folha de pagamento, sem caráter de exclusividade.

REGIMENTO: Lei Complementar Municipal nº 40/2005, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Leis Complementares Municipais nºs 63/2007, de 09 de setembro de 2007, 93/2009, de 16 de dezembro de 2009, e 135/2013, de 13 de agosto de 2013 e 168/2015 de 15 de outubro de 2015.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Os interessados devem solicitar o seu credenciamento, a partir de 05 de dezembro de 2016, na Gerência de Administração, na sede da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, situada à Avenida Getúlio Vargas, 621, centro, município de Jaraguá do Sul-SC, em horário de expediente

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.leg.br

Jaraguá do Sul (SC), 30 de novembro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

LEI Nº 7296 DE 2016**LEI Nº 7296/2016**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de mídias audiovisuais sobre prevenção às drogas, álcool e seus malefícios nas aberturas de shows, eventos artísticos, culturais e educacionais no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, e dá outras providências.

Art. 1º - É obrigatória a exibição de mídias audiovisuais educativas que versem sobre conteúdos relacionados a prevenção aos males causados pelas drogas, álcool e doenças provenientes do uso prolongado dessas substâncias entorpecentes, para fins de acesso à informação, conscientização, prevenção e enfrentamento dos males ocasionados ao organismo humano, na abertura de shows artísticos, eventos culturais e educacionais, com a presença de público no Município de Jaraguá do Sul.

§ 1º - Entende-se por eventos culturais, as apresentações musicais, teatrais, artísticas, de dança, bem como espetáculos similares, com exclusão dos cinemas devido à existência de legislação específica;

§ 2º - As mídias audiovisuais de que trata o caput deste artigo deverão ter duração mínima de 02 (dois) minutos;

§ 3º - A projeção das mídias audiovisuais deverá ser feita em telas capazes de permitir a visualização de seu conteúdo por todo o público do local onde se realizar o show ou evento cultural.

Art. 2º - A exibição e criação das mídias audiovisuais educativas

serão de responsabilidade dos produtores de shows e eventos culturais realizados no Município de Jaraguá do Sul.

Parágrafo Único - Faculta-se ao Poder Executivo fornecer as mídias audiovisuais educativos para o cumprimento do disposto nesta Lei, vedado o conteúdo partidário ou promocional da gestão administrativa vigente.

Art. 4º - As mídias audiovisuais produzidas pelos organizadores de shows, eventos artísticos, culturais, educacionais e esportivos doados para o acervo da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jaraguá do Sul, serão utilizados exclusivamente nas ações realizadas pelo referido órgão.

Art. 5º - A concessão de alvará para cada evento estará condicionada à assinatura, pelo promotor do mesmo, de termo de ciência e compromisso de veiculação do conteúdo audiovisual pertinente, nos termos do artigo 1º desta lei.

Art. 6º - O descumprimento do disposto na presente Lei sujeitará o infrator à multa de 50 (cinquenta), Unidade Padrão Municipal (UPM), aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 7º As despesas com execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ou suplementares, se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, 05 de dezembro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem o escopo de servir como instrumento para fortalecer as ações da Administração Pública no âmbito da Cidade de Jaraguá do Sul, no tocante a prevenção às drogas, álcool e seus malefícios. Sabe-se que de acordo com a Organização Mundial da Saúde, o uso prolongado dessas substâncias pode afetar para o quadro de dependência química que é considerado pela referida instituição uma patologia clínica que assola milhares de jovens e causa temor e sofrimento às suas famílias. São graves para o convívio social as implicações derivadas das drogas como o aumento da violência, furtos, roubos, homicídio e toda uma gama de crimes que se amplificam a medida que o consumo de entorpecentes se dissemina. O projeto apresentado também busca educar a população acerca dos perigos e malefícios ocasionados por essas substâncias entorpecentes, através das mídias audiovisuais, que vão desde problemas físicos, mentais e emocionais. Destarte, o texto em epígrafe coaduna com o disposto na Carta Magna in verbis: Art. 205 □A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho□. Entende-se que a educação é a maior e mais eficiente maneira de se trabalhar a prevenção, ademais, é considerada um direito social previsto na Constituição Federal. A dependência química é uma mazela que avança vertiginosamente, podendo ser observada como um grande fenômeno. Pequenas medidas educacionais a exemplo do que o projeto contempla, poderia contribuir quantitativamente para a redução do uso de drogas em nossa cidade. Deve ser combatida, à luz de ações que sinalizem para educação, coibindo o ingresso da juventude nesse pernicioso e nefasto meio.

Outra preocupação latente é a codependência química, que afeta os pais, familiares e responsáveis por esses jovens vitimados pelas drogas, que se manifesta através de evidências de perturbação e transtornos mentais, prejudicando o cotidiano destes e as suas relações com a sociedade. Ante o exposto, solicito dos nobres pares que aprovem esta matéria, pois se trata de assunto de relevância sui generis para os jovens e seus familiares e para toda sociedade jaraguense.

LEI Nº 7297 DE 2016

LEI Nº 7297/2016

INSTITUI o tema "Cidadania e Soberania Cívica" como tema transversal na grade curricular das escolas públicas do Município de Jaraguá do Sul.

Art. 1º. Fica instituída, em nível municipal, a aplicação do programa "Cidadania e Soberania Cívica" como tema transversal na grade curricular.

Art. 2º. Todas as turmas do ensino fundamental regular, terão acesso bimestral a atividades que fomentem a prática da cidadania, do civismo e da soberania nacional.

Art. 3º. As atividades serão iniciadas com o canto do Hino Nacional Brasileiro, Hino à Bandeira, Hino do Estado, Hino do Município, Hino da Independência, conforme escolha da direção e entidade organizadora.

Art. 4º. Além de palestras, aulas ou debates, poderão ser divulgados, através de painéis, cartazes e vídeos os prejuízos causados à pessoa, à sua família e à sociedade.

§1º. As instituições interessadas em celebrar palestras gratuitas, deverão inscrever-se junto à Secretaria Municipal de Educação.

§2º. Outras autoridades ou pessoas ligadas ao assunto poderão ser convidadas.

§3º. A institucionalização da política educacional ocorrerá em conformidade com programas já existentes e desenvolvidos a décadas na rede pública.

Art. 5º. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, 05 de dezembro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

JUSTIFICATIVA

As atividades estudantis atuais, fomentam de forma tímida o civismo, a soberania nacional e a cidadania participativa. Porquanto o presente Projeto de Lei visa instituir celebração bimestral nas escolas municipais de ensino regular.

Joaçaba

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 045.2016 - FÉRIAS COLETIVAS

RESOLUÇÃO Nº 045/2016 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

“CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS, QUE ESPECIFICA.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 da Lei Complementar 321/2016, resolve:

Art. 1º - Ficam instituídas no período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017 Férias Coletivas aos Servidores da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em razão do recesso parlamentar, com fulcro no art. 4, I do Regimento Interno c/c o art. 52 da Lei Complementar 321/2016 e art. 75 da Lei Complementar nº 73/2003.

§1º - O previsto no caput não se aplica ao Departamento Financeiro, devido à necessidade de manutenção dos serviços administrativos, sendo que os servidores manterão atividades internas no horário de expediente normal.

§2º - Os servidores admitidos no serviço público há menos de doze meses, que possuam período aquisitivo de férias incompleto gozarão as férias coletivas de forma proporcional, iniciando-se em 02 de janeiro de 2017, novo período aquisitivo.

Art.2º - Durante o período indicado no artigo anterior não haverá expediente externo na Câmara de Vereadores de Joaçaba.

Art.3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba, 02 de dezembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

BALANCETE FINANCEIRO NOVEMBRO 2016**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Novembro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	157.956,17
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	144.528,12
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	136.694,27
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.833,85
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.428,05
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.428,05
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	260.416,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	300.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	260.416,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	300.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	380.895,54	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	404.693,36
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	31.211,81	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	25.539,09
VALORES RESTITUÍVEIS	31.211,81	VALORES RESTITUÍVEIS	25.539,09
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	31.211,81	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	25.539,09
CONSIGNAÇÕES	23.908,37	CONSIGNAÇÕES	23.908,37
INSS	7.232,20	INSS	7.232,20
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA F	8.910,69	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA F	8.910,69
RETENÇÃO P/IRRF	8.910,69	RETENÇÃO P/IRRF	8.910,69
ISS	274,32	ISS	274,32
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNC	4.359,79	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNC	4.359,79
INST. PREV. - IMPRES	4.359,79	INST. PREV. - IMPRES	4.359,79
ASSISTÊNCIA A SAÚDE - ADMINISTRAÇÃ	2.206,40	ASSISTÊNCIA A SAÚDE - ADMINISTRAÇÃ	2.206,40
ASSISTÊNCIA A SAÚDE	2.206,40	ASSISTÊNCIA A SAÚDE	2.206,40
PLANO SAÚDE ASS. SOC. SERV. PL	2.206,40	PLANO SAÚDE ASS. SOC. SERV. PL	2.206,40
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANC	885,77	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANC	885,77
EMPRESTIMO CAIXA ECON. FEDER	885,77	EMPRESTIMO CAIXA ECON. FEDER	885,77
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	39,20	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	39,20
RETENÇÕES P/GAJO	39,20	RETENÇÕES P/GAJO	39,20
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	7.303,44	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	1.630,72
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	5.672,72	OUTROS DEPÓSITOS	1.630,72
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	5.672,72	DIVERSOS CREDORES	1.630,72
OUTROS DEPÓSITOS	1.630,72	CONVÊNIO SUPERMERCADO	984,42
DIVERSOS CREDORES	1.630,72	SESI	646,30
CONVÊNIO SUPERMERCADO	984,42	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	191.652,90
SESI	646,30	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	187.501,37
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	159.097,58		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	190.586,15		
SALDOS ANTERIORES	766.842,46	SALDOS ATUAIS	545.504,47
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	755.738,55	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	531.411,27
BANCO C/ MOVIMENTO	11.103,91	BANCO C/ MOVIMENTO	14.093,20
TOTAL	1.408.154,00	TOTAL	1.408.154,00

Joaçaba, 02/12/2016

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Jucelino Jorge Ferraz
Presidente

Jean Carlos da Silva
Controlador Interno

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0011/2016 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0011/2016

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, no Setor de Materiais, Transportes e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0053/2016, na Ata de Julgamento de Preços, homologada em 02/12/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de pneus, câmaras de ar, conserto de pneus e câmaras de ar, geometria e balanceamento conforme a necessidade de manutenção da frota de veículos do SIMAE, no exercício de 2016 e 2017, conforme Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0053/2016.

1.2 As empresas registradas para os materiais e serviços cotados são as seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Empresa Vencedora
1	PNEU 12X16.5, 10 LONAS,DIANTEIRO, P/RETROESCAVADEIRA	UN	12,00	R\$ 690,00	VICINI PNEUS LTDA
2	PNEU 19,5L - 24, 12 LONAS, R 4 TRASEIRO,PARA RETROESCAVADEIR	UN	8,00	R\$ 2.140,00	
3	PNEU 175/70, R14, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 88T	UN	62,00	R\$ 268,00	BELLENZIER PNEUS LTDA
4	PNEU 175/70 R13, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 82R OU SUPERIOR	UN	12,00	R\$ 163,00	VICINI PNEUS LTDA
5	PNEU 225/65, R-16,DIANTEIRO E TRASEIRO	UN	12,00	R\$ 577,00	
6	PNEU 215/75 17,5, DIANTEIRO LISO, PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131	PÇ	6	R\$ 699,00	
7	PNEU 205/70 R-15, MISTO ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 106R	UN	8,00	R\$ 473,00	MODELO PNEUS
8	PNEU 185/60 R 14, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 82R OU SUPERIOR	UN	8,00	R\$ 227,00	JOAÇABA PNEUS LTDA
9	PNEU 275/80 R22, LISO, RADIAL, MISTO	UN	8,00	R\$ 1.372,00	
10	PNEU 275/80 R22,5, RADIAL, BORRACHUDO	UN	10,00	R\$ 1.328,00	VICINI PNEUS LTDA
15	PNEU 185/70 R13, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 82R OU SUPERIOR	UN	8,00	R\$ 199,00	BELLENZIER PNEUS LTDA
16	PNEU 205/55 R16, 91 V, ER 300	UN	12,00	R\$ 262,00	
17	PNEU 205/75 R16 RADIAL 110/108C	UN	12,00	R\$ 435,00	
18	PNEU 245/70, R16, TRASEIRO E DIANTEIRO	UN	12,00	R\$ 550,00	VICINI PNEUS LTDA
20	PNEU 235/75, R 17,5, DIANTEIRO, PARA CAMINHÃO VW/10160	UN	10,00	R\$ 895,00	
21	PNEUS 165/70 R 14 PARA KANGOO	UN	16,00	R\$ 260,00	
22	CÂMARA PARA PNEU 12 X 16.5, 10 LONAS,DIANTEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	UN	12,00	R\$ 78,00	
23	CÂMARA PARA PNEU 19,5L - 24, 12 LONAS, R 4,TRASEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	PÇ	6,00	R\$ 236,00	
24	CÂMARA PARA PNEU 215/75 R-17.5	UN	12,00	R\$ 84,94	BELLENZIER PNEUS LTDA
25	CÂMARA PARA PNEU 205/70 R-15, MISTO, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 106 R, PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004.	PÇ	8,00	R\$ 40,00	VICINI PNEUS LTDA
26	CÂMARA PARA PNEU 110/90-17, BORRACHUDO, TRASEIRO PARA MOTO	UN	15,00	R\$ 36,00	JOAÇABA PNEUS LTDA
27	CÂMARA PARA PNEU 90/90-19, 52 T, R34, DIANTEIRO, P/MOTO	UN	15,00	R\$ 38,00	
28	CÂMARA PARA PNEU 90/90, R-18, TRASEIRO, PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL5774, MJL5874.	UN	12,00	R\$ 28,00	
29	CÂMARA PNEU 80/100, R-18, DIANTEIRO, PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL5774, MJL5874.	UN	12,00	R\$ 26,90	
30	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES	SV	100,00	R\$ 7,50	VICINI PNEUS LTDA
31	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV	50,00	R\$ 13,50	
32	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS	SV	50,00	R\$ 80,00	JOAÇABA PNEUS LTDA
33	GEOMETRIA PARA VEÍCULOS LEVES	SV	30,00	R\$ 44,00	VICINI PNEUS LTDA
34	GEOMETRIA PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV	15,00	R\$ 54,00	JOAÇABA PNEUS LTDA
36	SERVIÇO DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS LEVES COM BALANCEAMENTO DE RODAS	SV	150,00	R\$ 29,00	VICINI PNEUS LTDA
37	SERVIÇO DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS MÉDIOS COM BALANCEAMENTO DE RODAS	SV	60,00	R\$ 45,00	JOAÇABA PNEUS LTDA
38	SERVIÇO DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS PESADOS COM BALANCEAMENTO DE RODAS	SV	60,00	R\$ 140,00	
39	DESMONTAGEM E MONTAGEM PARA RETROESCAVADEIRA	SV	25,00	R\$ 50,00	VICINI PNEUS LTDA

40	DESMONTAGEM E MONTAGEM PARA MOTOS	SV	60,00	R\$ 10,00	JOAÇABA PNEUS LTDA
41	CONERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES	SV	200,00	R\$ 18,00	
42	CONERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV	70,00	R\$ 23,00	
43	CONERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS	SV	40,00	R\$ 50,00	
44	CONERTO DE PNEU COM VULCANIZAÇÃO PARA VEÍCULOS PESADOS	UN	20,00	R\$ 107,00	VICINI PNEUS LTDA
45	CONERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA	UN	60,00	R\$ 50,00	JOAÇABA PNEUS LTDA
46	CONERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	UN	30,00	R\$ 160,00	VICINI PNEUS LTDA
47	CONERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA	UN	40,00	R\$ 100,00	JOAÇABA PNEUS LTDA
48	CONERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	UN	20,00	R\$ 450,00	VICINI PNEUS LTDA
49	CONERTO PNEU DE MOTO	UN	65,00	R\$ 15,00	JOAÇABA PNEUS LTDA
50	PNEU TRASEIRO BORRACHUDO 215/75 R-17,5	UN	6	R\$ 855,00	MODELO PNEUS LTDA

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0053/2016 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes;
- Planilha de lances do pregão.

3. DA VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

4.2 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.2.1. O SIMAE convocará a empresa registrada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.2.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a empresa registrada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.2.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 Os materiais: Pneus e Câmaras deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, na Sede Administrativa, sita na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba –SC, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação. Os serviços de desmontagem/montagem, consertos, balanceamento e geometria devem ser realizados nas dependências da EMPRESA CONTRATADA sediada em um dos 03 municípios de atuação do SIMAE, ou seja, Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna.

5.2 Os serviços de desmontagem e montagem de pneus; consertos de pneus e câmaras de ar; e balanceamento e geometria deverão ser executados em um dos municípios de atuação do SIMAE, ou seja, Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna.

5.2.1 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviço – OS para desmontagem/montagem dos pneus e prestação de serviços de geometria e balanceamento, a mesma deverá ser executada em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

5.2.2 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviço para prestação de serviços de conserto de pneu, o mesmo deverá ser executado em um prazo máximo de 04 (quatro) horas após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

5.2.3 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Autorização de fornecimento dos pneus e câmaras, estes deverão ser entregues em 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital

e seus Anexos independentemente da quantidade solicitada.

5.3 Os pneus deverão ser novos e de primeira linha.

5.4 No ato da entrega do material ou da prestação de serviço a proponente deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do Gestor responsável.

5.5 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.

5.6 Por ocasião do recebimento dos pneus, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

5.7 O aceite dos penus/serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

5.8 Caso os pneus/câmaras/consertos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

5.9 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto ou prestação completa do serviço, cujo pagamento se dará até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

5.10 Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.11 Se a substituição dos pneus/câmaras/serviços for recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.

5.12 A licitante vencedora do item descrito deverá efetuar a substituição dos pneus ou a execução dos serviços mediante:

- a) Apresentação da Ordem de Serviço numerada, indicando o tipo de serviço a ser executado, informando o nome do motorista e veículo (placa e modelo) autorizado.

- b) Apresentação da autorização de fornecimento, indicando a quantidade e o tipo de pneu ou câmara a ser entregues.

5.13 Fica estabelecido neste instrumento, que o fornecimento dos materiais somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora.

5.14 A proponente vencedora deverá fornecer os materiais, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Materiais, Transportes e Patrimônio.

5.15 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

5.16 O prazo de entrega do(s) produto(s) cotado(s) serão em parcelas, conforme solicitações do SIMAE, num prazo de 12 (doze) meses, contados da data da emissão da Ata de Registro de Preços.

5.17 Os materiais: Pneus e Câmaras deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

5.18 Paralelamente a montagem, a CONTRATADA deverá providenciar o descarte dos pneus usados ou inservíveis que foram substituídos pela respectiva contratação, procedendo o adequado descarte, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, sem ônus para o CONTRATANTE, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.2 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.3 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.4 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Fornecer os serviços e entregar os pneus, de forma parcelada, conforme solicitação, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, bem como da proposta apresentada no Processo de Licitação;
- b) Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- c) Manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- f) Entregar os pneus solicitados em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da solicitação formal do Setor de Materiais, Transportes e Patrimônio;
- g) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do

Contrato;

- i) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- j) Exigir documento de autorização emitido pelo Setor de Materiais, Transportes e Patrimônio, para que libere os materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento;
- k) Prestar a garantia mínima do fabricante, para os produtos contratados;
- l) Responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos;
- m) Providenciar o descarte dos pneus usados ou inservíveis que foram substituídos pela respectiva contratação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução da ata;
- b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;
- c) Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;
- d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos materiais/serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- e) Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será:

9.1.1 Efetuado de acordo com os pneus e câmaras fornecidos e os serviços prestados, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de materiais/serviços que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número da licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SIMAE. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

9.1.2 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.1.3 Realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de Santa Catarina, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

9.5 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora.

9.6 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do material no SIMAE, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE, constituindo-se na única remuneração devida.

10. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

10.1 O prazo para entrega dos pneus/câmaras e para prestação dos serviços de conserto, depois de enviada Autorização de Fornecimento, deverá ser conforme item 5 da presente Ata.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 As despesas resultantes da Licitação 0053/2016 ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2016 e 2017, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.060/ 2.061/ 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.30.39.00.00/ 3.3.90.39.19.00.00

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DAS FORNECEDORAS

12.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas às empresas registradas são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, no Edital da Licitação 0053/2016 e na presente Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso injustificado, sobre o valor total do contrato, até o limite de 20%;

b) 10% (dez por cento) no caso da empresa registrada não realizar a entrega do material ou pedir a rescisão da Ata de Fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do fornecimento contratado, pelo desatendimento às condições de fornecimento, exceto prazo de entrega.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a empresa registrada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou empenho, quando enviado por fax dentro do prazo de validade da proposta;

b) não manter a proposta após a adjudicação;

c) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

d) fraudar a execução da Ata de Registro de Preços;

e) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

13.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da empresa fornecedora.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 05 (CINCO) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 02 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE

Alessandro Diogo Zílio/ Representante Legal

JOAÇABA PNEUS LTDA

Claudiomiro Loch/ Representante Legal

VICINI PNEUS LTDA

Herlon Ricardo Sato/ Representante Legal

BELLENZIER PNEUS LTDA

Igelso Ludovico Cecon/ Sócio-Gerente

MODELO PNEUS LTDA

Testemunhas:

Graciela Pratto Bordin da Rosa

Gerente SMTP

André Francisco Fiorin

Diretor Técnico

RESUMO CONTRATO JHL 0096/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0096/2016

SMOS JHL 0345/2016

PROTOCOLO Nº 3437/2016

Data assinatura: 01/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA PARA ATENDIMENTO À ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR DO SIMAE.

Contratado: HELP – EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.

Valor Contratado: R\$ 7.348,00 (Sete mil, trezentos e quarenta e oito reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.34.01.00.00.00

Prazo de vigência: 01/12/2016 a 31/12/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

PORTARIA SEFAZ 03/2016

PORTARIA SEFAZ Nº 03

De 01 de Dezembro de 2016

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 2º do Decreto Municipal nº 15.230/2015

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Auditor Fiscal Tributário, SR. JORGE ALFREDO DIENER, matrícula 17479/01, para responder interinamente pela DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO da Secretaria da Fazenda, no período de 01.12 a 31.12.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Lages, 01 de Dezembro de 2016

Mateus Lunardi

Secretário da Fazenda

PP 83-2016 PML

Modalidade: PP 83-2016 PML

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Combate a Incêndio, salvamento em altura e instrução para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Lages.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 17/01/2017 às 15:00

Valor Estimado: R\$ 217.266,11

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 05 de dezembro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 26-2016 SMS

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016-SMS

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA USO NO PRONTO ATENDIMENTO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital, conforme segue abaixo:

- No item 8.1, leia-se: Poderão participar da presente licitação empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital, sendo que OS ITENS 01 à 31, serão exclusivamente destinados para Micro Empresas, Microempreendedores Individuais e Empresas de Pequeno Porte (art. 48, inciso III, da Lei Complementar 147/2014).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 05 de dezembro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 81-2016 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2016-PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA AS VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Termo de Referência do Edital, conforme segue abaixo:

- No Item 03, leia-se: Pneu 1000R20, tipo A, Radial, com 16 lonas, para uso UND exclusivo tração, utilização serviço misto (asfalto e terra), capacidade de carga mínima de 2725 kg, índice de velocidade mínima K, profundidade mínima de 20,1mm, aprovado pelo INMETRO, garantia mínima de 5 anos contra vícios ou defeitos 03 de fabricação ocultos ou aparentes.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 15:00 horas do dia 09/12/2016, para às 15:00 do dia 18/01/2017.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 05 de dezembro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.778/16

DECRETO Nº 4.778 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
"ACRESCENTA ARTIGO AO DECRETO Nº 4.776/16".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado ao Decreto nº 4.776, de 01 de dezembro de 2016, um artigo, que passará a ser identificado como art. 4º, com a seguinte redação:

"Art. 4º A Secretaria Municipal de Saúde e suas respectivas unidades trabalharão normalmente até o dia 23.12.2016.

Parágrafo único. No período compreendido entre o dia 26 a 30 de dezembro, inclusive, serão mantidas abertas em normal funcionamento, com exceção dos setores administrativos da Secretaria Municipal, todas as Unidades de Saúde, Policlínica, Centro Materno Infantil, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, CAPS, Transporte de Pacientes, DST/AIDS, Central de Vacina e Almoxarifado Central".

Art. 2º O art. 4º do Decreto nº 4.776/16 então vigente passa a vigorar como art. 5º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.779/16

DECRETO Nº 4.779 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.
"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo
Unidade: 02 - Gabinete do Prefeito e Dependências
Proj/Atividade: 2.001 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete
Elementos da Despesa:
15 - 3.1.90.94.00.00.00.00.00.01.0000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R\$ 44.000,00
24 - 3.3.90.92.00.00.00.00.00.01.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 11.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 02 - Gabinete do Prefeito e Dependências
Proj/Atividade: 2.001 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete
Elementos da Despesa:

14 - 3.1.90.92.00.00.00.00.00.01.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 12.000,00
17 - 3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0000 - Diárias Civil R\$ 10.000,00
21 - 3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 23.000,00
25 - 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente...R\$ 12.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.780/16

DECRETO Nº 4.780 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.
"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo
Unidade: 04 - Secretaria da Fazenda
Proj/Atividade: 2.012 – Manutenção da Administração Financeira
Elemento da Despesa: 57 – 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 210.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo
Unidade: 04 - Secretaria da Fazenda
Proj/Atividade: 2.012 – Manutenção da Administração Financeira
Elemento da Despesa:
59 – 3.1.90.16.00.00.00.00.00.01.0000 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 210.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.781/16

DECRETO Nº 4.781 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 15.518,28 (quinze mil, quinhentos e dezoito reais e vinte e oito centavos), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.044 – Manutenção e Melhoria do Departamento Pedagógico

Elemento da Despesa: 117 - 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.518,28

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.044 – Manutenção e Melhoria do Departamento Pedagógico

Elementos da Despesa:

116 - 3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.875,50

119 - 3.3.90.92.00.00.00.00.00.01.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 8.441,31

120 - 3.3.90.93.00.00.00.00.00.01.0000 - Indenizações e Restituições R\$ 4.563,77

121 - 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 637,70

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.782/16

DECRETO Nº 4.782 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 2.031.124,13 (dois milhões, trinta e um mil, cento e vinte e quatro reais e treze centavos), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.042 – Remuneração Profissionais do Magistério

do FUNDEB - 60% Fundamental

Elemento da Despesa: 112 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0102 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.031.124,13

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.042 – Remuneração Profissionais do Magistério do FUNDEB - 60% Fundamental

Elemento da Despesa: 113 - 3.1.90.16.00.00.00.00.00.01.0102 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 2.031.124,13

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.783/16

DECRETO Nº 4.783 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 155.100,00 (cento e cinquenta e cinco mil e cem reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.040 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental

Elemento da Despesa: 93 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 155.100,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.040 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental

Elementos da Despesa:

97 - 3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0001 - Subvenções Sociais R\$ 44.000,00

98 - 3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0001 - Diárias Civil R\$ 16.500,00

99 - 3.3.90.18.00.00.00.00.00.01.0001 - Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 10.000,00

102 - 3.3.90.33.00.00.00.00.00.01.0001 - Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 21.000,00

103 - 3.3.90.35.00.00.00.00.00.01.0001 - Serviços de Consultoria R\$ 10.000,00

104 - 3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 16.500,00

106 - 3.3.90.49.00.00.00.00.00.01.0001 - Auxílio-Transporte R\$ 16.600,00

107 - 3.3.90.92.00.00.00.00.00.01.0001 - Despesas de Exercícios

Anteriores R\$ 20.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.784/16

DECRETO Nº 4.784 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Irmã Vera, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 17 - Fundação Irmã Vera

Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera

Proj/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera

Elemento da Despesa: 6 – 3.1.90.94.00.00.00.00.0080 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 17 - Fundação Irmã Vera

Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera

Proj/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera

Elemento da Despesa: 11 – 3.3.90.48.00.00.00.00.0080 - Outros Auxílios Financeiros à Pessoas Físicas R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.785/16

DECRETO Nº 4.785 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.039 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação

Elemento da Despesa: 90 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0006 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 90.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.039 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação

Elementos da Despesa:

91 - 4.4.90.51.00.00.00.00.01.0006 - Obras e Instalações R\$ 30.000,00

92 - 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0006 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.883/16

LEI Nº 1.894 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DÁ NOME AO PRÓPRIO PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna iniciou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Centro de Atendimento ao Turista localizado no Bairro Bela Vista, às margens da SC 436 neste Município, integrante do patrimônio público municipal, passa a ser denominado de "Centro de Atendimento ao Turista Anselmo da Silva Joaquim".

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar placas de identificação da referida unidade de saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 138/2016.**

DECRETO Nº 138/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.905/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 7.082,72 (Sete Mil, Oitenta e Dois Reais e Setenta e Dois Centavos) para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 -Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 47

3.3.71.00.00.3196 - Aplicação Direta R\$ 7.082,72

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do Superávit Financeiro do Exercício anterior verificado na Fonte 1196 (Recursos da Farmácia Básica / Estado);

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

LAURO MÜLLER, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 139/2016.

DECRETO Nº 139/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.905/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 4.448,97 (Quatro Mil, Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Sete Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 51

3.3.71.00.00.1196 - Aplicação Direta R\$ 4.448,97

Total R\$ 4.448,97

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 21

3.3.90.00.00.1196 - Aplicação Direta R\$ 4.448,97

Total: R\$ 4.448,97

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE IN03/2016

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016.

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 004/2016, no uso de suas atribuições legais faz publicar a instauração de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. Art. 25, inciso I da Lei n. 8.666/1993, contratando os serviços da AGF –ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA para INSTALAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO de 8 (oito) Geradores de Solo do sistema Anti-Granizo, para a auxílio no combate ao Granizo com eficiência média de 50-70 %, no período de dezembro de 2016 a junho de 2017 conforme convênio transferência nº 2016TR002549, processo Nº SDR10-00002334/2016 no valor contratual de R\$81.632,65 (oitenta e um mil seiscentos e trinta e dois reais com sessenta e cinco centavos)

Lebon Régis, 05 de dezembro de 2016.

José Vanderlei de Campos – Presidente da CPL.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TP07/2016

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2016 - Tomada de Preço Nº TP07/2016

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº004/2016, torna público que o procedimento licitatório instaurado na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor Preço, sob a forma de execução indireta em regime de Empreitada por Preço Global. OBJETO: Contratação de empresa especializada para REFORMA E ADAPTAÇÃO DE UMA SALA DE AULA, incluindo fornecimento de materiais, a qual deverá ser realizada na Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, localizada na rua Ari Graziotin, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Lebon Régis, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo e Projeto Básico (anexo I), partes integrantes deste Edital. RESTOU DESERTA. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 21/11/2016.

José Vanderlei de Campos–Presidente da CPL

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO 30/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 30/2013. TOMADA DE PREÇOS TP2/2013

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS – SC

Contratado: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA

Objeto: Prestação de serviços especializados de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais e compatíveis, gerados dentro do perímetro urbano de Lebon Régis/SC. Fica alterada a cláusula segunda do Contrato n. 30/2013 para aditar o valor contratual em 25%, conforme art. 65, inciso II, alínea “d”, § 1º da Lei 8.666/93 e por haver necessidade de que seja mantido a prestação dos serviços até o fim de vigência contratual. Valor R\$ 53.195,45 (cinquenta e três mil, cento e noventa e cinco reais com quarenta e cinco centavos). Lebon Régis, 05 de dezembro de 2016. LUDOVINO LABAS – Prefeito municipal.

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 - PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDO DE FREIO, FILTROS DE ÓLEO, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS DE AR E FILTROS HIDRÁULICOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 015/2016.

FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP

CNPJ: 01.031.105/0001-70

AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 613, CORAL, CEP: 88.509-517, LAGES/SC

JULIO SILVESTRI FILHO ME

CNPJ: 15.608.150/0001-50

RUA LUIZ MAGALHÃES DE MEDEIROS, Nº 1050, HUMAITA DE CIMA, CEP: 88.708-250, TUBARÃO/SC

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

CNPJ: 80.954.555/0001-01

RUA EZILDA SCHMIDT COELHO, Nº 01, BARREIROS, CEP: 88.113-115, SÃO JOSÉ/SC

BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME

CNPJ: 07.809.987/0001-39

RODOVIA OSVALDO REIS, Nº 2835, NOSSA SENHORA DE GUADALUPE, CEP: 88.306-002, ITAJAÍ/SC

TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP

CNPJ: 79.905.071/0001-93

RUA NOSSA SENHORA DO GUADALUPE, Nº 122, BARREIROS, CEP: 88.113-130, SÃO JOSÉ/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 015/2016, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I – ÓLEO LUBRIFICANTE

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	120	Galão	Óleo para motor API CG-4 SAE 15W40 ACEA E2-B2, ou API CH-4, MB 228.3	VR LUB	153,00	18.360,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUT. LTDA ME.
02	500	Litros	Óleo para motor a gasolina API Service SL/CF ACEA A3 15W40 BASE SEMI SINTÉTICA	VR LUB	9,50	4.750,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUT. LTDA ME.
03	03	Caixa	Fluido de Freio cx c/24 unidades de 500 ml	POWER BRIL	140,00	420,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUT. LTDA ME.
TOTAL DO GRUPO I				R\$ 23.530,00			

GRUPO II – FILTROS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
04	16	Unid.	Filtro de Óleo para Doblô Cargo 1.3 16V – Ano 2.004 - PSL 55	TECFIL	10,50	168,00	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
05	16	Unid.	Filtro de Ar para Doblô Cargo 1.3 16V – Ano 2.004 – ARS 1029	TECFIL	27,70	443,20	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
06	10	Unid.	Filtro de Combustível PSD 450/1 p/ microônibus Volare A8 - Ano 2.004	TECFIL	39,60	396,00	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
07	10	Unid.	Filtro de Combustível PSD 530/1 microônibus volare A8 2004	TECFIL	29,34	293,40	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
08	20	Unid.	Filtro de Óleo PSL 962 para microônibus Volare A8 - Ano 2.004	TECFIL	19,00	380,00	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
09	20	Unid.	Filtro de Ar para microônibus Volare A8 - Ano 2.004 – ARS 3003	TECFIL	53,00	1.060,00	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
10	20	Unid.	Filtro de Ar – Fiat/Uno 2005 – ARL 4147	TECFIL	9,90	198,00	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
11	20	Unid.	Filtro de óleo – Fiat/Uno 2005 PSL 55	TECFIL	10,50	210,00	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
12	10	Unid.	Filtro de combustível – Fiat/Uno 2005 – G140	TECFIL	8,70	87,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUT. LTDA ME.
13	10	Unid.	Filtro de óleo – Doblô 1.8 – 7087808 – PSL - 619	TECFIL	8,60	86,00	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
14	16	Unid.	Filtro de óleo Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 – Cod original 2995655	ORIGINAL FILTER	41,00	656,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
15	16	Unid.	Filtro de combustível Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 – Cod original 2992662	TECFIL	46,40	742,40	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
16	16	Unid.	Filtro separador de água Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 – Cod original 2992300	ORIGINAL FILTER	28,00	448,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
17	12	Unid.	Filtro de ar Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 – Cod original 93829514	TECFIL	59,50	714,00	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
18	02	Unid.	Anel do cartere Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 – Cod original 16508460	AGEL	6,00	12,00	TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP.
19	12	Unid.	Filtro de óleo Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 – Cod. Original A6111800009	TECFIL	14,00	168,00	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
20	12	Unid.	Filtro de combustível feltro/papel Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 – Cod. Original A0004779415	TECFIL	29,90	358,80	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
21	12	Unid.	Filtro de combustível Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 – Cod. Original A6110920601	ORIGINAL FILTER	31,41	376,92	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
22	12	Unid.	Filtro de ar Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 – Cod. Original A66900947004	TECFIL	46,92	563,04	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
			TOTAL GRUPO II		R\$	7.360,76	
			TOTAL GRUPO I E GRUPO II		R\$ 30.890,76		

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento dos materiais, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Material;
- c) Descrição do Material;

- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o

cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Recurso Ordinário

05.01.10.305.0006.2.017.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000032 – Vigilância em Saúde – Comp. Vigilância Epid. e Amb. em Saúde

05.01.10.304.0006.2.018.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000039 – Vigilância em Saúde - Comp. Vigilância Sanitária

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.00008 – Atenção Básica – Comp. Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo

05.01.10.301.0006.2.053.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000076 – NASF Estado

05.01.10.301.0006.2.060.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000043 – NASF União

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 25 de outubro de 2016.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP
EMPRESA VENCEDORA

JULIO SILVESTRI FILHO ME
EMPRESA VENCEDORA

BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUT. LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2016 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2016 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDO DE FREIO, FILTROS DE ÓLEO, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS DE AR E FILTROS HIDRÁULICOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2016.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 038/2016.

FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP
CNPJ: 01.031.105/0001-70
AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 613, CORAL, CEP: 88.509-517, LAGES/SC

JULIO SILVESTRI FILHO ME
CNPJ: 15.608.150/0001-50
RUA LUIZ MAGALHÃES DE MEDEIROS, Nº 1050, HUMAITA DE CIMA, CEP: 88.708-250, TUBARÃO/SC

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
CNPJ: 80.954.555/0001-01
RUA EZILDA SCHMIDT COELHO, Nº 01, BARREIROS, CEP: 88.113-115, SÃO JOSÉ/SC

BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME
CNPJ: 07.809.987/0001-39
RODOVIA OSVALDO REIS, Nº 2835, NOSSA SENHORA DE GUADALUPE, CEP: 88.306-002, ITAJAÍ/SC

TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP
CNPJ: 79.905.071/0001-93
RUA NOSSA SENHORA DO GUADALUPE, Nº 122, BARREIROS, CEP: 88.113-130, SÃO JOSÉ/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 038/2016, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I – ÓLEO LUBRIFICANTE

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	150	Galão	Óleo para motor SAE 15W40 BD-20LT, atende às especificações de desempenho API CI-4/SL e ACEA A3-96 Issue 4(2002) e ACEA A3/B4(2007), aprovado nos requerimentos de fabricantes de motores diesel Mercedes Benz 228.3 e volvo VDS-3. Atende ainda às seguintes especificações de OEMS: MAN 3275, MTU Tipo 2, Mack EO-M plus, Renault Truck RLD/RLD-2, Cummins CES20076/77/78 e CAT ECF-2.	VR LUB	160,00	24.000,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
02	100	Galão	Óleo para sistema hidráulico SH-68-10 BD-20LT DIN 51524 parte 2 – HLP.	VR LUB	110,00	11.000,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
03	30	Galão	Óleo para engrenagem SAE 90 BD-20LT.	VR LUB	154,00	4.620,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
04	30	Galão	Óleo de motor 30w BD-20LT, Óleo lubrificante desenvolvido para atender as especificações TO-4 da Caterpillar, C-4 da GM-Alisson e KES 07.868.1 da Komatsu.	LUBRAX	190,00	5.700,00	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
05	500	Litros	Óleo para motor a gasolina API Service SL/CF ACEA A3 15W40 LT atende as classificações API SL/CF, ACEA A3-02/ B3-98 Issue 2(2002), e as especificações VW 501.01, 505.00.	VR LUB	10,20	5.100,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
06	250	Litros	Óleo para motor a gasolina semi-sintético 15w40 LT API SL/ CF, ACEA A3-02, B3-98 Issue 2(2002), e as especificações VW 501.00/505.00 e MB 229.1.	VR LUB	11,50	2.875,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
07	25	Galão	Óleo para engrenagem SAE/140 BD-20LT.	VR LUB	153,00	3.825,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
08	04	Caixa	Fluido de Freio cx c/24 unidades de 500 ml – DOT-3.	POWER BRIL	150,00	600,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
09	01	Tambor	Tambor de Graxa – 170 kg rolamento graxa de lítio do tipo múltiplas aplicações, grau NLGI 2.	INCOL	1.830,00	1.830,00	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
10	01	Tambor	Tambor de Graxa – 170kg pino chassis-2, graxa lubrificante para uso automotivo a base de sabão cálcio, óleo básico parafínico e agente de adesividade.	TG	890,00	890,00	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.

11	20	Galão	Óleo 85 W140 – GL-5 BD 20 LT, lubrificantes para transmissões automotivas que necessitem óleos do tipo EP, classificação API GL-5.	VR LUB	150,00	3.000,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
12	35	Galão	Óleo de transmissão similar ao móbil 424 THF-11 BD-20 LT, óleo multifuncional (trator Oil Universal – TOU) para uso em sistemas de transmissão, hidráulico e freio úmido de tratores.	VR LUB	175,00	6.125,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
13	150	Litro	Oleo 5W30 A5 – Motor a Diesel – Transit Ford.	PETRONAS	34,50	5.175,00	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
14	100	Litro	Óleo 5W30 (kombi à gasolina).	AGECOM	14,90	1.490,00	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
15	200	Litro	Oleo 10W40 (motores a gasolina).	VR LUB	10,00	2.000,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
16	20	Galão	Óleo de Caixa – MTU 40	LUBRAX	169,00	3.380,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
17	05	Galão	Óleo de Caixa – MTU 80	LUBRAX	179,00	895,00	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
			TOTAL GRUPO I	R\$	82.505,00		

GRUPO II – FILTROS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
18	08	Unid.	Filtro de Óleo para Motor Diesel - Mercedes 2318 – Ano 92 – PL 366	TECFIL	12,38	99,04	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
19	08	Unid.	Filtro de Óleo p/ Motor Diesel - Carregadeira 621B Case 98 PSL 280	ORIGINAL FILTER	26,00	208,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
20	08	Unid.	Filtro de Óleo p/ Motor Diesel - Retro-Escavadeira 580L – Ano 2006 – PSL-282	ORIGINAL FILTER	15,00	120,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
21	08	Unid.	Filtro de Combustível Diesel - Carregadeira 621 B CASE – Ano 98 – PSC 72/2	TECFIL	10,00	80,00	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
22	08	Unid.	Filtro de Ar - Retro-Escavadeira 580L – Primário – Ano 2006 – ARS-6940	XANFIL	31,00	248,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
23	08	Unid.	Filtro de Ar - Retro-Escavadeira 580L – Secundário– Ano 2006 – ARS-940	XANFIL	23,70	189,60	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
24	08	Unid.	Filtro de Ar - Carregadeira 621 B Cummins – Primário – Ano 98 – P 132935	XANFIL	90,00	720,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
25	10	Unid.	Filtro de Ar - Motor Mercedes 1518 - Ano 88 – AP 9834	TECFIL	41,90	419,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
26	08	Unid.	Filtro de óleo Ford F12000 Cummins– Ano 99 – PSL 280	ORIGINAL FILTER	26,00	208,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
27	08	Unid.	Filtro de combustível Ford F12000 Cummins – Ano 99 - PSC 410	ORIGINAL FILTER	23,50	188,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
28	08	Unid.	Filtro de combustível Ford F12000 Cummins– Ano 99 - PSC 72/2	TECFIL	9,70	77,60	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
29	08	Unid.	Filtro de ar Ford F12000 Cummins– Primário – Ano 99 – AP 5462	XANFIL	58,00	464,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
30	08	Unid.	Filtro de ar Ford F12000 Cummins – Secundário – Ano 99 AS-837	TECFIL	49,00	392,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
31	08	Unid.	Filtro de óleo – Trator Valmet Valtra 785 MWM – PSL 123	TECFIL	15,00	120,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
32	08	Unid.	Filtro de Combustível – Trator Valmet Valtra 785 MWM – Secundário – PC 2/255	ORIGINAL FILTER	11,00	88,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
33	08	Unid.	Filtro de Ar - Trator Valmet Valtra 785 MWM – Primário – Ano 2000/2001– AP 7108	XANFIL	36,00	288,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
34	08	Unid.	Filtro de Ar - Trator Valmet Valtra 785 MWM – Secundário – Ano 2000/2001	XANFIL	18,50	148,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
35	08	Unid.	Filtro Hidráulico para retroescavadeira Case 580L – Ano 2006 original	TECFIL	92,04	736,32	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
36	08	Unid.	Filtro Hidráulico para retroescavadeira Case 580M – Ano 2007 PSH-025	TECFIL	89,90	719,20	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
37	08	Unid.	Filtro Hidráulico para carregadeira Case 621B Case – Ano 98 PH-1960	TURBO	36,90	295,20	TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP.

38	08	Unid.	Filtro Transmissão para retroescavadeira Case 580M - Ano 2007 PSH-025	TECFIL	92,04	736,32	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
39	08	Unid.	Filtro Transmissão PERI 309 para carregadeira Case 621B - Ano 98 - WIX-46555 - BT-739	BALDWIN	128,50	1.028,00	TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP.
40	08	Unid.	Filtro de Ar para carregadeira Case 621 B - ano 1998 P 132935	DONALDSON	177,00	1.416,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
41	08	Unid.	Filtro de Ar - Motoniveladora HW 130 AP 2032	XANFIL	60,75	486,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
42	15	Unid.	Filtro de Ar - Mercedes Benz AP 9834	TECFIL	41,50	622,50	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
43	50	Unid.	Filtro de Ar - VW/Kombi 2004 - ARS 2868	TECFIL	20,90	1.045,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
44	08	Unid.	Filtro de Combustível - p/ retroescavadeira Case 580L ano 2006 PSC-411	ORIGINAL FILTER	20,51	164,08	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
45	08	Unid.	Filtro de Óleo - p/ retroescavadeira Case 580L ano 2006 PSL-282	ORIGINAL FILTER	15,00	120,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
46	08	Unid.	Filtro de Combustível - p/ retroescavadeira Case 580M 2007 PSC-411	ORIGINAL FILTER	20,51	164,08	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
47	08	Unid.	Filtro de Óleo - p/ retroescavadeira Case 580M 2007 PSL-282	ORIGINAL FILTER	15,00	120,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
48	08	Unid.	Filtro de Ar - Retro-Escavadeira 580M - Primário- Ano 2007 ARS-6940	XANFIL	32,00	256,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
49	08	Unid.	Filtro de Ar - Retro-Escavadeira 580M - Secundário- Ano 2007 ASR-940	XANFIL	23,70	189,60	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
50	08	Unid.	Filtro de ar Uno 2001 ARL 4147	TECFIL	10,50	84,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
51	08	Unid.	Filtro de Óleo Uno 2001 PSL 47	ORIGINAL FILTER	9,00	72,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
52	08	Unid.	Filtro de Ar Saveiro 1.6 2008 AR 6091	TECFIL	10,90	87,20	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
53	50	Unid.	Filtro de óleo Kombi PSL 560	TECFIL	10,90	545,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
54	08	Unid.	Filtro de óleo saveiro 1.6 2008 PSL 562	ORIGINAL FILTER	9,50	76,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
55	06	Unid.	Filtro de combustível saveiro 1.6 2008 GI 12/7	ORIGINAL FILTER	15,00	90,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
56	04	Unid.	Filtro de Combustível UNO 2001 GI 40-7	TECFIL	10,12	40,48	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
57	20	Unid.	Filtro de combustível Kombi GI 12/7	ORIGINAL FILTER	14,80	296,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
58	10	Unid.	Filtro de Óleo MB 1518 e 1513 motor 352 PL-519	TECFIL	16,10	161,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
59	15	Unid.	Filtro de combustível MB 1518 FC-161	JETFIL	4,50	67,50	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
60	08	Unid.	Filtro de combustível MB 608 FC-161	JETFIL	4,50	36,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
61	08	Unid.	Filtro de Combustível MB 1513 FC-161	JETFIL	4,50	36,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
62	08	Unid.	Filtro lubrificante Ônibus MB 1418 eletrônico REF-TECFIL - similaridade PEL 2003	TURBO	23,00	184,00	TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP.
63	08	Unid.	Filtro de Combustível Ônibus MB 1418 eletrônico REF-TECFIL - similaridade PEC 3022	ORIGINAL FILTER	39,50	316,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
64	08	Unid.	Filtro de Ar Ônibus MB 1418 eletrônico REF-TECFIL - similaridade ARS 9838	XANFIL	60,00	480,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
65	06	Unid.	Filtro separador ônibus VW 15-190 ano 2011 - Cod. Original 2R0127177D	ORIGINAL FILTER	33,00	198,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
66	08	Unid.	Filtro de óleo ônibus VW 15-190 ano 2011 - Cod. Original 2R0127177E	ORIGINAL FILTER	38,00	304,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.

67	08	Unid.	Filtro lubrificante ônibus VW 15-190 ano 2011 – Cod. Original 2R0115561A	ORIGINAL FILTER	14,50	116,00	BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME.
68	06	Unid.	Filtro de Ar primário ônibus VW 15-190 ano 2011 – Cod. Original 2S0129620B	TECFIL	68,00	408,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
69	04	Unid.	Filtro Ar secundário ônibus VW 15-190 ano 2011 – Cod. Original 2S0129620C	XANFIL	29,00	116,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
70	08	Unid.	Elemento filtro de ar do motor Caminhão Volvo 260CV MWM ano 2010/2011 – Cod. Original 20544738	XANFIL	127,00	1.016,00	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
71	08	Unid.	Filtro de ventilação da cabine Caminhão Volvo 260CV MWM ano 2010/2011 – Cod. Original 20559447	TECFIL	17,50	140,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
72	08	Unid.	Elemento filtrante Caminhão Volvo 260CV MWM ano 2010/2011 – Cod. Original 21620181	TECFIL	68,90	551,20	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
73	18	Unid.	Filtro de Óleo Caminhão Volvo 260CV MWM ano 2010/2011 – Cod. Original 349619	TECFIL	7,40	133,20	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
74	08	Unid.	Filtro de óleo Patrola G930 Volvo ano 2012 – Cod. Original – VO3831236	ORIGINAL FILTER	18,90	151,20	JULIO SILVESTRI FILHO ME.
75	08	Unid.	Filtro de ar Fiat Línea Essence 1.8 Ano 2012 – Cod. Original 51857956	TECFIL	23,80	190,40	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
76	08	Unid.	Filtro de óleo Fiat Línea Essence 1.8 Ano 2012 – Cod. Original 7087808	TECFIL	18,90	151,20	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
77	06	Unid.	Filtro de combustível Fiat Línea Essence 1.8 Ano 2012 – Cod. Original 51806073	TECFIL	9,50	57,00	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
78	06	Unid.	Filtro anti pólen (ar condicionado) Fiat Línea Essence 1.8 Ano 2012 – Cod. Original AC 3005	TECFIL	17,60	105,60	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
79	06	Unid.	Filtro de transmissão Retroescavadeira New Holland LB110 ano 2011 – Cod. Original 9968353	BALDWIN	52,00	312,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
80	08	Unid.	Filtro de óleo motor Carregadeira W20B – Cod. Original E-156005	TECFIL	16,90	135,20	MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA.
81	06	Unid.	Filtro de óleo hidráulico Carregadeira W20B – Cod. Original A-45625	TURBO	103,50	621,00	TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP.
82	08	Unid.	Filtro de combustível Carregadeira W20B – FC – 164. Cod. Original 145218 A1	JETFIL	6,90	55,20	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
83	16	Unid.	Filtro de combustível Carregadeira W20B – Cod. Original E-66015	JETFIL	4,50	72,00	FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP.
TOTAL GRUPO II					R\$	19.559,92	
Total do Grupo I e II:				R\$		102.064,92	

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento dos materiais/produtos, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Material;
- Descrição do Material;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos materiais e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos materiais/produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências

incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

- b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Administração

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Transporte Escolar - EF

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Transporte Escolar - EF

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058 – Transporte Escolar - EF

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061 – Transporte Escolar - EF

04.01.12.365.0004.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Transporte Escolar - EI

04.01.12.362.0004.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Transporte Escolar - EM

04.01.12.362.0004.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061 – Transporte Escolar - EM

04.01.12.364.0004.2.013.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Apoio ao Transporte de Alunos Universitários

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0008.2.039.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0063 – Bloco de Financiamento – Gestão – IGD PBF/SUAS

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0024 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0016 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 25 de outubro de 2016.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

FILTROSUL COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP
EMPRESA VENCEDORA

JULIO SILVESTRI FILHO ME
EMPRESA VENCEDORA

BRASIL SERVIÇOS E COM. DE PEÇAS AUT. LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

MAUCOR DISTR. DE LUBR. LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

EXTRATO DO RESULTADO DA TP Nº 001/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2016.

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016.

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: O objeto do presente certame consiste na seleção de proposta, visando a Pavimentação com lajotas de concreto e drenagem pluvial da continuação da Rua Mainolvo Lehmkuhl, com área de 3.000m² (três mil metros quadrados).

EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:

ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME

Valor: R\$ 129.139,36 (cento e vinte e nove mil cento e trinta e nove reais e trinta e seis centavos).

06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 (92) (Sec. dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos – Pavimentação de Ruas)
06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024 (94) (Sec. dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos – Revitalização da Área Urbana)

Leoberto Leal/SC, 01/12/2016. Signatários: TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA – Contratante e ERIVELTON DE ANDRADE AMORIM – Contratado.

LEI N.º 1.258/2016

LEI Nº 1.258, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, em exercício, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social, até o valor de R\$ 14.898,80, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.898,80
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14.898,80
Função	10	Saúde	14.898,80
Sub-função	301	Atenção Básica	14.898,80
Programa	06	Saúde com Excelência	14.898,80
Atividade	1.020	Aquisição de Veículos - Saúde	14.898,80
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	14.898,80
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	14.898,80
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.898,80
Fonte de Recursos	0.3.0088.00	Alienações de Bens destinados a Programas da Saúde	367,32
Fonte de Recursos	0.3.0089.00	Alienação de Bens destinados a Outros Programas	2.253,48
Fonte de Recursos	0.3.0064.72	Bloco Atenção Básica - Cofinanciamento da Atenção Básica – PAB Estado	12.278,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			14.898,80

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valor:

Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	2.253,48
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	2.253,48
Função	04	Administração	2.253,48
Sub-função	122	Administração Geral	2.253,48
Programa	03	Gestão Geral e Administrativa	2.253,48
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	2.253,48
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.253,48
Grupo de Natureza da Despesa	Investimentos	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	2.253,48
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.253,48
Fonte de Recurso	03.0089.00	Alienação de Bens destinados a Outros Programas	2.253,48
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.645,32
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	12.645,32
Função	10	Saúde	12.645,32
Sub-função	301	Atenção Básica	12.645,32
Programa	06	Saúde com Excelência	12.645,32
Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	367,32
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	367,32
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	367,32
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	367,32
Fonte de Recursos	0.3.0088.00	Alienações de Bens destinados a Programas da Saúde	367,32
Atividade	2.034	Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado	12.278,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.278,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.278,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	12.278,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.72	Bloco Atenção Básica - Cofinanciamento da Atenção Básica – PAB Estado	12.278,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			14.898,80

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 06 de dezembro de 2016.

SÉRGIO CLASEN

Prefeito Municipal e.e

LEI N.º 1.259/2016

LEI N.º 1.259, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação do Orçamento Fiscal, no valor de até R\$ 25.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	25.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	25.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	25.000,00
Projeto/ Atividade	1.011	Construção de um Ginásio Municipal de Esportes - Esporte	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.042	Construção de Campo de Futebol – Alto Vargedo	20.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			25.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Função	12	Educação	12.000,00
Sub-Função	306	Alimentação e Nutrição	12.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	12.000,00
Projeto/ Atividade	2.011	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	5.000,00
Projeto/ Atividade	2.012	Merenda Escolar – Ensino Infantil	4.000,00
Projeto/ Atividade	2.040	Merenda Escolar – Creche	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
Função	27	Esporte e Lazer	13.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	13.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	13.000,00
Projeto/ Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esportes – CME – Esporte	13.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	13.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	13.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	13.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	13.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			25.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 06 de dezembro de 2016.

SÉRGIO CLASEN

Prefeito Municipal e.e

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016 - GABARITO PROVISÓRIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

GABARITO PROVISÓRIO

001 – Professor de Educação Infantil (Prof. Nível II - Licenciatura Plena na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	A	D	A	C	D	D	C	C
21	22	23	24	25					
A	D	D	D	D					

002 – Professor de Educação Infantil (Cursando Licenciatura Plena na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	D	B	A	C	D	C	C
21	22	23	24	25					
D	D	B	A	C					

003 – Professor de Educação Infantil (Prof. Leigo – Ensino Médio)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	D	D	C	A	A	B
21	22	23	24	25					
A	A	C	C	D					

004 – Professor de Anos Iniciais (Prof. Nível II – Licenciatura Plena na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	C	C	C	C	A	D	D	B
21	22	23	24	25					
B	D	A	A	D					

005 – Professor de Anos Iniciais (Prof. Cursando Licenciatura Plena na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	A	D	B	D	B	B	A
21	22	23	24	25					
B	C	B	D	D					

006 – Professor Anos Iniciais (Prof. Leigo – Ensino Médio)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	D	A	B	D	A	B	D	B
21	22	23	24	25					
D	B	C	D	C					

007 – Professor de Educação Física 20 horas/semanais (Prof. Nível II – Licenciatura Plena na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	A	C	A	A	A	D	B
21	22	23	24	25					
C	C	D	A	A					

008 – Professor de Educação Física 20 horas/semanais (Cursando Licenciatura Plena na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	A	D	B	D	D	B	C

21	22	23	24	25					
A	D	A	C	C					

009– Professor de Educação Física (Prof. Nível II – Licenciatura Plena na Área)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	A	C	A	A	A	D	B
21	22	23	24	25					
C	C	D	A	A					

010– Professor de Educação Física (Cursando Licenciatura Plena na Área)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	A	D	B	D	D	B	C
21	22	23	24	25					
A	D	A	C	C					

016– Professor de Língua Portuguesa (Prof. Leigo – Ensino Médio)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	B	D	B	B	C	A	C	C
21	22	23	24	25					
C	C	D	D	A					

022 – Professor de História (Prof. Leigo – Ensino Médio)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	B	C	A	D	C	B	D	A
21	22	23	24	25					
A	C	B	C	B					

026 – Professor de Artes/ Ens. Religioso (Prof. Nível II – Licenciatura Plena na Área)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	D	D	D	B	D	A	A
21	22	23	24	25					
D	B	C	A	D					

027– Professor de Artes/ Ens. Religioso (Cursando Licenciatura Plena na Área)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	C	C	A	C	A
21	22	23	24	25					
A	B	D	A	C					

028– Professor de Artes/ Ens. Religioso (Prof. Leigo – Ensino Médio)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	C	D	D	C	D
21	22	23	24	25					
D	A	B	C	D					

030 – Professor de Inglês (Prof. Cursando Licenciatura Plena na Área)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	A	C	C	C	C	B	A	C
21	22	23	24	25					
C	B	B	C	A					

033 – Professor de Educação Especial (Cursando Licenciatura Plena na Área)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	B	A	C	D	D	C	A
21	22	23	24	25					
D	D	D	C	A					

035 – Professor de Substituto – 20 horas/semanais (Prof. Nível II – Licenciatura Plena na Área)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	D	A	B	C	C	C	D	A
21	22	23	24	25					
B	D	C	D	B					

036– Professor Substituto – 20 horas/semanais (Cursando Licenciatura Plena na Área)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	B	B	B	D	A	D	C
21	22	23	24	25					
D	C	B	A	C					

037– Professor Substituto – 20 horas/semanais (Prof. Leigo – Ensino Médio)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	A	C	A	D	A	A
21	22	23	24	25					
C	B	B	A	C					

040– Professor Substituto – 40 horas/semanais (Prof. Leigo – Ensino Médio)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	A	C	A	D	A	A
21	22	23	24	25					
C	B	B	A	C					

041– Professor de Informática (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	C	B	A	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	B	B	D	C	B	C	C
21	22	23	24	25					
D	C	C	B	C					

044 – Auxiliar de Serviços Gerais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	D	B	B	C	A	B	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	B	D	C	C	A	D	A	D
21	22	23	24	25					
C	B	A	B	D					

SÉRGIO CLASEN
Prefeito Municipal em Exercício

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.843/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.843/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016
ESTABELECE PROCEDIMENTOS A SEREM SEGUIDOS PARA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS (EFETIVOS E SUPLENTES) DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI DE LINDÓIA DO SUL/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, III, da Lei Orgânica deste Município e Lei Complementar n. 234, de 21 de maio de 2014 e Anexo Único do Decreto n. 2.819, de 04 de outubro de 2016:

DECRETA

Art. 1º. Visando averiguar o preenchimento dos requisitos do art. 7º do Anexo Único do Decreto Municipal n. 2.819, de 04 de outubro de 2016, devem ser exigidos, antes da nomeação do integrante, membro titular e suplente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI de Lindóia do Sul/SC os seguintes documentos:

I – cópia da identidade e do CPF;

II – cópia do comprovante de residência;

III – certidão ou documento equivalente emitido pelo DETRAN a qual pertença o membro a ser nomeado, de que não teve sua habilitação cassada e/ou está proibido de obter referido documento, bem como não cumpre penalidade de suspensão e, se a cumpriu, a data em que a penalidade se encerrou;

IV – certidão de antecedentes criminais da Comarca a qual pertença o futuro integrante da JARI;

V – declaração de que não é membro ou assessor do CETRAN, de que não exerça serviço, atividades ou funções profissionais relacionadas à autoescolas e despachantes e de que não esteja investido na qualidade de agente de autoridade de trânsito.

§1º. Estão dispensados da apresentação dos documentos nos incisos I e II os servidores públicos municipais que eventualmente forem nomeados para a função, podendo ser substituído por cópia de seus assentos funcionais.

§2º. Se não for possível a emissão da certidão descrita no inciso III, esta será substituída por declaração do indicado, sob as penas da Lei.

§3º. No caso da exigência contida no inciso I, art. 3º, do Anexo Único do Decreto Municipal n. 2.819, de 04 de outubro de 2016, deverá o indicado apresentar comprovante de escolaridade, exceto tratar-se de servidor público municipal, que poderá ser substituído por cópia constante de seus assentos funcionais.

Art. 2º. Incumbe à Secretaria de Administração e Finanças a indicação de representante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade (inciso I, art. 3º do Anexo Único do Decreto Municipal n. 2.819, de 04 de outubro de 2016) e à Secretaria de Infraestrutura e Transportes a indicação de representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade (inciso II, art. 3º do Anexo Único do Decreto Municipal n. 2.819, de 04 de outubro de 2016).

Parágrafo único. Reconhece-se, através deste Decreto, a inexistência de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito, nos termos do § 1º do art. 3º do Anexo Único do Decreto Municipal n. 2.819, de 04 de outubro de 2016, devendo ser designado representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 3º. Ao setor de Recursos Humanos incumbirá o envio de Comunicações Internas às Secretarias para que indiquem, no prazo de 5 (cinco) dias, os representantes da JARI (efetivos e suplentes), cientificando dos requisitos legais a serem cumpridos.

§ 1º. Efetuadas as indicações, deverá, em igual prazo, providenciar a juntada dos documentos descritos no art. 1º deste Decreto e submeter o procedimento ao Prefeito Municipal que, aquiescendo, nomeará os membros da JARI, designando seu Secretário.

Art. 4º. Os nomeados assinarão o ato de nomeação.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC, em 5 de Dezembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
Em 5 de Dezembro de 2016.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 52/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: FLORICULTURA CALIANDRA SUL LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 47/2016

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de grama em leiva, mudas de arvores

Valor: R\$ 9.250,00

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 01 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 53/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2016 - 1º TA 06/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: POLETTO MÓVEIS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 03/2016
Objeto: Termo aditivo ao Registro de preços para possível aquisição de mais 28 barras de ferro 4.2 x 12 m.
Valor acrescido: R\$ 193,20
Vigência: 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 01 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 54/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016
Objeto: Registro de preços para possível aquisição tubos de concreto.
Valor: R\$ 15.824,80
Vigência: 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 18 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO FMS 11/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 11/2016 – 1º TA 08/2015

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: HOSPITAL LINDÓIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência do aumento quantitativo de exames previstos no contrato original.
Valor acrescido: R\$ 5.217,41
Vigência: 31 de dezembro de 2016
Assinatura: 10 de novembro de 2016

Ronaldo Piscini
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

EXTRATO DO DISTRATO Nº 02/2016 - AMIGÁVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE DISTRATO

RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO Nº 02/2016
REFERENTE CONTRATO 02/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescindiu de forma amigável o seguinte contrato:

Nº de Contrato: 02/2015
Contratada: BAR, LANCHONETE E RESTAURANTE ROMANI MORCHE LTDA ME

Objeto: Outorga de concessão remunerada, do direito de uso da copa e cozinha do ginásio municipal.

A CONTRATANTE e a CONTRATADA resolvem, de forma amigável, rescindir, a partir de 07 de novembro de 2016, o Contrato nº 02/2015, de 06 de janeiro de 2.015.

Lindóia do Sul/SC, 07 de novembro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EXTRATO DOS CONTRATOS ASSINADOS EM NOVEMBRO/2016 - (ENTIDADE PREFEITURA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 165/2016 - 1º TA 113/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016
Objeto: Fornecimento de maiores quantidades de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 812,47
Vigência: 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 01 de novembro de 2016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 166/2016 - 1º TA 110/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AGN FRIOS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016
Objeto: Fornecimento de maiores quantidades de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 84,40
Vigência: 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 01 de novembro de 2016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 167/2016 - 1º TA 111/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

Objeto: Fornecimento de maiores quantidades de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 242,20

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 01 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 168/2016 - 1º TA 112/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: HORTIFRUTIGRANJEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

Objeto: Fornecimento de maiores quantidades de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 130,20

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 01 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 169/2016 - 1º TA 19/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

Objeto: Fornecimento de maiores quantidades de materiais para inseminação artificial.

Valor: R\$ 400,00

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 01 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 170/2016 - 1º TA 18/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

Objeto: Fornecimento de maiores quantidades de doses de sêmen bovino para inseminação artificial.

Valor: R\$ 20.409,00

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 01 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 171/2016 - 2º TA 06/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EDITORA POSITIVO LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014

Objeto: O presente aditivo tem como objeto a reprogramação das quantidades bimestrais e semestrais de livros para o ano letivo de 2016, decorrente da necessária alteração da estimativa.

Valor Reduzido: R\$ 7.361,50

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 03 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 172/2016 - 3º TA 28/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GILMAR ROSSI TRANSPORTES

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do itinerário, e o acréscimo no valor contratual em razão disto, e da constatação de divergência entre a quilometragem prevista em contrato, com a quilometragem real do trajeto especificado no instrumento contratual.

Valor acrescido: R\$ 2.041,20

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 07 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 173/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUSUL CONSTRUTORA E EMPREITEIRA LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2016

Objeto: Execução do projeto de reformas no centro comunitário de linha Santo Isidoro, reformas no telhado do centro comunitário, substituição do telhado da churrasqueira, revisão das instalações elétricas e hidrossanitárias e pequenas reformas correlatas.

Valor: R\$ 48.028,79

Vigência: 10 de maio de 2017.

Assinatura: 11 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

**EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 174/2016**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUSUL CONSTRUTORA E EMPREITEIRA LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2016
Objeto: Execução reformas gerais no estádio municipal Romano Giovanni Sandrin.
Valor: R\$ 51.093,16
Vigência: 10 de maio de 2017.
Assinatura: 11 de novembro de 2016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

**EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 175/2016 - 4º TA 57/2016**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: JEAN PYER VIVIAN EIRELI ME
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016
Objeto: Prorrogação do prazo de entrega de duas carretas basculantes, por mais 15 dias consecutivos.
Vigência: 05 de maio de 2017.
Assinatura: 11 de novembro de 2016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

**EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 176/2016 - 4º TA 58/2016**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PORTALMAQ INDÚSTRIA COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016
Objeto: Prorrogação do prazo de entrega de dois distribuidores de adubo sólido e duas colhedoras de forragens, por mais 15 dias consecutivos.
Vigência: 05 de maio de 2017.
Assinatura: 11 de novembro de 2016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 177/2016 - 1º TA 158/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FORMATTO ENGENHARIA LTDA EPP
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2016
Objeto: Prorrogação do prazo de execução da obra construção de uma praça, por mais 30 dias.
Vigência: 15 de abril de 2017.
Assinatura: 16 de novembro de 2016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

**EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 178/2016**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DISBRAPLAC LTDA EPP
Licitação: PREGÃO Nº 49/2016
Objeto: Fornecimento de lixeiras e suportes metálicos.
Valor: R\$ 3.890,00
Vigência: 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 21 de novembro de 2016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

**EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 179/2016**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DUTRI ENGENHARIA METALÚRGICA EIRELI
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2016
Objeto: Construção de cobertura metálica da arquibancada do estádio municipal Romano Giovanni Sandrin
Valor: R\$ 74.561,14
Vigência: 22 de maio de 2017.
Assinatura: 23 de novembro de 2016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

**EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 180/2016**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUSUL CONSTRUTORA E EMPREITEIRA LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2016
Objeto: Construção de vestiários e Área de Convivência no Estádio de Futebol de Linha Salto Grande.
Valor: R\$ 78.994,57
Vigência: 24 de maio de 2017.
Assinatura: 25 de novembro de 2016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 181/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NEIVALDO ZAMPRONIO & CIA LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2016
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para reforma, instalação e retirada de enfeites natalinos luminosos.
Valor: R\$ 15.830,00
Vigência: 27 de maio de 2017.
Assinatura: 28 de novembro de 2016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 117.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 117/2016

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 101/2016

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 068/2016

Ao 01 (primeiro) dia do mês de dezembro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 - LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Doze de Maio, 152, sala 02, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, CEP 89.609-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. PAULO DELFINO PINTO, brasileiro, maior e capaz, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 1.704.431 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 639.561.289-15, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 118/2016, Pregão Presencial nº 068/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a) aquisição de material elétrico, de forma parcelada e contratação de serviços por hora trabalhada; ambos destinados à manutenção das redes de iluminação pública e ginásios de esportes do Município; e b) a contratação de empresa para execução de serviços de eletricitista por hora trabalhada destinada a atender as necessidades da Unidade Gestora-Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais conforme quantitativos estimados no anexo I do edital, constituindo-se em:

LOTE 01 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	50,00	UN	CINTA PARA POSTE CIRCULAR COM DIAMETRO 230MM, PADRÃO CELESC	13,88	694,00
2	50,00	UN	BOCAL DE PORCELANA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E-40	4,34	217,00
3	40,00	UN	BRAÇO ESPECIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, AÇO CARBONO 1010-1020, LAMINADO, DIAMETRO EXTERNO 46-49 MM, ESPESSURA DE TUBO 3MM (MÍNIMO), COMPRIMENTO TOTAL 3000 MM, ZINCAGEM A QUENTE, HOLOGADO PELA CELESC	61,97	2.478,00
4	60,00	UN	CINTA PARA POSTE CIRCULAR COM DIAMETRO 260 MM, PADRÃO CELESC	14,88	892,80
5	50,00	UN	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO 150 W- 220 V, 60 Hz, FATOR DE POTÊNCIA 0,92, USO EXTERNO, GALVANIZADO, COM IGNITOR INCORPORADO, HOLOGADO PELA CELESC	54,13	2.706,50
6	900,00	MT	CABO FLEXÍVEL 2,5MM²	0,60	540,00
7	100,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 100 MM GALVANIZADO A FOGO, COM ROSCA E PORCA, PADRÃO CELESC	2,78	278,00
8	140,00	UN	RELE FOTO ELETRÔNICO, RE-98 105 A 305V, AUTOMÁTICO, HOLOGADO PELA CELESC	16,45	2.303,00
9	80,00	UN	BASE PARA RELE FOTO ELETRÔNICO, CORRENTE NOMINAL 10A, 220V, HOLOGADO PELA CELESC	4,78	382,40
10	50,00	UN	BOCAL DE PORCELANA PARA LÂMPADA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E-27	2,84	142,00
11	35,00	UN	BRAÇO COMUM DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, AÇO CARBONADO 1010-1012, LAMINADO, DIAMETRO EXTERNO 25 MM, ESPESSURA DE TUBO 1,9MM (MÍNIMO), TAMANHO 1000 MM, ZINCAGEM A QUENTE, HOLOGADO PELA CELESC.	16,95	593,25
12	30,00	UN	CHAVE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1 X 50A, 198/242V, 60Hz, CONECTOR MAGNÉTICO NA HOLOGADO PELA CELESC	91,63	2.748,90
13	60,00	UN	CONECTOR DE PERFURAÇÃO (CONECTOR PIRING), PARA UTILIZAÇÃO EM REDES SECUNDÁRIAS MULTIPLEXADAS ATÉ 1KV, COM CONDUTOR MÍNIMO 16 MM E MÁXIMO 95 MM, HOLOGADO PELA CELESC	5,55	333,00
14	60,00	UN	CONECTOR AMPACTINHO TIPO I	2,85	171,00
15	60,00	UN	CONECTOR AMPACTINHO TIPO II	1,83	109,80
16	60,00	UN	CONECTOR AMPACTINHO TIPO III	1,29	77,40
17	60,00	UN	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 150W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOIDE, BASE E-40, HOLOGADA PELA CELESC	21,55	1.293,00
18	260,00	UN	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W - 220V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOIDE, BASE E-40, HOLOGADA PELA CELESC	24,29	6.315,40

19	60,00	UN	LAMPADA VAPOR DE SODIO 400W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOIDE, BASE E-40, HOLOGOGADA PELA CELESC	27,27	1.1636,20
20	310,00	UN	LAMPADA VAPOR DE SODIO, 70W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOIDE, BASE E-27, HOLOGOGADA PELA CELESC	13,75	4.262,50
21	80,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 250MM, GALVANIZADO A FOGO, COM ROSCA E PORCA, PADRÃO CELESC	4,16	332,80
22	40,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONADO 1010-1020, 16 X 300MM, GALVANIZADO A FOGO, COM ROSCA E PORCA, PADRÃO CELESC	5,70	228,00
23	35,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 200MM, GALVANIZADO A FOGO, COM ROSCA E PORCA, PADRÃO CELESC	3,70	129,50
24	80,00	UN	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SODIO 250 W - 220 V, 60 Hz, FATOR DE POTENCIA 0,92, USO EXTERNO, GALVANIZADO, COM IGNITOR INCORPORADO, HOLOGOGADO PELA CELESC	67,80	5.424,00
25	110,00	UN	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SODIO 70W - 220 V, 60 Hz, FATOR DE POTENCIA 0,92, USO EXTERNO, GALVANIZADO, COM IGNITOR INCORPORADO, HOLOGOGADO PELA CELESC	42,67	4.693,70
26	30,00	UN	CHAVE ILUMINAÇÃO PUBLICA 2 X 30 A, 198/242V, 60 Hz, CONTACTOR MAGNETICO NA HOLOGOGADO PELA CELESC	106,14	3.184,20
27	110,00	UN	FITA ISOLANTE ADESIVA, PVC, ESPESSURA 0,19MM, LARGURA 19MM, RESISTENTE À TRAÇÃO 3,09 DE N/CM DE LARGURA, COR PRETA, COMPRIMENTO 20 METROS	3,86	424,60
28	50,00	UN	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SODIO/METALICO 400 W - 220 V, 60 HZ, FATOR DE POTENCIA 0,92, USO EXTERNO, GALVANIZADO, COM IGNITOR INCORPORADO, HOLOGOGADO PELA CELESC.	82,79	4.139,50
29	1.000,00	HRS	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DOS GINÁSIOS DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, CONFORME ESTABELECIDO DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A CELESC.	50,77	50.770,00
LOTE 02 - ELETRECISTA					
Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
30	1.000,00	HRS	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE GESTORA-PREFEITURA MUNICIPAL E OS FUNDOS ESPECIAIS.	34,00	34.000,00

O FORNECEDOR 1, responsável pelo fornecimento do item descrito na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 131.501,25 (cento e trinta e um mil quinhentos e um reais e vinte e cinco centavos);

0.2. Os materiais e serviços de que trata o objeto desta licitação encontram-se devidamente especificados no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar a totalidade dos itens descritos.

Da manutenção de rede iluminação pública:

0.1.1. Os serviços para a manutenção da iluminação pública objetivam assegurar o bom estado de conservação do sistema ou recompor o funcionamento, em decorrência de defeitos apresentados pelos mesmos.

0.1.2. Os serviços de manutenção da iluminação pública englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do sistema, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações para substituição de lâmpadas apagadas, triagem, recuperação dos materiais retirados da rede e o descarte dos inservíveis.

0.1.3. Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

0.1.4. As providências relativas à manutenção da iluminação pública do Município deverão ser atendidas conforme estipulado a seguir:

a. Em condições normais, a empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados da solicitação.

b. Nos casos de urgência, o prazo máximo será de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação, todos os dias da semana.

0.1.5. Os materiais a serem utilizados deverão atender às especificações constantes nas instruções e nas normas técnicas da CELESC.

0.1.6. Caso haja necessidade da aplicação de algum material ou serviço não relacionado nos itens deste certame em caráter excepcional, o FORNECEDOR deverá comunicar essa circunstância ao Município, submetendo o preço à apreciação e aprovação da fiscalização antes da sua aplicação.

0.1.7. O FORNECEDOR deverá dar destinação às lâmpadas substituídas, descartando-as ou armazenando-as por sua conta e risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco e contaminação ao meio ambiente.

0.1.8. Todos os serviços executados e materiais fornecidos deverão ser garantidos por, no mínimo, 06 (seis) meses contados da entrada em funcionamento.

0.1.9. O suprimento de materiais para reposição no sistema de iluminação pública é de responsabilidade do FORNECEDOR, que deverá manter estoque de materiais em quantidade adequada para assegurar o pronto restabelecimento do sistema de iluminação pública e a continuidade dos serviços de manutenção.

0.1.10. Os empregados do FORNECEDOR, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir as ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços.

0.1.11. O FORNECEDOR deverá emitir Relatório Mensal com a relação de serviços e materiais utilizados.

0.1.12. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

Serviços de eletricitista:

- 0.1.13. Serviço de eletricitista prestados nas instalações físicas internas e externas dos imóveis da Administração Pública, compreendendo:
- 0.1.13.1. Instalação, manutenção e substituição de lâmpadas, calhas e reatores de iluminação externa, instalação e realocação de tomadas, disjuntores e interruptores, instalação de fiação elétrica e equipamentos elétricos; outras atribuições correlatas e pertinentes à função de eletricitista.
- 0.1.14. Após a aquisição dos materiais pela administração pública os serviços a serem executados deverão iniciar em até 12 (doze) horas após recebimento da autorização de fornecimento, com prazo final para execução não superior a 48 (quarenta e quatro) horas;
- 0.1.15. O FORNECEDOR deverá refazer os serviços, que apresentarem qualquer tipo de defeito ou que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preços e nas determinações definidas no Edital, em até 05 (cinco) dias.
- 0.1.16. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as normas de segurança e por profissionais habilitados.
- 0.1.17. Os serviços a serem executados, deverão ser realizados parceladamente, em conformidade com as quantidades e especificações e local determinados em cada Autorização de Fornecimento.
- 0.1.18. Responsabilizar-se por qualquer atraso ou problemas na execução do serviço;
- 0.1.19. O FORNECEDOR deverá responder pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às instalações do prédio, máquinas, equipamentos e demais bens da Administração Pública, durante a execução dos serviços, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que lhe será expressamente combinado pela Contratante;
- 0.1.20. O FORNECEDOR deverá responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seu empregados, quando em serviço, o mesmo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir as ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços.
- 0.1.21. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo o FORNECEDOR da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de material ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.
- 0.1.22. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.
- 0.1.23. O FORNECEDOR deverá, durante a contratualidade:
- Fornecer, às suas expensas, os veículos para o transporte de materiais e pessoal, as ferramentas, equipamentos e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços;
 - Montar a infra-estrutura necessária, adequada e indispensável à integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.
 - Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação do FORNECEDOR.
- 0.1.24. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;
- 0.1.24.1. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- 0.1.24.2. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.
- 0.1.25. O FORNECEDOR obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA**DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

CLÁUSULA TERCEIRA**DOS PAGAMENTOS**

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no item da forma de execução do Edital;

4.1.2. Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.

4.1.3. Substituir todas as lâmpadas queimadas, bem como, relés, reatores, base para fusíveis e soquetes avariados ou com defeitos, refratores de luminárias quebrados, a fim de permitir o perfeito funcionamento da rede de iluminação pública.

4.1.4. Reparar e/ou substituir os braços de luminárias e as próprias luminárias defeituosas ou em mau estado de conservação, bem como sua fiação interna.

4.1.5. Responsabilizar-se pelo seguro de seu pessoal, das suas instalações, edificações e todos os equipamentos e veículos que utilizar na execução de qualquer trabalho.

4.1.6. Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, exigindo e fiscalizando o uso por seus empregados.

4.1.7. Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços.

4.1.8. Obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança para serviços em rede de energia elétrica, conforme orientação da CELESC, visto que o sistema de iluminação pública do Município está instalado em redes de distribuição de energia elétrica daquela Concessionária.

4.1.9. Responsabilizar-se pela obtenção de autorização para entrar no sistema de distribuição da CELESC, solicitando com a devida antecedência os desligamentos, quando necessários e respeitando os prazos impostos pela Concessionária.

4.1.10. Informar à Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

4.1.11. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.12. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.13. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;

4.1.14. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.1.15. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

4.1.16. Facilitar todas as atividades de fiscalização;

4.1.17. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada dos itens entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontra-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1.A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º,6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1.O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3.A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5.A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6.Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8.O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9.O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto e/ou Atividade:

Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Modalidade de Aplicação:

Dotação: 3.3.90 – Aplicações diretas – Outras despesas correntes

Fontes:

1.00 e 3.00 – Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.00 e 3.00 – Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata terá vigência 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 2017.

9.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório os Servidores ANDRÉ DIESEL E JULIANA CORBANI, à quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral do edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 01 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

PAULO DELFINO PINTO

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME FORNECEDOR 1	
---	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

PL 109/2016 - PP 076/2016 - LUBRIFICANTES DE VEÍCULOS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 109/2016 - PML

Pregão Presencial nº 076/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de lubrificantes destinados à manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 16 de dezembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 16 de dezembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 153/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 153/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 19/12/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas, Fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 05 de dezembro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4238

LEI Nº. 4.238
DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2016.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação no Orçamento Público Municipal de 2016 até o valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), conforme descrição abaixo:

19 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02 Programas de Desenvolvimento Econômico
041220019.2.187000 - Aquisição de imóveis para incentivo empresarial
(326) 4.5.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 900.000,00
Fonte: 100

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

19 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
01 Atividades do Fundo
041220019.2.157000 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico
(319) 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 900.000,00
Fonte: 100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 05 de dezembro de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4239

LEI Nº. 4.239
DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2016.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação no Orçamento Público Municipal de 2016 até o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme descrição abaixo:

13 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
01 Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
154510013.2.57000 - Ampliação e manutenção do trânsito
(308) 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
Fonte: 100

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

14 Fundo Municipal de Assistência Social
01 Secretaria da Criança e Ação Social
081220014.2.60000 - Manutenção da Secretaria
(60) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
Fonte: 100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 05 de dezembro de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 53/2016**

PORTARIA Nº 53/2016, de 5 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador Edenilson Schelbauer, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias a servidora SIMONE EVERS DIAS, ocupante de cargo de Assistente Legislativo, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único: As férias referem-se ao período aquisitivo de 2015, que será gozada de 7 de dezembro de 2016 a 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 5 dezembro de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

PORTARIA Nº 54/2016

PORTARIA Nº 54/2016, de 5 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias a servidora IVONE DAS GRAÇAS GARCÊZ SILVEIRA, ocupante de cargo de assistente de administração e finanças, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período aquisitivo de 2015/2016, que será gozada de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, voltando dia 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 5 de dezembro de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

EXTRATO DO 01º TA AO CONTRATO Nº 80/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 80/2016

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Maracajá Comércio de Materiais para Construções Ltda - ME

Objeto: Aditiva prazo ao Contrato 80/2016

Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 30 (trinta) dias, passando o prazo inicial do contrato para 31/12/2016

Maracajá, 28 de novembro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO 95/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 95/2016

Contratante: JEAN RICHARD MINATTO LTDA - ME.

Objeto: Contrato tem por objeto a aquisição parcelada de pães para as escolas da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade.

Valor: R\$ 5.684,00 (cinco mil seiscentos e oitenta e quatro reais)

Vigência: 01/12/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 01 de dezembro de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Jean Richard Minatto.

Contratado.

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO Nº 50/2016

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 50/2016

O Município de Maracajá, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 50/2016 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, que tem como objeto a aquisição parcelada de pães e gás para as escolas da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade, que gerou o seguinte resultado: Itens – 03 e 04 desertos, Itens 01 e 02 adjudicado para a empresa Jean Richard Minatto Ltda – ME, valor adjudicado: R\$ 5.684,00 (cinco mil seiscentos e oitenta e quatro reais); Valor Total Adjudicado R\$ 5.684,00 (cinco mil seiscentos e oitenta e quatro reais).

Maracajá/SC, 30 de novembro de 2016.

Dilnei Fausto Borges

Pregoeiro

Maravilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - CEF

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato de prestação de serviços financeiros e outras avenças, que entre si celebram a Caixa Econômica Federal e o Município de Maravilha.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou contrato para centralização das operações financeiras junto a Caixa Econômica Federal. Em contrapartida, a Caixa Econômica Federal repassará o valor de R\$ 500.000,00 ao Município de Maravilha – SC. Data de assinatura do contrato: 05/12/2016. Signatários: Rosimar Maldaner pelo Município de Maravilha e Maria Cláudia Ibrahim Morelli Sakai pela Caixa Econômica Federal. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 13h às 19h Maravilha - SC, 05 de dezembro de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

CO 57.2016 - ROBERTO GOMES FERACIN EIRELI - EPP

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: ROBERTO GOMES FERACIN EIRELI - EPP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 102,07 (cento e dois reais e sete centavos) por hora plantão.

VIGÊNCIA: 05 DE DEZEMBRO DE 2016 À 01 DE DEZEMBRO DE 2017

MASSARANDUBA, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE VANDERLEI SASSE – PREFEITO INTERINO

CO 58.2016 (FMS) JEBSEN YANAGIHARA COELHO GALVAO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 58/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E O DR. JEBSEN YANAGIHARA COELHO GALVAO

Por este instrumento particular, de Locação de Prestação de Serviço, que celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, com CNPJ nº 11.231.203/0001-05, com sede a Rua 11 de Novembro nº 3025, neste ato representado por seu Prefeito Interino, Sr. VANDERLEI SASSE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, e pela Gestora do Fundo Municipal, Sra. SUZANE E. F. REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, doravante denominados CONTRATANTES, e de outro lado, o JEBSEN YANAGIHARA COELHO GALVAO, inscrito no CPF sob o nº 046.447.479-55, residente e domiciliado na Rua Herculano Correa, 77, Bairro Centro, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, denominada CONTRATADA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2016 onde as partes de comum acordo têm justas e contratadas o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

1.1 O objetivo do presente contrato consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA, ATRAVÉS DE PLANTÃO MÉDICO NO PRONTO ATENDIMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DE MASSARANDUBA (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1 DA CONTRATADA

a) Obriga-se a registrar o horário de trabalho no relógio ponto do Pronto Atendimento.

b) Responsabiliza-se por quaisquer danos pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;

c) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e alimentação, manutenção em geral;

d) Obriga-se a exercer seus serviços com zelo e dedicação, atendendo bem e com presteza a clientela que lhe procurar, devendo levar ao conhecimento do responsável da Secretaria Municipal de Saúde, eventuais falhas, sugestões ou irregularidades verificadas no local do serviço;

e) O atendimento de urgência médica se dará no Pronto Atendimento de Massaranduba, nos dias de semana sempre das 19h00min às 07h00min (Período Noturno); sábados e domingos (Finais de Semana) e feriados 24 horas.

2.2 DA CONTRATANTE

a) Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste contrato.

b) Receber a documentação do interessado no credenciamento e, se homologado, realizar o cadastramento do mesmo;

c) Agendar os plantões médicos e comunicar ao CREDENCIADO;

d) Notificar o CREDENCIADO de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços ou descumprimento de obrigação;

e) Fiscalizar a execução dos serviços objeto do credenciamento;

f) Oferecer todos os meios para a adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 Pela locação dos serviços prestados a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 102,07 (CENTO E DOIS REAIS E SETE CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO, de acordo com o total de horas registradas nas planilhas de controle de horas/plantão.

3.2 Excepcionalmente nas datas de 24/12, 25/12, 31/12 e 01/01 serão pago adicional de 100% no valor da hora/plantão.

3.3 O pagamento será efetuado da seguinte forma: DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

CLÁUSULA- QUARTA - DO REAJUSTE E DO PRAZO

1. 2. 3. 4. 4.1. Será reajustado na mesma data da revisão geral dos Servidores da Prefeitura de Massaranduba, de acordo com Art. 1º. da Lei Municipal nº 1736/2016.

4.2. O contrato de prestação de serviço terá validade a partir da data de sua assinatura, expirando-se em 01/12/2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

06.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.02 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

2103 – Manutenção do Hospital Municipal

31903401 – SUBSTITUIÇÃO MAO-DE-OBRA-LRF ART 18 §1º

10200 – Receita de Impostos e Transf. Imp. Saúde

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O Presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

- Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.
- Transferir o contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CONTRATANTE.
- Interromper o fornecimento da locação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE.
- Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de trinta dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir eventuais dúvidas da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Massaranduba, 05 de dezembro de 2016

VANDERLEI SASSE	
PREFEITO INTERINO	
CONTRATANTE	

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
SUZANE F. REINKE
Gestora do Fundo Municipal Saúde

JEBSEN YANAGIHARA COELHO GALVAO	
CPF: 046.447.479-55	
Contratado	

Testemunhas:

FABRICIO KUNTZE	DANIELA CRISTINA BOGO BOGER
CPF: 936.365.399-49	CPF: 036.841.679-83

DECRETO Nº. 3378 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3378 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 104.625,00 (Cento e Quatro Mil Seiscentos e vinte e Cinco Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção da estratégia da Família
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 33804 – PMAQ R\$ 60.000,00
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 43.000,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 33804 – PMAQ R\$ 1.625,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3379 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3379 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 8.049,00 (Oito Mil e Quarenta e Nove Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 7.400,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 298,00
 0602.010.301.0190.2095 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13802 – Programa de Saúde da Família - PSF R\$ 351,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 8.049,00 (Oito Mil e Quarenta e Nove Reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 7.698,00
 0602.010.301.0190.2095 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13802 – Programa de Saúde da Família - PSF
 R\$ 351,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3380 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3380 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 57.965,20 (Cinquenta e Sete Mil Novecentos e Sessenta e Cinco Reais e Vinte Centavos), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 2.100,00
0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Municipal
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 2.800,00
0501.012.363.0085.2046 – Apoio a Parcerias em Cursos Técnicos e Profissional
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 1.875,50
0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 16.000,00
0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil - Creche
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 34.760,70

0901 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0901 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0901.020.609.0151.2076 – Administração da Secretaria de Educação
0901 – 33900000 – Aplicações Diretas
0901 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 429,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3381 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3381 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 12.625,06 (Doze Mil Seiscentos e Vinte e Cinco Reais e Seis Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.306.0080.2033 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar do Ensino
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 13702 – Transferência ref PNAE - Ens.Fund R\$ 6.847,61
0501.012.306.0090.2034 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar das Pré-Escolas
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 13704 – Transferência ref. PNAE – Pré-Escola R\$ 1.335,93
0501.012.306.0095.2035 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar das Creches
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 13703 – Transferência ref. PNAE - Creche R\$ 4.441,52

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3382 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3382 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 41.357,68 (Quarenta e Um Mil Trezentos e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta e Oito Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
0501 – 13601 – Transferência Salário Educação R\$ 36.357,68
0501.012.361.0081.2041 – Manutenção do Ensino Fundamental
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 13100 – Transferência Salário Educação R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 41.357,68 (Quarenta e Um Mil Trezentos e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta e Oito Centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 13601 – Transferência Salário Educação R\$ 36.357,68
 0501.012.361.0081.2041 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 13100 – Transferência Salário Educação R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE
 Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3383 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3383 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016
 Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 16.291,33 (Dezesseis Mil Duzentos e Noventa e um Reais e trinta e Três Centavos), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção Do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13806 – Média Alta Complexidade - MAC R\$ 16.291,33

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE
 Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3384 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3384 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016
 Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1785 de 02 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.006.182.0040.1020 – Pavimentação de Vias
 0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 69.000,00
 0401.015.452.0054.2025 – Conservação dos Serviços Urbanos
 0401 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0901 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.609.0151.2076 – Apoio a Produção Agropecuária
 0901 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.122.0021.2006 – Manutenção das Atividades do Procon
 0201 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.124.0024.2009 – Gerenciamento do Controle interno
 0201 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0301 – GERÊNCIA DE PESSOAL
 0301.004.122.0031.2011 – Administração dos Recursos Humanos
 0301 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0301 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.900,00

0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.122.0030.2013 – Administração dos Serviços Gerais
 0201 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.811,00

0304 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis
 0304 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 55.701,11
 0304 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.201,50

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE OU TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0081.2040 – Apoio a Formação de Professores
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos – Educação R\$ 7.386,39

0801 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
 0801 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
 0801.004.121.0070.2070 – Manutenção da Secretaria de Planejamento
 0801 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0801 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0901 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural
 0901 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE
Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra
VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3385 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3385 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1786 de 02 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social as Famílias Carentes
0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das atividades do CRAS
0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), do programas e verbas abaixo discriminados:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.241.0180.2085 – Apoio a Integração dos Idosos
0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE
Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra
VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

FMS CO 59.2016 (FMS) ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DO ELEVADOR HIDRÁULICO DE PASSAGEIROS/MACA, DO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DE MASSARANDUBA (SC) E DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRO.

VALOR CONTRATADO: O valor máximo anual gasto para as peças necessárias para execução do serviço de CADA ITEM é de R\$ 6.360,00 (seis mil trezentos e sessenta reais). O CONTRATANTE disponibilizará MENSALMENTE a CONTRATADA, a importância total de R\$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS) por 01 (um) ano, totalizando o valor de R\$ 4.800,00 (QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS). SERVIÇO DE EMERGENCIA: PARA CASOS DE NECESSIDADE INADIÁVEL DE AUXÍLIO TÉCNICO SERÁ COBRADA A TAXA DE DESLOCAMENTO EM 60% DO VALOR DA MENSALIDADE.

VIGÊNCIA: 02 DE DEZEMBRO DE 2016 À 02 DE DEZEMBRO DE 2017

MASSARANDUBA, 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VANDERLEI SASSE – PREFEITO INTERINO

LEI Nº. 1784 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº. 1784 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Massaranduba para o Exercício de 2017

SILVIO MAINKA, Prefeito Interino do Município de Massaranduba, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Massaranduba para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 44.472.000,00 (Quarenta e quatro milhões quatrocentos e setenta e dois mil reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, Transferências, convênios e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	48.701.323,20
1.1 Receita Tributária	R\$	5.392.886,51
1.2 Receita de Contribuições	R\$	837.366,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$	506.689,70
1.4 Receita de Serviços	R\$	2.054.775,35
1.5 Transferências Correntes	R\$	39.338.663,15
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$	570.942,49
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.473.722,50
2.1 Operações de Créditos	R\$	1.041.500,00
2.2 Alienação de Bens	R\$	104.150,00
2.3 Transferências de Capital	R\$	328.072,50
3. Deduções Receita Transferência FUNDEB	R\$	5.703.045,70
TOTAL	R\$	44.472.000,00

§ 2º A Despesa do Poder Executivo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$	952.000,00
03 –SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$	2.745.875,50
04 –SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SER. URB	R\$	9.839.935,00
05– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULT.ESP.E TURISMO	R\$	12.769.449,95
08– SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMB.	R\$	511.000,00
09- SECRETARIA DE AGRICULTURA	R\$	1.443.400,00
00- ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	2.352.335,64
99- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	438.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	10.524.633,91
TOTAL	R\$	41.576.630,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 – ADMINISTRAÇÃO	R\$	4.135.875,50
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	194.405,00
12 – EDUCAÇÃO	R\$	12.205.449,95
13 – CULTURA	R\$	167.000,00
15 – URBANISMO	R\$	6.283.500,00
16 - HABITAÇÃO	R\$	52.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	R\$	67.400,00
20 – AGRICULTURA	R\$	1.376.000,00
25 – ENERGIA	R\$	854.030,00
26 – TRANSPORTE	R\$	2.529.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	R\$	397.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	2.352.335,64
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	438.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	10.524.633,91
TOTAL	R\$	41.576.630,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	24.555.963,30
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	12.717.926,10
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	161.952,50
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	11.676.084,70
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	6.058.032,79
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	4.731.131,79
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	R\$	109.357,50
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	R\$	1.217.543,50
9.9.99.99 – Reserva de Contingência	R\$	438.000,00
Transferências Financeiras	R\$	10.524.633,91
TOTAL	R\$	41.576.630,00

Art. 2º. O orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 2.040.000,00 (Dois Milhões e Quarenta mil reais).

§ 1º. – A receita relativa ao orçamento será oriunda de transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Massaranduba.

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	2.040.000,00
1.1 - Transferências Financeiras	R\$	2.040.000,00
TOTAL DA RECEITA	R\$	2.040.000,00

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo

é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes, da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$	1.814.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	1.501.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	313.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	226.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	226.000,00
TOTAL	R\$	2.040.000,00

Art. 3º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício financeiro de 2016, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 10.305.247,00 (Dez milhões Trezentos e Cinco Mil Duzentos e Quarenta e Sete reais).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de transferências da União, Estado e de outras receitas próprias do Fundo, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	2.582.920,00
1.1 Receita Tributária	R\$	62.490,00
1.2 Receita Patrimonial	R\$	105.191,50
1.3 Receita de Serviços	R\$	124.980,00
1.4 Transferências Correntes	R\$	2.281.301,60
1.5 Outras Receitas Correntes	R\$	8.956,90
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	104.150,00
2.1 Transferências de Capital	R\$	104.150,00
TOTAL DA RECEITA	R\$	2.687.070,00
Transferências Financeiras	R\$	7.618.177,00
TOTAL GERAL	R\$	10.305.247,00

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes e da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$	9.730.956,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	5.812.238,50
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	3.918.717,50
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	574.291,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	574.291,00
TOTAL	R\$	10.305.247,00

Art 4º O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.074.756,91 (Hum Milhão Setenta e Quatro Mil Setecentos e cinquenta e seis reais e Noventa e Um centavos).

§ 1º A receita relativa ao orçamento será oriunda de transferências da União, Estado e de outras receitas próprias do Fundo, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	192.677,50
1.3 Receita Patrimonial	R\$	18.434,55
1.4 Receita de Serviços		
1.5 Transferências Correntes	R\$	165.765,14
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$	8.477,81.
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	15.622,50
2.1 – Transferências de Capital	R\$	15.622,50

TOTAL DA RECEITA	R\$	208.300,00
Transferências Financeiras	R\$	866.456,91 +2
TOTAL GERAL	R\$	1.074.756,91

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes, da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$	1.006.080,40
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	299.667,91
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	706.412,49
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	68.676,51
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	68.676,51
TOTAL	R\$	1.074.756,91

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de Riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos,

abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Intempéries	R\$ 332.000,00
3. Decisões Judiciais	R\$ 30.700,00
6. Indenizações por Resc. Contratuais	R\$ 10.400,00
99 Outros Passivos Contingentes	R\$ 42.000,00
99.1 Despesas não orçadas ou orçadas a menor	R\$ 22.900,00
TOTAL	R\$ 438.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados aos eventos previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2017 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 7º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º. da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, desde que não comprometidos.

II – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Se excluem desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art 8º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fonte oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de ativos só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 10. Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de Janeiro.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1785 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº. 1785 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.006.182.0040.1020 – Pavimentação de Vias
 0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 69.000,00
 0401.015.452.0054.2025 – Conservação dos Serviços Urbanos
 0401 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0901 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.609.0151.2076 – Apoio a Produção Agropecuária
 0901 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.122.0021.2006 – Manutenção das Atividades do Procon
 0201 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.124.0024.2009 – Gerenciamento do Controle interno
 0201 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0301 – GERÊNCIA DE PESSOAL
 0301.004.122.0031.2011 – Administração dos Recursos Humanos
 0301 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0301 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.900,00
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.122.0030.2013 – Administração dos Serviços Gerais
 0201 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.811,00

0304 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis
 0304 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 55.701,11
 0304 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.201,50

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE OU TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0081.2040 – Apoio a Formação de Professores
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos – Educação R\$ 7.386,39

0801 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
 0801 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
 0801.004.121.0070.2070 – Manutenção da Secretaria de Planejamento
 0801 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0801 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0901 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural
 0901 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 02 DE DEZEMBRO DE 2016.
 VANDERLEI SASSE
 Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1786 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº. 1786 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social as Famílias Carentes
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
 0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das atividades do CRAS
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 2º. O recurso para atender os créditos acima especificados, decorrerá da anulação no valor de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), do programa e verba abaixo discriminado:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.241.0180.2085 – Apoio a Integração dos Idosos
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO 11.2016 - DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (11/1) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 11/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Interino, Sr. VANDERLEI SASSE, inscrito no CPF sob o nº 848.301.909-49, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.658.136/0001-81, com sede na Rua João Butschardt, número 210, bairro Centro, Município de Guarimir, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por Sra. ALCIONE MARIA ZIMMERMANN, inscrita no CPF sob o nº 471.265.319-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 08/2016 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. O item 5.1 constante na cláusula quinta do CONTRATO Nº 16/2016 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais nº 8.666/93 e 8.883/94. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 JANEIRO DE 2017, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. A alínea 4.2 da cláusula quarta do contrato original firmado entre as partes prevê o índice IGP-M para reajuste de valores (calculado entre janeiro de 2016 a novembro de 2016), sendo 6,61499% de acréscimo, compreendendo como novo valor por spot a importância de R\$ 30,92 (TRINTA REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 02 de dezembro de 2016.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA VANDERLEI SASSE CONTRATANTE	DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA ALCIONE MARIA ZIMMERMANN CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI CPF: 008.687.979-01	MAYARA RAIMONDI MARTINA CPF: 092.860.619-86
---	--

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO 12.2016 - CPR COMUNICAÇÃO LTDA - ME

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (12/1) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 12/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA CPR COMUNICAÇÃO LTDA – ME.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Interino, Sr. VANDERLEI SASSE, inscrito no CPF sob o nº 848.301.909-49, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro

lado, a empresa CPR COMUNICAÇÃO LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.469.298/0001-34, com sede na Rua Paulo Cardoso, número 276, Sala 10, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. ALCIONE MARIA ZIMMERMANN, inscrita no CPF sob o nº 471.265.319-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. O item 5.1 constante na cláusula quinta do CONTRATO Nº 16/2016 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais nº 8.666/93 e 8.883/94. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 JANEIRO DE 2017, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. A alínea 4.2 da cláusula quarta do contrato original firmado entre as partes prevê o índice IGP-M para reajuste de valores (calculado entre janeiro de 2016 a novembro de 2016), sendo 6,61499% de acréscimo, compreendendo como novo valor por spot a importância de R\$ 30,92 (TRINTA REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 02 de dezembro de 2016.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA VANDERLEI SASSE CONTRATANTE	CPR COMUNICAÇÃO LTDA – ME ALCIONE MARIA ZIMMERMANN CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI CPF: 008.687.979-01	MAYARA RAIMONDI MARTINA CPF: 092.860.619-86
---	--

Meleiro

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002-2016

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2016
DISPÕE SOBRE A INSCRIÇÃO E
COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA.

O Controle Interno, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a necessidade de Normatizar os procedimentos relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa e não pagos através de execuções judiciais ou protesto;

Considerando que esta Instrução Normativa tem por finalidade de melhorar os procedimentos de inscrição e cobrança dos valores inscritos em dívida ativa, no âmbito do Município de Meleiro.

Resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Sem prejuízo das atribuições no Código Tributário Municipal, o Controlador Geral do Município recomenda ao Setor de Tributação a adoção dos procedimentos constantes desta Instrução Normativa na prática de suas atividades, para inscrição, cobrança e recebimento da Dívida Ativa.

Art. 2º São atribuições do Setor de Tributação e Fiscalização Tributária vinculada a Secretaria de Administração e Planejamento:

- I - Coordenar e controlar as atividades de arrecadação, recebimento e fiscalização de tributos municipais;
- II - Organizar, orientar e supervisionar as atividades relativas a cadastro, lançamento, cobrança e arrecadação de impostos e taxas decorrentes do poder de polícia do Município;
- III - Manter informados o Secretários Municipais de Administração e Planejamento e de Gestão Estratégica acerca da evolução das receitas municipais através de relatórios periódicos;
- IV - Determinar a realização de levantamentos contábeis junto a contribuintes, objetivando salvaguardar os interesses da fazenda municipal;
- V - Tomar conhecimento da denúncia de fraudes e infrações fiscais, fazer apurá-las, reprimi-las e promover as providências para a defesa da fazenda municipal;
- VI - Programar ações fiscalizadoras;
- VII - Centralizar, promover, acompanhar e fiscalizar a cobrança de todos os créditos tributários e fiscais devidos ao Município;
- VIII - Coordenar o fornecimento de Certidões Negativas relativas a débitos tributários e fiscais com o Município;
- IX - Remeter à Procuradoria Geral do Município, para ajuizamento, os créditos inscritos em dívida ativa, promovendo o seu acompanhamento;
- X - Instruir os processos de licenciamento das atividades econômicas do Município e do comércio ambulante;
- XI - Providenciar a emissão e entrega do Alvará de Localização e Funcionamento deferido pelo Diretor do Departamento responsável;
- XII - Atender ao público em geral, informando sobre o registro e a situação do contribuinte perante o Município;
- XIII - Fiscalizar e vistoriar o exercício do comércio ambulante e eventual; e
- XIV - Exercer outras atividades correlatas.

CAPÍTULO II DA DÍVIDA ATIVA

Art. 3º Constitui dívida ativa a provenientes créditos tributários ou não, regularmente inscritos no órgão competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Seção I Da Inscrição

Art. 4º A inscrição do débito em dívida ativa, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será realizada pelo setor de Tributação para apurar a liquidez e certeza do crédito.

Art. 5º O setor responsável inscreverá em dívida ativa, no último dia útil do exercício do lançamento dos débitos tributários, os contribuintes inadimplentes com suas obrigações.

§ 1º Sobre os débitos inscritos em dívida ativa incidirão atualização monetária, multa e juros, a contar da data de vencimento.

§ 2º No caso de débito com pagamento parcelado, considerar-se-á data de vencimento, para efeito de inscrição, aquela da primeira parcela não paga.

§ 3º Os débitos serão cobrados amigavelmente antes de sua execução.

Art. 6º O termo de inscrição da dívida ativa deverá conter, de acordo com o Código Tributário Municipal:

- I - o nome, CPF e endereço do devedor e dos co-responsáveis;
- II - o valor da dívida bem como termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;
- III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;
- IV - a data e o número da inscrição no Livro de Registro da Dívida Ativa;
- V - o número do processo administrativo ou do Auto de Infração, se nele estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º certidão de dívida ativa conterá os mesmos elementos do termo de inscrição e será assinada pela autoridade competente.

§ 2º O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processamento eletrônico, manual ou mecânico.

Art. 7º A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

Art. 8º A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no Código Tributário Municipal, ou o erro a e ele relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

CAPITULO III DA COBRANÇA

Seção I

Da Cobrança Administrativa

Art. 9º A secretaria de Administração e Planejamento através do Setor de Tributação promoverá a cobrança amigável (administrativa) para o pagamento da dívida no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da sua inscrição, convocando os devedores pelo jornal ou por qualquer outro meio de comunicação individual ou coletiva.

Art. 10º Após decorrido o prazo do artigo anterior o Setor de Tributação verificará o não pagamento do débito tributário inscrito em Dívida Ativa ou manifestação do contribuinte quanto ao parcelamento do valor inscrito em Dívida Ativa, encaminhará à Procuradoria Geral do Município, Certidão de Inscrição em Dívida Ativa juntamente com as notificações extrajudiciais, a qual fará a execução judicial e/ou protesto.

Seção II

Do Ajuizamento da Execução Fiscal

Art. 11 Após o encaminhamento da Certidão de Dívida Ativa para a Procuradoria Geral do Município, juntamente com as notificações extrajudiciais, se houver, esta promoverá o ajuizamento da ação de execução fiscal, a qual ocorrerá em caso de não pagamento do débito pelo contribuinte.

Art. 12 Na Tributação do Município será feita uma conferência dos débitos inscritos na certidão, no sentido de se verificar eventual quitação de débito.

Art. 13 Se na conferência da certidão de Dívida Ativa se constatar a quitação do débito, os documentos serão arquivados.

Art. 14 Se constar débito ainda em aberto, será procedida à execução fiscal do referido crédito tributário e/ou protesto, de acordo com o valor, através da Procuradoria Geral do Município de acordo com a Lei nº 6.830/80 que dispõe sobre a Execução Fiscal.

Art. 15 A dívida ativa poderá ser parcelado, de acordo com os dispositivos no Código Tributário Municipal.

§ 1º O parcelamento só será concedido mediante requerimento do interessado.

Art. 16 Todos os débitos inscritos em Dívida Ativa e após cobrança judicial ou protesto, poderão ser cobrados e negociados pelo Setor de Tributação, sendo que após o parcelamento ou quitação do débito a Procuradoria Geral do Município deverá ser comunicada de tal ocorrência, afim de que esta tenha condições de administrar o débito e dar o devido andamento processual.

Seção III

Do protesto

Art. 17 A Procuradoria Geral do Município analisará a consistência do crédito tributário, se em conformidade com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina, tomará as providências necessárias ao protesto:

- a) conferir o relatório de demonstrativo de débito do contribuinte a fim de constatar se o crédito tributário não fora quitado;
- b) juntar a certidão de dívida ativa e o relatório de débitos com as notificações de lançamento e/ou extrajudiciais se houver;
- c) encaminhar ao Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos desta cidade, a fim de que promovam e formalizem o protesto do débito.

Art. 18 As cópias dos documentos acima citados serão arquivados na Procuradoria Geral do Município com a finalidade de possíveis e eventuais consultas.

Art. 19 No caso de extinção do crédito tributário, na forma prevista no art. 156 do Código Tributário Nacional, ou de suspensão do crédito tributário caberá ao devedor requerer o cancelamento do protesto conforme determina o artigo 26 da Lei nº 9.492/1997.

§ 1º Ocorrendo parcelamento do crédito levado a protesto, ou sua extinção, por qualquer das hipóteses do artigo 156 do CTN, serão devidas as custas e emolumentos relativos ao ato cartorial.

Seção IV

Dos Acordos

Art. 20 Os débitos inscritos em dívida ativa, executados ou protestados deverão ser negociados junto ao Setor de Tributação, sendo que os honorários deverão ser quitados antecipadamente.

Art. 21 O Setor de Tributação receberá o contribuinte com cordialidade e efetivará um termo de parcelamento que deverá obrigatoriamente ser assinado pelo contribuinte. O Setor de Tributação acompanhará os pagamentos até o cumprimento integral do acordo.

§ 1º Havendo o inadimplemento de qualquer parcela do acordo o Setor de Tributação encaminhará o relatório com o débito a Procuradoria Geral do Município, para as devidas providências.

Art. 22 Se executado judicialmente, após a quitação do débito, será requerido ao juiz à extinção da ação. Caso não haja quitação do débito após a assinatura de acordo, a Procuradoria Geral do Município dará prosseguimento à ação de execução fiscal.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 Toda e qualquer dúvida ou emissão gerada por esta Instrução Normativa deverá ser solucionada junto a Procuradoria e/ou Controladoria Geral do Município.

Art. 26 Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Meleiro/SC, 22 de Setembro de 2016.

Jonnei Zanette

Diógenes P. Manfredini

Prefeito Municipal	Ag. Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003-2016

INSTRUÇÃO NORMATIVA 003/2016

REGULAMENTA O CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES E OS PROCEDIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL.

O Órgão Central de Controle Interno do município de Meleiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais

Considerando a Lei Municipal 809/2000, que dispõe sobre o estatuto dos servidores

Considerando a Lei Municipal 1719/2016, que trata da alteração dos dispositivos da Lei 809/2000.

ESTABELECE:

TITULO I

DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Art. 1º - O controle de frequência dos servidores públicos observará os seguintes critérios:

I – Se dará por meio de registro eletrônico, podendo ser cartão ou controle biométrico por meio de dispositivos disponibilizados pela Administração Pública.

II – O registro eletrônico de frequência dar-se-á da seguinte forma:

- a) ao iniciar e finalizar a jornada de trabalho;
- b) nos intervalos de refeição, registrando a saída e retorno à

atividade.

III –Para efeito do registro do ponto em caso de atraso, o servidor contará com 10 minutos de tolerância para mais ou para menos, devendo observar o cumprimento da carga horária do seu contrato de trabalho.

IV - A supervisão do Cartão Ponto será de responsabilidade da chefia imediata

V – Somente a chefia imediata terá autorização para manutenção ou modificação, sendo de sua inteira responsabilidade o sigilo, a correção e a idoneidade das informações prestadas.

VI – O acompanhamento dos registros para realização da manutenção necessária será preferencialmente diário.

VII - Após apuração do controle de frequência, o Departamento de Pessoal, encaminhará o relatório do controle de frequência ao Chefe imediata para homologação.

VIII– Após a homologação dos controles de frequência, cada Secretaria será responsável pelo envio mensalmente dos controles de frequência, ao Departamento de Pessoal para lançamento no sistema informatizado de Folha de Pagamento.

IX– O Departamento de Pessoal será responsável pela guarda do Cartão Ponto.

Parágrafo primeiro: Em atendimento ao disposto no Art. 19-B a Lei Municipal nº 1719/2016, ficam dispensados do registro do ponto biométrico os servidores que exercem atividades externas, a saber agentes comunitários, condutores de veículos da saúde, condutores de veículos da linha escolar, servidores que realizam atividades relacionadas ao resgate social esportivo, coletores de resíduos sólidos e diretor de escola. O controle será feito por meio de livro ponto.

Parágrafo segundo: Devido a excepcionalidade da função, fica dispensado do registro de ponto, os servidores que ocupem o cargo de Advogado.

Art 2º - Deverá o servidor comunicar imediatamente ao Chefe imediato a inoperância ou irregularidade no funcionamento do equipamento de leitura biométrica.

Art 3º - Todos os comprovantes que justificam faltas dos servidores (atestados, certidões, certificados, declarações, relatórios de atividades para saídas a serviço, relatórios de viagem, comprovantes de liberação do ponto e outros) deverão ser anexados aos Cartões Ponto e encaminhados mensalmente ao Departamento de Pessoal, impreterivelmente até o dia 18 de cada mês.

Parágrafo único: Os atestados médicos deverão ser entregues até 3 (três) dias da sua emissão.

Art 4º - Para liberação de ponto ou abono, a chefia imediata de cada Secretaria e/ou unidade deve encaminhar ao Departamento de Pessoal, memorando com as ocorrências do Cartão Ponto que precisam ser liberadas ou abonadas, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Art 5º - Poderão ser abonadas até o máximo de 8 marcações/mês, não consecutivas, sem que haja documento comprobatório. Excedendo esse limite a chefia imediata deve tomar as medidas corretivas. Ocorrendo a reincidência deve ser comunicado ao Órgão Central do Controle Interno para que sejam tomadas as providências necessárias.

Art 6º Poderá ser descontado da remuneração do servidor as faltas não justificadas conforme art. 54 da Lei 809/2000.

TÍTULO II

DA DISPENSA DE PONTO

Art. 7º Estão dispensados do registro de frequência os secretários municipais do Município, os diretores, chefes e os que no exercício da função que ausentar-se.

TÍTULO III

DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 8º - O lançamento de horas extras no Cartão Ponto somente será processado mediante autorização por meio de memorando do respectivo Secretário Municipal ou da Chefia Imediata ou Titular de

Autarquias ou de Fundações Municipais.

Parágrafo 1º: Somente haverá prestação de serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, determinado pelo Chefe do Poder Executivo e/ou chefia imediata, respeitado o limite máximo de 100 (cem) horas mensais.

Parágrafo 2º: O servidor pertencente a órgãos que prestam serviços essenciais à população, que seja convocado para trabalhar dias considerados ponto facultativo, cumprirá sua jornada com o dia normal de trabalho sendo vedado o lançamento desse período como horas extras.

TÍTULO IV

DOS RECIBOS DE PAGAMENTOS

Art. 9º Os recibos de pagamento dos servidores serão disponibilizados eletronicamente através do site <http://e-gov.betha.com.br/servidorpublico>. Sendo o acesso individual e intransferível para cada funcionário.

TÍTULO V

DAS CONCESSÕES

Art. 10º O servidor poderá ausentar-se do serviço sem desconto no salário nos casos previstos na Lei Municipal nº 809/2000.

Art. 11º Em casos não previsto no caput do artigo anterior, poderá o servidor ausentar-se sem desconto no salário por até 3 (três) dias devidamente autorizado pela chefia imediata, por meio de memorando interno encaminhado ao Departamento de Pessoal.

Art. 12º O servidor poderá ausentar-se do serviço sem direito ao salário nos casos previstos na Lei nº 809/2000.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º Será de responsabilidade do Departamento Pessoal o treinamento e esclarecimento de dúvidas referente ao sistema biométrico.

Art. 14º Fazem parte integrante desta Instrução Normativa os Anexos I ao III.

Art. 15º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2016.

Jonnei Zanette	Diógenes P. Manfredini
Prefeito Municipal	Ag. Controle Interno

ANEXO I

MEMORANDO INTERNO

DE:

PARA: Setor Pessoal (controle do ponto)

ASSUNTO: Controle de Jornada

Em função de algumas divergências/omissão/impedimento ocorridas no ponto do funcionário _____

_____, que exerce a função _____

referente ao período _____ de _____ de _____ à _____ de _____ de _____, de competência ao mês _____.

Data	Justificativa	Assinatura do funcionário

Pelo exposto, considerando o interesse público, homologo,

deferindo à justificativa, das horas elaboradas.

Meleiro, ____ de ____ de ____.

Assinatura do funcionário Assinatura do responsável pela unidade

ANEXO II

MEMORANDO INTERNO

DE:

PARA: Departamento de Pessoal

ASSUNTO: Autorização para cômputo de horas extras

Autorizo o departamento de pessoal a incluir a folha de pagamento do funcionário _____, matrícula nº _____, ocupante do cargo de _____, conforme Art.80, § 2º e § 3º da Lei 809/2000 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a quantidade de horas extras referente ao mês de _____ de _____, conforme discriminado abaixo:

Quantidade de horas apuradas	Percentual de Acréscimo

Meleiro, ____ de ____ de ____.

Assinatura da Chefia

ANEXO III

MEMORANDO INTERNO

DE:

PARA: Setor Pessoal

ASSUNTO: Autorização para realização de horas extras – Transporte Escolar

Em função da execução das atividades operacionais da Secretaria de _____, foi designada a equipe de XX (____) Motoristas de Transporte Escolar, para que atuem no transporte de alunos do Ensino Médio, pertencentes à rede Estadual, bem como do Ensino Superior, para as cidades próximas onde estão localizadas as Universidades. Ainda devem realizar o transporte em eventuais viagens, passeios, visitas técnicas e projetos educativos, quando estes forem devidamente autorizados pelo Setor.

Para laborarem em horário extraordinário por até XX (____) horas extras, individualmente, no período de _____ a _____ de _____:

MATRÍCULA	NOME

Pelo exposto, considerando o interesse público, solicito que sejam pagas as horas extraordinárias correspondentes a cada servidor, nos termos do Estatuto dos Servidores.

Autorizo conforme solicitado.

Meleiro, ____ de ____ de ____.

Secretário de Educação

PORTARIA Nº549-2016

PORTARIA nº 549/2016

DÁ NOVA REDAÇÃO A PORTARIA Nº 532/2016, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1344/2009, de 19 de março de 2009, e Lei nº 1435/2010, de 16 de junho de 2010, resolve:

CONCEDER

Artigo 1.º Ao servidor público municipal ALMIR PEDRO PEREIRA – matrícula n.º 157, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a gratificação nível de referência FG 7, com atribuições pela execução de serviços em caráter complementar no monitoramento de emissão de Nota Fiscal de Produtor Rural, prevista no Anexo Único da Lei n.º 1435/2010, de 16 de Junho de 2010.

Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0289/2016

DECRETO Nº 0289/2016 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE PROFESSORES ACT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando o excepcional interesse público e o cumprimento dos dias letivos e programação de encerramento das atividades escolares e da docência no dia 07.12.2016, conforme o calendário escolar e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Educação, Considerando o encerramento dos contratos ACT's,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam rescindidos a partir de 07.12.2016, os contratos de admissão em caráter temporário de excepcional interesse público, dos Professores abaixo nominados:

NOME	DECRETO DE CONTRATAÇÃO/ PRORROGAÇÃO	CONTRATO ADMINIST. DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA	DATA DA RESCISÃO
Derlice Turmina	083/2016	019/2016	07/12/2016
Janete Terezinha Eberhardt	0274/2016 e 0285/2016	034/2016	07/12/2016
Mariane Dalla Corti Bauermann	063/2016	015/2016	07/12/2016
Mariane Dalla Corti Bauermann	0150/2016	024/2016	07/12/2016
Marlene Copati Tomasoni	074/2016 e 0165/2016	018/2016	07/12/2016
Miriam Frey Cecatto	088/2016	020/2016	07/12/2016
Rosangela Knorst Deotti	059/2016	011/2016	07/12/2016
Rosangela Knorst Deotti	0273/2016 e 0284/2016	033/2016	07/12/2016
Rosangela R. da Silva Kasper	0266/2016	032/2016	07/12/2016
Sandra Faciochi Krieser	058/2016	010/2016	07/12/2016
Sirlei Marins	057/2016	009/2016	07/12/2016
Vanessa Artigas do Amaral	0151/2016	025/2016	07/12/2016

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 02 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data Supra: FRANCIELI PAVALICINI
ASSESSORA DE DEPARTAMENTO

DECRETO Nº 0290/2016

DECRETO Nº 0290/2016 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE PROFESSORES ACT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando o excepcional interesse público e o cumprimento dos dias letivos e programação de encerramento das atividades escolares e da docência no dia 16.12.2016, conforme o calendário escolar e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Educação, Considerando o encerramento dos contratos ACT's,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam rescindidos a partir de 16.12.2016, os contratos de admissão em caráter temporário de excepcional interesse público, dos Professores abaixo nominados:

NOME	DECRETO DE CONTRATAÇÃO	CONTRATO ADMINIST. DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA	DATA DA RESCISÃO
Dirlei Marins Allebrandt	038/2016	002/2016	16/12/2016
Jandira Maria Lara Heckler	042/2016	006/2016	16/12/2016
Magali Carmen Signor	037/2016	001/2016	16/12/2016
Micheli C. da Veiga Krieser	039/2016	003/2016	16/12/2016
Rosangela R. da Silva Kasper	046/2016	007/2016	16/12/2016
Sidriana Fatima Bach Metdler	089/2016	021/2016	16/12/2016

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 02 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI

ASSESSORA DE DEPARTAMENTO

DECRETO Nº 0291/2016

DECRETO Nº 0291/2016 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE MARIA VENERANDA DALLA CORTI – ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.960/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando o cumprimento dos dias letivos e programação de encerramento das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos - Cultivar do Município de Modelo/SC no dia 16.12.2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido, por término de contrato, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 028/2016, constante no Decreto nº 0237/2016, da Sra. MARIA VENERANDA DALLA CORTI, das funções do cargo de Educadora Social ACT, a partir de 16.12.2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 02 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI

ASSESSORA DE DEPARTAMENTO

PORTARIA Nº 0191/2016

PORTARIA Nº 0191/2016 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando em especial a programação de férias dos respectivos Departamentos e requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Adriana Frozza Rauber	05.02.2015 a 04.02.2016	19.12.2016 a 07.01.2017 (20 dias)
Claudete da Silva	05.02.2015 a 04.02.2016	19.12.2016 a 28.12.2016 (10 dias)
Eder Alexandre Jung	04.12.2014 a 03.12.2015	19.12.2016 a 07.01.2017 (20 dias)
Elizete Pavalicini Rauber	24.04.2015 a 23.04.2016	26.12.2016 a 04.01.2017 (10 dias)
Francieli Pavalicini	03.09.2015 a 02.09.2016	26.12.2016 a 04.01.2017 (10 dias)
Gleison Donida	20.04.2015 a 19.04.2016	26.12.2016 a 04.01.2017 (10 dias)
Jacinta Neli Dill Rauber	01.10.2015 a 30.09.2016	05.12.2016 a 24.12.2016 (20 dias)
Janaina Hanauer	01.04.2014 a 31.03.2015	20.12.2016 a 29.12.2016 (10 dias)
Janete Toseto	03.07.2015 a 02.07.2016	22.12.2016 a 10.01.2017 (20 dias)
Linete Rintzel Noronha de Freitas	04.11.2015 a 03.11.2016	20.12.2016 a 29.12.2016 (10 dias)
Marcia Adriana Neu	22.12.2014 a 21.12.2015	19.12.2016 a 07.01.2017 (20 dias)
Roseli Maria Adriano Dembinski	08.01.2016 a 07.01.2017	20.12.2016 a 08.01.2017 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 02 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2016

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016.

O Município de Mondaí – SC, através do Fundo Municipal da Saúde, a partir do seu Prefeito Municipal, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 055/2016, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo:

OBJETO: O objeto do presente termo é a contratação de empresa especializada em fretamento coletivo de passageiros, com veículo ônibus leito devidamente regular junto ao DETER e demais órgãos, para transporte de equipe da Secretaria Municipal de Saúde de Mondaí à reunião e Assembleia Geral Extraordinária do COSEMS/SC (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina), a realizar-se no dia 08 de dezembro de 2016, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Expresso Santa Helena de Ônibus Ltda Epp, CNPJ nº. 86.249.075/0001-26.

VALOR: R\$ 7.490,00 (sete mil, quatrocentos e noventa reais).

Mondaí – SC, 05 de dezembro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 091/2016 – Registro de Preços (SRP)

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática (notebook) destinados para manutenção atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h30min do dia 19 de dezembro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 19 de dezembro de 2016.

INFORMAÇÕES: O Edital encontra-se disponível, na íntegra, no portal www.mondai.sc.gov.br - Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras1@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 05 de dezembro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 65/2016 ALTERA PREGOEIRO E COMISSÃO APOIO

DECRETO Nº 065/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

“NOMEIA PREGOEIRO E ALTERA COMISSÃO DE APOIO”.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Pregoeiro Oficial do município de Monte Carlo, Sra.

DELCIR BARZOTTO.

Art. 2º - A comissão de apoio será composta por três membros:

1) Carmen Lúcia Tormen França;

2) Elvis Renan Tibes de Barros;

3) Ilusete Perpétua Buyno.

Art. 3º - A Comissão irá dispor de três suplentes, composta pelos seguintes membros:

1) Aelton Gomes de Campos;

2) Márcio Antônio Padilha;

3) Janieri Romanatto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 059/2016, de 18 de julho de 2016.

Monte Carlo, 05 de dezembro de 2016.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS 098/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 098/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTAVEIS, conforme anexo I. Data: 19/12/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO Nº 211 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 211 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3146 de 05/12/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 1.536.480,00 (Hum Milhão, Quinhentos e Trinta e Seis Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10001 – Recursos Sesan

28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

17.512.0057 – 1.037 – Termo de Ajuste de Conduta – Aquisição de Equipamentos e Infraestrutura

199 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 499.990,00

17.512.0057 – 1.087 – Drenagem Pluvial

200 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 499.990,00

Total Fonte de Recursos – 10001 – Recursos Sesan R\$ 999.980,00

Fonte de Recursos – 13600 – Recursos Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – EI

129 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 536.500,00

Total Fonte de Recursos – 13600 – Recursos Salário Educação R\$ 536.500,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10001 – Recursos Sesan

28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

17.512.0057 – 2.115 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

201 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 999.980,00

Total Fonte de Recursos – 10001 – Recursos Sesan R\$ 999.980,00

Fonte de Recursos – 13600 – Recursos Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 1.019 – Programa Escola Nova – Ensino Fundamental

82 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 76.500,00

12.361.0008 – 2.044 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação – EF

98 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 200.000,00

12.365.0007 – 2.046 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação – EI

100 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 260.000,00

Total Fonte de Recursos – 13600 – Recursos Salário Educação R\$ 536.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza

PREFEITO

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC., 05 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

DECRETO Nº 214 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 214 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 184.890,00 (Cento e Oitenta e Quatro Mil, Oitocentos e Noventa Reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - EF

88 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 184.890,00

Art. 2º Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos – 10.100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - EF

84 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 184.890,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.
Navegantes, 05 de Dezembro de 2016.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 05 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária de Administração e Logística

DISTRATOS

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1008/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, CARINA KRUGER PENZ, domiciliado na RUA JOSE ORLANDO COSTA, 89 – SANTA LIDIA - NAVEGANTES - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 091.130.479-73, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 817/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	CARINA KRUGER PENZ Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1009/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, CARLA DA SILVA EMILIO, domiciliado na RUA SEARA MULLER, 109 – SÃO PEDRO - NAVEGANTES/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 050.887.369-08, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e

acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 818/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	CARLA DA SILVA EMILIO Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1011/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, CARLOS HENRIQUE SILVA FRANÇA, domiciliado na RUA RANGUETTI, 368- SÃO DOMINGOS/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 092.023.009-17, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 556/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	CARLOS HENRIQUE SILVA FRANÇA Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1056/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/

SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, JESSICA DOS SANTOS II, domiciliado na RUA TANCREDO NEVES, 913- GRAVATA/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 086.895.619-86, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 595/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	JESSICA DOS SANTOS II Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1057/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, KATIA DA SILVA FIGUEIREDO, domiciliado na RUA JOAQUIM RODRIGUES 366, - SÃO PEDRO - NAVEGANTES/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 492.290.870-68, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 849/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	KATIA DA SILVA FIGUEIREDO Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1058/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, LILIAN CRISTINA CAMILO, domiciliado na RUA MANOEL DA COSTA 44, - CENTRO - NAVEGANTES/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 061.791.759-00, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 850/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	LILIAN CRISTINA CAMILO Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1061/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, MARISE LINDOMAR COUTO, domiciliado na RUA FRANCISCO SOLANO LOPES, 152- CENTRO/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 908.189.039-53, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual

espelhado no Contrato nº 627/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística MARISE LINDOMAR COUTO Contratado
---	---

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1062/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, NEUZA MARIA DE SOUZA, domiciliado na RUA JARA-GUA DO SUL, 216 – CENTRO/SC - CEP 88385-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 729.894.839-34, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 634/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística NEUZA MARIA DE SOUZA Contratado
---	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1063/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR, domiciliado

na RUA MANOEL CONSTANCIO MAFRA, 574 – SÃO DOMINGOS/SC - CEP 88370-543, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 033.752.279-06, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 642/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR Contratado
---	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1069/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, SONIA MARA BIANCHET, domiciliado na RUA 26 DE AGOSTO, 286– SÃO PEDRO - NAVEGANTES/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 746.749.949-34, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 874/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística SONIA MARA BIANCHET Contratado
---	---

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1070/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, SONIA MARA SCHULER, domiciliado na RUA 26 DE AGOSTO, 286- SÃO PEDRO - NAVEGANTES/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 746.749.949-34, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 875/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	SONIA MARA SCHULER Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1071/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA, domiciliado na RUA PREFEITO DOMINGOS ANGELINO REGIS, 204- NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - NAVEGANTES/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 007.214.489-09, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 878/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença

de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1072/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, VANESSA PRESTES DOS SANTOS, domiciliado na RUA MANOEL MELLO, 293 - ITAJAI/SC - CEP 88305-080, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 047.627.489-35, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 880/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	VANESSA PRESTES DOS SANTOS Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1075/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ANDREA VICENTE, domiciliado na RUA NATIVIDADE COSTA 520-BAIRRO CENTRO- NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 148.838.248-45, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 804/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística ANDREA VICENTE Contratado
--	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA
DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1076/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ANDREIA MARIA DE OLIVEIRA, domiciliado na RUA ARLINDO COUTO, 345 -BAIRRO PORTO DAS BALSAS – NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 148.838.248-45, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 805/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística ANDREIA MARIA DE OLIVEIRA Contratado
--	---

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA
DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1077/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº

83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, CRISTIANE VICENTE, domiciliado RUA NATIVIDADE COSTA 520-BAIRRO CENTRO– NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 203.856.738-76, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 722/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística CRISTIANE VICENTE Contratado
--	---

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA
DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1078/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ELENÍ LUZIA AUGUSTO MACIEL, domiciliado RUA FELIX KRIEGER 567-BAIRRO GRAVATÁ– NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 044.337.649-22, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 723/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística ELENÍ LUZIA AUGUSTO MACIEL Contratado
--	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1079/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ELIANE BORBA COUTO, domiciliado AV. PRES NEREU RAMOS 189-BAIRRO SÃO PEDRO – NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 560.596.399-68, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 724/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	ELIANE BORBA COUTO Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1080/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ISABELA HELENA INACIO, domiciliado RUA. PEDRO VERISSIMO DE CAMPOS 129-BAIRRO CENTRO – NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 077.118.219-80, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 725/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a

a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	ISABELA HELENA INACIO Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1081/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, JAQUELINE RITA CELISTA, domiciliado – RUA NILO DE BORBA 276-BAIRRO SÃO DOMINGOS – NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 076.184.749-90, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 726/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	JAQUELINE RITA CELISTA Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1082/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº

83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, LUCIANA BRETZKE, domiciliado – RUA LUIZ MANOEL DO NASCIMENTO 539-BAIRRO GRAVATA– NAVAGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 070.686.559-63, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 727/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	LUCIANA BRETZKE Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1083/2016

O MUNICÍPIO DE NAVAGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, MAIK ANACLETO LUCREZIA, domiciliado – RUA HENRIQUE LEONARDO DEOLA PFTIZER 70-BAIRRO CIDADE NOVA– ITAJÁ SC - CEP 88308-430, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 082.528.419-88, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 728/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	MAIK ANACLETO LUCREZIA Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1084/2016

O MUNICÍPIO DE NAVAGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, NEIVA FATIMA DE SOUZA, domiciliado – RUA VEREADOR THIMOTEO GOES REBELO 984 -BAIRRO MEIA PRAIA – NAVAGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 148.838.248-45, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 774/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	NEIVA FATIMA DE SOUZA Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1085/2016

O MUNICÍPIO DE NAVAGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ROSA MARIA DA SILVA, domiciliado – RUA MARIO REBELO 246-BAIRRO CENTRO.– NAVAGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 953.968.107-34, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e

acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 729/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	ROSA MARIA DA SILVA Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1086/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ROSANGELA COELHO, domiciliado – RUA AMANDIO JOSE MAFRA 36-BAIRRO MACHADOS- NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 952.918.739-49, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 730/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	ROSANGELA COELHO Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1087/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ROSEMARI APARECIDA RAMOS NASCIMENTO, domiciliado – RUA EULECIO OLIMPIO DA SILVA ,409 –CENTRO/SC - CEP 88370-290, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 092.853.929-90, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 400/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	ROSEMARI APARECIDA RAMOS NASCIMENTO Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1088/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, TATHIANE ROCHA, domiciliado – RUA VALDEZIR S. SCAVEM 125-BAIRRO MACHADOS- NAVEGANTES SC - CEP 88371-424, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 093.595.899-18, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 731/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a

partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	TATHIANE ROCHA Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1089/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, THAISE CRISTINE DA SILVA, domiciliado – RUA NICOLAU THEIS 310 -BAIRRO CENTRO – NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 055.648.379-08, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO pr TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 807/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	THAISE CRISTINE DA SILVA Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 962/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito

Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, MELISSA PONTES REBELO, domiciliado na RUA ALBERTO WERNER, 520- GRAVATA/SC - CEP 88372-596, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 937.451.680-20, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 522/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística
	MELISSA PONTES REBELO Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1149/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, SUNAMITA TABITA DOS SANTOS, domiciliado na RUA JOÃO KLEIS 247 -BAIRRO CENTRO – NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 086.277.309-11, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO a pedido do CONTRATANTE, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 732/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística SUNAMITA TABITA DOS SANTOS Contratado
--	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1137/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, RICKY JHONATAN FLORENCIO, domiciliado na RUA BRASILIA, 20- CENTRO/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 083.442.319-73, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 525/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 08/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística RICKY JHONATAN FLORENCIO Contratado
--	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATOS

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1010/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, CARLOS ALBERTO MEDEIROS, domiciliado na RUA JOSE ANTONIO VICENTE, 172- SÃO CRISTOVAO/SC - CEP 88385-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 800.909.669/53,

doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 555/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/11/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística CARLOS ALBERTO MEDEIROS Contratado
--	---

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1020/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, CLEO JUVENAL GONÇALVES, domiciliado na RUA ANDRE SCHMACHER, 532- GRAVATA - NAVEGANTES/SC - CEP 88372-584, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 040.563.419-66, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 489/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/11/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística CLEO JUVENAL GONÇALVES Contratado
--	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1049/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, GUSTAVO BOCHI DAMASIO, domiciliado na RUA PEDRO JOSE JOAO , 159 – RESSACADA - ITAJAI/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 332.340.388-64, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 843/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/11/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística GUSTAVO BOCHI DAMASIO Contratado
--	---

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1073/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, VIVIANE THEODOROVICZ, domiciliado na RUA OSVALDO REIS, 650- FAZENDA - ITAJAI/SC - CEP 88372-596, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 051.589.299-80, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 474/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/11/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística VIVIANE THEODOROVICZ Contratado
--	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1150/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, SUZANA PECHARKA, domiciliado na RUA ERNESTO GUILHERME HOFMANN 472-BAIRRO GRAVATÁ- NAVEGANTES SC - CEP 88372-614, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 063.325.859-86, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 720/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/11/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística SUZANA PECHARKA Contratado
--	---

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1293/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de

Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ISACK WELINGTON SILVA DOS SANTOS, domiciliado na RUA VEREADOR JOSE FREDERICO DE SOUZA 368-BAIRRO SÃO PAULO – NAVEGANTES SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 087.822.579-06, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 202/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/11/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística ISACK WELINGTON SILVA DOS SANTOS Contratado
--	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1294/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ROBERTO MACHADO, domiciliado na RUA JOSE LUIZ MAXIMO 134-BAIRRO SÃO DOMINGOS- NAVEGANTES SC - CEP 88370-606, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 070.631.209-05, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 67/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/11/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística ROBERTO MACHADO Contratado
--	---

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1295/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, SAMUEL BRANCO LINHARES, domiciliado na – RUA PERU 800 -BAIRRO NAÇOES – BALNEARIO CAMBORIU SC - CEP 88338-105, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 877.125.209-68, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 291/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/11/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística SAMUEL BRANCO LINHARES Contratado
--	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1296/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, DAMARIS BEUTER DO PRADO, domiciliado na – RUA CORRETORA ONDINA COUTO BABRAL, 116 - CENTRO - NAVEGANTES/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 930.023.549-72, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm

entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 016/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/11/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística DAMARIS BEUTER DO PRADO Contratado
--	---

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1305/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, MARILIA MARIA DE SOUZA, domiciliado na – RUA AMRÍIA LEONOR DA CUNHA REBELO 326 , – CENTRO - NAVEGANTES/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 924.274.139-68, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 856/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística MARILIA MARIA DE SOUZA Contratado
--	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1306/2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e Logística, Sra. Nádia Braz Bins que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ROSALINA FERNANDES DOS SANTOS, domiciliado na – RUA JOSE OLÍMPIO MIANES 42- CENTRO/SC - CEP 88375-000, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº: 758.987.809-04, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO por TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 645/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/12/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	NÁDIA BRAZ BINS Secretaria de Administração e Logística ROSALINA FERNANDES DOS SANTOS Contratado
--	---

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JOSIANI DA SILVA

LEI COMPLEMENTAR 312/2016 ALTERA A REDAÇÃO DO PARAGRAFO NONO DO ARTIGO 11 DA LEI COMPLEMENTAR 11/2003

LEI COMPLEMENTAR Nº. 312 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

“ALTERA A REDAÇÃO DO PARAGRAFO NONO DO ARTIGO 11 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 11, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2003.”

Prefeito do Município de Navegantes, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Parágrafo Nono do artigo 11, da Lei Complementar n.º 11 de 04 de dezembro de 2003, passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 11. (...)”

§ 9º Os percentuais aos quais se referem os incisos I a IV do presente artigo, poderão ser acumuláveis no caso de obtenção de titulação distinta da anteriormente obtida pelo servidor, não sendo

admissível acumulação de percentuais por titulação de mesmo nível”

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 313/2016 ACRESCENTA O ART.3º§5º À LEI COMPLEMENTAR Nº 106/2011

LEI COMPLEMENTAR N. 313, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016,

“ACRESCENTA O ART. 3º § 5º à LEI COMPLEMENTAR Nº 106 DE 02 DE AGOSTO DE 2011”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica acrescido o art. 3º § 5º à lei complementar nº 106 de 02 de agosto de 2011:

Art. 3º – [...].

[...]

§ 5º. Integra o Anexo Único, do qual consta a Tabela de Vantagens Pecuniárias Habituais, a Lei nº 2264 de 08 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3146 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 3146 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 1.536.480,00 (Hum Milhão, Quinhentos e Trinta e Seis Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10001 – Recursos Sesan

28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

17.512.0057 – 1.037 – Termo de Ajuste de Conduta – Aquisição de Equipamentos e Infraestrutura

199 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 499.990,00

17.512.0057 – 1.087 – Drenagem Pluvial

200 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 499.990,00

Total Fonte de Recursos – 10001 – Recursos Sesan R\$ 999.980,00

Fonte de Recursos – 13600 – Recursos Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – EI

129 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 536.500,00

Total Fonte de Recursos – 13600 – Recursos Salário Educação R\$ 536.500,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10001 – Recursos Sesan

28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

17.512.0057 – 2.115 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

201 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 999.980,00

Total Fonte de Recursos – 10001 – Recursos Sesan R\$ 999.980,00

Fonte de Recursos – 13600 – Recursos Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 1.019 – Programa Escola Nova – Ensino Fundamental

82 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 76.500,00

12.361.0008 – 2.044 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação - EF

98 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 200.000,00

12.365.0007 – 2.046 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação – EI

100 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 260.000,00

Total Fonte de Recursos – 13600 – Recursos Salário Educação R\$ 536.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza

PREFEITO

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC., 05 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

PORTARIAS EXONERA ACT'S 2411,2412,2413,2414,2416,2417,2418,2419,2420,2421,2422,2423,2424,2425,2426,2427,2428,2429,2430,2431/2016

PORTARIA Nº 2411 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) MARILENE FONSECA DE SOUZA, da função de PROFESSOR ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2412 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) ROSANGELA DA SILVA WOLFF, da função de AGENTE COMUM. SAUDE ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2413 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) SANDRA REGINA SARMENTO, da função de TEC. ENFERMAGEM PSF ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2414 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) MIRELA MARCIA DE AZEVEDO, da função de ENFERMEIRO PSF ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2416 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) MARIANA MORENA ARGUS CASAS, da função de ODONTOLOGO ESF ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2417 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) SIMONE VELAME DA SILVA BENVENUTTI, da função de FONOAUDIOLOGO ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2418 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) MIRIAM LEAL, da função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2419 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) ADRIANA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS, da função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF ACT a

partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2420 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) IEDA MARILIA NAVARRO COELHO, da função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2421 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) ROSANGELA APARECIDA TERRA MOTA, da função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2422 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) TATIANE RASSWEILER, da função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF ACT a partir de 02/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 02/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2423 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) KELLINGER DA SILVA, da função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2424 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) SUZANA RODRIGUES SILVA DOS

SANTOS, da função de AGENTE DE SERV. GERAIS ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2425 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) ERONICE NASCIMENTO FELICIO, da função de AGENTE DE SERV. GERAIS ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2426 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) REGINA APARECIDA DE ANDRADE, da função de AGENTE DE SERV. GERAIS ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2427 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) LIDIANE HENRIQUE DE ARAÚJO, da função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL ACT a partir de 30/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2428 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) DALVA MARIA FLORES, da função de PROFESSOR MAG. II ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2429 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) JUSSANA OLGA DA SILVA, da função de PROFESSOR MAG. II ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2430 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) MARISTELA CARLOS CORREA, da função de PROFESSOR MAG. II ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2431 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) ROSELI CUNHA, da função de PROFESSOR MAG. II ACT a partir de 16/12/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 112/2016

CONTRATO Nº 112/2016

Origem: Processo Licitatório nº 112/2016 - Pregão Presencial nº 080/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA., inscrita no CNPJ Nº 78.218.187/0001-91, estabelecida na Rua Pedro Paulo Streit, s/nº, Bairro Avaí, CEP 89.270-000, cidade de Guaramirim/SC. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material impresso, para uso da Prefeitura Municipal de Nova Trento - Secretaria de Educação. O valor total estimado é de R\$ 15.150,00 (Quinze mil, cento e cinquenta reais). Vigência: 06 de dezembro de 2016 até 06 de dezembro de 2017.

Nova Trento, 06 de dezembro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 681/2016

Portaria nº 681/2016

Nomeia Membros para comissão analisadora de material pedagógico

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 1.550 de 20/06/1997, alterada pela Lei Complementar nº 505, de 16 de março de 2011;

Resolve,

Art. 1º – Indicar e Credenciar os servidores públicos municipais, Fabio de Freitas com matrícula nº 7163, Carla Marcolla com matrícula nº 7121 e Hindyanara Antunes dos Passos com matrícula nº 6985, para análise e teste do material pedagógico, a ser adquirido para a Rede Municipal de Ensino de Nova Trento, quando da realização do certame licitatório, processo nº 113/2016 na modalidade tomada de preço nº 009/2016.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de dezembro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de dezembro de 2016.

PORTARIA Nº 673/2016

PORTARIA Nº 673/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 639/2016, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal DAIANE FACHIN TILL, matrícula nº 6733, concursada, ocupante do cargo de Provedor em Comissão de Secretário Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 15 de novembro de 2016 a 14 de dezembro de 2016, conforme resultado pericial datado de 18/11/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de novembro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 676/2016

PORTARIA Nº 676/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 467/2016, que Prorrogou a Concessão de Readaptação ao Servidor Público Municipal VANDERLI TOMIO, matrícula nº 964, concursado no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 180 (cento e oitenta e oito) dias, a contar de 30 de novembro de 2016 a 28 de maio de 2017, conforme resultado pericial datado de 29/11/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de novembro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2013**TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO e VALOR****QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2013**

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e, de outro, a empresa Gestão Pública Consultores Associados Sociedade Simples – EPP, com sede à Rua Eduardo Baungarten, 435, Centro, cidade de São Pedro de Alcântara/SC, CEP 88.125-000, e registro no CNPJ sob o nº 07.756.872/0001-23, neste ato representada pelo senhor José Ademir Deschamps, portador do RG nº 124.081, inscrito no CPF sob o nº 155.581.189-20, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, 2530, Centro, cidade de São José/SC, CEP 88.103-400, doravante denominada "CONTRATADA", ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 006/2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato nº 006/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2017 (Vigência: 09/01/2017 até 31/12/2017), com fundamento no inciso IX, do art. 37, da CF/88, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, em especial o art. 57, inciso II.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 006/2013 para reajuste do valor original com base no INPC (8,7985% - OUTUBRO/2016) conforme previsto em sua cláusula segunda do referido contrato. O valor do contrato passa a ser de R\$ 8.971,36 (oito mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos) mensais, totalizando R\$ 107.656,32 (cento e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos) por ano.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 006/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 06 de dezembro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi Prefeito em Exercício Contratante	GESTÃO PÚBLICA CONS. ASSOC. SOCIEDADE SIMPLES – EPP
	Contratada

Aderico Edilio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Lorena Polli
---	--------------------------

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2013**TERMO ADITIVO DE PRAZO e VALOR****QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2013**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 128/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

Objeto: Prestação de serviços de tratamento e destino final de resíduos domésticos produzidos no município de Nova Trento/SC.

Vigência Contrato: 01/11/2016 a 31/10/2017.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0001-70, com sede na Avenida Cônsul Carlos Renaux, nº 12, Bairro Centro, cidade de Brusque/SC, neste ato representado por ADALBERTO DA SILVA, inscrito no CPF nº 309.649.979-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 128/2013, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Quinta do Contrato nº 128/2013, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 12 (doze) meses, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93. Prazo de Execução: 01/11/2016 a 31/10/2017.

Cláusula Segunda - DO VALOR

Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato nº 128/2013, passando o valor da tonelada para R\$ 163,38 (cento e sessenta e três reais e trinta e oito centavos). Pela aplicação do IGP-M conforme previsto em contrato original em sua Cláusula Sexta. Índice acumulado (novembro/15 a outubro/16) de 8,7985%.

Cláusula Terceira – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 04 de novembro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi Prefeito em Exercício Contratante	RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. Contratada
---	---

Aderico Edilio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Lorena Polli
---	--------------------------

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

RESULTADO JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

IMPUGNANTE: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. EPP (CNPJ 05.021.932/0001-34).

"(...) Ante o exposto, o Presidente da Comissão de Licitações, no mérito, JULGA IMPROCEDENTE a impugnação apresentada pela empresa MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. EPP (CNPJ 05.021.932/0001-34), mantendo o Edital do Processo Licitatório nº. 109/2016 nos seus exatos termos. Texto completo no site www.novarento.br.

sc.gov.br, ou, solicitado via e-mail compras@novatrento.sc.gov.br Nova Trento/SC, 23 de novembro de 2016.”

Aprigio José Botameli
Pregoeiro - Presidente Comissão de Licitações

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2016

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2016

HOMOLOGAÇÃO: 06/12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de material impresso, para uso da Prefeitura Municipal de Nova Trento - Secretaria de Educação, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA. (CNPJ Nº 78.218.187/0001-91) – Valor Total: R\$ 15.150,00 (Quinze mil, cento e cinquenta reais).

Nova Trento/SC, 06 de dezembro de 2016.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI

Prefeito Municipal em Exercício

Prefeito Municipal

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2013

TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 132/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

Objeto: Prestação de serviços coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviço de saúde (lixo hospitalar).

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de “CONTRATANTE” e de outro lado a empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0001-70, com sede na Avenida Cônsul Carlos Renaux, nº 12, Bairro Centro, cidade de Brusque/SC, neste ato representado por ADALBERTO DA SILVA, inscrito no CPF nº 309.649.979-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 132/2013, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Quinta do Contrato nº 132/2013, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 12 (doze) meses, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93. Prazo de Execução: 12/11/2016 a 12/11/2017.

Cláusula Segunda – DO VALOR

Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato nº 132/2013, passando o valor da tonelada para R\$ 1.086,84 (mil e oitenta e seis reais

e oitenta e quatro centavos) por mês. Pela aplicação do IGP-M conforme previsto em contrato original em sua Cláusula Quarta. Índice acumulado (novembro/15 a outubro/16) de 8,7985%.

Cláusula Terceira – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 04 de novembro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi Prefeito em Exercício Contratante	RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. Contratada
---	--

Aderico Edilio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Lorena Polli
---	--------------------------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 1/7

Processo Nº.: 110/2016**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2016**

No dia 1 do mês de Dezembro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA SANTO INACIO 126, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 78/2016, Processo Licitatório nº. 110/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10737	ACESSE CONCURSOS LTDA - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
10736	INSTITUTO EXCELENCIA LTDA. - ME	
10735	NBS SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ACESSE CONCURSOS LTDA - ME	23.028.069/0001-29	LUZIA GERUZA FERREIRA	035.444.149-37
INSTITUTO EXCELENCIA LTDA. - ME	21.963.926/0001-52	JESSICA DE MATOS	065.394.899-94
NBS SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME	18.398.197/0001-24	GRACE J T RATZMANN	636.640.203-59

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10737 - ACESSE CONCURSOS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	REALIZAÇÃO PROCESSO SELETIVO - NIVEL SUPERIOR	CAR		50,000	450,0000	22.500,00
2	REALIZAÇÃO PROCESSO SELETIVO - NIVEL SUPERIOR - OBJ E TITULO	CAR		50,000	450,0000	22.500,00
3	REALIZAÇÃO PROCESSO SELETIVO - NIVEL MEDIO	CAR		50,000	400,0000	20.000,00
4	REALIZAÇÃO PROCESSO SELETIVO - NIVEL MEDIO - OBJ E TITULOS	CAR		50,000	400,0000	20.000,00
5	REALIZAÇÃO PROCESSO SELETIVO - NIVEL FUNDAMENTAL	CAR		50,000	400,0000	20.000,00
6	REALIZAÇÃO PROCESSO SELETIVO - NIVEL ALFABETIZADO	CAR		50,000	330,0000	16.500,00
7	REALIZAÇÃO PROCESSO SELETIVO - NIVEL ALFABETIZADO - OBJETIVA E PRATICA	CAR		50,000	350,0000	17.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 2/7

Processo Nº.: 110/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 3/7
Processo Nº.: 110/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2016

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 4/7
Processo Nº.: 110/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2016

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 5/7
Processo Nº.: 110/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 110/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 7/7
Processo Nº.: 110/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2016

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 1 de Dezembro de 2016.

**GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO**

Empresas Participantes:

ACESSE CONCURSOS LTDA - ME

CNPJ: 23.028.069/0001-29

INSTITUTO EXCELENCIA LTDA. - ME

CNPJ: 21.963.926/0001-52

NBS SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME

CNPJ: 18.398.197/0001-24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO**

Página: 1/7

Processo Nº.: 114/2016**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2016**

No dia 30 do mês de Novembro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.858.200/0001-91, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS, 164, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 81/2016, Processo Licitatório nº. 114/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA CIRURGIAS ORTOPÉDICAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO DE UMA TORRE DE VÍDEO PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ORTOPÉDICAS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6174	PROMEC MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PROMEC MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.	81.563.603/0001-01	FERNANDO D'AVILA DE VICENZI	910.683.129-04

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA CIRURGIAS ORTOPÉDICAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO DE UMA TORRE DE VÍDEO PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ORTOPÉDICAS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6174 - PROMEC MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	EQUIPO/CAPA SANFONADA/LAMINA DE SHAVER	KIT		400,000	300,0000	120.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Processo Nº.: 114/2016**
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 3/7
Processo Nº.: 114/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Processo Nº.: 114/2016**
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 5/7
Processo Nº.: 114/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 114/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 7/7

Processo Nº.: 114/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 30 de Novembro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO

Empresas Participantes:

PROMEC MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 81.563.603/0001-01

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2280/2016

DECRETO Nº 2.280, de 3 de novembro de 2016.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

ELI MARIOTT Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 533/2015

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) relativo a recursos ordinários, assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 4.4.90-00.01.0003 aplicações diretasR\$ 20.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0003 aplicações diretasR\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 3 de novembro de 2016.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2281/2016

DECRETO Nº 2.281, de 04 de novembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2016 e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 533 de 11 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 371.000,00 (trezentos e setenta e um mil reais), relativos a recursos ordinários e vinculados assim consignados:

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.012 – Manutenção Transporte Escolar Ensino Fundamental

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0001 aplicações diretasR\$ 15.000,00

50.00 – SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 2.004 – Pavimentação de vias urbanas

Elemento de Despesa – 4.4.90-00.1.0000 aplicações diretasR\$ 242.000,00

50.00 – SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.02 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.012 – Manutenção do Programa de Poços Artesianos

Elemento de Despesa – 4.4.90-00.1.0000 aplicações diretasR\$ 50.000,00

Atividade 2.022 – Manutenção do Fundo de Habitação

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0000 aplicações diretasR\$ 60.000,00

Atividade 2.027 – Manutenção do Programa de inseminação

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0000 aplicações diretasR\$ 4.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 371.000,00

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 4 de novembro de 2016.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2282/2016

DECRETO Nº 2.282, de 11 de novembro de 2016.

Determina ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Legislação Municipal;

Considerando que dia 15 de novembro (terça-feira) é feriado nacional em virtude da Proclamação da República;

Considerando que é de interesse dos servidores municipais gozar a

data na segunda-feira, dia 14 de novembro:

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 14 de novembro de 2016.

Parágrafo Único – Os serviços de inseminação poderão ser realizados por técnico plantonista.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte, SC.

Em 11 de novembro de 2016.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2283/2016

DECRETO Nº 2.283, de 21 de novembro de 2016.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

ELI MARIOTT Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 533/2015

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) relativo a recursos ordinários, assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.71-00.01.0003 aplicações diretasR\$ 3.000,00

Elemento de Despesa – 3.1.91-00.01.0003 aplicações diretasR\$10.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0003 aplicações diretasR\$ 3.000,00

Elemento de Despesa – 3.1.90-00.01.0003 aplicações diretasR\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 13.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 21 de novembro de 2016.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2284/2016

DECRETO Nº 2.284, de 05 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

ELI MARIOTT Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 533/2015

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto Crédito Suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

5- CÂMARA DE VEREADORES

10 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001. 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Elemento de Despesa 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 200,00

Elemento de Despesa 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito suplementar deverão ser utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

10 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001. 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.090,00

Elemento de Despesa 3.3.50.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.110,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 22.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 5 de dezembro de 2016.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 021/16 - PR Nº 012/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NAS ESTRADAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

CONTRATADO: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.960,00 (Três mil novecentos e sessenta reais).

DATA: 05/12/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

CONTRATOS E ADITIVOS

Contrato Nº.: 58/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Valor : 64.531,00 (sessenta e quatro mil quinhentos e trinta e um reais)

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2016

Recursos : Dotação: 2.048.3.3.90.00.00.00.00 (148) Saldo: 221.493,15

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA REFORMA DE CASAS DE MADEIRAS E ALVENARIA."

Orleans, 1 de Dezembro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 1/2014-4 - Contrato Nº: 1/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: TEZZA MONTAGENS ELETRICAS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 30/06/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM O DIREITO DE EXECUTAR A MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM TROCA DE QUALQUER TIPO DE MATERIAL QUE FOR NECESSÁRIO PARA O MESMO. "

Orleans, 1 de Dezembro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 51/2015-2 - Contrato Nº: 51/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: EDSON GHISI 86890379934

Valor : 4.512,50 (quatro mil quinhentos e doze reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015."

Orleans, 1 de Dezembro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 49/2015-4 - Contrato Nº: 49/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: IEDA FERMINO DE SOUZA 62312375915

Valor : 662,84 (seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015."

Orleans, 1 de Dezembro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 47/2015-2 - Contrato Nº: 47/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: JAMES ALBERTON SUFINSKI 03948490945

Valor : 4.037,50 (quatro mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015."

Orleans, 1 de Dezembro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 46/2015-2 - Contrato Nº: 46/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: SANDRA CESCONETTO MARTINS 54147840949

Valor : 3.420,00 (três mil quatrocentos e vinte reais)

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015."

Orleans, 1 de Dezembro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 45/2015-3 - Contrato Nº: 45/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: JOSE RODOLPHO ELIAS TEZZA 09831684907

Valor : 3.372,50 (três mil trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015."

Orleans, 1 de Dezembro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 44/2015-2 - Contrato Nº: 44/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ALINE SUZAN SOUZA 05706453950

Valor : 4.322,50 (quatro mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015."

Orleans, 1 de Dezembro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 41/2015-2 - Contrato Nº: 41/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ALISSON DE SOUZA 02660150931

Valor : 4.702,50 (quatro mil setecentos e dois reais e

cinquenta centavos)
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015."
Orleans, 1 de Dezembro de 2016
EDUARDO BERTONCINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 40/2015-2 - Contrato Nº: 40/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: EDNA BITENCOURT PEREIRA 03329993944
Valor : 4.462,50 (quatro mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015."
Orleans, 1 de Dezembro de 2016
EDUARDO BERTONCINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 39/2015-5 - Contrato Nº: 39/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: EMPRESA ORLEANENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
Valor : 3.639,80 (três mil seiscentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015."
Orleans, 1 de Dezembro de 2016
EDUARDO BERTONCINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 48/2015-3 - Contrato Nº: 48/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: SANTOS MENEGASSO ALEXANDRE 67061869968
Valor : 8.517,50 (oito mil quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 01/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015."
Orleans, 1 de Novembro de 2016
EDUARDO BERTONCINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 39/2016-1 - Contrato Nº: 39/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: LIBRELATO IND. E COM. DE BRITAS LTDA.
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : RECUPERAÇÃO DA MALHA VIARIA CONFORME EDITAL."
Orleans, 30 de Novembro de 2016
EDUARDO BERTONCINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 40/2016-1 - Contrato Nº: 40/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: BAGGIO SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : RECUPERAÇÃO DA MALHA VIARIA CONFORME EDITAL."
Orleans, 30 de Novembro de 2016
EDUARDO BERTONCINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aditivo Nº : 41/2016-1 - Contrato Nº: 41/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: DELT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : RECUPERAÇÃO DA MALHA VIARIA CONFORME EDITAL."

Orleans, 30 de Novembro de 2016
EDUARDO BERTONCINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA DECRETO N. 4.022 RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS

DECRETO Nº 4.022 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE O RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans-SC.

DECRETA:

Art.1º Fica estabelecido recesso nas Repartições Públicas Municipais do Município de Orleans – Santa Catarina, no período de 19 a 31 de dezembro de 2016, em virtude das comemorações de natal e final de ano.

Parágrafo Único No período de 02/01/2017 a 31/01/2017 férias coletivas, sendo que o Setor de Recursos Humanos formalizará o período aquisitivo de cada servidor, o que deverá ser realizado rodízio entre os servidores para que não haja prejuízo dos serviços essenciais aos munícipes.

Art.2º As horas não trabalhadas no período a que se refere o art. 1.º devem ser compensadas até o dia 30 de junho de 2017

Art. 3º O atendimento dos serviços públicos essenciais, nas datas mencionadas neste Decreto deverão ser garantidas pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 18 de novembro de 2016, 130 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário Interino da Administração

PROCESSO 91/2016

PROCESSO Nº 91/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016 – REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA USO DAS ESCOLAS DE ENSINO BASICO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL.

Recebimento dos Envelopes: até o dia 16/12/2016 às 08h: 30 min.

Abertura das Propostas: dia 16/12/2016, às 09h00min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 05 de Dezembro de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

RETIFICAÇÃO DO ADITIVO 43/2015-2

Contrato Nº: 43/2015-2 - RETIFICAÇÃO

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: DIANDRA BORBA

Considerando a decisão administrativa, fica retificado o valor do segundo termo aditivo ao contrato Nº 43/2015 para R\$ 10.200,63(dez mil, duzentos reais e sessenta e três centavos), correspondente a 25% do valor total do contrato.

Valor Original: R\$ 40.802,63 (quarenta mil oitocentos e dois reais e sessenta e três centavos)

Valor do Aditivo: R\$ 10.200,63 ((dez mil, duzentos reais e sessenta e três centavos).

Orleans, 12 de Novembro de 2016.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

DIANDRA BORBA – P. CONTRATADA

Ouro

PREFEITURA

TA ATA N. 04/2016

TERMO ADITIVO N. 01/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 04/2016

Processo Licitatório n. 0006/2016

Pregão Presencial n. 0003/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

ALTERAÇÃO: acréscimo/supressão.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: com fundamento nas disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 102,78 (cento e dois reais e setenta e oito centavos).

VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 33.565,36 (trinta e três mil quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 07/11/2016 até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 07/11/2016.

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.082, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

decreto Nº 2.082, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais) na dotação orçamentária abaixo:

18.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.039 - Funcionamento e Manutenção do Fundo – Fmas R\$ 230.000,00

Red. 70 - 31.90.00.00.00.00.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Red. 113 - 33.90.00.00.00.00.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

28.00 – SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF CIDADÃO

28.01 - SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF CIDADÃO

2.162 - Funcionamento e Manutenção da Secret. de Seg. Pública R\$ 55.000,00

Red. 430 - 31.91.00.00.00.00.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Red. 443 - 31.90.00.00.00.00.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Receita R\$ 230.000,00

Red. 501 - 33.90.00.00.00.00.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

28.00 – SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF CIDADÃO

28.01 - SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF CIDADÃO

2.162 - Funcionamento e Manutenção da Secret. de Seg. Pública R\$ 55.000,00

Red. 285 - 44.90.00.00.00.00.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 05 de dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE LEI Nº830/2016.**

PROJETO DE LEI Nº830/2016.

Denomina Via Pública. Altera a Lei nº 434, de 29 de dezembro de 1995. Rua Maria Isabel Rodrigues.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - O art. 1º, da Lei nº434 de 29 de dezembro de 1995 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º - Fica denominada Rua Maria Isabel Rodrigues, Via Pública no Bairro do Alto Aririú, com extensão de 500 metros de comprimento e 5,30 metros de largura”.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 01 de Dezembro de 2016.

RENI ANTONIO SCHWEITZER

Vereador

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 828/2016.

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 828/2016.

DENOMINA VIAS PÚBLICAS. Rua dos Teólogos e Rua Celso Francisco Garcia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as seguintes vias públicas localizadas no bairro Praia do Sonho, neste Município:

I – Rua dos Teólogos, cadastrada com 1657, via pública com extensão de 73,00 metros de comprimento e 8,00 metros de largura.

II - Rua Celso Francisco Garcia, cadastrada com 1664, via pública com extensão de 228,00 metros de comprimento e 8,00 metros de largura. Parágrafo único À localização das referidas vias públicas de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de Dezembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça ao primeiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2016 – Pregão Presencial 07/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FLAME COMERCIO DE GAS LTDA. OBJETO: Aquisição de água mineral, gás de cozinha e vasilhames, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Unidades da Rede Municipal de Saúde.

DATA: 03/03/2016 à 02/03/2017.

Nome da Empresa: FLAME COMERCIO DE GAS LTDA.

CNPJ: 01.171.815/0001-04

Lote 2: Gás de cozinha e vasilhame

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carga de gás de cozinha GLP - 13 kilos. Acondicionado em botijão para gás GLP com capacidade de 13kg, com protetor inviolável da rosca da válvula, conforme normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Na entrega será feita a troca do vasilhame, que deve ser construído em aço carbono, conter no vasilhame as informações em baixo relevo do fabricante, série ou lote de fabricação e data de fabricação. O botijão não pode apresentar amassaduras ou sinais de oxidação.					
1	300,00	CARG	NACIONAL GAS	R\$59,0000	R\$17.700,0000



Especificação: Botijão (vasilhame sem carga) para gás GLP com capacidade de 13kg, pintado, corpo construído em aço carbono. conforme normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). O botijão não pode apresentar amassaduras ou sinais de oxidação.					
2	20,00	UN	NACIONAL GAS	R\$193,0000	R\$3.860,0000
Valor Total		(vinte e um mil e quinhentos e sessenta reais)			R\$21.560,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2016 – Pregão Presencial 07/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA. OBJETO: Aquisição de água mineral, gás de cozinha e vasilhames, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Unidades da Rede Municipal de Saúde.

DATA: 03/03/2016 à 02/03/2017.

Nome da Empresa: ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA				CNPJ: 03.489.027/0001-88	
Lote 1: Água e vasilhame					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Água Mineral, sem gás, acondicionada em bombona de polycarbonato transparente, com capacidade de 20 litros, com lacre de segurança, PH mínimo de 5,7 a 25º C na fonte. Na entrega será feita a troca do vasilhame, que deve ser fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super resistente e com no mínimo 80% de vida útil, fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Com registro no Ministério da Saúde.					
1	720,00	CARG	SANTA RITA	R\$5,5000	R\$3.960,0000
Especificação: Vasilhame para água mineral, garrafão plástico com capacidade de 20 Litros, vazio. produto novo, fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super resistente e com no mínimo 80% de vida útil, fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).					
2	20,00	UN	Sandriplast	R\$14,5000	R\$290,0000
Especificação: Água mineral sem gás, garrafa 500 mililitro, acondicionada em embalagem plástica apropriada. com validade mínima de 03 meses a contar da data de entrega.					
3	600,00	UN	SANTA RITA	R\$0,7300	R\$438,0000
Especificação: Água mineral com gás, garrafa 500 mililitro, acondicionada em embalagem plástica apropriada. com validade mínima de 03 meses a contar da data de entrega.					
4	150,00	UN	SANTA RITA	R\$0,8100	R\$121,5000
Valor Total		(quatro mil, oitocentos e nove reais e cinquenta centavos)			R\$4.809,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2016 – Pregão Presencial 07/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada para instalação de condicionadores de ar na Unidade de Pronto Atendimento Centro e nas Unidades de Saúde da rede Municipal.

DATA: 03/03/2016 à 02/03/2017.

Nome da Empresa: FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME				CNPJ: 17.613.341/0001-35	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Instalação de ar condicionado Split 9.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.					
1	70,00	SERV	Frimac	R\$320,0000	R\$22.400,0000
Especificação: Instalação de ar condicionado Split 12.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.					
2	38,00	SERV	Frimac	R\$320,0000	R\$12.160,0000
Especificação: Instalação de ar condicionado Split 18.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.					
3	20,00	SERV	Frimac	R\$350,0000	R\$7.000,0000
Especificação: Instalação de ar condicionado Split 30.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.					
4	16,00	SERV	Frimac	R\$500,0000	R\$8.000,0000
Valor Total		(quarenta e nove mil e quinhentos e sessenta reais)			R\$49.560,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 070/2016**

PORTARIA Nº 070/2016

Retifica a Portaria nº 010/2015 e dá outras providências.

Mílton Luiz Espíndola, Presidente do IPPA, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Retifica o artigo 1º da Portaria nº 010/2015, ou seja, onde se lê "Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso II da Lei Municipal nº 1.320/01, o servidor CLAUDIONOR NUNES (...)", leia-se "Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso II da Lei Municipal nº 1.320/01, o servidor CLAUDIONOR NUNES (...)".

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 010/2015 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 31/03/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 05 de dezembro de 2016.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Palma Sola

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 100/2016

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2016

CONTRATO: 100/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: WALDIR TURATTI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO 03 (TRÊS) ESCULTURAS DE CONCRETO ARMADO, EM FORMATO DE PRÉSEPIO, SIMBOLIZANDO O NASCIMENTO DE JESUS, QUE ATINJAM A ALTURA MÁXIMA DE 2,00 METROS DE ALTURA, A SEREM EDIFICADAS NA PRAÇA PADRE CLEMENTE, LOCALIZADA NA RUA FRANCISCO ZANOTTO, S/N, EM FRENTE À IGREJA MATRIZ, FORTALECENDO ASSIM A CULTURA E INCENTIVANDO O TURISMO LOCAL E REGIONAL.

VALOR TOTAL: 15.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINATURA: 25/11/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 118/2016

DECRETO Nº 118/2016 De 23 de Novembro de 2016.	DECRETA LUTO OFICIAL POR TRÊS DIAS NO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	---

CONSIDERANDO o falecimento da mãe do Prefeito deste município, Senhor Norberto Paulo Gonzatti, ocorrido no dia 22/11/2016;

CONSIDERANDO os preciosos trabalhos dedicados à comunidade Palmitense no decorrer de sua vida como cidadã;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade Palmitense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de uma cidadã exemplar, respeitável;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público Palmitense render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram de uma forma ou de outra para o bem-estar da Coletividade,

DECRETA

Art. 1º Luto Oficial no Município de Palmitos, por 03 (três) dias contados desta data, pelo falecimento da Senhora GEMA MARIA SARTORI GONZATTI, mãe do Prefeito Municipal.

Art. 2º Fica estipulado que não haverá atendimento ao público na sede administrativa da Prefeitura Municipal, somente expediente interno na data de 23/11/2016. Nas Secretarias Municipais da Saúde e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente o expediente do dia 23/11/2016, ocorrerá até as 16 horas. Nas demais Secretarias, o funcionamento será normal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 23 de Novembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 119/2016

DECRETO Nº 119/2016. De 23 de novembro de 2016.	AUTORIZA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO A ASSINAR DOCUMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 61, da Lei Orgânica Municipal e que lhe são conferidas por Lei.
--	---

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizado, a partir da presente data, pelo período de 07(sete) dias, o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, sr. PAULINO PARISOTTO, a assinar documentos em nome do Prefeito Municipal de Palmitos – SC., sr. NORBERTO PAULO GONZATTI.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos/SC, em 23 de novembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 120/2016

DECRETO Nº 120/2016.
De 23 de Novembro de 2016.

DESIGNA E HOMOLOGA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º Ficam, pelo presente Decreto, designados e homologados os membros da Comissão Municipal de Licitação, composta pelos seguintes membros:

- ALINE CARINA POTTKE - Presidente
- ADRIANE PENSO – Membro
- ONÁVIO PEDRO SEIBERT - Membro
- EDUARDO RAMIRO PORN DE MORAES – 1º Suplente
- IVA CRISTINA ZITTLAU – 2º Suplente

Art. 2º Fica designado e homologado Pregoeiro Oficial do Município, bem como designados e homologados os membros da Equipe de Apoio, a seguir nominados:

- ANDRESSA TRIACCA – Pregoeira
- EDUARDO RAMIRO PORN DE MORAES - Pregoeiro Suplente
- ADRIANE PENSO - Membro
- ONÁVIO PEDRO SEIBERT – Membro
- EDUARDO RAMIRO PORN DE MORAES – 1º Suplente
- IVA CRISTINA ZITTLAU - 2º Suplente

Art. 3º A Comissão Municipal de Licitação tem como função, a abertura, julgamento e adjudicação de propostas, objeto de processos licitatórios.

Art. 4º São atribuições do Pregoeiro (a) e seus membros, o recebimento das propostas e lances, análise de aceitabilidade e classificação, bem como habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

DECRETO Nº 120/2016.
De 23 de Novembro de 2016.

Art. 5º Os serviços da Comissão de Licitação, Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, iniciarão em 25 de novembro de 2016 e encerrar-se-ão em 30 de novembro de 2017, sendo considerados de caráter relevante, lhes sendo devidas as gratificações constantes na Lei nº 3.879/2015 e não lhes sendo atribuído qualquer vínculo empregatício.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 144/2015, de 20 de novembro de 2015.

Município de Palmitos/SC, em 23 de novembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 089/2016

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 067/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/11/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa EXEMPLAR MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 23.312.871/0001-46, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de procedimentos de enfermagem para o uso do Fundo Municipal de Saúde e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela Contratada que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde;
- 1.3 – No caso de impossibilidade da entrega do material pelo primeiro classificado, o Fundo municipal de Saúde poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$3.784,50 (três mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), referente aos itens 96, 97, 98 e 99 objeto do processo licitatório Pregão Eletrônico Registro de Preços 067/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Fundo Municipal de Saúde a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 – Após registrados, os preços manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela contratada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Fundo Municipal de Saúde solicitará à Contratada, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do

objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- 3.1.1 – Edital de Pregão Eletrônico nº 067/2016 e seus anexos;
- 3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

- 4.1 – A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- 4.2 – Fornecer ao Fundo Municipal de Saúde, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;
- 4.3 – Formar o quadro de pessoal necessário ao fornecimento do objeto adjudicado, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;
- 4.4 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho para o fornecimento do objeto;
- 4.5 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;
- 5.2 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;
- 5.3 – Os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;
- 5.4 – A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Eletrônico nº 067/2016 e seus anexos;
- 6.2 – Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;
- 6.3 – Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- 6.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a Contratada deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 7.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 7.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

8.1.1 – Houver desistência da entrega dos materiais após a adjudicação da licitação;

8.1.2 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

8.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

8.2.1 – Advertência;

8.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

8.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

8.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O Fundo Municipal de Saúde poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

9.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

9.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, o objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e

a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

9.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento dos materiais previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde.

10.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 17 de novembro de 2016.

_____- Ricardo Zenfe – Pregoeiro
_____- ErliEdivinaWunscheBacellar –

Equipe de Apoio

_____- Otávio Hunka – Equipe de Apoio
_____- Elitonluis de Souza Prestes –

Equipe de Apoio

_____- Cassiano Rodrigo Chmiel – Pela

Contratada

Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PLANO DE APLICAÇÃO PARA 2017 - CMDCA

PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO CMDCA PAPANDUVA

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

Meta	Ação	Aplicação do FIA	Recurso	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Capacitar a Rede de Atendimento CMDCA / CT / SMAS/Saúde/Educação	Palestras, Orientações	X	R\$ 30.000,00		CMDCA
Divulgar os Direitos e Deveres das Crianças e Adolescentes nas Escolas Em comemoração ao Aniversário do ECA	Palestras e Orientações Cartazes	X	R\$ 5.000,00	Julho	CMDCA/ CONSELHO TUTELAR
Fortalecer o SIPIA Deve entrar também no plano do CT	CMDCA: Articular e supervisionar junto a SMAS para que exista as condições adequadas para o funcionamento do Conselho Tutelar : equipamentos, telefone, celular, internet, funcionamento do SIPIA-WEB.	X	R\$ 5.000,00	Contínuo	CMDCA
Divulgação do CMDCA perante a população	Elaborar informativo via rádio e/ou panfletos	X	R\$ 5.000,00	Contínuo	CMDCA
Dia do Conselho Tutelar (18 de novembro)	Convite a Rede para Reunião Ampliada/faixa cartaz	X	R\$ 5.000,00	Novembro	CMDCA/ CONSELHO TUTELAR
Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças (23 de setembro)	Divulgação sobre o DISQUE 100	X		Setembro	CONSELHO TUTELAR/ CMDCA/ SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL
Dia Nacional de Combate à Violência Sexual (18 de maio)	Campanha e paralisação de conscientização, panfletos, informativos, adesivos, premiação.		R\$ 5.000,00		CONSELHO TUTELAR/ CMDCA/ CRAS E SCFV
Capacitação das Pessoas envolvidas no Sistema de Garantia de Direitos.	Promover a Capacitação dos CMDCA e CT.		R\$ 25.000,00		CMDCA

Reestruturação da Lei Municipal que criou o FIA e o CMDCA	Elaboração da Minuta da Lei			Fevereiro	
Divulgar a captação de recursos do FIA junto as empresas	Orientar os contadores municipais e empresários locais			Contínuo	CMDCA
Promover e fortalecer ações voltadas à prevenção de situações de violação de Direitos contra crianças e adolescentes	Realização de Palestras, campanhas educativas, contra: Violência, drogas, adoção, preconceito.			Contínuo	CMDCA/CONSELHO TUTELAR/CRAS/ SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Constituição da Equipe de Media em Lei conforme NOB/SUAS/RH	Articular e sugerir junto a SMAS e a Câmara de Vereadores a criação da Equipe de Media Complexidade.				CMDCA
Inscrição das Entidades que oferecem atendimento a crianças e adolescentes	Divulgação, e chamamento dos representantes		R\$ 2.000,00	Março	CMDCA
Capacitação das Entidades Inscritas no CMDCA	Palestras, informativos coofebreck		R\$ 5.000,00	Agosto	CMDCA
Apoiar e Fortalecer a aplicação do Plano de Medidas Socio Educativas	Reuniões Semestrais com a Rede de Atendimento			Contínuo	CMDCA/ SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL/ SECRETARIA SAÚDE/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Apoiar, fortalecer e monitorar o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	Conforme o estabelecido no próprio plano				CMDCA
Apoiar, divulgar e incentivar a adoção de crianças e adolescentes	Panfletos informativos, mobilização na rua para sensibilização da comunidade.	X	R\$ 3.000,00	25 de maio	CMDCA/MINISTÉRIO PÚBLICO/ PODER JUDICIÁRIO/ CONSELHO TUTELAR
		TOTAL	R\$ 90.000,00		

OBS: valores aproximados e sempre que possível contar com auxílio financeiro da Prefeitura Municipal.

Do valor total que o Fundo Municipal possui fica um valor aproximado de R\$30.000,00 caso os Conselheiros de Direito abram edital para inscrição de Projetos voltados a área da infância e adolescência.

RESOLUÇÃO Nº 006-2016 - DMDA

RESOLUÇÃO Nº 006/2016/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação para o ano de 2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE Papanduva, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1616 de 14 de Agosto de 2002, e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 07 de Outubro de 2016,

Considerando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e – ECA, ;

Considerando a Resolução CONANDA 137 de 21 de janeiro de 2010, art. 2º, que dispõe sobre os parâmetros para criação e manutenção dos Fundos da Infância e Adolescência;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação e Aplicação, em anexo a esta Resolução, para o ano de 2017 envolvendo recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 28 de Novembro de 2016.

Luciana L. de Medeiros

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente de Papanduva

RESOLUÇÃO Nº 007-2016 - DMDA

RESOLUÇÃO Nº 007/2016/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Papanduva/ SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE Papanduva, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1616 de 14 de Agosto de 2002, e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 27 de Novembro de 2016,

Considerando o disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição Federal;

Considerando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e – ECA;

Considerando os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente coordenou e participou do processo de elaboração do plano decenal;

Considerando que a elaboração do plano decenal envolveu as políticas intersetoriais dos diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, e representante do Conselho Tutelar;

Considerando a Resolução nº 171, de 04 de dezembro de 2014 que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos de crianças e adolescentes em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Considerando que aconteceu no Município a Audiência Pública de apresentação do Plano Municipal, dia 23 de novembro de 2016, sendo que ficou a disposição também através do site oficial do município, onde a população teve a oportunidade de opinar e contribuir com a construção;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Papanduva

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 28 de Novembro de 2016.

Luciana L. de Medeiros

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente de Papanduva

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL N. 0073/2016

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0073/2016
PREGÃO PRESENCIAL N. 0044/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0073/2016, Modalidade de Pregão Presencial n. 0044/2016 – Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, conforme quantitativos e descrição contidas no Anexo I do Edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:40 horas do dia 19 de dezembro de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 07:00hs às 13:00hs, e pelo site WWW.passosmaia.sc.gov.br. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 05 de dezembro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 1.000, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.000, de 03 de outubro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento da servidora VIVIANE DAL'BIANCO, sob protocolo nº 1768/16 com data de 29/09/2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, a servidora VIVIANE DAL'BIANCO, matrícula n. 9570, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Farmacêuticas, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, referentes ao período aquisitivo de 11/02/2015 à 10/02/2016, para serem gozadas do dia 03/10/2016 à 12/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de outubro de 2016

Publique-se.

Passos Maia-SC, 03 de outubro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 1.001, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.001, de 04 de outubro de 2016.
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento da servidora CLAUDIA M. CUMERLATO GABIATTI;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, a servidora CLAUDIA M. CUMERLATO GABIATTI, matrícula n. 9044, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Diretor de Meio Ambiente, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2013 à 28/02/2014, para serem gozadas do dia 04/10/2016 à 02/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de outubro de 2016

Publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de outubro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 1.002, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.002, de 11 de outubro de 2016.
"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o retorno da servidora Leonir Giombelli Zanchet, que estava afastada para tratamento de saúde.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal SIMONI APARECIDA BARBOZA, ocupante do cargo de provimentos Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria de Educação e Esportes, a partir do dia 11 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11/10/2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 11 de outubro de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 1.003, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.003, de 11 de outubro de 2016.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento da servidora TATYANE BORGES DOS SANTOS.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal TATYANE BORGES DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimentos Temporário de Professor Sem Habilitação, junto a Secretaria de Educação e Esportes, a partir do dia 11 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11/10/2016.

Publique-se.
Passos Maia-SC, 11 de outubro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 1.004, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.004, de 31 de outubro de 2016.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de afastamento do cargo.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal ADILES JOANA MARINI, ocupante do cargo de provimentos em comissão de Secretário Municipal da Saúde, a partir do dia 31 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Passos Maia-SC, 31 de outubro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 1.005, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.005, de 1º de novembro de 2016.

"NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o senhor ERIVELTO RIBEIRO, para ocupar o Cargo de provimento efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-3, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-o na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27 de julho de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado na Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 27 de julho de 2016, tendo em vista que o servidor desenvolve as funções e recebe o valor referente à função desde 27 de julho de 2016, eis que o ato não foi editado naquela data por omissão do departamento pessoal, publica-se nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Passos Maia SC, em 1º de novembro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

PORTARIA Nº 1.006, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.006, de 1º de novembro de 2016.

"DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER INTERNAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor OSVALDIR ALVES ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, para responder internamente pelo expediente da Secretaria Municipal da Saúde, exercendo cumulativamente as atribuições de ambos os cargos.

Art. 2º Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior,

o servidor ora designada não terá direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando a receber os vencimentos do seu cargo efetivo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Passos Maia, SC, 1º de novembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 1.007, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.007, de 1º de novembro de 2016.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora VANESSA SPPADA, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Juventude e Lazer, Código DJL-21, órgão da Secretaria de Desenvolvimento Social, a partir do dia 1º de novembro de 2016.

Parágrafo Único. Para o exercício do cargo público o servidor fará jus subsídio fixado no Anexo I, da Lei Complementar nº 018/2005, de 03/08/2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 100% (cem por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º da Lei Complementar n. 018/2005.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia SC, em 1º de novembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 1.008, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.008, de 1º de novembro de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora SIMONI APARECIDA BARBOZA, para ocupar o Cargo temporário de Professor sem Habilitação, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, símbolo PSH, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir de 1º de julho de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado na Lei n. 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 1º de julho de 2016, tendo em vista que o servidor desenvolve as funções e recebe o valor referente à função desde 1º de julho de 2016, eis que o ato não foi editado naquela data por omissão do departamento pessoal, publica-se nesta data.

Publique-se

Passos Maia SC, em 1º de novembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação
dos atos oficiais.

PORTARIA Nº 1.009, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.009, de 1º de novembro de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora MARIA RITA NOGUEIRA, para ocupar o Cargo temporário de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico, símbolo TC-6, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 20 de junho de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado na Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 20 de junho de 2016, tendo em vista que o servidor desenvolve as funções e recebe o valor referente à função desde 20 de junho de 2016, eis que o ato não foi editado naquela data por omissão do departamento pessoal, publica-se nesta data.

Publique-se.

Passos Maia SC, em 1º de novembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

PORTARIA Nº 1.010, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.010, de 1º de novembro de 2016.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora DIANA APARECIDA ENGELMANN, para ocupar o Cargo temporário de Professor sem Habilitação, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, símbolo PSH, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir de 1º de julho de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado na Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 22 de junho de 2016, tendo em vista que o servidor desenvolve as funções e recebe o valor referente a função desde 20 de junho de 2016, eis que o ato não foi editado naquela data por omissão do departamento pessoal, publica-se nesta data.

Publique-se
Passos Maia SC, em 1º de novembro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

PORTARIA Nº 1.011, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.011, de 1º de novembro de 2016.

"NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o senhor IRANI ANTONIO HUNING, para ocupar o Cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-4, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-o na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, a partir de 1º de junho de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado na Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 1º de junho de 2016, tendo em vista que o servidor desenvolve as funções e recebe o valor referente a função desde 1º de junho de 2016, eis que o ato não foi editado naquela data por omissão do departamento pessoal,

publica-se nesta data.

Publique-se.
Passos Maia SC, em 1º de novembro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

PORTARIA Nº 1.012, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.012, de 1º de novembro de 2016.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora KATIANE BONASSA, para ocupar o Cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-4, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-A na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir de 1º de julho de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado na Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 1º de julho de 2016, tendo em vista que o servidor desenvolve as funções e recebe o valor referente à função desde 1º de julho de 2016, eis que o ato não foi editado naquela data por omissão do departamento pessoal, publica-se nesta data.

Publique-se

Passos Maia SC, em 1º de novembro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

PORTARIA Nº 1.013, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.013, de 30 de novembro de 2016.

"EXONERA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de encerramento antecipado do contrato de trabalho pré-estabelecido, por parte da Secretária Municipal do Desenvolvimento Social, haja vista não haver a necessidade de manter o contrato dos referidos servidores até a data previamente

estabelecida;
Considerando o encerramento das atividades do exercício de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores abaixo descritos, a partir do dia 30 de novembro de 2016:

SERVIDOR	CARGO	CARGA HORÁRIA
Ana Paula Paul Bleutew	Professor Sem Habilitação	20 horas
Antonia da Silva Siqueira	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas
Clemencia Ap. D. da Silva	Professor Sem Habilitação	20 horas
Ivanir Arcari de Lima	Professor	40 horas
Ivone Maria Vieira	Auxiliar de Serviços Gerais	20 horas
Luciane Taparello Cancelli	Professor Sem Habilitação	20 horas
Marlene Aguilera Sangalli	Auxiliar de Serviços Gerais	20 horas
Rozane Ap. Nikolay	Professor Sem Habilitação	40 horas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia SC, em 30 de novembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

PORTARIA Nº 1.014, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.014, de 30 de novembro de 2016.

“EXONERA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de encerramento antecipado do contrato de trabalho pré-estabelecido, encaminhada pela Secretaria Municipal da Educação e Esportes, haja vista não haver a necessidade de manter o contrato dos referidos servidores até a data previamente estabelecida;

Considerando o encerramento das atividades do exercício de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores abaixo descritos, a partir do dia 30 de novembro de 2016:

SERVIDOR	CARGO	CARGA HORÁRIA
Andreia Dias Bueno	Professor Sem Habilitação	20 horas
Eloy Aparecida da Luz	Professor Sem Habilitação	20 horas
Fernanda Paula Liboni	Psicólogo	20 horas
Juliana Ribeiro	Instrutor de Informática	20 horas
Katiane Bonassa	Auxiliar de Serviços Gerais	20 horas
Leonildo Maggioni	Professor Sem Habilitação	40 horas
Lilian K. de Avila Pires	Professor Sem Habilitação	20 horas
Margarete de Matos	Professor Sem Habilitação	20 horas
Marineide de Matos	Professor Sem Habilitação	20 horas
Nilse Dall'Igna Zenaro	Professor Sem Habilitação	10 horas
Roberson G. T. de Lima	Instrutor de Informática	40 horas
Rosangela F. Rodrigues	Professor Sem Habilitação	20 horas

Sandra Mara S. José	Professor Sem Habilitação	10 horas
Simone Soares Campos	Auxiliar de Serviços Gerais	20 horas
Tarciane Mendes dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	20 horas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia SC, em 30 de novembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

PORTARIA Nº 1.015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 1.015, de 30 de novembro de 2016.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal IONARA APARECIDA PADILHA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, a partir do dia 30 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia SC, em 30 de novembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos atos Oficiais.

PORTARIA Nº 999, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 999, de 30 de setembro de 2016.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de afastamento do cargo.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal DIANDRA DEQUI-GIOVANI, ocupante do cargo de provimentos em comissão de Assessor de Secretaria, a partir do dia 30 de setembro de 2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de setembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos atos Oficiais.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 0033/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0033/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 23.299.477/0001-15, sediada na rua Marechal Deodoro, 403 sala 02, Concórdia - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por Sr. Silmar Antonio Balbinot, inscrito no CPF sob o n. 383.829.890-04, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro

de 2017.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 02 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Ivandre Bocalon Contratante	CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA Silmar Antonio Balbinot Contratada
--	--

Testemunhas:

Karina Ap. Marini Ribeiro CPF: 008.042.129-61	Edson Salvadego CPF: 067.004.859-32
--	--

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 0040/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0040/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa GABRIEL NAGEL ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 10.611.255/0001-44, com sede na Avenida Brasil, nº 978, sala 01, centro, na cidade de Palmitos - Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Gabriel Nagel, portador da cédula de identidade nº 143.126.159 e inscrito no CPF sob nº 032.952.779-74, residente e domiciliado na Cidade de Palmitos - Estado de Santa Catarina, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia

aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 02 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Ivandre Bocalon Contratante	GABRIEL NAGEL ME Gabriel Nagel Contratada
--	---

Testemunhas:

Karina Ap. Marini Ribeiro CPF: 008.042.129-61	Edson Salvadego CPF: 067.004.859-32
--	--

Paulo Lopes

PREFEITURA

3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 88/2013 DE 06/11/2013

3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 88/2013 DE 06/11/2013

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 88/2013, TENDO COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes,, com sede na Rua José Pereira da Silva,130, Centro, Paulo Lopes/SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.365/0001-32, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Evandro João dos Santos, no uso de suas atribuições determina que seja processado o presente termo de apostilamento ao Contrato nº 88/2013 em decorrência da variação contratual de face ao reajuste de preço previsto na cláusula Quinta do respectivo contrato, no percentual de 8,7985% do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, compreendido entre o mês de novembro de 2015 a outubro de 2016. De acordo com o parágrafo 8º, do art.65 da Lei nº 8.666/1993 e do § 1º do art. 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001

VALORES UNITÁRIOS DO CONTRATO ATUALIZADOS:

Destino final de resíduos sólidos urbanos, R\$ 147,73, por tonelada.

Coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde, R\$ 98,65 por ponto de coleta.

Tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde, R\$ 23,55 por saco de 30 litros.

Transporte e destino final de resíduos classe I, R\$ 10,60 por kg.

RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato ora ratificado, que não contrariem presente termo.

E por estar de acordado, no uso de suas atribuições, firma-se abaixo o presente instrumento em duas vias de iguais teor e para um só efeito.

Paulo Lopes, 02 de dezembro de 2016.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 01/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, comunica que encontram-se abertas as inscrições para a concessão de alteração de Carga Horária para professores efetivos, integrantes da Rede Municipal de Ensino conforme prevê a Lei Complementar nº 10/2000 de 31 de março de 2000 e suas alterações posteriores. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição nos site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 28 de novembro de 2016

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 43/2016 - PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2016 - PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016 – PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016 – PMP

Aos 05 (cinco) dias, do mês de dezembro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 46/2016 - PMP, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI ME, com sede na cidade de Blumenau/SC, no Bairro: Passo Manso, na Rua: Bernardo Reiter, nº 1844, no CEP: 89046-200, Telefone: (47) – 3330-2307, inscrita sobre o CNPJ nº 13.781.925.0001-69, neste ato representado por Altair Mafra, portador da Cédula de Identidade nº 2.745.455 e inscrito sob o CPF de nº 685.282.309-10. Agência para depósito: Banco do Bradesco, Agência nº 1190 e Conta Corrente nº 0009800-0

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À LOCAÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E PARA PROJETOS EXTRACURRICULARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 46/2016 - PMP, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Elemento de Despesas:					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1. 01	Locação de ônibus com 45 lugares para transporte exclusivo dos alunos da Escola Estadual Antônio Rocha de Andrade para a comunidade de São Miguel, no bairro Gravatá, percorrendo uma distância de 15km por viagem, num total de 02 viagens diárias.	Viagem	150	R\$ 91,71	R\$13.756,50
2.	Locação de ônibus com 45 lugares para transporte exclusivo dos alunos da Escola Estadual Manoel Henrique de Assis, para os bairros São Cristóvão e São Nicolau, percorrendo uma distância de 30km por viagem, num total de 02 viagens diárias	Viagem	200	R\$ 135,00	R\$ 27.000,00
3.	Locação de ônibus com 45 lugares para transporte exclusivo dos alunos do Grupo Escolar Municipal Antônio José Tiago, no bairro Nossa Senhora de Fátima, percorrendo uma distância de 15km por viagem, num total de 08 viagens diárias.	Viagem	400	R\$ 135,00	R\$54.000,00
4.	Locação de ônibus com 45 lugares para transporte exclusivo dos alunos da Escola Básica Municipal Rubens João de Souza, para a comunidade da COHAB e Bairro Nossa Senhora de Fátima, percorrendo uma distância de 15 km por viagem, num total de 04 viagens diárias.	Viagem	200	R\$ 135,00	R\$27.000,00
	TOTAL			R\$	121.756,50

Valor estimado em R\$ 121.756,50 (cento e vinte e um mil e setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 46/2016 - PMP.

3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Educação, após contato através de telefone, e-mail ou fax.

4 - DO PRAZO

- 4.1- Os serviços ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Educação, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.
- 4.2 - Os quantitativos dos serviços são estimativos com base na análise da Secretaria de Educação, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.
- 4.3 - Os serviços deverão ser entregues na Secretaria de Educação com validade igual ou superior a 12 meses.
- 4.4- Os produtos adquiridos do presente deverão ser entregues e fornecidos pela empresa vencedora da licitação, mediante previa autorização do orçamento pela Secretaria de Educação.

5 - DO VALOR

- 5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.
- 5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.
- 5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 46/2016 - PMP.
- 6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.
- 6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.
- 6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.
- 6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.
- 6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.
- 6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

7 – RESPONSABILIDADES

- 7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.
- 7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.
- 7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da prestação de serviços, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.
- 7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.
- 7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.
- 7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os serviços, e efetue a entrega dos serviços solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:
- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos serviços entregues;
 - b) efetuar o pagamento dos serviços, na época de sua exigibilidade.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos serviços entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A licitante deverá prestar os serviços com um prazo de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os objetos entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou serviços impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os serviços entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos serviços solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações da prestação dos serviços exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11 - PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em aprego.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados

judicialmente.

12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE S. DE S. LUNGE
Secretária de Administração

GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI – ME
CNPJ 13.781.925/0001-69

Testemunhas:

Gabriela Garbini
CPF: 247.216.748-21

Pinheiro Preto

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 74-2016 DO CONTRATO 204-2016

TERMO ADITIVO nº 74/2016
CONTRATO ADITADO N.º 204/2016
LICITAÇÃO N.008/2016

Termo aditivo do Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, consistente na construção de uma passarela de múltiplo uso anexa a ponte Humberto Bresolin, firmado pelo Município de Pinheiro Preto e FORPLAN ENGENHARIA LTDA, autorizado através do Processo n. 115/2016 e Licitação n. 008/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: FORPLAN ENGENHARIA LTDA
CNPJ-MF nº. E OU CPF. 12.587.884/0001-01
Endereço: Margens BR 282 – km 341 - Bairro Ernesto Zortéa, Campos Novos – CEP: 89620-000
Representada por: JOÃO FERNANDO FORNARA

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto ACOMETER a contratada a execução de obra de engenharia, consistente na construção de uma passarela de múltiplo uso anexa a ponte Humberto Bresolin, na forma do Projeto Básico aprovado através da Portaria nº 193, de 19 de abril de 2016, que passam a fazer parte integrante deste contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 008/2016 tem seu termo final para 13/11/2016.

2.2. Considerando o parecer da empresa, onde a mesma solicita prorrogação de vigência;

2.3. Considerando os motivos de ordem técnica e às anomalias climáticas;

2.4. Considerando o deferimento do engenheiro por parecer técnico da solicitação de aditivo de prazo;

2.5. Considerando o I Termo Aditivo ao Convênio 2016 TR 693.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 204/2016, onde seu término será para 30/06/2017 conforme I TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 2016 TR 693.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. As demais cláusulas do contrato nº 204/2016, continuam inalteradas.

3.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 10 de Novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
FORPLAN ENGENHARIA LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4622/2016

DECRETO Nº 4622/2016 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

REVOGA DE FORMA PARCIAL O DECRETO 4620/2016 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016 E DISPÕE SOBRE A NOVA REDAÇÃO REFERENTE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), para a dotação orçamentária constante do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3º. O Anexo I do Decreto 4620/2016 passa a ter nova redação, conforme tabela em anexo a este decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 23 de novembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

REVOGA A LINHA Nº 02 DO ANEXO I							
DECRETO Nº 4620/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
23/11/2016	1	Adicionar	25.000,00	63	2	33900000000000	1022 - Transferências de Convênios - Educação
23/11/2016	1	Adicionar	28.000,00	66	2	33900000000000	1019 - Transferências do FUNDEB - 40%
23/11/2016	1	Adicionar	35.000,00	65	2	31900000000000	1018 - Transferências do FUNDEB - 60%
TOTAL DA ENTIDADE			88.000,00				

ALTERA PARA TABELA ANEXO I							
DECRETO Nº 4622/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
23/11/2016	1	Adicionar	25.000,00	63	2	33900000000000	1022 - Transferências de Convênios - Educação
23/11/2016	1	Adicionar	15.000,00	66	2	33900000000000	1019 - Transferências do FUNDEB - 40%
23/11/2016	1	Adicionar	13.000,00	54	1	44900000000000	1019 - Transferências do FUNDEB - 40%
23/11/2016	1	Adicionar	35.000,00	65	2	31900000000000	1018 - Transferências do FUNDEB - 60%
TOTAL DA ENTIDADE			88.000,00				

Planalto Alegre/SC, em 23 de novembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4623/2016

DECRETO Nº 4623/2016 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), para a dotação orçamentária constante do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 25 de novembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4623/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplemen- tação	Mov.	Tipo Movi- mento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
25/11/2016	1	Adicionar	100,00	163	2	44900000000000	1089 - Alienação de bens Outros Programas
TOTAL DA ENTIDADE			100,00				

Planalto Alegre/SC, em 25 de novembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 129 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 129 / 2016

Processo Administrativo n.º 072 / 2016.
Pregão Presencial n.º 040 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$47.715,00 (quarenta e sete mil e setecentos e quinze reais) – Itens 01, 03, 04, 13, 14, 22, 23, 38 e 40.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 23/11/2017.

Pomerode / SC, 24 de Novembro de 2016.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2015 – 34FP PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2015 – 34FP
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 003 / 2015.
Convite p/ Compras e Serviços n.º 002 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratado: ANITA MARIA FAEZ SAGAZ - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PISTA DE DANÇA, PALCOS, TABLADOS, DIVISÓRIAS E ESTRUTURAS MONTADAS EM TS PARA A 34ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Permanece inalterado o valor total contratado para a realização da edição da 34ª Festa Pomerana – R\$55.151,65 (cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos).
Justificativa: Prorrogação de execução contratual, sem reajuste, para a edição da 34ª Festa Pomerana, a ser realizada no período de 12 a 22 de Janeiro de 2017, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 002/2015 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 09 de Novembro de 2016.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2015 – 34FP PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2015 – 34FP
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 002 / 2015.
Convite p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratado: ANITA MARIA FAEZ SAGAZ - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE LONAS DE DIVERSOS TAMANHOS PARA A 34ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Permanece inalterado o valor total contratado para a realização da edição da 34ª Festa Pomerana – R\$79.818,95 (setenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos).
Justificativa: Prorrogação de execução contratual, sem reajuste, para a edição da 34ª Festa Pomerana, a ser realizada no período de 12 a 22 de Janeiro de 2017, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 001/2015 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 09 de Novembro de 2016.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL - TLL / TAS / ISS FIXO DE 2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL - TLL / TAS / ISS FIXO DE 2016.

Com fulcro no artigo 1º da Lei Complementar nº 199/2010, NOTIFICAMOS V.Sª da existência do(s) débito(s) abaixo relacionado(s), regulamentado nas Leis Complementares nº 75/2001, nº 100/2003 e nº 116/2005.

NOME / RAZÃO SOCIAL	CPF / CNPJ
3R IND. E COM. DE PRODUTOS ECOLOGICOS LTDA	09.619.058/0001-92
ADIR FERREIRA RAMOS 04709204918	18.996.229/0001-93
ADOLF KLEINSCHMIDT NETO 81083866915	17.569.858/0001-74
AGUA DOCE LTDA ME	85.288.843/0001-98
ALEXANDRE DIEGO HOFFMANN 06877448901	14.428.848/0001-20
ALFONSO HORNBERG 00387667854	22.004.778/0001-01
ALFREDEMAR MARQUARDT 05687612947	19.193.905/0001-53
ALMIR ZOBOLI	466.389.629-49
ANA CLARA PAVESI	054.922.369-03
ANA CLAUDIA NEUMANN EGER 06875191	19.413.941/0001-85
ANA CRISTINA DE SOUZA 07069947950	17.309.514/0001-26
ANA PAULA UTPADEL 06703362971	23.862.389/0001-24

ANDERSON LUIZ NIELSEN FI ME	05.660.602/0001-99
ANDERSON RODRIGO ZOZ 05695499909	15.204.458/0001-30
ANDREIA LOPESDE SOUZA 01228674167	19.301.090/0001-89
ANDREIA PATRICIA ROSA 94366810972	21.369.571/0001-78
ANM ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA	10.411.065/0001-83
ANSELMO ALVES NUNES 02124471902	22.415.515/0001-95
ANTONIO CARDIA DOS SANTOS FILHO	20.721.459/0001-91
ANTONIO JOAO MARIA SOBRINHO 57505608991	18.540.817/0001-18
AUTO MECANICA POMERODE LTDA	83.636.191/0001-00
BAR E RESTAURANTE CAFÉ ARARUTA LTDA ME	02.139.949/0001-00
BERNARDO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME	15.596.693/0001-02
BIRIB - EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	10.389.080/0001-72
CAJU CONFECÇÕES LTDA ME	06.528.387/0001-30
CARLITO MOACIR SCARDUELLI FI ME	07.916.814/0001-10
CARLOS ADOLFO DA SILVA 06382120499	16.563.861/0001-18
CARLOS ROBERTO TRENTINI 02684429910	21.683.911/0001-30
CATIA KRAMBECK ME	07.351.396/0001-60
CELSON DARCI TIEDT ME	18.394.737/0001-00
CESAR BAHR EWALD 09555761990	21.494.876/0001-01
CHARLES JUST	004.415.159-40
CHEIRO DE AMOR COSMETICOS LTDA	14.751.896/0001-55
CINEIO LUCIO FERREIRA DE BEM 41878329987	14.591.240/0001-12
CLEITON DANIEL DA SILVA SAGIORATO 07891960933	14.447.109/0001-86
CONCIDO DOUGLAS BECK	11.910.630/0001-10
CONFECÇÕES ANDERLINE LTDA ME	21.242.310/0001-92
CRISTIAN PEREIRA MACHADO 06240663980	17.203.685/0001-76
DANIEL ILIDIO PAULINO 11845868617	23.220.121/0001-44
DARLAN JUNIOR SONNTAG 04693368970	16.891.412/0001-07
DAVID EDUARDO KLEIN 04942865980	21.795.021/0001-10
DEBORA CRISTINA MEDEIROS CIRICO 72054565920	23.249.111/0001-31
DEIZI SIMONI MANTAU ME	11.964.017/0001-85
DENIS VOLKMANN	029.605.059-80
DESPESELL SERV. DE ESCRITORIO E APOIO ADM. LTDA	14.176.766/0001-36
DG - ARTE E CONFECÇÕES LTDA ME	22.229.608/0001-25
DIETRICH PAULO GUSTMANN	069.217.249-86
DIOGO BORGES SCHUARTZ	044.688.929-60
DIRLENE DE OLIVEIRA CABRAL	11.571.659/0001-14
DJAVAN RANGEL CARENHO ME	08.729.390/0001-47
DOTT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	10.298.169/0001-23
DOUGLAS OESTREICH 06940618910	13.393.474/0001-92
DT ANALISES TECNICAS LTDA ME	13.360.218/0001-07
EDEMIR JUST	767.321.269-20
EDENIZE DE FATIMA PEREIRA PASSOS DO ROSARIO	20.676.721/0001-23
EDILSON KLOHN ME	86.966.546/0001-17
EDIS JOSE MENGARDA	531.325.059-00
EDUARDO HENRIQUE MONTANS VICENTINI	061.402.998-88

ELEMENTAL FITNESS E SAUDE LTDA ME	13.482.525/0001-52
ELENITA GUTZ SASSE 67439519949	20.830.315/0001-73
ELETRO MECANICA SÃO CRISTIVÃO LTDA ME	78.514.643/0001-40
ELIZANGELA DE FATIMA GONÇALVES DE MELO 07711384904	23.540.132/0001-01
ELOI BLANK	399.920.209-20
ELOI SAGIORATO 84153172987	14.447.092/0001-67
ENIO PINTO VIEIRA 00009756990	23.594.275/0001-04
ESTELA VOIGT 05245667983	21.398.994/0001-16
EUSELIO ANTONELLO 26340146864	14.135.482/0001-00
FABIO LEICHWEZ	204.107.511-20
FABIO LUIZ SANTOS ME	12.606.586/0001-11
FABRICA DE MOVEIS E ESQUADRIAS RUWE LTDA	83.636.357/0001-98
FATIMA APARECIDA DE SOUZA 07100961947	16.945.368/0001-62
FELIPE RICARDO PELENS 06081552926	19.509.612/0001-32
FERNANDA CRISITNA PAGNO FLOHR	046.771.869-52
FERNANDA KISCHNER 07872818914	19.190.318/0001-00
FERNANDO COUTO CORREA APOIO ADMINIS-TRATIVO ME	19.893.222/0001-09
FERNANDO KLOTZ 06585056965	20.798.232/0001-44
FESAMI PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA	08.482.284/0001-01
FIECHTER CONSORCIOS LTDA ME	20.357.389/0001-34
FIJUR CONFECÇÕES LTDA ME	12.188.241/0001-95
FLEXIL COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME	76.343.417/0001-08
FLORICULTURA FLOR DO VALE LTDA ME	17.822.967/0001-51
GABRUCÉ SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME	19.715.662/0001-76
GAK MARTELINHO LTDA	23.601.654/0001-76
GEAN CARLOS EWALD ME	23.602.181/0001-21
GENNIFER FRANCIELI KANENBERG 07616965989	13.878.231/0001-44
GERSON LUIZ DA SILVA	948.506.829-87
GETTEX IND. E COM. DE MALHAS LTDA ME	83.068.031/0001-01
GILMAR LOOCK 03013571969	16.772.274/0001-39
GILMAR MANTAU 04772942947	23.246.270/0001-82
GILSLAINE KATIA DE OLIVEIRA SANTOS ME	07.887.416/0001-12
GKUGLIN SERVIÇOS EIRELI ME	22.932.851/0001-05
GLAMOUROSA PRESENTES LTDA	20.159.250/0002-67
GRAFICA POMERODE LTDA EPP	11.507.734/0001-88
GUILHERME BAHR EWALD 07345598950	21.495.102/0001-03
HEIKE WEEGE ME	73.432.122/0001-20
IGNEA ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA ME	16.852.526/0002-10
IMOBILIARIA KRAUSE LTDA ME	95.857.389/0001-00
INGO TASCHNER FI ME	80.102.544/0001-01
INGOMAR PRIM	733.133.789-00
ISOMARQUES ISOLANTES TERMICOS E ACUSTICOS LTDA ME	19.618.771/0001-75
IVONE CRISTINA RODRIGUES ME	19.826.706/0001-35
IZOLDE BOAVENTURA ME	10.802.483/0001-00
J.C.A. OPACIDADE LTDA	02.415.143/0001-90
JACKSON MOACIR CORREIA DE NEGREIRO ME	10.941.807/0001-82

JAISON JOAQUIM FLOHR 04615191944	23.503.406/0001-82
JANETE HARDT SCHORK 03517247960	20.636.287/0001-58
JANICE LACH KLITZKE 02336216957	18.880.078/0001-03
JEAN CARLO DE SOUZA CAXAMBU 98830783900	19.081.125/0001-11
JEFERSON HAMANN 08022816990	21.416.298/0001-95
JENAINA MARTINS DE LIMA 00876203918	20.223.987/0001-10
JESSICA FERNANDA KANENBERG 07616968902	13.878.994/0001-95
JESSICA NIELSEN 09064678960	18.678.554/0001-08
JGA SERVIÇOS LTDA ME	15.700.142/0001-39
JIUVAN JUNIOR SCHULZ 07809234994	15.498.981/0001-16
JL BLANK REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME	18.028.623/0001-38
JOAO ALDOIR ANTUNES LEO FI ME	06.219.866/0001-74
JOAO BATISTA ALVES DOS SANTOS 06682772971	18.283.132/0001-33
JOEL MARTINS 63647443972	13.342.891/0001-06
JONAS NEVES REZENDE SOBRINHO ME	18.795.358/0001-13
JONATHAS QUINTINO 00554458969	12.249.059/0001-05
JOOA MARIA NEVES 77330749915	17.047.246/0001-11
JOSE CARLOS SCZPKOVSKI 02886935905	18.530.970/0001-64
JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA 38881900459	18.106.697/0001-45
JOSE RENI ROSING	810.393.369-49
JOSEMAR SILVA BATISTA 03670073710	21.777.978/0001-34
JULIANA FRAHM	898.554.509-49
KREIDEL TURISMO 4X4 LTDA ME	17.003.388/0001-87
LANCHONETE RAFA LTDA	76.605.831/0001-59
LARAPLAST IND. E COM. DE SERV. DE EMBALAGENS PLASTICAS	03.135.187/0001-29
LAVAÇÃO ITROUPAVA LTDA ME	04.233.467/0001-32
LDA COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	13.635.955/0001-67
LEANDRO KLUG 0484547959	14.621.384/0001-74
LEANDRO WERLING 85372552972	11.847.859/0001-57
LODEMAR KANIS 91596300949	16.682.489/0001-69
LODEMIR KANIS	974.221.189-20
LOSANGO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	15.412.294/0001-36
LOTHAR ZIBELL ME	04.040.731/0001-11
LSK COMERCIO DE BATERIAS LTDA	11.114.820/0002-01
LUAN KUHL 06388146937	21.185.652/0001-18
LUAN KUHL 06388146937	063.881.469-37
LUCIANO ALVES DE OLIVEIRA	040.721.786-08
LUCICLEIDE CHAVES DE SOUZA 062390334721	11.883.598/0001-20
LUIS CARLOS DE SOUZA 63642000959	18.236.902/0001-97
MAIKON HENRIQUE SIGNORATI 06941609974	21.899.131/0001-22
MANA REFEIÇÕES LTDA	02.143.616/0014-61
MARCELO JOSE ALVES 06462842903	18.022.214/0001-24
MARCIA UTPADEL RAASCH 64069842934	15.384.416/0001-28
MARCIO ANDRE MASKE 84580925904	14.768.374/0001-66
MARCIO JOSE TITON	955.279.319-04
MARCONSEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA	01.325.454/0001-03
MARCOS BEHLING SOM ME	12.113.187/0001-19
MARIA CRISITNA PEREIRA ME	20.152.531/0001-07

MARIA DA LUZ DE OLIVEIRA RODRIGUES	22.684.327/0001-62
MARIA LUIZA FIEDLER 05719251979	17.977.600/0001-07
MARILEI MARCIA SAATKAMP	019.454.309-00
MARINHO RODRIGUES DE ALMEIDA 17868583800	17.031.265/0001-50
MARIO CEZAR EMIDIO DA SILVA 330896915	15.648.151/0001-28
MARLENE ALVES DA SILVA 01146253362	14.336.562/0001-15
MASTER CATARINA IND. DE PIGMENTOS E CORANTES	28.596.922/0001-22
MAURICIO DA SILVA FERREIRA	360.544.198-03
MB COMERCIO ATACADISTA DE PEÇAS INDS. LTDA	20.192.478/0001-78
MED COMUNICAÇÃO EIRELI ME	18.182.933/0001-02
MEIN HAUS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	11.683.428/0001-00
METALURGICA KISCHNER LTDA ME	15.718.680/0001-50
MI3 CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA	17.867.287/0001-54
MILTON WOLTER	11.666.852/0001-39
MINATTO - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA ME	09.219.273/0001-04
MIRCO UALACE HETTERICH 57855773991	14.915.149/0001-05
MOACIR SZTYBORSKI	486.213.400-97
MOMFORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE BENS EIRELI	11.647.178/0001-45
NELSON OESTREICH 39991210920	13.393.721/0001-50
NELSON RAASCH	608.292.819-91
NILTON GILSON KRENKE 60829419934	20.227.010/0001-71
NR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	16.885.187/0001-98
OCEANO VERDE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME	19.874.057/0001-48
OFICINA MECANICA E LATORIA CAPITAL LTDA	03.781.923/0001-16
OFICINA MECANICA KIEKHOFEL LTDA ME	19.763.845/0001-67
OI MOVEL S.A.	05.423.963/0006-26
ORLANDO DUARTE 02719641979	19.063.371/0001-40
OSMAR KRIECK	043.678.889-67
PAMELA CASEADOS LTDA ME	11.239.585/0001-13
PAPAVI REFEIÇÕES LTDA ME	04.366.705/0001-88
PAULO ANTONIO LEITE 13126233813	12.867.223/0001-30
PAULO RICARDO DUARTE 06407474930	20.273.877/0001-63
PAULO RODRIGO BECK 04773421916	12.661.092/0001-30
PAULO SIMAO 00826743960	15.166.760/0001-40
PENSANUMLOOK FOTOGRAFIAS LTDA ME	15.803.846/0001-37
RAFAEL BEHLING	068.608.669-42
REFRIGERAÇÃO POMERODE LTDA ME	15.803.280/0001-43
ROBERTO PAULO SOARES 78132630904	14.407.933/0001-02
RODRIGO RANGEL DUEMES 05854505959	13.954.690/0001-60
ROGERIO WUERGES	845.803.219-87
ROMIG EMBALAGENS PLASTICAS LTDA ME	11.987.836/0001-48
ROSE OLIVEIRA DE ALMEIDA ME	21.968.921/0001-12
ROSEANE GAULKE	11.583.508/0001-86
ROSELI FABIANA HACKBARTH 03087214973	18.978.691/0001-68
ROSEMERI REPLIN KOHLS	005.112.529-35
RUBENS RODRIGUES RUAS 04265613926	13.555.498/0001-09

RUTH ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	20.219.753/0001-08
SAMM TRANSPORTES LTDA EPP	01.596.963/0001-62
SCHUNKE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP	10.728.612/0001-59
SELLY ELIZABETH KRUEGER CENSI	039.650.949-55
SERGIO AUGUSTO BORGES DA SILVA 39504727620	19.014.708/0001-20
SERGIO MARCIO KLEBBER	983.758.739-34
SERGIO MARCIO KLEBBER ME	08.645.928/0001-35
SETHTA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	12.087.396/0001-35
SILVANA APARECIDA SOARES DE OLIVEIRA	21.198.257/0001-70
SIMONE APARECIDA FERREIRA SANTOS	14.279.904/0001-02
SIMONE DOS SANTOS	045.508.579-00
TEMIS INCORPORADORA LTDA	11.154.188/0001-49
TRANSPORTES GREUEL LTDA ME	12.087.361/0001-04
TRANSPORTES MARQUARDT LTDA ME	81.566.028/0001-92
UTILICOM LTDA	15.636.779/0001-03
VAGNER BERGAMO INTERMEDIACÃO DE NEGÓCIOS	11.024.343/0001-02
VALDEMIRO BARBOSA DA SILVA 06337927486	18.612.696/0001-72
VALDIR WAGENKNECHT ME	85.129.658/0001-50
VALENTIN KOSINSKI 57523916953	13.665.298/0001-09
VANDERLEI DOS SANTOS 02474412956	17.707.881/0001-88
VANDOR DOS SANTOS	067.365.849-06
VERTICAL - SERVIÇOS DE PINTURA LTDA ME	17.883.218/0001-34
VGS COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	17.890.241/0001-56
VISA LOG TRANSPORTES LTDA ME	20.250.832/0001-73
W 46 EVENTOS LTDA ME	02.786.070/0001-42
WALDIR AUTOMOVEIS LTDA	79.409.355/0001-99
WERNER RAHN JUNIOR	042.067.659-79
WESLEY ZULATO - ME	22.617.743/0001-48
XAXA TRANSPORTES LTDA ME	10.884.667/0001-24
ZECH REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI	00.897.741/0001-17

O presente edital tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação, não havendo o pagamento neste período, o(s) tributo(s) será(ão) lançado(s) em DÍVIDA ATIVA, para posterior cobrança judicial.

Caso já tenha quitado seu débito, solicitamos comunicar ao setor de tributos da Prefeitura e desconsiderar esta notificação. Em caso de pagamento parcial, retirar guia de pagamento com o(s) débito(s) remanescente(s) na Prefeitura Municipal ou ainda pelo atendimento on line no site <http://www.pomerode.sc.gov.br>.

Pomerode, 05 de dezembro de 2016.
Secretária de Gestão Administrativa e Fazendária
Mônica Susan Zimmer

Diretora de Fiscalização Tributária
Mariana Blank Stortz

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 130 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 130 / 2016

Processo Administrativo n.º 072 / 2016.
Pregão Presencial n.º 040 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: SUPERMERCADO ECONÔMICO LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$55.106,00 (cinquenta e cinco mil e cento e seis reais) – Itens 08, 09, 12, 18, 26, 29, 33, 35, 41 e 54.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 23/11/2017.

Pomerode / SC, 24 de Novembro de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 131 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 131 / 2016

Processo Administrativo n.º 072 / 2016.
Pregão Presencial n.º 040 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: M MÓBILE EIRELI - EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$1.935,00 (um mil e novecentos e trinta e cinco reais) – Itens 15, 16, 17 e 36.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 23/11/2017.

Pomerode / SC, 24 de Novembro de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 132 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 132 / 2016

Processo Administrativo n.º 072 / 2016.
Pregão Presencial n.º 040 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: TECNOLAR LTDA - ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DE

COPA E COZINHA E MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$2.300,00 (dois mil e trezentos reais) – Item 21.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 23/11/2017.

Pomerode / SC, 24 de Novembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 133 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 133 / 2016

Processo Administrativo n.º 072 / 2016.

Pregão Presencial n.º 040 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$5.125,00 (cinco mil e cento e vinte e cinco reais) – Itens 25, 55, 56 e 57.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 23/11/2017.

Pomerode / SC, 24 de Novembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 134 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 134 / 2016

Processo Administrativo n.º 072 / 2016.

Pregão Presencial n.º 040 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$79.927,50 (setenta e nove mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) – Itens 34, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 23/11/2017.

Pomerode / SC, 24 de Novembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 135 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 135 / 2016

Processo Administrativo n.º 072 / 2016.

Pregão Presencial n.º 040 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: L & E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$5.041,20 (cinco mil, quarenta e um reais e vinte centavos) – Itens 05, 07 e 11.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 23/11/2017.

Pomerode / SC, 24 de Novembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 136 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 136 / 2016

Processo Administrativo n.º 072 / 2016.

Pregão Presencial n.º 040 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$81.340,50 (oitenta e um mil, trezentos e quarenta reais e cinquenta centavos) – Itens 02, 06, 10, 19, 20, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 37, 39, 52 e 53.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 23/11/2017.

Pomerode / SC, 24 de Novembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 906/2016

DECRETO Nº 906/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2016, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a recomendação expedida pela Controladoria Geral do Município através do Ofício de n. 029/2016-CGM;

CONSIDERANDO a proximidade do encerramento do ano letivo que afeta a realização da campanha projetada nas unidades escolares;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório nº 21/2016, edital de Pregão Presencial nº 15/2016.

Art. 2º - Fica determinada a devolução dos materiais recebidos à empresa vencedora do Certame mediante termo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 908/2016

DECRETO Nº 908/2016, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO NO GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de ações governamentais com o objetivo de fortalecer a transparência no setor público, facilitar o processo de transição do Governo Municipal e preservar a continuidade dos serviços públicos essenciais de interesse do povo de Ponte Serrada,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o governo de transição para dar o máximo de conhecimento da situação da gestão do Município de Ponte Serrada visando à continuidade dos serviços públicos.

Art. 2º - Caberá ao Candidato Eleito ao cargo de Prefeito Municipal de Ponte Serrada (2017-2020), o Sr. Alceu Alberto Wrubel, mediante ofício a ser emitido ao Chefe do Executivo Municipal, indicar o nome e a qualificação de até 3 (três) representantes que formarão sua equipe de transição.

Art. 3º - As requisições de documentos ou de acesso a informações provenientes da equipe de transição do Candidato Eleito, qualquer

que seja sua natureza, deverão ser formuladas sempre por escrito. Parágrafo único – O Candidato Eleito também poderá realizar as supracitadas solicitações, observado o rito formal descrito no caput deste artigo.

Art. 4º - Caberá ao Candidato Eleito e ou aos membros de sua equipe, receber os documentos e informações prestados pela Administração Municipal, emitindo ou assinando comprovante de recebimento.

Art. 5º - Entre outros elementos, o governo municipal em exercício informará ou fornecerá documentos referentes:

I – ao funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;

II – às contas públicas;

III – aos programas e projetos da Administração;

IV – demais informações pertinentes.

Art. 6º - As Secretarias Municipais deverão encaminhar até o dia 14 de dezembro do corrente ano, ao candidato eleito, pelo menos o seguinte:

I – relação dos programas ou obras em execução relativos à atual gestão governamental;

II – relação de todos os contratos e convênios em execução;

III – relação dos serviços que demandarão ação ou decisão administrativa no primeiro mês de gestão do novo governo;

IV – relação nominal dos servidores efetivos que servem às secretarias, respectivo cargo e lotação;

V – relação dos bens móveis e imóveis da Secretaria.

Art. 7º – Todos os documentos fornecidos deverão ser elaborados e assinados em duas vias, uma para ser entregue à equipe de transição do candidato eleito e outra para armazenamento na Prefeitura, devendo ficar à disposição para consultas por parte do Legislativo.

Art. 8º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.455, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.455, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização para a abertura de crédito adicional suplementar junto ao orçamento vigente.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Porto Belo, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 43.605,00 (quarenta e três mil seiscentos e cinco reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social Funcional-programática: 08.241.0006

Atividade: 2.034 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.500 0/27

Valor: R\$ 43.605,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das dotações abaixo elencadas, na mesma importância acima.

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-programática: 04.122.0003

Atividade: 2.003 - Manutenção da Imprensa

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.500 0/6

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.500 0/7

Valor: R\$ 2.545,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social Funcional-programática: 08.241.0005

Atividade: 2.031 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social ao Idoso

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.500 0/14

Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social Funcional-programática: 08.241.0005

Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.500 0/11

Valor: R\$ 3.030,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social Funcional-programática: 08.241.0005

Atividade: 2.033 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.500 0/21

Valor: R\$ 1.400,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.500 0/24

Valor: R\$ 7.630,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social Funcional-programática: 08.241.0005

Atividade: 2.074 - Concessão de Benefícios Eventuais as Famílias

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.500 0/28

Valor: R\$ 23.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

DECRETO Nº 1.464, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 1.464/2016

Regulamenta os procedimentos para apresentação e aprovação de Projetos na Secretaria Municipal de Planejamento e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

Art. 1º Fica denominado Projeto Porto Belo Fácil a regulamentação dos procedimentos para a apresentação e aprovação de projetos apresentados na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Parágrafo Único: O Manual de Apresentação e Aprovação de Projetos "Porto Belo Fácil" será instituído por Resolução do Secretário Municipal de Planejamento.

Art. 2º Os profissionais deverão apresentar Declaração de Responsabilidade, nos termos do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, ao 01º dia do mês de dezembro do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

DECRETO Nº 1.467, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 1.467, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 052/2014 - Código Tributário,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,26% (zero virgula vinte e seis por cento), considerando o IPCA do mês de outubro de 2016, que passa a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2016.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,7528.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, ao 1º dia do mês de dezembro do ano de 2016.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

EXTRATO CONTRATO 008.2016 PMPB - ILUMINAÇÃO NATAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 008/2016 – PMPB
OBJETO: Fornecimento e locação de equipamentos de iluminação natalina, a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Convite 001/2016 PMPB.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: ROSANE MACIEL DA MAIA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI ME
VALOR: R\$ 77.245,00 (setenta e sete mil duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA DA ASSINATURA: 24/11/2016

Porto Belo, 24 de Novembro de 2016.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO 009.2014 FMEDUCA - PRAZO 8º - QUADRA COBERTA - RODRIGUES E CAMARGO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 009/2014 – FMEDUCA– 8º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo contratual ao Contrato nº 009/2014, referente a execução de obras e serviços especializados para a construção de quadra coberta localizada no bairro Santa Luzia no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Tomada de Preço 002/2014 FMEDUCA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: RODRIGUES & CAMARGO LTDA
PRAZO: 90 (noventa) dias
ASSINATURA: 17/10/2016

Porto Belo, 17 de Outubro de 2016.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO 014.2013 - SUPRESSÃO - MEDSERV

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 014/2013 – FMS – 6º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão ao Contrato nº 014/2013 referente a contratação de pessoa jurídica para a prestação serviços de atendimento à saúde, de forma complementar, na modalidade de clínica geral, conforme especificações constantes do termo de referência, que integra o Anexo II do Edital Pregão Presencial 023/2013 – FMS.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: MEDSERV – SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES

LTDA
VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 44.790,24 (quarenta e quatro mil setecentos e noventa reais e vinte e quatro centavos)
DATA DA ASSINATURA: 18/11/2016

Porto Belo, 18 de Novembro de 2016.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO 016.2015 - SUPRESSÃO - LEVANTAMENTO PATRIMONIAL - QUALITEK

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 016/2015 – PMPB – 4º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão ao Contrato nº 016/2015 referente a prestação de serviço de levantamento patrimonial do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Pregão Presencial 014/2015 – PMPB.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: MOREIRA & ANDRADE LTDA ME
VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 326,50 (trezentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)
DATA DA ASSINATURA: 21/11/2016

Porto Belo, 21 de Novembro de 2016.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO 024.2014 - SUPRESSÃO 7º - ADILSON CARLOS - CR ARTEFATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 024/2014 – PMPB – 7º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão ao Contrato nº 024/2014 referente a contratação de empresa para execução de pavimentação com paver e drenagem pluvial da Rua Adilson Carlos da Silva localizada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Tomada de Preço 004/2014 – PMPB.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 3.483,00 (três mil quatrocentos e oitenta e três reais)
DATA DA ASSINATURA: 04/11/2016

Porto Belo, 04 de Novembro de 2016.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO 027.2015 - PRAZO 1º - REURBANIZAÇÃO PRAÇA - SOBERANA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 027/2015 – PMPB – 1º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo de vigência ao Contrato nº 027/2015 referente a contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reurbanização, pavimentação e iluminação da praça da bandeira localizada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Concorrência Pública 005/2015 – PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA
PRAZO: 09 (nove) meses
DATA DA ASSINATURA: 22/08/2016

Porto Belo, 22 de Agosto de 2016.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.045/2016

DECRETO Nº 1.045, de 30 de novembro de 2016.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA UNA MARIANA MANFREDINI DE CAMPOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Apoio Técnico, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES DA ÁREA DE SAÚDE - AMASPU

Extrato de Edital de Credenciamento 001/2016 - AMASPU

A AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto o Edital de Credenciamento de entidades hospitalares, clínicas médicas, laboratórios de análises clínicas, clínicas radiodiagnósticas, clínicas de fonoaudiologia e de fisioterapia para atendimento dos segurados da credenciante, para o exercício de 2017. Os documentos deverão ser entregues na sede da AMASPU, na Avenida Getúlio Vargas, 228, município de Porto União/SC. O edital poderá ser retirado no endereço www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações pelo e-mail impressprev@gmail.com, ou pelo telefone (42) 3523-2632.

Porto União, SC, 06 de dezembro de 2016.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - IMPRESS

Extrato de Edital de Credenciamento 001/2016 - IMPRESS

O IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto o Edital de Credenciamento de instituições para integrar o cadastro de gestores dos recursos financeiros do IMPRESS, para prestação de serviços especializados em administração de carteira de investimentos prevista na Resolução CMN nº 3-922/10, para o exercício de 2017. Os documentos deverão ser entregues na sede do IMPRESS, na Avenida Getúlio Vargas, 228, município de Porto União/SC. O edital poderá ser retirado no endereço www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações pelo e-mail impressprev@gmail.com, ou pelo telefone (42) 3523-2632.

Porto União, SC, 06 de dezembro de 2016.

MARGARETH FLISSAK

Presidente IMPRESS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017 - IMPRESS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017

Este documento aborda o processo de seleção e alocação de valores mobiliários do IMPRESS, de acordo com a legislação vigente - Data Vigência: Ano de 2017

I - INTRODUÇÃO

Objetivando cumprir a legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, com foco na Resolução CMN nº 3.922/10 e nº 4.392/14, o IMPRESS, apresenta versão final de sua Política de Investimentos para o ano de 2017, devidamente

aprovada pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Investimentos em 05 de dezembro de 2016, devendo ser executada pela unidade gestora e pelo referido comitê ao longo do período de referência, cujas decisões serão registradas em ata.

A Política de Investimentos dispõe sobre a aplicação dos recursos do IMPRESS, disponível no site do regime próprio e também enviado à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS através do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN. Foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com foco na resolução CMN Nº 3.922/10 E Nº 4.392/14, de 25 de novembro de 2014, e nas Portarias MPS Nº 519, de 24 de agosto de 2011, nº 170, de 25 de abril de 2012, nº 440, de 9 de outubro de 2013 e nº 300, de 3 de julho de 2015.

A Política de Investimentos traz em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de renda fixa, variável e do segmento de imóveis, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto a alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e as necessidades atuariais do RPPS. A Política deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2017, conforme entendimento do Comitê de Investimentos, que deverá ser participante do processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos.

Ao aprovar a Política de Investimentos 2017, será possível identificar principalmente que:

- As alocações em produtos e ativos buscarão obter resultados compatíveis à meta atuarial e, risco adequado ao perfil do RPPS;
- Órgãos reguladores, gestores, instituições financeiras, segurados, pensionistas, terceirizados entre outros, terão o total acesso aos objetivos e restrições acerca dos investimentos do RPPS;
- O processo de investimento será decidido pela Unidade Gestora e pelo Comitê de Investimentos baseado nos relatórios de análise dos produtos, realizados pela empresa de consultoria, que farão análise acerca das alocações.
- O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta política, na resolução CMN nº 3.922/10, de 25 de novembro de 2010 e nº 4.392/14, de 19 de dezembro de 2014, e nas Portarias MPS Nº 519, de 24 de agosto de 2011, nº 170, de 25 de abril de 2012, nº 440, de 9 de outubro de 2013 e nº 300, de 3 de julho de 2015.

II - META DE RENTABILIDADE

Atuarial

Em linha com sua necessidade atuarial, o IMPRESS, estabelece como meta, que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho equivalente a 6% (seis por cento) acrescida da variação do IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) divulgado pelo IBGE.

Benchmark (Parâmetro de Rentabilidade)

O IMPRESS terá como parâmetro de rentabilidade o IMA-Geral. Entende-se como parâmetro de rentabilidade o índice que reflete a rentabilidade esperada para o ano de 2017, com o perfil de risco desejado pelo IMPRESS.

III - MODELO DE GESTÃO

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o IMPRESS adota o modelo de gestão própria em conformidade com o artigo nº 15, inciso I, da Resolução CMN 3.922/2010 e 4.392/2014, definindo que a macro estratégia será elaborada pela Unidade Gestora e aprovada pelo Conselho de Administração.

IV - INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

No processo de gestão serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos. Os investimentos realizados pelos gestores do RPPS terão, na sua maioria, horizonte de longo prazo. Desta forma, faz-se necessário a análise dos produtos e ativos onde serão aplicados os recursos, verificando a compatibilidade com as necessidades atuariais e o fluxo financeiro de pagamentos.

No processo de desinvestimento, as diretrizes estabelecidas buscam maior ênfase no aspecto rentabilidade, contudo, produtos ou ativos em que o gestor do RPPS constatar a possibilidade de prejuízos ou até mesmo de performance insatisfatória, poderão passar pelo processo de desinvestimento.

Todas as movimentações, considerando as aplicações ou resgates dos recursos dos RPPS deverão ser acompanhadas do formulário APR - Autorização de Aplicação e Resgate conforme modelo e instruções de preenchimento disponibilizado no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores internet (www.previdencia.gov.br)

Embora o RPPS busque investimentos no longo prazo, os gestores poderão realizar movimentos de investimentos e desinvestimentos no curto prazo, buscando distorções de preços, excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.

No cumprimento dos preceitos estabelecidos de acordo com a Resolução CMN 3.922/2010, deverão ser observadas as seguintes regras quanto aos segmentos de aplicação:

A) SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7

Títulos Públicos

Os títulos públicos deverão ser negociados através de plataforma eletrônica e marcados a mercado conforme a Resolução CMN 3.922/2010 e 4.392/2014, e a Portaria MPAS nº 402/2008. A negociação se dará pelo lançamento de ordens de compra e venda no sistema eletrônico, com duração mínima de 30 (trinta) minutos.

Fundos de Renda Fixa

No segmento de fundos de renda fixa, a fim de aproveitar distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo, contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDkA. Nas operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

• Incisos I b, III – Investimento: Para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark IMA ou IDkA, a performance mínima em 12 (doze) meses poderá ser igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) do índice de referência. Desinvestimento: poderá ocorrer o desinvestimento parcial ou o total dos recursos investidos, quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for inferior a 95% (noventa por cento) do índice de referência durante 03 (três) meses consecutivos (resgate de 50%) ou 06 (seis) meses consecutivos (resgate total);

• Inciso IV, VII b - Investimento: para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark CDI, a performance mínima em 12 (doze) meses poderá ser igual ou superior a 97% (noventa e sete por cento) deste indicador quando sua carteira for composta apenas por títulos públicos federais; ou performance de 101% (cento e um por cento) do CDI quando houver ativos de crédito privado na composição da carteira do fundo. Desinvestimento: poderá ocorrer o desinvestimento dos fundos compostos apenas por títulos públicos federais quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for inferior a 97% (noventa e sete por cento) do CDI, durante 03 (três) meses consecutivos. Para os fundos de crédito privado, a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses não deverá ser inferior a 101% (cem por cento) do CDI, durante 03 (três) meses consecutivos (aplica-se a mesma regra do item A para o desinvestimento parcial ou total).

B) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL ART. 8

Fundos de Renda Variável e Multimercados

Embora os investimentos tenham horizontes de longo prazo, poderão ocorrer oportunidades de investimentos no curto prazo, neste sentido, nos fundos de renda variável as negociações de curto prazo (entradas e saídas) ocorrerão tomando como base o comportamento do índice Ibovespa. Apesar disso, a Unidade Gestora poderá alocar os recursos em qualquer índice acionário descrito nesta política.

• Inciso I, II, III - Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas as análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável, ficando a Unidade Gestora responsável pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN Nº 3.922/10 E Nº 4.392/14 e desta Política de Investimentos;

• Inciso IV - Para novas alocações em fundos multimercados a performance mínima em 12 (doze) meses buscará ser igual ou superior a 102% (cento e dois por cento) do índice de referência. Os fundos multimercados cuja rentabilidade performar 03 (três) meses consecutivos abaixo do benchmark poderá ter sua posição reduzida em 50% (cinquenta por cento). Se a rentabilidade persistir desta forma por 06 (seis) meses consecutivos, os recursos poderão ser resgatados por completo.

Fundos Imobiliários e Participações

Nos FIIs (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIPs (Fundos de Investimentos em Participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, deverá ser realizada análise criteriosa evidenciando a formatação da sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez, e demais riscos pertinentes ao seguimento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de Due Diligence.

Os fundos de participação e os fundos imobiliários deverão ter como parâmetro de rentabilidade os indicadores CDI, IPCA, INPC ou taxa pré-fixada.

C) SEGMENTO DE IMÓVEIS – ART. 9

Conforme a Resolução CMN 3.922/2010 e 4.392/2014, as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao RPPS. Desta forma, em razão da complexidade do ativo e, para que não exista descasamento entre os fluxos de recebimento e desembolsos, será realizada rígida análise da sua estrutura e viabilidade financeira.

V - LIMITES DE ALOCAÇÃO

A Resolução CMN 3.922/2010 e 4.392/2014, estabelece que os recursos em moeda corrente possam ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e de Imóveis. Neste sentido, cumprindo com o disposto pelo Conselho Monetário Nacional as aplicações do RPPS serão alocadas obedecendo aos seguintes limites:

Segmento de Renda Fixa			
Artigo	Tipo de Ativo / Condições de Enquadramento	Limite Legal	Limite da PI
7º	Fundos de Investimento de Renda Fixa e Títulos Públicos	100%	100%
7º, I	Títulos do Tesouro Nacional	100%	100%

7º, I, a	Títulos do Tesouro Nacional / Negociação via plataforma eletrônica	100%	100%
7º, I, b	Fundos de Investimento 100% TN / Condomínio aberto e bechmark IMA ou IDkA	100%	100%
7º, II	Operações Compromissadas / Exclusivamente com lastro em TN	15%	15%
7º, III	Fundos de Investimento Renda Fixa ou Referenciados / Fundos de Índice de Renda Fixa / Benchmark IMA ou IDkA	80%	80%
7º, IV	Fundos de Investimento Renda Fixa ou Referenciados / Fundos de Índice de Renda Fixa / Benchmark de Renda Fixa	30%	30%
7º, V	Depósito em Poupança / Letras Imobiliárias Garantidas	20%	20%
7º, VI e VII	FIDCs Abertos, Fechados, Fundos Renda Fixa ou Referenciados (Crédito Privado)	15%	15%
7º, VI	FIDCs Abertos / Condomínio aberto e baixo risco de crédito	15%	15%
7º, VII	FIDCs Fechados e Fundos Renda Fixa ou Referenciados (Crédito Privado)	5%	5%
7º, VII, a	FIDCs Fechados / Condomínio fechado e baixo risco de crédito	5%	5%
7º, VII, b	Fundos Renda Fixa ou Referenciados / Crédito privado no nome e baixo risco de crédito	5%	5%
Segmento de Renda Variável			
Artigo	Tipo de Ativo	Limite Legal	Limite da PI
8º	Fundos de Investimento	30%	30%
8º, I	Fundos de Investimento Referenciados / Benchmark Ibovespa, IBrX ou IBrX□50, exclusivamente	30%	30%
8º, II	Fundos de Índices Referenciados em Ações / Benchmark Ibovespa, IBrX ou IBrX□50, exclusivamente	20%	20%
8º, III	Fundos de Investimento em Ações / Condomínio aberto	15%	15%
8º, IV	Fundos de Investimento Multimercado / Condomínio aberto e sem alavancagem	5%	5%
8º, V	Fundos de Investimento em Participações / Condomínio fechado	5%	5%
8º, VI	Fundos de Investimento Imobiliário / Cotas negociadas em bolsa de valores	5%	5%
9º	Imóveis Vinculados ao RPPS / Imóveis vinculados por lei ao RPPS	100%	100%

Desenquadramentos

Os limites decorrentes da valorização das cotas de determinadas classes de ativos podem ultrapassar o limite legal em até 50% para os Art. 7º, VI e VII e 8º, IV, V, VI. Para os demais ativos que compõe os artigos, pode-se desenquadrar pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, no caso dos demais limites.

VI - VEDAÇÕES

Além das vedações impostas nesta política de investimentos, o IMPRESS deverá obedecer às diretrizes e normas citadas na Resolução CMN Nº 3.922/10 E Nº 4.392/14. As definições e classificações dos produtos de investimentos também devem seguir os padrões da resolução CMN Nº 3.922/10 E Nº 4.392/14. As aplicações realizadas pelo RPPS deverão obedecer às seguintes vedações:

- Nos segmentos de Renda Multimercado e Renda Variável, ficam vedadas as aplicações em fundos que gerem iliquidez à carteira do RPPS, com prazo maior do que 360 dias, exceto:

- 1) Fundos de Investimento em participações – FIPs, desde que cumpridos todos os requisitos de análise e submissão à consideração do Comitê de Investimentos e/ou Conselho de Administração;
- 2) Fundos de Investimentos Imobiliários - FIIs - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e submissão à consideração do Comitê de Investimentos e/ou Conselho de Administração;
- 3) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, desde que o fundo possua Rating A concedido por agência de classificação de risco;
- 4) Fundos de Investimentos em Renda Fixa, desde que cumpridos todos os requisitos de análise e submissão à consideração do Comitê de Investimentos e/ou Conselho de Administração;

- Fundos Renda Fixa - Serão efetuadas aplicações apenas em fundos que comporem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados

como de baixo risco de crédito. Os ativos não enquadrados nas classificações de risco deste item poderão representar no máximo 5% (cinco por cento) do patrimônio do fundo;

VII - SELEÇÃO DE ATIVOS

A seleção dos produtos é de competência do Diretor Presidente do IMPRESS, que antecipadamente, a fim de subsidiar a decisão de investimento, e antes de submetê-la à aprovação do Comitê de Investimentos, deverá submeter relatório com as seguintes análises:

- Análise dos índices de performance;
- Análise das medidas de risco;
- Análise de índices de eficiência;
- Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e do relatório de agência de risco (se houver).

Comitê de Investimentos

O comitê de investimentos, órgão estabelecido em ato normativo pelo ente federativo, seguindo as diretrizes das Portarias MPAS nº 519/11 e suas alterações posteriores, deve ter a sua constituição e funcionamento direcionados, dentre outros, pelos seguintes pré-requisitos abaixo:

- a) Os seus membros devem manter vínculo com o ente federativo ou com o RPPS, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração;
- b) Deve-se haver uma previsão de periodicidade das reuniões ordinárias e forma de convocação de extraordinárias;
- c) Deve-se haver uma previsão de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS;
- d) Todas as deliberações e decisões serem registradas em atas;
- e) A maioria de seus membros deverão ser aprovados em exame de certificação específica de investimentos pelo menos até 31 de julho de 2016.

Tipo de Investidor

De acordo com a Instrução CVM nº 554/14 e da Portaria MPAS nº 300/15, o IMPRESS é considerado investidor qualificado, podendo fazer alocação nos fundos destinados a este tipo de investidor, nos termos da legislação em vigor. Para tanto, cumpre aos seguintes pré-requisitos:

- Deverá ter o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP vigente na data da realização de cada aplicação;
- Deverá possuir os seus recursos aplicados, informados no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado à SPPS, do bimestre imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);
- Deverá comprovar o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos;
- Deverá ter aderido ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS", instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, e obtido certificação institucional em um dos níveis de aderência nela estabelecidos.

VIII - POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

O IMPRESS busca estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos através da sua Política de Investimentos. Desta forma, foram definidos procedimentos para o credenciamento das instituições financeiras, criadas rotinas para as informações periodicamente enviadas por estas instituições, bem como, a forma de disponibilização dos resultados.

O IMPRESS realizará periodicamente reuniões com os consultores de investimentos, com o objetivo de avaliar a performance das aplicações financeiras existentes, discutir eventuais alternativas de novos investimentos, em decorrência do cenário econômico. As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, via telefone, ou outros meios disponibilizados pela consultoria, desde que contenham todo o material para acompanhamento (rentabilidade dos produtos, carteira consolidada de investimentos, rentabilidade da carteira e enquadramento dos produtos junto a Resolução CMN Nº 3.922/10 E Nº 4.392/14).

Credenciamento das Instituições Financeiras

Poderão credenciar-se junto ao IMPRESS, as instituições financeiras, outras instituições autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de recursos financeiros, sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, que estejam devidamente autorizadas, e em situação regular, pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários a atuar no Sistema Financeiro Nacional, considerando como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros e a regularidade fiscal e previdenciária. O modelo de credenciamento a ser seguido pelas instituições que desejarem se credenciar será definido exclusivamente pelo RPPS, seguindo as diretrizes da Portaria MPAS nº 519/11 e suas alterações posteriores, e não constituirá compromisso de que ocorrerão investimentos na instituição credenciada.

Abertura das Carteiras e do Rating dos Ativos

As Instituições credenciadas, das quais o IMPRESS adquirir cotas de fundos, independentemente do segmento, deverão remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, no mínimo quinzenalmente, em que deverá ser possível examinar, ao menos, o nome dos ativos, os vencimentos, as taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos, bem como, o percentual de distribuição. Ainda, em relação a composição das carteiras, mensalmente, as instituições credenciadas remeterão ao IMPRESS arquivo no formato XML para que o risco da carteira possa

ser apurado.

Divulgação de informações

É de competência da diretoria do IMPRESS disponibilizar aos seus segurados e pensionistas:

- a) A íntegra desta Política de Investimentos, bem como, quaisquer alterações que virem a ser efetuadas até 30 (trinta) dias após a aprovação;
- b) As informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- c) A composição da carteira de investimentos do IMPRESS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
- d) Os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;
- e) As informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos;
- f) A Relação das entidades credenciadas para atuar com o IMPRESS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- g) As datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos;
- h) Em periodicidade mínima trimestral um relatório detalhado sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do IMPRESS.

IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2017, consideradas as projeções macro e microeconômicas no intervalo de 12 (doze) meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. As estratégias macro, definidas nesta política deverão ser integralmente seguidas pela diretoria, que seguindo critérios técnicos estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. Serão levadas ao Conselho de Administração e ao Comitê de Investimentos, para avaliação, as aplicações não claramente definidas neste documento, mas que tiverem sido formuladas em conformidade com as diretrizes de investimentos e a legislação aplicável. A Política de Investimentos do IMPRESS foi aprovada na Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Comitê de Investimentos realizada em 05 de dezembro de 2016, disciplinada pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e 4.392/2014.

Porto União, SC, 06 de dezembro de 2016.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal e Curador do IMPRESS

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

Membro do Comitê de Investimentos

RG 4.173.840-5

CPF 820.464.099-49

SIMÃO ILCZYCZYN

Presidente do Comitê de Investimentos

RG 3.703.577-7

CPF 516.599.139-34

VIVIAN SCHIER

Membro do Comitê de Investimentos

RG 4.517.300

CPF 040.081.619-96

PORTARIA Nº 476/2016 - RH

PORTARIA Nº 476, de 20 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 045/2016, de Marcos Baron, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, no período de 15 de julho a 16 de dezembro de 2016, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de julho de 2016.

Porto União - SC, em 20 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 642/2016 - RH

PORTARIA Nº 642, de 18 de novembro de 2016.

Altera a Carga horário do Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Informática)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 31 de outubro a 30 de novembro de 2016, a carga horária do professor efetivo Tiago Antonio Gomes, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Informática), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição ao servidor efetivo Cleiton Cesar Schaefer que está afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2016.

Porto União, SC em 18 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 643/2016 - RH

PORTARIA Nº 643, de 18 de novembro de 2016.

Promover por Titulação, Professor Pedagogo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO, a servidora efetiva Adriely Aparecida de Brito, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, para a Classe "C", Referência "01", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2016.

Porto União - SC, em 18 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 644/2016 - RH

PORTARIA Nº 644, de 18 de novembro de 2016.

Promover por Titulação, Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO, a servidora efetiva Fernanda Conceição Martins, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2016.

Porto União - SC, em 18 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 645/2016 - RH

PORTARIA Nº 645, de 21 de novembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 105/2016, Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 11 de novembro a 15 de dezembro de 2016, o Contrato de Trabalho nº 105/2016, de Jussara Marlene Freisleben, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Sandra Fabiana Alves Santos que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de novembro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 646/2016 A 659/2016 - RH

PORTARIA Nº 646, de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva YARA PINTO FERREIRA KURUTZ, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 647, de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva ZENAIDE MARIA LARSEN ZIMMERMANN, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 648 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva ANA LUCIA MARTINS DE FREITAS ANDREKOWICZ, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 649 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva EMANUELLA MACIEL SCHWARTZ, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 650 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva FERNANDA CONCEICAO MARTINS, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "B", Referência "002", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 651 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva FERNANDA PAULA FRONCHETTI AZEREDO,

ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 652 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva FERNANDA REGINA CALDAS, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "B", Referência "002", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 653 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através

de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva JOSIANE PAULA CORDEIRO, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 654 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva MARA CLEI MARSCHALK PUFF, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "B", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 655 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva MICHELE ALESSANDRA PATTENE KONART, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 656 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva PATRICIA DE FATIMA REISDORFER, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 657 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a

Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva SANDRA CRUZ RODRIGUES, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 658 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva SILVANA REBONATTO DA ROSA, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 659 de 21 de novembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva FERNANDA LORENA PETTERS REGERT, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 660/2016 - RH

PORTARIA Nº 660, de 21 de novembro de 2016.

Concede a Quitação de Licença Prêmio de 90 (noventa) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, da servidora TANIA ELMARY SAUL ULRICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 661/2016 - RH

PORTARIA Nº 661, de 23 de novembro de 2016.

Contrata por prazo determinado Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de novembro a 16 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Inoema de Fátima Arbigauss, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Zita Adiléia Gomes que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de novembro de 2016.

Porto União - SC, em 23 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 662/2016 - RH

PORTARIA Nº 662, de 24 de novembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 067/2016, Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 28 de outubro a 16 de dezembro de 2016, o Contrato de Trabalho nº 067/2016, de Susamar Mazeika, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Vanessa Josiane Pacheco que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 28 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 24 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 664/2016 - RH

PORTARIA Nº 664, de 25 de novembro de 2016.

Exonerar a Pedido do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Lucia Ana Karatchuk, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, (SC), em 25 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 665/2016 - RH

PORTARIA Nº 665, de 29 de novembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/07/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de maio/2010 a maio/2015, da servidora Vanessa Nalon dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 666/2016 - RH

PORTARIA Nº 666, de 29 de novembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, do servidor Paulo Medeiros, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 667/2016 - RH

PORTARIA Nº 667, de 29 de novembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de novembro/2010 a novembro/2015, da servidora Sirlene de Fátima Hamann, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias

consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 668/2016 - RH

PORTARIA Nº 668, de 29 de novembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/04/2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2004 a outubro/2009, do servidor Florisbelo Airtom Corsico, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Contabilidade, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 669/2016 - RH

PORTARIA Nº 669, de 29 de novembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que

regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/04/2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, do servidor Florisbelo Airtton Corsico, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Contabilidade, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 670/2016 - RH

PORTARIA Nº 670, de 29 de novembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de junho/2011 a junho/2016, da servidora Maria Celina dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 671/2016 - RH

PORTARIA Nº 671, de 29 de novembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, da servidora Luciane Cristina Kaminski Vaudan, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 672/2016 - RH

PORTARIA Nº 672, de 29 de novembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/08/2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, da servidora Debora Sausen, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias

consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 673/2016 - RH

PORTARIA Nº 673, de 29 de novembro de 2016.
Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2006 a abril/2011, da servidora Elisabeth Becker Noga, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 674/2016 - RH

PORTARIA Nº 674, de 29 de novembro de 2016.
Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de agosto/2006 a agosto/2011, da servidora Inês Becker Schwab, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 675/2016 - RH

PORTARIA Nº 675, de 29 de novembro de 2016.
Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de maio/2008 a maio/2013, do servidor Augustinho Wladeka, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 676/2016 - RH

PORTARIA Nº 676, de 29 de novembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de novembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de novembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, do servidor Odair Borges Muniz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO Nº 40/2016 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM NOVO ANO 2016 OU 2017 PARA O GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL Pregão Nº40/2016

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 40/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM, ANO 2016 OU 2017, PARA USO DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 19 de dezembro de 2016.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 19/12/2016 às 09:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 40/2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 19 de dezembro de 2016 às 9:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

- 3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;
- 3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.
- 3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.
- 3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;
- 3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, ATÉ 19 DE FEVEREIRO DE 2016, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 19 DE FEVEREIRO DE 2016 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, a pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio da Pregoeira, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas

condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Mural Público Municipal, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI**17 XVI**

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII**18 XVII**

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII**19 II**

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados, conforme necessidade pedido da requisitante, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 10 (dez) dias, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX**20 XIX**

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX**21 XX**

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**22 XXI**

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço,

número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

22.4.1 Adiada a abertura da licitação;

22.4.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XXII

22.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência; (Anexado no lado interno do envelope nº. 01 - PROPOSTA).

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX - Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO X - Modelo de Proposta.

22.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

22.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

22.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 05 de dezembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20

PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....

PROCESSO Nº/20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos __ dias do mês de _____ do ano de 20__, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços paraPrefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM, ANO 2016 OU 2017, PARA USO DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA DO ITEM E APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do

artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 40/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal

Pregoeira

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM, ANO 2016 OU 2017, PARA USO DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA DO ITEM E APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação

pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 40/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

ITENS QTDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	1,00	UN	VEICULO NOVO ZERO QUILOMETRO ANO 2016 OU 2017, NA COR PRATA, SEDAM, QUATRO PORTAS, VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS ELETRICOS COM TRAVA ELET., MOTORIZACAO MINIMO 1.4 DE CINCO MARCHAS A FRENTE E UMA A RE, AR CONDICIONADO, DIRECAO ELETRICA OU HIDRAULICA, AIRBAG E SISTEMA DE FREIO ABS.	50.580,00
---	------	----	--	-----------

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº./20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º , declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM, ANO 2016 OU 2017, PA RA USO DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL

1	1,00	UN	VEICULO NOVO ZERO QUILOMETRO ANO 2016 OU 2017, NA COR PRATA, SEDAM, QUATRO PORTAS, VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS ELETRICOS COM TRAVA ELET., MOTORIZACAO MINIMO 1.4 DE CINCO MARCHAS A FRENTE E UMA A RE, AR CONDICIONADO, DIRECAO ELETRICA OU HIDRAULICA, AIRBAG E SISTEMA DE FREIO ABS.		
---	------	----	--	--	--

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

SERV. PARTICULARES EXECUTADOS - 11/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Situação dos Contribuintes
em 05/12/2016

Página 1 de 1
Impresso em: 05/12/2016
As 16:55:17 Horas

Emissão Analítica.

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 016 até 016

Data de Pagamento: 01/11/2016 até 30/11/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número		Complemento		Bairro		Numero Processo	
Ano	Venc.	P.	Dta.Venc	Valor Original	(Moe)	Situação	Valor Atualiz.	(Moe)	Data Pagto	Lote baixa			
3.5	JAIME JOSE BUNN			16	BASCUL GRANDE							464/2016	
	RUA JOSE COSTA MIRANDA				SN					CENTRO			
	Observação:6 HORAS.												
2016	01	00	04/11/2016	275,28	R\$	Pago	275,28	R\$	04/11/2016	00-003930			
486.3	NELITO NASCIMENTO			16	BASCUL GRANDE							469/2016	
	AV. JOAO KENEDY,												
	Observação:8 horas.												
2016	01	00	10/11/2016	367,04	R\$	Pago	367,04	R\$	10/11/2016	00-003935			
2780.4	JACO CAPRALI			16	BASCUL GRANDE							474/2016	
	ESTRADA ERAL									THIEMEN			
	Observação:8 HORAS.												
2016	01	00	11/11/2016	367,04	R\$	Pago	367,04	R\$	11/11/2016	00-003936			
375.1	ZENAIDE HAMES			16	BASCUL GRANDE							477/2016	
	RUA DONA PERPETUA									SANTA RITA			
	Observação:1 HORA.												
2016	01	00	17/11/2016	45,88	R\$	Pago	45,88	R\$	17/11/2016	00-003942			

[Resumo dos valores por Situação]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
01-Pago	1.055,24	0,00	0,00	0,00	1.055,24 R\$	4	0

[Resumo dos valores por Serviço/Situação]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
Serviço: 16-BASCUL GRANDE							
01-Pago	1.055,24	0,00	0,00	0,00	1.055,24 R\$	4	0



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Situação dos Contribuintes
em 05/12/2016

Página 1 de 1
Impresso em: 05/dez/2016
As 16:49:28 Horas

Emissão Analítica.

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 007 até 007
Data de Pagamento: 01/11/2016 até 30/11/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número Complemento		Bairro		Numero Processo	
Ano	Venc. P.	Dta.Vencto	Valor Original	(Moe)	Situação	Valor Atualiz.	(Moe)	Data Pagto	Lote baixa		
4956.5	DANIEL LINHARES		7	RETROESCAVADEIRA						465/2016	
	LOC ITAQUA			S/N				ITAQUA			
	Observação:2 HORAS.										
2016	01	00	03/11/2016	152,86 R\$	Pago	152,86 R\$		03/11/2016	00-003928		
3.5	JAIME JOSE BUNN		7	RETROESCAVADEIRA						466/2016	
	RUA JOSE COSTA MIRANDA			SN				CENTRO			
	Observação:1 HORA.										
2016	01	00	04/11/2016	76,43 R\$	Pago	76,43 R\$		04/11/2016	00-003930		
4374.5	DIONE STAROSCKY BURG		7	RETROESCAVADEIRA						473/2016	
	RUA JOSE EIFLER			CASA				CENTRO			
	Observação:4 HORAS.										
2016	01	00	11/11/2016	305,72 R\$	Pago	305,72 R\$		11/11/2016	00-003936		
760.9	MARINO LUIZ COMANDOLI		7	RETROESCAVADEIRA						475/2016	
	RUA JOHNN KENNEDY			456	PX POSTO BOA ESPERAN			CENTRO			
	Observação:4 HORAS.										
2016	01	00	11/11/2016	305,72 R\$	Pago	305,72 R\$		11/11/2016	00-003936		
375.1	ZENAIDE HAMES		7	RETROESCAVADEIRA						476/2016	
	RUA DONA PERPETUA							SANTA RITA			
	Observação:1 HORA.										
2016	01	00	17/11/2016	76,43 R\$	Pago	76,43 R\$		17/11/2016	00-003942		
379.4	VERONICA DE SOUZA ZEITZ		7	RETROESCAVADEIRA						481/2016	
	AVN DESEMB ERICO TORRES			286				CENTRO			
	Observação:2 HORAS.										
2016	01	00	18/11/2016	152,86 R\$	Pago	152,86 R\$		18/11/2016	00-003943		

[Resumo dos valores por Situação]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
01-Pago	1.070,02	0,00	0,00	0,00	1.070,02 R\$	6	0

[Resumo dos valores por Serviço/Situação]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
Serviço: 7-RETROESCAVADEIRA							
01-Pago	1.070,02	0,00	0,00	0,00	1.070,02 R\$	6	0



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Situação dos Contribuintes
em 05/12/2016
Emissão Analítica.

Página 1 de 1
Impresso em: 05/dez/2016
As 16:53:00 Horas

Processo 0000000/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 008 até 008
Data de Pagamento: 01/11/2016 até 30/11/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço			Numero Processo			
Logradouro				Número		Complemento	Bairro			
Ano	Venc.	P.	Dta.Vencto	Valor Original	(Moe)	Situação	Valor Atualiz.	(Moe)	Data Pagto	Lote baixa
2385.0	RICARDO KONS			8	TRATOR	GRANDE				471/2016
	ESTRADA GERAL BOA ESPERANCA								BOA ESPERANCA	
	Observação:1 HORA									
2016	01	00	10/11/2016	61,10	R\$	Pago	61,10	R\$	10/11/2016	00-003935
2995.5	CLEITO FUGAZZA			8	TRATOR	GRANDE				478/2016
	RUA BARRINHA					S/N			SANTA RITA	
	Observação:1 HORA.									
2016	01	00	17/11/2016	61,10	R\$	Pago	61,10	R\$	16/11/2016	00-003939
4012.6	AVELINO CADILHAC			8	TRATOR	GRANDE				479/2016
	JOHN KENNEDY								BARRINHA	
	Observação:2 HORAS.									
2016	01	00	17/11/2016	122,20	R\$	Pago	122,20	R\$	17/11/2016	00-003942
327.1	JACI AUGUSTINHO JUNGKLAUS			8	TRATOR	GRANDE				480/2016
	ROD SC 429					SN			BARRA DO RIO ANTINHA	
	Observação:30 MINUTOS									
2016	01	00	16/11/2016	30,55	R\$	Pago	30,55	R\$	16/11/2016	00-003939
[Resumo dos valores por Situação]										
Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas			
01-Pago	274,95	0,00	0,00	0,00	274,95 R\$	4	0			
[Resumo dos valores por Serviço/Situação]										
Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas			
Serviço: 8-TRATOR GRANDE										
01-Pago	274,95	0,00	0,00	0,00	274,95 R\$	4	0			

Princesa

PREFEITURA

DECRETO SUPLEMENTAR 218.2016

DECRETO Nº. 218, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.253,14 (Seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ./ATIV.: 20.608.0014.1.014 Ampliação da Patrulha Agrícola

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.3.0069.0000-	Aplicações Diretas (198)	R\$	6.253,14
FONTE DE RECURSO: 03.0069.0000 – Recurso Convênio MDA				
TOTAL			R\$	6.253,14
TOTAL GERAL			R\$	6.253,14

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 6.253,14 (Seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, fica utilizado superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2015 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 05 de dezembro de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 53/2016 - AG ARTEFATOS DE CIMENTO

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: AG ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

Contrato: 53/2016-PM

Processo Licitatório: 97/2016-PM

Pregão Presencial: 70/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Contratação de pessoa jurídica para realizar a construção de PONTE EM TUBOS DE CONCRETO ARMADO COM CABECEIRAS EM PEDRAS ARGAMASSADAS, localizada no perímetro urbano do Município."

Data da Assinatura: 05/12/2016

Data da Publicação: 06/12/2016

Vigência: de 06/12/2016 a 05/01/2017

Valor Total do contrato: R\$ 9.793,86 (nove mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos).

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

PORTARIA Nº 147 DE 05.12.2016

PORTARIA Nº. 147, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (tinta) dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, conforme períodos aquisitivos e períodos de gozo abaixo

relacionados:

Funcionários	Cargos	Períodos aquisitivos	Períodos de gozo
SIMONE M. L. PINHEIRO	Agente Administrativo	01/10/2012 a 30/09/2013	26/12/2016 a 24/01/2017
ANNE W. CASAGRANDE	Assistente Social	08/07/2014 a 07/07/2015	26/12/2016 a 24/01/2017
RICARDO S. MENEGASSI	Agente de Apoio Operacional	17/09/2014 a 16/09/2015	26/12/2016 a 24/01/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26.12.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 148, DE 05.12.2016

PORTARIA Nº. 148, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (tinta) dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, conforme períodos aquisitivos e períodos de gozo abaixo relacionados:

Funcionários	Cargos	Períodos aquisitivos	Períodos de gozo
ROSEANA M. R. BOURSCHUIT	Instrutor de Informática	01/02/2015 a 31/01/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
PATRÍCIA NOLL	Diretor de Escola	02/02/2015 a 01/02/2016	26/12/2016 a 28/12/2016
PATRÍCIA NOLL	Diretor de Escola	02/02/2016 a 01/02/2017	29/12/2016 a 24/01/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26.12.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 149, DE 05.12.2016

PORTARIA Nº. 149, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (tinta) dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, conforme períodos aquisitivos e períodos de gozo abaixo relacionados:

Funcionários	Cargos	Períodos aquisitivos	Períodos de gozo
PEDRO J. GIEHL	Motorista de veículos pesados	01/06/2015 a 31/05/2016	26/12/2016 a 24/01/2017
ALCIONI SEGAT	Motorista de veículos pesados	09/05/2015 a 08/05/2016	26/12/2016 a 24/12/2016
ÉDERSON COLLETT	Agente de apoio operacional	08/06/2015 a 07/06/2016	26/12/2016 a 24/01/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26.12.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 150, DE 05.12.2016

PORTARIA Nº. 150, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (tinta) dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, conforme períodos aquisitivos e períodos de gozo abaixo relacionados:

Funcionários	Cargos	Períodos aquisitivos	Períodos de gozo
IRACILDE M. KOSVOSKI	Auxiliar de serviços gerais	16/06/2015 a 15/06/2016	26/12/2016 a 24/01/2017
FABIANE F. K. HOESEL	Auxiliar de serviços gerais	23/03/2015 a 22/03/2016	26/12/2016 a 24/12/2016
LIANE M. R. BECKER	Auxiliar de serviços gerais	03/07/2015 a 02/07/2016	26/12/2016 a 24/01/2017
ROSALI DE FÁTIMA CORTI	Auxiliar de serviços gerais	06/05/2015 a 05/05/2016	26/12/2016 a 24/01/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26.12.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 151, DE 05.12.2016

PORTARIA Nº. 151, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 132 da Lei 109, de 28 de dezembro de 2004.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (tinta) dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, conforme períodos aquisitivos e períodos de gozo abaixo relacionados:

Funcionários	Cargos	Períodos aquisitivos	Períodos de gozo
ARIELE C. B. DALSOLIO	Monitor de Creche	02/06/2015 a 01/06/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
CAMILA SIMONI	Monitor de Creche	01/06/2015 a 31/05/2016	30/12/2016 a 28/12/2016
BRUNA R. COLOMBO	Monitor de Creche	01/06/2015 a 31/05/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
CRISTINA I. G. DOTTI	Monitor de Creche	01/06/2015 a 31/05/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
JULIANA MIOLA MARTINI	Monitor de Creche	30/10/2015 a 29/10/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
DENISE C. LOLATO	Monitor de Creche	01/06/2015 a 31/05/2016	30/12/2016 a 28/01/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30.12.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 152, DE 05.12.2016

PORTARIA Nº. 152, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 132 da Lei 109, de 28 de dezembro de 2004.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (tinta) dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, conforme períodos aquisitivos e períodos de gozo abaixo relacionados:

Funcionários	Cargos	Períodos aquisitivos	Períodos de gozo
VERA L. V. COLOMBO	Professor de ensino infantil	01/07/2015 a 30/06/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
TATIANA D. KLEIN	Professor de ensino infantil	19/12/2015 a 18/12/2016	30/12/2016 a 28/12/2016
SILVANE M. DEICKE	Professor de ensino infantil	19/12/2015 a 18/12/2016	30/12/2016 a 28/01/2017

ROSELI M. F. SCHOLL	Professor de ensino infantil	19/12/2015 a 18/12/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
GLACI T. H. SCHWERTZ	Professor de ensino infantil	19/12/2015 a 18/12/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
ELISÂNGELA G. GRAF	Professor de ensino infantil	19/12/2015 a 18/12/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
CLÁUDIA DA ROSA	Professor de ensino infantil	11/01/2016 a 10/01/2017	30/12/2016 a 28/01/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30.12.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 153, DE 05.12.2016

PORTARIA Nº. 153, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 132 da Lei 109, de 28 de dezembro de 2004.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (tinta) dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, conforme períodos aquisitivos e períodos de gozo abaixo relacionados:

Funcionários	Cargos	Períodos aquisitivos	Períodos de gozo
NEILA HAMMES	Professor de ensino fundamental	19/02/2015 a 18/02/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
SILVANA T. NÓS	Professor de ensino fundamental	15/02/2015 a 14/02/2016	30/12/2016 a 28/12/2016
MAIRA C. K. GHELLER	Especialista em assuntos educacionais	26/12/2015 a 25/12/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
JANAYNA S. GERHARD	Professor de ensino fundamental	01/01/2016 a 31/12/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
DIONE LUIZ MERIGO	Professor de ensino fundamental	01/02/2015 a 31/01/2016	30/12/2016 a 28/01/2017
DANIELLE C. MORSCH	Professor de ensino fundamental	15/02/2015 a 14/02/2016	30/12/2016 a 28/01/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30.12.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 05 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº01 DE05/12/2016- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE PRINCESA-SC-CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do Município de Princesa- SC. Conforme RESOLUÇÃO Nº 171, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Princesa/SC, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do conselho, Ata nº 007/2016 de 05 de Dezembro de 2016, considerando o disposto nos Arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos termos da Lei Municipal 683 de 20 de março de 2013, atualizada pela Lei nº 787, de 21 de maio de 2015.

RESOLVE:

Art.1º. – Fica aprovado o Plano Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, em Audiência Pública, apresentada a comunidade no dia 28 de Novembro de 2016, as 8:30 hrs na Câmara municipal de Vereadores do Município de Princesa.

Art.2º-Foram apresentados a este Conselho os documentos referentes a elaboração do Plano Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, conforme orientação do RESOLUÇÃO Nº 171, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art.3º - Essa deliberação se dá através de reunião ordinária realizada no dia 05 de Dezembro de 2016, registrada em ata nº 007 de 05 de dezembro de 2016.

Art.4º -. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º -.Revogam-se as disposições em contrário.

Princesa, 05 de Dezembro de 2016

TANIA REICHERT KLEIN

Presidente do CMDCA

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE DL Nº 0018/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0018/2016 – PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso XII da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0018/2016 - PMRA, tendo como Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, entrega parcelada "DEZEMBRO DE 2016". Sendo Contratado: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON REGIS – COOPERLAF, CNPJ Nº 11.419.727/0001-24. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R\$ 1.980,00 (hum mil e novecentos e oitenta reais). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 05 de dezembro de 2016. /Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

AVISO DE DL Nº 0019/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0019/2016 – PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso XII da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0019/2016 - PMRA, tendo como Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, entrega parcelada "DEZEMBRO DE 2016". Sendo Contratado: COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ, inscrito no CNPJ Nº 08.971.433/0001-04. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R\$ 5.270,30 (CINCO MIL E DUZENTOS E SETENTA REAIS E TRINTA CENTAVOS). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 05 de dezembro de 2016./Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/16

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Ônibus Circular Ltda	xx.775.633/0001-xx	149755
Pedrinha Vandresen	Xxx.526.919-xx	156756
Sueli Bilk	Xxx.633.639-xx	157585
Vitor Peron	Xxx.601.019-xx	162137
Teresinha Waiss Soethe	Xxx.461.809-xx	160007
Elisandra dos Santos	Xxx.746.029-xx	161648
Ademar Schneider	Xxx.176.949-xx	161614
Deivis Alberto Neves	Xxx.322.369-xx	159887
Pedro Paulo Claudino dos Santos	Xxx.669.559-xx	161824
Luiz Eduardo Mendes Zanis	Xxx.665.399-xx	157264
Lucildes Dalmolin	Xxx.457.369-xx	161922
André Luis Longo 07451575993	xx.626.569/0001-xx	159315

Rio do Sul, 05 de dezembro de 2016
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

JAMES OCÁCIO PRUST
Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA 1251/RH

PORTARIA Nº 1251/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 16/11/2016 a 15/03/2017 a servidora CAROLINE SOSTER CANDIDO ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1252/RH

PORTARIA Nº 1252/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 07/11/2016 a 06/03/2017 a servidora FERNANDA CRISTINA KAMMER ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1253/RH

PORTARIA Nº 1253/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 21/11/2016 a 20/03/2017 a servidora JOICE SABINA MAY, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1254/RH

PORTARIA Nº 1254/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 267 e 268, da Lei Complementar Nº 309/2015 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 21/11/2016 a 19/01/2017 a servidora KELI MONTEIRO DE VARGAS, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1255/RH

PORTARIA Nº 1255/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 267 e 268, da Lei Complementar Nº 309/2015 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 15/11/2016 13/01/2017 a servidora THAYSE HELENA MROWSKOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1256/RH

PORTARIA Nº 1256/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 267 e 268, da Lei Complementar Nº 309/2015 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 29/11/2016 27/01/2017 a servidora FERNANDA SEEMANN ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Fundação Cultural.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

WILLIAN WALTERN SIEVERDT
Superintendente da Fundação Cultural
Cfr

PORTARIA 1257/RH

PORTARIA Nº 1257/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde,

concedida por meio da Portaria n. 0632/RH, de 30/05/2016, pelo período de 12/11/2016 até 11/05/2017 a servidora municipal SIMONE CACERES ALBINO ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1258/RH

PORTARIA Nº 1258/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1084/RH, de 13/09/2016, pelo período de 06/11/2016 até 04/01/2017 ao servidor municipal ZULNEI PETRIS JUNIOR ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1259/RH

PORTARIA Nº 1259/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 01/09/2016 até 29/12/2016 ao servidor municipal CELIO ALBINO ocupante do cargo de provimento efetivo Coveiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1260/RH

PORTARIA Nº 1260/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0930/RH, de 05/08/2016, pelo período de 28/10/2016 até 26/01/2017 ao servidor municipal CELSO LUIS MARCHI ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1261/RH

PORTARIA Nº 1261/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1148/RH, de 03/10/2016, pelo período de 18/11/2016 até 31/01/2017 ao servidor municipal EDSON RICARDO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1262/RH

PORTARIA Nº 1262/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 19/10/2016 até 16/11/2016 a servidora municipal BEATRIZ PETRY PFLEGER, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda

Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1263/RH

PORTARIA Nº 1263/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1057/RH, de 06/09/2016, pelo período de 01/11/2016 até 29/01/2017, a servidora municipal RITA DE CASSIA GUTJAHR ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1264/RH

PORTARIA Nº 1264/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 18/10/2016 até 01/12/2016, a servidora municipal MARIA TEREZINHA MADEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1265/RH

PORTARIA Nº 1265/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 19/10/2016 até 02/12/2016, a servidora municipal LORDES RECH ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1266/RH

PORTARIA Nº 1266/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 28/10/2016 até 25/12/2016, a servidora municipal SANDRA APARECIDA MAYERLE LAMEGO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1267/RH

PORTARIA Nº 1267/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0812/RH, pelo período de 18/10/2016 até 15/01/2017, a servidora municipal MARGARETE DUBIELA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1268/RH

PORTARIA Nº 1268/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1211/RH, de 24/10/2016, pelo período de 22/10/2016 até 25/12/2016, ao servidor municipal LUIS CARLOS VOLTOLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1269/RH

PORTARIA Nº 1269/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1021/RH, de 29/08/2016, pelo período de 16/11/2016 até 14/02/2017, a servidora municipal ADRIANA MAISA NIKEL WETZTEIN ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1270/RH

PORTARIA Nº 1270/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 31/10/2016 até 28/01/2017, a servidora municipal CINTIA SCHNEIDER ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1291/RH

PORTARIA Nº 1291/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 27/09/2016 até 10/01/2017, ao servidor municipal JAIR LEANDRO FERREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1292/RH

PORTARIA Nº 1292/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 01/11/2016 até 14/01/2017, a servidora municipal TANIA BAASCH BREMER ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1293/RH

PORTARIA Nº 1293/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 11/11/2016 até 10/12/2016, a servidora municipal MARIA LUCIANA DA SILVA CAMARGO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1294/RH

PORTARIA Nº 1294/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 09/11/2016 até 08/12/2016, a servidora municipal DAIZE GIOVANELLA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 1295/RH

PORTARIA Nº 1295/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia

Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0929/RH, de 05/08/2016, pelo período de 21/11/2016 até 18/02/2017, ao servidor municipal VALDECIR DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1295/RH

PORTARIA Nº 1295/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0929/RH, de 05/08/2016, pelo período de 21/11/2016 até 18/02/2017, ao servidor municipal VALDECIR DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1296/RH

PORTARIA Nº 1296/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 18/11/2016 até 01/01/2017, ao servidor municipal MATEUS DE ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1297/RH

PORTARIA Nº 1297/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 08/11/2016 até 06/01/2017, a servidora municipal JACIRA PALADINO MAIA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1298/RH

PORTARIA Nº 1298/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 21/11/2016 até 16/12/2016, a servidora municipal ELIANE VIVAN DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1300/RH

PORTARIA Nº 1300/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1136/RH, 03/10/2016, pelo período de 25/11/2016 até 24/12/2016, a servidora municipal MARLI CAMARGO ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de novembro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA Nº 0079/RH

PORTARIA Nº. 0079/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, para HENRY JOAO ERHERDT, (Protocolo 157482/2016), em virtude do falecimento ocorrido no dia 20/01/2016, do servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor – Henry Joao Erhardt, conforme Certidão de óbito de Matrícula Nº. 105262 01 55 2016 4 00047 065 0017369 38, de acordo com o Art. 275, da Lei Complementar nº. 309/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Papf

Portaria Nº 1275/2016

PORTARIA N. 1275/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a pedido, a servidora LINDAMIR LUCIANA SCHNEIDER DA SILVA, matrícula nº 79464/05, portadora do cargo de provimento efetivo de Professora (40h), da função comissionada de Chefe da Divisão de Ensino Fundamental – Séries Iniciais da Secretaria Municipal de Educação, sendo 31/10/2016 seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de novembro de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ahr

RESUMO DO CONTRATO 151/2016

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 151/2016

Convite nº 096/2016

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Cervale Serviços Elétricos Ltda - EPP

Objeto: serviços e material para manutenção, instalação e revitalização da iluminação públicas na Al. Aristiliano Ramos, Rua Anita Garibaldi, Rua Coelho Neto, Trevo BR 470 e Valada São Paulo do Município de Rio do Sul,

Valor: R\$ 105.204,89 (cento e cinco mil e duzentos e quatro reais e oitenta e nove centavos).

Prazo de Execução: 45 (quarenta e cinco) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 02 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006/2016

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 006/2016 firmado em 11/02/2016, com término previsto para 16/12/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA CARDOZO HOEPERS portador(a) do CPF nº 005.042.029-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 08/11/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli, em substituição a Jacira Paladino Maia, que está em “Licença para Tratamento de Saúde”.

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/12/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA PAULA CARDOZO HOEPERS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016**
EDITAL DE LICITAÇÃO

Aviso de Republicação do Pregão Presencial nº 040/2016, referente à Registro de Preços para aquisição de tiras dosagem de glicemia, pelo período de 12 (doze) meses, atendendo a Secretaria Municipal de Saúde.

PREÂMBULO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, por intermédio de seu Secretário Municipal de Saúde designado pelo Decreto nº 4882/2015, torna público para conhecimento dos interessados, a modificação do Pregão Presencial nº 040/2016 previsto para o dia no dia 09 de dezembro de 2016 às 08:30h, na Sede da Prefeitura, situada à Praça 25 de julho, 01, Centro, Rio do Sul, SC, CEP 89.160-150:

CAPITULO I – DAS ALTERAÇÕES

1.1 – Fica retificado nova data para realização do certame:

Dia 16 de dezembro, às 08:30 horas, entrega e abertura de envelopes.

Até 16 de dezembro, às 09:00 horas, credenciamento e abertura da sessão de lances.

1.2 Fica retificado o subitem do descrito técnico do edital:

Onde lê: 1 – capacidade de medição entre 10 mg/dl e 600 mg/dl;

Leia – se: 1 – capacidade de medição entre 20 mg/dl e 600 mg/dl;

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, SC, em 06 de dezembro de 2016.

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 102/2016 COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA O ANO DE 2017,

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 102/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA O ANO DE 2017, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 15/12/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 15/12/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 5 de dezembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 103/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA,

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 103/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 19/12/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 19/12/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 6 de dezembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

RELATÓRIO CI 5º BIMESTRE DE 2016 RIO DOS CEDROS**Município de Rio dos Cedros****Estado de Santa Catarina**

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO**PODER EXECUTIVO****COMPETÊNCIA: 5º BIMESTRE DE 2016****Artigo 5º da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-11/2004**

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;
- II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e
- III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de decreto, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao 5º bimestre de 2016, priorizando-se as demonstrações relativas a:

- Planejamento
- Orçamento Fiscal
- Execução Orçamentária
- Limites Constitucionais e Legais
- Gerenciais
- Metas Bimestrais de Arrecadação

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos anos do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispôs sobre o PPA (Quadriênio 2014/2017), através da Lei Municipal nº 1.799 01 de Outubro de 2013, onde estão definidos para o Período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que **a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.**

Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2016 através da Lei Municipal nº 1.876 21 de Outubro de 2015 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165..... § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2016 fora aprovado pela Lei Municipal nº 1.884 02 de Dezembro de 2015 , o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Ações de Investimentos

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio). Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no bimestre analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

Unidade Gestora: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2001 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	757.400,00	1.560,00	1.560,00	407.108,22	350.291,78
Total da Unidade	757.400,00	1.560,00	1.560,00	407.108,22	350.291,78
Unidade Gestora: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1001 - AMPL. REDE ABASTECIMENTO AGUA TRATADA	661,50	0,00	551,25	0,00	110,25
1004 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	3.530.355,00	1.067.418,75	43.000,00	2.853.914,66	1.700.859,09
1005 - CONSTRUÇÃO, AMPL. REF. ESPAÇOS ESPORTIVOS	3.572,37	0,00	3.572,37	0,00	0,00
1007 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHOES	55.125,00	201.991,37	92.050,00	131.991,04	33.075,33
1008 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES	110.250,00	0,00	110.250,00	0,00	0,00
1009 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE C E I	68.355,00	0,00	68.355,00	0,00	0,00
1012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESG. SANIT. PLUVIAL AREA URB.	4.002.300,00	0,00	2.300,00	0,00	4.000.000,00
1013 - CONSTRUÇÃO DO PORTAL DA CIDADE	661,50	0,00	110,25	0,00	551,25
1015 - ABERTURA DE NOVAS RUAS	661,50	0,00	551,25	0,00	110,25
1016 - AQUISIÇÃO IMOVEL E CONTRUÇÃO GARAGEM	220,50	0,00	110,25	0,00	110,25
1017 - CONST. MUROS DE ARRIMO E PROTEÇÕES LATERAIS	220,50	0,00	110,25	0,00	110,25
1018 - CONSTRUÇÃO DE ROTULAS	220,50	0,00	110,25	0,00	110,25
1019 - CONSTRUÇÃO DE MIRANTES DE OBSERVAÇÃO					

5 / 32



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

	220,50	0,00	110,25	0,00	110,25
1020 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS					
	715.643,75	428.186,13	68.000,00	4.340,79	1.071.489,09
1026 - CIMVI - SANEAMENTO BASICO					
	14.791,14	32.026,83	3.401,97	43.416,00	0,00
1029 - DESASSOREAMENTO DE VIAS FLUVIAIS					
	661,50	0,00	110,25	0,00	551,25
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0001 - MANUT. DA DIVIDA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO					
	220,50	0,00	220,50	0,00	0,00
0002 - MANUT.DA DIVIDA FUNDADA SERVICOS URBANOS					
	859.950,00	0,00	130.000,00	348.594,40	381.355,60
0003 - ENCARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS - ADMINISTRAÇÃO					
	132.300,00	0,00	15.000,00	88.873,46	28.426,54
0004 - ENCARGOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS ENSINO FUND.					
	61.740,00	0,00	0,00	50.909,09	10.830,91
0005 - MANUT.DA PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL					
	547.942,50	26.000,00	0,00	442.866,36	131.076,14
0006 - MANUTENÇÃO DIVIDA FUNDADA- SERVIÇOS					
	220,50	0,00	220,50	0,00	0,00
2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO					
	286.650,00	0,00	0,00	257.656,66	28.993,34
2003 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA					
	71.662,50	14.000,00	0,00	65.765,09	19.897,41
2004 - MANUT. ATIVIDADES DIRETORIA ADMINISTRATIVA					
	1.053.990,00	194.354,85	9.180,00	970.962,83	268.202,02
2005 - MANUT.ATIVIDADES DA DIRETORIA FAZENDARIA					
	724.342,50	95.528,00	9.557,23	676.998,89	133.314,38
2006 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS					
	1.897.815,93	118.944,36	262.026,83	1.435.270,17	319.463,29
2007 - MANUT. E MELHORIA ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL					
	471.649,50	432.621,87	0,00	844.780,91	59.490,46
2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS					
	2.091.280,83	124.680,00	0,00	1.490.508,60	725.452,23
2009 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - FMC					
	146.632,50	4.604,00	4.604,00	112.493,11	34.139,39
2010 - MANUT. E DESENV. ENSINO FUNDAMENTAL					
	2.535.749,96	54.208,21	310.950,38	1.802.361,58	476.646,21
2011 - MANUTENÇÃO DE CRECHES					
	1.434.870,67	263.825,29	275.482,00	1.091.684,71	331.529,25
2012 - MANUT.CENTROS EDUCACAO INFANTIL-JARDINS					
	457.537,50	424.500,00	1.000,00	611.764,23	269.273,27
2013 - MANUT. TRANSP.ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL					
	635.040,00	128.723,45	19.000,00	654.575,90	90.187,55
2017 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA					
	573.300,00	0,00	0,00	425.124,98	148.175,02

6 / 32



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

2018 - DESENVOLV. DE PROGRAMAS DE REFLORESTAMENTO	551,25	0,00	0,00	272,79	278,46
2019 - MANUT. TRANSP. ESCOLAR - ENSINO INFANTIL	110.250,00	95.310,17	0,00	188.705,84	16.854,33
2020 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO ENSINO ESPECIAL	55.125,00	44.875,00	0,00	100.000,00	0,00
2021 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CANAIS DE IRRIGAÇÃO	2.205,00	0,00	2.205,00	0,00	0,00
2022 - APOIO A ESPECIALIZAÇÃO DE PROFESSORES	110,25	0,00	0,00	0,00	110,25
2024 - MANUT.DA OFICINA OFICIO PROFISSIONALIZANTE	1.653,75	0,00	1.653,75	0,00	0,00
2025 - GESTÃO ADMINISTRATIVA NA EDUCAÇÃO	832.387,50	0,00	0,00	551.914,84	280.472,66
2026 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	67.252,50	14.000,00	2.548,26	64.020,63	14.683,61
2027 - MANUT. MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	154.350,00	84.372,97	67.000,00	146.952,99	24.769,98
2028 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA MUNICIPAL	167.580,00	109.100,00	5.000,00	270.809,59	870,41
2029 - DESENV.PROJETOS PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	2.205,00	0,00	2.205,00	0,00	0,00
2030 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	44.100,00	0,00	0,00	38.543,56	5.556,44
2031 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5.512,50	0,00	5.469,66	42,84	0,00
2032 - MANUT. DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	16.537,50	0,00	0,00	11.753,04	4.784,46
2036 - MANUTENCAO MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL	55.125,00	66.379,94	24.000,00	76.787,72	20.717,22
2037 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MEDIO	198.450,00	358.717,10	0,00	295.021,53	262.145,57
2038 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR- ENSINO SUPERIOR	55.125,00	0,00	125,00	55.000,00	0,00
2039 - APOIAR ACOES DA POLICIA CIVIL	7.166,25	24.498,15	0,00	1.420,83	30.243,57
2042 - CIMVI - RESIDUOS SOLIDOS	99.225,00	0,00	0,00	65.807,62	33.417,38
2043 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	110,25	0,00	110,25	0,00	0,00
2044 - MANUTENCAO DO PROGRAMA COLETA SELETIVA DE LIXO	8.820,00	0,00	0,00	7.480,00	1.340,00
2045 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO P/COLETA E COMPACTAÇÃO	661,50	0,00	110,25	0,00	551,25
2047 - REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE	562.275,00	43.000,00	0,00	438.735,35	166.539,65

7 / 32



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

2048 - Manutenção do Fundo Defesa Civil - Fumdec	16.537,50	11.450,00	0,00	23.450,95	4.536,55
2049 - RETIFICAÇÃO DE ESTRADAS	110,25	0,00	110,25	0,00	0,00
2050 - RECUP. E MANUT. DE PONTES E PONTILHÕES	77.175,00	0,00	0,00	38.891,53	38.283,47
2051 - AQUIS.EQUIP. MAQ. E VEICULOS PARA O SETOR	66.550,00	333.456,98	0,00	400.000,00	6,98
2053 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS	551,25	0,00	551,25	0,00	0,00
2054 - INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.125,00	0,00	1.125,00	0,00	0,00
2055 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO DESPORTO	124.582,50	0,00	0,00	74.879,05	49.703,45
2056 - AQUIS.EQUIP.MAQ. E VEICULOS P/SETOR AGRICULTURA	44.100,00	0,00	44.100,00	0,00	0,00
2076 - SINALIZACAO TURISTICA NO MUNICIPIO	22.050,00	0,00	17.162,50	1.580,00	3.307,50
2077 - MANUT. DA BIBLIOTECA PUBLICA MINICIPAL	220,50	0,00	220,50	0,00	0,00
2080 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV.	6.615,00	0,00	1.000,00	1.642,49	3.972,51
2081 - C. CORP - CONVENIO CORPO DE BOMBEIROS	145.531,18	59.623,93	12.770,90	150.578,61	41.805,60
2082 - APOIAR ACOES DA POLICIA MILITAR	27.562,50	26.075,13	0,00	25.643,31	27.994,32
2089 - CIMVI - TURISMO	20.347,74	2.548,26	0,00	22.896,00	0,00
2090 - CIMVI - MANUTENCAO	21.154,77	2.029,23	0,00	23.184,00	0,00
2091 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS	34.993,35	0,00	4.273,35	30.720,00	0,00
9998 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FUNDO DE SAUDE	3.307,50	0,00	0,00	0,00	3.307,50
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA MUNICIPAL	30.870,00	0,00	0,00	0,00	30.870,00
Total da Unidade	25.576.977,94	4.887.049,97	1.621.675,70	17.511.588,57	11.330.763,64

Unidade Gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1014 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MELHORIAS UNIDADES SAUDE	494.476,25	0,00	44.651,25	0,00	449.825,00
1025 - AQUISICAO DE IMOVEL - UNIDADE DE SAUDE	55.125,00	0,00	55.125,00	0,00	0,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2014 - MANUTENCAO DOS SERVICOS GERAIS DE SAUDE					



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

	4.527.433,13	1.224.247,29	194.437,04	4.679.553,00	877.690,38
2015 - MANUTENÇÃO DO CEMITERIO MUNICIPAL					
	3.307,50	4.700,00	0,00	6.382,23	1.625,27
2016 - MANUTENÇÃO DO CLUBE DO IDOSO					
	22.050,00	2.900,00	0,00	23.031,40	1.918,60
2023 - MAN. DO CONS. TUTELAR DA CRIANÇA E ADOLESCENTE					
	82.687,50	32.500,00	2.500,00	86.216,18	26.471,32
2033 - MAN.FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA					
	134.505,00	0,00	61.500,00	71.926,66	1.078,34
2034 - MAN.AMPL.PROGRAMA HABITAÇÃO SOCIAL					
	2.102,50	0,00	0,00	1.042,99	1.059,51
2035 - MAN. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
	253.575,00	113.107,92	134.002,75	137.487,56	95.192,61
2041 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA					
	35.280,00	107.000,00	2.000,00	91.603,41	48.676,59
2070 - AQUIS. EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA SECRET.SAUDE					
	179.153,62	0,00	34.673,62	0,00	144.480,00
2074 - MANUTENCAO ATIVIDADES VIGILANCIA SANITARIA					
	109.836,56	144.497,68	75.697,81	23.747,28	154.889,15
2079 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA					
	1.102,50	0,00	1.102,50	0,00	0,00
2086 - CISA - MANUTENCAO					
	16.537,50	8.766,09	379,59	24.924,00	0,00
2087 - CISA - SERVICOS AMBULATORIAIS HOSPITALARES					
	187.425,00	19.530,95	37.485,00	113.562,57	55.908,38
2088 - CISA - MEDICAMENTOS					
	61.025,00	127.452,73	0,00	147.458,65	41.019,08
Total da Unidade	6.165.622,06	1.784.702,66	643.554,56	5.406.935,93	1.899.834,23
Total Geral	32.500.000,00	6.673.312,63	2.266.790,26	23.325.632,72	13.580.889,65



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 1.884 02 de Dezembro de 2015, estima a Receita em R\$ 32.500.000,00 e fixa a Despesa em 32.500.000,00.

Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Período em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015		Decreto: 109162/2016				Data Lançamento: 01/09/2016				
Data Lei: 02/12/2015		Data Decreto: 01/09/2016				Código da Suplementação: 32				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	12	05,001.0012.0365.0050.2019.3339000000000000	01190000	20.653,00	Excesso	4172401000000000		01190000	20.653,00
					Total do Lote			Total	20.653,00	
						Anulação:	0,00	Excesso:	20.653,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015		Decreto: 1509161/2016				Data Lançamento: 15/09/2016				
Data Lei: 02/12/2015		Data Decreto: 15/09/2016				Código da Suplementação: 33				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	323	05,001.0012.0361.0060.2010.3449000000000000	03320000	13.740,47	Superávit			03320000	13.740,47
					Total do Lote			Total	13.740,47	
						Anulação:	0,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	13.740,47	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015		Decreto: 1509162/2016				Data Lançamento: 15/09/2016				
Data Lei: 02/12/2015		Data Decreto: 15/09/2016				Código da Suplementação: 34				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	124	04,001.0015.0452.0030.2007.3339000000000000	01080000	80.000,00	Excesso	4123000000000000		01080000	80.000,00
					Total do Lote			Total	80.000,00	
						Anulação:	0,00	Excesso:	80.000,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1921/2016			Decreto: 1609161/2016			Data Lançamento: 16/09/2016				
Data Lei: 16/09/2016			Data Decreto: 16/09/2016			Código da Suplementação: 35				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	40	10,002,0008,0244,0140,2015,3339000000000000	01000000	2.000,00	Anulação Dotação	189	10,002,0008,0244,0140,2035,3449000000000000	01000000	14.000,00
1	Suplementar	2	10,002,0008,0244,0140,2035,3339000000000000	01000000	61.500,00					
1	Suplementar	136	10,002,0008,0244,0140,2041,3339000000000000	01000000	12.000,00	Anulação Dotação	4	10,003,0008,0243,0130,2033,3339000000000000	01000000	59.000,00
Total do Lote					75.500,00	Anulação Dotação	50	10,003,0008,0243,0130,2033,3449000000000000	01000000	2.500,00
						Total				75.500,00
						Anulação:	75.500,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1922/2016			Decreto: 2209161/2016			Data Lançamento: 22/09/2016				
Data Lei: 22/09/2016			Data Decreto: 22/09/2016			Código da Suplementação: 36				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	196	05.001.0012.0361.0060.1020.3449000000000000	01190000	86.407,38	Anulação	26	05.001.0012.0361.0060.2010.3319000000000000	01190000	1.000,00
1	Suplementar	324	05.001.0012.0361.0060.1020.3449000000000000	01010000	230.000,00	Dotação	192	05.001.0012.0361.0060.2010.3449000000000000	01190000	38.925,38
Total do Lote					316.407,38	Anulação	144	05.001.0012.0365.0050.2011.3319000000000000	01010000	230.000,00
						Dotação	199	05.001.0012.0365.0050.2011.3449000000000000	01190000	45.482,00
						Anulação	82	05.001.0012.0365.0050.2012.3319000000000000	01190000	1.000,00
						Total				316.407,38
						Anulação:	316.407,38	Excesso:	0,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS											
Lei: 1884/2015			Decreto: 2809162/2016			Data Lançamento: 28/09/2016					
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 28/09/2016			Código da Suplementação: 37					
Crédito Adicional						Origem de Recursos					
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor	
1	Suplementar	314	05.001.0012.0365.0050.2012.33190000000000	01180000	46.000,00	Excesso	417240100000000		01180000	46.000,00	
					Total do Lote					Total	46.000,00
					46.000,00						
						Anulação:	0,00	Excesso:	46.000,00		
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00		
						Convênio:	0,00				

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS											
Lei: 1884/2015			Decreto: 310162/2016			Data Lançamento: 03/10/2016					
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 03/10/2016			Código da Suplementação: 38					
Crédito Adicional						Origem de Recursos					
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor	
1	Suplementar	311	05.001.0012.0365.0050.2019.3339000000000000	03010000	19.690,00	Superávit			03010000	19.690,00	
Total do Lote					19.690,00	Total					19.690,00
						Anulação:	0,00	Excesso:			
						Superávit:	19.690,00	Op. de Crédito:	0,00		
						Convênio:	0,00				

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 410161/2016			Data Lançamento: 04/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 04/10/2016			Código da Suplementação: 39				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	314	05.001.0012.0365.0050.2012.33190000000000	01180000	500,00	Excesso	417240100000000		01180000	500,00
					Total do Lote	500,00				
						Anulação:	0,00	Excesso:	500,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina
Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000
CNPJ. 83.102.806/0001-18

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1927/2016			Decreto: 510161/2016			Data Lançamento: 05/10/2016				
Data Lei: 05/10/2016			Data Decreto: 05/10/2016			Código da Suplementação: 40				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	325	05.001.0012.0365.0050.2012.3339000000000000	01010000	40.000,00	Anulação Dotação	6	05.001.0012.0361.0060.2010.3339000000000000	01010000	70.000,00
1	Suplementar	326	05.001.0012.0365.0050.2012.3449000000000000	01010000	30.000,00					
Total do Lote					70.000,00				Total	70.000,00
						Anulação:	70.000,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 510162/2016			Data Lançamento: 05/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 05/10/2016			Código da Suplementação: 41				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	198	06.001.0020.0606.0110.2028.3339000000000000	01000000	5.000,00	Anulação Dotação	114	06.001.0020.0606.0110.2028.3449000000000000	01000000	5.000,00
1	Suplementar	204	10.002.0008.0243.0130.2023.3339000000000000	01000000	1.000,00	Anulação Dotação	186	10.002.0008.0243.0130.2023.3449000000000000	01000000	1.000,00
Total do Lote					6.000,00				Total	6.000,00
						Anulação:	6.000,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 710161/2016			Data Lançamento: 07/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 07/10/2016			Código da Suplementação: 42				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	70	05.001.0012.0361.0060.2010.3339000000000000	01190000	19.000,00	Excesso	4172401000000000		01190000	19.000,00
Total do Lote					19.000,00				Total	19.000,00
						Anulação:	0,00	Excesso:	19.000,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 1410161/2016			Data Lançamento: 14/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 14/10/2016			Código da Suplementação: 43				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	124	04.001.0015.0452.0030.2007.3339000000000000	01080000	100.000,00	Excesso	4123000000000000		01080000	100.000,00
Total do Lote					100.000,00				Total	100.000,00
						Anulação:	0,00	Excesso:	100.000,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 1410162/2016			Data Lançamento: 14/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 14/10/2016			Código da Suplementação: 44				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	327	04.001.0015.0451.0020.1004.3449000000000000	03640000	117.542,44	Superávit			03640000	179.233,45
1	Suplementar	328	04.002.0026.0782.0020.1007.3449000000000000	03640000	61.691,01				Total	179.233,45
Total do Lote					179.233,45					
						Anulação:	0,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	179.233,45	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 1710161/2016			Data Lançamento: 17/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 17/10/2016			Código da Suplementação: 45				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	212	03.001.0004.0122.0015.2004.3339000000000000	01000000	9.180,00	Anulação Dotação	154	03.001.0004.0122.0015.2004.3337100000000000	01000000	2.000,00
1	Suplementar	166	03.001.0004.0122.0015.2005.3339000000000000	01000000	7.528,00	Anulação Dotação	25	03.001.0004.0122.0015.2004.3449000000000000	01000000	7.180,00
Total do Lote					16.708,00	Anulação Dotação	14	03.001.0004.0122.0015.2005.3449000000000000	01000000	7.528,00
									Total	16.708,00
						Anulação:	16.708,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 1710162/2016			Data Lançamento: 17/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 17/10/2016			Código da Suplementação: 46				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	137	04.001.0015.0452.0030.2006.3339000000000000	01120000	10.000,00	Excesso	4191915000000000		01120000	10.000,00
1	Suplementar	39	05.001.0012.0361.0060.2027.3339000000000000	01376000	21.000,00	Excesso	4172135030000000		01376000	38.000,00
1	Suplementar	128	05.001.0012.0365.0050.2036.3339000000000000	01376000	17.000,00				Total	48.000,00
					Total do Lote					
					48.000,00					
						Anulação:	0,00	Excesso:	48.000,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1929/2016			Decreto: 1910161/2016			Data Lançamento: 19/10/2016				
Data Lei: 19/10/2016			Data Decreto: 19/10/2016			Código da Suplementação: 47				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	329	05.001.0012.0361.0060.1020.3449000000000000	01000000	91.125,00	Anulação	197	05.001.0012.0361.0060.2010.3339000000000000	01360000	11.025,00
1	Suplementar	324	05.001.0012.0361.0060.1020.3449000000000000	01010000	1.653,75	Dotação				
1	Suplementar	196	05.001.0012.0361.0060.1020.3449000000000000	01190000	19.000,00	Anulação	147	05.001.0012.0361.0060.2013.3339000000000000	01190000	19.000,00
1	Suplementar	173	05.001.0012.0361.0060.2013.3339000000000000	01360000	11.025,00	Dotação				
					Total do Lote					
					122.803,75					
						Anulação	69	05.001.0012.0361.0060.2027.3339000000000000	01000000	67.000,00
						Dotação				
						Anulação	19	05.001.0012.0363.0078.2024.3319000000000000	01010000	550,00
						Dotação				
						Anulação	30	05.001.0012.0363.0078.2024.3339000000000000	01010000	553,75
						Dotação				
						Anulação	168	05.001.0012.0363.0078.2024.3449000000000000	01010000	550,00
						Dotação				
						Anulação	171	05.001.0012.0364.0075.2038.3335000000000000	01000000	125,00
						Dotação				
						Anulação	17	05.001.0012.0365.0050.2036.3339000000000000	01000000	24.000,00
						Dotação				
								Total		122.803,75
						Anulação:	122.803,75	Excesso:	0,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 2110161/2016			Data Lançamento: 21/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 21/10/2016			Código da Suplementação: 48				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	7	09.001.0006.0182.0035.2081.3339000000000000	01800100	12.270,90	Anulação	194	09.001.0006.0182.0035.2081.3449000000000000	01800100	12.270,90
					Total do Lote					
					12.270,90					
						Anulação:	12.270,90	Excesso:	0,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 2610161/2016			Data Lançamento: 26/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 26/10/2016			Código da Suplementação: 49				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	314	05.001.0012.0365.0050.2012.3319000000000000	01180000	44.000,00	Excesso	4172401000000000		01180000	44.000,00
					Total do Lote					
					44.000,00					
						Anulação:	0,00	Excesso:	44.000,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 3110161/2016			Data Lançamento: 31/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 31/10/2016			Código da Suplementação: 50				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	159	05.002.0013.0392.0090.2009.3339000000000000	01000000	4.604,00	Anulação	169	05.002.0013.0392.0090.2009.3337100000000000	01000000	2.004,00
1	Suplementar	204	10.002.0008.0243.0130.2023.3339000000000000	01000000	1.500,00	Dotação				
					Total do Lote					
					6.104,00					
						Anulação	13	05.002.0013.0392.0090.2009.3449000000000000	01000000	2.600,00
						Dotação				
						Anulação	11	10.002.0008.0243.0130.2023.3319000000000000	01000000	1.500,00
						Dotação				
								Total		6.104,00
						Anulação:	6.104,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina
Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000
CNPJ. 83.102.806/0001-18

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 3110162/2016			Data Lançamento: 31/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 31/10/2016			Código da Suplementação: 51				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	319	10.002.0008.0241.0140.2016.3339000000000000	03000000	1.600,00	Superávit			03000000	1.600,00
Total do Lote					1.600,00				Total	1.600,00
						Anulação:	0,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	1.600,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Total Geral										
Anulação :		625.794,03	Excesso:	358.153,00	Transposição Incremento:	0,00	Convênio:		0,00	
Superavit:		214.263,92	Op. de Crédito:	0,00	Transposição Decremento:	0,00				

Resumo por Vínculos							
Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
1000000	195.437,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1010000	301.653,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1080000	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1120000	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1180000	0,00	0,00	90.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1190000	105.407,38	0,00	39.653,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1360000	11.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1376000	0,00	0,00	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1800100	12.270,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3000000	0,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3010000	0,00	19.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3320000	0,00	13.740,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3640000	0,00	179.233,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	625.794,03	214.263,92	358.153,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS									
Lei: 1884/2015			Decreto: 109161/2016			Data Lançamento: 01/09/2016			
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 01/09/2016			Código da Suplementação: 11			
Crédito Adicional						Origem de Recursos			
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo Valor
1	Suplementar	317	10.001.0010.0301.0150.2014.3339000000000000	03000000	140.000,00	Superávit			03000000 140.000,00
Total do Lote					140.000,00				Total 0,00 140.000,00
						Anulação:	0,00	Excesso:	0,00
						Superávit:	140.000,00	Op. de Crédito:	0,00
						Convênio:	0,00		

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS											
Lei: 1884/2015			Decreto: 2109161/2016			Data Lançamento: 21/09/2016					
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 21/09/2016			Código da Suplementação: 12					
Crédito Adicional						Origem de Recursos					
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor	
1	Suplementar	317	10.001.0010.0301.0150.2014.3339000000000000	03000000	50.000,00	Superávit			03000000	50.000,00	
Total do Lote					50.000,00				Total	50.000,00	
						Anulação:	0,00	Excesso:			
						Superávit:	50.000,00	Op. de Crédito:	0,00		
						Convênio:	0,00				

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 2809161/2016			Data Lançamento: 28/09/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 28/09/2016			Código da Suplementação: 13				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	320	10,001,0010,0301,0150,2014,3319000000000000	01676414	11.637,04	Anulação Dotação	234	10,001,0010,0301,0150,2014,3339000000000000	01676414	11.637,04
Total do Lote					11.637,04					
						Anulação:	11.637,04	Excesso:	0,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina
Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000
CNPJ. 83.102.806/0001-18

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 310161/2016			Data Lançamento: 03/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 03/10/2016			Código da Suplementação: 14				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	317	10.001.0010.0301.0150.2014.3339000000000000	03000000	175.000,00	Superávit			03000000	175.000,00
					Total do Lote				Total	175.000,00
						Anulação:	0,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	175.000,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 310163/2016			Data Lançamento: 03/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 03/10/2016			Código da Suplementação: 15				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	227	10.001.0010.0301.0150.2088.3339300000000000	01386400	1.450,00	Excesso	417213300030000		01386400	1.450,00
					Total do Lote				Total	1.450,00
						Anulação:	0,00	Excesso:	1.450,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 2410161/2016			Data Lançamento: 24/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 24/10/2016			Código da Suplementação: 16				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	227	10.001.0010.0301.0150.2088.3339300000000000	01386400	2.280,00	Excesso	417213300030000		01386400	2.280,00
					Total do Lote				Total	2.280,00
						Anulação:	0,00	Excesso:	2.280,00	
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 2410162/2016			Data Lançamento: 24/10/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 24/10/2016			Código da Suplementação: 17				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	317	10.001.0010.0301.0150.2014.3339000000000000	03000000	7.500,00	Superávit			03000000	7.500,00
					Total do Lote				Total	7.500,00
						Anulação:	0,00	Excesso:		
						Superávit:	7.500,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Total Geral										
Anulação :		11.637,04	Excesso:		3.730,00	Transposição Incremento:		0,00	Convênio:	
Superavit:		372.500,00	Op. de Crédito:		0,00	Transposição Decremento:		0,00		
Resumo por Vínculos										
Vínculo	Anulação	Superavit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio			
1386400	0,00	0,00	3.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
1676414	11.637,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
3000000	0,00	372.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Total	11.637,04	372.500,00	3.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a "velocidade" que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve "pisar o pé no freio". Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá "acelerar" um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) Até o Bimestre em análise, verifica-se Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ - 1.181.760,85.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Déficit
22.143.871,87	23.325.632,72	-1.181.760,85

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) até o bimestre analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R\$ 1.566.046,13.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Superávit (=)
22.143.871,87	20.577.825,74	1.566.046,13



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 22.143.871,87 equivalente a 68.13% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada	Arrecadas Até o Bimestre	
Receitas Correntes (I)	23.728.627,25	20.718.781,69	87.32%
Receitas de Capital (II)	8.771.372,75	1.425.090,18	16.25%
TOTAL (+II)	32.500.000,00	22.143.871,87	68.13%

Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 2.305.530,27 equivalente a 10.41% do total arrecadado.

Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada até o bimestre importou em R\$ 866.092,58 equivalente a 3.91% do total arrecadado.

Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada até o bimestre importou em R\$ 604.778,54 equivalente a 2.73% do total arrecadado.

Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada até o bimestre importou em R\$ 49.711,08 equivalente a 0.22% do total arrecadado.



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas até o bimestre importaram em R\$ 16.600.513,41 equivalente a 74.97% do total arrecadado.

Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados até o bimestre importaram em R\$ 292.155,81 equivalente a 1.32% do total arrecadado.

Alienação de Bens

É aquela decorrente do processo de transferência de domínio de bens móveis e imóveis públicos a terceiros.

A receita proveniente de Alienação de Bens, até o bimestre, importou em R\$ 35.760,00 equivalente a 0.16% do total arrecadado.

Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas até o bimestre importaram em R\$ 1.389.330,18 equivalente a 6.27% do total arrecadado.

**Município de Rio dos Cedros****Estado de Santa Catarina**

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada Até o Bimestre importou em R\$ 23.325.632,72, equivalente a 63.20% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
36.906.522,37	23.325.632,72	63.20%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada Até o Bimestre importou em R\$ 20.577.825,74, equivalente a 88.22% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
23.325.632,72	20.577.825,74	88.22%

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga Até o Bimestre importou em R\$ 19.629.586,18, equivalente a 95.39% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
20.577.825,74	19.629.586,18	95.39%



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
0001 - Câmara de Vereadores	407.108,22	397.145,23	396.905,23
0002 - Gabinete do Prefeito	346.872,70	334.063,62	333.776,32
0003 - Administração Geral	2.202.885,54	2.112.716,87	2.107.538,38
0004 - Diretoria de Obras e Serviços Urbanos	8.099.390,28	5.755.583,26	5.094.189,81
0005 - Secretaria de Educação	5.869.330,47	5.713.286,64	5.608.055,73
0006 - Diretoria de Fomento Agropecuario	726.927,36	700.990,76	667.318,25
0007 - Diretoria de Turismo	88.496,63	82.070,71	80.088,01
0008 - Diretoria de Desenvolvimento Economico	42,84	42,84	42,84
0009 - Segurança Pública	177.642,75	164.373,40	148.492,46
0010 - Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	5.406.935,93	5.317.552,41	5.193.179,15
0090 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
0091 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Total	23.325.632,72	20.577.825,74	19.629.586,18

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas				Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas				Saldo (e) = (a-d)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)	% (b) / tot.(b)			Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	% (d) / tot.(d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	32.500.000,00	36.906.522,37	4.090.255,12	23.325.632,72	100,00	13.580.889,65	4.906.511,79	20.577.825,74	100,00	16.328.696,63		
Legislativa	757.400,00	757.400,00	70.910,82	407.108,22	1,75	350.291,78	75.735,67	397.145,23	1,93	360.254,77		
Ação Legislativa	757.400,00	757.400,00	70.910,82	407.108,22	1,75	350.291,78	75.735,67	397.145,23	1,93	360.254,77		
Administração	2.164.988,52	2.445.017,46	328.863,05	1.994.610,31	8,55	450.407,15	363.505,77	1.904.182,56	9,25	540.834,90		
Administração Geral	2.164.988,52	2.445.017,46	328.863,05	1.994.610,31	8,55	450.407,15	363.505,77	1.904.182,56	9,25	540.834,90		
Segurança Pública	196.797,43	305.673,74	31.585,96	201.093,70	0,86	104.580,04	43.280,16	175.274,35	0,85	130.399,39		
Policimento	34.728,75	85.302,03	6.893,07	27.064,14	0,12	58.237,89	6.905,85	26.741,92	0,13	58.560,11		
Defesa Civil	162.068,68	220.371,71	24.692,89	174.029,56	0,75	46.342,15	36.374,31	148.532,43	0,72	71.839,28		
Assistência Social	534.610,00	593.712,67	55.183,93	417.690,43	1,79	176.022,24	65.157,50	401.282,94	1,96	192.429,73		
Assistência ao Idoso	22.050,00	24.950,00	0,00	23.031,40	0,10	1.918,60	4.308,96	20.652,08	0,10	4.297,92		
Assistência à Criança e ao Adolescente	217.192,50	185.692,50	14.487,40	158.142,84	0,68	27.549,66	14.662,08	156.857,03	0,76	28.835,47		
Assistência Comunitária	295.367,50	383.070,17	40.696,53	236.516,19	1,01	146.553,98	46.186,46	223.773,83	1,09	159.296,34		
Previdência Social	547.942,50	573.942,50	82.822,22	442.866,36	1,90	131.076,14	82.822,22	442.866,36	2,15	131.076,14		
Previdência Complementar	547.942,50	573.942,50	82.822,22	442.866,36	1,90	131.076,14	82.822,22	442.866,36	2,15	131.076,14		
Saúde	5.631.012,06	6.713.057,49	939.562,44	4.989.245,50	21,39	1.723.811,99	968.281,38	4.916.269,47	23,89	1.796.788,02		
Atenção Básica	5.333.750,30	6.364.950,11	923.580,26	4.851.935,65	20,80	1.513.014,46	950.703,64	4.779.980,40	23,23	1.584.969,71		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	187.425,00	169.470,96	15.845,58	113.562,57	0,49	55.969,36	15.945,96	113.562,57	0,55	55.969,36		
Vigilância Sanitária	109.838,96	179.636,43	156,60	23.747,28	0,10	154.889,15	1.731,96	22.726,50	0,11	155.969,93		
Educação	7.436.560,88	8.439.843,01	1.218.178,62	5.590.863,17	23,97	2.848.979,84	1.301.965,50	5.446.268,09	26,47	2.993.574,92		
Ensino Fundamental	4.873.281,46	5.103.821,84	685.460,42	3.160.146,10	13,55	1.943.675,74	704.119,18	3.066.637,52	14,90	2.037.184,32		
Ensino Médio	198.450,00	557.167,10	99.999,75	295.021,53	1,28	262.145,57	99.999,75	295.021,53	1,43	262.145,57		
Ensino Profissional	1.653,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ensino Superior	55.125,00	55.000,00	0,00	55.000,00	0,24	20.000,00	55.000,00	55.000,00	0,27	0,00		
Educação Infantil	2.236.388,17	2.607.316,57	430.006,21	1.968.942,50	8,44	638.374,07	441.534,33	1.917.856,00	9,32	689.460,57		
Educação de Jovens e Adultos	16.537,50	16.537,50	2.712,24	11.753,04	0,05	4.784,46	2.712,24	11.753,04	0,06	4.784,46		
Educacao Especial	55.125,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,43	0,00	33.600,00	100.000,00	0,49	0,00		
Cultura	153.468,00	152.247,50	15.481,48	114.135,60	0,49	38.111,90	23.081,36	109.725,83	0,53	42.521,67		
Difusão Cultural	153.468,00	152.247,50	15.481,48	114.135,60	0,49	38.111,90	23.081,36	109.725,83	0,53	42.521,67		
Urbanismo	6.465.513,18	7.820.707,33	871.564,46	5.572.701,09	23,89	2.248.006,24	1.356.783,74	3.494.735,68	16,98	4.325.971,65		
Infra-Estrutura Urbana	3.531.888,50	4.555.545,50	117.542,44	2.853.914,66	12,24	1.701.630,84	941.231,53	1.220.501,41	5,93	3.335.044,09		
Serviços Urbanos	2.933.614,68	3.265.161,83	754.022,02	2.718.786,43	11,66	546.375,40	415.552,21	2.274.234,27	11,05	990.927,56		
Saneamento	4.125.797,64	4.152.012,25	11.683,50	116.703,62	0,50	4.035.308,63	27.037,02	111.763,34	0,54	4.040.248,91		
Saneamento Básico Urbano	4.125.797,64	4.152.012,25	11.683,50	116.703,62	0,50	4.035.308,63	27.037,02	111.763,34	0,54	4.040.248,91		
Gestão Ambiental	37.749,60	31.271,25	0,00	30.992,79	0,13	278,46	10.277,70	28.401,52	0,14	2.869,73		
Preservação e Conservação Ambiental	37.749,60	31.271,25	0,00	30.992,79	0,13	278,46	10.277,70	28.401,52	0,14	2.869,73		
Agricultura	787.185,00	844.980,00	73.125,62	695.934,57	2,98	149.045,43	126.133,65	672.589,24	3,27	172.390,76		
Extensão Rural	784.980,00	844.980,00	73.125,62	695.934,57	2,98	149.045,43	126.133,65	672.589,24	3,27	172.390,76		
Irrigação	2.205,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Comércio e Serviços	109.870,74	106.597,99	7.481,68	88.496,63	0,38	18.101,36	15.661,91	82.070,71	0,40	24.527,28		
Turismo	109.870,74	106.597,99	7.481,68	88.496,63	0,38	18.101,36	15.661,91	82.070,71	0,40	24.527,28		
Transporte	2.290.241,08	2.858.209,18	269.179,16	2.061.391,17	8,84	796.818,01	313.310,29	1.800.489,84	8,75	1.057.719,34		
Transporte Rodoviário	2.290.241,08	2.858.209,18	269.179,16	2.061.391,17	8,84	796.818,01	313.310,29	1.800.489,84	8,75	1.057.719,34		
Desporto e Lazer	172.254,87	168.682,50	18.102,86	113.422,61	0,49	55.259,89	36.948,58	106.383,63	0,52	62.296,87		
Desporto Comunitário	172.254,87	168.682,50	18.102,86	113.422,61	0,49	55.259,89	36.948,58	106.383,63	0,52	62.296,87		
Encargos Especiais	1.054.431,00	908.990,00	99.529,00	488.376,95	2,09	420.613,05	96.529,34	488.376,95	2,37	420.613,05		
Serviço das Dividas Internas	860.391,00	729.950,00	69.718,88	348.594,40	1,49	381.355,60	69.718,88	348.594,40	1,69	381.355,60		
Outros encargos Especiais	194.040,00	179.040,00	26.810,46	139.782,55	0,60	39.257,45	26.810,46	139.782,55	0,68	39.257,45		
Reserva de Contingência	34.177,50	34.177,50	0,00	0,00	0,00	34.177,50	0,00	0,00	0,00	34.177,50		
Reserva de contingência	34.177,50	34.177,50	0,00	0,00	0,00	34.177,50	0,00	0,00	0,00	34.177,50		

Despesa Intra-Orçamentária												
Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas				Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas				Saldo (e) = (a-d)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)	% (b) / tot.(b)			Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	% (d) /tot.(d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	32.500.000,00	36.906.522,37	4.090.255,12	23.325.632,72	100,00	13.580.889,65	4.906.511,79	20.577.825,74	100,00	16.328.696,63		

20 / 32



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25.....

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de **despesa total com pessoal**;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.187.360,00	2.187.360,00	1.965.288,01	89,85
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.030.837,50	1.030.837,50	995.568,27	96,58
1.1.1- IPTU	937.125,00	937.125,00	997.360,52	106,43
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.512,50	5.512,50	4.511,39	81,84
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	55.125,00	55.125,00	39.180,96	71,08
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	33.075,00	33.075,00	22.916,39	69,29
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	68.400,99	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	155.452,50	155.452,50	142.992,99	91,99
1.2.1- ITBI	154.350,00	154.350,00	142.844,70	92,55
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.102,50	1.102,50	148,29	13,45
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	712.215,00	712.215,00	584.382,21	82,05
1.3.1- ISS	694.575,00	694.575,00	556.278,73	80,09
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.615,00	6.615,00	22.710,38	343,32
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.512,50	5.512,50	3.963,94	71,91
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.512,50	5.512,50	1.649,67	29,93
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	220,51	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	288.855,00	288.855,00	242.344,54	83,90
1.4.1- IRRF	288.855,00	288.855,00	242.344,54	83,90
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.765.166,25	16.765.166,25	12.927.488,77	77,11
2.1- Cota-Parte FPM	8.423.100,00	8.423.100,00	6.756.579,45	80,21
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.423.100,00	8.423.100,00	6.491.406,90	77,07
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	265.172,55	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.276.500,00	7.276.500,00	5.207.352,88	71,56
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	44.100,00	44.100,00	18.976,32	43,03
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	132.300,00	132.300,00	73.607,95	55,64
2.5- Cota-Parte ITR	18.191,25	18.191,25	79.912,51	439,29
2.6- Cota-Parte IPVA	870.975,00	870.975,00	791.059,66	90,82
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.952.526,25	18.952.526,25	14.892.776,78	78,58
RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	563.377,50	563.377,50	607.668,25	107,86
5.1- Transferências do Salário-Educação	330.750,00	330.750,00	346.823,73	104,86
5.2- Transferência Diretas do PDDE	4.410,00	4.410,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	110.250,00	110.250,00	168.662,00	152,98
5.4- Transferência Diretas do PNATE	106.942,50	106.942,50	70.056,14	65,51
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	11.025,00	11.025,00	22.126,38	200,69
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	15.075,00	15.075,00	40.249,05	266,99
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	15.075,00	15.075,00	40.249,05	266,99
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	560.000,00	560.000,00	242.288,83	43,27
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.138.452,50	1.138.452,50	890.206,13	78,19



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c) = (b/a)x100
			Até Outubro (b)		
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.388.313,25	3.388.313,25	2.533.516,66		74,77
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.684.620,00	1.684.620,00	1.299.336,72		77,13
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.455.300,00	1.455.300,00	1.041.469,72		71,56
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	44.100,00	44.100,00	3.795,21		8,61
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	26.460,00	26.460,00	14.721,51		55,64
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	3.638,25	3.638,25	15.982,38		439,29
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	174.195,00	174.195,00	158.211,12		90,82
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.649.275,00	3.649.275,00	3.686.194,94		101,01
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.638.250,00	3.638.250,00	3.637.008,75		99,97
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00		0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	11.025,00	11.025,00	49.186,19		446,13
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	249.936,75	249.936,75	1.103.492,09		441,51

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Outubro (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.922.420,00	3.149.904,33	2.630.421,45	83,51	2.630.421,45	83,51
13.1- Com Educação Infantil	856.437,50	1.244.921,83	1.187.406,82	95,38	1.187.406,82	95,38
13.2- Com Ensino Fundamental	2.065.982,50	1.904.982,50	1.443.014,63	75,75	1.443.014,63	75,75
14- OUTRAS DESPESAS	726.855,00	854.975,74	613.562,23	71,76	508.888,49	59,52
14.1- Com Educação Infantil	171.037,37	309.208,37	296.839,77	96,00	266.275,97	86,12
14.2- Com Ensino Fundamental	555.817,63	545.767,37	316.722,46	58,03	242.612,52	44,45
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.649.275,00	4.004.880,07	3.243.983,68	81,00	3.139.309,94	78,39

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		81.452,07
17.1- FUNDEB 60%		44.984,33
17.2- FUNDEB 40%		36.467,74
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		81.452,07
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		3.057.857,87
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%		70,14
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%		12,82
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		17,04

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		81.452,07
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016		81.452,07

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c) = (b/a)x100
			Até Outubro (b)		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	4.738.131,56	4.738.131,56	3.723.194,20		78,58

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Outubro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Outubro (g)	% (h) = (g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.141.021,92	2.420.275,25	1.889.388,67	78,07	1.851.456,49	76,50
23.1- Creche	1.489.995,67	1.367.978,00	1.060.886,93	77,55	1.046.889,52	76,53
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	903.994,87	1.046.497,20	982.044,95	93,84	972.438,38	92,92
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	586.000,80	321.480,80	78.841,98	24,52	74.451,14	23,16
23.2- Pré-Escola	651.026,25	1.052.297,25	828.501,74	78,73	804.566,97	76,46
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	123.480,00	507.633,00	502.201,64	98,93	481.244,41	94,80
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	527.546,25	544.664,25	326.300,10	59,91	323.322,56	59,36
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.482.962,84	3.473.566,33	2.296.194,75	66,10	2.214.603,85	63,76
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.621.800,13	2.450.749,87	1.759.737,09	71,80	1.685.627,15	68,78
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	861.162,71	1.022.816,46	536.457,66	52,45	528.976,70	51,72
25- ENSINO MÉDIO	1.653,75	1.653,75	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	55.125,00	55.000,00	55.000,00	100,00	55.000,00	100,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	1.653,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.682.417,26	5.950.495,33	4.240.583,42	71,26	4.121.060,34	69,26



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.103.492,09
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	49.186,19
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	81.452,07
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	102.836,19
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	110,47
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	1.337.077,01
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	2.728.983,33
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	18,32

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA	
			Até Outubro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Outubro (g)	% (h) = (g/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	11.025,00	11.025,00	0,00	0,00	22.126,38	200,69
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	336.262,50	416.996,54	403.581,88	96,78	403.581,88	96,78
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	1.705.633,62	2.168.103,64	1.072.053,19	49,45	1.054.885,70	48,65
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.052.921,12	2.596.125,18	1.475.635,07	56,84	1.480.593,96	57,03
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.735.338,38	8.546.620,51	5.716.218,49	66,88	5.601.654,30	65,54

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	110,47
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	110,47
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	90.167,09	0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.637.008,75	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.122.598,07	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	3.117.918,59	0,00
49.2 - Restos a Pagar	4.679,48	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	49.186,19	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	(1.055,59)	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	652.708,37	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Data Emissão: 18/nov/2016

Hora de emissão: 11h e 21m

Notas:

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 2.728.983,33 correspondente a **18,32%** da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Menor 6,68%. **DESCUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.**

OBSERVAÇÃO: CHAMAMOS A ATENÇÃO DOS GESTORES DOS VALORES A SEREM APLICADOS NESTE ANO, POIS O PERCENTUAL CONTINUA SENDO A MENOR DO QUE O ESPERADO.



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	81.452,07
17.1- FUNDEB 60%	44.984,33
17.2- FUNDEB 40%	36.467,74
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	81.452,07
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	3.057.857,87
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 $((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) \times 100)\%$	70,14
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) \times 100)\%$	12,82
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - (19.1 + 19.2)) \%$	17,04

Até o período analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 3.057.857,87 correspondente a 70,14% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior equivalente a 10,14% , **CUMPRINDO o estabelecido** no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até o **exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:**

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2016 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	2.187.360,00	2.187.360,00	1.965.288,01	89,85
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	937.125,00	937.125,00	929.485,30	99,18
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	154.350,00	154.350,00	142.844,70	92,55
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	694.575,00	694.575,00	556.249,92	80,08
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	288.855,00	288.855,00	242.344,54	83,90
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	13.230,00	13.230,00	26.652,59	201,46
Dívida Ativa dos Impostos	60.637,50	60.637,50	43.144,90	71,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	38.587,50	38.587,50	24.566,06	63,66
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.765.166,25	16.765.166,25	12.662.316,22	75,53
Cota-Parte FPM	8.423.100,00	8.423.100,00	6.491.406,90	77,07
Cota-Parte ITR	18.191,25	18.191,25	79.912,51	439,29
Cota-Parte IPVA	870.975,00	870.975,00	791.059,66	90,82
Cota-Parte ICMS	7.276.500,00	7.276.500,00	5.207.352,88	71,56
Cota-Parte IPI-Exportação	132.300,00	132.300,00	73.607,95	55,64
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	44.100,00	44.100,00	18.976,32	43,03
Desoneração ICMS (LC 87/96)	44.100,00	44.100,00	18.976,32	43,03
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.952.526,25	18.952.526,25	14.627.604,23	77,18

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2016 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.972.923,75	1.972.923,75	1.262.158,61	63,97
Provenientes da União	1.689.581,25	1.689.581,25	1.127.068,84	66,71
Provenientes dos Estados	259.087,50	259.087,50	70.564,00	27,24
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	24.255,00	24.255,00	64.525,77	266,03
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	476.617,48	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	111.073,35	111.073,35	152.069,54	136,91
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.083.997,10	2.083.997,10	1.890.845,63	90,73

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (f)	% (f/e) x 100	Até Outubro (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.759.244,69	5.992.843,49	4.954.981,24	82,68	4.888.236,21	81,57
Pessoal e Encargos Sociais	2.648.487,81	2.949.256,21	2.413.556,51	81,84	2.413.556,51	81,84
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.110.756,88	3.043.587,28	2.541.424,73	83,50	2.474.679,70	81,31
DESPESAS DE CAPITAL	855.229,87	695.290,00	9.340,26	1,34	9.340,26	1,34
Investimentos	800.104,87	695.290,00	9.340,26	1,34	9.340,26	1,34
Inversões Financeiras	55.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.614.474,56	6.688.133,49	4.964.321,50	74,23	4.897.576,47	73,23



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (h)	% (h/IVf)x 100	Até Outubro (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.013.773,75	3.005.819,18	1.670.388,10	33,65	1.609.604,04	32,87
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.974.083,75	2.440.629,18	1.149.244,63	23,15	1.088.460,57	22,22
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	39.690,00	565.190,00	521.143,47	10,50	521.143,47	10,64
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	2.013.773,75	3.005.819,18	1.670.388,10	33,65	1.609.604,04	32,87
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.600.700,81	3.682.314,31	3.293.933,40	66,35	3.287.972,43	67,13
TOTAL GERAL						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	22,48
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100)]	1.093.831,80
--	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	687,27	0,00	687,27	0,00	687,27
Total	687,27	0,00	687,27	0,00	687,27

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos Cancelados	0,00	-	0,00

Até o período em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 3.287.972,43, correspondente a 22,48% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 1.093.831,80 equivalente a 7,08% ,acima do limite mínimo. **Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.**



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;**
b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 24.786.726,13, resultando em um valor médio mensal de R\$ 2.065.560,51.

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)
	Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016	Maio/2016	Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016	Outubro/2016		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.035.959,56	2.541.182,19	2.187.680,01	2.390.424,70	1.991.210,03	2.959.575,03	2.530.276,30	2.193.221,82	2.406.234,65	2.225.205,59	2.084.008,08	2.273.426,55	27.827.484,51	27.116.940,50
Receita Tributária	84.428,01	154.670,94	83.073,55	89.908,17	133.014,90	966.062,87	223.234,24	174.209,76	196.486,68	204.286,95	123.215,68	112.037,47	2.544.629,22	2.653.717,50
IPU	2.366,22	4.917,86	3.753,55	0,00	6.526,44	662.375,33	65.746,62	60.941,02	61.423,49	58.537,06	5.184,10	4.997,89	936.769,38	937.125,00
ISS	43.838,11	55.655,34	38.658,37	54.549,07	41.070,47	39.589,62	64.160,22	54.867,65	69.557,70	77.866,44	58.966,81	58.963,57	655.743,37	694.575,00
ITBI	10.824,00	48.775,61	11.770,00	10.634,87	16.375,23	12.235,62	8.867,62	8.773,31	19.997,84	23.602,58	14.537,63	16.050,00	202.444,31	154.350,00
IRRF	21.082,81	35.962,54	19.455,78	20.276,14	22.146,18	19.233,12	31.296,27	24.767,09	25.062,82	26.271,46	27.318,03	26.517,65	299.389,89	288.855,00
Outras Receitas Tributárias	6.316,87	9.359,59	9.435,85	4.448,09	46.896,58	232.629,18	53.163,51	24.860,69	20.444,83	18.009,41	17.209,11	7.508,56	450.282,27	578.812,50
Receita de Contribuições	84.413,79	85.907,09	91.803,31	83.095,08	82.548,46	85.996,63	86.572,05	86.796,32	88.699,69	86.832,65	87.642,93	86.105,48	1.036.413,46	471.649,50
Receita Patrimonial	52.201,65	58.188,83	49.557,55	56.256,83	62.221,91	67.226,93	64.824,37	66.499,65	70.794,99	70.163,75	56.186,86	41.045,70	715.169,02	317.721,25
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.800,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.951,27	3.404,16	3.146,89	4.034,99	3.262,81	2.384,82	10.900,67	1.879,89	5.842,41	8.870,63	4.369,39	5.018,79	60.066,51	55.125,00
Transferências Correntes	1.772.261,67	2.162.742,74	1.956.959,85	2.138.505,34	1.688.072,71	1.817.268,75	2.099.485,48	1.837.295,16	2.003.757,73	1.821.435,28	1.763.082,52	2.007.111,68	23.067.978,89	23.386.230,00
Cota-Parte do FPM	636.611,19	1.076.467,55	695.628,13	870.825,84	528.955,81	628.814,87	836.171,98	690.813,51	766.020,46	621.120,82	505.095,33	613.132,70	8.469.658,19	8.423.100,00
Cota-Parte do ICMS	534.130,84	521.432,31	606.179,41	493.925,66	499.539,33	513.608,08	496.801,46	490.837,15	506.544,27	500.334,87	540.483,88	559.098,77	6.262.916,03	7.276.500,00
Cota-Parte do IPVA	57.377,95	36.839,79	38.106,76	60.696,31	73.042,68	98.647,69	101.803,29	90.143,53	85.236,24	87.731,36	87.241,22	68.410,58	885.277,40	870.975,00
Cota-Parte do ITR	1.618,82	660,80	60,53	6.458,03	4.587,54	107,85	3.472,54	13,45	88,78	71,57	2.061,26	62.990,96	82.191,93	18.191,25
Transferências da LC 87/1996	2.214,47	2.214,47	2.108,48	2.108,48	2.108,48	2.108,48	2.108,48	2.108,48	2.108,48	2.108,48	2.108,48	2.108,48	0,00	23.405,26
Transferências da LC 61/1989	6.584,72	6.502,01	9.502,40	7.338,71	7.164,92	7.351,80	8.348,56	4.967,76	6.749,82	6.820,62	7.469,01	7.894,35	86.694,68	132.300,00
Transferências do FUNDEB	313.560,76	322.874,26	393.484,17	358.001,38	342.206,72	358.761,51	369.700,74	354.114,08	341.033,29	351.063,03	358.787,97	408.800,27	4.272.388,18	3.638.250,00
Outras Transferências Correntes	220.162,92	195.751,75	211.889,97	339.150,93	230.467,23	207.868,47	281.078,43	204.297,20	293.481,27	254.679,65	259.835,37	286.784,03	2.985.447,22	2.982.813,75
Outras Receitas Correntes	34.803,17	76.388,43	13.118,86	18.624,29	22.089,44	20.835,03	45.259,49	26.541,04	40.653,15	33.616,33	49.510,71	22.107,47	403.227,41	223.697,25
DEDUÇÕES (II)	248.036,62	260.260,69	270.316,94	288.270,39	223.079,54	250.127,54	289.741,04	255.776,57	220.813,89	243.138,32	228.891,62	262.305,22	3.040.758,38	3.388.313,25
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	248.036,62	260.260,69	270.316,94	288.270,39	223.079,54	250.127,54	289.741,04	255.776,57	220.813,89	243.138,32	228.891,62	262.305,22	3.040.758,38	3.388.313,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(III)=(I)-(II)	1.787.922,94	2.280.921,50	1.927.343,07	2.102.154,31	1.768.130,49	2.709.447,49	2.240.535,26	1.937.445,25	2.185.420,76	1.982.067,27	1.855.116,46	2.011.121,33	24.786.726,13	23.728.627,25

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Data Emissão: 18/nov/2016

Hora de emissão: 11:19

Notas:



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

A despesa líquida com pessoal do Município de Rio dos Cedros realizada nos últimos doze meses no valor de R\$ 12.450.667,46 equivalendo a **50,23%** da receita corrente líquida arrecadada neste período. **Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.466.522,62	0,00
Pessoal Ativo	11.724.831,56	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	689.012,34	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	52.678,72	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	15.855,16	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	8.881,23	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.973,93	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.450.667,46	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.786.726,13	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	12.450.667,46	50,23
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60,00%	14.872.035,68	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57,00%	14.128.433,89	57,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	13.384.832,11	54,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Data 29/nov/2016

Hora de emissão: 10h e 19m

Notas:



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R\$ 12.032.529,13 equivale a **48,54%** da receita corrente líquida arrecadada neste período, **CUMPRINDO** desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Set/2016	Out/2016		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.275.901,23	1.083.368,27	787.940,79	830.323,90	928.099,65	1.029.370,86	974.640,51	1.283.337,66	982.804,55	955.624,68	955.689,76	961.282,43	12.048.384,29	0,00
Pessoal Ativo	1.194.726,01	1.027.821,45	733.819,27	773.139,58	872.016,12	965.602,10	916.316,63	1.199.207,95	924.515,14	897.058,05	898.438,13	904.031,80	11.306.693,23	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	77.040,56	51.412,16	49.986,86	49.986,86	51.948,87	59.634,10	54.189,22	79.995,05	54.154,75	54.431,97	53.115,97	53.115,97	689.012,34	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art. 18.º da LRF)	4.134,66	4.134,66	4.134,66	7.197,45	4.134,66	4.134,66	4.134,66	4.134,66	4.134,66	4.134,66	4.134,66	4.134,66	52.678,72	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF)(II)	2.324,65	1.549,76	8.881,23	0,00	1.549,76	1.549,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.855,16	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	8.881,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.881,23	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.324,65	1.549,76	0,00	0,00	1.549,76	1.549,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.973,93	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.273.576,58	1.081.818,51	779.059,56	830.323,90	926.549,89	1.027.821,10	974.640,51	1.283.337,66	982.804,55	955.624,68	955.689,76	961.282,43	12.032.529,13	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL												VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)												24.786.726,13	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)												12.032.529,13	48,54	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54,00%												13.384.832,11	54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,30%												12.715.590,50	51,30	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%												12.046.348,90	48,60	

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Data Emissão: 18/nov/2016

Hora de emissão: 13h e 17m



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 418.138,33, equivale a 1,69% da receita corrente líquida arrecadada neste período, **verifica-se o CUMPRIMENTO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	418.138,33	0,00
Pessoal Ativo	418.138,33	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	418.138,33	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.786.726,13	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	418.138,33	1,69
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 06,00%	1.487.203,57	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 05,70%	1.412.843,39	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 05,40%	1.338.483,21	5,40

FONTE: Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Data Emissão: 29/nov/2016 Hora de emissão: 10h e 28m

Notas:



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Metas Bimestrais de Arrecadação

Dispõe o artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal que no prazo previsto no art. 8º (até 30 dias após a publicação dos orçamentos), as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O referido diploma legal estabelece em seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Resta claro que, além do efusivo controle das despesas, é dever do Administrador Público promover o acompanhamento da receita prevista, zelando pelo equilíbrio entre uma e outra. Objetivando racionalizar tal controle a mesma LRF estabeleceu nos artigos 8º e 13, respectivamente:

Art.8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea 'c' do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Período	Previstas	Arrecadadas	Meta
1º bimestre	4.205.679,75	R\$ 4.247.557,33	Atingiu
2º bimestre	4.745.643,36	R\$ 4.871.877,98	Atingiu
3º bimestre	4.367.345,04	R\$ 4.563.729,69	Atingiu
4º bimestre	4.011.795,93	R\$ 4.315.041,93	Atingiu
5º bimestre	3.927.741,69	R\$ 4.145.664,94	Atingiu
6º bimestre*	11.241.794,23		
Total	32.500.000,00	R\$ 22.143.871,87	

* Provenientes de Convênios Estaduais e Federais previstos, e não efetivados.

Rio dos Cedros (SC), 05 de dezembro de 2016.

Fernando Tomaselli
Prefeito Municipal

Eduardo Osti
Agente de Controle Interno

Rio Fortuna

PREFEITURA

LIC 44 PR 22 AQUISIÇÃO NITROGENIO BAINHA LUVAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 044/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público realizará no dia 20 de dezembro de 2016 às 09horas, na sede da Prefeitura Municipal, Av. Sete de Setembro, n° 730, centro, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das leis sob n° 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto Aquisição de Nitrogênio Líquido, Luvas e Bainhas para utilização no Programa Municipal de Inseminação Artificial. Informações e Edital completo com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, das 07h as 13horas ou site www.riofortuna.sc.gov.br

Rio Fortuna, 05 de dezembro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

EDITAL 1.944/2016

MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 1944/2016

MODALIDADE: Pregão 25/2016

DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.182/0001-26, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório, na modalidade de Pregão, do tipo Menor preço, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei Federal nº 10.520, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas atualizações. Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia 13/12/16 até às 14h00, os quais deverão ser entregues na Sala de Licitações e Contratos. O início da sessão publica ocorrerá às 14h01, do dia da entrega dos envelopes.

1. OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES PARA O ANO 2016. SENDO:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	UNIT	TOTAL
1	150,00	UN	TUBOS CONCRETO 60 cm		

- A entrega dos objetos da presente licitação deverá feita local indicado pela prefeitura.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital.

2.2 - Não poderão participar da presente licitação as interessadas que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, punidas com suspensão de licitar ou contratar com a Administração Municipal, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.3 - A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3 – ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 - Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

3.1.1 – Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de habilitação" deverão estar devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, data e horário especificados abaixo:

LOCAL: Rua 12 de Outubro, 242 – Sala de Licitações – Romelândia – SC.

DATA: 13/12/16

HORÁRIO: 14h00.

3.1.2 - Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

3.1.3 - Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Comercial" ou "Documentos de Habilitação"), no envelope contendo a Proposta deverá conter o número do item a ser cotado pela empresa, na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº 001 (PROPOSTA COMERCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1944 /2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016.

LICITANTE:

CNPJ/CPF:

ABERTURA: 13/12/16 HORA:14h01 .

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº 002 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1944 /2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016 .

LICITANTE:

CNPJ/CPF:

ABERTURA: 13/12/16 HORA: 14h01.

3.2 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados: a) ou no original; b) ou por cópia com autenticação procedida por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro Da Prefeitura Municipal de Romelândia - SC; c) ou pela juntada da(s) folha(s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).

3.3 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

3.4 - A autenticação, quando feita pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, será efetuada, em horário de expediente, na sala de Licitação ou na própria seção, quando da realização do Pregão.

3.5 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os bens, objeto da presente licitação.

3.6 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

3.7 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no item 3.1.1 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

3.8 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidade supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

3.9 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

3.10 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 001)

4.1 - O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços do licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Ser apresentada em formulário próprio datilografado ou impresso, em uma via, rubricada em todas as páginas e assinada a última pelo representante legal da empresa, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos com somente dois algarismos depois da vírgula, explicitando a marca do item cotado, a qual corresponderá ao produto a ser entregue;

II - Os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta;

III - Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 30 (trinta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

IV - Conter preço unitário por item;

4.2 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.3 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

4.4 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

4.5 - A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

4.6 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

5 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

5.1 - O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter: ANEXO II.

6 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1 - Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame que pretendam ofertar lances, ou apenas acompanhar a licitação, com poderes gerais de representação, porém sem poderes para ofertar lances, deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto nº 3.555.

6.2 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.3 - Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

I - Documento Oficial de Identidade;

II - Procuração por instrumento público ou particular, nesta hipótese, com firma reconhecida como autêntica por tabelião e em ambos os casos acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), que comprove a capacidade de representação, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances de preços, se for o caso, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

III - Documentos comprobatórios, quando este for o caso, de ser o credenciado sócio da sociedade, com poderes para sua representação, ou titular de firma individual (atos constitutivos da pessoa jurídica, atos comprobatórios de eleição, declaração de firma individual, etc., conforme o caso).

6.3.1 - Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Romelândia, à vista do original.

6.4 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

6.5 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

6.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.7 - A não participação de um representante devidamente credenciado cfe. itens acima não será abertos os envelopes da empresa.

7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, receberá, em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços e Habilitação, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registradas em ata os nomes das licitantes.

A empresa poderá enviar sua proposta e documentação por meio de entrega postal, desde que envie fora do envelope a declaração de fatos impeditivos de habilitação, caso contrário será desclassificada.

7.2 - Após recebidos os documentos pelo Pregoeiro na forma do subitem 7.1 e dado início à abertura dos envelopes, não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.

7.3 - Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas de preço, sendo feita sua conferência e rubrica, pelo pregoeiro.

7.4 - Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Divisão por etapas para ordenamento dos trabalhos

8.1.1 - O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (proposta de preços e habilitação), e obedecerá ao critério do Menor Preço por Item:

I – a etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes classificadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

II – a etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação, que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" do licitante classificado em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital, esta etapa compreenderá também a declaração da licitante vencedora do certame e a adjudicação.

8.2 - Etapa de Classificação de Preços.

8.2.1 - Serão abertos os envelopes "Proposta de Preços" de todas as licitantes.

8.2.2 - O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

8.2.3 - O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

8.2.4 - O Pregoeiro classificará a licitante da proposta de menor preço e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.2.4.1 - O valor máximo, em Reais, das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme subitem 8.2.4, será o valor da proposta válida de menor preço.

8.2.5 - Quando não houver, pelo menos, três propostas escritas de preços classificadas conforme o subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2.6 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.2.7 - O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas a apresentar, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.

8.2.8 - Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.2.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

8.2.10 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.2.11 - Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.2.12 - Se a oferta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.2.13 - Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

8.2.14 - Nas situações previstas nos subitens 8.2.8, 8.2.11 e 8.3.4, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido preço melhor.

8.2.15 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes do subitem 17.1, deste Edital.

8.2.16 - Será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega dos serviços condicionada a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.2.17 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

8.3 - Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação.

8.3.1 - Efetuados os procedimentos previstos no item 10.2 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.

8.3.2 - Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitados.

8.3.3 - Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo próprio Pregoeiro, na hipótese da inexistência de recursos, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na

hipótese da existência de recursos.

8.3.4 - Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo Pregoeiro.

8.3.5 - Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelos representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

8.3.6 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras, permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

8.3.7 - Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito Municipal de Romelândia, para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Prefeito para julgamento de tais recursos e, em caso de improvimento dos mesmos, para adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, para homologação do certame e decisão quanto à contratação.

9.DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1 As microempresas e empresas de pequeno porte definidas, respectivamente, nos Incisos I e II do Art. 3, da Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, interessadas em participar desta licitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Artigo 43 da Lei Complementar 123/2006).

9.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por iguais períodos, a critério da administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativas.(§ 1º, Art. 43, Lei Complementar 123/2006).

9.3 As microempresas e empresas de pequeno porte que não regularizarem a documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação (§ 2º, Art. 43, Lei Complementar 123/2006).

9.4 Aberta as propostas de preço, a CPL examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.5 Sendo aceitável a proposta da primeira licitante classificada e a mesma não se enquadrando como microempresa ou empresa de pequeno porte, a CPL, em cumprimento aos artigos 44 e 45, da lei Complementar 123, de 14/12/2006 e ao Decreto no 19.938, de 31/07/2007 do Poder Executivo Estadual, observará as seguintes condições abaixo:

9.5.1 Nesta licitação, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

9.5.2 Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

9.5.3 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, poderá no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

9.5.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecidos no subitem 9.5.2, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.5.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, em conformidade com item 9.5.2, será convocada para apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, para o desempate, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da ciência do resultado, com respaldo do parágrafo. 7º do inciso III do art. 5º do Decreto nº 19.938 de 31/07/2.007, sob pena de preclusão;

9.5.6 Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 9.5.5, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.2 na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.5.7 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no disposto do subitem 9.5.6 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.5.8 O disposto no item 9.4 somente se aplicará, quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.5.9 As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, acrescentarão à sua forma ou denominação as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte", ou suas respectivas abreviações "ME" ou "EPP", conforme o caso, sendo facultativa a inclusão do objeto da sociedade (art. 72, da Lei 123/2006).

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Ao final da sessão, após declarado o licitante vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final de cada lote do Pregão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

10.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua 12 de Outubro, 242 – Romelândia – SC.

10.5 - Improvidos os recursos, o Prefeito Municipal de Romelândia fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor,

homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

10.6 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas às petições de contra-razões intempestivamente apresentadas.

11 - DO CONTRATO

11.1 – Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da licitante vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, e da proposta aceita.

11.2 - A licitante vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

11.3 - O prazo para entrega do objeto deste será imediato, após solicitação do município, sendo que, após a retirada e/ou transmissão via fax da respectiva Ordem de Compra, a empresa deve imediatamente efetuar a entrega.

11.4 - A CONTRATADA se obriga a proceder a entrega do bem cotado, no prazo previsto e nas condições contratadas.

11.5 - A CONTRATADA é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais ofertados, bem como é responsável por eventuais custos adicionais.

11.6 - Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da contratação, ou recusar-se, injustificadamente, a entregar os serviços, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na entrega dos objetos da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do elemento orçamentário:

CÓDIGO	NOME DO ELEMENTO	CÓDIGO DO PROJETO/ATIVIDADE
33903099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	MANUT DE RODOVIAIS /MANUT DAS ATIVIDADES DE ABERTURA ESTRADA

13 - DAS CONDIÇÕES ECONONÔMICO-FINANCEIRAS

13.1 - Os preços dos Itens Cotados acima da planilha de Orçamento serão desclassificados:

13.2 - O preço proposto para o objeto da presente licitação, não terá Reajustes.

14 - PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será feito pela Prefeitura, em moeda nacional, Mediante Ordem Bancária, e ocorrerá mediante a apresentação da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor da Prefeitura de Romelândia - SC e após a entrega do objeto licitado, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

14.2 - A critério da Contratante, poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

14.3 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

14.4 - O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena de devolução sem pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.

15 - OS ENCARGOS

15.1 - Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

I – Fiscalizar a entrega do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

II – efetuar os pagamentos à Contratada.

III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

15.2 - Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

I – proceder a entrega do objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos conforme Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o bem rejeitado, recusado pela fiscalização do contrato;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação que se fizerem necessários para a entrega do bem.

16 - DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

16.1 - A entrega do objeto desta será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores representantes da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, especialmente designados pelo Prefeito.

16.2 - A fiscalização será exercida no interesse da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

16.3 - Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer

fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

17.2 - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no item 11.4 deste;

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o bem não ser entregue a partir da data apazada.

17.3 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

17.4 - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.5 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

17.6 - As sanções previstas nos subitem 17.1, 17.2, I poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, do subitem 17.2.

18 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

18.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93.

18.2 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos objetos recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para a entrega dos objetos, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

18.3 - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

19.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

19.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.4 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

19.5 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

19.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na PREFEITURA DE ROMELÂNDIA - SC, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

19.7 - O Prefeito Municipal de Romelândia -SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.9 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Anchieta – SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

19.10 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

19.11 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto que for adjudicado em consequência desta licitação.

19.12 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

19.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO.

ANEXO II – HABILITAÇÃO.

ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO.

ANEXO IV - FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

ANEXO VII - PLANILHA ORÇAMENTARIA

20. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

20.1 Este Pregão será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Romelândia.

20.2 Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Compras e Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, no horário das 12:00 às 18:00 horas, com ALAN BALESTRIN, até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

Romelândia – SC, 30/11/16.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

ANEXO – I

Processo Licitatório Nº 1944 / 2016.

Minuta de Contrato

CONTRATO DE COMPRA E FORNECIMENTO DE MERCADORIAS

Pelo presente contrato de Prestação de Serviço, que entre si fazem de um lado a Prefeitura Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua 12 de Outubro, nº 242, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.182/0001-26, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. VALDOCI SAUL, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob nº 422.675.609-68, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na _____, neste ato representada _____, inscrita no CPF sob nº _____, residente e domiciliada no Município de _____, doravante denominado CONTRATADA, de acordo comum e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e Processo de Licitação Nº 1944/ 2016, na modalidade de Pregão Presencial nº 25 / 2016, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes condições e cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES PARA O ANO 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ ____ Ao Item vencedor, totalizando o valor de R\$ _____, ou seja, aquele cotado pela proposta declarada vencedora, sem qualquer acréscimo ou adendo.

PARÁGRAFO UNICO - Toda e qualquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratado serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma físico/financeiro após a emissão da nota fiscal devidamente atestada por servidor da Prefeitura de Romelândia - SC ou pela Fiscalização do Contrato, referente à aquisição do objeto, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

O valor do presente contrato não sofrerá qualquer tipo de reajuste, conforme determina os artigos 11 e 12 da Lei Federal 8.880/94.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – proceder a entrega objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos conforme Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o bem rejeitado, recusado pela fiscalização do contrato;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, embalagens e demais custos que se fizerem necessários para a entrega do bem.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

I – acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do mesmo.

II – efetuar os pagamentos à Contratada.

III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

CLAUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

A multa prevista no item anterior será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas;

Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA SETIMA – DA FUNDAMENTACAO LEGAL

- O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

- Os recursos administrativos e os casos de alteração ou rescisão contratual são os constantes na Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência da data da assinatura do contrato até 31.12.2016.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este contrato pode ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, a qualquer momento, entendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela rescisão unilateral. Serão reconhecidos os direitos da administração previstos no art. 77 da Lei Federal 8.666/1993 e alterações posteriores.

Parágrafo Único – Nos casos omissos serão aplicados os preceitos do Direito Público, teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA DECIMA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Romelândia – SC, em 30/11/16.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Contratante Contratada

ANEXO II

Para o presente Processo Licitatório, será necessário a apresentação dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser apresentados em original ou devidamente autenticados por Cartório ou por servidor público municipal.

Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o INSS.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal.
Regularidade Fiscal	Certificado Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT, conforme exigência da Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAMENTO

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA – SC

ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, 242.

CNPJ: 82.821.182/0001-26

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1944 /2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016.

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)

Pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço),

A quem confere(m) amplos poderes para junto a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA –SC, praticar atos necessários para representar a outorgante no processo licitatório nº 1944 / 2016, na modalidade Pregão Presencial nº25 / 2016, usando dos recursos legais

e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substar esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

RECONHECER FIRMA

ANEXO IV - FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA- SC

ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO 242

CNPJ: 82.821.182/0001-26

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1944/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016.

FORMULÁRIO PARA ENTREGA DA PROPOSTA

Proponente:

Endereço:

Cidade:

CNPJ:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES PARA O ANO 2016 .

ITEM	QTD.	Uni	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNITARIO	TOTAL.
1	150,00	UN	TUBOS CONCRETO 60 cm			

VALIDADE DA PROPOSTA: Será de no mínimo 30 (Trinta) dias.

Declaro estar de acordo com todas normas deste edital e seus anexos e que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF:

Data:

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Proponente

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA – SC

ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, 242.

CNPJ: 82.821.182/0001-26

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1944/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016.

D E C L A R A Ç Ã O

_____,
(razão social na empresa)

CNPJ N.º: _____ com sede na _____

(n.º de inscrição)

_____,
(endereço completo)

a) Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº 25 / 2016, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

_____, ____ de _____ de 2.016.

assinatura e identificação do declarante

(responsável pela empresa)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após o CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no subitem 17.1 deste Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA – SC

ENDEREÇO: RUA 12 DE OUTUBRO, 242.

CNPJ: 82.821.182/0001-26

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1944/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016.

DECLARAÇÃO

(razão social da licitante)

inscrita no CNPJ No: _____ com sede na _____

(no de inscrição)

(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____

infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF/MF no _____, para os fins de participação no Pregão Presencial No 25/2016, e para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4º da Lei no 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão em epígrafe.

_____, _____ de _____ de 2016.

(assinatura do representante legal)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após o CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no subitem 17.1 deste Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

ANEXO VII - PLANILHA ORÇAMENTARIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Processo Licitatório nº 1944/2016.

Pregão Presencial nº 25/2016

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT
1	150	UN	TUBOS DE CONCRETO 60 cm	70,00

PORTARIA 8.179/2016

PORTARIA N 8179/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:

RESOLVE:

Concede férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILBERTO SCHIRMER, referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2015 à 01 de julho de 2016, para serem gozadas de 01 de dezembro de 2016 à 30 de dezembro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.180/2016

PORTARIA N 8180/2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:

RESOLVE:

Conceder LICENÇA PREMIO ao Servidor Público Municipal Sr SERGIO LUIS SCHMITT, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2008 à 05 de março de 2013, para serem gozadas de 01 de dezembro de 2016 à 02 de março de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.181/2016

PORTARIA N 8181/2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:

RESOLVE:

Conceder LICENÇA PREMIO à Servidora Pública Municipal Srª DEBORA PERONDI NUNES DE ARNOTE, referente ao período aquisitivo de 10 de outubro de 2010 à 09 de outubro de 2015, para serem gozadas de 01 de dezembro de 2016 à 02 de março de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 076, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 076, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a instituição de Taxas/Tarifas de Serviços no Cemitério Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso das atribuições legais, de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal e Art. 37 da Lei Municipal 1008, de 22 de março de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam instituídas as seguintes taxas/tarifas de serviços no Cemitério Municipal:

a) Concessão de Sepultura no valor de R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais);

b) Abertura e fechamento de Sepultura (Horizontal e/ou vertical) no valor de R\$ 220,00 (Duzentos e vinte reais)

Art. 2º - As taxas/tarifas ora instituídas serão atualizadas anualmente pela variação da UFM ou índice que vier sucedê-lo.

Art. 3º - As taxas/tarifas serão cobradas através de DAM emitido pelo setor de Tributos da Prefeitura Municipal, sob título de "Receita de Cemitério" e lançada em rubrica própria no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º - Fica revogado na íntegra o Decreto 072 de 11 de novembro de 2016.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 11 de novembro de 2016.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº89/2016

DECRETO Nº 89/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 2.447,10 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e dez centavos).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Depto de Administração				
12	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.447,10

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 2.447,10 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e dez centavos), a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Depto de Administração				
16	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.447,10

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 30 de Novembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 337/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 337/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal MONICLEIA DE CESARO GUEDES, Aprovada em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data, a Servidora MONICLEIA DE CESARO GUEDES, para ocupar o cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Grupo 04 (Técnico Profissional – TEP), Nível 40, Código 04.07, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 002/2015, Carga horária de 40 Horas Semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, Projeto Atividade 2.028 - Manutenção Atividades da Unidade Sanitária, Fonte 0.1.38.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 05 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 338/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 338/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal RUDINEI PEREIRA ANTUNES, Aprovado em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira

dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº001/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data, o Servidor RUDINEI PEREIRA ANTUNES, para ocupar o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 16, Código 01.01, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 001/2015, Carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2053 - Manutenção Atividades Estradas Vicinais, Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 05 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 339/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 339/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal FERNANDO OTTONI, Aprovado em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº001/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data, o Servidor FERNANDO OTTONI, para ocupar o cargo efetivo de AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, Grupo 02 (Serviços Operacionais – SOP), Nível 25, Código 02.05, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 001/2015, Carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação

deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2053 - Manutenção Atividades Estradas Vicinais, Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 05 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1518/2016

DECRETO Nº 1518, DE 02 DE DEZEMBRO 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 – Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 – Gestão da Assessoria Jurídica

(60) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas - PC
R\$ 5.500,00

(64) 3.1.91.13.00.00.00 0100 - Obrig.Patr.-Op. Intra-Orç.
R\$ 9.100,00

(72) 3.3.90.91.00.00.00 0100 - Sentenças Judiciais
R\$ 46.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 – Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 – Gestão da Assessoria Jurídica

(70) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ
R\$ 60.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1519/2016

DECRETO Nº 1519, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – EMHAB.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) no orçamento vigente da Empresa Municipal de Habitação e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da

EMHAB

(5) 3.1.91.13.00.00.00 100 - Obrig. Patr.-Op.Intra-Orçamentária R\$ 10.000,00

(13) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(18) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 11.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1520/2016

DECRETO Nº 1520, DE 05 DE DEZEMBRO 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(312) 3.1.90.16.00.00.00 017 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(310) 3.1.90.11.00.00.00 017 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1521/2016

DECRETO Nº 1521, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM EVENTO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, com fundamento no art. 3º da Lei nº 3005/2012, autoriza o consumo de bebidas alcoólicas, exclusivamente na Praça Leopoldo Rudnick, no dia 11 de dezembro de 2016, das 14 horas às 21 horas, em razão da realização do evento cultural "OcupArte".

Art. 2º. A autorização restringe apenas a data, horário e local estabelecidos no artigo anterior, ficando vedado tal consumo por pessoas menores de 18 anos de idade, nos termos de legislação vigente em todo território nacional.

Art. 3º. Os organizadores deverão orientar os frequentadores do evento da área delimitada para o consumo e solicitar as autoridades policiais a manutenção da ordem pública no local e ainda atentar para a vedação descrita no artigo anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1522/2016

DECRETO Nº 1522, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM EVENTO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, com fundamento no art. 3º da Lei nº 3005/2012, autoriza o consumo de bebidas alcoólicas, exclusivamente na Praça Getúlio Vargas, no dia 07 de dezembro de 2016, das 17 horas às 22 horas, em razão da realização do evento Festival Gastronômico – Festival de Natal.

Art. 2º. A autorização restringe apenas a data, horário e local estabelecidos no artigo anterior, ficando vedado tal consumo por pessoas menores de 18 anos de idade, nos termos de legislação vigente em todo território nacional.

Art. 3º. Os organizadores deverão orientar os frequentadores do evento da área delimitada para o consumo e solicitar as autoridades policiais a manutenção da ordem pública no local e ainda atentar para a vedação descrita no artigo anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

RESULTADO EDITAL Nº 003/2016**RESULTADO**

REMOÇÃO E OU LOTAÇÃO POR CONCURSO, REMOÇÃO POR PERMUTA E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

EDITAL Nº 003/2016

A Secretária Municipal de Educação, homologa e torna público a classificação dos inscritos no processo de remoção e ou lotação por concurso, resultado dos pedidos de remoção por permuta e redução de carga horária – Edital nº 003/2016.

Informa ainda que, conforme dispõe o Edital, o prazo para reconsideração será de 02 (dois) dias úteis, a partir da publicação, no local onde deu entrada em seu processo, através de requerimento devidamente preenchido e documento que justifique a solicitação de reconsideração.

São Bento do Sul, 6 de dezembro de 2016.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL					
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO					
RESULTADO – EDITAL Nº 003/2016					
REMOÇÃO E/OU LOTAÇÃO					
ATENDENTE EDUCATIVO/AUXILIAR DE BERÇÁRIO					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	

1º	LÉA BINNER	Atendente Educativo	MG/LP	105	
2º	CLAUDIA MOKWA VIEIRA	Atendente Educativo	MG/LP	93	
3º	NELCI CLARICE SIRENA	Atendente Educativo	EM	121	
4º	IVANILDA APARECIDA DE OLIVEIRA VIGNATTI	Atendente Educativo	EM	117	
5º	FRANCIANE APARECIDA DE CAMPOS BECKER	Atendente Educativo	EM	72	
6º	JOSELI SCHVARZ	Atendente Educativo	EM	60	
7º	VIVIANE DE CAMPOS SCHREINER	Atendente Educativo	EM	46	
8º	ZENAIDE PIRES	Atendente Educativo	EM	42	
9º	ALESSANDRA APARECIDA LUIZ	Atendente Educativo	EM	41	09/09/91
10º	ANA PAULA PETREÇA	Atendente Educativo	EM	41	16/05/92
11º	SALETE SOARES PEREIRA	Atendente Educativo	EM	40	
12º	ANA PAULA DRANKA TASCHEK	Atendente Educativo	EM	39	
13º	ANDREIA BRUSKE	Atendente Educativo	EM	35	
14º	NILCEIA GLONEKI	Atendente Educativo	EM	29	
15º	IVONETE RIBEIRO TIBES PREISLER	Atendente Educativo	EM	28	
16º	SHEILA DONISETTE AUGUSTIN NEPPEL	Atendente Educativo	EM	26	
17º	FABIANE HAELSNER	Atendente Educativo	EM	22	21/03/74
18º	CATIANE ALESSANDRA JABLONSKI	Atendente Educativo	EM	22	27/09/76
19º	ROSANE APARECIDA VASCONCELOS	Atendente Educativo	EM	22	13/06/81
20º	VERONICA GRACZECK	Atendente Educativo	EM	21	17/01/56
21º	GILDILEI RODRIGUES DE SOUZA DA CRUZ	Atendente Educativo	EM	21	11/06/84
22º	ZENIRA APARECIDA DOS SANTOS	Atendente Educativo	EM	20	
23º	VANESSA BONETT DE ANDRADE	Atendente Educativo	EM	17	
24º	ADRIANE MARIA FERENS MALINOSKI	Atendente Educativo	EM	16	
25º	ELIANE MARIA LIMA	Atendente Educativo	EM	15	27/11/80
26º	PAULA TAISA SILVA OLIVEIRA CAMARGO	Atendente Educativo	EM	15	27/02/88

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

ARTES

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	JANETE DE FÁTIMA PUCHIVAILO	Professor	EP	120	
2º	GIAN FRANKO LINK FELIX	Professor	EP	58	
3º	ANDREI RAFAEL GALKOWSKI	Professor	LP	37	
4º	CAROLINE ANGELICA PASINI ROESSLER	Professor	LP	32	
5º	VITOR ALVES	Professor	LP	31	

GEOGRAFIA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	MARTA HELENA CARINI CASSOL	Professor	EP	154	
2º	ANDRÉ LUIZ MEDEIROS DE MORAES	Professor	LP	142	
3º	REGINALDO MOURA SILVA	Professor	LP	16	

EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	ARLEI DAVID SILVEIRA BUBNIAK	Professor	EP	123	
2º	JEAN PAULO GOMES DA CONCEIÇÃO	Professor	LP	47	
3º	JULIANO FELIX DOS SANTOS	Professor	LP	46	

MATEMÁTICA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	ROSANE APARECIDA FERREIRA	Professor	LP	270	
2º	OLDEMAR DUVOISIN JUNIOR	Professor	LP	118	
3º	MARCOS ROBERTO RISKE	Professor	LP	44	

INGLÊS/PORTUGUÊS					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	MARCIA REGINA INNOCENTE	Professor	EP	154	03/08/62
2º	FABIANE INES KRUCKEVICZ HOMECHEN	Professor	EP	154	11/06/80
3º	DIRCE MALACHOVSKI	Professor	EP	118	
4º	MARGARETE ROESLER	Professor	EP	105	
INGLÊS					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	ANA PAULA DE OLIVEIRA SCHEEL	Professor	EP	118	
2º	LINA BEATRIZ GROSSKOPF DA SILVA	Professor	LP	38	28/04/78
3º	CRISLAINE SCHIFLER	Professor	LP	38	17/07/84
CIÊNCIAS					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	RAGLI JAQUELINE BRANCO OLEINIK SOARES	Professor	EP	320	
2º	LILIAN GUZATTO PEDROZO	Professor	LP	44	
HSTÓRIA					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	ADRIANO LUIZ MOREIRA	Professor	EP	160	
2º	ALBERTO ANTONIO BERTOTTO	Professor	EP	154	
3º	ADRIANA APARECIDA DO VALE SOUZA	Professor	LP	35	
4º	JOSÉ ALAOR MOREIRA BRANCO	Professor	LP	34	
5º	ARIANE LISETTE HINKE	Professor	LP	17	
OFICINA ALEMÃO					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	SOLANGE DE JESUS FAUSTINO FURST	Professor	LP	116	
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS/EDUCAÇÃO INFANTIL					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	CLAUDIA CRISTIANE DOS SANTOS MATOS	Anos Iniciais	EP	367	
2º	ELISETTE MARIA OSZIKA DYBAS	Anos Iniciais	EP	352	
3º	NATALINA GALKOWSKI LUY	Anos Iniciais	EP	340	24/12/63
4º	ORLANDA MULLER DOS SANTOS	Anos Iniciais	EP	340	08/06/70
5º	EUNICE TEREZINHA HILGENSTIELER PERES	Anos Iniciais	EP	334	
6º	VIVIANE APARECIDA PILAT GNOINSKY	Anos Iniciais	EP	330	
7º	SIOMARA GLADIS WRUBLEVSKI KAMINSKI	Anos Iniciais	EP	326	
8º	MARLISE RUDA ARNOLD	Anos Iniciais	EP	315	08/12/67
9º	CLAUDIA PEDROZO ROPKE	Anos Iniciais	EP	315	19/09/69
10º	IRACEMA BAYER ROSÁ	Anos Iniciais	EP	314	
11º	ADELITA TASCHEK	Anos Iniciais	EP	312	
12º	MARIANE DIAS PILZ	Anos Iniciais	EP	311	
13º	JENI APARECIDA KRZEZINSKI	Anos Iniciais	EP	308	
14º	ANGELA CRISTINA FERREIRA DAS CHAGAS	Anos Iniciais	EP	307	
15º	NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS	Anos Iniciais	EP	304	
16º	ANÁLIA MARIA RODRIGUES	Anos Iniciais	EP	298	
17º	LIANE BAYERL	Anos Iniciais	EP	296	
18º	ICLEIA IGNE DUVOISIN VICENZI	Anos Iniciais	EP	284	
19º	SIMONE ARLETE FRANTZ ALMAGRO	Anos Iniciais	EP	273	
20º	LUZIA MARGARETE ALVES TIBES	Anos Iniciais	EP	266	
21º	ROSANGELA PIRES CARDOSO	Anos Iniciais	EP	265	
22º	GLACIRA REISER	Anos Iniciais	EP	259	09/12/71

23º	JOSIANE APARECIDA MOREIRA NEUMANN	Anos Iniciais	EP	259	19/07/74
24º	IARA CRISTIANE VOGT	Anos Iniciais	EP	257	
25º	MARIA GORETI MEISTER	Anos Iniciais	EP	256	
26º	RENATA BRAGA TEIXEIRA DA SILVA SPITZNER	Anos Iniciais	EP	249	
27º	ORIANE KAESEMODEL OESTREICH	Educação Infantil	EP	195	
28º	ELIZABETH GODESKI	Educação Infantil	EP	181	
29º	MARLISE IRACI PSCHIEDT KOHLBECK	Educação Infantil	EP	172	
30º	MARLI SKONIECNY	Educação Infantil	EP	157	
31º	PATRICIA POPADIUK CORDOVA	Educação Infantil	EP	135	
32º	ROSIMERE RIBEIRO ZACHARIAS	Educação Infantil	EP	125	
33º	DANIELA APARECIDA PETREÇA	Educação Infantil	EP	121	
34º	THAIS CRISTINA MIRANDA	Educação Infantil	EP	116	
35º	ELIANE FURST	Educação Infantil	EP	60	
36º	GEOMARA SCHOEFFEL SPERB	Educação Infantil	LP	93	
37º	SIMONE PREISLER MACHADO	Educação Infantil	LP	76	
38º	ALINE GLÓRIA DE ALMEIDA CHAVES DE SOUZA	Educação Infantil	LP	72	
39º	ELIANE APARECIDA DE FARIAS TSCHÖKE	Educação Infantil	LP	70	
40º	ANDREIA CLEA MARTINS CORREA CONCEIÇÃO	Educação Infantil	LP	68	
41º	INES DAL PIZZOL DOS SANTOS	Educação Infantil	LP	60	07/06/70
42º	PATRICIA BACHEL MARTINS	Educação Infantil	LP	60	27/07/86
43º	MIRIAM MARIA BIAOOCK SADOWSKI	Educação Infantil	LP	48	
44º	LAIDE MENDES OLIVEIRA PSCHIEDT	Educação Infantil	LP	45	07/07/71
45º	OZANA CARINE MECABO LAZAROTTO LOURENÇO	Educação Infantil	LP	45	13/12/86
46º	LUCIANE LOTTE	Educação Infantil	LP	44	07/08/73
47º	CARLA ANDREIA SCHIER	Educação Infantil	LP	44	06/08/77
48º	ARACELI LINZMEYER SCHVARTZ	Educação Infantil	LP	42	
49º	THAMIRES ROBERTA LESNHAK	Educação Infantil	LP	41	
50º	JOSIANE REGINA IANKOSKI FERREIRA ZAMBELLO	Educação Infantil	LP	34	
51º	SIUMARA APARECIDA GARCIA WALTER	Educação Infantil	LP	29	03/08/64
52º	FERNANDA CRISTINA PIONTKIEWICZ GONSCHOROVSKI	Educação Infantil	LP	29	11/08/84
53º	GESLAINE LUIZ DE OLIVEIRA DA SILVA E SOUZA	Educação Infantil	LP	26	19/05/74
54º	JOSLEINE TRAVINSKI	Educação Infantil	LP	26	28/02/79
55º	NAZIR ANTUNES FRAGA	Educação Infantil	LP	25	
56º	DANIELLE FERNANDES	Educação Infantil	LP	24	
57º	CLEIDIMARA NEIDERT	Educação Infantil	LP	21	
58º	MARIAZINHA MARTINS FARDANHO	Educação Infantil	LP	19	
59º	CRICHIMA PAES DE LIMA SILVA	Educação Infantil	LP	18	
60º	ADRIANA PSCHIEDT	Educação Infantil	MG	199	

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	MARIA BECKER	Especialista em Assuntos Educacionais	EP	148	
2º	TABATAH ANDRESSA DENK FRICK	Especialista em Assuntos Educacionais	LP	25	19/01/78
3º	JOICE SOFIA SCHWEDLER	Especialista em Assuntos Educacionais	LP	25	28/05/88
4º	JANAINA DOERLITZ	Especialista em Assuntos Educacionais	LP	24	

AUXILIAR DE BIBLIOTECA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	EMELI ELISABETH BECKERT SCHIESSL	Auxiliar de Biblioteca	1	61	

RESULTADO – EDITAL Nº 003/2016

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS



NOME	CARGO	REQUERIMENTO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
CLEIDE PSCHIEDT GERTLER	Professor Anos Finais	Remoção, por concurso	Não atendeu ao item 2.1.2 do Edital nº 003/2016
ELAINE NEPPEL	Atendente Educativo	Remoção, por concurso	Não atendeu ao item 2.1.2 do Edital nº 003/2016
ROSELI DO CARMO DE OLIVEIRA	Atendente Educativo	Remoção, por concurso	Não atendeu ao item 2.1.2 do Edital nº 003/2016

RESULTADO – EDITAL Nº 003/2016

REMOÇÃO POR PERMUTA

NOME	CARGO	CH	LOTAÇÃO	REMOÇÃO	RESULTADO
Catia Ropelato Wiatek	Professor Educação Infantil	40	CEIM Castelo Encantado	PEM Cantinho do Céu	Deferido
Eliane do Rocio Grein Neumann	Professor Educação Infantil	40	PEM Cantinho do Céu	CEIM Castelo Encantado	Deferido
Eliane Aparecida de Farias Tschöke	Professor Educação Infantil	40	CEIM Vera Lucia Drechsler Kitzberger (20h)	CEIM Sonho Meu (20h)	Deferido
Lorete Aparecida Sousa Rengel	Professor Educação Infantil	40	CEIM Sonho Meu (20h)	CEIM Vera Lucia Drechsler Kitzberger (20h)	Deferido

RESULTADO – EDITAL Nº 003/2016

REDUÇÃO CARGA HORÁRIA

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA ATUAL	CARGA HORÁRIA REQUERIDA	RESULTADO
CINTIA TERESINHA GNATKOSKI	Professor Anos Finais	40	30	Deferido
SIMONE STIEGLER NEPPEL	Professor Educação Infantil	40	20	Deferido
SOLANGE DE JESUS FAUSTINO FURST	Professor Anos Finais	40	30	Deferido

São Bento do Sul, 6 de dezembro de 2016

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO DAS DESPESAS

Página: 147
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da empresa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
04	Administração													
04.122	Administração Geral													
04.122.0002	Gestão Administrativa do Gabinete													
04.122.0002.2002.65	Gestão do Gabinete do Prefeito													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	177.244,16	177.244,16	177.244,16	177.244,16	177.244,16	177.244,16	177.244,16	177.244,16	177.244,16	177.244,16	177.244,16	177.244,24	2.126.930,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	29.380,83	29.380,83	29.380,83	29.380,83	29.380,83	29.380,83	29.380,83	29.380,83	29.380,83	29.380,83	29.380,83	29.380,87	352.570,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Opi-Intra-Organ	8.606,66	8.606,66	8.606,66	8.606,66	8.606,66	8.606,66	8.606,66	8.606,66	8.606,66	8.606,66	8.606,66	8.606,74	103.280,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Díarias - Civil	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	3.237,50	3.237,50	3.237,50	3.237,50	3.237,50	3.237,50	3.237,50	3.237,50	3.237,50	3.237,50	3.237,50	3.237,50	38.850,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	2.643,33	2.643,33	2.643,33	2.643,33	2.643,33	2.643,33	2.643,33	2.643,33	2.643,33	2.643,33	2.643,33	2.643,37	31.720,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
04.125	Normalização e Fiscalização													
04.125.0002	Gestão Administrativa do Gabinete													
04.125.0002.2011.71	Departamento de Controle Interno - DECI													
3.3.90.14.00.00.00.00	Díarias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	13.500,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
04.131	Comunicação Social													
04.131.0002	Gestão Administrativa do Gabinete													
04.131.0002.4002.67	Departamento de Comunicação Social - DECS													
3.3.90.14.00.00.00.00	Díarias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,37	250.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
28	Encargos Especiais													
28.845	Outras Transferências													
28.845.0002	Gestão Administrativa do Gabinete													
28.845.0002.0049.79	Auxílios Financeiros para Associações de Móri													
3.3.90.41.00.00.00.00	Contribuições	39.166,66	39.166,66	39.166,66	39.166,66	39.166,66	39.166,66	39.166,66	39.166,66	39.166,66	39.166,66	39.166,66	39.166,74	470.000,00
3.3.90.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,37	115.000,00
4.4.90.42.00.00.00.00	Auxílios	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
	Total Unidade:	294.154,00	294.154,00	294.154,00	294.154,00	294.154,00	294.154,00	294.154,00	294.154,00	294.154,00	294.154,00	294.154,00	294.156,00	3.529.850,00

Página: 2/47
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da Despesa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.02 - Bombeiros

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
04	Administração													
04.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial													
04.302.0002	Gestão Administrativa do Gabinete													
04.302.0002.4004.68	Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOME													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,37	22.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	18.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,37	94.000,00
06	Segurança Pública													
06.182	Defesa Civil													
06.182.0002	Gestão Administrativa do Gabinete													
06.182.0002.2004.69	Manutenção e Conservação da OEIM													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	600,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	22.408,33	22.408,33	22.408,33	22.408,33	22.408,33	22.408,33	22.408,33	22.408,33	22.408,33	22.408,33	22.408,33	22.408,37	268.900,00
	Total Unidade:	47.208,28	47.208,28	47.208,28	47.208,28	47.208,28	47.208,28	47.208,28	47.208,28	47.208,28	47.208,28	47.208,28	47.208,32	566.500,00

Página: 347
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Crônomograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da Despesa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.03 - Polícia Militar

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
06	Segurança Pública													
06.181	Policamento													
06.181.0002	Gestão Administrativa do Gabinete													
06.181.0002.2005.70	Serviços Especiais - Polícia Militar													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,74	15.500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	7.045,83	7.045,83	7.045,83	7.045,83	7.045,83	7.045,83	7.045,83	7.045,83	7.045,83	7.045,83	7.045,83	7.045,87	84.550,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.829,16	5.829,16	5.829,16	5.829,16	5.829,16	5.829,16	5.829,16	5.829,16	5.829,16	5.829,16	5.829,16	5.829,24	69.950,00
	Total Unidade:	14.749,97	14.749,97	14.749,97	14.749,97	14.749,97	14.749,97	14.749,97	14.749,97	14.749,97	14.749,97	14.749,97	14.750,33	177.000,00

Página: 4/47

Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da Despesa por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito		Unidade Orçamentária: 02.04 - Manutenção da Defesa Civil												Total
Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
06	Segurança Pública													
06.182	Defesa Civil													
06.182.0002	Gestão Administrativa do Gabinete													
06.182.0002.2003.72	Departamento de Defesa Civil													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
Total Unidade:		1.708,29	1.708,29	1.708,29	1.708,29	1.708,29	1.708,29	1.708,29	1.708,29	1.708,29	1.708,29	1.708,29	1.708,81	20.500,00

Página: 5/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por: Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 03.00 - Procuradoria

Unidade Orçamentária: 03.01 - Assessoria Jurídica

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
03	Essencial à Justiça													
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial													
03.092.0003	Procuradoria Jurídica													
03.092.0003.2006.53	Gestão da Assessoria Jurídica													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesc	50.992,50	50.992,50	50.992,50	50.992,50	50.992,50	50.992,50	50.992,50	50.992,50	50.992,50	50.992,50	50.992,50	50.992,50	611.910,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	7.556,66	7.556,66	7.556,66	7.556,66	7.556,66	7.556,66	7.556,66	7.556,66	7.556,66	7.556,66	7.556,66	7.556,66	90.680,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	442,50	442,50	442,50	442,50	442,50	442,50	442,50	442,50	442,50	442,50	442,50	442,50	5.310,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituções Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçam	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	45.600,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	600,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	14.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	100.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	1.208,33	1.208,33	1.208,33	1.208,33	1.208,33	1.208,33	1.208,33	1.208,33	1.208,33	1.208,33	1.208,33	1.208,33	14.500,00
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	144.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00	1.728.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
Total Unidade:		217.841,62	217.841,62	217.841,62	217.841,62	217.841,62	217.841,62	217.841,62	217.841,62	217.841,62	217.841,62	217.841,62	217.841,62	2.614.100,00

Página: 647
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Orçamento Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentária: 05.01 - Administração Geral

Código	Especificação	Janerio	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
04	Administração													
04.122	Administração Geral													
04.122.0004	Administração Geral													
04.122.0004.2009.54	Gestão do Departamento de Tecnologia da Informação													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	388.522,50	388.522,50	388.522,50	388.522,50	388.522,50	388.522,50	388.522,50	388.522,50	388.522,50	388.522,50	388.522,50	388.522,50	4.662.270,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	2.859,16	2.859,16	2.859,16	2.859,16	2.859,16	2.859,16	2.859,16	2.859,16	2.859,16	2.859,16	2.859,16	2.859,16	34.310,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal	5.200,83	5.200,83	5.200,83	5.200,83	5.200,83	5.200,83	5.200,83	5.200,83	5.200,83	5.200,83	5.200,83	5.200,83	62.410,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Infra-Orçam.	89.643,16	89.643,16	89.643,16	89.643,16	89.643,16	89.643,16	89.643,16	89.643,16	89.643,16	89.643,16	89.643,16	89.643,16	1.075.718,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	645,00	645,00	645,00	645,00	645,00	645,00	645,00	645,00	645,00	645,00	645,00	645,00	7.740,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	80.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	210.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	32.662,50	32.662,50	32.662,50	32.662,50	32.662,50	32.662,50	32.662,50	32.662,50	32.662,50	32.662,50	32.662,50	32.662,50	391.950,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
04.122.0004.2051.58	Gestão dos Serviços Públicos													
3.3.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	46.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	1.650.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	135.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.786,66	1.786,66	1.786,66	1.786,66	1.786,66	1.786,66	1.786,66	1.786,66	1.786,66	1.786,66	1.786,66	1.786,66	21.440,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
04.126	Tecnologia da Informação													
04.126.0004	Administração Geral													
04.126.0004.2012.56	Gestão do Departamento de Tecnologia da Informação													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
04.128	Formação de Recursos Humanos													
04.128.0004	Administração Geral													
04.128.0004.2009.57	Gestão do Departamento de Recursos Humanos													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
04.131	Comunicação Social													
04.131.0004	Administração Geral													
04.131.0004.2048.59	Publicações Oficiais e Divulgações do Município													
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
Total Unidade:		709.986,33	709.986,33	709.986,33	709.986,33	709.986,33	709.986,33	709.986,33	709.986,33	709.986,33	709.986,33	709.986,33	709.986,33	8.519.938,00

Página: 7/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017
Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Solução Realizada em Sistema por Empresa

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária: 05.02 - Encargos Especiais

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
28	Encargos Especiais													
28.846	Outros Encargos Especiais													
28.846.0004	Administração Geral													
28.846.0004.0050.60	Contribuição ao PASEP													
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	108.749,99	108.749,99	108.749,99	108.749,99	108.749,99	108.749,99	108.749,99	108.749,99	108.749,99	108.749,99	108.749,99	108.750,11	1.305.000,00
28.846.0004.0086.61	Pagamentos Pensionistas													
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,74	15.800,00
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
99	Reserva de Contingência													
99.999	Reserva de Contingência													
99.999.0004	Administração Geral													
99.999.0004.2999.112	Reserva de Contingência	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,59	1.670.800,00
Total Unidade:		139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,31	139.233,59	1.670.800,00

Página: 8/47
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Crônotograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade Orçamentária: 06.01 - Administração Financeira

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
04	Administração													
04.123	Administração Financeira													
04.123.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade													
04.123.0005.2007.62	Gerindo Recursos com Responsabilidade - : Gerindo Recursos com Responsabilidade													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	159.790,00	159.790,00	159.790,00	159.790,00	159.790,00	159.790,00	159.790,00	159.790,00	159.790,00	159.790,00	159.790,00	159.790,00	1.917.480,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	3.294,16	3.294,16	3.294,16	3.294,16	3.294,16	3.294,16	3.294,16	3.294,16	3.294,16	3.294,16	3.294,16	3.294,16	39.530,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.1.90.34.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	24.945,00	24.945,00	24.945,00	24.945,00	24.945,00	24.945,00	24.945,00	24.945,00	24.945,00	24.945,00	24.945,00	24.945,00	299.340,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	7.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	14.516,66	14.516,66	14.516,66	14.516,66	14.516,66	14.516,66	14.516,66	14.516,66	14.516,66	14.516,66	14.516,66	14.516,66	174.200,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	5.813,33	5.813,33	5.813,33	5.813,33	5.813,33	5.813,33	5.813,33	5.813,33	5.813,33	5.813,33	5.813,33	5.813,33	69.760,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
04.129	Administração de Receitas													
04.129.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade													
04.129.0005.4007.63	Departamento de Receitas - DERE													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	250.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	35.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	250,166,66	250,166,66	250,166,66	250,166,66	250,166,66	250,166,66	250,166,66	250,166,66	250,166,66	250,166,66	250,166,66	250,166,66	3.002.000,00
	Total Unidade:	485.192,40	485.192,40	485.192,40	485.192,40	485.192,40	485.192,40	485.192,40	485.192,40	485.192,40	485.192,40	485.192,40	485.192,40	5.822.310,00

Página: 947
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da Despesa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Finanças
Unidade Orçamentária: 06.02 - Serviços da Divida Pública

Código	Especificação	Janerio	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
28	Encargos Especiais													
28.843	Serviço da Divida Interna													
28.843.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade													
28.843.0005.0047.64	Amortização e Juros da Divida Publica													
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato	65.869,74	65.869,74	65.869,74	65.869,74	65.869,74	65.869,74	65.869,74	65.869,74	65.869,74	65.869,74	65.869,74	65.869,86	790.437,00
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos sobre a Divida por Co	10.266,66	10.266,66	10.266,66	10.266,66	10.266,66	10.266,66	10.266,66	10.266,66	10.266,66	10.266,66	10.266,66	10.266,74	123.200,00
3.2.91.21.00.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,37	61.000,00
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Divida Contratual Resgatad	492.333,33	492.333,33	492.333,33	492.333,33	492.333,33	492.333,33	492.333,33	492.333,33	492.333,33	492.333,33	492.333,37	492.333,37	5.908.000,00
4.6.91.71.00.00.00.00	Principal de Divida Contratual Resgatad	10.714,66	10.714,66	10.714,66	10.714,66	10.714,66	10.714,66	10.714,66	10.714,66	10.714,66	10.714,66	10.714,74	10.714,74	128.576,00
	Total Unidade:	584.267,72	584.267,72	584.267,72	584.267,72	584.267,72	584.267,72	584.267,72	584.267,72	584.267,72	584.267,72	584.267,72	584.268,08	7.011.213,00

Página: 10/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Crônoograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 07.01 - Secretaria de Educação

Código	Especificação	Janerio	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
12	Educação													
12.306	Alimentação e Nutrição													
12.306.0015	Educação: Elica Aprendizagem e Responsabili													
12.306.0015.2000.20	Alimentação Escolar													
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	182.561,66	182.561,66	182.561,66	182.561,66	182.561,66	182.561,66	182.561,66	182.561,66	182.561,66	182.561,66	182.561,66	182.561,74	2.190.740,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
12.361	Ensino Fundamental													
12.361.0015	Educação: Elica Aprendizagem e Responsabili													
12.361.0015.2023.118	Coordenação, Manutenção e Ampliação do En													
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesc	63.815,83	63.815,83	63.815,83	63.815,83	63.815,83	63.815,83	63.815,83	63.815,83	63.815,83	63.815,83	63.815,83	63.815,87	765.790,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	5.530,83	5.530,83	5.530,83	5.530,83	5.530,83	5.530,83	5.530,83	5.530,83	5.530,83	5.530,83	5.530,83	5.530,87	66.370,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	4.760,83	4.760,83	4.760,83	4.760,83	4.760,83	4.760,83	4.760,83	4.760,83	4.760,83	4.760,83	4.760,83	4.760,87	57.130,00
3.1.90.94.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	342.758,33	342.758,33	342.758,33	342.758,33	342.758,33	342.758,33	342.758,33	342.758,33	342.758,33	342.758,33	342.758,33	342.758,37	4.113.100,00
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.18.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,33	18.833,37	226.000,00
3.3.90.31.00.00.00	Premiações Culturais, Artíst., Científ. Desp	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	83.416,66	83.416,66	83.416,66	83.416,66	83.416,66	83.416,66	83.416,66	83.416,66	83.416,66	83.416,66	83.416,66	83.416,74	1.001.000,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoc	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.37.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,74	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	150.329,16	150.329,16	150.329,16	150.329,16	150.329,16	150.329,16	150.329,16	150.329,16	150.329,16	150.329,16	150.329,16	150.329,24	1.803.950,00
3.3.90.46.00.00.00	Auxílio-Alimentação	125.843,33	125.843,33	125.843,33	125.843,33	125.843,33	125.843,33	125.843,33	125.843,33	125.843,33	125.843,33	125.843,33	125.843,37	1.510.120,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contribuições	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.91.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,74	230.000,00
3.3.91.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contribuições	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	8.499,99	8.499,99	8.499,99	8.499,99	8.499,99	8.499,99	8.499,99	8.499,99	8.499,99	8.499,99	8.499,99	8.500,11	102.000,00
12.361.0015.2024.23	Transporte Escolar - Ensino Fundamental													
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	83,32	83,32	83,32	83,32	83,32	83,32	83,32	83,32	83,32	83,32	83,32	83,48	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	6.030,82	6.030,82	6.030,82	6.030,82	6.030,82	6.030,82	6.030,82	6.030,82	6.030,82	6.030,82	6.030,82	6.030,98	72.370,00
12.362	Ensino Médio													
12.362.0015	Educação: Elica Aprendizagem e Responsabili													
12.362.0015.8024.29	Transporte Escolar - Ensino Médio													
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	35.819,16	35.819,16	35.819,16	35.819,16	35.819,16	35.819,16	35.819,16	35.819,16	35.819,16	35.819,16	35.819,16	35.819,24	429.830,00
12.364	Ensino Superior													
12.364.0015	Educação: Elica Aprendizagem e Responsabili													
12.364.0015.6025.28	Subvenções ao Ensino Superior													
3.3.50.41.00.00.00	Contribuições	11.516,66	11.516,66	11.516,66	11.516,66	11.516,66	11.516,66	11.516,66	11.516,66	11.516,66	11.516,66	11.516,66	11.516,74	138.200,00
12.365	Educação Infantil													
12.365.0015	Educação: Elica Aprendizagem e Responsabili													
12.365.0015.2022.22	Coordenação, manutenção e ampliação da Edu													
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesc	659.005,00	659.005,00	659.005,00	659.005,00	659.005,00	659.005,00	659.005,00	659.005,00	659.005,00	659.005,00	659.005,00	659.005,00	7.908.090,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
3.1.90.94.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	304.874,16	304.874,16	304.874,16	304.874,16	304.874,16	304.874,16	304.874,16	304.874,16	304.874,16	304.874,16	304.874,16	304.874,24	3.658.490,00
3.3.90.18.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,66	1.316,74	15.800,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	26.166,66	26.166,66	26.166,66	26.166,66	26.166,66	26.166,66	26.166,66	26.166,66	26.166,66	26.166,66	26.166,66	26.166,74	314.000,00
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	30.083,33	30.083,33	30.083,33	30.083,33	30.083,33	30.083,33	30.083,33	30.083,33	30.083,33	30.083,33	30.083,33	30.083,37	361.000,00

Página: 11/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Crônotrama Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º da L.C. 101/00)

Seleção Realização de despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 07.01 - Secretaria de Educação

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
12	Educação													
12.365	Educação Infantil													
12.365.0015	Educação: Etnia, Aprendizagem e Responsabilid													
12.365.0015.2022.22	Coordenação, manutenção e ampliação da Edi													
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.374,99	1.374,99	1.374,99	1.374,99	1.374,99	1.374,99	1.374,99	1.374,99	1.374,99	1.374,99	1.374,99	1.375,11	16.500,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	73.391,66	73.391,66	73.391,66	73.391,66	73.391,66	73.391,66	73.391,66	73.391,66	73.391,66	73.391,66	73.391,66	73.391,74	880.700,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	132.702,50	132.702,50	132.702,50	132.702,50	132.702,50	132.702,50	132.702,50	132.702,50	132.702,50	132.702,50	132.702,50	132.702,50	1.592.430,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	17.441,66	17.441,66	17.441,66	17.441,66	17.441,66	17.441,66	17.441,66	17.441,66	17.441,66	17.441,66	17.441,66	17.441,74	209.300,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	7.708,33	7.708,33	7.708,33	7.708,33	7.708,33	7.708,33	7.708,33	7.708,33	7.708,33	7.708,33	7.708,33	7.708,37	92.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,37	13.000,00
12.365.0015.2027.26	Convênios com Empresas													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,74	20.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,37	280.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	23.250,00	23.250,00	23.250,00	23.250,00	23.250,00	23.250,00	23.250,00	23.250,00	23.250,00	23.250,00	23.250,00	23.250,00	279.000,00
12.365.0015.4024.27	Transporte Escolar - Educação Infantil													
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	124,99	124,99	124,99	124,99	124,99	124,99	124,99	124,99	124,99	124,99	124,99	125,11	1.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1.500,00
12.365.0015.4027.32	Recurso do FNDE													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessc	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Infra-Orçam.	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	2.886,66	2.886,66	2.886,66	2.886,66	2.886,66	2.886,66	2.886,66	2.886,66	2.886,66	2.886,66	2.886,66	2.886,74	34.640,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,74	350.000,00
	Total Unidade:	2.433.418,02	2.433.418,02	2.433.418,02	2.433.418,02	2.433.418,02	2.433.418,02	2.433.418,02	2.433.418,02	2.433.418,02	2.433.418,02	2.433.418,02	2.433.421,78	29.201.020,00

Página: 12/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 07.02 - FUNDEB

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
12	Educação													
12.361	Educação Fundamental													
12.361.0015	Educação: Etica, Aprendizagem e Responsabilidade													
12.361.0015.4026.31	Coordenação, manutenção e ampliação do En:													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessc	2.203.746,66	2.203.746,66	2.203.746,66	2.203.746,66	2.203.746,66	2.203.746,66	2.203.746,66	2.203.746,66	2.203.746,66	2.203.746,66	2.203.746,66	2.203.746,66	26.444.960,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	168.157,49	168.157,49	168.157,49	168.157,49	168.157,49	168.157,49	168.157,49	168.157,49	168.157,49	168.157,49	168.157,49	168.157,49	2.017.890,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
12.365	Educação Infantil													
12.365.0015	Educação: Etica, Aprendizagem e Responsabilidade													
12.365.0015.4023.30	Coordenação, manutenção e ampliação da Edu													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessc	1.146.962,49	1.146.962,49	1.146.962,49	1.146.962,49	1.146.962,49	1.146.962,49	1.146.962,49	1.146.962,49	1.146.962,49	1.146.962,49	1.146.962,49	1.146.962,49	13.763.550,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	129.883,32	129.883,32	129.883,32	129.883,32	129.883,32	129.883,32	129.883,32	129.883,32	129.883,32	129.883,32	129.883,32	129.883,32	1.558.600,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
	Total Unidade:	3.649.083,28	3.649.083,28	3.649.083,28	3.649.083,28	3.649.083,28	3.649.083,28	3.649.083,28	3.649.083,28	3.649.083,28	3.649.083,28	3.649.083,28	3.649.083,28	43.769.000,00

Página: 1347
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Unidade Orçamentária: 08.01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
15	Urbanismo													
15.122	Administração Geral													
15.122.0006	Planejando com Eficiência													
15.122.0006.2014.36	Gestão da Secretaria de Planejamento e Urban													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Persso	227.959,16	227.959,16	227.959,16	227.959,16	227.959,16	227.959,16	227.959,16	227.959,16	227.959,16	227.959,16	227.959,16	227.959,24	2.735.510,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	7.853,33	7.853,33	7.853,33	7.853,33	7.853,33	7.853,33	7.853,33	7.853,33	7.853,33	7.853,33	7.853,33	7.853,37	94.240,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	4.091,66	4.091,66	4.091,66	4.091,66	4.091,66	4.091,66	4.091,66	4.091,66	4.091,66	4.091,66	4.091,66	4.091,74	49.100,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	37.547,50	37.547,50	37.547,50	37.547,50	37.547,50	37.547,50	37.547,50	37.547,50	37.547,50	37.547,50	37.547,50	37.547,50	450.570,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	4.766,66	4.766,66	4.766,66	4.766,66	4.766,66	4.766,66	4.766,66	4.766,66	4.766,66	4.766,66	4.766,66	4.766,74	57.200,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoc	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	2.740,00	2.740,00	2.740,00	2.740,00	2.740,00	2.740,00	2.740,00	2.740,00	2.740,00	2.740,00	2.740,00	2.740,00	32.880,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,37	55.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	14.590,83	14.590,83	14.590,83	14.590,83	14.590,83	14.590,83	14.590,83	14.590,83	14.590,83	14.590,83	14.590,83	14.590,87	175.090,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,74	3.200,00
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana													
15.451.0006	Planejando com Eficiência													
15.451.0006.1040.34	Infra-estrutura Urbana													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	249,99	249,99	249,99	249,99	249,99	249,99	249,99	249,99	249,99	249,99	249,99	250,11	3.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	1.342.922,57	1.342.922,57	1.342.922,57	1.342.922,57	1.342.922,57	1.342.922,57	1.342.922,57	1.342.922,57	1.342.922,57	1.342.922,57	1.342.922,57	1.342.922,73	16.115.071,00
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
15.451.0006.2042.35	Departamento de Projetos - DEPRO													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
Total Unidade:		1.649.904,95	1.649.904,95	1.649.904,95	1.649.904,95	1.649.904,95	1.649.904,95	1.649.904,95	1.649.904,95	1.649.904,95	1.649.904,95	1.649.904,95	1.649.906,55	19.798.861,00

Página: 14/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Selção Realizada: da despesa por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Unidade Orçamentária: 08.02 - DETRANSBIS

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
15	Urbanismo													
15.451	Infra-Estrutura Urbana													
15.451.0006	Planejando com Eficiência													
15.451.0006.2015.37	Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais/Artist/Client/Desp	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,37	115.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	119.990,00	119.990,00	119.990,00	119.990,00	119.990,00	119.990,00	119.990,00	119.990,00	119.990,00	119.990,00	119.990,00	119.990,00	1.439.880,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,74	3.500,00
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
	Total Unidade:	135.281,61	135.281,61	135.281,61	135.281,61	135.281,61	135.281,61	135.281,61	135.281,61	135.281,61	135.281,61	135.281,61	135.282,29	1.623.380,00

Página: 1547
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da Despesa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Unidade Orçamentária: 08.03 - SSP TRANSITO - POLICIA MILITAR

Código	Especificação	Janerio	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
06	Segurança Pública													
06.181	Policimento													
06.181.0006	Planejando com Eficiência													
06.181.0006.2035.38	Convênio SSP/Trânsito - POLICIA MILITAR													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	24.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.158,33	1.158,33	1.158,33	1.158,33	1.158,33	1.158,33	1.158,33	1.158,33	1.158,33	1.158,33	1.158,33	1.158,37	13.900,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.402,50	5.402,50	5.402,50	5.402,50	5.402,50	5.402,50	5.402,50	5.402,50	5.402,50	5.402,50	5.402,50	5.402,50	64.530,00
Total Unidade:		8.852,49	8.852,49	8.852,49	8.852,49	8.852,49	8.852,49	8.852,49	8.852,49	8.852,49	8.852,49	8.852,49	8.852,61	106.230,00

Página: 1647
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da Despesa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Unidade Orçamentária: 08.04 - SSP TRÁNSITO - POLÍCIA CIVIL

Código	Especificação	Janerio	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
06	Segurança Pública													
06.181	Policimento													
06.181.0006	Planejando com Eficiência													
06.181.0006.2036.39	Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.544,16	2.544,16	2.544,16	2.544,16	2.544,16	2.544,16	2.544,16	2.544,16	2.544,16	2.544,16	2.544,16	2.544,24	30.530,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	122,50	1.470,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	3.935,83	3.935,83	3.935,83	3.935,83	3.935,83	3.935,83	3.935,83	3.935,83	3.935,83	3.935,83	3.935,83	3.935,87	47.230,00
Total Unidade:		8.852,48	8.852,48	8.852,48	8.852,48	8.852,48	8.852,48	8.852,48	8.852,48	8.852,48	8.852,48	8.852,48	8.852,72	106.230,00

Página: 17/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Unidade Orçamentária: 09.01 - Obras e Serviços Urbanos

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
06	Segurança Pública													
06.181	Policamento													
06.181.0008	Construindo um Município de Qualidade.													
06.181.0008.2034.77	Rádio Patrulha													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,33	3.833,37	46.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	43.500,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,74	200,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	7.116,66	7.116,66	7.116,66	7.116,66	7.116,66	7.116,66	7.116,66	7.116,66	7.116,66	7.116,66	7.116,66	7.116,74	85.400,00
15	Urbanismo													
15.451	Infra-Estrutura Urbana													
15.451.0008	Construindo um Município de Qualidade.													
15.451.0008.2030.76	Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e R													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	89.008,33	89.008,33	89.008,33	89.008,33	89.008,33	89.008,33	89.008,33	89.008,33	89.008,33	89.008,33	89.008,33	89.008,37	1.068.100,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	210.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	67.833,32	67.833,32	67.833,32	67.833,32	67.833,32	67.833,32	67.833,32	67.833,32	67.833,32	67.833,32	67.833,32	67.833,48	814.000,00
15.452	Serviços Urbanos													
15.452.0008	Construindo um Município de Qualidade.													
15.452.0008.2013.74	Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	81.508,32	81.508,32	81.508,32	81.508,32	81.508,32	81.508,32	81.508,32	81.508,32	81.508,32	81.508,32	81.508,32	81.508,48	978.100,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,74	200.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
15.452.0008.2029.75	Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Se													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Perss	410.012,50	410.012,50	410.012,50	410.012,50	410.012,50	410.012,50	410.012,50	410.012,50	410.012,50	410.012,50	410.012,50	410.012,50	4.920.150,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	21.573,33	21.573,33	21.573,33	21.573,33	21.573,33	21.573,33	21.573,33	21.573,33	21.573,33	21.573,33	21.573,33	21.573,37	258.880,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	13.104,16	13.104,16	13.104,16	13.104,16	13.104,16	13.104,16	13.104,16	13.104,16	13.104,16	13.104,16	13.104,16	13.104,24	157.250,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op Intra-Orçam	64.515,83	64.515,83	64.515,83	64.515,83	64.515,83	64.515,83	64.515,83	64.515,83	64.515,83	64.515,83	64.515,83	64.515,87	774.190,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Díarias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	210.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,74	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	17.916,66	17.916,66	17.916,66	17.916,66	17.916,66	17.916,66	17.916,66	17.916,66	17.916,66	17.916,66	17.916,66	17.916,74	215.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	38.423,33	38.423,33	38.423,33	38.423,33	38.423,33	38.423,33	38.423,33	38.423,33	38.423,33	38.423,33	38.423,33	38.423,37	461.080,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	4.500,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,74	35.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,37	2.500,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
15.452.0008.2032.128	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuári													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00

Página: 18/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Unidade Orçamentária: 09.01 - Obras e Serviços Urbanos

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
25	Energia													
25.452	Serviços Urbanos													
25.452.0008	Construindo um Município de Qualidade													
25.452.0008.2031.33	Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Ilum.													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesc	8.245,83	8.245,83	8.245,83	8.245,83	8.245,83	8.245,83	8.245,83	8.245,83	8.245,83	8.245,83	8.245,83	8.245,83	98.950,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.079,16	1.079,16	1.079,16	1.079,16	1.079,16	1.079,16	1.079,16	1.079,16	1.079,16	1.079,16	1.079,16	1.079,24	12.950,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Infra-Orçam	618,33	618,33	618,33	618,33	618,33	618,33	618,33	618,33	618,33	618,33	618,33	618,37	7.420,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,37	160.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	42.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	321.775,00	321.775,00	321.775,00	321.775,00	321.775,00	321.775,00	321.775,00	321.775,00	321.775,00	321.775,00	321.775,00	321.775,00	3.861.300,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Audio-Alimentacao	475,00	475,00	475,00	475,00	475,00	475,00	475,00	475,00	475,00	475,00	475,00	475,00	5.700,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	2.700,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	4.123,33	4.123,33	4.123,33	4.123,33	4.123,33	4.123,33	4.123,33	4.123,33	4.123,33	4.123,33	4.123,33	4.123,37	49.480,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
Total Unidade:		1.246.028,97	1.246.028,97	1.246.028,97	1.246.028,97	1.246.028,97	1.246.028,97	1.246.028,97	1.246.028,97	1.246.028,97	1.246.028,97	1.246.028,97	1.246.031,33	14.952.350,00

Página: 1947
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por: Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 10.01 - Assistência Social

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Total
08	Assistência Social													
08.122	Administração Geral													
08.122.0016	Assistência Social													
08.122.0016.2037.41	Gestão Administrativa da SEMAS													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesso	163.785,00	163.785,00	163.785,00	163.785,00	163.785,00	163.785,00	163.785,00	163.785,00	163.785,00	163.785,00	163.785,00	163.785,00	1.965.420,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	11.215,83	11.215,83	11.215,83	11.215,83	11.215,83	11.215,83	11.215,83	11.215,83	11.215,83	11.215,83	11.215,83	11.215,83	134.890,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoa	11.959,16	11.959,16	11.959,16	11.959,16	11.959,16	11.959,16	11.959,16	11.959,16	11.959,16	11.959,16	11.959,16	11.959,16	143.510,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituções Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	27.655,00	27.655,00	27.655,00	27.655,00	27.655,00	27.655,00	27.655,00	27.655,00	27.655,00	27.655,00	27.655,00	27.655,00	331.860,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	3.300,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	13.639,99	13.639,99	13.639,99	13.639,99	13.639,99	13.639,99	13.639,99	13.639,99	13.639,99	13.639,99	13.639,99	13.640,11	163.680,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	23.333,33	280.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	22.577,50	22.577,50	22.577,50	22.577,50	22.577,50	22.577,50	22.577,50	22.577,50	22.577,50	22.577,50	22.577,50	22.577,50	270.930,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas	1.749,99	1.749,99	1.749,99	1.749,99	1.749,99	1.749,99	1.749,99	1.749,99	1.749,99	1.749,99	1.749,99	1.750,11	21.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,74	8.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,37	2.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente													
08.243.0016	Assistência Social													
08.243.0016.2039.42	Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
08.243.0016.2082.116	Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,37	55.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	900.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
08.244	Assistência Comunitária													
08.244.0016	Assistência Social													
08.244.0016.1030.115	Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpente													
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	31.200,00
08.244.0016.1041.111	Horta Comunitária													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
08.244.0016.2092.123	Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00

Página: 2047
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Sistema: Realização da despesa por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 10.01 - Assistência Social

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Sep	Out	Nov	Dez	Total
06	Assistência Social													
06.244	Assistência Comunitária													
06.244.0016	Assistência Social													
06.244.0016.2092.123	Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência													
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
Total Unidade:		372.874,00	372.874,00	372.874,00	372.874,00	372.874,00	372.874,00	372.874,00	372.874,00	372.874,00	372.874,00	372.874,00	372.876,00	4.474.490,00

Página: 21/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Selção Realizada de acordo com o Edital

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 10.02 - Fundo de Assistência Social

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
08	Assistência Social													
08.244	Assistência Comunitária													
08.244.0016	Assistência Social													
08.244.0016.2071.113	FNAS - Gestão - IGD do SUAS													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	586,66	586,66	586,66	586,66	586,66	586,66	586,66	586,66	586,66	586,66	586,66	586,66	7.040,00
08.244.0016.2072.114	FNAS - Gestão - ACESSUAS													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
08.244.0016.2073.43	Gestão dos Serviços de Proteção Social Espe													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	25.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	1.416,66	17.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	2.583,33	31.000,00
08.244.0016.2080.44	Gestão dos Serviços de Proteção Social Espe													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesso	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	200.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op Intra-Oram	2.833,33	2.833,33	2.833,33	2.833,33	2.833,33	2.833,33	2.833,33	2.833,33	2.833,33	2.833,33	2.833,33	2.833,33	34.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	24.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	20.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas	19.999,99	19.999,99	19.999,99	19.999,99	19.999,99	19.999,99	19.999,99	19.999,99	19.999,99	19.999,99	19.999,99	19.999,99	240.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	20.000,00
08.244.0016.2081.45	Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica -													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	7.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
08.244.0016.2091.122	Serviço de Convivência e Fortalecimento de VI													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	4.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	4.500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.979,16	1.979,16	1.979,16	1.979,16	1.979,16	1.979,16	1.979,16	1.979,16	1.979,16	1.979,16	1.979,16	1.979,16	23.750,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00

Página: 22/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Crônotrama Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 10.02 - Fundo de Assistência Social

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
08	Assistência Social													
08.244	Assistência Comunitária													
08.244.0016	Assistência Social													
08.244.0016.4079.46	Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial	74.166,66	74.166,66	74.166,66	74.166,66	74.166,66	74.166,66	74.166,66	74.166,66	74.166,66	74.166,66	74.166,66	74.166,74	890.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesso	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,37	16.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,33	11.333,37	136.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	6.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	27.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente													
08.244.0016.4080.47	Gestão dos Serviços de Proteção Básica - Uni	88.357,99	88.357,99	88.357,99	88.357,99	88.357,99	88.357,99	88.357,99	88.357,99	88.357,99	88.357,99	88.357,99	88.358,11	1.060.236,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesso	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,37	22.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,74	170.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,74	65.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	24.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,74	8.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	4.606,41	4.606,41	4.606,41	4.606,41	4.606,41	4.606,41	4.606,41	4.606,41	4.606,41	4.606,41	4.606,41	4.606,49	55.277,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	42.083,32	42.083,32	42.083,32	42.083,32	42.083,32	42.083,32	42.083,32	42.083,32	42.083,32	42.083,32	42.083,32	42.083,48	505.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações													
08.244.0016.4081.48	Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - I	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	3.083,33	3.083,33	3.083,33	3.083,33	3.083,33	3.083,33	3.083,33	3.083,33	3.083,33	3.083,33	3.083,33	3.083,37	37.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	4.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente													
08.244.0016.6041.49	Gestão do FPMAS - Port. Deficiência	2.532,66	2.532,66	2.532,66	2.532,66	2.532,66	2.532,66	2.532,66	2.532,66	2.532,66	2.532,66	2.532,66	2.532,74	30.392,00
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.732,81	3.968.755,00
Total Unidade:		330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.729,29	330.732,81	3.968.755,00

Página: 2347

Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 10.03 - Fundo da Infância e Adolescência

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
08	Assistência Social													
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente													
08.243.0016	Assistência Social													
08.243.0016.0090.52	Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FI/													
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições													
08.243.0016.2044.51	Gestão do Fundo da Infância e Adolescência -	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
Total Unidade:		5.833,28	5.833,28	5.833,28	5.833,28	5.833,28	5.833,28	5.833,28	5.833,28	5.833,28	5.833,28	5.833,28	5.833,28	70.000,00

Página: 2447
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade Orçamentária: 11.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
22	Indústria													
22.661	Promoção Industrial													
22.661.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revital													
22.661.0007.2016.78	Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvi													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesso	69.348,33	69.348,33	69.348,33	69.348,33	69.348,33	69.348,33	69.348,33	69.348,33	69.348,33	69.348,33	69.348,33	69.348,33	832.180,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	4.654,16	4.654,16	4.654,16	4.654,16	4.654,16	4.654,16	4.654,16	4.654,16	4.654,16	4.654,16	4.654,16	4.654,16	55.850,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Organ	9.181,66	9.181,66	9.181,66	9.181,66	9.181,66	9.181,66	9.181,66	9.181,66	9.181,66	9.181,66	9.181,66	9.181,66	110.180,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Díarias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	3.300,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1.500,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoç	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	3.225,83	3.225,83	3.225,83	3.225,83	3.225,83	3.225,83	3.225,83	3.225,83	3.225,83	3.225,83	3.225,83	3.225,83	38.710,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
22.661.0007.2070.85	Departamento de Indústria e Comércio - DEIC	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	441.749,99	441.749,99	441.749,99	441.749,99	441.749,99	441.749,99	441.749,99	441.749,99	441.749,99	441.749,99	441.749,99	441.750,11	5.301.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
	Total Unidade:	537.809,88	537.809,88	537.809,88	537.809,88	537.809,88	537.809,88	537.809,88	537.809,88	537.809,88	537.809,88	537.809,88	537.811,32	6.453.720,00

Página: 2547
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da Despesa por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade Orçamentária: 11.02 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Total
22	Indústria													
22.661	Promoção Industrial													
22.661.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitali													
22.661.0007.2078.81	Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvement													
3.3.90.41.00.00.00.00	Contribuições	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,37	115.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
Total Unidade:		10.083,30	10.083,30	10.083,30	10.083,30	10.083,30	10.083,30	10.083,30	10.083,30	10.083,30	10.083,30	10.083,30	10.083,70	121.000,00

Página: 2647
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realizada de acordo com o Edital

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade Orçamentária: 11.03 - Turismo

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
23	Comércio e Serviços													
23.695	Turismo													
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitali													
23.695.0007.2019.83	Departamento de Turismo - DETUR													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesso	21.120,00	21.120,00	21.120,00	21.120,00	21.120,00	21.120,00	21.120,00	21.120,00	21.120,00	21.120,00	21.120,00	21.120,00	253.440,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	3.921,66	3.921,66	3.921,66	3.921,66	3.921,66	3.921,66	3.921,66	3.921,66	3.921,66	3.921,66	3.921,66	3.921,66	47.060,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Pessoal C	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	825,83	825,83	825,83	825,83	825,83	825,83	825,83	825,83	825,83	825,83	825,83	825,83	9.910,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	80.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Contribuições	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Diárias - Civil	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
3.3.90.31.00.00.00.00	Material de Consumo	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	6.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Desport	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	8.240,00	8.240,00	8.240,00	8.240,00	8.240,00	8.240,00	8.240,00	8.240,00	8.240,00	8.240,00	8.240,00	8.240,00	98.800,00
3.3.90.40.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	604,16	604,16	604,16	604,16	604,16	604,16	604,16	604,16	604,16	604,16	604,16	604,16	7.250,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	25.083,33	25.083,33	25.083,33	25.083,33	25.083,33	25.083,33	25.083,33	25.083,33	25.083,33	25.083,33	25.083,33	25.083,33	301.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Obras e Instalações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
	Equipamentos e Material Permanente	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	813.540,00
	Total Unidade:	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	67.794,91	813.540,00

Página: 27/47
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade Orçamentária: 11.04 - Fundo Municipal de Turismo

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
23	Comércio e Serviços													
23.695	Turismo													
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitali													
23.695.0007.2020.82	Fundo Municipal de Turismo													
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
	Total Unidade:	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,48	4.000,00

Página: 28447

Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade Orçamentária: 11.05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
14	Direitos da Cidadania													
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos													
14.422.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitali													
14.422.0007.2087.84	Departamento de Proteção ao Consumidor - P													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,74	35.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,37	28.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
	Total Unidade:	6.416,64	6.416,64	6.416,64	6.416,64	6.416,64	6.416,64	6.416,64	6.416,64	6.416,64	6.416,64	6.416,64	6.416,96	77.000,00

Página: 2947
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Conograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Sessão Realização da despesa por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade Orçamentária: 13.01 - Agricultura

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
20	Agricultura													
20.606	Extensão Rural													
20.606.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente													
20.606.0017.2017.86	Gestão do Departamento de Agricultura - DEAC													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	79.890,83	79.890,83	79.890,83	79.890,83	79.890,83	79.890,83	79.890,83	79.890,83	79.890,83	79.890,83	79.890,83	79.890,87	958.690,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.795,83	1.795,83	1.795,83	1.795,83	1.795,83	1.795,83	1.795,83	1.795,83	1.795,83	1.795,83	1.795,83	1.795,87	21.550,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	5.781,66	5.781,66	5.781,66	5.781,66	5.781,66	5.781,66	5.781,66	5.781,66	5.781,66	5.781,66	5.781,66	5.781,74	69.390,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,74	170.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,74	80.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,37	145.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,74	8.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	9.732,50	9.732,50	9.732,50	9.732,50	9.732,50	9.732,50	9.732,50	9.732,50	9.732,50	9.732,50	9.732,50	9.732,50	116.790,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	5.285,83	5.285,83	5.285,83	5.285,83	5.285,83	5.285,83	5.285,83	5.285,83	5.285,83	5.285,83	5.285,83	5.285,87	63.430,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	600,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
20.606.0017.2018.88	Departamento de Saúde - DEPEC													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
Total Unidade:		139.369,92	139.369,92	139.369,92	139.369,92	139.369,92	139.369,92	139.369,92	139.369,92	139.369,92	139.369,92	139.369,92	139.370,88	1.672.440,00

Página: 30/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade Orçamentária: 13.02 - Meio Ambiente

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
18	Gestão Ambiental													
18.541	Preservação e Conservação Ambiental													
18.541.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente													
18.541.0017.4003.87	Departamento de Meio Ambiente - DEMAM													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	23.290,83	23.290,83	23.290,83	23.290,83	23.290,83	23.290,83	23.290,83	23.290,83	23.290,83	23.290,83	23.290,83	23.290,87	279.490,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.063,33	1.063,33	1.063,33	1.063,33	1.063,33	1.063,33	1.063,33	1.063,33	1.063,33	1.063,33	1.063,33	1.063,37	12.760,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op-Intra-Órgam.	3.088,33	3.088,33	3.088,33	3.088,33	3.088,33	3.088,33	3.088,33	3.088,33	3.088,33	3.088,33	3.088,33	3.088,37	37.080,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	95,83	95,83	95,83	95,83	95,83	95,83	95,83	95,83	95,83	95,83	95,83	95,87	1.150,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	1.347,50	1.347,50	1.347,50	1.347,50	1.347,50	1.347,50	1.347,50	1.347,50	1.347,50	1.347,50	1.347,50	1.347,50	16.170,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
20	Agricultura													
20.544	Recursos Hídricos													
20.544.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente													
20.544.0017.4008.89	Consórcio Quirim - Contrato de Rateio													
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio	2.951,66	2.951,66	2.951,66	2.951,66	2.951,66	2.951,66	2.951,66	2.951,66	2.951,66	2.951,66	2.951,66	2.951,74	35.420,00
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CO	5.470,83	5.470,83	5.470,83	5.470,83	5.470,83	5.470,83	5.470,83	5.470,83	5.470,83	5.470,83	5.470,83	5.470,87	65.550,00
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,87	4.930,00
	Total Unidade:	42.552,39	42.552,39	42.552,39	42.552,39	42.552,39	42.552,39	42.552,39	42.552,39	42.552,39	42.552,39	42.552,39	42.553,71	510.630,00

Página: 31/47
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade Orçamentária: 13.03 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
20	Agricultura													
20.606	Extensão Rural													
20.606.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente													
20.606.0017.4017.90	Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,74	8.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	18.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
	Total Unidade:	2.333,32	2.333,32	2.333,32	2.333,32	2.333,32	2.333,32	2.333,32	2.333,32	2.333,32	2.333,32	2.333,32	2.333,48	28.000,00

Página: 32/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por Emprego

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão: 17.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.01 - Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Janerio	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
10	Saúde													
10.301	Atenção Básica													
10.301.0010	Inovando na Saúde													
10.301.0010.1024.1	Ampliação da rede Física da Saúde													
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	246.708,32	246.708,32	246.708,32	246.708,32	246.708,32	246.708,32	246.708,32	246.708,32	246.708,32	246.708,32	246.708,32	246.708,32	2.960.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	20.916,66	20.916,66	20.916,66	20.916,66	20.916,66	20.916,66	20.916,66	20.916,66	20.916,66	20.916,66	20.916,66	20.916,66	251.000,00
10.301.0010.1025.2	Ampliação da Rede Física da Saúde - Média e Alta Complexidade													
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	17.583,33	17.583,33	17.583,33	17.583,33	17.583,33	17.583,33	17.583,33	17.583,33	17.583,33	17.583,33	17.583,33	17.583,33	211.000,00
10.301.0010.2054.3	Ações Voltadas a Atenção Básica													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	1.275.000,00	1.275.000,00	1.275.000,00	1.275.000,00	1.275.000,00	1.275.000,00	1.275.000,00	1.275.000,00	1.275.000,00	1.275.000,00	1.275.000,00	1.275.000,00	15.300.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	38.333,33	38.333,33	38.333,33	38.333,33	38.333,33	38.333,33	38.333,33	38.333,33	38.333,33	38.333,33	38.333,33	38.333,33	460.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	480.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituções Trabalhistas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	278.333,33	278.333,33	278.333,33	278.333,33	278.333,33	278.333,33	278.333,33	278.333,33	278.333,33	278.333,33	278.333,33	278.333,33	3.340.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	120.000,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	36.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	96.999,99	96.999,99	96.999,99	96.999,99	96.999,99	96.999,99	96.999,99	96.999,99	96.999,99	96.999,99	96.999,99	96.999,99	1.164.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	80.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	200.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	25.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	40.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	789.249,99	789.249,99	789.249,99	789.249,99	789.249,99	789.249,99	789.249,99	789.249,99	789.249,99	789.249,99	789.249,99	789.250,11	9.471.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	1.110.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,37	4.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	9.583,32	9.583,32	9.583,32	9.583,32	9.583,32	9.583,32	9.583,32	9.583,32	9.583,32	9.583,32	9.583,32	9.583,48	115.000,00
10.301.0010.2101.4	Estratégia da Saúde da Família													
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	133.365,16	133.365,16	133.365,16	133.365,16	133.365,16	133.365,16	133.365,16	133.365,16	133.365,16	133.365,16	133.365,16	133.365,24	1.600.382,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	454.999,99	454.999,99	454.999,99	454.999,99	454.999,99	454.999,99	454.999,99	454.999,99	454.999,99	454.999,99	454.999,99	455.000,11	5.460.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,74	170.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,74	80.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	73.333,33	73.333,33	73.333,33	73.333,33	73.333,33	73.333,33	73.333,33	73.333,33	73.333,33	73.333,33	73.333,33	73.333,37	880.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	150.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,37	160.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	120.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	20.383,33	20.383,33	20.383,33	20.383,33	20.383,33	20.383,33	20.383,33	20.383,33	20.383,33	20.383,33	20.383,33	20.383,37	244.600,00
10.301.0010.2102.5	Gestão do SUS													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	429,16	429,16	429,16	429,16	429,16	429,16	429,16	429,16	429,16	429,16	429,16	429,24	5.150,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial													
10.302.0010	Inovando na Saúde													
10.302.0010.2201.6	Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade													
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	216.000,00
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CO	40.833,33	40.833,33	40.833,33	40.833,33	40.833,33	40.833,33	40.833,33	40.833,33	40.833,33	40.833,33	40.833,33	40.833,37	490.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.244.750,00	1.244.750,00	1.244.750,00	1.244.750,00	1.244.750,00	1.244.750,00	1.244.750,00	1.244.750,00	1.244.750,00	1.244.750,00	1.244.750,00	1.244.750,00	14.937.000,00

Página: 3347
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por: Emprego

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão: 17.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.01 - Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
10	Saúde													
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial													
10.302.0010	Inovando na Saúde													
10.302.0010.2202.7	Operação e Manutenção do SAMU													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	333.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Infra-Orçam	4.333,33	4.333,33	4.333,33	4.333,33	4.333,33	4.333,33	4.333,33	4.333,33	4.333,33	4.333,33	4.333,33	4.333,33	52.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	4.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	627,33	627,33	627,33	627,33	627,33	627,33	627,33	627,33	627,33	627,33	627,33	627,33	7.528,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	3.500,00
10.302.0010.2203.8	Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico													
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	245.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	6.695,82	6.695,82	6.695,82	6.695,82	6.695,82	6.695,82	6.695,82	6.695,82	6.695,82	6.695,82	6.695,82	6.695,82	80.950,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	7.820,83	7.820,83	7.820,83	7.820,83	7.820,83	7.820,83	7.820,83	7.820,83	7.820,83	7.820,83	7.820,83	7.820,83	93.850,00
10.302.0010.2401.9	Atenção Farmacêutica													
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	256.291,66	256.291,66	256.291,66	256.291,66	256.291,66	256.291,66	256.291,66	256.291,66	256.291,66	256.291,66	256.291,66	256.291,66	3.075.500,00
10.302.0010.2650.1.10	Ações Voltadas à Manutenção do CAPS													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	27.750,00	333.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	4.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Infra-Orçam	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	4.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	4.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	4.833,33	58.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	4.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
10.304	Vigilância Sanitária													
10.304.0010	Inovando na Saúde													
10.304.0010.2301.11	Ações Voltadas à Vigilância Sanitária													
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	7.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	4.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	4.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	7.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica													
10.305.0010	Inovando na Saúde													
10.305.0010.2302.12	Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	95.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	95.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00

Página: 34/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da despesa por Empenho

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão: 17.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.01 - Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Janerio	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
10	Saúde													
10.305	Vigilancia Epidemiologica													
10.305.0010	Inovando na Saúde													
10.305.0010.2302.12	Ações Voltadas à Vigilância Epidemiologica													
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
10.305.0010.2303.13	Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/													
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	833,37	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.397,91	1.397,91	1.397,91	1.397,91	1.397,91	1.397,91	1.397,91	1.397,91	1.397,91	1.397,91	1.397,91	1.397,99	16.775,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	833,37	10.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	416,74	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,37	333,37	4.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	2.083,37	25.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,74	1.666,74	20.000,00
	Total Unidade:	5.413.510,88	5.413.510,88	5.413.510,88	5.413.510,88	5.413.510,88	5.413.510,88	5.413.510,88	5.413.510,88	5.413.510,88	5.413.510,88	5.413.510,88	5.413.515,32	64.962.135,00

Página: 3547
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL

Órgão: 19.00 - IPRESBS

Unidade Orçamentária: 19.01 - IPRESBS

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
09	Previdência Social													
09.122	Administração Geral													
09.122.0014	Regime Próprio de Previdência													
09.122.0014.4062.1	Administração e Funcionamento do IPRESBS													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	68.333,33	68.333,33	68.333,33	68.333,33	68.333,33	68.333,33	68.333,33	68.333,33	68.333,33	68.333,33	68.333,33	68.333,37	820.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,37	70.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçam.	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçam.	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Dívidas - Civil	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,74	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	45.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,37	40.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,37	40.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	150.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,74	800.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,74	200.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário													
09.272.0014	Regime Próprio de Previdência													
09.272.0014.2062.2	Manutenção e Funcionamento do IPRESBS													
3.1.20.98.00.00.00.00	Compensações ao RGPS	45.833,33	45.833,33	45.833,33	45.833,33	45.833,33	45.833,33	45.833,33	45.833,33	45.833,33	45.833,33	45.833,33	45.833,37	550.000,00
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	1.283.166,66	1.283.166,66	1.283.166,66	1.283.166,66	1.283.166,66	1.283.166,66	1.283.166,66	1.283.166,66	1.283.166,66	1.283.166,66	1.283.166,66	1.283.166,74	15.398.000,00
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	304.583,32	304.583,32	304.583,32	304.583,32	304.583,32	304.583,32	304.583,32	304.583,32	304.583,32	304.583,32	304.583,32	304.583,48	3.655.000,00
3.1.90.05.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIA	195.916,66	195.916,66	195.916,66	195.916,66	195.916,66	195.916,66	195.916,66	195.916,66	195.916,66	195.916,66	195.916,66	195.916,74	2.351.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,74	500.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
99	Reserva de Contingência													
99.997	Reserva Legal													
99.997.0014	Regime Próprio de Previdência													
99.997.0014.2068.3	Superávit Financeiro do RPPS													
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência	4.336.420,75	4.336.420,75	4.336.420,75	4.336.420,75	4.336.420,75	4.336.420,75	4.336.420,75	4.336.420,75	4.336.420,75	4.336.420,75	4.336.420,75	4.336.420,75	52.037.049,00
	Total Unidade:	6.401.920,63	6.401.920,63	6.401.920,63	6.401.920,63	6.401.920,63	6.401.920,63	6.401.920,63	6.401.920,63	6.401.920,63	6.401.920,63	6.401.920,63	6.401.922,07	76.823.049,00

Página: 3647
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Sessão Realizada de acordo com o Artigo

Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO

Órgão: 16.00 - Empresa Municipal de Habitação

Unidade Orçamentária: 16.01 - Empresa Municipal de Habitação

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
16	Habitação													
16.122	Administração Geral													
16.122.0009	Habitação com Qualidade													
16.122.0009.2055.1	Manutenção da Estrutura Administrativa da EM													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	1.000.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	47.500,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	9.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituções Trabalhistas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	4.250,00	4.250,00	4.250,00	4.250,00	4.250,00	4.250,00	4.250,00	4.250,00	4.250,00	4.250,00	4.250,00	4.250,00	51.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	20.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	8.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	35.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
16.482	Habitação Urbana													
16.482.0009	Habitação com Qualidade													
16.482.0009.1018.2	Programa FNHIS													
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	230.666,24	230.666,24	230.666,24	230.666,24	230.666,24	230.666,24	230.666,24	230.666,24	230.666,24	230.666,24	230.666,24	230.666,24	2.767.995,00
16.482.0009.1050.3	Convênios - Trabalho Técnico Social													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
Total Unidade:		342.041,15	342.041,15	342.041,15	342.041,15	342.041,15	342.041,15	342.041,15	342.041,15	342.041,15	342.041,15	342.041,15	342.041,15	4.104.995,00

Página: 37/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO
Órgão: 16.00 - Empresa Municipal de Habitação
Unidade Orçamentária: 16.02 - Fundo Rotativo Habitacional

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
16	Habitação													
16.482	Habitação Urbana													
16.482.0009	Habitação com Qualidade													
16.482.0009.1017.4	Investindo em Programas Habitacionais													
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.37	10.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.37	10.000,00
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.74	50.000,00
4.4.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.37	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	90.666.66	90.666.66	90.666.66	90.666.66	90.666.66	90.666.66	90.666.66	90.666.66	90.666.66	90.666.66	90.666.66	90.666.74	1.088.000,00
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	666.000,00
4.5.90.66.00.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	16.666.66	16.666.66	16.666.66	16.666.66	16.666.66	16.666.66	16.666.66	16.666.66	16.666.66	16.666.66	16.666.66	16.666.74	200.000,00
16.482.0009.2056.5	Regularização Fundiária Habitacional													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.66	4.166.74	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.74	5.000,00
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.37	1.000,00
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.37	1.000,00
Total Unidade:		179.249,95	179.249,95	179.249,95	179.249,95	179.249,95	179.249,95	179.249,95	179.249,95	179.249,95	179.249,95	179.249,95	179.250,55	2.151.000,00

Página: 3847
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Crônomograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
Órgão: 23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Unidade Orçamentária: 23.01 - Serviços Administrativos

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
17	Saneamento													
17.122	Administração Geral													
17.122.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto													
17.122.0013.2063.1	Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos													
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	10.041,66	10.041,66	10.041,66	10.041,66	10.041,66	10.041,66	10.041,66	10.041,66	10.041,66	10.041,66	10.041,66	10.041,74	120.500,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	141.312,75	141.312,75	141.312,75	141.312,75	141.312,75	141.312,75	141.312,75	141.312,75	141.312,75	141.312,75	141.312,75	141.312,75	1.695.753,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	2.841,66	2.841,66	2.841,66	2.841,66	2.841,66	2.841,66	2.841,66	2.841,66	2.841,66	2.841,66	2.841,66	2.841,74	34.100,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	85.200,00
3.1.90.34.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorrente	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,74	92.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,37	8.500,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,74	20.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	24.541,66	24.541,66	24.541,66	24.541,66	24.541,66	24.541,66	24.541,66	24.541,66	24.541,66	24.541,66	24.541,66	24.541,74	294.500,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	3.291,66	3.291,66	3.291,66	3.291,66	3.291,66	3.291,66	3.291,66	3.291,66	3.291,66	3.291,66	3.291,66	3.291,74	39.500,00
3.3.70.41.00.00.00.00	Contribuições	7.831,66	7.831,66	7.831,66	7.831,66	7.831,66	7.831,66	7.831,66	7.831,66	7.831,66	7.831,66	7.831,66	7.831,74	93.980,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,37	20.500,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	616,66	616,66	616,66	616,66	616,66	616,66	616,66	616,66	616,66	616,66	616,66	616,74	7.400,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	32.933,33	32.933,33	32.933,33	32.933,33	32.933,33	32.933,33	32.933,33	32.933,33	32.933,33	32.933,33	32.933,33	32.933,37	395.200,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	14.100,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,66	7.291,74	87.500,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	25.266,66	25.266,66	25.266,66	25.266,66	25.266,66	25.266,66	25.266,66	25.266,66	25.266,66	25.266,66	25.266,66	25.266,74	303.200,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	96.170,83	96.170,83	96.170,83	96.170,83	96.170,83	96.170,83	96.170,83	96.170,83	96.170,83	96.170,83	96.170,83	96.170,87	1.154.050,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	135.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,66	1.141,74	13.700,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	18.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	12.600,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	58.800,00
17.122.0013.2067.2	Contribuição ao PASEP													
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	24.291,66	24.291,66	24.291,66	24.291,66	24.291,66	24.291,66	24.291,66	24.291,66	24.291,66	24.291,66	24.291,66	24.291,74	291.500,00
Total Unidade:		416.298,49	416.298,49	416.298,49	416.298,49	416.298,49	416.298,49	416.298,49	416.298,49	416.298,49	416.298,49	416.298,49	416.299,61	4.995.833,00

Página: 39/47
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Crônoograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Emprego

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

Órgão: 23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 23.02 - Abastecimento de Água

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
17	Saneamento													
17.512	Saneamento Básico Urbano													
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto													
17.512.0013.1001.3	Construção de Novos Reservatórios para Água	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,74	200.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis													
17.512.0013.1002.4	Ampliação, Reforma e Respeiramento do S	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,37	250.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	225.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente													
17.512.0013.2004.5	Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abast	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,74	170.000,00
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	183.625,00	183.625,00	183.625,00	183.625,00	183.625,00	183.625,00	183.625,00	183.625,00	183.625,00	183.625,00	183.625,00	183.625,00	2.203.500,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessc	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,74	23.900,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	26.408,33	26.408,33	26.408,33	26.408,33	26.408,33	26.408,33	26.408,33	26.408,33	26.408,33	26.408,33	26.408,33	26.408,37	316.900,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	25.187,50	25.187,50	25.187,50	25.187,50	25.187,50	25.187,50	25.187,50	25.187,50	25.187,50	25.187,50	25.187,50	25.187,50	302.550,00
3.1.90.34.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorre	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,33	708,37	8.500,00
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	3.283,33	3.283,33	3.283,33	3.283,33	3.283,33	3.283,33	3.283,33	3.283,33	3.283,33	3.283,33	3.283,33	3.283,37	39.400,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	30.008,33	30.008,33	30.008,33	30.008,33	30.008,33	30.008,33	30.008,33	30.008,33	30.008,33	30.008,33	30.008,33	30.008,37	360.100,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	1.550,00	18.600,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	516,66	516,66	516,66	516,66	516,66	516,66	516,66	516,66	516,66	516,66	516,66	516,74	6.200,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	107.108,33	107.108,33	107.108,33	107.108,33	107.108,33	107.108,33	107.108,33	107.108,33	107.108,33	107.108,33	107.108,33	107.108,37	1.285.300,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	575,00	575,00	575,00	575,00	575,00	575,00	575,00	575,00	575,00	575,00	575,00	575,00	6.900,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoc	8.833,33	8.833,33	8.833,33	8.833,33	8.833,33	8.833,33	8.833,33	8.833,33	8.833,33	8.833,33	8.833,33	8.833,37	106.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	29.791,66	29.791,66	29.791,66	29.791,66	29.791,66	29.791,66	29.791,66	29.791,66	29.791,66	29.791,66	29.791,66	29.791,74	357.500,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	224.591,66	224.591,66	224.591,66	224.591,66	224.591,66	224.591,66	224.591,66	224.591,66	224.591,66	224.591,66	224.591,66	224.591,74	2.695.100,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	228.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	2.041,66	2.041,66	2.041,66	2.041,66	2.041,66	2.041,66	2.041,66	2.041,66	2.041,66	2.041,66	2.041,66	2.041,74	24.500,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,66	1.991,74	23.900,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	12.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	450.000,00
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	14.708,33	14.708,33	14.708,33	14.708,33	14.708,33	14.708,33	14.708,33	14.708,33	14.708,33	14.708,33	14.708,33	14.708,37	176.500,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	16.072,41	16.072,41	16.072,41	16.072,41	16.072,41	16.072,41	16.072,41	16.072,41	16.072,41	16.072,41	16.072,41	16.072,49	192.889,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente													
Total Unidade:		809.459,83	809.459,83	809.459,83	809.459,83	809.459,83	809.459,83	809.459,83	809.459,83	809.459,83	809.459,83	809.459,83	809.460,87	9.713.519,00

Página: 4047
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por: Emprego

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
Órgão: 23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Unidade Orçamentária: 23.03 - Sistema de Esgoto Sanitário

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
17	Saneamento													
17.512	Saneamento Básico Urbano													
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto													
17.512.0013.1003.6	Construção de Unidades de Coleta, Elevação e													
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	1.500.000,00
4.4.90.30.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	500.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.00	Obras e Instalações	1.276.166,65	1.276.166,65	1.276.166,65	1.276.166,65	1.276.166,65	1.276.166,65	1.276.166,65	1.276.166,65	1.276.166,65	1.276.166,65	1.276.166,65	1.276.166,65	15.314.000,00
4.5.90.61.00.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	6.766,66	6.766,66	6.766,66	6.766,66	6.766,66	6.766,66	6.766,66	6.766,66	6.766,66	6.766,66	6.766,66	6.766,66	81.200,00
17.512.0013.2065.7	Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgoto													
3.1.90.05.00.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.09.00.00.00.00.00	Salário-Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessc	70.025,00	70.025,00	70.025,00	70.025,00	70.025,00	70.025,00	70.025,00	70.025,00	70.025,00	70.025,00	70.025,00	70.025,00	840.300,00
3.1.90.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	2.500,00
3.1.90.16.00.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	10.608,33	10.608,33	10.608,33	10.608,33	10.608,33	10.608,33	10.608,33	10.608,33	10.608,33	10.608,33	10.608,33	10.608,33	127.300,00
3.1.90.34.00.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorre	21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	255.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	1.325,00	15.900,00
3.1.91.13.00.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	12.800,00	153.800,00
3.3.90.03.00.00.00.00.00	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diárias - Civil	541,66	541,66	541,66	541,66	541,66	541,66	541,66	541,66	541,66	541,66	541,66	541,66	6.500,00
3.3.90.18.00.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	3.200,00
3.3.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	315.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoc	591,66	591,66	591,66	591,66	591,66	591,66	591,66	591,66	591,66	591,66	591,66	591,66	7.100,00
3.3.90.35.00.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	10.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	54.808,33	54.808,33	54.808,33	54.808,33	54.808,33	54.808,33	54.808,33	54.808,33	54.808,33	54.808,33	54.808,33	54.808,33	657.700,00
3.3.90.46.00.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	96.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.291,66	2.291,66	2.291,66	2.291,66	2.291,66	2.291,66	2.291,66	2.291,66	2.291,66	2.291,66	2.291,66	2.291,66	27.500,00
3.3.90.59.00.00.00.00.00	Pensões Especiais	3.075,00	3.075,00	3.075,00	3.075,00	3.075,00	3.075,00	3.075,00	3.075,00	3.075,00	3.075,00	3.075,00	3.075,00	36.900,00
3.3.90.91.00.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	12.500,00
3.3.91.47.00.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	14.100,00
4.4.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	18.733,33	18.733,33	18.733,33	18.733,33	18.733,33	18.733,33	18.733,33	18.733,33	18.733,33	18.733,33	18.733,33	18.733,33	224.800,00
4.4.90.51.00.00.00.00.00	Obras e Instalações	5.525,00	5.525,00	5.525,00	5.525,00	5.525,00	5.525,00	5.525,00	5.525,00	5.525,00	5.525,00	5.525,00	5.525,00	66.300,00
4.4.90.52.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	9.995,83	9.995,83	9.995,83	9.995,83	9.995,83	9.995,83	9.995,83	9.995,83	9.995,83	9.995,83	9.995,83	9.995,83	119.950,00
	Total Unidade:	1.699.029,08	1.699.029,08	1.699.029,08	1.699.029,08	1.699.029,08	1.699.029,08	1.699.029,08	1.699.029,08	1.699.029,08	1.699.029,08	1.699.029,08	1.699.029,08	20.388.350,00

Página: 41/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por: Emprego

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
Órgão: 23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Unidade Orçamentária: 23.04 - Saneamento Geral

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
17	Saneamento													
17.512	Saneamento Básico Urbano													
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto													
17.512.0013.1004.8	Organização e Modernização dos Serviços de													
4.4.90.5100.00.00.00	Obras e Instalações	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,74	110.000,00
4.4.90.5200.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
17.512.0013.2066.9	Organização e Modernização dos Serviços de													
3.3.90.3000.00.00.00	Material de Consumo	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,74	200.000,00
3.3.90.3100.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas	1.075,00	1.075,00	1.075,00	1.075,00	1.075,00	1.075,00	1.075,00	1.075,00	1.075,00	1.075,00	1.075,00	1.075,00	12.900,00
3.3.90.3200.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,74	35.000,00
3.3.90.3500.00.00.00	Serviços de Consultoria	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,66	10.416,74	125.000,00
3.3.90.3600.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.675,00	2.675,00	2.675,00	2.675,00	2.675,00	2.675,00	2.675,00	2.675,00	2.675,00	2.675,00	2.675,00	2.675,00	32.100,00
3.3.90.3900.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	360.000,00
3.3.90.4700.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	14.100,00
3.3.90.9100.00.00.00	Sentenças Judiciais	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
3.3.91.4700.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
3.3.93.4700.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. em	8.791,66	8.791,66	8.791,66	8.791,66	8.791,66	8.791,66	8.791,66	8.791,66	8.791,66	8.791,66	8.791,66	8.791,74	105.500,00
4.4.90.5200.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	7.375,00	7.375,00	7.375,00	7.375,00	7.375,00	7.375,00	7.375,00	7.375,00	7.375,00	7.375,00	7.375,00	7.375,00	88.500,00
Total Unidade:		97.508,29	97.508,29	97.508,29	97.508,29	97.508,29	97.508,29	97.508,29	97.508,29	97.508,29	97.508,29	97.508,29	97.508,81	1.170.100,00

Página: 42/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
Órgão: 23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Unidade Orçamentária: 23.05 - Sistema de Resíduos Sólidos

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
15	Urbanismo													
15.452	Serviços Urbanos													
15.452.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto													
15.452.0013.2069.10	Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesso	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	150.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	13.500,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Obrigações Patronais	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçam	1.637,50	1.637,50	1.637,50	1.637,50	1.637,50	1.637,50	1.637,50	1.637,50	1.637,50	1.637,50	1.637,50	1.637,50	19.650,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	291,66	3.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	120.000,00
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Desportivas	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	7.500,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	1.758,33	1.758,33	1.758,33	1.758,33	1.758,33	1.758,33	1.758,33	1.758,33	1.758,33	1.758,33	1.758,33	1.758,33	21.100,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	384.583,33	384.583,33	384.583,33	384.583,33	384.583,33	384.583,33	384.583,33	384.583,33	384.583,33	384.583,33	384.583,33	384.583,33	4.615.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	25.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	40.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	5.416,66	65.000,00
	Total Unidade:	423.770,80	423.770,80	423.770,80	423.770,80	423.770,80	423.770,80	423.770,80	423.770,80	423.770,80	423.770,80	423.770,80	423.771,20	5.085.250,00

Página: 43/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE
Órgão: 23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Unidade Orçamentária: 23.06 - FUNDO MUNICIPAL DE PGTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
17	Saneamento													
17.541	Preservação e Conservação Ambiental													
17.541.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto													
17.541.0013.2028.11	Programa Municipal de Pagamento por Serviço													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.74	5.000.00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.74	5.000.00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.74	2.000.00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.74	8.000.00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.74	2.000.00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	2.500.00	2.500.00	2.500.00	2.500.00	2.500.00	2.500.00	2.500.00	2.500.00	2.500.00	2.500.00	2.500.00	2.500.00	30.000.00
	Total Unidade:	4.333.30	4.333.30	4.333.30	4.333.30	4.333.30	4.333.30	4.333.30	4.333.30	4.333.30	4.333.30	4.333.30	4.333.70	52.000.00

Página: 44/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Conograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Selção Realização de despesas por Empenho

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão: 15.00 - Fundação Municipal de Desporto

Unidade Orçamentária: 15.01 - Fundação Municipal de Desportos

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
27	Desporto e Lazer													
27.122	Administração Geral													
27.122.0011	Esporte e Cidadania													
27.122.0011.2057.1	Manutenção das Atividades da Fundação Muni													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pesso	70.833,33	70.833,33	70.833,33	70.833,33	70.833,33	70.833,33	70.833,33	70.833,33	70.833,33	70.833,33	70.833,33	70.833,37	850.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,74	122.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,37	28.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituções Trabalhistas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	4.416,66	4.416,66	4.416,66	4.416,66	4.416,66	4.416,66	4.416,66	4.416,66	4.416,66	4.416,66	4.416,66	4.416,74	53.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,37	70.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,37	70.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoc	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	29.416,66	29.416,66	29.416,66	29.416,66	29.416,66	29.416,66	29.416,66	29.416,66	29.416,66	29.416,66	29.416,66	29.416,74	353.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,74	32.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,74	35.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	18.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
27.811	Desporto de Rendimento													
27.811.0011	Esporte e Cidadania													
27.811.0011.2058.2	Desporto de Iniciação e Rendimento													
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,37	70.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,74	23.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,74	80.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas I	80.416,66	80.416,66	80.416,66	80.416,66	80.416,66	80.416,66	80.416,66	80.416,66	80.416,66	80.416,66	80.416,66	80.416,74	965.000,00
27.812	Desporto Comunitário													
27.812.0011	Esporte e Cidadania													
27.812.0011.1029.3	Construção, Reforma e Ampliação de Espaços													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	137.749,99	137.749,99	137.749,99	137.749,99	137.749,99	137.749,99	137.749,99	137.749,99	137.749,99	137.749,99	137.749,99	137.750,11	1.653.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente													
27.812.0011.2059.4	Desporto Comunitário													
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais Artíst.Cientif.Desp	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
Total Unidade:		376.999,87	376.999,87	376.999,87	376.999,87	376.999,87	376.999,87	376.999,87	376.999,87	376.999,87	376.999,87	376.999,87	377.001,43	4.524.000,00

Página: 45/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Unidade Orçamentária: 18.01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
13	Cultura													
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico													
13.391.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cu													
13.391.0012.1031.1	Investindo na Cultura													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.37	10.000,00
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais-Artist-Client/Desq	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.74	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.74	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.74	20.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.74	5.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.37	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.37	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.33	8.333.37	100.000,00
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.66	1.666.74	20.000,00
13.391.0012.2061.2	Preservação da Memória e do Patrimônio Hist													
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.33	833.37	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	3.750.00	3.750.00	3.750.00	3.750.00	3.750.00	3.750.00	3.750.00	3.750.00	3.750.00	3.750.00	3.750.00	3.750.00	45.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	3.333.33	3.333.33	3.333.33	3.333.33	3.333.33	3.333.33	3.333.33	3.333.33	3.333.33	3.333.33	3.333.33	3.333.37	40.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.74	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.74	5.000,00
13.392	Difusão Cultural													
13.392.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cu													
13.392.0012.2060.3	Manutenção da Fundação Cultural e suas Ativ													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessc	124.000,00	124.000,00	124.000,00	124.000,00	124.000,00	124.000,00	124.000,00	124.000,00	124.000,00	124.000,00	124.000,00	124.000,00	1.488.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	75.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.66	416.74	5.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.37	1.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçam	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,66	20.416,74	245.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.37	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	3.583.32	3.583.32	3.583.32	3.583.32	3.583.32	3.583.32	3.583.32	3.583.32	3.583.32	3.583.32	3.583.32	3.583,48	43.000,00
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais-Artist-Client/Desq	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666.66	666,74	8.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoç	41.66	41.66	41.66	41.66	41.66	41.66	41.66	41.66	41.66	41.66	41.66	41,74	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166,74	2.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	19.249,99	19.249,99	19.249,99	19.249,99	19.249,99	19.249,99	19.249,99	19.249,99	19.249,99	19.249,99	19.249,99	19.250,11	231.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,74	98.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166,74	2.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83.33	83,37	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166.66	166,74	2.000,00
Total Unidade:		218.958,18	218.958,18	218.958,18	218.958,18	218.958,18	218.958,18	218.958,18	218.958,18	218.958,18	218.958,18	218.958,18	218.960,02	2.627.500,00

Página: 46/47
Data: 05/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção Realização da despesa por Emprego

Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL															
Órgão: 18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul															
Unidade Orçamentária: 18.02 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura															
	Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
13		Cultura													
13.392		Difusão Cultural													
13.392.0012		Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cu													
13.392.0012.2076.4		Manutenção do Fundo Municipal da Cultura													
3.3.50.41.00.00.00.00		Contribuições	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00		Material de Consumo	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00		Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
		Total Unidade:	16.291,65	16.291,65	16.291,65	16.291,65	16.291,65	16.291,65	16.291,65	16.291,65	16.291,65	16.291,65	16.291,65	16.291,85	195.500,00

Página: 47/47
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
Seleção: Realização da despesa por: Emprego

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão: 01.00 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade Orçamentária: 01.01 - Câmara de Vereadores

Código	Especificação	Janerio	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
01	Legislativa													
01.031	Ação Legislativa													
01.031.0001	Processo Legislativo													
01.031.0001.2001.1	Manutenção da Câmara de Vereadores													
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessc	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,33	183.333,37	2.200.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	330.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal C	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1.500,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçam	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,74	80.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,74	20.000,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,37	160.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1.500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,33	5.833,37	70.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,74	350.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	1.625,00	1.625,00	1.625,00	1.625,00	1.625,00	1.625,00	1.625,00	1.625,00	1.625,00	1.625,00	1.625,00	1.625,00	19.500,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,66	41,74	500,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,74	200.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	13.708,33	13.708,33	13.708,33	13.708,33	13.708,33	13.708,33	13.708,33	13.708,33	13.708,33	13.708,33	13.708,33	13.708,37	164.500,00
Total Unidade:		299.999,93	299.999,93	299.999,93	299.999,93	299.999,93	299.999,93	299.999,93	299.999,93	299.999,93	299.999,93	299.999,93	300.000,77	3.600.000,00
Total Geral:		29.841.266,00	29.841.266,00	29.841.266,00	29.841.266,00	29.841.266,00	29.841.266,00	29.841.266,00	29.841.266,00	29.841.266,00	29.841.266,00	29.841.266,00	29.841.312,00	358.095.238,00

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS
Contadora - CRC/SC 026843-O

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F. Artigo 8º da L.C. 101/00

Código	Especificação	Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL												Total
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
27.580.241,97	22.176.208,31	28.314.054,16	36.940.386,08	21.940.353,00	19.587.861,71	22.099.164,62	10.559.321,25	8.626.936,59	8.836.455,74	12.616.383,41	10.464.863,16	223.702.252,00		
432.703.04	414.696.21	441.328.98	432.768.63	430.265.33	426.004.25	413.857.06	342.215.96	334.563.31	330.682.70	316.821.24	310.193.29	4.626.100.00		
RECETITAS PATRIMONIAIS														
RECETITAS IMOBILIARIAS														
13.605.18	13.610.03	14.355.92	10.615.55	11.391.38	2.443.38	12.767.19	6.977.14	6.042.98	5.841.56	5.921.98	6.524.71	110.000.00		
ALUGUEIS														
13.605.18	13.610.03	14.355.92	10.615.55	11.391.38	2.443.38	12.767.19	6.977.14	6.042.98	5.841.56	5.921.98	6.524.71	110.000.00		
ALUGUEIS DE IMOVEIS URBANOS														
13.605.18	13.610.03	14.355.92	10.615.55	11.391.38	2.443.38	12.767.19	6.977.14	6.042.98	5.841.56	5.921.98	6.524.71	110.000.00		
RECETITAS DE VALORES MOBILIARIOS														
151.749.69	138.166.23	161.309.46	155.904.07	152.925.19	157.385.13	134.158.79	76.905.49	70.187.00	66.507.81	52.565.93	45.335.21	1.361.100.00		
Juros de Titulos de Renda														
164.85	518.81			316.34	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.000.00		
Juros de Titulos e Renda Ttl. Div. Agraria														
164.85	518.81	0.00	0.00	316.34	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.000.00		
Remuneração de Depósitos Bancários														
151.594.84	135.647.42	161.309.46	155.904.07	152.609.85	157.385.13	134.158.79	76.905.49	70.187.00	66.507.81	52.565.93	45.335.21	1.360.100.00		
Remun. Depos. de Recursos Vinculados														
112.677.45	97.138.06	115.896.28	100.953.31	63.401.83	65.523.72	64.793.12	45.896.15	35.998.50	35.735.43	29.725.47	28.350.68	795.700.00		
Remun. FUNDEB														
8.380.95	13.726.82	15.714.47	20.616.68	12.487.53	11.808.59	10.196.27	5.858.33	6.408.77	6.139.52	5.634.26	5.268.91	120.000.00		
FUNDEB 60%														
8.380.95	13.726.82	15.714.47	20.616.68	12.487.53	11.808.59	10.196.27	5.858.33	6.408.77	6.139.52	5.634.26	5.268.91	120.000.00		
Recetta de Remuneração de depósitos Bar														
4.688.05	4.785.88	6.016.66	5.727.66	4.126.01	4.601.23	5.054.51	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	35.000.00		
Recetta de Remuneração de depósitos Bi														
4.688.05	4.785.88	6.016.66	5.727.66	4.126.01	4.601.23	5.054.51	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	35.000.00		
Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educac														
35.763.03	27.178.22	28.312.91	14.856.06	9.384.80	12.274.30	8.592.75	13.224.99	8.784.56	8.517.04	7.407.02	5.704.32	180.000.00		
Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educac														
2.439.40	3.822.02	27.93	4.736.57	2.327.21	2.671.70	900.45	7.914.76	2.287.46	1.008.22	643.70	290.58	32.000.00		
Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FUNDE														
25.097.79	15.149.87	18.812.35	2.113.16	6.202.68	5.280.71	6.067.68	4.380.39	5.212.02	6.171.83	6.114.93	5.936.69	104.000.00		
Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FUNDE														
947.75	726.46	529.92	519.59	437.99	723.92	897.04	929.84	1.285.08	1.336.99	646.39	17.03	9.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.														
8.183.69	6.205.06	8.088.45	6.695.60	-66.64	-7.17	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	29.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSF E														
1.094.40	1.274.81	884.26	891.14	482.56	675.14	727.68	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	6.000.00		
Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - C														
4.13.2.5.01.09.00.00.00														
Remuneração de Dep. Banc. Recursos														
63.842.35	51.447.14	65.862.24	59.346.28	37.381.24	36.817.98	40.910.17	26.812.83	20.805.17	21.078.87	16.484.19	19.819.46	460.600.00		
Remun. de Recursos da COSIP														
4.212.82	2.761.95	6.304.67	4.252.13	2.438.22	2.394.23	2.502.85	1.759.21	2.016.46	2.223.40	2.180.12	1.953.94	35.000.00		
Remuneração de Dep. Banc. Conênhois														
4.960.32	4.463.57	4.949.43	4.416.45	3.859.36	3.589.83	3.634.09	1.725.37	2.050.66	810.37	1.193.54	1.148.01	37.000.00		
Remun. Dep. Banc. Conv SSP/Transito														
1.953.89	1.642.64	1.904.35	1.205.09	1.613.70	1.309.41	1.247.83	556.43	994.24	-43.66	418.63	508.45	13.000.00		
Remun. Dep. Banc. Conv SSP/Transito														
1.394.64	1.313.24	1.468.28	1.525.92	1.099.93	1.148.05	1.311.63	826.29	676.23	428.08	365.79	423.92	12.000.00		
Remun. Dep. Banc. Conv SSP/Transito														
1.611.79	1.507.69	1.788.80	1.685.44	1.144.73	1.133.37	1.074.63	342.65	380.19	425.95	409.12	515.64	12.000.00		
Remun. Dep. Banc. Contrib. Facultat.														
5.656.25	5.087.65	6.188.95	4.415.63	4.567.12	3.654.90	3.894.26	1.419.40	1.523.93	1.204.37	677.00	315.46	39.000.00		
Remun. Outros Dep. Banc. - FNAS														
1.049.83	1.169.73	1.901.99	1.402.04	1.333.89	1.295.55	1.293.28	121.26	122.38	-106.99	113.72	-203.68	9.000.00		
Remun. Depos. Banc. Contrib. Facultat.														
4.896.42	4.115.90	4.886.96	3.013.59	3.233.23	2.361.45	2.600.98	1.298.14	1.401.55	1.401.36	563.28	517.14	30.000.00		
Remun. Outros Dep. Banc. - FNAS														
6.896.51	6.786.79	7.577.75	7.023.73	4.749.75	4.828.87	4.888.22	2.433.70	2.703.70	3.042.32	2.287.52	517.14	56.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. FIA														
2.109.86	2.042.35	2.459.47	2.345.71	1.482.82	1.309.70	635.05	664.24	723.40	718.33	682.94	823.13	16.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. - CONE														
300.06	222.65	241.54	215.75	151.73	103.98	183.18	187.67	100.49	83.87	90.50	115.58	2.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vi														
517.81	473.47	543.50	530.00	350.04	346.23	365.73	183.76	172.14	182.47	159.10	192.75	4.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSF E														
116.45	-51.94	15.69	69.34	111.64	164.76	183.25	390.83	0.00	0.00	0.00	-0.02	1.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. LEILAO														
4.372.34	3.657.06	4.508.02	4.339.44	2.465.14	3.515.49	3.676.21	1.345.60	1.402.51	1.737.00	1.136.82	1.843.77	34.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vin														
28.999.24	27.918.88	30.713.47	29.382.74	15.681.78	14.938.76	18.926.57	15.964.32	9.537.42	10.403.25	7.013.49	9.527.54	219.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vi														
952.65	1.053.45	1.448.29	1.469.81	726.66	452.25	345.78	140.60	204.10	312.22	371.35	522.84	8.000.00		
Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bo														
373.79	317.38	672.15	620.05	486.41	466.41	462.82	294.26	285.60	201.93	162.93	181.68	5.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.														
828.96	-312.09	83.28	76.63	216.70	116.58	88.02	0.00	0.00	0.00	401.91	0.01	1.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.														
3.266.55	-3.266.55	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00		
Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. O														
4.13.2.5.01.98.17.00.00														
Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bo														
41.67	82.67	204.36	137.78	57.61	893.18	1.082.47	192.20	63.09	117.67	85.30	77.00	3.000.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NAO Vi														
38.907.39	38.509.36	45.413.18	55.340.76	89.207.02	91.861.41	69.365.67	31.009.34	34.188.50	30.772.38	22.940.46	16.984.53	564.400.00		
Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NAO Vi														
38.907.39	38.509.36	45.413.18	55.340.76	89.207.02	91.861.41	69.365.67	31.009.34	34.188.50	30.772.38	22.940.46	16.984.53	564.400.00		
RECETA DE CONCESSOES E PERMISSOES														
267.348.17	264.919.95	265.663.60	265.346.01	266.346.01	266.175.74	266.931.08	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	3.155.000.00		
Outras Recitas de Concessões e Permissões														
267.348.17	264.919.95	265.663.60	266.346.01	266.346.01	266.175.74	266.931.08	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	3.155.000.00		
Outras Recitas de Concessões e Permissões														
9.014.84	6.586.62	7.330.27	8.012.68	7.616.43	7.842.41	8.597.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	55.000.00		
Outras Recitas de Concessões e Permissões														
258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	258.333.33	3.100.000.00		
RECETA DE SERVIÇOS														
108.157.56	108.088.33	87.473.63	80.245.53	150.082.93	65.699.16	63.779.63	52.973.69	28.841.82	37.355.58	81.577.02	38.215.12	902.500.00		
Serviços de Transporte														
12.394.13	10.047.17	9.959.27	8.245.19	7.203.48	5.662.36	5.729.74	261.28	2.477.87	1.455.02	1.447.18	3.327.31	67.300.00		
Recetta de Terminais Rodoviários														
12.394.13	10.047.17	9.959.27	8.245.19	7.203.48	5.662.36	5.729.74	261.28	2.477.87	1.455.02	1.447.18	3.327.31	67.300.00		
4.16.0.														

Página: 3/16
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Métas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL		27.580.241,97	27.176.208,31	28.314.054,16	36.940.388,08	21.940.353,00	19.587.851,71	22.059.164,62	10.559.321,25	8.626.936,59	8.836.455,74	12.616.383,41	10.464.863,16	229.702.552,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	81.730,57	73.928,27	65.323,44	55.426,79	124.979,90	53.029,29	50.266,29	47.162,42	22.033,77	28.244,82	79.405,33	30.569,11	712.100,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	37.002,49	0,00	1.936,26	4.098,23	57.221,26	-181,47	-77,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	32.372,76	51.557,81	41.668,96	31.824,61	52.158,04	42.320,43	37.953,46	37.850,40	13.683,23	21.683,23	83.232,85	27.625,81	499.000,00
4.1.6.0.0.13.03.01.00.00	Serviços Especiais Facultativos Polícia Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.627,38	6.515,23	0,00	988,24	106,29	5.636,30	98.000,00
4.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Serviços Especiais Facultativos Bombeiro	32.372,76	51.557,81	41.668,96	31.824,61	52.158,04	42.320,43	36.326,08	31.335,17	13.683,23	20.698,43	25.065,07	21.989,51	401.000,00
4.1.6.0.0.13.05.00.00.00	Serviços de Vitória de Velórios	4.753,18	10.545,11	8.004,17	5.951,93	6.661,96	4.797,16	5.077,14	4.077,95	3.031,70	3.031,70	-32.252,35	34,59	26.000,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	7.602,14	11.825,35	13.714,15	13.811,02	8.938,64	6.133,17	7.018,46	5.234,07	3.339,08	3.526,45	3.359,76	2.597,71	87.100,00
4.1.6.0.0.14.00.00.00.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização	11.611,64	20.211,42	8.904,20	12.435,49	14.903,70	6.930,11	7.706,20	5.933,55	4.330,18	7.559,99	724,51	4.280,01	105.100,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	2.431,22	3.901,47	4.186,72	4.138,06	3.005,85	77,40	77,40	46,44	0,00	98,75	0,00	38,69	18.000,00
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outras Recitas	0,00	797,29	0,00	186,87	15,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.6.0.0.99.08.00.00.00	Guarda Volume	135,45	148,61	150,93	81,27	147,06	77,40	77,40	46,44	0,00	98,75	0,00	38,69	1.000,00
4.1.6.0.0.99.09.00.00.00	Preço Público	2.295,77	2.955,57	4.035,79	3.869,92	2.842,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.678.943,79	18.751.412,64	17.235.477,86	18.051.841,15	16.757.927,06	12.010.369,33	11.202.270,28	7.264.117,42	5.729.955,02	6.075.315,50	6.337.435,26	7.339.016,69	146.473.380,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.595.762,59	18.744.063,80	17.232.826,05	18.045.334,09	16.765.153,94	12.008.625,57	11.190.302,10	7.261.074,07	5.726.556,84	6.072.285,32	6.334.407,08	7.300.988,55	146.307.380,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	5.292.442,60	5.556.127,51	3.965.229,80	4.351.389,76	4.562.715,44	3.032.430,47	2.456.090,70	2.120.030,21	1.272.152,00	1.452.938,57	1.550.019,59	2.408.697,35	38.020.862,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	4.212.803,58	4.688.012,39	2.992.225,66	3.400.729,04	3.826.800,95	2.322.317,46	1.856.772,49	1.764.702,59	985.455,24	926.978,80	1.228.262,88	1.976.738,92	30.180.000,00
4.1.7.2.1.02.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos I	4.189.544,81	4.686.944,24	2.991.080,40	3.376.786,60	3.825.701,66	2.321.509,21	1.827.154,12	1.764.524,81	981.321,92	903.744,89	1.225.975,03	1.975.110,31	30.069.400,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do FPM - Livre	1.909.717,91	1.832.374,34	1.278.990,85	1.533.123,85	1.734.283,47	1.046.138,17	809.792,11	643.981,27	307.733,35	431.886,71	394.512,54	661.519,43	12.583.720,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 25% Educação	1.190.907,90	1.324.842,37	848.601,65	963.993,97	1.099.105,25	677.830,07	530.377,19	498.242,06	263.223,12	248.763,48	329.277,26	838.655,68	8.813.574,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do FPM - Saúde	1.088.919,00	1.529.727,53	863.467,90	879.970,78	992.312,94	597.540,97	486.984,82	622.891,48	410.365,45	223.084,70	502.185,23	474.935,20	8.672.106,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial R	4.927,34	749,92	1.145,26	749,92	1.099,29	808,25	459,31	177,78	4.133,32	23.233,91	2.287,85	1.628,60	41.400,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do ITR - Livre	1.899,90	282,04	437,01	276,65	407,86	303,56	184,44	69,90	1.677,52	9.428,63	928,53	660,96	16.560,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do ITR - 25% Educação	1.503,66	232,49	347,23	236,46	343,96	235,26	137,87	54,26	1.229,92	6.915,50	680,77	484,62	12.420,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do ITR - Saúde	1.523,78	234,64	361,02	239,51	347,47	249,43	137,00	53,62	1.225,88	6.890,78	678,55	483,02	12.420,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no I	18.331,43	318,98	0,00	23.190,52	0,00	0,00	28.159,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	70.000,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. de Compem. Finan. pela Exploração	55.465,94	39.240,28	48.100,99	49.076,88	40.134,04	34.887,21	36.374,85	27.908,98	21.796,40	38.262,78	21.575,13	21.286,52	434.100,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recurs	18.104,52	17.814,23	15.939,38	16.184,83	10.910,29	10.909,38	10.910,29	12.947,71	5.901,46	6.484,71	6.183,77	6.088,95	144.100,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo	37.361,42	21.426,05	32.161,61	32.882,05	22.893,07	23.957,87	25.484,56	15.961,47	15.894,94	31.778,07	15.391,36	15.227,57	290.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Soci	136.759,20	69.945,53	45.932,80	35.963,73	127.892,36	23.509,91	51.311,48	12.114,92	16.568,56	9.309,73	47.535,01	22.438,77	599.282,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Soc	136.759,20	69.945,53	45.932,80	35.963,73	127.892,36	23.509,91	51.311,48	12.114,92	16.568,56	9.309,73	47.535,01	22.438,77	599.282,00
4.1.7.2.1.34.01.03.00.00	FNAS - Pessoa Portadora de Defic. Física	2.260,31	1.130,15	0,00	2.260,31	3.390,46	1.130,15	0,00	1.130,15	0,00	1.130,15	2.260,31	0,01	14.692,00
4.1.7.2.1.34.01.04.00.00	FNAS - Erradicação do Trabalho Infantil -	1.145,83	1.145,83	1.145,83	1.145,83	1.145,83	1.145,83	1.145,83	1.145,83	1.145,83	1.145,83	1.145,83	1.145,87	13.750,00
4.1.7.2.1.34.01.06.00.00	FNAS - GESTÃO - IGD DO SUAS	2.083,80	1.060,49	1.060,49	1.060,49	3.107,11	1.023,31	1.060,49	0,00	0,00	0,00	2.083,80	0,02	12.540,00
4.1.7.2.1.34.01.07.00.00	FNAS - Bolsa Família	10.836,81	20.809,43	4.415,86	0,00	14.108,38	5.061,62	14.829,27	4.654,21	0,00	5.808,37	11.605,88	5.870,17	98.000,00
4.1.7.2.1.34.01.08.00.00	FNAS - Plano Básico Fio - PBF/CRAS	45.818,18	30.545,45	15.272,73	15.272,73	15.272,73	0,00	15.272,73	0,00	15.272,73	0,00	0,00	15.272,72	168.000,00
4.1.7.2.1.34.01.10.00.00	FNAS - Plano Fio Média Complexidade - f	63.349,57	15.104,18	6.110,11	7.185,48	41.304,31	6.110,11	1.075,38	5.094,73	0,00	1.075,38	2.190,76	-0,01	148.500,00
4.1.7.2.1.34.01.15.00.00	FNAS - BPC Questionários	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	1.800,00
4.1.7.2.1.34.01.16.00.00	FNAS - Gestão - ACESSUAS	9.861,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.138,43	0,00	38.000,00
4.1.7.2.1.34.01.17.00.00	FNAS - Serv. Convívio de Fortalecimento	1.253,13	0,00	0,00	0,00	22.746,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
4.1.7.2.1.34.01.18.00.00	PAC 1 - Criança e Adolescência	0,00	0,00	17.777,78	8.888,89	26.666,67	8.888,89	17.777,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	80.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educ	867.720,75	739.236,18	868.928,26	747.867,46	489.928,29	573.776,09	492.938,75	306.252,67	238.680,75	468.734,21	242.995,52	368.921,07	6.406.080,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	859.547,32	655.164,96	665.766,14	536.806,03	353.116,22	349.616,32	353.374,91	166.883,60	171.551,03	169.368,43	176.040,85	175.294,00	4.632.500,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes	0,00	0,00	200.891,40	200.891,40	130.370,28	133.407,36	132.883,05	132.708,28	62.945,50	62.720,27	62.370,73	63.190,73	1.181.740,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - F	0,00	0,00	81.453,81	81.453,81	54.184,16	54.883,24	54.358,93	54.184,16	27.209,15	27.383,92	27.034,38	27.854,44	490.000,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - F	0,00	0,00	40.328,04	40.328,04	45.277,32	26.791,68	26.791,68	26.791,68	13.447,89	13.447,89	13.447,89	13.447,89	220.100,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - A	0,00	0,00	5.444,44	5.444,44	2.777,78	2.777,78	2.777,78	2.777,78	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - E	0,00	0,00	3.242,84	3.242,84	1.812,77	1.812,77	1.812,77	1.812,77	825,82	825,82	825,82	825,78	17.040,00
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - C	0,00	0,00	70.422,27	70.422,27	26.079,25	47.141,89	47.141,89	47.141,89	21.062,64	21.062,64	21.062,64	21.062,62	392.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes	8.173,43	0,00	2.890,72	10.270,23	6.680,79	6.680,79	6.680,79	6.680,79	4.584,22	4.584,22	4.584,22	4.584,22	61.200,00
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE - Ens. I	5.776,42	0,00	1.609,51	6.824,50	4.047,69	4.047,69	4.047,69	4.047,69	3.299,61	3.299,61	3.299,61	-0,02	40.000,00
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAE - Infant	251,67	0,00	83,05	334,73	225,67	225,67	225,67	225,67	142,62	142,62	142,62	0,01	2.000,00

Página: 416
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Métas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL														
27.580.241,97	22.176.208,31	28.314.054,16	36.940.388,08	21.940.383,00	19.587.851,71	22.059.164,62	10.559.321,25	8.626.936,59	8.836.456,74	12.616.383,41	10.464.863,16	129.202.352,00		
2.145,34	0,00	588,16	3.410,00	2.407,43	2.407,43	2.407,43	2.407,43	1.141,99	1.141,99	1.141,99	0,01	19.200,00		
84.071,62	0,00	0,00	0,00	0,00	84.071,62	0,00	0,00	0,00	0,00	232.061,29	-0,08	130.435,55	530.640,00	
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	0,00	84.071,62	0,00	0,00	0,00	84.071,62	0,00	0,00	232.061,29	-0,08	130.435,55	530.640,00	
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	0,00	84.071,62	0,00	0,00	0,00	84.071,62	0,00	0,00	232.061,29	-0,08	130.435,55	530.640,00	
19.693,13	19.693,13	10.042,09	59.385,98	19.693,13	19.693,13	19.693,13	19.693,13	19.693,13	9.651,05	9.651,05	9.651,05	19.302,08	225.800,00	
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87	19.693,13	19.693,13	10.042,09	59.385,98	19.693,13	19.693,13	19.693,13	9.651,05	9.651,05	9.651,05	19.302,08	225.800,00	
7.759,25	7.759,25	3.722,25	23.579,46	7.759,25	7.759,25	7.759,25	7.759,25	7.759,25	4.037,01	4.037,01	4.037,01	8.074,00	90.320,00	
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87	7.759,25	3.722,25	23.579,46	23.579,46	7.759,25	7.759,25	7.759,25	4.037,01	4.037,01	4.037,01	8.074,00	90.320,00	
6.028,89	6.028,89	3.214,99	17.497,10	6.028,89	6.028,89	6.028,89	6.028,89	6.028,89	2.813,91	2.813,91	2.813,91	5.627,82	67.740,00	
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87	6.028,89	3.214,99	17.497,10	17.497,10	6.028,89	6.028,89	6.028,89	2.813,91	2.813,91	2.813,91	5.627,82	67.740,00	
5.904,99	5.904,99	3.104,85	18.309,42	5.904,99	5.904,99	5.904,99	5.904,99	5.904,99	2.800,13	2.800,13	2.800,13	5.600,26	67.740,00	
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87	5.904,99	3.104,85	18.309,42	18.309,42	5.904,99	5.904,99	5.904,99	2.800,13	2.800,13	2.800,13	5.600,26	67.740,00	
0,00	0,00	0,00	58.266,67	58.266,67	58.266,67	58.266,67	58.266,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	174.800,00	
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	58.266,67	58.266,67	58.266,67	58.266,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	174.800,00
8.387.810,22	7.650.511,39	8.062.944,35	8.232.673,33	7.184.408,68	5.968.272,45	5.336.527,89	3.116.614,45	2.709.592,24	2.796.362,75	2.881.198,11	2.830.602,14	64.640.518,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	8.387.810,22	7.650.511,39	8.062.944,35	8.232.673,33	7.184.408,68	5.968.272,45	5.336.527,89	3.116.614,45	2.709.592,24	2.796.362,75	2.881.198,11	64.640.518,00	
8.364.610,22	7.590.914,00	8.027.460,97	8.168.975,32	7.151.979,38	5.300.473,85	5.274.783,37	2.914.151,07	2.644.135,56	2.743.222,76	2.864.796,89	2.894.935,77	63.825.500,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	8.364.610,22	7.590.914,00	8.027.460,97	8.168.975,32	7.151.979,38	5.300.473,85	5.274.783,37	2.914.151,07	2.644.135,56	2.743.222,76	2.894.935,77	63.825.500,00	
7.487.066,60	6.492.753,30	6.619.924,56	6.732.628,87	5.802.506,45	4.309.129,57	4.239.034,13	2.212.149,02	2.063.863,96	2.345.924,42	2.506.635,21	2.565.783,91	53.645.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	7.487.066,60	6.492.753,30	6.619.924,56	6.732.628,87	5.802.506,45	4.309.129,57	4.239.034,13	2.212.149,02	2.063.863,96	2.345.924,42	2.506.635,21	53.645.000,00	
2.760.570,21	2.803.557,24	2.625.979,24	2.904.957,06	2.502.784,89	1.853.667,57	1.818.266,92	1.000.330,02	1.003.431,87	866.711,12	1.141.376,40	1.165.587,46	21.458.240,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Livre	2.760.570,21	2.803.557,24	2.625.979,24	2.904.957,06	2.502.784,89	1.853.667,57	1.818.266,92	1.000.330,02	1.003.431,87	866.711,12	1.141.376,40	21.458.240,00	
2.156.836,80	1.895.237,41	1.914.252,47	1.965.309,70	1.701.905,73	1.281.907,76	1.264.236,63	628.431,88	621.910,58	646.844,42	707.405,34	1.309.400,28	16.093.880,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25% Educação	2.156.836,80	1.895.237,41	1.914.252,47	1.965.309,70	1.701.905,73	1.281.907,76	1.264.236,63	628.431,88	621.910,58	646.844,42	707.405,34	16.093.880,00	
2.549.659,59	1.793.958,65	2.078.692,85	1.862.362,11	1.597.815,83	1.173.554,24	1.156.510,58	583.387,12	578.521,51	832.368,88	658.052,47	1.227.798,17	16.093.880,00		
4.1.7.2.2.01.03.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	2.549.659,59	1.793.958,65	2.078.692,85	1.862.362,11	1.597.815,83	1.173.554,24	1.156.510,58	583.387,12	578.521,51	832.368,88	658.052,47	16.093.880,00	
745.470,73	1.002.295,06	1.313.626,98	1.337.758,38	1.252.640,99	935.075,78	970.298,70	645.771,87	407.452,56	351.603,81	212.446,51	160.868,63	9.335.300,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Livre	745.470,73	1.002.295,06	1.313.626,98	1.337.758,38	1.252.640,99	935.075,78	970.298,70	645.771,87	407.452,56	351.603,81	212.446,51	9.335.300,00	
301.162,89	404.939,49	529.813,99	541.083,34	505.823,87	376.051,17	390.407,92	265.976,37	174.204,76	100.909,66	90.830,66	66.778,73	3.799.400,00		
4.1.7.2.2.02.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Livre	301.162,89	404.939,49	529.813,99	541.083,34	505.823,87	376.051,17	390.407,92	265.976,37	174.204,76	100.909,66	90.830,66	3.799.400,00	
220.969,56	296.934,00	389.656,90	395.655,44	372.663,14	282.562,24	293.091,44	191.388,72	116.938,12	100.909,66	60.971,76	46.169,02	2.767.950,00		
4.1.7.2.2.02.02.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25% Educação	220.969,56	296.934,00	389.656,90	395.655,44	372.663,14	282.562,24	293.091,44	191.388,72	116.938,12	100.909,66	60.971,76	2.767.950,00	
223.338,28	300.411,57	394.156,09	400.976,60	374.153,98	276.462,37	286.799,34	188.406,78	116.309,68	100.367,34	60.644,09	45.920,88	2.767.950,00		
4.1.7.2.2.02.03.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	223.338,28	300.411,57	394.156,09	400.976,60	374.153,98	276.462,37	286.799,34	188.406,78	116.309,68	100.367,34	60.644,09	2.767.950,00	
132.104,73	95.875,64	93.009,43	98.588,07	96.831,94	56.268,50	65.450,54	56.230,18	32.819,04	35.694,53	40.684,05	40.143,35	844.600,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Livre	132.104,73	95.875,64	93.009,43	98.588,07	96.831,94	56.268,50	65.450,54	56.230,18	32.819,04	35.694,53	40.684,05	844.600,00	
52.175,21	37.876,26	37.120,19	39.008,69	38.234,28	22.457,84	25.907,74	22.536,98	13.739,93	14.943,79	17.032,68	16.806,31	337.840,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do ICMS sobre Exportação - Livre	52.175,21	37.876,26	37.120,19	39.008,69	38.234,28	22.457,84	25.907,74	22.536,98	13.739,93	14.943,79	17.032,68	337.840,00	
39.651,99	28.872,05	28.266,83	29.652,70	29.297,00	17.075,22	19.990,70	17.066,93	9.574,16	10.413,00	11.868,58	11.710,84	253.380,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do ICMS sobre Exportação - 25%	39.651,99	28.872,05	28.266,83	29.652,70	29.297,00	17.075,22	19.990,70	17.066,93	9.574,16	10.413,00	11.868,58	253.380,00	
40.277,53	29.127,33	28.522,41	29.926,68	29.300,66	16.735,34	19.552,10	16.986,27	9.504,95	10.337,74	11.762,79	11.629,20	253.380,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do ICMS sobre Exportação - Sai	40.277,53	29.127,33	28.522,41	29.926,68	29.300,66	16.735,34	19.552,10	16.986,27	9.504,95	10.337,74	11.629,20	253.380,00	
1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	14.518,00	
4.1.7.2.2.34.01.00.00.00	FNAS - Benefícios Eventuais	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	1.209,83	14.518,00	
1.958,33	58.387,56	34.273,55	62.488,18	31.219,47	66.588,77	63.594,69	201.253,55	64.246,85	61.930,16	120.022,51	34.598,38	800.500,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	1.958,33	58.387,56	34.273,55	62.488,18	31.219,47	66.588,77	63.594,69	201.253,55	64.246,85	61.930,16	120.022,51	800.500,00	
0,00	56.429,23	32.315,22	60.529,85	29.261,14	64.630,44	61.576,36	32.315,22	29.616,52	24.717,82	32.638,01	32.638,01	434.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transf. Esco	0,00	56.429,23	32.315,22	60.529,85	29.261,14	64.630,44	61.576,36	32.315,22	29.616,52	24.717,82	32.638,01	434.000,00	
1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	3.965.500,00		
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	3.965.500,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.000,00		
4.1.7.2.2.99.02.01.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Média Cor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.250,00	113.000,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.500,00	230.000,00	
4.1.7.2.2.99.02.02.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Alta Compl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.500,00	230.000,00	
1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	23.500,00		
4.1.7.2.2.99.02.03.00.00	Outras Transf. Estado - FEAS Básico CO C	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.958,33	1.						

Página: 516
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Total
27.580.241.97	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97	27.580.241.97
4.1.91.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	7.000.57	4.108.40	5.681.42	36.940.385.08	21.940.353.00	19.587.851.71	22.059.164.62	10.559.321.25	8.626.936.59	8.836.455.74	12.616.383.41	10.464.863.16	229.702.552.00
4.1.91.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Livre	822.87	150.30	48.11	2.188.37	17.179.21	7.308.71	11.989.94	13.673.78	8.730.39	4.869.05	3.238.05	10.260.94	106.000.00
4.1.91.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Edit	317.19	58.42	16.52	840.37	4.545.65	1.989.72	1.727.92	1.837.65	4.488.92	3.694.36	2.382.88	5.273.08	46.300.00
4.1.91.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Edit	254.01	44.27	14.58	671.26	3.394.21	1.503.82	1.404.13	1.913.58	1.328.43	1.093.26	707.98	1.560.47	18.520.00
4.1.91.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saude	251.67	47.61	15.01	677.74	3.471.31	1.497.63	1.374.98	1.893.36	1.322.84	1.088.78	705.26	1.553.93	13.890.00
4.1.91.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Livre	1.147.43	247.42	430.98	1.635.91	119.37	119.37	79.67	0.00	0.00	0.00	0.00	-0.01	4.000.00
4.1.91.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Livre	580.26	125.02	209.32	766.99	163.82	57.74	37.86	0.00	0.00	0.00	0.00	-0.01	1.960.00
4.1.91.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Educacao	291.78	63.00	118.23	457.07	93.25	33.99	22.69	0.00	0.00	0.00	0.00	-0.01	1.080.00
4.1.91.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Saude	275.39	59.40	103.43	392.85	81.16	28.64	19.12	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	960.00
4.1.91.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	4.522.68	3.497.67	4.725.94	6.608.11	5.147.52	1.886.03	7.018.64	7.943.11	4.241.47	1.174.69	845.37	4.987.87	51.700.00
4.1.91.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Livre	1.783.69	1.377.49	1.850.72	2.877.50	2.068.76	750.48	2.788.22	2.869.26	1.777.37	492.19	394.17	2.090.15	20.860.00
4.1.91.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educ	1.355.86	1.053.42	1.431.13	1.956.15	1.536.01	571.56	2.128.42	2.212.87	1.230.92	340.86	245.26	1.447.54	15.510.00
4.1.91.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saude	1.383.13	1.066.76	1.444.09	1.974.46	1.542.75	564.89	2.102.00	2.160.98	1.233.18	341.64	245.94	1.450.18	15.510.00
4.1.91.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhor	0.00	0.00	0.00	1.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.000.00
4.1.91.1.98.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhor	0.00	0.00	0.00	1.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.000.00
4.1.91.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	507.59	213.01	456.39	345.15	285.29	321.24	384.72	486.61	0.00	0.00	0.00	0.00	3.000.00
4.1.91.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	507.59	213.01	456.39	345.15	285.29	321.24	384.72	486.61	0.00	0.00	0.00	0.00	3.000.00
4.1.91.1.99.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	507.59	213.01	456.39	345.15	285.29	321.24	384.72	486.61	0.00	0.00	0.00	0.00	3.000.00
4.1.91.1.99.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	507.59	213.01	456.39	345.15	285.29	321.24	384.72	486.61	0.00	0.00	0.00	0.00	3.000.00
4.1.91.1.30.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Alívia dos Tri	112.193.72	120.060.33	151.724.97	126.520.27	128.001.74	78.266.65	76.594.70	62.552.96	33.915.90	50.212.12	79.831.57	54.125.07	1.074.000.00
4.1.91.1.31.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. s/ IPTU	88.655.92	92.645.90	120.232.92	99.672.11	98.685.38	60.318.02	58.521.18	48.675.14	26.743.36	42.095.21	69.669.33	48.285.53	882.400.00
4.1.91.1.31.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. s/ IPTU - Li	35.378.79	38.783.96	47.408.38	38.754.35	23.356.39	22.834.41	19.297.96	11.229.77	17.676.27	12.266.73	20.302.18	13.487.90	340.960.00
4.1.91.1.31.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. s/ IPTU - 25	26.499.45	27.750.34	36.159.39	29.837.69	29.892.75	18.761.92	18.098.57	14.870.01	7.793.07	12.266.73	20.302.18	13.487.90	255.720.00
4.1.91.1.31.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. s/ IPTU - Se	26.777.68	28.112.00	36.685.15	30.285.25	30.238.28	18.199.71	17.588.20	14.507.17	7.720.52	12.152.21	20.120.06	13.361.77	255.720.00
4.1.91.1.31.03.01.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. s/ ISS	12.217.17	13.743.03	16.258.47	12.645.44	15.437.34	9.310.36	10.495.68	7.199.56	3.207.98	4.376.41	5.955.57	4.590.02	115.500.00
4.1.91.1.31.03.02.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. s/ ISS - Liv	4.845.69	5.466.33	6.426.74	5.033.08	6.092.68	3.666.34	4.152.76	2.844.67	1.356.36	1.855.95	2.521.81	1.947.39	46.200.00
4.1.91.1.31.03.03.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. s/ ISS - 25%	3.666.35	4.146.55	4.894.60	3.787.59	4.658.18	2.854.24	3.205.86	2.207.40	926.46	1.264.51	1.720.03	1.328.23	34.650.00
4.1.91.1.31.03.04.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. s/ ISS - Sai	3.705.93	4.141.15	4.947.13	3.824.64	4.686.58	2.799.78	3.137.06	2.157.49	923.16	1.259.95	1.713.73	1.323.40	34.650.00
4.1.91.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. TX. Vig.	1.911.42	3.328.27	2.064.30	2.423.64	3.227.36	711.17	1.100.52	233.32	0.00	0.00	0.00	0.00	15.000.00
4.1.91.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. Contib. Melh	479.69	762.42	521.84	498.03	392.35	349.95	221.15	289.23	177.66	165.77	57.69	104.22	4.000.00
4.1.91.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. Contrib. Melh	479.69	762.42	521.84	498.03	392.35	349.95	221.15	289.23	177.66	165.77	57.69	104.22	4.000.00
4.1.91.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. Outros Tribu	8.928.52	9.529.71	12.647.44	11.281.18	10.059.21	7.577.15	6.256.17	6.175.71	3.786.90	3.572.73	4.148.98	3.136.30	87.100.00
4.1.91.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. Outros Tribu	8.928.52	9.529.71	12.647.44	11.281.18	10.059.21	7.577.15	6.256.17	6.175.71	3.786.90	3.572.73	4.148.98	3.136.30	87.100.00
4.1.91.1.50.00.00.00.00	MUN Rec. Aliv. Serv. de Inspeç. Fiscal	4.550.63	6.571.17	7.394.84	10.453.02	6.941.31	5.116.90	4.644.74	2.827.40	0.00	0.00	0.00	-0.01	48.600.00
4.1.91.1.50.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. Outras Rec.	0.00	3.09	255.87	0.00	350.72	0.00	283.70	106.63	0.00	0.00	0.00	-0.01	1.000.00
4.1.91.1.59.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Aliv. Outras Rec.	4.550.63	6.568.08	7.138.97	10.453.02	6.950.59	5.116.90	4.361.04	2.820.77	0.00	0.00	0.00	0.00	47.600.00
4.1.91.1.59.01.00.00.00	Outras MJ. Mora Div. Aliv. de Outras Rec. - F	4.550.63	6.568.08	7.138.97	10.453.02	6.950.59	5.116.90	4.361.04	2.820.77	0.00	0.00	0.00	0.00	47.600.00
4.1.91.1.80.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	3.272.34	2.130.04	2.524.79	1.914.26	4.224.83	1.399.77	2.271.19	1.631.36	904.84	878.03	1.168.25	980.30	23.300.00
4.1.91.1.89.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	3.272.34	2.130.04	2.524.79	1.914.26	4.224.83	1.399.77	2.271.19	1.631.36	904.84	878.03	1.168.25	980.30	23.300.00
4.1.91.1.90.00.00.00.00	Multas de Outras Orogens	277.817.27	230.202.54	334.117.43	287.026.06	270.930.48	209.307.69	187.437.33	143.962.37	114.520.56	88.141.21	114.274.16	93.922.90	2.331.460.00
4.1.91.1.91.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	163.595.51	165.394.30	205.859.57	218.070.16	219.512.35	153.548.72	164.329.59	127.165.27	97.181.88	85.609.28	104.603.98	93.589.39	1.798.460.00
4.1.91.1.91.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	71.568.28	69.418.95	88.416.43	94.924.29	88.554.48	62.008.84	68.145.02	57.787.07	41.161.59	36.711.37	34.041.16	38.722.52	752.460.00
4.1.91.1.91.01.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Munic	70.249.93	67.512.69	88.416.43	94.924.29	88.554.48	62.008.84	68.145.02	54.712.85	41.161.59	35.324.28	33.870.59	37.659.11	742.000.00
4.1.91.1.91.01.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PM	0.00	1.906.26	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.660.30	0.00	637.20	78.36	947.88	5.230.00
4.1.91.1.91.01.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	1.318.45	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.953.92	0.00	749.89	92.21	1.115.53	5.230.00
4.1.91.1.91.02.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	92.027.23	96.975.35	117.443.14	123.145.87	130.957.87	91.539.88	96.184.57	69.278.20	56.020.29	48.897.91	70.562.82	53.866.87	1.046.000.00
4.1.91.1.91.02.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Munic	92.027.23	96.975.35	117.443.14	123.145.87	130.957.87	91.539.88	96.184.57	69.278.20	56.020.29	48.897.91	70.562.82	53.866.87	1.046.000.00
4.1.91.1.91.02.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PM	0.00	6.041.67	6.976.83	6.000.41	14.487.37	10.137.54	8.758.25	6.283.99	5.665.26	5.949.92	5.133.83	13.561.93	89.000.00
4.1.91.1.91.02.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	0.00	7.217.37	6.877.95	5.915.37	14.282.06	9.993.87	8.634.13	6.194.93	5.897.93	5.865.59	5.067.07	13.369.73	89.000.00
4.1.91.1.91.02.04.00.00	Multas Previstas na Legislação de Defesa D	113.233.84	63.928.61	126.061.60	46.943.26	50.635.37	55.189.86	22.538.63	16.027.99	17.005.36	2.198.61	9.336.86	0.01	523.000.00
4.1.91.1.91.02.05.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos	113.233.84	63.928.61	126.061.60	46.943.26	50.635.37	55.189.86	22.538.63	16.027.99	17.005.36	2.198.61	9.336.86	0.01	523.000.00
4.1.91.1.91.02.06.01.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Out	113.233.84	63.928.61	126.061.60	46.943.26	50.635.37	55.189.86	22.538.63	16.027.99	17.005.36	2.198.61	9.336.86	0.01	523.000.00

Página: 616
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL		27.580.241,97	27.176.208,31	28.314.064,16	36.940.383,08	21.940.383,00	19.587.851,71	22.050.164,62	10.559.321,25	8.626.938,59	8.836.456,74	12.616.383,41	10.464.863,16	229.702.552,00
4.1.9.1.9.32.00.00.00.00	Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
4.1.9.1.9.32.20.00.00.01	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
4.1.9.1.9.32.20.00.00.01	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.1.9.32.20.00.00.02	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.1.9.35.20.00.00.00	Multas Judiciais por Danos ao Meio Ambiente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	654,00	546,31	1.862,94	1.779,32	448,44	235,79	235,79	235,79	0,00	0,00	0,00	0,02	6.000,00
4.1.9.1.9.60.00.00.01.00	Multa por Infração à Legislação de Licitação	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Multa por Infração à Legislação de Licitação	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.401,51	11.928,61	13.265,82	10.214,55	7.518,80	8.947,91	7.800,94	11.245,14	5.554,63	5.284,30	5.410,88	8.006,91	112.580,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.2.1.06.00.00.00.00	Indenizações p/Danos Causados ao Patrimônio	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.2.1.06.00.01.00.00	Indenizações p/Danos Causados ao Patrimônio	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	17.318,18	11.845,28	13.024,49	10.131,22	7.435,47	8.864,58	7.717,61	11.161,81	5.471,30	5.200,97	5.327,55	7.923,54	111.580,00
4.1.9.2.2.07.00.00.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	48.200,00
4.1.9.2.2.07.02.00.00.00	Recuperação Desp. Exercícios Anteriores - Ressarc. de Pag. de Honorários Técnico-Periciais	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	4.016,67	48.200,00
4.1.9.2.2.08.00.00.00.00	Ressarc. de Pag. de Honorários Técnico-Periciais	0,00	48,61	0,00	105,79	844,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	13.301,51	7.779,00	9.165,82	6.008,76	2.574,20	4.847,91	3.700,94	7.145,14	1.454,63	1.184,30	1.370,88	3.906,91	62.380,00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restit. em folha	13.134,85	7.612,34	8.999,16	5.942,10	2.407,54	4.681,25	3.534,28	6.978,48	1.287,97	1.017,64	1.144,22	3.740,17	60.380,00
4.1.9.2.2.99.00.01.01.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 60%	2.318,69	674,59	1.440,79	3.396,22	1.102,09	1.329,47	610,32	4.924,42	560,87	408,33	657,66	3.000,55	20.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.02.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 40%	276,02	-106,57	213,59	176,03	91,63	88,33	445,51	690,24	77,54	120,62	31,67	146,52	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.03.00	Outras Rest. Folha - Transito	31,67	31,67	31,67	31,67	31,67	31,67	31,67	31,67	31,67	31,67	31,67	31,67	380,00
4.1.9.2.2.99.00.01.04.00	Outras Rest. Folha - Iluminação Pública	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.05.00	Outras Rest. Folha - MDE	0,00	1.854,42	1.145,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.06.00	Outras Rest. Folha - Prefeitura	7.785,92	111,53	864,60	379,99	858,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	10.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.99.00	Outras Restituições	2.472,65	4.796,70	5.052,93	1.808,19	74,08	2.188,78	2.196,78	1.594,15	367,89	209,02	127,35	311,48	21.000,00
4.1.9.2.2.99.00.02.00.00	Outras Restituições - MDE	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	2.000,00
4.1.9.2.2.99.00.02.01.00	Outras Restituições - MDE	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.2.2.99.00.02.02.00	Outras Restituições - Convênios	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	556.416,62	482.025,00	543.100,25	436.077,43	380.972,91	226.869,18	228.880,04	192.856,84	93.220,47	130.727,09	201.900,34	125.570,83	3.608.417,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	536.434,48	462.767,94	518.272,32	404.952,76	358.162,09	210.711,17	216.965,72	183.731,80	93.220,47	130.727,09	201.900,34	125.570,82	3.443.417,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativa do IPTU	432.321,17	359.090,11	431.190,74	337.882,88	288.790,41	170.779,02	173.351,37	151.506,41	77.975,97	112.259,66	183.924,61	110.643,65	2.829.717,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativa do IPTU - Livre	291.066,71	241.995,08	290.460,08	228.930,98	194.382,90	114.246,64	116.474,50	102.888,39	54.374,91	78.281,02	128.254,62	77.184,17	1.918.500,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativa do IPTU - 25% Educação	86.806,07	71.874,10	86.253,83	66.623,66	57.793,62	35.113,92	35.302,19	30.120,66	14.548,46	20.944,73	34.315,82	20.643,24	560.340,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativa do IPTU - Saúde	54.448,39	45.220,93	54.486,83	42.326,24	36.613,89	21.418,56	21.574,68	18.497,36	9.053,60	13.033,91	21.354,37	12.846,24	359.877,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativa do ISS	51.667,83	48.959,26	42.005,72	29.948,15	34.294,37	20.191,28	24.497,42	15.313,02	7.634,66	11.184,79	9.217,50	9.385,00	304.300,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativa do ISS - Livre	20.469,12	19.152,06	16.637,44	12.043,70	13.637,99	8.020,74	9.799,93	6.061,51	3.243,33	4.751,52	3.915,75	3.986,91	121.720,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativa do ISS - 25% Educação	15.576,21	14.891,61	12.637,24	8.905,68	10.288,76	6.142,09	7.411,00	4.670,90	2.196,51	3.217,94	2.651,94	2.700,12	91.290,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativa do ISS - Saúde	15.622,50	14.915,99	12.731,04	8.969,77	10.367,62	6.028,45	7.286,49	4.580,61	2.194,82	3.213,93	2.649,81	2.697,97	91.290,00
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativa Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitárias	13.174,29	22.334,57	12.739,22	8.371,31	8.209,08	1.809,96	3.686,25	875,32	0,00	0,00	0,00	0,00	71.290,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativa das Contrib. de Melhorias	778,39	892,71	763,91	834,54	613,22	549,42	364,22	411,53	265,10	250,49	110,61	165,86	6.000,00
4.1.9.3.1.98.01.00.00.00	Rec. Div. Ativa das Contrib. de Melhorias	778,39	892,71	763,91	834,54	613,22	549,42	364,22	411,53	265,10	250,49	110,61	165,86	6.000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	38.492,80	31.491,29	31.572,73	27.914,88	26.255,01	17.381,49	15.066,46	15.925,52	7.343,74	7.032,15	8.647,62	5.376,31	232.200,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	38.492,80	31.491,29	31.572,73	27.914,88	26.255,01	17.381,49	15.066,46	15.925,52	7.343,74	7.032,15	8.647,62	5.376,31	232.200,00
4.1.9.3.1.99.01.01.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	38.492,80	31.491,29	31.572,73	27.914,88	26.255,01	17.381,49	15.066,46	15.925,52	7.343,74	7.032,15	8.647,62	5.376,31	232.200,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	19.982,14	29.235,47	24.827,93	31.124,67	22.810,82	16.138,01	11.914,32	8.925,04	0,00	0,00	0,00	0,01	165.000,00
4.1.9.3.2.25.00.00.00.00	Receita Dívida Ativa Serv. de Insp. Fiscaliz.	0,00	21,59	236,22	0,00	233,31	0,00	304,26	204,61	0,00	0,00	0,00	0,01	1.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativa Não Tributária de Outras Rec.	19.982,14	29.235,47	24.827,93	31.124,67	22.810,82	16.138,01	11.914,32	8.925,04	0,00	0,00	0,00	0,00	164.000,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativa Não Tribut. de Outras Recet. - RECEITAS DIVERSAS	19.982,14	29.235,47	24.827,93	31.124,67	22.810,82	16.138,01	11.914,32	8.925,04	0,00	0,00	0,00	0,00	164.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	24.021,58	48.250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	73.000,00
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Onus de Sucumbência de Apções	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00

Página: 7/16
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Métas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL														
4.1.9.0.0.02.00.00.00	Receita de Onus de Sucumbência	27.580.241,97	22.176.208,31	28.314.064,16	36.940.388,08	21.940.353,00	19.587.851,71	22.059.164,62	10.559.321,25	8.626.936,59	8.836.456,74	12.616.383,41	10.464.863,16	229.702.552,00
4.1.9.0.0.02.00.00.00	Outras Receitas	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
4.1.9.0.0.02.00.00.00	Outras Receitas - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
4.1.9.0.0.02.00.00.00	Outras Receitas - Contribuições Facult	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.0.0.02.00.00.00	RECETAS DE CAPITAL	6.083.974,41	1.666.896,25	6.747.923,00	6.064.256,45	2.406.553,44	5.209.548,15	8.726.032,82	1.688.131,15	1.666.896,25	1.666.010,45	5.042.080,38	1.666.896,25	48.635.205,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00	OPERACÖES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	18.000.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00	OPERACÖES DE CRÉDITO INTERNAS	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	18.000.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	18.000.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Prefeit	1.333.333,33	1.333.333,33	1.333.333,33	1.333.333,33	1.333.333,33	1.333.333,33	1.333.333,33	1.333.333,33	1.333.333,33	1.333.333,33	1.333.333,33	1.333.333,33	16.000.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Saúde	166.666,67	166.666,67	166.666,67	166.666,67	166.666,67	166.666,67	166.666,67	166.666,67	166.666,67	166.666,67	166.666,67	166.666,67	2.000.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.583.974,41	166.896,25	5.247.923,00	4.564.256,45	833.526,88	3.502.688,92	7.226.032,82	188.131,15	166.896,25	166.896,25	3.542.080,38	166.896,24	30.356.245,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAI	4.514.225,81	129.000,00	5.210.032,75	2.145.864,68	596.729,90	3.363.451,84	3.744.325,02	129.000,00	129.000,00	129.000,00	129.000,00	129.000,00	20.348.450,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00	Transferências da União	4.510.225,81	125.000,00	5.206.032,75	2.141.864,68	592.729,90	3.359.451,84	3.740.325,02	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	20.300.450,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00	Transferências União - Prefeitura	4.385.225,81	0,00	5.081.032,75	2.016.864,68	467.729,90	2.734.451,84	3.616.325,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.300.450,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00	Transferência União para Saúde	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	500.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00	Transferência União para Assistência Social	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,37	1.000.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	50.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	48.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00	Transferência de Convênios do Estado -	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	48.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	69.748,60	37.896,25	2.418.571,77	2.418.571,77	236.796,98	139.237,08	3.481.707,80	59.131,15	37.896,25	37.896,25	3.356.612,94	12.896,25	9.552.755,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entida	56.852,35	25.000,00	25.000,00	25.000,00	96.967,18	25.000,00	23.478,14	46.234,90	25.000,00	25.000,00	56.467,44	24.999,99	455.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Program	31.852,35	0,00	0,00	0,00	71.967,18	0,00	-1.521,86	21.234,90	0,00	0,00	31.467,44	-0,01	155.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00	Outros Conv. União Área Educação	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	12.896,25	12.896,25	12.896,25	12.896,25	139.829,80	114.237,08	3.458.229,66	12.896,25	12.896,25	12.896,25	3.356.612,94	12.896,25	9.552.755,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Estados, Dist.Fed e suas E	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00	Transf. de Conv. dos Estados destinados	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Est	4.562,92	4.562,92	4.562,92	4.562,92	131.496,47	105.903,75	3.449.896,33	4.562,92	4.562,92	4.562,92	3.348.279,61	4.562,88	9.452.755,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00	Outras Transf. Conv. dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	126.933,55	101.340,83	3.445.333,41	0,00	0,00	0,00	3.343.716,69	0,00	9.398.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00	Outras Transf. Conv. dos Estados ASSIS	4.562,92	4.562,92	4.562,92	4.562,92	4.562,92	4.562,92	4.562,92	4.562,92	4.562,92	4.562,92	4.562,92	4.562,88	54.755,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00	RECETAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARI	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	51.300,00
4.7.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	51.300,00
4.7.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	51.300,00
4.7.1.1.1.00.00.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	51.300,00
4.7.1.1.2.00.00.00.00	Imposto s/Propriedade Predial e Territ. Urb	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	4.275,00	51.300,00
4.7.1.1.2.02.00.00.00	Imp. s/Prop. Predial e Territ. Urbana - Rec.	2.565,00	2.565,00	2.565,00	2.565,00	2.565,00	2.565,00	2.565,00	2.565,00	2.565,00	2.565,00	2.565,00	2.565,00	30.780,00
4.7.1.1.2.02.00.00.00	Imp.s/Prop. Predial e Territ. Urbana - 25%	1.068,75	1.068,75	1.068,75	1.068,75	1.068,75	1.068,75	1.068,75	1.068,75	1.068,75	1.068,75	1.068,75	1.068,75	12.825,00
4.7.1.1.2.02.00.00.00	Imp. s/Prop. Predial e Territorial Urbana - S	641,25	641,25	641,25	641,25	641,25	641,25	641,25	641,25	641,25	641,25	641,25	641,25	7.935,00
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.529.687,64	-2.484.768,12	-2.216.634,49	-2.349.039,00	-2.251.707,13	-1.626.862,08	-1.478.703,33	-963.780,85	-739.799,48	-747.493,61	-906.722,30	-806.221,97	-19.006.420,00
9.1.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.529.687,64	-2.484.768,12	-2.216.634,49	-2.349.039,00	-2.251.707,13	-1.626.862,08	-1.478.703,33	-963.780,85	-739.799,48	-747.493,61	-906.722,30	-806.221,97	-19.006.420,00
9.1.1.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-3.178,21	0,00	-686,13	0,00	-22.086,03	-75.503,10	-40.823,35	-14.275,79	-4.066,90	-11.490,60	-72,22	-817,67	-173.000,00
9.1.1.1.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	-3.178,21	0,00	-686,13	0,00	-22.086,03	-75.503,10	-40.823,35	-14.275,79	-4.066,90	-11.490,60	-72,22	-817,67	-173.000,00
9.1.1.1.2.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a R	-3.178,21	0,00	-686,13	0,00	-22.086,03	-75.503,10	-40.823,35	-14.275,79	-4.066,90	-11.490,60	-72,22	-817,67	-173.000,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-3.178,21	0,00	-686,13	0,00	-22.086,03	-75.503,10	-40.823,35	-14.275,79	-4.066,90	-11.490,60	-72,22	-817,67	-173.000,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00	Dedução do IPTU - Livre	-3.178,21	0,00	-686,13	0,00	-22.086,03	-75.503,10	-40.823,35	-14.275,79	-4.066,90	-11.490,60	-72,22	-817,67	-173.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
ELORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F. Artigo 8º, da L.C. 101/00

[illegible]

Página: 9/16
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Métas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Total
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		3.333.227,64	2.908.698,46	3.087.066,88	3.285.307,50	3.181.090,36	2.388.869,89	2.042.151,26	2.036.451,43	1.101.702,60	894.235,73	34.166,66	34.166,79	24.307.135,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	753.407,51	547.857,38	750.566,47	656.922,24	564.220,80	636.908,44	480.222,33	538.031,80	206.167,05	232.607,88	0,00	0,00	5.356.982,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	247.826,09	247.826,09	247.826,09	247.826,09	165.217,39	247.826,09	165.217,39	165.217,39	82.606,70	82.606,70	0,00	-0,02	1.900.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.60.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	247.826,09	247.826,09	247.826,09	247.826,09	165.217,39	247.826,09	165.217,39	165.217,39	82.606,70	82.606,70	0,00	-0,02	1.900.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Var)	452.532,73	218.790,40	353.447,22	252.306,20	355.663,53	240.641,68	121.445,04	231.874,81	117.632,33	112.658,04	0,00	0,02	2.456.982,00
4.1.7.2.1.33.11.30.10.00	Saúde da Família	155.032,25	78.759,70	116.895,98	95.340,69	121.041,23	30.387,32	37.307,23	79.988,75	43.110,57	38.136,28	0,00	0,00	885.600,00
4.1.7.2.1.33.11.30.11.00	Saúde Bucal	48.889,04	12.913,85	46.122,67	28.374,44	38.741,56	24.444,52	18.638,87	25.627,71	12.913,85	12.913,85	0,00	0,01	270.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.12.00	Agentes Comunitários de Saúde	248.611,44	127.106,85	190.428,57	128.371,44	195.880,74	125.809,94	65.498,94	126.458,35	61.807,91	61.807,91	0,00	0,01	1.331.382,00
4.1.7.2.1.33.11.39.00.00	Outros Programas Fundo a Fundo PMAC	53.048,69	81.250,89	149.293,16	186.789,95	43.430,97	138.440,67	193.559,90	140.899,60	5.926,03	37.341,14	0,00	0,00	1.000.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. Rec. do Sistema Único de Saúde -	2.121.405,76	1.796.487,69	1.905.285,68	1.890.256,68	1.905.101,80	1.350.575,27	1.160.057,93	1.256.692,40	596.605,27	610.580,25	0,00	0,01	14.593.028,00
4.1.7.2.1.33.12.10.00.00	Transf. Rec. do Sistema Único de Saúde	1.623.633,66	1.543.123,73	1.525.282,95	1.517.721,46	1.559.501,11	996.207,68	1.023.028,51	1.010.347,28	477.200,72	492.000,90	0,00	0,00	11.768.028,00
4.1.7.2.1.33.12.10.17.00	Teto Financeiro	1.623.633,66	1.481.246,43	1.454.962,08	1.461.183,14	1.502.962,79	973.633,36	972.929,08	974.010,40	477.200,72	478.238,35	0,00	-0,01	11.400.000,00
4.1.7.2.1.33.12.10.20.00	Samu	0,00	41.707,81	51.317,82	41.707,81	41.707,81	16.048,90	35.268,92	25.668,91	0,00	9.610,01	0,00	0,01	263.028,00
4.1.7.2.1.33.12.10.59.00	CEO - Centro de Espes. Odontológicas	0,00	20.169,49	18.983,05	14.830,51	14.830,51	6.525,42	14.830,51	10.677,97	0,00	4.152,54	0,00	0,00	105.000,00
4.1.7.2.1.33.12.14.00.00	CAPS	55.259,59	54.711,06	54.711,06	54.711,06	54.711,06	36.474,04	36.474,04	36.474,04	18.237,02	18.237,02	0,00	0,01	420.000,00
4.1.7.2.1.33.12.20.00.00	Transf. Rec. do Sistema Único de Saúde	441.807,72	198.108,17	324.966,77	316.319,31	290.193,47	317.893,55	100.351,33	209.687,03	100.351,33	100.351,33	0,00	-0,01	2.400.000,00
4.1.7.2.1.33.12.20.57.00	Terapia Renal Substitutiva	441.807,72	198.108,17	324.966,77	316.319,31	290.193,47	317.893,55	100.351,33	209.687,03	100.351,33	100.351,33	0,00	-0,01	2.400.000,00
4.1.7.2.1.33.12.99.00.00	Outros Programas Fundo a Fundo - FAEI	704,79	544,73	325,16	1.504,85	698,16	0,00	204,05	204,05	816,20	0,00	0,00	0,01	5.000,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transf. Rec. do Sistema Único de Saúde -	106.124,59	35.454,96	52.483,52	56.079,28	72.260,42	32.159,12	84.295,60	62.336,52	24.480,98	0,00	0,00	0,01	525.775,00
4.1.7.2.1.33.13.03.00.00	Transf. Rec. do Sistema Único de Saúde	106.124,59	35.454,96	52.483,52	56.079,28	72.260,42	32.159,12	84.295,60	62.336,52	24.480,98	0,00	0,00	0,01	480.775,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Transf. Rec. do Sistema Único de Saúde	51.769,35	51.769,35	53.904,22	53.904,22	53.268,50	18.449,26	53.268,50	35.856,88	17.409,62	0,00	0,00	0,01	400.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.16.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em	95.891,45	35.454,96	36.494,60	53.904,22	53.268,50	18.449,26	53.268,50	35.856,88	17.409,62	0,00	0,00	0,01	400.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.18.00	Vigilância Epidem. e Ambiental em Saúd	10.233,14	0,00	15.274,75	0,00	8.502,63	4.251,32	29.759,21	8.502,63	2.820,04	0,00	0,00	0,00	80.775,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único de	0,00	0,00	714,17	2.175,06	10.489,29	9.458,54	1.267,89	18.075,01	2.820,04	0,00	0,00	0,00	45.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.15.00	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	714,17	2.175,06	10.489,29	9.458,54	1.267,89	18.075,01	2.820,04	0,00	0,00	0,00	45.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.15.00	Transf. de Recursos do Sistema Único de :	38.095,24	38.095,24	57.142,86	38.095,24	57.142,86	76.190,48	19.047,62	57.142,86	19.047,62	0,00	0,00	-0,02	400.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Transf. Rec. do Sistema Único de Saúde	38.095,24	38.095,24	57.142,86	38.095,24	57.142,86	76.190,48	19.047,62	57.142,86	19.047,62	0,00	0,00	-0,02	400.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.63.00	Componente Básico de Assistência Fam	38.095,24	38.095,24	57.142,86	38.095,24	57.142,86	76.190,48	19.047,62	57.142,86	19.047,62	0,00	0,00	-0,02	400.000,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Transf. Rec. do Sistema Único de Saúde -	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.1.7.2.1.33.15.10.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	251.308,44	402.009,77	202.537,14	484.372,19	477.945,68	207.911,95	202.273,19	52.087,07	200.367,46	9.377,09	0,00	0,02	2.490.200,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programa	251.308,44	402.009,77	202.537,14	484.372,19	477.945,68	207.911,95	202.273,19	52.087,07	200.367,46	9.377,09	0,00	0,02	2.490.200,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Atenção Farmacêutica - Estado	0,00	150.497,85	18.626,48	37.252,95	37.498,12	0,00	18.871,64	18.626,48	18.626,48	0,00	0,00	0,00	300.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	PSF	15.266,92	74.088,67	35.209,37	18.425,40	61.624,43	0,00	25.857,49	19.509,24	39.018,48	0,00	0,00	0,00	289.000,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	CEO - Estado	5.652,30	33.778,26	3.727,54	9.095,19	7.455,07	0,00	10.220,23	1.816,33	3.727,54	3.727,54	0,00	0,00	79.200,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Oxigenoterapia	4.453,17	0,00	15.764,35	21.951,66	17.329,31	6.483,38	12.561,93	12.452,02	5.661,63	5.646,55	0,00	0,00	102.000,00
4.1.7.2.2.33.07.00.00.00	Redes de Urgência e Emergência	128,51	66.666,67	66.538,16	333.333,33	266.666,67	200.000,00	133.333,33	0,00	133.333,33	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
4.1.7.2.2.33.08.00.00.00	Média e Alta Complexidade	225.807,54	75.549,75	54.099,81	61.456,52	83.086,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	500.000,00
4.1.7.2.2.33.09.00.00.00	Incentivo para Captação de Órgãos	0,00	1.428,57	8.571,43	2.857,14	4.285,71	1.428,57	1.428,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	20.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.680,10	1.474,40	938,05	12.762,53	583,66	1.400,34	1.140,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENSAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.680,10	1.474,40	938,05	12.762,53	583,66	1.400,34	1.140,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.680,10	1.474,40	938,05	12.762,53	583,66	1.400,34	1.140,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.680,10	1.474,40	938,05	12.762,53	583,66	1.400,34	1.140,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Restituições Folha de Pagamento	1.680,10	1.474,40	938,05	2.817,43	583,66	1.400,34	1.052,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00	Restituições de Despesas de Exercícios Ar	0,00	0,00	0,00	9.911,10	88,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,37	400.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,37	400.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,37	400.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recurso do Sist. Único de Saúd	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
4.2.4.2.1.01.01.00.00.00	Transf. Rec. do Sistema Único de Saúde -	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
4.2.4.2.1.01.99.00.00.00	Bloco de Investimento - Média e Alta Com;	16.666,67	16.666,67	16.666,67	16.666,67	16.666,67	16.666,67	16.666,67	16.666,67	16.666,67	16.666,67	16.666,67	16.666,63	200.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00

Página: 1016
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Métas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

	Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.333.227,64	2.908.698,46	3.087.066,88	3.265.307,50	3.181.090,36	2.388.869,69	2.042.151,26	2.036.451,43	1.101.702,60	894.235,73	34.166,66	34.166,66	34.166,66	34.166,66	24.307.135,00	
	4.2.4.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	
	4.2.4.2.2.01.02.00.00.00	Transf. do Estado para Programas na Saú	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	
Entidade: 9 - IPRESSBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO S	7.053.250,32	6.665.929,95	6.494.133,79	8.676.513,27	5.823.968,49	5.887.102,55	5.602.396,85	5.490.703,70	5.731.431,05	4.928.269,23	5.176.151,01	5.789.197,79	5.789.197,79	5.789.197,79	73.319.049,00	
	7.053.250,32	6.665.929,95	6.494.133,79	8.676.513,27	5.823.968,49	5.887.102,55	5.602.396,85	5.490.703,70	5.731.431,05	4.928.269,23	5.176.151,01	5.789.197,79	5.789.197,79	5.789.197,79	73.319.049,00	
	4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	4.936.929,75	4.729.842,01	4.807.456,34	4.735.714,58	4.746.817,96	4.718.132,91	4.508.890,45	4.506.881,98	4.505.960,56	4.512.693,91	4.511.564,84	4.511.564,84	4.511.564,84	56.117.481,00
	4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	932.426,31	725.339,90	795.466,66	731.252,60	742.368,30	713.818,79	504.321,57	502.313,10	500.967,76	498.137,17	506.957,74	506.957,74	506.957,74	8.055.678,00
	4.1.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	932.426,31	725.339,90	795.466,66	731.252,60	742.368,30	713.818,79	504.321,57	502.313,10	500.967,76	498.137,17	506.957,74	506.957,74	506.957,74	8.055.678,00
	4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	932.426,31	725.339,90	795.466,66	731.252,60	742.368,30	713.818,79	504.321,57	502.313,10	500.967,76	498.137,17	506.957,74	506.957,74	506.957,74	8.055.678,00
	4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib. de Servidor Ativo para o RPPS	928.976,82	721.549,60	791.874,78	727.630,72	737.764,21	708.615,00	500.589,35	498.218,38	496.882,01	494.135,58	502.646,89	502.646,89	502.646,89	8.004.676,00
	4.1.2.1.0.29.07.01.00.00	Contribuição Serv. Ativo Civil - Prefeitura	613.210,22	473.478,87	479.322,01	479.023,02	483.548,00	513.994,06	331.150,16	328.691,00	327.603,70	386.897,07	329.410,57	665.994,32	665.994,32	5.412.536,00
	4.1.2.1.0.29.07.02.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - SAMAE	32.375,72	34.268,45	34.291,21	34.361,05	34.203,31	36.272,05	23.832,23	24.093,38	23.691,20	23.915,08	23.623,64	59.076,68	59.076,68	383.920,00
	4.1.2.1.0.29.07.03.00.00	Contrib. Serv. Civil - Câmara	0,00	3.571,55	3.591,01	3.801,30	3.606,67	3.914,71	2.343,01	2.344,20	2.351,33	2.298,28	2.349,90	7.130,04	7.130,04	37.100,00
	4.1.2.1.0.29.07.04.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fundo de Saúd	266.134,81	192.642,51	257.966,01	193.683,96	199.296,64	136.339,19	131.966,28	131.607,98	131.719,57	69.455,80	135.650,14	138.487,11	138.487,11	1.986.000,00
	4.1.2.1.0.29.07.05.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - EIMHAB	2.168,89	2.147,14	2.125,67	2.132,51	2.147,99	2.288,05	1.860,41	1.464,34	1.460,54	1.480,54	1.463,30	3.002,62	3.002,62	23.700,00
4.1.2.1.0.29.07.06.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Cultural	10.352,67	10.615,55	10.337,88	10.387,25	10.546,19	11.199,30	7.091,25	7.057,20	7.106,86	7.096,62	7.126,04	14.690,19	14.690,19	113.620,00	
4.1.2.1.0.29.07.07.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Desporto	2.442,05	2.748,27	2.130,47	2.151,70	2.223,20	2.406,57	867,12	1.575,11	1.575,11	1.575,11	1.575,11	3.338,18	3.338,18	24.600,00	
4.1.2.1.0.29.07.08.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - IPRESSBS	2.294,46	2.077,26	2.060,52	2.076,93	2.190,21	2.219,07	1.488,89	1.469,17	1.473,70	1.439,08	1.446,19	2.964,52	2.964,52	23.200,00	
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - IPRESSBS	1.861,41	2.202,22	2.033,80	2.033,80	3.016,01	3.615,71	2.144,14	2.506,64	2.397,67	2.413,51	2.722,77	4.997,32	4.997,32	31.945,00	
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RI	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,12	19.057,00	
4.1.2.1.0.29.11.01.00.00	Contribuições de Pensionista para o RPPS	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,12	19.057,00	
4.1.2.1.0.29.11.01.00.00	Contrib. de Pensionista Civil	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,08	1.598,12	19.057,00	
RECEITA PATRIMONIAL	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	3.927.721,58	47.132.659,00	
Remuneração dos Investimentos do RPPS f	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,12	46.791.993,00	
	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,12	46.791.993,00	
	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,12	46.791.993,00	
	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,12	46.791.993,00	
	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,12	46.791.993,00	
	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,12	46.791.993,00	
	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,12	46.791.993,00	
	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.812.666,08	3.									

Página: 11/16
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Total
Entidade: 9 - IPRESSB - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO S														
7.053.250.32	6.665.329.95	6.494.133.79	8.676.513.27	5.823.969.49	5.887.102.55	5.602.396.85	5.490.703.70	5.731.431.05	4.928.289.23	5.176.151.01	5.789.197.79	73.319.049.00		
4.7.2.1.0.29.13.04.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - SAÚDE	178.669.80	206.405.23	135.455.79	321.043.17	75.101.26	81.064.06	81.568.48	42.679.89	120.668.59	849.38	68.644.36	850.50	1.312.400.51
4.7.2.1.0.29.13.05.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - EMBAB	1.335.40	1.404.18	1.540.35	1.545.20	1.556.04	1.646.04	935.85	938.02	935.85	935.85	937.61	1.920.72	15.631.11
4.7.2.1.0.29.13.06.00.00	Contrib. para Cobertura Déficit - Fund. Q	3.572.86	7.346.71	7.346.51	18.060.06	7.495.69	7.926.06	4.435.62	4.411.51	4.435.17	4.434.39	1.97.01	3.829.05	75.099.64
4.7.2.1.0.29.13.07.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - FMD	1.446.86	1.775.04	1.457.26	1.475.86	1.533.99	1.670.16	968.69	968.49	968.69	936.01	1.541.35	2.041.70	16.244.10
4.7.2.1.0.29.13.08.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - IPRESSB	0.00	0.00	3.202.11	1.527.22	1.523.12	1.599.13	959.66	366.57	1.522.76	962.81	938.07	2.693.17	15.324.62
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contr. Prev. em Regime de Parcelamento de	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.63	128.576.00
4.7.2.1.0.29.15.01.00.00	Contrib. Prev. em Regime de Parcelamen	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.67	10.714.63	128.576.00
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.234.15	21.657.19	4.280.34	4.280.58	4.591.26	4.816.48	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	61.000.00
4.7.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	21.234.15	21.657.19	4.280.34	4.280.58	4.591.26	4.816.48	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	61.000.00
4.7.9.1.2.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	21.234.15	21.657.19	4.280.34	4.280.58	4.591.26	4.816.48	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	61.000.00
4.7.9.1.2.29.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Contribuição par	21.234.15	21.657.19	4.280.34	4.280.58	4.591.26	4.816.48	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	61.000.00
4.7.9.1.2.29.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	21.234.15	21.657.19	4.280.34	4.280.58	4.591.26	4.816.48	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	61.000.00
4.7.9.1.2.29.01.15.00.00	Multas e Juros de Mora parcelamento dé	21.234.15	21.657.19	4.280.34	4.280.58	4.591.26	4.816.48	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	61.000.00
Entidade: 10 - EMBAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO														
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	149.353.00	147.151.11	132.515.59	118.881.81	146.949.48	111.003.05	1.053.234.90	78.989.58	60.059.80	53.330.21	62.496.16	52.655.31	2.166.000.00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	149.353.00	147.151.11	132.515.59	118.881.81	146.949.48	111.003.05	1.053.234.90	78.989.58	60.059.80	53.330.21	62.496.16	52.655.31	2.166.000.00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	28.231.94	24.877.28	23.307.35	21.023.52	25.416.33	13.411.00	27.996.15	2.069.77	416.67	416.67	416.67	416.65	168.000.00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	16.449.63	14.299.24	16.444.72	14.216.64	13.119.84	7.519.73	10.950.18	0.00	0.00	0.00	0.00	0.02	93.000.00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	16.449.63	14.299.24	16.444.72	14.216.64	13.119.84	7.519.73	10.950.18	0.00	0.00	0.00	0.00	0.02	93.000.00
4.1.3.2.5.00.00.01.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinculat	423.92	403.38	482.67	451.32	472.68	282.77	483.06	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3.000.00
4.1.3.2.5.00.00.01.00.99	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vi	423.92	403.38	482.67	451.32	472.68	282.77	483.06	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3.000.00
4.1.3.2.5.00.00.02.00.00	Rem. Dep. Banc. Não Vinculados	16.025.71	13.895.86	15.961.85	13.765.32	12.647.16	7.236.96	10.467.12	0.00	0.00	0.00	0.00	0.02	90.000.00
4.1.3.2.5.00.00.02.01.00	Rem. Dep. Banc. Recursos Não Vincula	2.516.88	1.309.35	1.597.16	1.432.51	1.211.36	724.75	1.237.98	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	10.000.00
4.1.3.2.5.00.00.02.02.00	Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Não Vinc	13.508.83	12.586.51	14.364.69	12.332.81	11.436.80	6.512.21	9.229.14	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	80.000.00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.792.31	10.578.04	6.882.63	6.806.88	12.296.49	5.891.27	17.045.97	2.069.77	416.67	416.67	416.67	416.63	75.000.00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	11.365.64	10.161.37	6.445.96	6.390.21	11.879.82	5.474.60	16.629.30	1.653.10	0.00	0.00	0.00	0.00	70.000.00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Recetas	11.365.64	10.161.37	6.445.96	6.390.21	11.879.82	5.474.60	16.629.30	1.653.10	0.00	0.00	0.00	0.00	70.000.00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	11.365.64	10.161.37	6.445.96	6.390.21	11.879.82	5.474.60	16.629.30	1.653.10	0.00	0.00	0.00	0.00	70.000.00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.63	5.000.00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.63	5.000.00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restituições	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.63	5.000.00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.99	Outras Restituições	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.67	416.63	5.000.00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	121.121.06	122.273.83	109.208.24	97.665.29	121.533.15	97.592.05	1.025.238.75	76.499.81	59.643.13	52.913.54	62.079.49	52.238.66	1.998.000.00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	880.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	880.000.00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	880.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	880.000.00
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	880.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	880.000.00
4.2.2.2.5.00.00.01.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	880.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	880.000.00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	44.904.90	64.997.20	67.255.96	58.731.38	81.088.04	61.811.65	51.828.47	47.028.30	30.300.94	25.922.06	31.338.89	24.792.21	590.000.00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	44.904.90	64.997.20	67.255.96	58.731.38	81.088.04	61.811.65	51.828.47	47.028.30	30.300.94	25.922.06	31.338.89	24.792.21	590.000.00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.00	Amortização de Empréstimos por Grupo	44.904.90	64.997.20	67.255.96	58.731.38	81.088.04	61.811.65	51.828.47	47.028.30	30.300.94	25.922.06	31.338.89	24.792.21	590.000.00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.01	Amort. Emprést. - Grupo 1	3.272.98	2.152.09	3.979.00	4.833.19	9.598.15	6.451.77	4.509.53	3.881.15	1.580.05	2.851.60	3.020.23	2.870.26	49.000.00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.03	Amort. Emprést. - Grupo 3	741.51	1.050.94	1.140.56	1.158.36	857.60	923.61	679.36	668.84	542.55	1.137.22	640.84	468.61	10.000.00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.04	Amort. Emprést. - Grupo 4	6.414.45	7.983.00	6.805.58	8.880.63	9.440.60	4.619.17	3.894.76	2.561.83	0.00	0.00	0.00	-0.02	50.000.00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.05	Amort. Emprést. - Grupo 5	7.706.80	10.497.59	6.836.29	9.954.09	21.609.19	6.296.60	6.916.84	5.491.68	4.191.06	3.135.34	3.868.12	3.944.40	90.000.00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.06	Amort. Emprést. - Grupo 6	3.028.73	3.227.90	2.917.09	2.751.49	3.843.74	3.200.92	3.681.92	2.097.33	1.472.23	1.947.05	5.943.59	1.908.01	36.000.00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.07	Amort. Emprést. - Grupo 7	3.706.73	5.239.37	5.028.07	4.776.95	4.597.12	3.946.21	4.879.91	3.135.04	2.169.54	2.661.07	1.714.36	1.714.36	45.000.00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.08	Amort. Emprést. - Grupo 8	384.26	509.41	509.41	509.41	509.41	651.77	401.47	517.07	251.95	251.95	251.95	251.94	5.000.00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.10	Amort. Emprést. - Grupo 10	958.14	2.246.33	1.854.10	1.875.37	2.355.29	1.871.91	1.887.57	1.465.93	808.49	978.44	1.916.96	808.47	19.000.00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.11	Emprést. Financ. Grupo 11	0.00	0.00	2.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	2.000.00

Página: 12/16
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Total
Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO		149.353,00	147.151,11	132.515,59	118.811,81	146.949,48	111.003,05	1.053.234,90	78.869,58	60.059,80	53.330,21	62.496,16	52.655,31	2.166.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.12	Amort. Emprést. - Grupo 12	1.920,05	3.353,66	3.462,68	2.916,79	4.195,94	3.353,66	2.755,60	2.806,09	1.435,66	1.072,89	1.051,33	1.704,16	30.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.13	Amort. Emprést. - Grupo 13	1.388,72	1.388,72	1.714,78	1.388,72	1.714,78	2.473,59	1.200,44	1.470,31	814,99	814,99	814,99	814,97	16.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.14	Amort. Emprést. - Grupo 14	909,72	6.572,40	1.102,77	996,92	1.256,84	1.029,38	1.059,70	900,97	576,20	447,28	509,55	1.623,05	16.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.15	Amort. Emprést. - Grupo 15	2.113,94	2.489,86	2.826,02	3.301,48	2.813,91	10.234,63	3.070,14	2.869,19	1.736,58	1.700,72	1.280,58	1.623,05	36.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.16	Amort. Emprést. - Grupo 16	1.909,28	5.587,95	4.361,58	2.381,62	4.437,46	4.865,78	4.855,19	2.828,64	1.614,38	1.948,82	994,50	1.153,80	37.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.17	Amort. Emprést. - Grupo 17	512,13	0,00	0,00	0,00	0,00	512,13	512,13	0,00	0,00	0,00	0,00	463,61	2.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.18	Amort. Emprést. - Grupo 18	700,87	983,88	1.018,23	1.018,23	1.001,59	1.001,59	1.035,94	1.001,59	559,52	400,30	400,30	718,74	10.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.19	Amort. Emprést. - Grupo 19	693,55	0,00	829,74	2.896,66	892,09	1.280,86	580,72	985,49	1.220,21	908,85	2.002,98	908,85	13.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.20	Amort. Emprést. - Grupo 20	3.583,77	4.724,07	12.341,51	4.021,11	5.122,48	4.099,22	4.467,82	8.495,76	8.497,75	2.591,07	2.733,66	2.271,78	63.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.21	Amort. Emprést. - Grupo 21	733,71	733,71	366,85	0,00	0,00	1.657,3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.22	Amort. Emprést. - Grupo 22	255,12	257,52	295,38	266,91	244,33	234,90	273,99	216,56	196,45	330,92	220,34	207,58	3.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.23	Emprést. Financ. - Grupo 23	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.24	Emprést. Financ. - Grupo 24	787,21	3.245,98	4.690,99	2.415,12	3.414,19	1.792,89	2.632,11	3.021,50	0,00	0,00	0,00	0,01	22.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.25	Emprést. Financ. - Grupo 25	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	21.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.26	Emprést. Financ. - Grupo 26	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.2.5.0.0.00.00.00.00.00	Rec D Alíva de Amort. Empréstimos e Financi	76.216,16	57.276,63	41.952,28	38.926,91	40.445,11	35.780,40	93.410,28	29.471,51	29.342,19	26.991,48	30.740,80	27.446,45	528.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.00.00	Rec D Alíva de Amort. Empréstimos e Fina	46.609,18	22.594,68	17.202,26	10.462,54	12.695,09	35.780,40	93.410,28	29.471,51	29.342,19	26.991,48	30.740,80	27.446,45	528.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.01.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 01	793,23	347,42	663,03	287,97	254,70	61,77	283,01	61,77	6,92	4.241,46	7.990,58	4.696,67	162.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.02.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 02	2.520,75	479,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.03.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 03	12.995,02	6.773,53	2.231,36	3.049,25	1.148,20	1.148,20	1.148,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.506,24	30.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.04.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 04	1.589,60	563,00	566,44	466,12	2.691,96	1.088,76	0,00	563,00	0,00	0,00	2.491,11	0,01	10.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.05.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 05	6.803,10	1.043,66	1.923,86	614,69	614,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.06.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 06	2.639,61	1.945,21	204,06	922,63	0,00	447,57	447,57	2.532,41	0,00	674,21	186,74	-0,01	10.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.07.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.08.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 08	2.092,86	2.471,60	1.092,83	1.092,83	1.092,83	1.092,83	516,06	516,06	516,06	516,06	0,00	-0,02	11.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.09.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 09	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.10.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 10	526,77	132,86	399,46	0,00	2.577,90	0,00	0,00	0,00	2.363,01	0,00	0,00	0,00	6.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.11.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 11	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.12.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 12	332,06	824,66	1.220,78	0,00	207,50	103,75	207,50	92,03	103,75	0,00	0,00	0,00	3.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.13.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 13	2.234,19	1.009,52	371,46	328,12	846,34	470,18	374,81	92,03	92,03	92,03	87,28	0,01	6.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.14.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 14	4.751,28	0,00	692,23	0,00	0,00	3.556,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	9.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.15.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	3.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.16.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 16	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.17.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 17	0,00	295,57	0,00	466,17	238,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.18.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 18	3.285,01	2.070,98	1.008,64	342,51	0,00	0,00	2.627,48	0,00	499,33	0,00	0,00	166,45	10.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.19.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 19	119,31	165,45	119,31	58,92	187,38	358,30	222,30	122,89	122,89	64,06	288,58	190,61	2.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.20.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 20	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.21.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 21	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	2.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.22.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 22	3.093,06	1.629,04	3.875,47	0,00	0,00	1.402,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.23.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 23	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.24.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 24	29.606,98	34.691,95	24.750,02	28.464,37	27.750,02	23.236,78	83.750,02	22.750,02	22.750,02	22.750,02	22.750,02	22.750,02	366.000,00
4.2.5.0.0.00.01.00.25.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 25	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	26.000,00
4.2.5.0.0.00.02.00.00.00	Amortização e Empréstimos Dívida Alíva	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	5.000,00
4.2.5.0.0.00.02.00.01.00	Amort. Emprést. Div. Alíva Grupo 1	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	90.000,00
4.2.5.0.0.00.02.00.02.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
4.2.5.0.0.00.02.00.03.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 4	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	11.000,00
4.2.5.0.0.00.02.00.04.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 5	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,37	16.000,00
4.2.5.0.0.00.02.00.05.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 6	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.5.0.0.00.02.00.06.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 7	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	18.000,00
4.2.5.0.0.00.02.00.07.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 8	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	17.000,00
4.2.5.0.0.00.02.00.08.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 10													
4.2.5.0.0.00.02.00.09.00	Amort. Emprést. Dívida Alíva Grupo 11													

Página: 1316
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Métas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Total
Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO		149.353,00	147.151,11	132.515,59	118.881,81	146.949,48	111.003,05	1.053.234,90	78.869,58	60.059,80	53.330,21	62.496,16	52.655,31	2.166.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.11	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 12	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,37	4.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.12	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 13	5.856,96	11.428,69	0,00	5.714,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.13	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 14	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.14	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 15	1.166,67	1.166,67	1.166,67	1.166,67	1.166,67	1.166,67	1.166,67	1.166,67	1.166,67	1.166,67	1.166,67	1.166,63	14.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.15	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 16	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,67	1.416,63	17.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.16	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 17	0,00	513,24	0,00	0,00	0,00	486,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.17	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 18	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.18	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 19	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	9.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.19	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 20	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,67	916,63	11.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.20	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 21	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,37	13.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.21	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.22	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 23	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63	2.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.23	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 24	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
4.2.5.0.0.0.02.00.24	Amort. Emprestit. Dívida Alívia Grupo 25	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,63	5.000,00
Entidade: 12 - SERVICIO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE		2.746.544,74	2.595.506,55	2.903.139,97	2.753.423,20	2.669.686,23	2.750.796,35	2.929.025,83	2.681.252,29	2.961.912,93	598.841,08	431.835,42	431.835,41	26.453.802,00
4.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS	2.746.544,74	2.595.506,55	2.903.139,97	2.753.423,20	2.669.686,23	2.750.796,35	2.929.025,83	2.681.252,29	2.961.912,93	598.841,08	431.835,42	431.835,41	26.453.802,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.668.566,55	2.539.233,91	2.831.507,54	2.662.838,71	2.578.257,44	2.671.375,24	2.817.345,04	2.591.945,65	2.866.801,44	587.427,13	420.922,17	420.922,18	25.657.043,00
4.1.1.0.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,37	4.841.500,00
4.1.1.2.0.0.00.00.00	TAXAS	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,37	4.841.500,00
4.1.1.2.2.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,37	4.841.500,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,33	403.458,37	4.841.500,00
4.1.3.0.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	44.693,08	45.427,23	47.788,31	53.823,10	60.042,01	54.624,85	64.025,91	61.566,11	66.119,40	0,00	0,00	0,00	498.300,00
4.1.3.2.0.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	44.693,08	45.427,23	47.788,31	53.823,10	60.042,01	54.624,85	64.025,91	61.566,11	66.119,40	0,00	0,00	0,00	498.300,00
4.1.3.2.2.0.00.00.00	Dividendos	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
4.1.3.2.5.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	44.393,08	45.427,23	47.788,31	53.823,10	60.042,01	54.624,85	64.025,91	61.566,11	66.119,40	0,00	0,00	0,00	498.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. de Recurso	44.393,08	45.427,23	47.788,31	53.823,10	60.042,01	54.624,85	64.025,91	61.566,11	66.119,40	0,00	0,00	0,00	498.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. de Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	2.176.210,74	2.044.798,74	2.329.515,82	2.167.565,94	2.068.546,36	2.167.949,00	2.398.894,49	2.074.784,61	2.348.998,13	165.256,32	1.125,00	1.125,05	19.833.957,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00	Serv. de Captação/Atuação/Trat/Res e Dist. c	1.798.664,15	1.683.830,29	1.938.704,95	1.804.867,80	1.685.915,35	1.789.943,70	1.902.923,12	1.716.956,79	1.931.424,23	143.726,59	0,00	0,03	16.396.757,00
4.1.6.0.0.41.01.00.00	Tarifa de Água Residencial	1.396.113,10	1.366.059,29	1.505.930,59	1.367.865,94	1.326.502,56	1.341.136,77	1.442.128,40	1.353.713,06	1.478.962,27	102.594,02	0,00	0,00	12.681.000,00
4.1.6.0.0.41.02.00.00	Tarifa de Água Comercial	224.007,75	198.825,29	237.440,87	231.333,42	209.702,55	238.551,05	257.959,86	232.572,82	253.337,74	15.268,63	0,00	0,02	2.100.000,00
4.1.6.0.0.41.03.00.00	Tarifa de Água Industrial	139.848,17	98.880,55	167.379,89	144.515,86	118.096,05	143.187,79	150.754,22	85.465,99	156.923,65	24.927,83	0,00	0,00	1.230.000,00
4.1.6.0.0.41.04.00.00	Tarifa de Água Potáveis Públicos	21.057,34	5.444,85	9.182,98	36.866,00	8.334,86	46.383,18	26.409,68	27.385,90	19.710,21	0,00	0,00	0,00	200.757,00
4.1.6.0.0.41.05.00.00	Ligações de Água	17.637,79	13.620,31	18.770,62	24.090,58	23.279,33	20.684,91	25.670,96	17.819,02	22.490,36	936,11	0,00	0,01	185.000,00
4.1.6.0.0.42.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do	333.961,85	329.453,85	351.355,13	314.531,23	344.735,26	339.901,71	353.130,00	321.883,88	368.756,33	17.310,75	0,00	0,01	3.074.000,00
4.1.6.0.0.42.01.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Residencial	258.194,17	253.576,28	271.849,60	245.040,03	249.187,39	250.726,20	264.833,87	252.025,61	272.244,46	16.712,37	0,00	0,02	2.335.000,00
4.1.6.0.0.42.02.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Comercial	34.095,97	41.799,68	36.424,54	36.732,06	41.288,03	42.481,71	43.576,56	39.992,49	46.410,59	598,38	0,00	-0,01	363.000,00
4.1.6.0.0.42.03.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Industrial	37.336,73	33.077,89	42.857,62	25.173,31	28.675,38	37.354,01	40.130,25	27.734,14	47.660,67	0,00	0,00	0,00	320.000,00
4.1.6.0.0.42.04.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Potáveis Públicos	4.334,98	0,00	223,37	6.865,83	74,46	9.339,79	4.589,32	2.511,64	2.440,61	0,00	0,00	0,00	30.500,00
4.1.6.0.0.42.05.00.00	Ligações de Esgoto	0,00	0,00	0,00	0,00	25.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.500,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00	Serviços de Relacionamento de Água	20.164,86	15.362,00	18.720,41	13.710,68	16.395,12	18.979,97	18.604,31	15.905,82	11.311,25	845,58	0,00	0,00	150.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00	Outros Serviços	23.419,88	17.152,60	20.735,33	23.841,03	21.500,63	19.123,62	24.237,06	20.058,12	37.506,32	3.375,40	1.125,00	1.125,01	213.200,00
4.1.6.0.0.99.01.00.00	Desligamento de Água/Esgoto	919,53	1.224,90	919,53	965,21	1.247,94	1.103,98	1.250,51	1.236,82	1.042,09	69,47	0,00	0,02	10.500,00
4.1.6.0.0.99.02.00.00	Taxa de Expediente	15.997,11	11.948,93	15.326,95	13.916,76	13.643,91	12.461,47	15.495,87	12.271,75	13.172,99	1.264,26	0,00	0,00	125.500,00
4.1.6.0.0.99.03.00.00	Atenuação de Hidrômetro	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.1.6.0.0.99.04.00.00	Conservação	2.761,28	2.853,77	3.363,85	5.147,42	3.892,00	4.178,03	4.535,14	4.023,85	4.411,46	108,88	0,00	-0,01	35.000,00
4.1.6.0.0.99.05.00.00	Atualização do Padrão de Ligação	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,67	1.041,63	12.500,00
4.1.6.0.0.99.06.00.00	Análises de Água	799,62	0,00	0,00	995,33	667,15	590,81	1.043,60	376,49	1.803,00	0,00	0,00	0,00	6.200,00
4.1.6.0.0.99.07.00.00	Outras Receitas	1.797,34	0,00	0,00	1.707,31	964,63	0,00	796,94	524,21	15.951,78	807,79	0,00	0,00	22.500,00
4.1.9.0.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.204,40	45.549,61	50.745,08	49.005,54	46.210,74	45.343,06	50.966,31	51.646,60	48.225,58	18.710,48	16.338,84	16.338,76	483.266,00
4.1.9.1.0.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora	27.857,87	29.210,77	34.406,24	32.867,70	29.871,90	29.004,22	34.627,47	33.417,03	31.785,16	2.371,64	0,00	0,00	285.220,00

Página: 1416
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Métas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Sep	Out	Nov	Dez	Total
Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE		2.746.544,74	2.595.506,55	2.903.139,97	2.753.423,20	2.669.688,23	2.750.796,35	2.929.025,83	2.681.252,29	2.961.912,93	596.841,08	431.835,42	431.835,41	26.453.802,00
4.1.91.1.8.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	27.857,87	29.210,77	34.406,24	32.867,70	29.871,90	29.004,22	34.627,47	33.417,03	31.785,16	2.371,64	0,00	0,00	285.220,00
4.1.91.1.8.99.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	27.857,87	29.210,77	34.406,24	32.867,70	29.871,90	29.004,22	34.627,47	33.417,03	31.785,16	2.371,64	0,00	0,00	285.220,00
4.1.92.0.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	280,19	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	2.163,23	374,08	272,50	272,50	272,50	5.770,00
4.1.92.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	3.270,00
4.1.92.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	272,50	3.270,00
4.1.92.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	7,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.890,73	101,58	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.92.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	7,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.890,73	101,58	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.92.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	7,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.890,73	101,58	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.93.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	15.939,17	15.939,17	15.939,17	15.939,17	15.939,17	15.939,17	15.939,17	15.939,17	15.939,17	15.939,17	15.939,17	15.939,17	191.270,00
4.1.93.1.00.00.00.00.00	Recetta da Dívida Ativa Tributária	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,37	97.000,00
4.1.93.1.99.00.00.00.00	Recetta da Dívida Ativa de Outros Tributos	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,33	8.083,37	97.000,00
4.1.93.1.99.01.00.00.00	Recetta da Dívida Ativa de Outros Tributos	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	75.000,00
4.1.93.1.99.01.00.00.00	Rec.Dávda Ativa-Taxas pPrestação de S	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	75.000,00
4.1.93.1.99.01.00.22.90	Rec.Dávda Ativa - Taxa de Limpeza Pul	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	75.000,00
4.1.93.1.99.02.00.00.00	Parc. - Recetta da Dívida Ativa de Outros T	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,37	22.000,00
4.1.93.1.99.02.00.22.00	Parcelamentos - Recetta Dívida Ativa de	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,37	22.000,00
4.1.93.1.99.02.00.22.90	Parcelamento - Rec. Dívida Ativa - Taxa	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,33	1.833,37	22.000,00
4.1.93.2.00.00.00.00.00	Recetta da Dívida Ativa não tributária	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,76	94.270,00
4.1.93.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativa Não Tributária de Outras Rec.	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,76	94.270,00
4.1.93.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recel -	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,76	94.270,00
4.1.93.2.99.01.00.16.00	SERVIÇOS DE SANEAMENTO	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,84	7.855,76	94.270,00
4.1.93.2.99.01.00.16.41	Dívida Ativa-Tarifas Serviços de Abastec	6.276,67	6.276,67	6.276,67	6.276,67	6.276,67	6.276,67	6.276,67	6.276,67	6.276,67	6.276,67	6.276,67	6.276,63	75.320,00
4.1.93.2.99.01.00.16.42	Dívida Ativa-Tarifas Coleta e Tratament	1.579,17	1.579,17	1.579,17	1.579,17	1.579,17	1.579,17	1.579,17	1.579,17	1.579,17	1.579,17	1.579,17	1.579,13	18.950,00
4.1.99.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,13	1.526,00
4.1.99.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,13	1.526,00
4.1.99.0.99.11.00.00.00	Outras Receitas - SAMAE	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,17	127,13	1.526,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,88	84.419,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIEVAÇÃO DE BENS	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,88	84.419,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIEVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,92	7.034,88	84.419,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	64.419,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.23	Alienação de Veículos Diversos	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	5.368,25	64.419,00
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
4.2.2.1.6.00.00.00.00.23	Alienação de Móveis e Utensílios Diver	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,63	5.000,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.23	Alienação de Equipamentos de Informa	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,63	5.000,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARI	70.943,27	48.237,72	64.597,51	83.548,57	84.395,87	72.396,19	104.645,87	82.371,72	88.076,57	4.379,03	3.878,33	3.878,35	712.340,00
4.7.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,37	46.540,00
4.7.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,37	46.540,00
4.7.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,37	46.540,00
4.7.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,37	46.540,00
4.7.1.2.2.90.00.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Intra	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,33	3.878,37	46.540,00
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS		162.472,55	145.871,94	163.862,75	159.070,53	171.743,77	164.689,32	162.372,46	137.863,33	137.863,33	137.863,33	137.583,33	137.583,36	1.824.000,00
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	162.472,55	145.871,94	163.862,75	159.070,53	171.743,77	164.689,32	162.372,46	137.863,33	137.863,33	137.863,33	137.583,33	137.583,36	1.824.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	162.472,55	145.871,94	163.862,75	159.070,53	171.743,77	164.689,32	162.372,46	137.863,33	137.863,33	137.863,33	137.583,33	137.583,36	1.824.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	133,08	1.709,64	2.263,36	1.016,44	3.276,33	1.103,80	997,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	133,08	360,38	239,47	341,81	329,44	351,13	244,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	2.000,00

Página: 1516
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Métas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Total
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS														
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	133,08	360,38	239,47	159,070,63	171,743,77	164,689,32	162,372,46	137,583,33	137,583,33	137,583,33	137,583,33	137,583,36	1.824.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Recetta de Remun. de Outros Dep. Banc. d	11,99	84,25	0,00	194,55	320,44	283,14	194,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Recetta de Rem. de Outros Dep. Banc. de	11,99	84,25	0,00	194,55	251,10	263,14	194,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Recetta de Remun. de Outros Dep. Banc	11,99	84,25	0,00	194,55	251,10	263,14	194,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos nã	121,09	276,13	239,47	147,26	78,34	87,99	49,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	1.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos r	121,09	276,13	239,47	147,26	78,34	87,99	49,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	1.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00	RECETA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	1.349,26	2.023,89	674,63	2.946,89	752,67	752,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	8.500,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir. Uso Ber	0,00	1.349,26	2.023,89	674,63	2.946,89	752,67	752,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	8.500,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área	0,00	1.349,26	2.023,89	674,63	2.946,89	752,67	752,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	8.500,00
4.1.3.3.3.01.00.00.00	RECETA DE SERVIÇOS	23.937,06	6.578,97	29.880,87	20.109,36	30.667,68	25.937,85	23.388,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	160.500,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	23.937,06	6.578,97	29.880,87	20.109,36	30.667,68	25.937,85	23.388,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	160.500,00
4.1.6.0.0.19.00.01.00	Serviços Recreativos e Culturais	23.937,06	6.578,97	29.880,87	20.109,36	30.667,68	25.937,85	23.388,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	160.500,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	1.650.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAL:	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	1.650.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	1.650.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00	Outras Transferências da União	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	1.650.000,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00	Outras Transferências da União	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	1.650.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	902,41	83,33	218,52	444,73	299,76	147,67	486,89	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	3.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	819,08	0,00	135,19	361,40	216,43	64,34	403,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	819,08	0,00	135,19	361,40	216,43	64,34	403,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições	819,08	0,00	135,19	361,40	216,43	64,34	403,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00	Outras Restituições	819,08	0,00	135,19	361,40	216,43	64,34	403,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00	Outras Receitas - Diversas - Prefeitura	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL														
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	26.770,99	27.428,27	28.694,02	28.963,50	27.861,13	33.250,39	30.015,01	24.083,33	24.083,33	24.083,33	24.083,33	24.083,37	323.000,00
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	26.770,99	27.428,27	28.694,02	28.963,50	27.861,13	33.250,39	30.015,01	24.083,33	24.083,33	24.083,33	24.083,33	24.083,37	323.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.687,66	1.910,43	2.523,13	2.372,34	2.012,38	6.776,10	3.717,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.687,66	1.910,43	2.523,13	2.372,34	2.012,38	6.776,10	3.717,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.687,66	1.910,43	2.523,13	2.372,34	2.012,38	6.776,10	3.717,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos nã	2.687,66	1.910,43	2.523,13	2.372,34	2.012,38	6.776,10	3.717,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos r	2.687,66	1.910,43	2.523,13	2.372,34	2.012,38	6.776,10	3.717,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00	Rem. de Outros Dep. de Recursos não V	1.659,03	1.008,05	1.408,20	1.313,75	1.381,54	1.557,49	1.671,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.1.3.2.5.02.99.02.00	Rem. Outros Depósitos de Rec. não Vinc	1.028,63	902,38	1.114,93	1.059,59	630,84	633,76	630,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00	RECETA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.594,85	1.415,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir. Uso Ber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.594,85	1.415,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.594,85	1.415,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00	RECETA DE SERVIÇOS	0,00	1.434,51	2.087,56	2.107,83	1.765,42	2.390,96	2.213,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
4.1.6.0.0.19.00.01.00	Serviços Recreativos e Culturais	0,00	1.434,51	2.087,56	2.107,83	1.765,42	2.390,96	2.213,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,63	278.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAL:	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,63	278.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,63	278.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00	Outras Transferências da União	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,63	278.000,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00	Outras Transferências da União	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,63	278.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,74	11.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00	Multas e Juros de Outras Receitas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00	Multas e Juros de Mora	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00

Página: 1816
Data: 06/12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2014 até 2016) - L.R.F., Artigo 8º de L.C. 101/00

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL														
4.1.9.1.8.99.02.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora - Financeir;	26.770,99	27.428,27	28.694,02	28.563,50	27.861,13	33.250,39	30.015,01	24.083,33	24.083,33	24.083,33	24.083,33	24.083,37	323.000,00
4.1.9.1.8.99.02.01.00.00	Outras multas e juros de mora - financeir;	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUICOES	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.1.9.2.2.2.00.00.00.00	Restituição de Recursos de Subvenções ou	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.1.9.2.2.2.24.00.00.00.01	Restituição de Recursos de Subvençõ	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
TOTAL GERAL:		41.051.861,21	34.666.794,59	41.129.467,16	51.941.947,89	33.961.685,46	30.923.563,06	33.878.360,93	21.007.964,91	18.643.709,65	15.472.796,65	18.482.699,32	16.934.385,19	358.095.238,00

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS
Contadora - CRC/SC 026843-O

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº312/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 412/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/11/2016 a 07/03/2017, a servidora MARCIA CRISTINE PEREIRA LANGANKE ocupante o cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 10/11/2016 a 24/11/2016 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/11/2016.

São Bento do Sul, 02/12/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº402/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 402/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/12/2016 a 19/01/2017, concedido a servidora JOICE RUDNICK LINZMEYER ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, lotada no Gabinete do Prefeito, através da Portaria IPRESBS nº 206/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/12/2016.

São Bento do Sul, 01/12/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº403/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 403/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/12/2016 a 30/04/2017, concedido a servidora FRANCISCA JULIANA SALES RODRIGUES ocupante do cargo de

provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 384/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2016.

São Bento do Sul, 01/12/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº404/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 404/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 20/11/2016 a 16/01/2017, concedido a servidora ANGELA CRISTINA FERREIRA DAS CHAGAS RIBAS ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 324/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/11/2016.

São Bento do Sul, 01/12/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº405/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 405/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/12/2016 a 07/05/2017, concedido a servidora KARIN FABIANE BLASKOVSKY MARTINS ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 180/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2016.

São Bento do Sul, 01/12/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº406/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 406/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/11/2016 a 23/12/2016, concedido a servidora IVONE PINTO CAETANO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº 361/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/11/2016.

São Bento do Sul, 01/12/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº407/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 407/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/12/2016 a 15/12/2016, a servidora RITA DE CASSIA MARTINS ocupante o cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 16/11/2016 a 30/11/2016 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2016.

São Bento do Sul, 01/12/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº408/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 408/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 20/11/2016 a 15/02/2017, concedido a servidora KELI REGINA CEZARIO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 325/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº

1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/11/2016.

São Bento do Sul, 02/12/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº409/2016

PORTARIA IPRESBS Nº. 409/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 26/11/2016 a 23/12/2016, concedido à servidora IVONETE MARIA DE MORAES DENKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 366/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2016.

São Bento do Sul, 02/12/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº410/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 410/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/12/2016 a 31/12/2016, concedido ao servidor MARCIO NEWMAR DE OLIVEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo Periodontista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 381/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/12/2016.

São Bento do Sul, 02/12/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº411/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 411/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/12/2016 a 28/02/2017, concedido a servidora ROSELI SOUZA XAVIER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 111/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2016.

São Bento do Sul, 02/12/2016.

Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº413/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 413/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 24/11/2016 a 06/01/2017, a servidora MARCIA DEJANIRA PERES ocupante o cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 09/11/2016 a 23/11/2016 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/11/2016.

São Bento do Sul, 02/12/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 03/2015

Contrato Nº: 68/2016 – 4º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA

Vigência: Início: 01/12/2016 - Término: 01/06/2017

Recursos: Dotação:

(48) – 4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente

Objeto: Prestação de serviços de elaboração de Projeto Executivo de Rede Coletora e Estações Elevatórias do Sistema de Esgoto Sanitário das Sub-Bacias SBRBS 1 E 2 da Bacia do Rio São Bento.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO

CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 01/2014

O Prefeito do Município de São Carlos - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e considerando a homologação do Resultado Final do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2014, vem por meio desta, CONVOCAR OS CANDIDATOS(AS) NOS CARGOS A SEGUIR.

CANDIDATO	CARGO
DANIELA FERNANDA SCHOTT	PSICÓLOGO
FLAVIO NARDON	MOTORISTA - SAMU
RENAN PAULO LUDWIG	MOTORISTA - SAMU
NILSON WILLMS	MOTORISTA
LEANDRO HEINEN	MOTORISTA
MARILDE PAGLIARI CASANOVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
ALECSSANDRO DANI SCALCON	HISTORIADOR
RAIANA KERBES	TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO

Os convocados(as) deverão comparecer no prazo de 30 dias a contar da data de publicação desta convocação, no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura de São Carlos, sito na Rua Demétrio Lorenz, 747, centro, para apresentação, entrega dos documentos constantes do edital do concurso e agendamento de exames de saúde pré-admissionais, tudo em conformidade do edital de abertura do concurso público municipal.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos, apresentando votos de estima e apreço.

São Carlos – SC, 02 de dezembro de 2016.

Cleomar Weber Kuhn

Prefeito

São Domingos

PREFEITURA

EDITAL-004-2016-ENSALAMENTO

EDITAL Nº 004/2016

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

A empresa IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda. e com acompanhamento da Comissão Especial designada pela Administração Municipal, nos termos do edital de processo seletivo simplificado nº 001/2016, FAZEM SABER a todos os candidatos inscritos e aptos a realização da prova objetiva, que encontra-se listado abaixo RELAÇÃO DE ENSALAMENTO, em ordem alfabética e respectiva sala, conforme segue:

INSCRIÇÃO	CANDIDATO		SALA
494456	Abel Da Silva Debastiani	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
493668	AdaianeQuadri	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
487608	Adriana Cararo	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
467636	Adrieli Lorenzetti	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
467637	Adrieli Lorenzetti	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
495657	Aida Caroline Machado Pinto	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
492092	AislanKerli Fonseca	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
484268	Alberilde Barbosa Da Silva	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
484317	Alcione Eloira Da Luz	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
484318	Alcione Eloira Da Luz	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
483422	Alenize Maria BertozzoBrunetto	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
483423	Alenize Maria BertozzoBrunetto	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
472015	Alexandre HideakiKozu	Fisioterapeuta	Sala 06
493007	Aline Daniel Dos Santos	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
491508	Aline Spricigo	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
491509	Aline Spricigo	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
497141	Alisson Igor Lisboa De Carvalho	Auxiliar de Serviços Gerais - Masculino	Sala 01
496162	Almeri Terezinha Barbosa Da Silva Possa	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
493318	Amanda Carolina Barbosa	Fisioterapeuta	Sala 06
468101	Ana Claudia Gauer Arruda	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
468102	Ana Claudia Gauer Arruda	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
469473	Ana Paula Bueno	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
469474	Ana Paula Bueno	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02

473348	Ana Paula Da Silva Pedroso	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
487169	Ana Paula Kuemanski	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
487170	Ana Paula Kuemanski	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
492380	AnaliceZaremskiCappellaro	Técnico em Enfermagem	Sala 05
491686	Anderson Felipe De Carvalho	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 07
491081	Andre Fernando De Biazzi	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
470428	Andreia Veloso De Linhares	Técnico em Enfermagem	Sala 05
491082	Andressa TomaziniRosaneli	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
494774	AnelizeSpilmann	Fisioterapeuta	Sala 06
488551	AngelicaBieleski	Técnico em Enfermagem	Sala 05
481992	AngelicaGirardi	Técnico em Enfermagem	Sala 05
494498	Angelica Gris	Fisioterapeuta	Sala 06
470208	AngelinPompermaier	Auxiliar de Serviços Gerais - Masculino	Sala 01
486949	Bruna Berno	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
480397	Bruna Julian	Fisioterapeuta	Sala 06
493142	Carla Ravarena	Professor Ensino Fundamental - Artes HABILITADOS	Sala 03
467646	Carlos Gregorio Cardoso	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
486770	Carlos ValbertoBedin	Auxiliar de Serviços Gerais - Masculino	Sala 01
491221	Carolina Antonello Pinto	Fisioterapeuta	Sala 06
477565	CatiaScheffer	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
493940	Celi Terezinha Anghinoni	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
480223	Celi Terezinha Chauss Das Dores	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
476480	Celia Lurdes De Oliveira	Técnico em Enfermagem	Sala 05
491717	CelianeBrizollaValgoi	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
475709	Clarice Francisconi Mores	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
486748	ClauciaBurin	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
488863	Claudete Inez HennerichLammel	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
491231	CledineiaPicchi De Souza	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
487040	Cleusa Maria PiranPressanto	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
494686	CrisleneMezzalira	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
496156	Daiane CurtarelliBrunetto	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 04
496158	Daiane CurtarelliBrunetto	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-NÃO HABILITADOS	Sala 04
493978	Daniela De Marco Busato	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04

467616	Daniela Siviero	Fisioterapeuta	Sala 06
493377	Denise Dias De Oliveira	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
470014	Deocleia Aparecida Spanhol	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
495363	Diana Terezinha PegoriniBertuzzi	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
494768	Dieneffer De Oliveira	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 07
480055	Diogo Ottoni Ferrari	Professor Ensino Fundamental - Educação Física NÃO HABILITADOS	Sala 05
483404	Ederleia Goncalves	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 07
488500	EdianeFazoloGriss	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
482946	Edilaine Nardi	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 07
482566	Edinara Pinheiro Da Silva	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 04
482567	Edinara Pinheiro Da Silva	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-NÃO HABILITADOS	Sala 04
495456	Edineia Dos Santos Walendorff	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
495457	Edineia Dos Santos Walendorff	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
478644	Eliane Lisboa	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
482275	Elisangela Wolff	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
482276	Elisangela Wolff	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
493690	Elizabeth Aparecida FigueiroPretto	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
493681	Elizabeth Aparecida FigueiroPretto	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
481023	Elizandra Wolff Tonin	Professor Ensino Fundamental - Artes HABILITADOS	Sala 03
491271	Eni Maria Zappani	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
487356	Erica Rodrigues	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
476927	Eronita Esteves Da Silveira	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
476928	Eronita Esteves Da Silveira	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
492674	Eva LeocadiaZarembskiBertozzo	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
468474	Everton Coli	Professor Ensino Fundamental - Educação Física NÃO HABILITADOS	Sala 05
493631	Fabiane Maas	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
471417	FelypeZanela	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
496709	Fernanda Kaiane De Andrade	Fisioterapeuta	Sala 06
468765	Fernando Zanela	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
480886	Filipe Camera	Auxiliar de Serviços Gerais - Masculino	Sala 01
471573	Francieli Maciel Da Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01

469239	Francieli Correa De Mello	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
469240	Francieli Correa De Mello	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
496073	Francieli Zanella	Técnico em Enfermagem	Sala 05
482632	Gabriela Campana Martins	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
494051	GabrielValgoiGustmann	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
488366	Genilde Lucia Maculan	Agente Educativo	Sala 06
482784	Geovana Souza Faitta	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
488676	Gilse Maria SbardelottoMarmentini	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
488681	Gilse Maria SbardelottoMarmentini	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
496798	Giovana Da LuzKuskoski	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
482976	GizeliValgoiGustmann	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
482977	GizeliValgoiGustmann	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
491281	Glauca FilippiniRoani	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
491282	Glauca FilippiniRoani	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
475111	GleisaBiniMarmentini	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 04
475112	GleisaBiniMarmentini	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-NÃO HABILITADOS	Sala 04
469304	Gracieli Aparecida Da Silveira	Agente Educativo	Sala 06
483309	Guilherme Szczepkowski	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
495233	Henrique Cabral De Goes	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
491975	IlseZattaZarembski	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
488770	InesCenciBattistella	Professor Ensino Fundamental - Artes HABILITADOS	Sala 03
470068	Ines De Fatima Furquim	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
478680	InesLanzarin	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
491980	Ingridi Garbin	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
494021	Iria Niszcza Cavalheiro	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
494022	Iria Niszcza Cavalheiro	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
493044	Ivanildo De Oliveira	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 07
495112	IvanorTonello	Auxiliar de Serviços Gerais - Masculino	Sala 01
478009	Ivete Aparecida Lauxen	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
490970	Jaine Mello	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
472407	Jaine Renata De Oliveira Zeni	Fisioterapeuta	Sala 06
496554	Janaina Müller	Fisioterapeuta	Sala 06
493140	Janete Aparecida Fonseca	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
483019	Jaqueline Lenita Borges Zanin	Agente Educativo	Sala 06
495940	Jessica Ineia	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 07
484052	Jessica Tamires Sartori	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
497290	Jocemar Da Veiga Walendorff	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08

487826	Jucele Dos Santos Grosbelli	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
487827	Jucele Dos Santos Grosbelli	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
492986	Juliana Dos Santos Rodrigues	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
494901	Juliana Ferreira Dos Santos	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
494902	Juliana Ferreira Dos Santos	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
489503	Juliana Held	Fisioterapeuta	Sala 06
496305	Junior Cesar Prudente	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
476710	Karina Souza Costa	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
481398	KariniSimadon	Professor Ensino Fundamental - Educação Física NÃO HABILITADOS	Sala 05
473145	Lais Casagrande Nogueira	Fisioterapeuta	Sala 06
495961	Larissa Pinheiro Pedrotti	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
482599	Leonardo AntonioCunico	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
485342	LeoniceDalacorteBressan	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-NÃO HABILITADOS	Sala 04
483987	LiviaMartinello	Fisioterapeuta	Sala 06
488377	Lorinete Jesus	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
488444	Lucia Basso Valcarenghi	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
488462	Lucia Basso Valcarenghi	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
492812	Luciane Zappe Meirelles	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 04
492813	Luciane Zappe Meirelles	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-NÃO HABILITADOS	Sala 04
483948	Lucimar De Oliveira Adame	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
495287	Lucineia Biazin	Professor Ensino Fundamental - Artes NÃO HABILITADOS	Sala 03
484337	Lucineia Ferreira Da Luz Marques	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
487350	Lucineia Rodrigues	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 02
487360	Lucineia Rodrigues	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 02
482790	Luiz Guilherme Cunha	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
489474	Lurdes De Jesus	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
487865	Lurdes Bigolin Rotava	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
487866	Lurdes Bigolin Rotava	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
496143	Marcia Veber	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
485067	Marciele Cristiane Rissardo	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
485068	Marciele Cristiane Rissardo	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
472958	Marcio Andrei Savio	Fisioterapeuta	Sala 06

495003	Margarete Francisca Carvalho Angeli	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
471235	Mari Tania LodiMeister	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
471236	Mari Tania LodiMeister	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
493644	Maria Aurea Hennerick Da Costa	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
493518	Maria De Fatima Roman	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 07
483463	Maria Ivonete Lisboa	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
492751	Maria Izabel Borges	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
496417	Marilene Franceschi Damo	Técnico em Enfermagem	Sala 05
492848	Marilene Santana Pantano	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
492849	Marilene Santana Pantano	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
486978	MarilussiMarmementini	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
494341	Marli Jacinta Loraschi	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
497158	Marta De Oliveira Paz	Agente Educativo	Sala 06
471851	Milena JaineZarembski	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
497172	Miquelina De Medeiros Donadello	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
487413	Natalia Augusta Teixeira Peruzzo	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
487418	Natalia Augusta Teixeira Peruzzo	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
475606	Nayara Deisi Camargo	Professor Ensino Fundamental - Artes HABILITADOS	Sala 03
477857	Neide Lourdes Latreille	Agente Educativo	Sala 06
469991	Nilce Lucia Biavatti	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
476303	Noeli De Fatima Paz Lopes	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
495805	Nubia Janine LammelGelhen	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
479150	PablineRottava	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
482147	Patricia Rosana De Campos	Agente Educativo	Sala 06
494179	Paula Caroline De Campos	Professor Ensino Fundamental - Educação Física NÃO HABILITADOS	Sala 05
496314	Rafaela Dioroite Cassol Oberosler	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
470277	Rafaela Spolti	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
497521	Ramão Felipe Kroth	Fisioterapeuta	Sala 06
474956	Raul Surkamp	Fisioterapeuta	Sala 06
483176	Ricardo Luiz Nardi	Fisioterapeuta	Sala 06
496928	Ricardo Weide	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
487426	Ronaldo Luiz Brum	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
477735	Rosa Busin	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
486483	Rosane Aparecida Bampi Baggio	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 07
494404	Rosângela Salete Bampi Bortolini	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
488392	Roseli Ceni	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03

488403	Roseli Ceni	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
486772	Rozimeri Aparecida Bernardelli	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
496791	SaionaraSchefferScher	Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO	Sala 07
481031	Saete De Lurdes Dos Santos Pinheiro	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
481032	Saete De Lurdes Dos Santos Pinheiro	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
495784	Samara Paulina Bertoldi	Professor Ensino Fundamental - Educação Física NÃO HABILITADOS	Sala 05
477181	Sandra Cristina Gluzezak	Agente Educativo	Sala 06
488807	Sandra Regina Previatti	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
488808	Sandra Regina Previatti	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
491962	Sara Jane Corso Griss	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
491965	Sara Jane Corso Griss	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
472474	SidianeChitto	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
472475	SidianeChitto	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
478945	Simone DalacorteQuadri	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
479318	Sirlei Leite Mendes	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
476173	Sonia De Lima	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
470865	Tainara Paula Vogt	Fisioterapeuta	Sala 06
494894	Tatiane De Fatima Boccalon	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
493613	TatieleBressan Signori	Fisioterapeuta	Sala 06
471502	Vagner Alberto Pase	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05
496896	Valdeci Jose Brum	Auxiliar de Serviços Gerais - Masculino	Sala 01
483690	Vanda Aparecida De Quadros Kohl	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
494864	Vandra Cecatto De Oliveira	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
494865	Vandra Cecatto De Oliveira	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
495203	Vanessa Possa Schuster	Professor de Educação Infantil-HABILITADO	Sala 03
491126	Vanessa Possa Schuster	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 03
476140	Veridiana Bolzan	Professor Ensino Fundamental - Artes NÃO HABILITADOS	Sala 03
494575	VilmarizaCompagnoniMocellin	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04
492967	Vinicius MeottiWoiciechoski	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
492689	Viviane Millani Rodrigues De Melo	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
494162	Wellington Salvio Barbosa	Fiscal de Vigilância Sanitária	Sala 08
494300	WeniciosArtiminoPase	Professor Ensino Fundamental - Educação Física HABILITADOS	Sala 05

497402	Willian Felipe Carra	Fisioterapeuta	Sala 06
479101	Zenaide De Fatima Ribeiro De Souza Balena	Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	Sala 01
491154	Zenir Carmen Bez Trombeta	Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais-HABILITADOS	Sala 04

Chapecó/SC, em 05 de dezembro de 2016.

IOPLAN instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 149/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

Processo Licitatório PREFE n. 149/2016

Pregão Presencial PREFE n. 040/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 16 de dezembro de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONserto DO CAMINHÃO FORD CARGO 2628E, ANO FAB. 2010 ANO MODELO 2010, PLACA MHZ-1756, UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 02 de dezembro de 2016.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial do Município.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 142/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 142/2016

Partes: Município de São João do Oeste e AMEOSC- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOÃO DO OESTE.

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2016

OBJETO: "Contratação de empresa para realização de processo seletivo para 03 cargos".

VALOR: R\$ 3.430,00

São João do Oeste – 02 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 12/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 12/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Clínica Skin Center S/S Ltda

ORIGEM: Inexigibilidade nº 03/2016

OBJETO: "Aditivo de valor ao contrato de prestação de serviços na execução/fornecimento dos serviços de saúde- Cirurgias Ambulatoriais conforme prevê lei 8.666/93".+

VALOR ADITADO: R\$ 3.500,00

São João do Oeste – 02 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2016

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 84/2016

OBJETO: "Aquisição de relógio ponto com biometria para instalação na prefeitura de São João do Oeste"

São João do Oeste – 02 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 83/2016

OBJETO: "Contratação de empresa e aquisição de materiais para pintura dos meio fio das ruas da cidade de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 13.879,00

PRAZO: 03.12.2016 até 20.12.2016

São João do Oeste – 03 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO 164/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição N° 2136 Página 910 do dia 02/12/2016

Pregão presencial 70/2016

Processo n.º 164/2016 – Contratação de empresa para procedimento de abertura de edital para Processo Seletivo para o Município de São Joaquim – SC.

Acrescenta-se item:

15.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.4.1 Comprovação de aptidão para execução do objeto licitado, mediante dois ou mais atestado(s)/declaração(ões), fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito Público e/ou Privado, demonstrando experiência e bom desempenho na execução de objeto compatível com o objeto desta Licitação, em quantidades e especificações equivalentes ou superiores;

A Comissão

São José

PREFEITURA

COMUNICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

COMUNICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2016 – Processo nº 694/2016 – Proc. Adm. 26406/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTES, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, FUNDAÇÕES DE CULTURA E TURISMO, ESPORTE E LAZER, MEIO AMBIENTE, EDUCACIONAL, CHEFIA DO GABINETE E AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Motivo: FICA SUSPENSO SINE-DIE o processo em epígrafe, para análise das impugnações apresentadas. Após análise o processo terá nova publicidade.

CONTRATO/CT: Nº 112/2016 – PE 096/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 112/2016 – PE 096/2016 – Processo 353/2016 – Proc. Adm. 17887/2016 - Contratado: FUNDIÇÃO IRMÃOS OLIVETTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRELHA DE FERRO FUNDIDO DESTINADO A MANUTENÇÃO DE CAIXA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA FLUVIAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura. Valor: R\$ 55.600,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos reais). Data da Assinatura do Contrato: 20 de outubro de 2016.

CONTRATO/CT: Nº 123/2016 – CC 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 123/2016 – CC 003/2016 – Processo 252/2016 – Proc. Adm. 13743/2016 - Contratado: CONPESA CONSTRUÇÕES PESADA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO URBANA, CALÇADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS: ADULINA SILVA SCHUTZ E ESTRADA ANTIGA DA COLÔNIA SANT'ANA, FRANCISCO NAPPI, JOÃO PAULO GASPAR, JOANA D'ARC, LUIZ EMÍDIO SILVEIRA (T-3) E ZENAIDE SANTOS DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor: R\$ 531.204,68 (quinhentos e trinta e um mil, duzentos e quatro reais e sessenta e oito centavos). Data da Assinatura do Contrato: 22 de novembro de 2016.

CONTRATO/CT: Nº 124/2016 – CC 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 124/2016 – CC 003/2016 – Processo 252/2016 – Proc. Adm. 13743/2016 - Contratado: PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA

EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO URBANA, CALÇADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS: ADULINA SILVA SCHUTZ E ESTRADA ANTIGA DA COLÔNIA SANT'ANA, FRANCISCO NAPPI, JOÃO PAULO GASPAR, JOANA D'ARC, LUIZ EMÍDIO SILVEIRA (T-3) E ZENAIDE SANTOS DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor: R\$ 4.202.370,15 (quatro milhões, duzentos e dois mil, trezentos e setenta reais e quinze centavos). Data da Assinatura do Contrato: 22 de novembro de 2016.

CONTRATO/CT: Nº 125/2016 – CC 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 125/2016 – CC 003/2016 – Processo 252/2016 – Proc. Adm. 13743/2016 - Contratado: GMC – GERSON MATOS CONSTRUÇÕES EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO URBANA, CALÇADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS: ADULINA SILVA SCHUTZ E ESTRADA ANTIGA DA COLÔNIA SANT'ANA, FRANCISCO NAPPI, JOÃO PAULO GASPAR, JOANA D'ARC, LUIZ EMÍDIO SILVEIRA (T-3) E ZENAIDE SANTOS DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor: R\$ 853.869,97 (oitocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos). Data da Assinatura do Contrato: 22 de novembro de 2016.

CONVÊNIO Nº 04/2016/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2016/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 04/2016/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 13.800,00

Valor suprimido: R\$ 1.200,00

Valor global após supressão: R\$ 12.600,00

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL TERRA FIRME, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 24.000.434/0001-50 com sede na Rua Valdemar Rufino da Silva, nº 1545, CEP 88.111-650.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.055 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva
Superintendente da Fundação Municipal
de Esportes e Lazer de São José

CONVÊNIO Nº 05/2016/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2016/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001- 92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 05/2016/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 37.094,00

Valor suprimido: R\$ 2.700,00

Valor global após supressão: R\$ 34.394,00

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL TERRA FIRME, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 24.000.434/0001-50 com sede na Rua Valdemar Rufino da Silva, nº 1545, CEP 88.111-650.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.404 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal
de Esportes e Lazer de São José

Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal
de Esportes e Lazer de São José

CONVÊNIO Nº 08/2016/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 08/2016/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001- 92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 08/2016/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 27.500,00

Valor suprimido: R\$ 2.500,00

Valor global após supressão: R\$ 25.000,00

Conveniente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA TIGRES CATARINENSES, inscrita no CNPJ nº 17.834.640/0001-08, com sede da Servidão Manoel de Souza Oliveira, 297, CEP 88.056-511, Bairro Cachoeira do Bom Jesus.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal
de Esportes e Lazer de São José

CONVÊNIO Nº 07/2016/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2016/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001- 92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 07/2016/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: \$ 17.000,00

Valor suprimido: R\$ 1.500,00

Valor global após supressão: R\$ 15.500,00

Conveniente Associação de Ginástica de São José - AGIS, com sede na Rua Antônio Mariano de Souza, nº 981, Bairro Ipiranga, São José (SC), CEP 88.111-510, inscrita no CNPJ sob nº 21.168.920/0001-93.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do

CONVÊNIO Nº 40/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 40/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001- 92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 40/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 50.000,00

Valor suprimido: R\$ 4.600,00

Valor global após supressão: R\$ 45.400,00

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL SÃO JOSÉ CATARINENSE, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 18.749.690/0001-41, com sede na Avenida Irineu Bornhausen, nº 811, Bairro Campinas, São José (SC), CEP 88.101-300.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:
Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.404 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00
Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.
Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).
São José, 30 de novembro de 2016.
Karoline da Silva
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

DECRETO Nº 7231/2016

DECRETO Nº 7231/2016

ALTERA O DECRETO 4.468, DE 14 DE MAIO DE 2015, O QUAL NOMEOU OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/SJ NO PERÍODO DE 2015 A 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 28 da Lei Municipal nº. 5.482, de 11 de maio de 2015,

CONSIDERANDO a substituição de membro proveniente da Sociedade Civil, entre titulares e suplentes;

DECRETA:

Art. 1º – As alíneas “a” e “b” do inciso I do § 3º, todos do Artigo 1º do Decreto nº 4.468, de 14 de maio de 2015, passam a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.1º-
[...]

§ 3º REPRESENTANTES SUPLENTE DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

I – INSTITUTO CIDADANIA EM AÇÃO

a) Titular: FERNANDA SEGATTO;

b) Suplente: JANETE APARECIDA PINHO.” (NR)

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, passando a surtir efeitos na contar de 16/11/2016.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7234/2016

DECRETO Nº 7234/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 7067/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 7067/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 7067/2016, que nomeou o Sra. ALINE FALQUETO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7235/2016

DECRETO Nº 7235/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 7068/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência do servidor em tomar posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 7068/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 7068/2016, que nomeou o Sr. JOÃO PAULO NERI GARIBALDI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7237/2016

DECRETO Nº 7237/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. RAIMUNDO RENATO RAMOS DE ARAUJO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7238/2016

DECRETO Nº 7238/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ISABELA CRISTINA SCOZ COSTA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7240/2016

DECRETO Nº 7240/2016

DEFINE VALORES ANTIECONÔMICOS PARA EFEITOS DE NÃO AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL NO ANO DE 2016. A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e de acordo com as disposições dos §§ 1º a 3º do art. 186 do Código Tributário Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam definidos como antieconômicos aqueles cujo principal atualizado seja igual ou inferior a R\$ 99,50 (noventa e nove reais e cinquenta centavos), os quais não serão objeto de execução fiscal.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam quando a soma dos valores dos créditos fiscais de mais do que uma inscrição do mesmo devedor ultrapassar o limite nele fixado.

Art. 2º - Ficam extintos os créditos fiscais lançados em dívida ativa, referentes ao exercício de 2011 ou anteriores, de valores antieconômicos na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. A extinção será procedida sob rito processual, em processo administrativo contendo relação de todos os créditos extintos, mediante despacho fundamentado do Secretário Municipal da Receita

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTONIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças	RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador-Geral do Município
---	---

DECRETO Nº 7241/2016

DECRETO Nº 7241/2016

FIXA O VALOR DA UNIDADE DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – URM PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nos artigos 409 e 416 do Código Tributário Municipal aprovado pela Lei Complementar nº 021, de 20 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - O valor da Unidade de Referência Municipal – URM, para o exercício de 2017, é fixado em R\$ 177,70 (cento e setenta e sete reais e setenta centavos), com base na variação nominal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o período de novembro de 2015 a outubro de 2016, no percentual de 7,87% (sete inteiros e oitenta e sete centésimos por cento).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTONIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças	RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador-Geral do Município
---	---

DECRETO Nº 7242/2016

DECRETO Nº 7242/2016

DEFINE O PERCENTUAL DE DESCONTO NO IPTU QUITADO EM COTA ÚNICA OU EM ATÉ DUAS PARCELAS BEM COMO O DESCONTO PARA CONTRIBUÍNTES ADIMPLENTES PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DENTRO DOS LIMITES AUTORIZADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 48, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - O percentual de desconto para pagamento integral do IPTU em cota única ou em até duas parcelas fica estabelecido em 20% (vinte por cento) para o exercício de 2017.

Art. 2º - O desconto adicional para os contribuintes que estiverem perfeitamente adimplentes até a data do Edital de Lançamento do IPTU 2017 e que efetuarem o pagamento em cota única ou em até duas parcelas fica estabelecido em 5% (cinco por cento) do saldo encontrado após a aplicação do cálculo decorrente da norma do art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTONIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças	RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador-Geral do Município
---	---

DECRETO Nº 7243/2016

DECRETO Nº 7243/2016

DEFINE REGRAS PARA CONCESSÃO DE AUMENTO DE CARGA HORÁRIA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica determinado que a partir da publicação deste Decreto, o aumento de carga horária, a qualquer título, somente será efetivado mediante autorização expressa da Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7244/2016

DECRETO Nº 7244/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 84.190,20 (oitenta e quatro mil, cento e noventa reais e vinte centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.087 – Funcionamento e Manutenção de Ginásios e Unidades Esportivas – FUNNESJ

932 – 3.3.90.39.00.00.0040 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Diretamente Arrecadados R\$ 24.380,00
Total desta Atividade R\$ 24.380,00

18.01.27.811.0104.2.404 – Funcionamento e Manutenção do Desporto de Rendimento

894 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 59.810,20
Total desta Atividade R\$ 59.810,20
Total do Órgão R\$ 84.190,20
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 84.190,20

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 84.190,20 (oitenta e quatro mil, cento e noventa reais e vinte centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.811.0104.2.404 – Funcionamento e Manutenção do

Desporto de Rendimento

893 – 3.3.90.39.00.00.0040 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Diretamente Arrecadados R\$ 20.000,00
882 – 3.3.50.41.00.00.0080 – Contribuições,
Recursos Próprios R\$ 51.380,00
Total desta Atividade R\$ 71.380,00

18.01.27.812.0104.2.087 – Funcionamento e Manutenção de Ginásios e Unidades Esportivas – FUNNESJ

930 – 3.3.90.30.00.00.0040 – Material de Consumo,
Recursos Diretamente Arrecadados R\$ 4.380,00
Total desta Atividade R\$ 4.380,00

18.01.27.812.0104.2.055 – Funcionamento e Manutenção do Desporto Comunitário

924 – 3.3.50.41.00.00.0080 – Contribuições,
Recursos Próprios R\$ 8.430,20
Total desta Atividade R\$ 8.430,20
Total do Órgão R\$ 84.190,20
Total da Anulação R\$ 84.190,20

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7258/2016

DECRETO Nº 7258/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere às dispensas das Funções Gratificadas de Diretor e Diretor Adjunto das unidades de ensino municipais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7261/2016

DECRETO Nº 7261/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 1969, de 02 de janeiro de 2014, que nomeia a servidora TAMARA LEOPOLDINO CARDOSO DIAS, para exercer o cargo de Assessor VI Administrativo – CCM6, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7264/2016

DECRETO Nº 7264/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 6386, de 03 de maio de 2016, que nomeia a servidora SILVIA NETTO DE SOUZA, para exercer o cargo de Coordenador de DST/AIDS – CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7265/2016

DECRETO Nº7265/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 2526, de 10 de abril de 2014, que nomeia a servidora CRISTINA CIM CARDOSO, para exercer o cargo de Supervisor de Projetos Especiais – CCM 6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7266/2016

DECRETO Nº 7266/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 188, de 18 de janeiro de 2013, que nomeia a servidora KEILA MARY DA SILVA THEISS, para exercer o cargo de Diretora Geral de Trânsito – CCM 9, com lotação na Secretaria da Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7268/2016

DECRETO Nº7268/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Supervisor de Normas e Legislação Urbana	ANA BEATRIZ OURIQUES	6350/2016	CCM 6	Serviços Públicos
II	Supervisor de Fiscalização de Serviços e Obras	PEDRO INÁCIO DA SILVA	5869/2016	CCM 6	Serviços Públicos
III	ASSESSOR TÉCNICO EM ENGENHARIA	RAFAEL ARAUJO	6351/2016	CCM 8	Serviços Públicos
IV	Assessora Técnica Jurídica	MICHELI AMARAL	030 /2013	CCM 8	Serviços Públicos

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7269/2016

DECRETO Nº7269/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Assessor III Administrativo	TÂNIA MARIA FERREIRA CORREA	5351/2015	CCM4	Procuradoria Geral
II	Diretor Administrativo e Operacional	SANDRO JOSÉ DA SILVA	103/2013	CCM 7	Procuradoria Geral
III	Assessor Técnico Jurídico	ROBERTA ZILLI	349/2013	CCM 8	Procuradoria Geral

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7270/2016

DECRETO Nº7270/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Assessor II Administrativo	FERNANDO LUIZ ZILLOTTO	186/2013	CCM 2	Receita
II	Assessor Pedagógico I	GABRIELA NUNES	121/2013	CCM 1	Educação
III	Assessor Pedagógico	JULIANA WEISS MARIAN	124/2013	CCM 1	Educação
IV	Assessor VI Administrativo	MARIA HELOISA QUINT PARENTE	1950/2014	CCM 6	Educação
V	Supervisor de Orientação Pedagógica	ELIZANDRA GONÇALVES FERREIRA	5324/2015	CCM 6	Educação
VI	Assessor Administrativo II	MARILENE ALVES DOS SANTOS	686/2013	CCM 2	Educação
VII	Coordenadora de Almoxarifado Central	IRIA LOCK	292/2013	CCM 5	Administração
VIII	Assessor I Escolar	SÔNIA PEREIRA PINHEIRO	4190/2015	CCM 1	Educação
IX	Assessor I	PRISCILA DOS SANTOS PACHECO	6325/2016	CCM 1	Educação
X	Assessor VI Administrativo	ZAMILLE CRISTINA DA SILVA SCHUTZ	1970/2014	CCM 6	Educação
XI	Assessor I Escolar	SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA	5770/2016	CCM 1	Educação
XII	Assessor II Administrativo	EUCLÉSIA SANTANA DA SILVA	4599/2015	CCM 2	Procuradoria Geral
XIII	Assessor de Planejamento Urbano	LUIZ FERNANDO DE AQUINO	7034/2016	CCM 8	Gabinete do Prefeito
XIV	Diretor Administrativo Operacional	TATIANE DO WALLE	6257/2016	CCM 7	Infraestrutura
XV	Diretor Administrativo e Operacional	JULIANO ALEXANDRE DOS SANTOS	7169/2016	CCM 7	Governo
XVI	Diretor Administrativo e Operacional	CAIO VINÍCIUS SERAFIM ROSA	6047/2016	CCM 7	Planejamento e Gestão Orçamentária
XVII	Assessor II Administrativo	MICHELLE CRISTINA PINHEIRO	5762/2016	CCM 2	Gabinete do Prefeito
XVIII	Supervisor de Análise Econômica	NIVALDO FLÁVIO ANDRADE	2266/2014	CCM 6	Desenvolvimento Econômico, Ciência
XIX	Supervisor de Comunicação	RENISE NARA MARMENTINI	7028/2016	CCM 6	Comunicação Social
XX	Supervisor Administrativo	AURÉLIO MARQUES DOS SANTOS	6462/2016	CCM 6	Administração
XXI	Assessor VI Administrativo	KATIA CILENE DIAS	5763/2016	CCM 6	Educação
XXII	Supervisor de Orçamento	MARCIA REGINA TRÊMEA	026/2013	CCM 6	Planejamento e Gestão Orçamentária
XXIII	Assessor III Administrativo	JANAINA APARECIDA GARCIA	6166/2016	CCM 4	Governo
XXIV	Assessor II Administrativo	LUZIA APARECIDA WERLICH MELO	586/2013	CCM 2	Saúde
XXV	Assessor I Escolar	ELISANGELA DOS SANTOS PEREIRA	1599/2013	CCM 1	Educação
XXVI	Assessor I Escolar	SCHIRLEI FERNANDES	1490/2013	CCM 1	Educação
XXVII	Diretor de Habitação	TADEU FERNANDES GOMES	1494/2013	CCM 7	Infraestrutura
XXVIII	Assessor II Administrativo	ROSELI MUELLER	069/2013	CCM 2	Planejamento e Gestão Orçamentária
XXIX	Assessor Técnico Administrativo	ANDRÉ RICARDO AZZATI FERREIRA FUNCHAL	6014/2016	CCM 8	Administração
XXX	Assessor I Escolar	NORBERTO JOSÉ MURARO	5631/2016	CCM 1	Educação

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7271/2016

DECRETO Nº 7271/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada SILVANA ANDRÉA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Coordenador de Contabilidade - CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7276/2016

DECRETO Nº7276/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	FUNDAÇÃO
I	Diretor de Unidades de Conservação	SÉRGIO STAHELIN	4858/2015	CCM 7	Meio Ambiente
II	Diretor Administrativo Financeiro	AMANDA DE BRITO GAMBA	6424/2016	CCM 7	Meio Ambiente
III	Supervisor de Biologia	MANOELA CAROLINA DA SILVA GOULART	2921/2014	CCM 6	Meio Ambiente
IV	Supervisora de Geologia	MARÍLIA DUARTE CARDOSO	2899/2014	CCM 6	Meio Ambiente
V	Supervisor de Geografia	MONIQUE DA SILVA	6538/2016	CCM 6	Meio Ambiente
VI	Supervisor de Química	THAYSE TESSARO	2004/2014	CCM 6	Meio Ambiente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7277/2016

DECRETO Nº 7277/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 4420, de 05 de maio de 2015, que nomeia a servidora NATALIA VIANA SILVA, para exercer o cargo de Assessor Técnico de Gabinete – CCM 8, com lotação na Secretaria de Governo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7278/2016

DECRETO Nº 7278/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada STEPHANIE KALYNKA ROCHA para o cargo em comissão de Diretor Administrativo e Financeiro– CCM7, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7280/2016

DECRETO Nº7280/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	FUNDAÇÃO
I	Assessor II Administrativo	ANA PAULA CARDOSO MENEZES	076/2013	CCM 2	Cultura e Turismo
II	Diretor Administrativo e Financeiro	IVAN SOARES	3484/2014	CCM7	Cultura e Turismo
III	Diretor Cultural	GUSTAVO DE SOUZA	4141/2015	CCM 7	Cultura e Turismo
IV	Diretor de Turismo	ANA PAULA SCHVEITZER	3483/2014	CCM 7	Cultura e Turismo
V	Coordenador de Contabilidade	CRISTIANI REGINALDO BECKER MARTINS	4396/2015	CCM 5	Cultura e Turismo
VI	Coordenador de Tombamento e Arquivo Histórico	RAPHAEL SOARES DA SILVA	5924/2016	CCM 5	Cultura e Turismo

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7281/2016

DECRETO Nº 7281/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado RICHARD PATRICK DUARTE ADRIANO para exercer o cargo em comissão de Direção II dos Centros de Saúde – CCM 05, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7282/2016

DECRETO Nº7282/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Supervisor de Comunicação	VIVIANA CORRÊA RAMOS	5877/2016	CCM 6	Comunicação Social
II	Assessor III Administrativo	DEIVID FREDERICO	061/2013	CCM 4	Comunicação Social

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7284/2016

DECRETO Nº7284/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Secretário Adjunto da Administração	CLEBER FABIANO GOULART	7115/2016	SMA	Administração
II	Diretor Geral de Informações e Sistemas	JEAN VIEIRA	3456/2014	CCM 9	Administração
III	Assessor I Administrativo	MATHEUS DE SOUZA	5625/2016	CCM 1	Administração
IV	Diretora de Recursos Humanos	VIVIANE ELISA VASQUES	4986/2015	CCM 7	Administração
V	Supervisor de Sistemas, Processos e Procedimentos	ARTHUR BICCA DA SILVEIRA NETO	5925/2016	CCM 6	Administração

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7286/2016

DECRETO Nº7286/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Assessor Técnico de Gabinete	REGINALDO NILTON AMANDIO	7005/2016	CCM 8	Gabinete do Prefeito
II	Assessor Técnico de Gabinete	JÚNIOR SPIES	7027/2016	CCM 8	Gabinete do Prefeito
III	Assessor Técnico em Engenharia	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT	1067/2013	CCM 8	Gabinete do Prefeito
IV	Assessor Técnico em Abastecimento	MARIA SOLANGE HUNTMANN	034/2013	CCM 8	Gabinete do Prefeito
V	Assessor de Planejamento Urbano	ALEXANDRE DE SOUZA	7102/2016	CCM 8	Gabinete do Prefeito
VI	Direção III – Junta Militar	ELITA TEREZINHA DOS PASSOS	1493/2013	CCM 6	Gabinete do Prefeito

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7287/2016

DECRETO Nº7287/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Supervisor da Dívida Ativa, Prescrição e Cobrança	JAMIR MACHADO PIMENTA JÚNIOR	2055/2013	CCM 6	Receita
II	Supervisor da Fiscalização de Tributos	CARLOS EDUARDO JORGE	4072/2015	CCM 6	Receita
III	Diretor Administrativo e Financeiro	CHARLES AUGUSTO TAPIA	021/2013	CCM 7	Receita
IV	Assessor III Administrativo	ESTER ROUSSENQ DESTRI	4022/2015	CCM 4	Receita
V	Supervisor da Base Tributária	NAHIM KOERICH	5874/2016	CCM 6	Receita
VI	Secretário Adjunto	JOÃO PAULO MOSENA	3067	SMA	Receita

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7288/2016

DECRETO Nº7288/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Assessor II Administrativo	AQUIRA SANTIAGO DA SILVA	2755/2014	CCM 2	Educação
II	Supervisor Da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Educação	BRUNO MONGHILHOTT KOWALSKI	1527/2013	CCM 6	Educação
III	Supervisor de Nutrição	CLAUDIA CAMPOS MACHADO FELIPPE	285/2013	CCM 6	Educação
IV	Diretor Administrativo e Operacional	ELISANGELA PERES TEIXEIRA	6269/2016	CCM 9	Educação
V	Supervisora de Planejamento Financeiro	EMÍLIA CLARA LEHMKUHL PEREIRA	157/2013	CCM 6	Educação
VI	Assessor II Administrativo	JOBERTO CARDOSO	336/2013	CCM 2	Educação
VII	Coordenador de Patrimônio	MAURÍLIO MARCELO ROSA	4422/2015	CCM 5	Educação
VIII	Supervisora de Pessoal	PATRICIA SERRATINE DA PAIXÃO	286/2013	CCM 6	Educação
IX	Coordenador de Transporte Escolar Próprio	RENATO JOAQUIM DA SILVA	158/2013	CCM 5	Educação
X	Supervisor de Educação Infantil	RICARDO RAMOS	1529/2013	CCM 6	Educação
XI	Assessor II Administrativo	ROBERTA MARQUES DA SILVA	2312/2014	CCM 2	Educação
XII	Assessor VI Administrativo	SÍLVIA HELENA DE CARVALHO	2405/2014	CCM 6	Educação
XIII	Assessor VI Administrativo	VILMAR PERES JUNIOR	1925/2014	CCM 6	Educação

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7289/2016

DECRETO Nº 7289/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada CLEIDE APARECIDA RAMOS SCHEIBE para exercer o cargo em comissão de Assessor I – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004, e Lei N.º 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7290/2016

DECRETO Nº 7290/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado SILVIO AGENOR VALENTIN para exercer o cargo de Assessor II ADMINISTRATIVO – CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7291/2016

DECRETO Nº 7291/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2016: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

DECRETO Nº 7292/2016

DECRETO Nº 7292/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos

processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2016: BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

DECRETO Nº 7293/2016

DECRETO Nº 7293/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designado como pregoeiro para o exercício de 2016: EDSON MARCOS REIS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do pregoeiro os servidores: BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016

DECRETO Nº 7294/2016

DECRETO Nº 7294/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São

José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2016: ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

DECRETO Nº 7295/2016

DECRETO Nº 7295/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2016: JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

DECRETO Nº 7296/2016

DECRETO Nº 7296/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC);

DECRETA:

Art. 1º – Fica designado como pregoeiro para o exercício de 2016: VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do pregoeiro os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

DECRETO Nº 7297/2016

DECRETO Nº 7297/2016

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeiro para o exercício de 2016: RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, CRISTIANE LOPES BATTISTOTI, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

DECRETO Nº 7298/2016

DECRETO Nº 7298/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 1133, de 05 de julho de 2013, que nomeia o servidor LEONIDES FERNANDO DE MELO para exercer o cargo de Supervisor de Execução de Projetos e Programas – CCM 6, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7300/2016

DECRETO Nº 7300/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.599 de 02 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

02.02.15.451.0110.2.059 – Funcionamento e Manutenção do Serviço de
Iluminação Pública

3.3.90.39.00.00.0300 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos da COSIP R\$ 9.700.000,00

Total desta Atividade R\$ 9.700.000,00

Total do Órgão R\$ 9.700.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 9.700.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº7262/2016

DECRETO Nº7262/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 5761, de 05 de fevereiro de 2016, que nomeia a servidora FABIANA DE MELO, para exercer o cargo de Assessor III Administrativo – CCM 4, com lotação no Gabinete da Prefeita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº7263/2016

DECRETO Nº7263/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 7031, de 06 de outubro de 2016, que nomeia a servidora JOICE PORTO, para exercer o cargo de Superintendente Adjunta da Fundação Municipal de Cultura e Turismo – SMA, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº7267/2016

DECRETO Nº7267/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Secretário Adjunto da Segurança Defesa Social e Trânsito	VÂNIO LUIZ DALMARCO	6459/2016	SMA	Segurança Defesa Social e Trânsito
II	Assessor Técnico em Engenharia de Trânsito	GILBERTO BIANCHINI DE SOUZA	4566/2015	CCM 8	Segurança Defesa Social e Trânsito
III	Assessor III Administrativo	MARIO AUGUSTO GOSMANN	3344/2014	CCM 4	Segurança Defesa Social e Trânsito
IV	Supervisor de Transportes Alternativos	ESTANIL OURO IMBURGUE WEBER	187/2013	CCM 6	Segurança Defesa Social e Trânsito
V	Supervisor de Pessoal	JAIME BARBATO PIRES	130/2013	CCM 6	Segurança Defesa Social e Trânsito
VI	Comandante da Guarda Municipal	WILLIAN CESAR LEAL DA SILVA	3742/2014	CCM 8	Segurança Defesa Social e Trânsito
VII	Diretor da Defesa Civil	FERNANDO DA SILVA CAJUEIRO	2894/2014	CCM 7	Segurança Defesa Social e Trânsito

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº7272/2016

DECRETO Nº7272/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Secretário Adjunto da Saúde	UDO HAWERROTH	6359/2016	SMA	Saúde
II	Diretora Geral de Vigilância	MARLY PREVIATTI	6787/2016	CCM 9	Saúde
III	Coordenador de Dengue e Febre Amarela	ADEMIR ROSA	6700/2016	CCM 5	Saúde
IV	Coordenador – De Laboratório Municipal	RODRIGO VIERA SALOMOM	601/2013	CCM 5	Saúde
V	Diretor de Saúde do Trabalhador	ISRAEL DE SOUZA	6318/2016	CCM 7	Saúde
VI	Diretor Geral de Saúde	LEONARDO WIETHORN RODRIGUES	6373/2016	CCM 9	Saúde
VII	Coordenador de Saúde Mental	PRISCILA KELLY MARTINS	4234/2015	CCM 5	Saúde
VIII	Diretor IV da Policlínica	ZILDA SCHMITT	6677/2016	CCM 7	Saúde
IX	Direção I de Centro de Saúde	JOELMA FERNANDES DA SILVA	6388/2016	CCM 4	Saúde
X	Direção II de Centro de Saúde	LUIZ HENRIQUE VIDAL	6414/2016	CCM 5	Saúde
XI	Direção III de Centro de Saúde	CAROLINA LONGO DIAS	3985/2015	CCM 6	Saúde
XII	Direção III de Centro de Saúde	CAROLINE BECKHAUSER ESPÍNDOLA RIBEIRO	3897/2015	CCM 6	Saúde
XIII	Direção III de Centro de Saúde	FERNANDA SPRADA	4572/2015	CCM 6	Saúde
XIV	Direção III de Centro de Saúde	SIMONE DE MELO	6678/2016	CCM 6	Saúde
XV	Supervisor de Compras	CLAUDETE CAZONATTI	6597/2016	CCM 6	Saúde
XVI	Direção III de Centro de Saúde	RAQUEL CURCIO	5744/2016	CCM 6	Saúde

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº7273/2016

DECRETO Nº7273/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Supervisor do Sistema Viário	ADELINO ANTONIO DE SOUZA	4026/2015	CCM6	Infraestrutura
II	Chefe de Manutenção de Obras Públicas	ALINE NASCIMENTO	139 /2013	CCM 3	Infraestrutura
III	Diretora Geral de Projetos	JAILSON HAMES	6203/2016	CCM 9	Infraestrutura
IV	Diretor Administrativo Operacional	KELLEN VIEIRA SELL VAZ	131 /2013	CCM 7	Infraestrutura
V	Supervisor de Acompanhamento de Obras Públicas	MICHEL BRIANEZI	133 /2013	CCM 6	Infraestrutura
VI	Supervisor de Fiscalização Urbana	VOLNEI BORBA	6321/2016	CCM6	Infraestrutura
VII	Secretário Adjunto da Infraestrutura	VALDENIR VITOR SOUZA	6223/2016	SMA	Infraestrutura
VIII	Supervisor de Limpeza e Lixo	VALÉRIA PETRY	2909/2014	CCM6	Infraestrutura
IX	Supervisor de Fiscalização Urbana	MARIA HELENA DE SOUZA CESCONETO	6167/2016	CCM6	Infraestrutura

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº7274/2016

DECRETO Nº7274/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	FUNDAÇÃO
I	Diretor Administrativo e Financeiro	EDSON SERAFIM	087/2013	CCM 7	Esporte e Lazer
II	Coordenador de Ginásio	FRANCISCO STRINGHINI MONTEIRO NETO	1659/2013	CCM 5	Esporte e Lazer
III	Coordenador de Ginásio	LUIS CARLOS VILELA	594/2013	CCM 5	Esporte e Lazer

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº7275/2016

DECRETO Nº7275/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Diretor da Criança e Adolescente	CESAR MAXIMILIANO TARGINO DE AZEVEDO SIMÕES	038/2013	CCM 7	Assistência Social
II	Assessor Técnico em Assistência Social	MANOEL ABREU	6192/2016	CCM 8	Assistência Social
III	Coordenadora do Centro de Convivência do Idoso	JULIANA DA ROCHA PIRES	5626/2016	CCM 5	Assistência Social

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº7279/2016

DECRETO Nº7279/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	SECRETARIA
I	Secretário Adjunto de Finanças	GERVASIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR	966/2013	SMA	Finanças
II	Contador Geral	GUIDO LUIZ HINCKEL	1622/2013	CCM 9	Finanças
III	Diretor Contábil	DAYANE SCHROEDER DOS SANTOS	1515/2013	CCM 7	Finanças

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº7283/2016

DECRETO Nº7283/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230, de 29 de novembro de 2016, no que se refere à exoneração dos servidores abaixo elencados:

Inc.	CARGO/FUNÇÃO	NOMES	DECRETO	CCM	FUNDAÇÃO
I	Assessor Técnico de Graduação	SIRLENE SILVEIRA AMORIM PEREIRA	5837/2016	CCM 8	Educacional de São José
II	Coordenador de Gestão de Orçamento, Contabilidade e Finanças	GISLAINE PEREIRA	5839/2016	CCM 5	Educacional de São José
III	Assessor II- Operacional	DONIZETI CIRINO DE OLIVEIRA	605/2013	CCM 2	Educacional de São José

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciado em local incerto e não sabido, o Membro - Relator designado para apurar o Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2016, instaurado pela Secretaria de Saúde do Município de São José/SC, conforme despacho de fl. 03, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, o servidor JOSÉ RODOLFO GIL BIANCHINI, matrícula 876, ocupante do cargo de "AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE", para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente ou por seu procurador devidamente habilitado, tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar prevista no artigo 163 da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 05 de dezembro de 2016.

KARINA DA SILVA GRACIOSA
Comissão de Processos Disciplinares
Membro - Relator

PORTARIA - SA - N.º 1192/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1192/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). NAIANA EDIANE ANTUNES TESSER, matrícula n.º 32747-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 07 (sete) dias, de 22.10.2016 à 28.10.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1193/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1193/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA DE LOURDES MACHADO ROSA, matrícula n.º 39265-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 90 (noventa) dias, de 03.11.2016 à 31.01.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1194/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1194/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. MARIANA LEONARDI MONTEIRO DE LUCA, matrícula n.º 41699-1, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 23.10.2016 a 20.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1195/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1195/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. KAREN VILELA CUNHA, matrícula n.º 30726-2, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Técnico em Enfermagem, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 30.10.2016 a 27.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1196/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1196/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) JOSE NAILDO DA SILVEIRA, matrícula n.º 1942-9, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Vigia, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 30.10.2016 a 28.12.2016, devendo executar destituídas de esforço físico e longas caminhadas. Ficam abonadas as faltas existentes.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1197/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1197/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) ELIANE CRISTINA DA LUZ DE FARIAS, matrícula n.º 39333-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 31.10.2016 a 29.12.2016. Ficam abonadas as faltas existentes.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1198/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1198/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VERA LUCIA FERNANDES RODRIGUES E SILVA, matrícula n.º 39458-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 18.10.2016 à 16.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1199/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1199/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). IARA DE ABREU, matrícula n.º 1989-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 06.10.2016 à 04.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1200/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1200/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). PAULA ANDREA DE SOIZA RAMIREZ, matrícula n.º 30686-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 10.10.2016 à 08.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1201/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1201/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). IVONETE APARECIDA DA SILVA FOLSTER, matrícula n.º 10236-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 19.10.2016 à 17.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1202/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1202/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VINICIUS FAGUNDES DA SILVA, matrícula n.º 426515-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro da Família, Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 05.10.2016 à 18.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1203/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1203/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADRIANA ANTONIA LAPA DE SOUZA, matrícula n.º 32814-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde por 15 (quinze) dias, de 15.10.2016 à 29.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1204/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1204/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei n.º 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 60 (sessenta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) LIA MARCIA BRUNO, matrícula nº 2376-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1205/2016

PORTARIA- SA – N° 1205/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ADRIANE SONIA DA SILVA MARTINS, matrícula nº 13455-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1206/2016

PORTARIA- SA – N° 1206/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) TANIA LUCIA GAYA DE SOUZA, matrícula nº 13455-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2003/2008.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1207/2016

PORTARIA- SA – N° 1207/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) VITORIA FRANCISCA PARANHOS DA SILVA, matrícula nº 15459-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo

compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1208/2016

PORTARIA- SA – N° 1208/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) JANICE ONGHERO matrícula nº 15405-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1209/2016

PORTARIA- SA – N° 1209/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ERLANDIA ALICE DO ESPIRITO SANTO, matrícula nº 22059-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1210/2016

PORTARIA- SA – N° 1210/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) DENISE VIEIRA, matrícula nº 10410-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2007/2012.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1211/2016

PORTARIA- SA – N° 1211/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) CRISTINA DA COSTA, matrícula nº 22071-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1212/2016

PORTARIA- SA – N° 1212/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) VILMA ZELIA DE SOUZA, matrícula nº 17507-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre

2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1213/2016

PORTARIA- SA – N° 1213/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ARLENE VIEIRA BARBOSA, matrícula nº 17500-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1214/2016

PORTARIA- SA – N° 1214/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) TIAGO MEISTER PINTO, matrícula nº 30682-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2011/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1215/2016

PORTARIA– SA – Nº 1215/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ELISA JULIETA DIAS DE SOUZA, matrícula nº 30636-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2011/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1216/2016

PORTARIA– SA – Nº 1216/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) CATARINA IZABEL DA SILVA, matrícula nº 11043-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2002/2007.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1217/2016

PORTARIA– SA – Nº 1217/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ANA FLORA MULLER MOURA, matrícula nº 30840-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Psicólogo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2011/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1218/2016

PORTARIA– SA – Nº 1218/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) PATRICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, matrícula nº 2959-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1219/2016

PORTARIA– SA – Nº 1219/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) RENATO SOARES, matrícula nº 1702-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Equipamentos Odontológicos, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1220/2016

PORTARIA- SA – N° 1220/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ANA PAULA LEMOS SOUZA, matrícula nº 1722-1, lotado (a) na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, no cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1221/2016

PORTARIA- SA – N° 1221/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARLI TEREZINHA ALBINO DE MELO, matrícula nº 806-0, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2006/2011.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1222/2016

PORTARIA- SA – N° 1222/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARIA SALETE DA SILVA, matrícula nº 792-7, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Agente

Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1995/2000, a contar de 03.11.2016.

II - Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias, a contar de 05.12.2016 referente ao período aquisitivo 1995/2000.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2016.

IV – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1223/2016

PORTARIA- SA – N° 1223/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) LUIZ ANTONIO WANDERLIND, matrícula nº 2670-0, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1995/2000.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1224/2016

PORTARIA- SA – N° 1224/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) EDSON MARCOS REIS, matrícula nº 22351-4, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Técnico em Contabilidade, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1225/2016

PORTARIA- SA – N.º 1225/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ROBSON PEREIRA CARPES, matrícula nº 23139-8, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013, a contar de 03.11.2016.

II - Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias, a contar de 05.12.2016 referente ao período aquisitivo 2008/2013.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2016.

IV – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1226/2016

PORTARIA- SA – N.º 1226/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) PEDRO PAULO GOULART DOS SANTOS, matrícula nº 23148-7, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1227/2016

PORTARIA- SA – N.º 1227/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) NEY DESTRI, matrícula nº 6018-6, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Arquiteto, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1228/2016

PORTARIA- SA – N.º 1228/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) GISELE PINTO MACEDO GERATI, matrícula nº 17003-8, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1229/2016

PORTARIA- SA – N.º 1229/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) DEIKO LIMA E SILVA, matrícula nº 13697-2, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Auxiliar de Ensino, referente ao período aquisitivo

compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 21 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1230/2016

PORTARIA– SA – Nº 1230/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) FERNANDA VIEIRA CRAVO, matrícula nº 23198-3, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 20 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1231/2016

PORTARIA– SA – Nº 1231/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) JAIRO LUIZ MORAES, matrícula nº 15711-2, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 20 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1232/2016

PORTARIA– SA – Nº 1232/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) CINTHIA CRISTHINE ZANIN ALVES, matrícula nº 1213-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1233/2016

PORTARIA– SA – Nº 1233/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) TANIA JUSTEN WESSLER, matrícula nº 1203-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2011/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1234/2016

PORTARIA– SA – Nº 1234/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ROSIANE OLIVEIRA CRAVEIRO ALVES, matrícula nº 13525-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre

2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1235/2016

PORTARIA– SA – Nº 1235/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARIA APARECIDA DA SILVA VIEIRA, matrícula nº 13672-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 23 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1236/2016

PORTARIA– SA – Nº 1236/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ROSILENE FERNANDES PIRES, matrícula nº 13648-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1237/2016

PORTARIA– SA – Nº 1237/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) GISELE MARIA CORDEIRO, matrícula nº 13907-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1238/2016

PORTARIA– SA – Nº 1238/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) SONIA DA SILVA GONÇALVES DE JESUS, matrícula nº 13748-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 21 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1239/2016

PORTARIA– SA – Nº 1239/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) SUZANA DIAS MACIEL ZANATTA, matrícula nº 10887-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de

Orientador Educacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2007/2012.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1240/2016

PORTARIA- SA – N.º 1240/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) LUCIENE MARA COELHO, matrícula nº 1915-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1996/2001.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1241/2016

PORTARIA- SA – N.º 1241/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) VANIA LUIZA DA SILVA FLORIANO, matrícula nº 13743-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1242/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1242/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCIO MARIO RODRIGUES, matrícula n.º 3391-0, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 20.10.2016 à 18.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1243/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1243/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VIVIAN DA CAS ENGELKE, matrícula n.º 41323-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 21.10.2016 à 19.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1244/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1244/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOSE SERGIO COELHO, matrícula n.º 1377-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 19.09.2016 à 17.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1245/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1245/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. MARIANA MARA IGNACIO PACHECO LEME, matrícula n.º 40867-0, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 01.11.2016 a 29.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1246/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1246/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANNELESE DE SOUZA VARGAS, matrícula n.º 23109-6, lotado (a) na Secretaria de Receita, no

cargo de Agente Operacional, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 30.10.2016 à 28.11.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1247/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1247/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando a decisão exarada à folha de nº 35 do processo judicial nº 0311066-04.2016.8.24.0064,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA DE FATIMA DA SILVA, matrícula n.º 39153-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 180 (cento e oitenta) dias, de 18.11.2016 à 16.05.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18 de Novembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1248/2016

portaria nº 1248 de 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para

compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Secretaria Executiva de Projetos Especiais, Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentaria e Secretaria de Comunicação Social, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Joni Ramos
- b) Jeferson Régis
- c) Rodrigo da Costa

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Novembro de 2016, regovando a Portaria nº 1046/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 17 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1249/2016

portaria nº 1249 de 28 DE NovemBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Saúde, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Geovana Stedile
- b) Fabícia Martins Silva
- c) Mariliz Cabral Broering Diener

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 10 de Outubro de 2016, revogando as Portarias nº1045/2016 e 1131/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 28 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 051/2015

PORTARIA Nº 051/2015

DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DA PENICILINA NAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, Considerando a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS); Considerando a Portaria Federal GM/648/2006, de 28/03/2006, do Ministério da Saúde, que define a Política Nacional de Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que trata do processo de integração das ações de vigilância em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Caderno de Atenção Básica, "Acolhimento a demanda espontânea, Volume II/2012, que estabelece a realização da aplicação de penicilina e o fluxo para atendimento aos casos de risco/vulnerabilidade à reação anafilática, de atuação e conduta; Considerando que a sífilis Congênita é o resultado da disseminação do *Treponema pallidum*, da gestante infectada não tratada ou inadequadamente tratada para o seu conceito, por via transplacentária;

Considerando que a transmissão vertical da sífilis, permanece sendo um grande problema de saúde pública no Brasil, sendo que, das várias doenças que podem ser transmitidas durante o ciclo grávido puerperal, a sífilis é, ainda, a que tem as maiores taxas de transmissão, de acordo com o Ministério da Saúde;

Considerando o aumento de casos registrados de Sífilis Congênita no Município de São José, só no ano de 2016 e por ser tratar de uma epidemia "silenciosa";

Considerando que todas as Unidades Básicas de Saúde do Município de São José, hoje, encontram-se munidas da medicação para a realização correta do tratamento;

Considerando o parecer do COFEN nº008/2014, que apresenta-se favorável a administração de penicilina pela equipe de enfermagem nas Unidades Básicas de Saúde, devendo a unidade dispor minimamente dos seguintes materiais, equipamentos e medicamentos constantes na Portaria 2.048/2002: Ambú adulto e infantil, cilindro portátil de oxigênio, cânulas de guedel adulto e infantil, materiais para acesso venoso, soro fisiológico ou equivalente, adrenalina e hidrocortisona para uso sob prescrição médica, mesmo que por telefone (telemedicina);

Considerando o parecer do COREN/SC Nº 01/CT/2015 em relação a administração da Benzilpenicilina, que, poderá ser realizada pelos profissionais de enfermagem mediante prescrição médica, em Unidades Básicas de Saúde, que possam contar com o atendimento de urgência e emergência em situação de reação anafilática, conforme determinado em Portaria MS 3161/2011:

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado que a penicilina seja administrada em todas as unidades de Atenção Básica à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de São José/SC, nas situações em que seu uso é indicado.

Art. 2º As indicações para administração da penicilina na Atenção Básica à Saúde devem estar em conformidade com a avaliação

clínica, os protocolos vigentes e o Formulário Terapêutico Nacional/Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (REMUME).

Art. 3º A administração da penicilina deve ser realizada pela equipe de enfermagem (auxiliar, técnico ou enfermeiro), ou farmacêutico, mediante prescrição médica.

Art. 4º Em caso de reações anafiláticas deve-se proceder de acordo com os protocolos que abordam a atenção às urgências no âmbito da Atenção Básica à Saúde, considerando nesse caso que a recorrência de reações anafilática tem incidência de 0,01% a 0,05% dos pacientes tratados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se todas as disposições em contrário.

São José (SC), 10 de novembro de 2016.

Juliano Manoel Coelho
Diretor Técnico Médico SMS/SJ
CRM/SC nº 13.312

Fabírcia Martins Silva Lemos
Diretora da Atenção Básica
COREN/SC nº 163843

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal da Saúde

RESOLUÇÃO Nº. 016 /2016/COMAD

RESOLUÇÃO Nº. 016 /2016/COMAD

APROVA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS ADULTAS, DO SEXO MASCULINO, COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE TOXICÔMANOS E ALCOOLISTAS - CRETA.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047/2003;

Considerando o Decreto nº 2.625/2014 – Regulamenta o Fundo Municipal Antidrogas – FMAD e dá outras providências;

Considerando a Plenária Ordinária de 29 de novembro de 2016 do Conselho Municipal Antidrogas de São José, que aprovava o Convênio entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades Não Governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas - CRETA.

Art. 2º - O Convênio, ora aprovado, destina-se a conveniar até 40 (quarenta) capacidades instaladas, para o atendimento de pessoas adultas, do sexo masculino, com dependência química, com valor anual de até R\$ 294.960,00 (duzentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 24.580,00 (vinte e quatro mil, cinqüentos e oitenta reais);

Parágrafo Único - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publica-se na forma da Lei.

São José (SC), 29 de novembro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 018 /2016/COMAD

RESOLUÇÃO Nº. 018 /2016/COMAD

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA ADOLESCENTES, DO SEXO MASCULINO, COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O INSTITUTO REDENÇÃO.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047/2003;

Considerando o Decreto nº 2.625/2014 – Regulamenta o Fundo Municipal Antidrogas – FMAD e dá outras providências;

Considerando a Plenária Ordinária de 29 de novembro de 2016 do Conselho Municipal Antidrogas de São José, que aprovaram Convênio entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades Não Governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Instituto Redenção;

Art. 2º - O Convênio, ora aprovado, destina-se a conveniar até 10 (dez) capacidades instaladas, para o atendimento de adolescentes do sexo masculino, com dependência química, com valor anual de até R\$ 73.740,00 (setenta e três mil, setecentos e quarenta reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 6.145,00 (seis mil, cento e quarenta e cinco reais);

Parágrafo Único - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publica-se na forma da Lei.

São José (SC), 29 de novembro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 019/2016/COMAD

RESOLUÇÃO Nº. 019/2016/COMAD

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS ADULTAS, DE AMBOS OS SEXOS, INCLUINDO OS TRANSEXUAIS, COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O INSTITUTO REDENÇÃO.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047/2003;

Considerando o Decreto nº 2.625/2014 – Regulamenta o Fundo Municipal Antidrogas – FMAD e dá outras providências;

Considerando a Plenária Ordinária de 29 de outubro de 2016 do Conselho Municipal Antidrogas de São José, que aprovaram o Convênio entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades Não Governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Instituto Redenção;

Art. 2º - O Convênio, ora aprovado, destina-se a conveniar até 50 (cinquenta) capacidades instaladas, para o atendimento de pessoas adultas, de ambos os sexos, incluindo os transexuais, com dependência química, com valor anual de até R\$ 368.700,00

(trezentos e sessenta e oito mil e setecentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 30.725,00 (trinta mil, setecentos e vinte e cinco reais);

Parágrafo Único – O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publica-se na forma da Lei.

São José (SC), 29 de novembro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 17/2016/COMAD

RESOLUÇÃO Nº. 17/2016/COMAD

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DO SERVIÇO DE ACOPLHIMENTO PARA PESSOAS ADULTAS, DO SEXO FEMININO, COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE TOXICÔMANOS E ALCOOLISTAS - CRETA.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047/2003,

Considerando o Decreto nº 2.625/2014 – Regulamenta o Fundo Municipal Antidrogas – FMAD e dá outras providências;

Considerando a Plenária Ordinária de 29 de novembro de 2016 do Conselho Municipal Antidrogas de São José, que aprovaram o Convênio entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades Não Governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolitas - CRETA.

Art. 2º - O Convênio, ora aprovado, destina-se a conveniar até 15 (quinze) capacidades instaladas, para o atendimento de pessoas adultas, do sexo feminino, com dependência química, com valor anual de até R\$ 110.610,00 (cento e dez mil, seiscentos e dez reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 9.217,50 (nove mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta centavos);

Parágrafo Único - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publica-se na forma da Lei.

São José (SC), 29 de novembro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 20/2016/COMAD

RESOLUÇÃO Nº. 20/2016/COMAD

APROVA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL ANTIDROGAS □ FMAD, NOS TERMOS DO ANEXO, NO VALOR DE R\$ 1.610.964,16 COMPOSTO POR RECURSOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na reunião ordinária no dia 29 de novembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a Proposta Orçamentária do Fundo Municipal Antidrogas – FMAD, nos termos do anexo, no valor de R\$ 1.610.964,16 (um milhão, seiscentos e dez mil, novecentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos) composto por recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 29 de novembro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente do COMAD/SJ

TERMO DE CONVÊNIO Nº 41/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 41/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001- 92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 41/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 100.000,00

Valor suprimido: R\$ 9.750,00

Valor global após supressão: R\$ 90.250,00

Conveniente: União Catarinense de Atletismo - UCA, com sede na rua Frederico Afonso, nº 5764, Bairro Ponta de Baixo, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº18.991.412/0001-04.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.404 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 42/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 42/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001- 92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 42/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 74.235,00

Valor suprimido: R\$ 6.240,00

Valor global após supressão: R\$ 67.995,00

Conveniente: Associação Desportiva Triatlética de Santa Catarina - ADTRISC, com sede na Rua Ataúlfo Alves, nº 75, Bairro Roçado, São José (SC) inscrita no CNPJ sob nº06.112.977/0001-87.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por

objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.404 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal

de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 44/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 44/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001- 92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 44/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 26.000,00

Valor suprimido: R\$ 2.120,00

Valor global após supressão: R\$ 23.880,00

Conveniente: Associação de Pais Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB, com sede na Rodovia BR101, Km 205 nº 357, Bairro Floresta, São José (SC), CEP 88117-500, inscrita no CNPJ sob nº 58.106.519/0008-05
Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 2.120,00 (dois mil cento e vinte reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.404 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal

de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 47/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 47/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001- 92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 47/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 33.340,00

Valor suprimido: R\$ 4.515,00

Valor global após supressão: R\$ 28.825,00

Conveniente: Associação Esportiva Recreativa e Cultural Handebol de São José – AERCHSJ, com sede na Rua Travessa José João dos

Passos, nº 765, Bairro Praia Comprida, São José (SC), CEP 88103-705 – São José (SC), inscrito no CNPJ sob nº 82.892.274/0001-05
Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 4.515,00 (quatro mil quinhentos e quinze reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.404 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal

de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 48/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 48/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001- 92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 48/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 61.778,00

Valor suprimido: R\$ 3.600,00

Valor global após supressão: R\$ 58.178,00

Conveniente: Clube Desportivo Independente – CDI, com sede à Rua Emídio Francisco da Silva, s/nº, CEP 88111-560– Bairro Ipiranga, São José (SC), inscrito no CNPJ sob nº 82.892.274/0001-05.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.404 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal

de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 49/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 49/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001- 92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 49/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 35.991,00

Valor suprimido: R\$ 2.250,00

Valor global após supressão: R\$ 33.741,00

Conveniente Associação Esportiva Recreativa Pais e Amigos do Voleibol São José – AJOPAV, com sede na Rua Pedro Alvares Cabral, nº 416, Bairro Forquilha, São José (SC), CEP 88106-750 – São José (SC), inscrito no CNPJ sob nº 82.892.274/0001-05.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.404 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 51/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 51/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 51/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 34.754,50

Valor suprimido: R\$ 2.000,00

Valor global após supressão: R\$ 32.754,50

Conveniente Associação de Ginástica de São José - AGIS, com sede na Rua Antônio Mariano de Souza, nº 981, Bairro Ipiranga, São José (SC), CEP 88111-510, inscrita no CNPJ sob nº 21.168.920/0001-93. Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.404 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 54/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 54/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 54/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 31.250,00

Valor suprimido: R\$ 2.040,00

Valor global após supressão: R\$ 29.210,00

Conveniente: Associação Escolinha de Craques da Colônia Santana – AECCS, com sede na Servidão Orlando Norberto Machado, nº 20, Bairro Colônia Santana, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 19.711.383/0001-34.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.055 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 56/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 56/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 56/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 20.685,00

Valor suprimido: R\$ 1.707,00

Valor global após supressão: R\$ 18.978,00

Conveniente: Associação Abadã Capoeira de São José, Rua Antônio Shoeder, 1733, Bairro Bela Vista II, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 10.973.722/0001-86.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em 1.707,00 (mil setecentos e sete reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.055 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 57/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 57/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os

dados do extrato abaixo:

Número: 57/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 21.540,00

Valor suprimido: R\$ 1.855,00

Valor global após supressão: R\$ 19.685,00

Conveniente: Associação Cultura e Luta, com sede na Rua Antonio Shoereder, nº 1733, Bairro Bela Vista, São José (SC), CEP 88110-401, inscrita no CNPJ nº 21.190.359/0001-49.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em 1.855,00 (mil oitocentos e cinquenta e cinco reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.055 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 58/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 58/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 58/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 16.840,00

Valor suprimido: R\$ 1.420,00

Valor global após supressão: R\$ 15.420,00

Conveniente: Associação Esportiva Cultural e Social Atletas do Futuro, com sede na Rua Caleu Souza dos Santos, nº 119, Bairro Serraria, São José (SC), CEP. 88115-566, inscrita no CNPJ nº 15.058.095/0001-71.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em 1.420,00 (mil quatrocentos e vinte reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.055 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 60/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 60/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 60/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 22.219,00

Valor suprimido: R\$ 2.092,00

Valor global após supressão: R\$ 20.127,00

Conveniente: Clube Desportivo Independente – CDI, com sede à Rua Emidio Francisco da Silva, s/nº, CEP 88111-560– Bairro Ipiranga, São José (SC), inscrito no CNPJ sob nº 82.892.274/0001-05.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 2.092,00 (dois mil e noventa e dois reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.055 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 63/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 63/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 63/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 18.590,00

Valor suprimido: R\$ 1.540,00

Valor global após supressão: R\$ 17.050,00

Conveniente: Associação Desportiva Sanrose, com sede na Rua Fancelina Domingos de Jesus, nº 227, Bairro Roçado, São José (SC), CEP 88108-190, inscrita no CNPJ nº 21.157.125/0001-08.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 1.540,00 (mil quinhentos e quarenta reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.055 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 64/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 64/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 64/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 30.000,00

Valor suprimido: R\$ 2.315,00

Valor global após supressão: R\$ 27.685,00

Conveniente Associação de Ginástica de São José - AGIS, com sede na Rua Antônio Mariano de Souza, nº 981, Bairro Ipiranga, São José (SC), CEP 88111-510, inscrita no CNPJ sob nº 21.168.920/0001-93. Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 2.315,00 (dois mil trezentos e quinze reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.055 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

TERMO DE CONVÊNIO Nº 66/2015/FUNESJ

EXTRATO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 66/2015/FUNESJ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92, denominada CONCEDENTE, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, firma Termo Aditivo de Supressão de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Número: 66/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio Original: R\$ 38.346,00

Valor suprimido: R\$ 2.844,00

Valor global após supressão: R\$ 35.502,00

Conveniente Associação esportiva, Cultural e Social Arte Suave, com sede na Rua Pedro Bunn, nº 801, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, São José (SC), CEP 88111-120, inscrita no CNPJ nº 11.801.368/0001-75.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo Aditivo tem por objeto a supressão dos recursos orçamentários em R\$ 2.844,00 (dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais), previstos para o pagamento de despesas no mês de dezembro.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01 Projeto/Atividade: 2.055 Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: a partir de 01/12/2016 até o fim da execução do Termo de Convênio originário.

Fundamento legal: art. 65, I, 'b' c/c § 1º da Lei nº 8.666/93 (redução de um mês de execução).

São José, 30 de novembro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.547, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.547, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 70.640,00 (setenta mil, seiscentos e quarenta reais) na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SME			
08.01.12.361.4505.1.085 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0032	189	Aplicação Direta	R\$ 70.640,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.548, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.548, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 178.745,00 (cento e setenta e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.063 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0034	156	Aplicação Direta	R\$ 178.745,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016 FMS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 01/2016 FMS.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz N.º 210, inscrito no CNPJ N.º 80.912.124/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, residente e domiciliado na Rua São Luiz, nº1604, neste Município, inscrito no CPF N.º 469.398.579-15, RG N.º. 5.041.812, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. RUDIMAR FRANCISCO GUTH, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações e do Contrato de Consórcio Público do CIS/AMERIOS, resolvem aditar o objeto do presente contrato pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade aditiva para mais o valor do contrato de repasse para o consórcio acima mencionado conforme processo de dispensa de licitação 21/2015 FMS.

Aditar o valor referente a rubrica orçamentaria 3.3.93.70.01 – Participação em Consórcios Públicos R\$ 20.358,00, perfazendo um valor aditado de 5.089,50, ou seja 25% do valor previsto em contrato.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de adequação dos valores previstos no contrato 01/2016 FMS, posto que a quantidade contratada foi insuficiente para atender a demanda em especial no que se refere ao programa de tratamento de varizes e, portanto, é necessário firmar o presente aditivo para dar continuidade ao serviço até o final do ano corrente.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 02 de novembro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS CNPJ nº. 09.221317/0001-22 Representante Legal
---	---

GILBERTO JOSE MIORANDO
Assessoria Jurídica

Testemunhas

TACIANE C.MORSCHBACHER
CPF: 063.288.209-33

MARCELO JONEZ MULLER
CPF: 033.100.669-32

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 09.2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 09/2016-FMS

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Aquisição de 01 (um) automóvel com capacidade mínima de 07 (sete) lugares, zero quilometro, ano de fabricação/modelo 2016/2017.

DATA DE ABERTURA: 19/12/2016 às 14h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 13h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: assessoria@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00 às 13:00 horas. São Pedro de Alcântara, 06/12/2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO – Prefeito Municipal e.e

AVISO DE LICITAÇÃO 66.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 66/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: O objeto compreende a contratação dos serviços de hora máquina, com os equipamentos, operador/motorista, fornecimento dos combustíveis, substituição de peças e a manutenção mecânica dos equipamentos a cargo da empresa contratada.

DATA DE ABERTURA: 19/12/2016 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: assessoria@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 206 das 07:00 às 13:00 horas. São Pedro de Alcântara, 05 de Dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO – Prefeito Municipal e.e

AVISO DE LICITAÇÃO 67.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 67/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2017 AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

DATA DE ABERTURA: 19/12/2016 às 11h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 10h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: assessoria@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 206 das 07:00 às 13:00 horas. São Pedro de Alcântara, 06 de Dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO – Prefeito Municipal e.e

PORTARIA N.º 363/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 363/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA CLEONICE PRIM.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ CLEONICE PRIM – AGENTE ADMINISTRATIVA – LETRA C.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.967/2016, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.967/2016 de 1 de dezembro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15,00

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 15,00

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Material de Consumo R\$ 15,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 01 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 67/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 67/2016 - FMS

Processo de licitação nº. 85/2016-FMS - Dispensa de Licitação nº. 49/2016-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.033.589/0001-12, estabelecida na Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, nº 1515, Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89052-381.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na a Aquisição de equipo multi vias para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Equipo multi vias adulto 2 vias luer lock composição básica extremidades próximas com conectores luer lock fêmea, extensões em PVC dotadas de clamp (abre/fecha), intermediários em Y unindo a extensão distal. Conexão luer distal para dispositivo de acesso venoso. Duas vias.	200	Unidade	0,80	160,00
VALOR R\$ TOTAL					160,00

Valor do Contrato: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

Data da Assinatura: 05/21/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 66/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 66/2016-FMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 04/2016-FMS - Processo nº.74/2016-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.444.392/0001-00, estabelecida na Rua Modelo nº. 33, Bairro Floresta, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.211-670.

Objeto: contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, para acompanhamento, supervisão e treinamento das equipes de saúde, ênfase a Estratégia Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: R\$ 53.760,00 (cinquenta e três mil setecentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 05/12/2016 – Vigência: 01/01/2017 até 31/12/2017

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – SCHROEDER PDDCA 2016 A 2026

PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – SCHROEDER PDDCA 2016 A 2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Regulamentado pela Lei Municipal nº. 2.097 de 01 de abril de 2015.

Schroeder/SC

Schroeder, 29 de novembro de 2016.

COMISSÃO INTERSETORIAL DO PLANO DECENAL 2016-2026

Silvania Ferreira – Coordenadora

Secretaria de Assistência Social

Daiane Regina Azevedo Wolf - Secretária

Entidade: CMDCA

Sheila Adriana Muller

Entidade: CMDCA/ CMAS

Alice Aparecida Limberger de Almeida

Conselho Tutelar

Domingos Santos L. de Moura

Conselho da Saúde

Roseane Finta

Secretaria de Saúde

Fabiane Heller

Secretaria de Educação

Edite Helena Hang

Setor de Esportes

Anelise Bonaldi Kloppel

Setor de Cultura

Aneli Arlete de Souza
Conselho da Cultura

Samuel Corrêa
Segurança Pública – DPC

Camila Cristina de Sá Becker
Ministério Público

Andreza Thais Volles / Patrícia Borges
Adolescente

Arthur Luckmann Quadros
Criança

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Teresinha Tecilla Tomaselli
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
SIGLAS

ACIAS - Associação Comercial Industrial e Agrícola de Schroeder
AMVALI - Associação dos Municípios do Vale do Itapocu
APP - Associação de Pais e Professores
BPMA - Batalhão da Polícia Militar Ambiental
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
GERED - Gerência Regional de Educação
MEC - Ministério de Educação
OAB/SC - Ordem dos Advogados do Brasil
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PME - Plano Municipal de Educação
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PROUNI - Programa Universidade para Todos
SAS - Secretaria de Assistência Social
SECEL - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
SED/SC - Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
SESI/SC - Serviço Social da Indústria do Estado de Santa Catarina
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
UNIEDU - Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina

SUMÁRIO**1. Introdução**

Com o intuito de propor algumas medidas nas Políticas Públicas no Município de Schroeder, considerando o bem estar das crianças e adolescentes, apresenta-se sugestões para aplicar e realizar no decorrer nos próximos 10 anos no Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

A Constituição Federal de 1988 confere a todos os cidadãos a garantia dos direitos sociais. Ela estabelece em seu artigo 18 a descentralização política administrativa, no qual preceitua que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Assim, todos esses entes federativos gozam de autonomia política e administrativa, decidindo qual a melhor forma de aplicação de seus recursos públicos, dentro de suas competências, para a garantia dos direitos sociais.

Em 2011, a União instituiu a Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para os próximos dez anos, com o objetivo de efetivar os direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Dentro de sua competência, o município de Schroeder deve garantir com absoluta prioridade, tal como a União e os Estados, os direitos da criança e do adolescente que estão assegurados na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Deste modo, o município

deve realizar diversas atividades e/ou serviços que promovam os direitos da criança e do adolescente, incluindo o pleno acesso à saúde, à educação e à assistência social.

A elaboração de um Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo município de Schroeder, é determinante para que sejam efetivados esses direitos fundamentais, assegurando condições dignas de vida à criança e ao adolescente, conjugando ações que envolvam os mais diversos atores locais, como as secretarias municipais, o Conselho Tutelar e a sociedade civil organizada.

Este plano apresenta-se em várias etapas, iniciando com a descrição dos princípios norteadores, marco legal e marco conceitual. Na segunda etapa, é apresentado o marco situacional onde se tem um diagnóstico da realidade fundamentado no levantamento de dados sobre o atendimento municipal à criança e ao adolescente desde 2011 até 2016. Essas informações, obtidas a partir da contribuição dos setores envolvidos, podem apresentar lacunas, pois dependem da forma como foram registradas em outros períodos, resultando em dados estimados e aproximados de acordo com a realidade do setor. O método de comunicação entre os setores foi por meio de encaminhamento de ofícios, e-mail, contatos telefônicos, reuniões com toda a rede de atendimento a crianças e adolescente do município.

Na terceira etapa consta o Plano de Ação que foi organizado em eixos, diretrizes e objetivos estratégicos com base no Plano Decenal Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, seguindo as orientações e resoluções nacionais. A penúltima etapa engloba o monitoramento e avaliação e se encerra com as considerações finais.

O material utilizado e disponibilizado como subsídio para a elaboração deste Plano Decenal esta arquivado sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder – CMDCA, bem como atas e registros fotográficos das reuniões da Comissão Intersetorial.

2. Princípios

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA traz o conceito de universalidade dos direitos com equidade e justiça social enfatizando a peculiaridade que existe ao se reportar a criança e ao adolescente. No que tange a igualdade e direito a diversidade também se reporta ao conceito de que é necessário respeito à igualdade respeitando as diferenças.

Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais e a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ART. 6º).

Após a promulgação da Constituição Federal, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, ela atribuiu significado à expressão "absoluta prioridade", mencionada na Constituição Federal, destacando as obrigações do Estado:

A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro, em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, Constituição Federal, art. 4º)

Outro fator disposto, diz respeito à proteção à família, considerando que os fatores relacionados ao grupo familiar são indicadores relacionados à negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão das quais todas as crianças e jovens devem ser protegidos e afastados, e que também ela precisa de apoio e ajuda para cumprir com seu dever de assegurar a seus filhos os direitos fundamentais.

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ART. 5º).

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ART. 7º).

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ART. 19).

O ECA garante ao cidadão criança e adolescente o direito de se expressar e opinar, bem como de participar diretamente das decisões importantes de sua comunidade, cidade, estado e país. Esse direito está em consonância com o documento Um mundo para as crianças (ONU, 2002). (Plano Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2010).

A participação popular organizada na formulação e no controle das políticas Públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente está prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente; seus espaços preferenciais de atuação são os conselhos dos direitos e o processo de conferências. (Plano Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2010).

As Conferências Municipais já realizadas em Schroeder apresentam significativos avanços nos percentuais de participação dos adolescentes, sendo realizadas oficinas específicas para os mesmos.

Um importante marco no incentivo ao protagonismo infantil juvenil, na participação e controle social foi a aprovação da lei municipal nº 2.097 de 1º de abril de 2015, que garante para os adolescentes uma vaga de titular e seu respectivo suplente no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Por meio desta, em 14 de junho de 2016 dois adolescentes assumiram função de membro do CMDCA.

Marco Legal

A Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH é um documento marco na história dos direitos humanos. Ela foi elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, sendo promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Esta Declaração estabelece pela primeira vez a proteção universal dos direitos humanos e em seu artigo 25 rege que “A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais.” (ONU, 1948).

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 preconiza que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, Constituição Federal. 1988, grifo nosso).

Em 13 de julho de 1990, com a aprovação da lei Nacional 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA vem reforçar que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, Constituição Federal. 1988, grifo nosso).

Pautado nestas legislações acima e após várias conferências nacional, estaduais e municipais, no dia 19 de abril de 2011, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA aprovou os Eixos, as Diretrizes e os Objetivos Estratégicos do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

3. Marco Conceitual

A proteção integral às crianças e adolescentes visa atender as necessidades que são inerentes a esta faixa etária na perspectiva que venha atender ao bom desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A Doutrina da Proteção Integral consiste em garantir a crianças e adolescentes, sem exceção, os direitos à sobrevivência, ao desenvolvimento pessoal e social e à integridade física, psicológica e moral, com a criação e articulação de um conjunto de políticas e ações em quatro grandes áreas: Políticas Sociais Básicas, Assistência Social, Proteção Especial e Garantia de Direitos.” (ECA ESQUEMATIZADO, Alessandra de Saldanha da Gama, 2013).

Sendo assim, existe uma rede de proteção integral a crianças e adolescentes que nos remete ao Sistema de Garantia de Direitos–SGD e aos atores sociais. Atualmente, o Município de Schroeder possui a seguinte rede: Ministério Público e Juizado da Infância e Adolescência, situados em Guaramirim; E no município de Schroeder o Conselho Tutelar; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL: (Creches, Jardins, Escolas Municipais e Estaduais, Setor de Cultura Esporte e Lazer); Secretaria de Saúde: (Secretaria, Estratégia Saúde da Família – ESF, Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, Vigilância Sanitária e Epidemiológica); Secretaria de Assistência Social (Secretaria, CRAS e CREAS); Segurança Pública (Delegacia de Polícia Civil e Polícia Militar); Conselhos Setoriais (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Municipal de Saúde – CMS, Conselho de Alimentação Escolar – CAE, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho Municipal de Educação - COMED, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDES, Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC).

Além das Secretarias e Conselhos Municipais, o Município possui outros meios de rede para proteção integral às crianças e adolescentes, como as Associação de Pais e Professores -APP, Associação de Moradores, Associação Desportiva Schroeder - ADESC, Associação de Serviços Sociais Voluntários de Schroeder – ASSVS (Bombeiros Voluntários de Schroeder – BVS), Escolas de Futebol Gol de Letra, Centro de Apoio – Ser e Aprender, Casa da Dança Dani Grossl, Entidade Amigas Solidárias, Projeto Fome de Amor e Projetos ofertados por Igrejas.

As diretrizes estabelecidas pelo ECA, relativas à política de atendimento, são consideradas como a origem do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, objeto da Resolução nº 113 do CONANDA, de 19 de abril de 2006, que o define:

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 1º).

Desse modo, o foco da atuação do sistema de garantia de direitos é a criança e o adolescente, e sua atuação deve estar voltada em oferecer serviços de qualidade, eficientes e efetivos. Atualmente, o sistema municipal busca estabelecer parâmetros para atender a demanda dentro das diretrizes estabelecidas na legislação vigente, respeitando a realidade local, sobretudo considerando que a implantação dessas políticas se efetiva processualmente.

Neste sentido, existem dois aspectos importantes a ressaltar, o trabalho intersetorial e trabalho em rede, constantemente desafiadores dentro do sistema de garantias de direitos, porém fundamentais e essenciais na efetivação dos direitos à crianças e adolescentes. Falar nestes dois pontos significa desenvolver ações articuladas e integradas por meio de parcerias e diálogo, permitindo uma aproximação entre si.

Quanto mais próximo os atores sociais estão da realidade de nossas criança e adolescente, e entre si, mais subsídios têm para a sua atuação e melhores serão os resultados.

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ART. 86).

4. Marco Situacional –Diagnóstico

O município de Schroeder foi criado através da Lei Estadual nº 968/1964, assinada pelo presidente da Assembleia Legislativa Estadual, Ivo Silveira. Antes de sua emancipação política e administrativa, pertenceu a Guaramirim como localidade e posteriormente como distrito. Como primeiro prefeito, em mandato provisório, foi nomeado o senhor Paulo Roberto Gneipel. Em novembro de 1965, assumiu o primeiro prefeito eleito Ludgero Tepasse,

Fonte: <http://www.schroeder.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/37332>.

Situado na região Nordeste do Estado de Santa Catarina, na microrregião do Vale do Itapocu, o município de Schroeder integra a Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI, que também é composta pelos municípios de Jaraguá do Sul, Corupá, Guaramirim, Massaranduba, São João do Itaperiú e Barra Velha. Fonte: <http://www.amvali.org.br/>

Schroeder faz divisa com os municípios de Joinville, Jaraguá do Sul e Guaramirim. Está situado aos pés do planalto ao norte e cercado pela Serra Das Mamas a leste, a oeste faz divisa com Jaraguá do Sul e ao sul com Guaramirim.

Fazem parte de seu território as 14 (quatorze) localidades: Schroeder I, Centro, Centro Sul, Centro Leste, Centro Norte, Sossego, Braço do Sul, Rancho Bom, Tomaselli, Rio Hern, Bracinho, Schroeder III, Duas Mamas e Itoupava-Açú, este último, pertencia a Joinville. O Bairro Amizade já pertenceu a Schroeder, e hoje, fica sob jurisdição de Guaramirim.

O município de Schroeder conta com 19.463 habitantes (previsão do IBGE para e 2016) habitantes, em uma área territorial de 164,382 km², apresentando uma densidade demográfica de 93,17,25 habitantes por km². Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&cod-mun=421740&search=santa-catarina|schroeder>

4.1. Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

A partir de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele é funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas.

A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas. Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>.

4.2. Programa Bolsa Família

É um programa de transferência direta de renda, criado pela Lei Nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa, ou renda entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 per capita, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. Para se candidatar ao programa, é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único, com seus dados atualizados há menos de 2 anos.

As Condicionais são as exigências do Programa para que a família receba o benefício. Além disso, elas são compromissos que as famílias assumem junto ao governo federal e são de fundamental importância para a manutenção do programa. As condicionais são na área de Saúde e Educação e devem ser cumpridas para que o benefício não seja cancelado, bloqueado ou suspenso. Elas são de fundamental importância e devem exigir a atenção das famílias beneficiárias.

Abaixo segue informações do Município de Schroeder dos números de famílias cadastradas no Cadastro Único e total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família:

	2013	2014	2015	2016
Famílias Cadastradas	592	746	727	733
Pessoas Cadastradas	1.993	2.356	2.263	2.337
Total de Crianças e adolescentes das famílias	229	218	222	207
Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	146	146	120	130
Perfil Educação				
Total de Beneficiários de 6 à 15 anos	213	215	183	192
Total de Beneficiários de 16 a 17 anos	13	14	28	32
Perfil Saúde				
Total de Famílias com crianças até 7 anos e mulheres de 14 à 44 anos	134	126	112	86

4.3. Quanto ao DIREITO À VIDA E À SAÚDE

4.3.1. Mortalidade Materna

No período de 01 julho de 2011 a 30 de junho de 2016 conforme dados da Olostech, sistema informatizado utilizado pela política de saúde,

não houve nenhuma morte materna.

4.3.2. Consulta de Pré-Natal

A tabela abaixo apresenta o quantitativo do acompanhamento às gestantes, por faixa etária, nos anos de 2013 à 2016:

Relatório Pré-Natal - Acompanhamento de Gestante				
IDADE	2013	2014	2015	2016 Até 30/07
Menor que 10 anos	0	0	0	0
De 10 a 14 anos	0	0	0	1
De 15 a 19 anos	8	18	32	25
De 20 a 24 anos	47	69	78	53
De 25 a 29 anos	42	52	71	57
De 30 a 34 anos	31	50	46	27
Acima de 34 anos	25	37	41	20
TOTAL	153	226	268	183

No período de 01 janeiro de 2011 a 30 de julho de 2016 foram realizados 7.344 consultas de pré-natal.

4.3.3. Mortalidade Infantil (menores de 1 ano) e Mortalidade de Crianças menores de 5 anos

Em 2015, o município não registrou nenhuma situação de mortalidade infantil e em 2016, apenas uma.

4.3.4. Cobertura Vacinal

A tabela a seguir retrata a cobertura vacinal de crianças até 4 anos, dos anos de 2011 à junho de 2016, registrada no sistema Olostech. Cabe ressaltar que, a meta de vacinação ela é calculada sobre a quantidade de nascimentos prevista para a população contada pelo IBGE, sendo assim, o número não é exato e sofre variações, inclusive da população que vem morar em nosso município devido ao crescimento de novos empreendimentos imobiliários. Isto explica a cobertura ultrapassar os cento por cento em alguns anos, conforme tabelas a seguir:

Ano	Cobertura
2011	111%
2012	89,74%
2013	86,20%
2014	79,23%
2015	88,97%
2016 até julho	88,97%

A cobertura vacinal em crianças até 01 ano de idade, por vacina, nos anos de 2013 a julho de 2016, foi realizada conforme a tabela a seguir mostra:

Ano	Vacina	Cobertura
2013	BCG	87,50
	Meningocócica	100,39%
	Penta	105,86%
	Pneumocócica	107,03%
	Poliomielite	107,03%
	Rota Vírus	96,88%
	Febre Amarela	1,5%
2014	BCG	94,24%
	Meningocócica	100,72%
	Penta	88,49%
	Pneumocócica	95,32%
	Poliomielite	92,09%
	Rota Vírus	92,09%
	Febre Amarela	0,32%
2015	BCG	123,87%
	Meningocócica	136,04%
	Penta	136,49%
	Pneumocócica	133,78%
	Poliomielite	137,84%
	Rota Vírus	127,03%
	Febre Amarela	0,45%
2016 até julho	BCG	98,73%

	Meningocócica	84,08%
	Penta	80,89%
	Pneumocócica	85,99%
	Poliomielite	79,62%(suspensa vacinação desde março 2016)
	Rota Vírus	80,89%
	Febre Amarela	0,64%

Em relação à vacinação HPV para meninas, realizadas no ano de 2014 até julho de 2016, em relação à meta e quantidade de cobertura, temos os seguintes dados:

Ano 2014 De 11 a 13 anos	Meta	Vacinadas	Cobertura
1ª dose	394	351	89,09%
2ª dose	394	335	85,02%
2015 De 09 a 13 anos	Meta	Vacinadas	Cobertura
1ª dose	380	347	91,31%
2ª dose	380	298	78,42%
2016 até julho De 09 anos na rotina	Meta	Vacinadas	Cobertura
1ª dose	Não recebemos	26	*****
2ª dose	Não recebemos	39	*****

No período compreendido de 01 de novembro de 2015 à 08 de setembro de 2016, a vacinação de adolescentes gestantes, por faixa etária, aconteceu conforme a tabela a seguir:

Faixa Etária	Gestantes Vacinadas
14 anos	01
15 anos	01
16 anos	01
17 anos	04
18 anos	07

4.3.5. Condições de Saneamento

O município de Schroeder ainda não possui sistema de coleta e tratamento de esgotos, em decorrência disso, a Prefeitura Municipal de Schroeder exige em cada lote a instalação de sistema de tratamento de esgoto individualizado de fossa séptica e filtro anaeróbico, sendo que a fiscalização da instalação destas unidades é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento do Município, e é requisito para a liberação do Habite-se. Após este processo ocorre o lançamento dos efluentes líquidos na rede de drenagem pluvial.

Os serviços de abastecimento de água são de responsabilidade da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder, composta pelo setor de Águas de Schroeder, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 62/2008 e seus serviços regulamentados pelo Decreto Municipal nº 1.941/2009. O serviço de distribuição de água gerido pelo Município atende as 14 localidades (bairros). O sistema de abastecimento de água dispõe atualmente de 4.546 ligações, distribuídos em aproximadamente 130 quilômetros de rede.

4.3.6. Ações da Secretária de Saúde em 2016

Saúde Bucal: Ações na escola são de orientações sobre higiene oral, escovações supervisionadas, aplicações de bochechos fluoretados e de flúor tópico em gel, sendo que as duas últimas foram feitas apenas em crianças a partir dos 6 anos de idade. Foram promovidas palestras e atividades lúdicas para o aprendizado. Também foram realizadas avaliações clínicas para determinar quais alunos necessitam realizar tratamento no consultório e depois foi enviada uma circular para os pais ou responsáveis avisando sobre a indicação. Atualmente, está sendo trabalhado apenas na Escola Municipal Kismara Leslei Walkinir Moreira e Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho.

Estratégia de Saúde da Família-ESF 1: Realizada uma palestra para o Jardim de Infância Abelinha Feliz na localidade de Schroeder I, com a nutricionista, voltada para os pais, sobre a alimentação infantil.

Estratégia de Saúde da Família-ESF 6 e Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF: Realizada palestras na Escola Professor Emílio da Silva conforme apresentado na tabela a seguir:

Mês	Assunto	Público	Turno
23 MAI	Alimentação saudável	Crianças 2 a 5 anos	Matutino/Vespertino
23 MAI	Alimentação saudável	Pais	Matutino/Vespertino
13 SET	Vínculo familiar	Adolescentes 10- 13 anos	Matutino/Vespertino
13 SET	Vínculo familiar	Pais	Vespertino

Conforme repassado a comissão os ESF2, ESF 3, ESF 4 e ESF 5 não estão desenvolvendo nenhuma ação específica diferenciada neste ano.

4.4. Quanto ao DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

4.4.1. Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências e Trabalho Infantil e a Violência Reproduzida por Adolescentes

Os dados abaixo foram disponibilizados pela Secretaria de Assistência Social, por meio do Sistema Informatizado de Assistência Social e dados coletados junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Relatório mensal de atendimentos do CREAS - PAEFI - 01/01/2015 a 31/12/2015				
Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos
Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	28	Masculino	15	2
		Feminino	6	5
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	10	Masculino	1	1
		Feminino	6	2
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	0	Masculino	0	0
		Feminino	0	0
Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	6	Masculino	3	1
		Feminino	2	0
Crianças ou adolescentes em situação de Trabalho Infantil, que ingressaram no PAEFI	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	1	Masculino	0	1
		Feminino	0	0

Relatório mensal de atendimentos do CREAS - PAEFI -01/01/2016 a 30/06/2016				
Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos
Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	4	Masculino	3	0
		Feminino	0	1
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	3	Masculino	1	0
		Feminino	2	0
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	0	Masculino	0	0
		Feminino	0	0
Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	1	Masculino	1	0
		Feminino	0	0
Crianças ou adolescentes em situação de Trabalho Infantil, que ingressaram no PAEFI	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	0	Masculino	0	0
		Feminino	0	0

O município instituiu em 2014 um Protocolo de atendimento às violências, onde contempla o fluxo de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, revisado e relançado em agosto de 2016. Este protocolo é resultado de um processo de articulação e debate da rede de atendimento do Município de Schroeder onde, em encontros coletivos no ano de 2014, discutiu-se, problematizou-se e foram elencados procedimentos para atender as situações em comum e avançar no sentido da prevenção e proteção. Ressalta-se que apesar de considerar crianças e adolescentes, prioridade absoluta, este protocolo contempla os demais públicos vulneráveis, como mulheres, idosos e pessoas com deficiências.

O debate coletivo foi direcionado em dois aspectos, o da promoção ou ameaça e suspeita, onde as situações devem ser observadas na sua gênese, e o da proteção, quando as violências aparecem já instaladas, considerado aqui como violação grave. Definido o que é violência, os tipos e os procedimentos quando suspeito ou identificação de violência.

4.4.2. SIMASE

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo-SIMASE 2014-2024 foi construído durante 2014 e lançado em março de 2015, com base no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE. Ele concebe o atendimento socioeducativo como política de estado de natureza essencialmente intersetorial, a qual exige a coparticipação e a coresponsabilização da família, da sociedade e do Poder Público.

Sua estrutura está dividida em seções que consideram as peculiaridades do atendimento socioeducativo no Brasil e, principalmente, em Schroeder, no tocante aos dados estatísticos, contexto histórico, marco teórico, concepção do atendimento, além da análise da prática das medidas socioeducativas. Inspirando-se nos eixos do SINASE, as propostas e metas apresentadas visam sanar problemas, propor mudanças e apresentar soluções a curto, médio e longo prazo.

A tabela a seguir apresenta os dados informados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, para o Serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas:

Serviço de Medidas Socioeducativa – MSE		
LA (liberdade Assistida) e PSC (Prestação de Serviços à Comunidade)		
Ano	Medida	Nº Adolescentes
2012	Liberdade Assistida - LA	1
	Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	7
2013	Liberdade Assistida - LA	0
	Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	9

2014	Liberdade Assistida - LA	1
	Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	4
2015	Liberdade Assistida - LA	0
	Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	5
2016	Liberdade Assistida - LA	0
	Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	6

4.4.3. Programas Especiais de Promoção e Proteção do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Schroeder não dispõe de Serviço de acolhimento institucional, porém garante e oferece por meio de convênios com instituições de outros municípios. As quantidades de crianças e adolescentes acolhidos estão dispostas na tabela abaixo:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Crianças	4	4	1	1	*2	1
Adolescentes	3	0	0	0	0	1
Reinseridos	-	-	0	0	2	*2
Adoção	-	-	0	0	0	*2

*As duas crianças acolhidas em 2015 retornaram à família de origem por aproximadamente 3 meses, sendo que logo após retornaram ao acolhimento institucional em 2016, em seguida foram adotados no mesmo ano.

4.4.4. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora visa acolher crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, por medida de proteção, em função de abandono ou pelo fato de a família se encontrar impossibilitada de cumprir suas funções de cuidado e proteção, em famílias cadastradas.

Instituído pela Lei nº 1.669/2008 de 17/6/2008, o então Programa Família Acolhedora foi criado, porém não implantado ou implementado na época. Em 2015, a lei foi revista a fim de adequar-se às legislações vigentes, passando a ser um Serviço de Acolhimento e regido pela lei municipal nº 2.118 de 11 de setembro de 2015.

Para se cadastrar, as famílias precisam ter alguns requisitos pré-estabelecidos, mas o fundamental é ter disposição afetiva e emocional para participar de uma ação que pode mudar a vida de uma criança e de sua família.

As famílias cadastradas e selecionadas pelo Serviço, serão devidamente capacitadas para acolher as crianças e adolescentes e receberão acompanhamento de uma equipe técnica.

Em 2015 e início de 2016, foi realizada divulgação do Serviço através de folders, outdoors e algumas reuniões estratégicas pela equipe do CREAS, que se disponibilizou para fazer este trabalho. O intuito era despertar o interesse na população a fim de cadastrar famílias que tivessem intenção de participar. Devido à grande demanda de atendimento do CREAS, o cronograma das reuniões estratégicas não foi todo cumprido. Porém, algumas famílias vieram a procura de mais informações, mas apenas uma concretizou a inscrição no Serviço.

Sem a possibilidade de contratação de equipe para o Serviço, não foram continuadas as ações de divulgação, mantendo como alternativa para acolhimento os Convênios com as Entidades em outros municípios.

4.4.5. Crianças e Adolescentes com Deficiências

O Município de Schroeder aderiu ao programa BPC na Escola 2007, sendo que o CRAS faz o acompanhamento das famílias que tem crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com deficiência e que recebem o benefício assistencial de um salário mínimo por mês. Este programa visa fazer levantamento das barreiras e o desenvolvimento de ações intersetoriais para a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e que recebem o Benefício de Prestação Continuada-BPC. A tabela a seguir traz o quantitativo de beneficiários inclusos no programa por ano.

Programa BPC na Escola						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Beneficiários	12	8	9	10	10	14

4.5. Quanto ao DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

4.5.1. Programa de Apoio e Atendimento à Criança e ao Adolescente

A Secretaria de Assistência Social implantou o Programa de Apoio e Atendimento à Criança e ao Adolescente, o qual visa oferecer projetos, ações e atividades complementares aos serviços já ofertados pela Política de Assistência Social.

Projeto Espaço Livre: Em 2015 ele foi criado pela Secretaria de Assistência Social e inscrito no Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CMDCA e financiado por meio do Fundo da Infância e Adolescência – FIA.

O Projeto oportuniza as crianças e adolescentes experiências favorecedoras ao desenvolvimento de sociabilidades, visando o fortalecimento dos vínculos comunitários e de prevenção/superação da situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Atualmente estão frequentando este projeto 63 crianças/adolescentes nas seguintes localidades: Itoupava-Açu (matutino), Centro Norte (vespertino), Rio Hern (matutino) e Tomaselli (matutino).

4.5.2. Dados do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

CRAS - 2013

Famílias em acompanhamento pelo PAIF

Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	167
---	-----

Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF	101
--	-----

Famílias em situação de extrema pobreza:	7
--	---

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família:	17
---	----

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades	1
--	---

Famílias com membros beneficiários do BPC:	10
--	----

Famílias com crianças ou adolescentes em situação de Trabalho Infantil:	0
---	---

Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento:	0
--	---

Atendimentos individualizados realizados no CRAS

Volume de atendimento individualizados realizados	1286
---	------

Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único:	22
--	----

Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único:	27
---	----

Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC:	5
---	---

Indivíduos encaminhados para CREAS:	4
-------------------------------------	---

Atendimentos coletivos realizados no CRAS

Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF:	5
---	---

Crianças de 0 a 6 anos	14
------------------------	----

Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos	73
--------------------------------------	----

Crianças/adolescentes de 15 a 17 anos	0
---------------------------------------	---

Idosos	9
--------	---

Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado:	40
--	----

Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF:	4
--	---

CRAS - 2014

Famílias em acompanhamento pelo PAIF

Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	216
---	-----

Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF	79
--	----

Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF

Famílias em situação de extrema pobreza:	6
--	---

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família:	15
---	----

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades	3
--	---

Famílias com membros beneficiários do BPC:	1
--	---

Famílias com crianças ou adolescentes em situação de Trabalho Infantil:	0
---	---

Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento:	0
--	---

Atendimentos individualizados realizados no CRAS

Volume de atendimento individualizados realizados no mês:	1154
---	------

Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único:	29
--	----

Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único:	30
---	----

Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC:	10
---	----

Indivíduos encaminhados para CREAS:	16
-------------------------------------	----

Visitas domiciliares realizadas:	620
----------------------------------	-----

Atendimentos coletivos realizados no CRAS

Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF:	16
---	----

Crianças de 0 a 6 anos	26
------------------------	----

Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos	104
--------------------------------------	-----

Crianças/adolescentes de 15 a 17 anos	4
---------------------------------------	---

Idosos	52
--------	----

Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado:	264
--	-----

Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF:	1
CRAS - 2015	
Famílias em acompanhamento pelo PAIF	
Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	154
Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF	90
Famílias em situação de extrema pobreza:	11
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família:	14
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades	1
Famílias com membros beneficiários do BPC:	3
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de Trabalho Infantil:	0
Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento:	0
Atendimentos individualizados realizados no CRAS	
Volume de atendimento individualizados realizados	1724
Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único:	18
Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único:	14
Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC:	7
Indivíduos encaminhados para CREAS:	20
Visitas domiciliares realizadas:	357
Atendimentos coletivos realizados no CRAS	
Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF:	67
Crianças de 0 a 6 anos	8
Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos	77
Crianças/adolescentes de 15 a 17 anos	11
Idosos	0
Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado:	331
Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF:	5
CRAS - 01/01 a 30/06/2016	
Famílias em acompanhamento pelo PAIF	
Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	106
Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF	40
Famílias em situação de extrema pobreza:	2
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família:	20
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades	1
Famílias com membros beneficiários do BPC:	0
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de Trabalho Infantil:	0
Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento:	0
Atendimentos individualizados realizados no CRAS	
Volume de atendimento individualizados realizados	719
Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único:	14
Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único:	12
Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC:	5
Indivíduos encaminhados para CREAS:	4
Visitas domiciliares realizadas:	156
Atendimentos coletivos realizados no CRAS	
Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF:	25
Crianças de 0 a 6 anos	12
Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos	97
Crianças/adolescentes de 15 a 17 anos	8
Idosos	0

Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado:	5.146
Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF:	6

4.5.3. Quanto ao DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

A estrutura administrativa das unidades escolares está organizada da seguinte forma:

	SETOR	REPRESENTANTE
1	Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer	Maykel Roberto Laube
2	E. M. Kismara Lislei Walkinir Moreira	Geziane Machado
3	E. M. Rui Barbosa	Silvia dos Santos Batista
4	E. M. Profº Emílio da Silva	Hildo Artur Hatschbach
5	E. M. Profª Vali Jorck Voigt	Maria Alvacir Schmoller Konell
6	E. M. Profª Clarice Lange Jacobi	Jaqueline Junkes Stefanini
7	E. M. Profª Sarita Beck Rezende	Dionata dos Santos Ramos
8	E. M. Frida Hein Krause	Tereza Stefan
9	E. M. Castro Alves	Melani Zelfeld
10	E. M. Profª Leonete Bauer Walz	Andreia Viana Bilk
11	E. M. Profº Santos Tomaselli	Eberton Vargas Trentin
12	J. I. Chapeuzinho Vermelho	Geziane Machado
13	J. I. Pingo de Gente	Hildo Artur Hatschbach
14	J. I. Flor do Campo	Maria Alvacir Schmoller Konell
15	J. I. Pequeno Príncipe	Eberton Vargas Trentin
22	C. E. I. M. Ezélia Correia Lombardi	Dayana Fogolari Gonçalves
23	C. E. I. M. Profª Cristiane Inês Zerbin	Alexandra Scheuer
24	E. E. B. Profº Elisa Cláudio de Aguiar	Vanderlei Demetrio
25	E. E. B. Miguel Couto	Filomena Chomem Appel
26	E. E. B. Luiz Delfino	Márcia Koths Hildebrandt
27	Biblioteca Municipal	Josceane Maria Zanella Ramalho

A rede municipal de ensino do município possui o quantitativo de alunos por unidade escolar (mês de referência agosto de 2016):

Ordem	Escola	Masc.	Fem.	Total
	Total (23 escolas)	1224	1147	2371
1	Abelhinha Feliz - Jardim de Infância	84	72	156
2	Bondinho Alegre - Jardim de Infância	2	7	9
3	Branca de Neve - Jardim de Infância	52	33	85
4	Cantinho Alegre - Jardim de Infância	9	9	18
5	Chapeuzinho Vermelho - Jardim de Infância	97	101	198
6	Crescer e Aprender - Jardim de Infância	42	34	76
7	Ezélia Correia Lombardi - CEIM	44	42	86
8	Flor do Campo - Jardim de Infância	4	4	8
9	Girassol - CEIM	95	85	180
10	Pequeno Príncipe - Jardim de Infância	20	26	46
11	Pingo de Gente - Jardim de Infância	60	51	111
12	Primeiros Passos - CEIM	19	14	33
13	Profª Cristiane Inês Zerbin - CEIM	40	44	84
14	Castro Alves - Escola Municipal	10	15	25
15	Clarice Lange Jacobi - Escola Municipal Profª.	125	120	245
16	Emílio da Silva - Escola Municipal Professor	188	168	356
17	Frida Hein Krause - Escola Municipal	54	53	107
18	Kismara Lislei Walkinir Moreira - Escola Municipal Professora	27	31	58
19	Leonete Bauer Walz - Escola Municipal Professora	9	3	12
20	Rui Barbosa - Escola Municipal	48	45	93
21	Santos Tomaselli - Escola Municipal Professor	133	120	253
22	Sarita Beck Rezende - Escola Municipal Professora	60	70	130
23	Vali Jorck Voigt - Escola Municipal Prof.	2		2

Educação Infantil

Segundo o diagnóstico da Educação Infantil, o município atendeu em 2015 crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo que as creches atendem de 0 a 3 anos e as escolas municipais de 3 a 5 anos. Abaixo se destacam alguns dados importantes a respeito da previsão para 2016 (Plano Municipal de Educação – PME):

Nº de alunos: 943
 Nº de turmas: 72
 Nº de professores regulares: 54
 Nº de professores especialistas Arte: 12
 Nº de professores especialistas Ed. Física: 13
 Nº de salas (físico): 41
 Programas, Projetos e Ações complementares de Educação

As informações a seguir mostram as ações e atividades complementares desenvolvidas e mantidas com recursos próprios (município) para crianças e adolescentes, no período de 2013 a 2016, conforme disposto nas tabelas a seguir:

2013					
Item	Atividade	Faixa Etária	Período	Local	Nº pessoas atendidas
1	Criança em Dança	2 a 16	Outubro	Ginásio de Esportes	1834
2	Pura Poesia	3 a 50	Junho	Clube de Idosos	1800
3	Conhecendo os Animais	6 a 7	Outubro	Pomerode	414
4	Cavernas de Botuverá	8	Outubro	Botuverá	182
5	Conhecendo Schroeder	9	Maio	Schroeder	184
6	Conhecendo a Capital	10	Outubro	Florianópolis	134
7	PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência)	10	Mar a Set	Todas as Escolas da Rede Municipal (5º ano)	134

2014					
Item	Atividade	Faixa Etária	Período	Local	Nº pessoas atendidas
1	Criança em Dança	2 a 16	Outubro	Ginásio de Esportes	1955
2	Pura Poesia	3 a 50	Junho	Clube dos Idosos	1963
3	Conhecendo os Animais	6 a 7	Outubro	Pomerode	420
4	Caminho dos Príncipes	8	Setembro	Joinville	178
5	Conhecendo Schroeder	9	Maio	Schroeder	191
6	Conhecendo a Capital	10	Outubro	Florianópolis	165
7	PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência)	10	Mar a Set	Todas as Escolas da Rede Municipal (5º ano)	165

2015					
Item	Atividade	Faixa Etária	Período	Local	Nº pessoas atendidas
1	Criança em Dança	2 a 16	Outubro	Parque de Eventos	2095
2	Robótica	12 a 15	Fev a Nov	E.M. Profº Santos Tomaselli	70
3	Conhecendo os Animais	6 a 7	Outubro	Pomerode	443
4	Caminho dos Príncipes	8	Setembro	Joinville	201
5	Conhecendo Schroeder	9	Maio	Schroeder	183
6	Conhecendo a Capital	10	Outubro	Florianópolis	179
7	Schroeder Empreendedor	13 a 15	Ago a Dez	E.M. Profº Santos Tomaselli	39
8	PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência)	10	Mar a Set	Todas as Escolas da Rede Municipal (5º ano)	179

2016					
Item	Atividade	Faixa Etária	Período	Local	Nº pessoas atendidas
1	Pura Poesia	3 a 50	Junho	Clube dos Idosos	2173
2	Robótica	12 a 15	Fev a Nov	E.M. Profº Santos Tomaselli	66
3	Schroeder Empreendedor	13 a 15	Ago a Dez	E.M. Profº Santos Tomaselli	23
4	Conhecendo os Animais	6 a 7	Outubro	Pomerode	450
5	Caminho dos Príncipes	8	Setembro	Joinville	177
6	Conhecendo Schroeder	9	Maio	Schroeder	205
7	Conhecendo a Capital	10	Outubro	Florianópolis	187
8	PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência)	10	Mar a Set	Todas as Escolas da Rede Municipal (5º ano)	187
9	Programa Protetor Ambiental (PROA)	12 a 14	Mar a Dez	E. M. Profº Emílio da Silva e E.M. Profº Santos Tomaselli	30

Ensino Médio

O município possui duas escolas estaduais que oferecem o ensino médio. Destas, apenas uma repassou os dados referentes à quantidade de alunos, turmas e professores, conforme tabela:

Número de alunos Escola Estadual Básica Miguel Couto - Dados de outubro/2016	
Nº de alunos	649
Nº de turmas	27
Nº de professores	28

As informações a seguir mostram as ações e atividades complementares desenvolvidas e mantidas pela Escola Estadual Básica Miguel Couto no período de 2011 a 2016, na faixa etária entre 11 a 17 anos:

Item	Atividade	Público Alvo	Período	Nº pessoas atendidas
1	Drogas lícitas e ilícitas - atividade desenvolvida pelos alunos do Ensino Médio e apresentada a toda a comunidade escolar.	Alunos do EF e EM	Segundo semestre de 2011	Aprox. 750 alunos
2	Bullying - atividade desenvolvida a partir da apresentação de filme sobre a temática e confecção de folder explicativo.	Alunos do EM	Primeiro semestre de 2012	Aprox. 450 alunos
3	Projeto TOSCO - teatro desenvolvido com alunos da segunda série do EM e apresentado a toda a comunidade escolar, a partir da leitura e adaptação do livro TOSCO, tema que retrata a vida de um adolescente, seus problemas familiares, o envolvimento com drogas e a superação dos problemas com a ajuda de pessoas próximas dispostas a ajudá-lo.	Alunos do EF e EM	Segundo semestre de 2012	Aprox. 780 alunos
4	Atividades desenvolvidas pelo NEPRE sobre temas relacionados à saúde, Bullying, Cidadania entre outros.	Alunos do EF e EM	Decorrer do ano letivo	Aprox. 750 alunos
5	Construindo Valores - projeto desenvolvido através do NEPRE com o objetivo de refletir sobre a importância de cultivar os valores positivos como a humildade, a cooperação, amizade, a solidariedade, harmonia, disciplina entre outros, para construir um ambiente escolar agradável e cooperativo entre alunos, professores, equipe administrativa, pais e comunidade.	Alunos do EF e EM	Segundo semestre de 2014	Aprox. 760 alunos
6	As aventuras de Yara no país dos Oculares - projeto desenvolvido com o EF e EM que teve como objetivo refletir sobre a questão da diversidade religiosa e direitos humanos.	Alunos do EF e EM	Segundo semestre de 2015	Aprox. 680 alunos
7	Bullying - atividade desenvolvida pelo NEPRE a partir da apresentação de filme e reflexão sobre o tema.	Alunos do EF e EM	Primeiro semestre de 2016	Aprox. 650 alunos

Educação de Jovens e Adultos (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC e Serviço Social da Indústria do Estado de Santa Catarina - Sesi/SC)

2013

Ensino Fundamental Iª Etapa: Até 17 anos: 01 e 18 à 24 anos: 02

Ensino fundamental IIª Etapa: Até 17 anos: 18 e 18 à 24 anos: 31

Ensino Médio: 18 à 24 anos: 122

2014

Ensino Fundamental Iª Etapa: Até 17 anos: 3 e 18 à 24 anos: 1

Ensino fundamental IIª Etapa: Até 17 anos: 30 e 18 à 24 anos: 16

Ensino Médio: 18 à 24 anos: 78

2015

Ensino Fundamental Iª Etapa: Até 17 anos: 7 e 18 à 24 anos: 1

Ensino fundamental IIª Etapa: Até 17 anos: 18 e 18 à 24 anos: 14

Ensino Médio: 18 à 24 anos: 83

2016

Ensino Fundamental Iª Etapa: Até 17 anos: 1 e 18 à 24 anos: 1

Ensino fundamental IIª Etapa: Até 17 anos: 0 e 18 à 24 anos: 02

Ensino Médio: 18 à 24 anos: 31

Programas, Projetos e Ações de Cultura

As tabelas abaixo apresentam dados dos programas e projetos oferecidos pelo setor de cultura para crianças e adolescentes, elas trazem as informações de 2011 a 2016 e estão divididas por ano, conforme segue:

2011						
Item	Atividade:	Faixa Etária:	Descrição	Dia e Período	Local	Nº vagas ou participações
1	Banda Municipal	Diversa	Atuante desde 2006, tem parceria com a Banda Marcial E.E.B. Miguel Couto e se apresenta em eventos municipais e intermunicipais, como concursos, conferências e desfiles. Também se apresenta como Orquestra de Metais, em seu repertório estão incluídos hinos cívicos, marchas para desfiles, músicas típicas alemãs e clássicos.		Centro Cultural (Sala da Banda)	Aprox. 30
2	Grupo de Folclore	Infantil e Infante	O grupo folclórico SchroederlandVolkstanzgruppe amparado pela Lei nº 1952/13, tem atuação aproximadamente desde 2004. No grupo são trabalhadas questões relacionadas à cultura alemã tendo a dança como principal atividade. É composto por 3 faixas etárias, divididas em adulto, infante-juvenil e infante. As aulas são ministradas pelo professor Rudinei Erich Schroeder.		Centro Cultural (Sala da Banda)	48
3	Escola de Teatro	Infante - Juvenil	Grupo de teatro ministrado pelo Setor de Cultura de 2005 a 2012. Atendia crianças, adolescentes e adultos	Quartas-feiras p: Vespertino e Matutino	Sala do Sindicato dos Trab. Rurais	27
4	Aula de violão popular		Musicalização através do gênero popular.			45

2012						
Item	Atividade:	Faixa Etária:	Descrição	Dia e Período	Local	Nº vagas ou participações
1	Banda Municipal	Diversa	Atuante desde 2006, tem parceria com a Banda Marcial E.E.B. Miguel Couto e se apresenta em eventos municipais e intermunicipais, como concursos, conferências e desfiles. Também se apresenta como Orquestra de Metais, em seu repertório estão incluídos hinos cívicos, marchas para desfiles, músicas típicas alemãs e clássicos.		Centro Cultural (Sala da Banda)	Aprox. 38
2	Grupo de Folclore	Infantil e Infante	O grupo folclórico SchroederlandVolkstanzgruppe amparado pela Lei nº 1952/13, tem atuação aproximadamente desde 2004. No grupo são trabalhadas questões relacionadas à cultura alemã tendo a dança como principal atividade. É composto por 3 faixas etárias, divididas em adulto, infante-juvenil e infante. As aulas são ministradas pelo professor Rudinei Erich Schroeder.		Centro Cultural (Sala da Banda)	48
3	Escola de Teatro	Infante - Juvenil	Grupo de teatro ministrado pelo Setor de Cultura de 2005 a 2012. Atendia crianças, adolescentes e adultos	Quartas-feiras p: Vespertino e Matutino	Sala do Sindicato dos Trab. Rurais	27
4	Aula de violão popular		Musicalização através do gênero popular.			45

2013						
Item	Atividade:	Faixa Etária:	Descrição	Dia e Período	Local	Nº pessoas atendidas
1	Banda Municipal	Diversa	Atuante desde 2006, tem parceria com a Banda Marcial E.E.B. Miguel Couto e se apresenta em eventos municipais e intermunicipais, como concursos, conferências e desfiles. Também se apresenta como Orquestra de Metais, em seu repertório estão incluídos hinos cívicos, marchas para desfiles, músicas típicas alemãs e clássicos.		Centro Cultural (Sala da Banda)	Aprox. 38

2	Grupo de Folclore	Infantil e Infante	O grupo folclórico SchroederlandVolkstanzgruppe amparado pela Lei nº 1952/13, tem atuação aproximadamente desde 2004. No grupo são trabalhadas questões relacionadas à cultura alemã tendo a dança como principal atividade. É composto por 3 faixas etárias, divididas em adulto, infante-juvenil e infantil. As aulas são ministradas pelo professor Rudinei Erich Schroeder.		Centro Cultural (Sala da Banda)	37
3	Mostra Infantil de Cinema nas Escolas	6 - 10 anos (aprox.)	Projeto realizado em parceria com o Circuito Estadual de Cinema Infantil que proporcionou o material a ser exibido, e teve como alvo todas as escolas da rede municipal de ensino de Schroeder. O Setor de Cultura foi responsável por aplicar a exibição das animações e dos curtas-metragens em cada escola municipal, programação organizada a partir de um cronograma semanal produzido em parceria com as escolas.	Período letivo	Atividade nas escolas	E. F. Anos finais de todas as Escolas Municipais

2014

Item	Atividade:	Faixa Etária:	Descrição	Dia e Período	Local	Nº pessoas atendidas
1	Banda Municipal	Diversa	Atuante desde 2006 tem parceria com a Banda Marcial E.E.B. Miguel Couto e se apresenta em eventos municipais e intermunicipais, como concursos, conferências e desfiles. Também se apresenta como Orquestra de Metais, em seu repertório estão incluídos hinos cívicos, marchas para desfiles, músicas típicas alemãs e clássicos.		Centro Cultural (Sala da Banda)	Aprox. 38
2	Grupo de Folclore	Infantil e Infante	O grupo folclórico SchroederlandVolkstanzgruppe amparado pela Lei nº 1952/13, tem atuação aproximadamente desde 2004. No grupo são trabalhadas questões relacionadas à cultura alemã tendo a dança como principal atividade. É composto por 3 faixas etárias, divididas em adulto, infante-juvenil e infantil. As aulas são ministradas pelo professor Rudinei Erich Schroeder.		Centro Cultural (Sala da Banda)	40
3	Grupo de Violão	Infantil e Infante	Desenvolver a musicalização com embasamento teórico e prático do violão erudito, além de aprimorar o meio social.	Segundas e Sextas – Mat. e Vesp.	Centro Cultural (Sala da Banda)	20
4	Auto de Natal	Diversa	Espectáculo desenvolvido pelo setor de Cultura no período de natal com a participação de municípios para atuação e apresentação pública.			
5	Narrativas Visuais: Oficina de História Oral; Oficina de Fotografia e aplicação das técnicas.	13-18	Projeto desenvolvido pelo setor de cultura em parceria com o SESC relacionado a comemoração dos 50 anos da emancipação política de Schroeder. Foram realizadas entrevistas pelos alunos a pessoas envolvidas nos primórdios da organização da política institucional do Município. Resultou na elaboração de painéis em acrílico com fotografias realizadas pelos alunos para exposição e folders com identificação dos entrevistados, fotos e fichas técnicas da equipe.	De agosto à outubro de 2014		10
6	Shows Musicais, peças teatrais, contações de História, pintura facial, projeto de Higiene Bucal	Diversa	Atividades desenvolvidas em parceria com o SESC em comemoração aos 50 anos de emancipação política de Schroeder	Outubro e Novembro de 2014		

2015

Item	Atividade:	Faixa Etária:	Descrição	Dia e Período	Local	Nº pessoas atendidas
1	Grupo de Violão	Infantil e Infante	Desenvolver a musicalização com embasamento teórico e prático do violão erudito, além de aprimorar o meio social.	Segundas e Sextas – Mat. e Vesp.	Centro Cultural (Sala da Banda)	20

2	Banda Municipal	Diversa	Atuante desde 2006 tem parceria com a Banda Marcial E.E.B. Miguel Couto e se apresenta em eventos municipais e intermunicipais, como concursos, conferências e desfiles. Também se apresenta como Orquestra de Metais, em seu repertório estão incluídos hinos cívicos, marchas para desfiles, músicas típicas alemãs e clássicos.	Individual, nipes e ensaios gerais nas terças a noite e sábados.	Centro Cultural (Sala da Banda)	
3	Grupo de Folclore	Infantil	O grupo folclórico SchroederlandVolkstanzgruppe amparado pela Lei nº 1952/13, tem atuação aproximadamente desde 2004. No grupo são trabalhadas questões relacionadas à cultura alemã tendo a dança como principal atividade. É composto por 3 faixas etárias, divididas em adulto, infanto-juvenil e infantil. As aulas são ministradas pelo professor Rudinei Erich Schroeder.	Sábados 8h - 12h	Centro Cultural (Sala da Banda)	44
4	Grupo de Folclore	Infanto - Juvenil		Sábados 8h - 12h	Centro Cultural (Sala da Banda)	
5	Mostra de Cinema nas Escolas	6 - 10 anos (aprox.)	Projeto realizado em parceria com o Circuito Estadual de Cinema Infantil que proporcionou o material a ser exibido, e teve como alvo todas as escolas da rede municipal de ensino de Schroeder. O Setor de Cultura foi responsável por aplicar a exibição das animações e dos curtas-metragens em cada escola municipal, programação organizada a partir de um cronograma semanal produzido em parceria com as escolas.	Período letivo	Atividade nas escolas	E. F. Anos finais de todas as Escolas Municipais
6	Encenação para Auto de Natal	Diversa	Espectáculo desenvolvido pelo setor de Cultura no período de natal com a participação de munícipes para atuação e apresentação pública.			

2016

Item	Atividade:	Faixa Etária:	Descrição	Dia e Período	Local	Nº pessoas atendidas
1	Grupo de Violão	Infantil e Infanto	Desenvolver a musicalização com embasamento teórico e prático do violão erudito, além de aprimorar o meio social.	Segundas e Sextas – Mat. e Vesp.	Centro Cultural (Sala da Banda)	20
2	Banda Municipal	Diversa	Atuante desde 2006, tem parceria com a Banda Marcial E.E.B. Miguel Couto e se apresenta em eventos municipais e intermunicipais, como concursos, conferências e desfiles. Também se apresenta como Orquestra de Metais, em seu repertório estão incluídos hinos cívicos, marchas para desfiles, músicas típicas alemãs e clássicos.	Individual, nipes e ensaios gerais nas terças a noite e sábados.	Sala da Banda Municipal	38
3	Grupo de Folclore	Mirim e Infantil	O grupo folclórico Schroederland Volkstanzgruppe amparado pela Lei nº 1952/13, tem atuação aproximadamente desde 2004. No grupo são trabalhadas questões relacionadas à cultura alemã tendo a dança como principal atividade. É composto por 3 faixas etárias, divididas em adulto, infanto-juvenil e infantil. As aulas são ministradas pelo professor Rudinei Erich Schroeder.	Sábados 8h - 12h	Sala da Banda Municipal	41
4	Grupo de Folclore	Infanto - Juvenil		Sábados 8h - 12h	Sala da Banda Municipal	11
5	Peça Teatral Jnior e Sua Virose	6 - 10 anos (aprox.)	Encenação com fantoches com a temática virose, com linguagem infantil, sucedida por breve encenação com marionetes de corda com uso de música. Além de conscientizar sobre a virose o intuito da peça era aproximar os estudantes das possibilidades e materiais das artes cênicas.	Período letivo	Atividade nas escolas	Creches e E. F. Anos Iniciais de todas as Escolas Municipais

Programas, Projetos e Ações de Esporte e Lazer

O município de Schroeder na realização de suas atividades esportivas objetiva sempre associar a qualidade de vida dos praticantes proporcionando saúde, educação, cultura e lazer aos esportistas, sempre atendendo a diversos grupos e diferentes faixas etárias.

Todas as atividades são oferecidas gratuitamente, com a presença de profissionais qualificados, materiais diversificados, bem como realizados em espaços públicos (ginásios em especial) e escolas. No período de 2011 - 2015 as atividades foram realizadas em 04 locais: no Centro, no bairro de Schroeder I, Centro Norte e Itoupava-açu envolvendo crianças e jovens na faixa etária de 06 a 17 anos.

O Projeto Desporto de Base é o maior e principal projeto, realizado há vários anos. Conjuntamente com ele, havia nos anos de 2014-2015 o PAF (Projeto Atletas do Futuro). Ambos desenvolvem um trabalho de iniciação e aperfeiçoamento em diversas modalidades esportivas com vistas à participação de crianças e jovens em eventos esportivos bem como, oportuniza a prática de atividades que venham desenvolver hábitos de vida saudável e princípios de cidadãos conscientes de sua responsabilidade social. Neste período foram envolvidos, aproximadamente, 1.000 alunos atletas.

Atualmente, estão envolvidos, aproximadamente 650 alunos atletas, os quais participam de duas a três vezes por semana, e têm a oportunidade de praticar alguma atividade física / esportiva dentro das modalidades oferecidas. As principais são: Futsal e Voleibol, bem como a

Recreação. Também são trabalhadas as demais modalidades, mas de maneira indireta. Também dentro deste projeto os alunos atletas que se destacam seguem para um trabalho de rendimento e técnica formando as equipes de competição.

Nesta faixa de idade, existem também as equipes de Competição que representam o município em várias cidades da região participando de circuitos, campeonatos e integrações, o que proporciona uma maior vivência, ritmo de jogo aos atletas jovens e a oportunidade de estarem participando de um evento de maior nível técnico.

Já de maneira geral e atingindo todos os locais e comunidades do município, de acordo com a idade, acontecem os Eventos Escolares, que são atividades esportivas a nível escolar e são realizados com a participação dos alunos das diversas escolas do município. Todos os eventos iniciam na escola e após seguem em especial para a etapa municipal. Existem os seguintes eventos: Jogos Escolares Municipais de Schroeder- JEMS (aproximadamente 680 alunos em 2016), Jogos Escolares 15 a 17 anos (aproximadamente 80 alunos em 2015), Jogos do Ensino Médio (aproximadamente 500 alunos – ficou restrito nas escolas a partir de 2015), Moleque bom de Bola (aproximadamente 160 alunos em 2016), Festival Escolar 10 e 12 anos (aproximadamente 960 alunos em 2015/2016). Nestes eventos o leque de modalidades é amplo desde as coletivas como as individuais (Futsal, Futebol de Campo, Voleibol, Basquete, Handebol, Atletismo, Tênis de Mesa, Xadrez, entre outras). Participação de atletas nos campeonatos, torneios e demais eventos de participação (ref. ano 2015). Aproximadamente 250 atletas. Estes são os projetos realizados em 2016:

Projeto Desporto de Base: Atende na faixa de 05 à 17 anos, nos Ginásios Municipais “Alfredo Pasold” e “Dos Imigrantes”. Estes ginásios se localizam nos bairros Centro e Schroeder 1, respectivamente, porém, de acordo com as fichas de cadastro, ocorre a presença de alunos atletas de diversas localidades do município que se deslocam para participar do projeto. As atividades são desenvolvidas no mínimo 2 vezes por semana.

Equipes de Competição: modalidade de Futsal: Aproximadamente 75 alunos atletas modalidade de Voleibol: Aproximadamente 40 alunos atletas

Escolinhas Esportivas: modalidades diversas com foco em futsal e voleibol aproximadamente 520 alunos atletas.

4.6. Quanto ao DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

O SENAI oferta curso de profissionalização nas modalidades de aprendizagem e qualificação para adolescentes. A tabela mostra a quantidade de adolescentes, em ambas as modalidades, no período de 2011 a 2016:

ANO	APRENDIZAGEM	QUALIFICAÇÃO
2011	125	Informação indisponível
2012	163	Informação indisponível
2013	259	7
2014	238	24
2015	203	3
2016	102	2
TOTAL	1090	36

*No caso das aprendizagens, não foi possível identificar quem era ou não cotista, pois o relatório é com as informações fechadas do ano letivo quando os alunos já não estão mais com os contratos vigentes.

4.7. Dados do Conselho Tutelar

Os dados abaixo apresentados contemplam o número de denúncias de violações recebidas contra Criança/Adolescentes de 0 a 17 anos, segundo síntese da violação. Tais informações foram retiradas do Sistema de Informação para Infância e a Adolescência utilizado pelo Conselho Tutelar de Schroeder – SIPIA/CT.

2011 - 01/07/2011 - 31/12/2011		
DIREITO À VIDA E À SAÚDE	15	15,15%
LIBERDADE, RESPEITO, DIGNIDADE	15	15,15%
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	36	36,36%
EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER	33	33,33%
TOTAL	99	100%
2012		
DIREITO À VIDA E À SAÚDE	23	7,69%
LIBERDADE, RESPEITO, DIGNIDADE	72	24,08%
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	119	39,80%
EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER	85	28,43%
TOTAL	299	100%
2013		

DIREITO À VIDA E À SAÚDE	16	6,48%
LIBERDADE, RESPEITO, DIGNIDADE	30	12,14%
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	123	49,80%
EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER	75	30,37%
PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	3	1,21%
TOTAL	247	100%

2014		
DIREITO À VIDA E À SAÚDE	8	2,85%
LIBERDADE, RESPEITO, DIGNIDADE	29	10,32%
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	151	53,73%
EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER	91	32,39%
PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	1	0,36%
TOTAL	280	100%

2015		
DIREITO À VIDA E À SAÚDE	18	3,64%
LIBERDADE, RESPEITO, DIGNIDADE	38	7,69%
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	300	60,73%
EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER	137	27,74%
PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	1	0,20%
TOTAL	494	100%

2016 – 01/01/2016 - 30/06/2016		
DIREITO À VIDA E À SAÚDE	19	9,84%
LIBERDADE, RESPEITO, DIGNIDADE	22	11,40%
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	94	48,70%
EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER	58	30,06%
TOTAL	193	100%

4.8. Dados da Vara da Infância – Fórum de Guaramirim

Os dados abaixo relacionados contemplam os números de ações ajuizadas pelo Fórum da Comarca de Guaramirim (que contemplam os municípios de Guaramirim, Schroeder e Massaranduba):

AÇÕES AJUIZADAS NA ÁREA DA INFÂNCIA NA COMARCA DE GUARAMIRIM Guaramirim / Massaranduba / Schroeder			
CLASSE	2014	2015	2016
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	2	14	10
ADOÇÃO	0	3	4
APURAÇÃO INFRA. ADM (APOIA)	9	4	1
MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA/ADOLESCENTE	4	12	7
PERDA DO PODER FAMILIAR	0	2	3
BOLETIM DE OCORRÊNCIA	10	7	31
PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL	10	17	7
EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	1	27	26

Em relação ao APOIA, segue abaixo o número de procedimentos registrados no sistema de gestão desta Promotoria de Justiça-SIG/MP:

2013 - 8 procedimentos, dos quais 1 foi judicializado

2014 - 31 procedimentos, dos quais, 7 foram judicializados

2015 - 67 procedimentos, dos quais, 7 foram judicializados

2016 - (até outubro) - 65 procedimentos, dos quais 4 já foram judicializados

Em relação ao Disque-100, segue abaixo o número de procedimentos registrados:

2013 - 24 procedimentos

2014 - 23 procedimentos

2015 - 18 procedimentos

2016 (até outubro) - 27 procedimentos

Pedido de acolhimento institucional feito pelo Ministério Público (somente Schroeder):

2013 e 2014 - não constaram registros no sistema,

2015 - 1 pedido de acolhimento (duas crianças – irmãos),

2016 - 2 pedidos de acolhimento.

Obs.: duas crianças – irmãos reincidentes, 1 adolescente e 1 criança.

6 .Plano de Ação

O Plano de ação contempla os cinco Eixos Estratégicos do Plano Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes: 1- Promoção dos direitos de crianças e adolescentes, 2- Proteção e Defesa dos Direitos, 3- Participação de Crianças e Adolescentes, 4- Controle Social da efetivação dos Direitos e 5- Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Diretriz 01 - Promoção da cultura do respeito e da proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, das instituições e da sociedade.

Objetivo Estratégico 01 – Promover o respeito aos direitos da criança e do adolescente na sociedade em geral e nos meios de comunicação de modo a consolidar uma cultura de cidadania.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Trabalhar temas transversais nas escolas (bullying, drogas, sexualidade, diversidade)	Desenvolver atividades lúdicas (Teatro, música e outros).	Anualmente	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SECEL, Escolas Municipais e Estaduais.
	Produzir material paradidático e online específico dos temas transversais e disponibilizar para a escola: professores e alunos	Ação Continuada	Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED/SC e SECEL
	Elaborar cronograma de período de desenvolvimento de cada tema	Até fevereiro de cada ano	SED/SC e SECEL
Incentivar discussões relacionadas aos direitos (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA)	Conduzir atividades direcionadas a toda comunidade (palestras, rodas de conversas e etc).	Anualmente	Conselho Tutelar
Ampliar programas, projetos e ações do Município ofertados por entidades governamentais e não governamentais.	Mediar e apoiar programas, projetos e ações.	Permanente	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Poder Público e Privado
Objetivo Estratégico 02 – Fortalecer as competências familiares em relação à proteção integral e educação em direitos humanos de crianças e adolescentes no espaço doméstico.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Fortalecer a rede de atendimento direcionando para o mesmo foco.	Criar Comissão de Trabalho tendo como membros representantes da Secretaria de Assistência Social - SAS, SECEL, Secretaria Municipal de Saúde - SMS, Conselho Tutelar, Polícia Civil e Militar.	Permanente	Poder Executivo, SAS, SECEL, SMS, Conselho Tutelar, Polícia Civil, Polícia Militar, Entidades não governamentais.
	Identificar e definir mediadores, multiplicadores que serão orientados para auxiliar nas ações propostas pela comissão.	Permanente	Poder Executivo, SAS, SECEL, SMS, Conselho Tutelar, Polícia Civil, Polícia Militar, Entidades não governamentais.
Fomentar medidas de prevenção, orientação e conscientização, acerca das responsabilidades das famílias, considerando os direitos da criança, do adolescente, direitos, deveres e obrigações pais ou responsáveis.	Implantar grupos em parceria com as escolas para roda de conversa com os pais.	Permanente	SAS, Escolas Estaduais e Municipais Conselho Tutelar
	Conscientizar sobre papel do Conselho Tutelar e SAS.		
	Elaborar cartilhas de orientação com perguntas e respostas sobre a convivência familiar	Permanente	SAS Escolas Estaduais e Municipais Conselho Tutelar
Ampliar serviços, programas, projetos e ações descentralizadas para famílias com foco em práticas educativas e de cuidados de crianças e adolescentes considerando os direitos humanos.	Efetuar palestra nas Escolas Estaduais e Municipais	Permanente	SAS, SECEL, SMS, Conselho Tutelar, Entidades não governamentais
Elaborar o Plano Municipal da Primeira Infância	Constituir formalmente comissão intersetorial responsável pela construção, monitoramento e avaliação.	Até 2020	Poder Executivo, CMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, SAS, SECEL, SMS

Objetivo Estratégico 03 - Fomentar a cultura da sustentabilidade socioambiental no processo de educação em direitos humanos com crianças e adolescentes.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Promover conscientização sobre alimentação saudável e sobre o cultivo dos alimentos;	Implantar e ampliar projetos de Horta Orgânica Escolar e Familiar, assim como a captação de água das chuvas.	Permanente	SED/SC, SECEL, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Águas, Saneamento e Gestão Ambiental
Ampliar ações de educação ambiental e fomentar medidas de reciclagem do lixo no município.	Implantar lixeiras de coleta seletiva em todo o município: escolas, creches, jardins de infância indiferente da esfera administrativa (públicas, estaduais, municipais e privadas.)	Permanente	SED/SC e SECEL Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Águas, Saneamento e Gestão Ambiental
Implantar saneamento básico	Desenvolver ações pertinentes para iniciar a implantação do saneamento básico no Município	2026	Poder Executivo e Secretaria de Águas, Saneamento e Gestão Ambiental
Promover o reconhecimento da biodiversidade do município e a conscientização da importância de preservar o patrimônio natural do local	Realizar projetos que possibilitem o contato da criança e do adolescente com os recursos que o município dispõe	Ação continuada	SECEL, Setor de Turismo e Setor de Cultura em parceria com as escolas
Objetivo Estratégico 04 – Implementar o ensino dos direitos humanos de crianças e adolescentes na educação básica, em atendimento à Lei Nº. 11.525/07.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Efetivação da Lei nº 11.525/07	Inserir como conteúdo o tema na disciplina curricular de português (produção de texto, debate, interpretação de texto, entre outros)	2020	Ministério de Educação - MEC, SED/SC e SECEL
Promover diálogo acerca da diversidade étnico - racial observando a lei nº 10.639/2003 e a lei 12.010/2009. Combater práticas de racismo e xenofobia. Promover a valorização e o reconhecimento das diferentes manifestações culturais no ambiente escolar.	Exibir de filmes temáticos com mediação (debates, discussões)	Ação continuada	Parceria do Setor de Cultura com Escolas da Rede Municipal e Estadual
Desenvolver interação entre o espaço escolar e diferentes práticas culturais. Promover desenvolvimento social e motor.	Desenvolver musicalização nas escolas (Lei 13.278 de 2016 define que as artes visuais, a dança, a música e o teatro devem compor o currículo das redes de ensino da educação básica)	2020	Setor de Cultura e SECEL
Promover diálogo acerca da construção de identidade. Desconstruir preconceitos. Prevenir discriminação e outras Violências. Promover Igualdade de Gênero.	Realizar intervenções artísticas (teatro, pintura, fotografia, música, literatura, entre outras)	Ação continuada	Setor de Cultura, SAS, SECEL, SMS, Conselho Tutelar, Polícia Civil, Polícia Militar, Entidades não governamentais.
Objetivo Estratégico 05 - Priorizar a proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas de desenvolvimento econômico e ambiental.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Manter e ampliar ações voltadas para o desenvolvimento econômico e ambiental	Realizar parcerias com instituições voltadas para estes segmentos.	Ação continuada	SECEL, Escolas Estaduais, Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRE-SOL, Batalhão da Polícia Militar Ambiental - BPMA
	Planejar e executar projetos no município de parques arborizados	2018 - 2026	Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças
Objetivo Estratégico 06 - Fortalecer políticas públicas de erradicação da pobreza e de superação das iniquidades.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Ampliar e fortalecer as estratégias de intervenção e o acompanhamento das famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social do município.	Ampliar a equipe do CRAS, de acordo com a Norma Operacional Básica/RH.	2022	Poder Executivo e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças.
Ações Geração de renda para promover autonomia das famílias	Realizar cursos profissionalizantes voltados para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Ação continuada	Poder Executivo, SAS, Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família

Fomentar o desenvolvimento econômico do município, dentro das legislações vigentes.	Desenvolver e apoiar estratégias de desenvolvimento econômico dentro do município	Ação continuada	Poder executivo e Associação Comercial Industrial e Agrícola de Schroeder-ACIAS
	Oportunizar o acesso de novas empresas, possibilitando a inserção dos adolescentes ao Programa Jovem Aprendiz.	Ação continuada	Poder executivo, SENAI/SC e ACIAS.

Diretriz 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, com promoção da equidade e afirmação da diversidade.

Objetivo Estratégico 07 - Adotar mecanismos que garantam registro civil e a documentação básica de crianças e adolescentes.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Erradicação do sub-registro civil e situação de crianças e adolescentes sem documentação básica necessária	Exigir a apresentação de certidão de nascimento e documentação básica no atendimento de crianças e adolescentes.	Permanente	Conselho Tutelar, Entidades públicas e privadas do Município.
	Identificar e encaminhar situação com crianças e adolescentes sem documentação básica ao Conselho Tutelar	Permanente	Entidades públicas e privadas do Município
Objetivo Estratégico 08 – Fortalecer a política de Assistência Social na oferta de serviços de proteção social básica e especial às crianças, adolescentes e famílias que delas necessitem.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Manutenção e ampliação dos serviços de proteção social básica e especial às crianças e adolescentes e suas famílias que dela necessitem	Garantir equipes de referência no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e Centro Especializado de Referência de Assistência Social-CREAS, conforme prevê a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH	Permanente	Governo Federal, Estadual e Municipal, SAS, CMAS
Qualificação do atendimento da Política de Assistência Social	Garantir capacitação continuada aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	Permanente	Poder Executivo, SAS, CMAS, CMDCA
Objetivo Estratégico 09 - Fortalecer políticas de segurança alimentar para erradicação da fome e melhoria da qualidade nutricional de crianças e adolescentes.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Implantação do Projeto de Horta Comunitária.	Instalar de mecanismos sustentáveis que usem para irrigação água da chuva com acompanhamento do técnico agrônomo.	2020	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica - EPAGRI, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, entidades não governamentais.
Objetivo Estratégico 10 - Consolidar políticas de atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Facilitar o acesso a consulta, exames médicos para o diagnóstico de crianças e adolescentes e emissão do laudo.	Manter diálogo intersetorial	Ação continuada	SMS, SECEL, SAS
	Ampliar a destinação de recursos para custeio dos serviços	2017	Esfera Federal, Estadual
	Implantar horário de atendimento médico na Unidade de Saúde Central, horário das 22h00min às 07h30min	2026	SMS e Poder Executivo
Implantar Programa Municipal de Saúde na Escola	Identificar os alunos com dificuldade visual e auditiva	2020	SMS e SECEL
	Buscar parcerias na região	2020	SMS e SECEL
Definir critérios para atender a equidade	Contratar Médico auditor	2018	Poder Executivo, SMS
Implantar CAPS no Município	Contratar equipe de referência conforme legislação vigente	2019	Poder Executivo
Reativar o Conselho Municipal Antidrogas	Realizar Fórum para eleição dos membros não governamentais e emitir Portaria de nomeação dos representantes governamentais	2017	Poder Executivo, SMS
Objetivo Estratégico 11 - Universalizar o acesso e promover a permanência de crianças e adolescentes na educação básica, concluída em idade adequada, garantindo aprendizagem de qualidade e a educação integral, com a ampliação de tempos, espaços e oportunidades.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis

Fomentar o reconhecimento e o respeito pela diversidade considerando a identidade de gênero.	Viabilizar o uso do nome social nos espaços escolares em todos os níveis e modalidades, conforme Resolução nº12 de 16/01/2015, considerando seu Art. 1º.	Permanente	SECEL e SED/SC
Tornar a escola mais atrativa para crianças e adolescentes	Disponibilizar recursos tecnológicos com acesso à internet dentro da escola	2018	SECEL e SED/SC
	Oferecer aulas diferenciadas, como aula de alemão para despertar o interesse e estimular o conhecimento	Ação continuada	SECEL, SED/SC, Escolas municipais e estaduais, Associação de Pais e Professores - APP.
	Promover gincanas de integração e socioeducativas	Anualmente	Escolas municipais e estaduais
Garantir a correção das distorções idade/série	Instaurar programas educacionais que efetivamente promovam a correção das distorções idade/série	2018	SECEL e SED/SC
	Oferecer atividade extracurricular de incentivo aos estudantes e de estímulo a outras habilidades	2018	SECEL e SED/SC
Ofertar serviço de psicopedagogo para a rede municipal de ensino	Ampliar carga horária para 40 horas	2017	SECEL
	Contratar mais um psicopedagogo com carga horária de 40 horas	2022	SECEL
Ofertar serviço de psicopedagogo para o Município	Contratar Psicopedagogo	2022	SED/SC
Ofertar serviço de equipe multidisciplinar 40 horas para atendimento da rede municipal de ensino	Contratar psicólogo	2019	SECEL
	Contratar fonoaudiólogo	2022	SECEL
	Contratar neuropsicopedagogo	2024	SECEL e SMS
Melhoria no atendimento especializado para crianças e adolescente	Implantar as Salas de AE – Atendimento Especializado	2026	SECEL e SED/SC
	Implantar aulas de reforço escolar	2018	SECEL e SED/SC
Efetivação do cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação	Promover reuniões, encontros, seminários, fóruns com as entidades governamentais e não governamentais.	2024	SECEL
Objetivo Estratégico 12 - Consolidar a oferta de ensino profissionalizante de qualidade integrado ao ensino médio.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Identificar demandas de interesse quanto às áreas de atuação	Aplicar questionário de orientação vocacional com os alunos do 9º ano	2018	SECEL e escolas municipais e estaduais
Manter ativo o Projeto Schroeder Empreendedor (alunos do 9º ano)´	Divulgar as ações do Projeto no Município.	Permanente	SECEL e ACIAS
	Expandir para as escolas estaduais		
Escolas em período integral (50% das escolas e 25% dos alunos da rede de ensino)	Adequar as escolas para atendimento da demanda	2017 -2024	Poder Executivo e SECEL
	Cofinanciar os projetos de contra turno		
Objetivo Estratégico 13: Ampliar o acesso a programas de profissionalização, aprendizagem e inserção no mercado de trabalho dos adolescentes a partir dos 14 anos, de acordo com a legislação vigente.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Divulgar e ampliar Programa Jovem Aprendiz	Divulgar por meio de reuniões inter-setoriais, entidades, ACIAS	Permanente	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e ACIAS
Objetivo Estratégico 14 – Ampliar o acesso e a oferta de políticas culturais que nas suas diversas expressões e manifestações considerem o desenvolvimento de crianças e adolescentes e o seu potencial criativo.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Possibilitar espaços de socialização de conhecimento que oportunizem novos saberes em contra turno	Instituir oficinas comunitárias temáticas (por exemplo: Bonecas do Outubro Rosa, ovinhos de páscoa, bonecas abayomi no mês da consciência negra, oficina de fotografia, socialização de artesanatos e modos de fazer com Entidades.	Ação continuada	SECEL e escolas estaduais e municipais, entidades não governamentais
Possibilitar espaços de socialização de manifestações culturais	Utilizar os espaços públicos, Praças Municipais (tardes com músicas, apresentações, feira do livro)	Ação continuada	Poder Executivo

Viabilizar o direito referente ao lazer e cultura, conforme Art. 4º da Lei 8.069/1990	Manter o Grupo de Violão, Banda municipal e Grupo Folclórico	Ação Continuada	Poder Executivo e Setor de Cultura
	Diversificar as atividades oferecidas (dança)	Ação Continuada	Poder Executivo e Setor de Cultura
	Construir Pista de Skate	2018	Poder Executivo e SECEL
	Implantar parques infantis descentralizados	2026	Poder Executivo e SECEL
	Construir praça poliesportiva	2026	Poder Executivo e SECEL
	Ampliar, diversificar (oferecer outras modalidades) e descentralizar os projetos de esporte.	2018	SECEL
Implantar ações de valorização e reconhecimento da cultura local no âmbito material e imaterial.	Implantar projeto História dos Bairros	Anual	SECEL e Setor de Cultura em parceria com as escolas.
Objetivo Estratégico 15 - Ampliar o acesso a políticas e programas que garantam o direito ao esporte e ao lazer, assegurando a participação de crianças e adolescentes com deficiência.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Ampliação e descentralização dos projetos de Esporte	Diversificar as modalidades de esporte ofertadas	2019	SECEL
Priorizar atividades de inclusão que viabilizem acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiência.	Adequar e/ou adaptar espaços físicos de acordo com as normas vigentes	Ação continuada	Poder Executivo, Entidades governamentais e não governamentais
	Incentivar e acompanhar as adequações e/ou adaptações dos espaços físicos de acordo com as normas vigentes		Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Schroeder – COMDES
	Investir em atendimento especializado e na capacitação de profissionais para atender as demandas	2020	Poder Executivo e SECEL
Ampliação dos espaços públicos de lazer adequados no município	Elaborar projetos e buscar recursos e investimento nesta área	Anualmente	Poder executivo e Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

Diretriz 03 – Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.

Objetivo Estratégico 15 – Promover a implantação e o funcionamento de conselhos tutelares em todos os municípios, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CONANDA.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Melhoria na estrutura física de atendimento do Conselho Tutelar	Oferecer espaço físico adequado	2017	Poder executivo Conselho Tutelar
Destinação e estruturação definitiva de espaço físico para Conselho Tutelar	Buscar recursos, definir terreno público e construir sede própria para este órgão.	Até 2026	Poder executivo Conselho Tutelar
Adequar a equipe de apoio	Contratar equipe de apoio ao Conselho Tutelar, conforme previsão em legislação vigente.	2020	Poder executivo

Diretriz 04 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados.

Objetivo Estratégico 16 - Fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Elaboração e implantação do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária	Constituir formalmente comissão intersetorial responsável pela construção, bem como seu monitoramento e avaliação.	Até 1º semestre de 2018	CMDCA, SAS, SECEL, SMS
Objetivo Estratégico 17 - Formular parâmetros e estruturar uma rede integrada de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência, em suas diversas formas.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Melhorar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência	Capacitar à rede de atendimento	Permanente	CMDCA, SAS, SECEL, SMS
	Ampliar equipe de referência do CREAS	Conforme a demanda apresentada	Poder Executivo

Cumprir os mecanismos estabelecidos no Protocolo de Atendimento a Pessoas em Situação de Ameaça e ou Violação de Direitos	Organizar o funcionamento da comissão Intersetorial para efetivação do conteúdo do Protocolo	Quadrimestralmente	Comissão Intersetorial CMDCA
Garantir o atendimento para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional	Disponibilizar atendimento através de Instituição de Acolhimento para crianças e adolescentes	Anual	Poder Executivo, Poder Legislativo e SAS.
Objetivo Estratégico 18 – Fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência sexual contra crianças e adolescentes.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Elaborar Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes	Constituir formalmente comissão intersectorial responsável pela construção, bem como seu monitoramento e avaliação.	2017	Poder Executivo, CMDCA, CMAS, SAS, SECEL, SMS e Polícia Civil.
Manter as ações intersectoriais de promoção e dos direitos e prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes.	Realizar ações intersectoriais de cunho educativo.	Anualmente	CMDCA, SECEL, SMS, SAS, Polícia Civil.
Objetivo Estratégico 19 - Fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Elaborar o Plano Municipal de prevenção e erradicação do trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador	Constituir formalmente comissão intersectorial responsável pela construção, bem como seu monitoramento e avaliação	2019	Poder Executivo, CMDCA, CMAS, SAS, SECEL, SMS
Manter as ações de promoção e dos direitos e prevenção e erradicação do trabalho infantil.	Realizar ações intersectoriais de cunho educativo	Bianual	CMDCA, SECEL, SMS, SAS
Objetivo Estratégico 20 - Implementar os serviços e programas de proteção dos direitos e responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei, de acordo com os parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Executar e fortalecer as ações previstas no Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE	Acompanhar e Incentivar o Funcionamento da Coordenação Municipal do SIMASE	Permanente	CMDCA
Objetivo Estratégico 21 - Definir e implementar políticas e programas de enfrentamento à morbimortalidade de crianças e adolescentes por causas externas, contemplando ações de prevenção, proteção, reabilitação e atenção integral às vítimas de acidentes e violências.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Fortalecimento das ações intersectoriais de promoção dos direitos e prevenção à violência contra crianças e adolescentes.	Realizar ações intersectoriais de cunho educativo com os temas: alienação parental, negligência e uso de drogas	Anual	CMDCA, SECEL, SMS, SAS, Conselho Tutelar.
Objetivo estratégico 22 - Fortalecer e aprimorar os mecanismos de denúncia e notificação de violações dos direitos de crianças e adolescentes.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Intensificar a divulgação dos canais de Denúncia	Realizar ações e campanhas de divulgação do Disque 100	Permanente	Secretaria Estadual dos Direitos Humanos, Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação, SAS, Secretaria de Estado da Saúde, SMS, SECEL, SED/SC, Ministério Público, Conselho Tutelar.
Capacitar e orientar a rede atendimento sobre os mecanismos de notificação de violações dos direitos de crianças e adolescentes. SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação	Realizar reuniões intersectoriais com a rede de atendimento	Anualmente	SMS
Objetivo Estratégico 23 – Universalizar, em igualdade de condições, o acesso de Crianças e Adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública para a efetivação dos seus direitos.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Melhoria da segurança pública com estrutura de profissionais	Apurar situação atual da segurança pública junto aos órgãos de fiscalização.	2017	Esfera Municipal, Estadual e Federal
Aproximação das crianças e adolescentes das escolas municipais e estaduais junto ao Poder Judiciário e Ministério Público	Levar crianças e adolescentes para conhecer o Fórum de Guarimir	Continuada	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC, CMDCA SECEL, Gerência Regional de Educação - GERED

EIXO 3 – PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Diretriz 05 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a expressão livre de crianças e adolescentes sobre os assuntos a eles relacionados e sua participação organizada, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Objetivo Estratégico 24 - Promover a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Possibilitar participação na política institucional	Criar Projeto Vereador Mirim	Permanente	Poder Legislativo
Criar projeto para Visitação dos estudantes da rede de ensino à Câmara de Vereadores	Anualmente	SECEL e Poder Legislativo	
Implantar e fortalecer os Grêmios estudantis nas escolas municipais e estaduais	Incentivar, apoiar e auxiliar os alunos na organização e desenvolvimento destes grêmios.	Permanente	Escolas municipais e estaduais e APP
Objetivo Estratégico 25 - Democratizar o acesso aos meios de comunicação para que crianças e adolescentes possam se expressar e manifestar suas opiniões.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Ampliação da participação de crianças e adolescentes nas conferências municipais, regionais, estaduais e nacionais.	Realizar pré-conferências e oficinas específicas para estas faixas etárias	Até 2020	CMDCA, SAS
Participação das crianças e adolescentes nos projetos políticos, culturais para que possam dar opiniões em melhorar o Município	Garantir a participação e manifestação de opinião de crianças e adolescentes nos espaços públicos e eventos promovidos no município.	Permanente	Sistema de Garantia de Direitos e sociedade em geral
	Oferecer cursinhos básicos: informática, arquitetura, fotografia, robótica, eletrônica, entre outros.	Permanente	Sistema de Garantia de Direitos e sociedade em geral

EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

Diretriz 06 - Universalização e fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente para assegurar seu caráter paritário, deliberativo e controlador, garantindo a natureza vinculante de suas decisões.

Objetivo Estratégico 26 – Promover a implantação universal dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, fortalecendo suas atribuições de mobilizar a sociedade, formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas para crianças e adolescentes.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Melhorar atuação do CMDCA	Elaborar cronograma de atividades do CMDCA	Anualmente Até dezembro de cada ano	CMDCA
Capacitação Continuada dos membros do CMDCA	Garantir participação dos membros do CMDCA nas capacitações	Permanente	CMDCA, SAS, SMS, SECEL
Ampliação dos canais de comunicação entre o sistema de garantia de direitos	Aproximar e fortalecer a comunicação e a discussão sobre a política de atendimento a crianças e adolescentes	Permanente	Sistema de garantia de direitos
Objetivo Estratégico 27 - Desenvolver metodologias e sistemas de monitoramento e avaliação da Política Nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Ampla divulgação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - PDHCA Schroeder	Confeccionar e distribuir o PDHCA de Schroeder	2017	CMDCA, SAS

EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Diretriz 07 - Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo.

Objetivo Estratégico 28 - Estabelecer mecanismos e instâncias para a articulação, coordenação e pactuação das responsabilidades de cada esfera de governo na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Instituir cargo de Secretário Executivo responsável pelos Conselhos Municipais	Contratar profissional técnico, obrigatoriamente de nível superior.	2019	Poder Executivo
Fortalecimento da intersetorialidade entre as políticas públicas	Realizar ações conjuntas e garantir a participação dos setores nestes eventos	Permanente	Poder executivo e SMS, SAS, SECEL, Conselho Tutelar

Diretriz 08 – Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.

Objetivo Estratégico 29 - Dotar a política dos direitos humanos de crianças e adolescentes de recursos suficientes e constantes para a plena implementação das ações do Plano Decenal, não sujeitas a limitação de empenho, anualmente na LDO.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis

Efetivação de porcentagem mínima de recursos do orçamento anual para o FIA	Encaminhar proposta de previsão mínima de 0,3% de destinação do orçamento anual municipal para o FIA	Até 2018	Poder Executivo
--	--	----------	-----------------

Diretriz 09 – Qualificação de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes com especial atenção para a formação continuada de conselheiras e conselheiros dos direitos e tutelares.

Objetivo Estratégico 30 – Implementar uma política de formação para atuação de profissionais nas políticas públicas para crianças e adolescentes, com ênfase na rede de conselheiros e conselheiras dos direitos e tutelares.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Garantir capacitação continuada para proporcionar atendimento especializado e qualificado	Criar programa de formação continuada para a rede de atendimento	Permanente	Poder Executivo, CMDCA SAS, SMS, SECEL

Diretriz 10 – Implementação de monitoramento gerencial do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do seu respectivo orçamento.

Objetivo Estratégico 31 - Desenvolver metodologias de monitoramento e avaliação do Plano Decenal no âmbito do governo federal.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Estabelecer metodologia e mecanismos de monitoramento e avaliação deste Plano	Nomear comissão intersetorial com coordenação deste Plano	2017	CMDCA
	Realizar audiência pública a cada três anos	2019 e 2023	CMDCA e Comissão Interseccional do Plano Decenal
	Criar mecanismos de consulta pública online	2018	CMDCA, Comissão Interseccional do Plano Decenal e Diretoria de Informática

Diretriz 11 – Produção de conhecimentos sobre a infância e adolescência, aplicada ao processo de formulação de políticas públicas.

Objetivo Estratégico 32 - Ampliar as linhas de financiamento de pesquisas e publicações no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.			
Metas	Ações	Prazo	Responsáveis
Possibilitar o acesso ao ensino superior	Fomentar parcerias entre as escolas estaduais e estudantes do Ensino Superior inscritos no Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU, PROUNI - Programa Universidade para Todos.	Ação continuada	Unidades de Ensino Superior, SECEL e SED/SC
	Buscar parceria de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID com as Escolas municipais e estaduais.	Ação continuada	Unidades de Ensino Superior, SECEL e SED/SC

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes será realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, em conjunto com a Comissão Intersetorial que elaborou o Plano. As ações propostas no Plano Decenal serão avaliadas anualmente.

O CMDCA encaminhará Relatório de monitoramento para as Secretarias Municipais. Cada Secretaria informará o CMDCA se as ações previstas no Plano Decenal foram executadas, se estão em execução, ou não executadas. As que não foram executadas terão que ser encaminhadas pelas Secretarias Municipais com a justificativa da não execução, para que o CMDCA possa avaliar, pensar, planejar estratégias para contribuir na sua execução. O CMDCA, a seu critério agendará reunião intersetorial, após recebimento do relatório, para ampliar o debate, dando a oportunidade para que cada secretaria possa apresentar seus resultados na execução do Plano Municipal.

O monitoramento e avaliação serão realizados num processo sistemático e contínuo; por meio de relatórios confeccionados pela comissão. Serão registradas as ações desenvolvidas em cada semestre, conforme apresentadas no Plano Municipal. O relatório de monitoramento e avaliação será encaminhado anualmente a cada Gestor Municipal das pastas envolvidas, para conhecimento e providências. Bem como será apresentado em Reunião Plenária do CMDCA, e posteriormente enviado para o Ministério Público.

Assim como o processo de construção do plano, o seu monitoramento e avaliação serão executados com a perspectiva da intersectorialidade, visando a qualificação do atendimento à população infante juvenil no Município.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 8069 de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. 1990.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Brasília: Conanda, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Conanda, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador: Comissão Nacional de Erradicação ao Trabalho Infantil. 2ª edição – Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

PENHA. Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Penha/SC (2016 – 2026).

SCHROEDER. Plano Municipal de Educação (2015-2025).

_____ Plano Municipal de Saúde (2014-2017).

PLANO Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná: 2014-2023/ Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Org.); Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (Equipe técnica). Curitiba: SECS, 2013.

anexo I – Objetivo específico 25

Quais são os direitos das crianças?	Como podemos garantir estes direitos?	O que vocês consideram que poderia melhorar?	O que poderia ser oferecido que ainda não existe?
Educação, saúde, alimentação, proteção a moradia e cultura	Tendo uma escola, tendo postos de saúde, Polícia Militar, Conselho Tutelar, CRAS.	Educação, saúde, lazer	Internet nas escolas para estudar, projetos interessantes
Moradia, alimentação, educação, respeito, cultura	Construindo mais escolas, ajudando na alimentação baixando os preços dos alimentos. Construindo casas	A educação, pois esta decaindo nos últimos anos. E a cultura também está sumindo pouco a pouco de nossa cidade.	Poderia melhorar a alimentação da nossa escola, porque muitos alunos não gostam da comida da escola e fazem as vezes reclamando da comida.
Amor, carinho, paz, amizade, alegria	Tendo uma família, melhor atendimento na saúde e educação	As pessoas tendo mais educação, saúde, carinho, etc.	Não tem shopping, hospital, pista de skate, etc
Compreensão, passear, brincar, esportes	Prefeitura, delegacia	Esporte para todas as idades, educação de qualidade, postos de saúde, creches.	Aulas diferentes, natação, escolas de inglês, teatro, arco e flecha, esgrima.
Escolas	Fazer os deveres de casa	Educação, saúde, cultura	Praça de esportes
Documentos pessoais, educação inovadora	Lutar pelos nossos direitos e cumprir os nossos deveres	Ter mais opções de esportes gratuitos, além do vôlei e futsal	Participação das crianças e adolescentes nos projetos políticos, culturais para que possamos dar palpites para melhorar nossa cidade. Oferecer cursinhos básicos como: informática, arquitetura, fotografia, robótica, eletrônica, entre outros cursos para crianças e adolescentes.
Ter um nome, registro de nascimento. Conviver em família		Respeito aos homossexuais, mulheres, religião.	Parques de diversão, parquinhos.
Roupas, respeito, liberdade, ajudar a mãe e o pai, arrumar o quarto, brincar.	Professores, Médicos, alimentos de qualidade, trabalho, Boa renda mensal; Cobrando dos pais e do setor público, respeitar a todos.	Ter mais médicos nos postos de saúde, materiais nas escolas, pessoas conscientes que não jogam lixo no chão, segurança nos empregos	Aulas de basquete, futebol americano Mais liberdade aos alunos
Conhecer seus pais Ter amigos Ter uma educação pelos pais Ajudar os pais em casa	Bombeiro, amigos, Proerd, igreja, projetos do CRAS; Ter mais casas com aluguel mais barato	Segurança; Amor entre as pessoas, paz, harmonia	Orfanato, faculdade, curso de línguas, hotel, menos poluição, menos roubo, menos acidentes. Aulas de ciências em laboratórios Sala de cinema
	Políticos com noção do que fazem e que saibam que precisamos de uma educação melhor	Pontos de lazer, pontos turísticos, professores de mais matérias	Disciplina que ajudem o aluno a se preparar para o mercado de trabalho.
	Ginásio de esportes	Ter um dia para trazer a bicicleta para escola.	Academias ao ar livre; Dia do sorvete na escola; Médicos nas ruas

		Aulas diferenciadas como aula de música, laboratório, diminuir as filas de espera da saúde.	Espaço para atrações culturais, salas diferenciadas nas escolas, médicos especialistas nos postos de saúde; Hospital ou posto de atendimento 24 horas; Aulas de reforço em contra turno escolar, salas adequadas para educação especial e sala de informática para os alunos
		Ter novos brinquedos nos parquinhos públicos; Mais remédios nos postos de saúde (remédios caros); Escolas de 2 andares	Aula de informática gratuita; Piscina pública; Aula com computadores, celulares, tablets, sala de jogos.
			Pista de bicicleta

PORTARIA Nº 6.743/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 6.743/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Luana Vanessa dos Santos Gabriel, com efeitos retroativos a partir de 03 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.744/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 6.744/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Ana Paula Peroti, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO 009/2016 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO 009/2016 de 29 de novembro de 2016

Dispõe sobre a aprovação do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – PDDCA 2016 - 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder- CMDCA, por intermédio de sua presidente, no uso de suas atribuições e:

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Nº171, que “Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013”;

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 2.097 de 1º de abril de 2016;

CONSIDERANDO a deliberação da reunião extraordinária de 29 de novembro de 2016, para aprovação do Plano decenal Municipal;

CONSIDERANDO a aplicação do princípio constitucional da prioridade absoluta, competindo ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção às crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de definição do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente até o dia 03 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – PDDCA 2016 – 2026.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teresinha Tomaselli Tecilla

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA

TERMO ADITIVO Nº. A104/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A104/2016 – PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 396/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 396/2015-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 14/2015-PMS, Processo nº. 209/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, Trecho II (estaca 15 à estaca 40+16m), Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 516m e área total de 5.403m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2122/2015 que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65 I, b, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de aditivo no valor de R\$ 82.127,66 (oitenta e dois mil cento e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos) conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Arquiteto Otoniel as Silva, CAU–SC 051.856-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ 82.127,66 (oitenta e dois mil cento e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 620.654,92 (seiscentos e vinte mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 396/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para

único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de dezembro de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Maurício Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A105/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A105/2016 – PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 407/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Maurício Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 407/2015-PMS, celebrado em 01 de dezembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 11/2015-PMS, Processo nº. 206/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 23 de março, trecho I, Bairro Itoupava-Açú, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 530 m e área total de 4398 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2125/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, b, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de aditivo no valor de R\$ 45.298,20 (quarenta e cinco mil duzentos e noventa e oito reais e vinte centavos), conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SC A60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação da supressão pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ 45.298,20 (quarenta e cinco mil duzentos e noventa e oito reais e vinte centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 549.700,72 (quinhentos e quarenta e nove mil setecentos reais e setenta e dois centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 407/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de dezembro de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
Mauricio Vogelsanger
CPF sob o no 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª	2ª
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A106/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A106/2016 – PMS
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 395/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o no 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 395/2015-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 13/2015-PMS, Processo nº. 208/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Zastrow, estaca 0 até estaca 11, Bairro Sossego, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 220 m e área total de 2.260,75m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2123/2015 que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, b, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de aditivo no valor de R\$ 61.365,48 (sessenta e um mil trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Arquiteto Otoniel as Silva, CAU–SC 051.856-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ 61.365,48 (sessenta e um mil trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 248.452,55 (duzentos e quarenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 395/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de dezembro de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
Mauricio Vogelsanger
CPF sob o no 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª

Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A107/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A107/2016 – PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 318/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 318/2015-PMS, celebrado em 26 de outubro de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 205/2015–PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2015–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 342 m e área total de 3.420 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2126/2015 fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, b, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de aditivo no valor de R\$ 35.075,88 (trinta e cinco mil setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Arquiteto Otoniel as Silva, CAU–SC 051.856-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ 35.075,88 (trinta e cinco mil setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 305.213,63 (trezentos e cinco mil duzentos e treze reais e sessenta e três centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 318/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de dezembro de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
Mauricio Vogelsanger
CPF sob o nº. 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª	2ª
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A108/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A108/2016 – PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 394/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 394/2015-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 12/2015-PMS, Processo nº. 207/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Dom Pedro, trecho II, Bairro Rio Hern, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 716 m e área total de 7.318 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM – Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2124/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, b, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de aditivo no valor de R\$ 68.239,88 (sessenta e oito mil duzentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos), conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SC A60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação da supressão pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ 68.239,88 (sessenta e oito mil duzentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 757.277,51 (setecentos e cinquenta e sete mil duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 394/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de dezembro de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº. 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª	2ª
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A109/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A109/2016 – PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: WELTINK EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.561.966/0001-11, estabelecida na Rua Joaquim Francisco de Paulo, nº. 477, Bairro Chico de Paulo, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-710, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Cleiton André Weldt, inscrito no CPF sob o nº. 035.205.319-41, portador da Carteira de Identidade nº. 15/C 3.885.285-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 42/2014-PMS, celebrado em 20 de março de 2014, proveniente do Processo de Licitação nº. 27/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 12/2014 – PMS, para contratação de empresa especializada para serviço de locação e de manutenção de máquinas multifuncionais incluindo instalação, assistência técnica, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos equipamentos, fornecimento de peças e de todo o material de consumo, exceto papel, para as Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, de prorrogação da vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017, e reajuste do contrato pelo IGPM (novembro/15 a outubro/16), totalizando o valor total de R\$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65, I, b c/c 57, II ambos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos termos da cláusula décima quarta do mesmo contrato, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) aditivando o valor total de R\$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais) e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 115.443,00 (cento e quinze mil quatrocentos e quarenta e três reais), sendo:

LOTE	DESCRIÇÕES	QTDE. TOTAL	UNID.	VALOR R\$	VALOR R\$
				UNITÁRIO	TOTAL
1	<p>Item 1 - 59 Multifuncionais Jato de Tinta Colorida para consumo de até 120.300 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 1.203.000 páginas para o período de 10 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar, passar e receber fax). A velocidade de impressão preto(rascunho, A4) deve ser de no mínimo 32 páginas por minuto e colorido(rascunho, A4) mínimo de 32 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Jato de Tinta. Resolução de impressão em melhor qualidade preto 1200x600dpi, colorido 4800x1200dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 35 folhas. Opções de impressão frente e verso automático. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Resolução ótica de digitalização: até 4800 dpi. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows..</p> <p>Especificações da copiadora: Velocidade de cópia (preto, qualidade de rascunho, A4): mínimo de 32 cópias por minuto. Resolução de cópia (texto em preto): mínimo 1200 x 600 dpi. Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Especificações de Fax: Velocidade de transmissão de fax: 33,6 Kbps (3 seg. por página). Páginas guardadas na memória: mínimo de 100 páginas.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet, Wireless, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0), Fax RJ11 e Pen-Drive.</p> <p>Sistema de abastecimento: as impressoras deverão estar adaptadas com "sistema de alimentação contínua" preto/color para grande autonomia de impressão.</p>	601.500	páginas/mês	0,02	12.030,00

2	<p>Item 2 - 06 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 12.300 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 123.000 páginas para o período de 10 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 25 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 30 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 20 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript ou BR-Script. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p>	61.500	páginas/mês	0,018	2.250,00
	<p>Item 3 - 02 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 12.700 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 127.000 páginas para o período de 10 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 40 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 30 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 20 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript ou BR-Script. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Duplex, Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows. Velocidade de Digitalização mínima de 20ppm a 200ppi.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p>	63.500	páginas/mês	0,018	
VALOR TOTAL R\$					14.280,00

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 42/2014-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de dezembro de 2016.

CONTRATADA:

WELTINK EIRELI – EPP

Cleiton André Weldt

CPF no 035.205.319-41

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª	2ª
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A110/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A110/2016 – PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 294/2015 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: HABITARK ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.269.823/0001-30, estabelecida na Rua Clara Persuhn nº 107 sala 01, Bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.030-140, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Fernando Ricardo dos Reis, inscrito no CPF sob o nº. 420.688.789-68,.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 294/2015-PMS, celebrado em 30 de setembro de 2015, Processo Processo de licitação nº. 149/2015 – PMS, Modalidade Concorrência nº. 05/2015 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de dois Reservatórios de Água Potável em Concreto Armado com volume de 750m³ cada, Casa de Química, Rampa de Acesso e Muro de Contenção no Município de Schroeder/SC, de com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, frente à prorrogação da vigência do contrato de 1º de janeiro de 2017 até 31 de março de 2017 e prorrogação do prazo de execução de obra até 31 de março de 2017, bem como parecer da engenharia em anexo.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Décima Sexta “da vigência” no item 16.1, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º de janeiro de 2017 até 31 de março de 2017.

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.1 e a Cláusula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4, prorrogando-se o prazo de execução de obra até 31 de março de 2017.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 294/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 06 de dezembro de 2016.

CONTRATADA:

HABITARK ENGENHARIA LTDA.

Fernando Ricardo dos Reis

CPF nº 420.688.789-68

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª	2ª
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 047.563.299-00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2016-FMS
MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2016-FMS**

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2016-FMS, PROCESSO Nº. 74/2016-FMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, para acompanhamento, supervisão e treinamento das equipes de saúde, ênfase a Estratégia Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

Vencedor: IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.444.392/0001-00, estabelecida na Rua Modelo nº. 33, Bairro Floresta, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.211-670.

Valor da proposta vencedora: R\$ 53.760,00 (cinquenta e três mil setecentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 05/12/2016 – Vigência: 01/01/2017 até 31/12/2017

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

ATA PREGÃO PRESENCIAL 106/2016-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 106/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 187/2016 Data do Processo: 17/10/2016
Folha: 1/19	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 186/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 5 de Dezembro de 2016, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6631/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 187/2016, Licitação nº 106/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para continuação do certame na etapa de lances conforme consta na I Errata do edital no item 1.2 "e". As documentações serão analisadas com a data de 24/11/2016 data do Credenciamento e entrega dos envelopes. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa L & E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - EPP para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa L & E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa PFG COMERCIAL LTDA. - ME para o item 27, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa PFG COMERCIAL LTDA. - ME apresentou CND Estadual vencida em 02/11/2016, este documento é exigido no edital no item 7.1.2 e apresentou CND de FGTS vencida em 02/11/201 este documento é exigido no edital no item 7.1.4, em se tratando de empresa ME poderia ser concedido o prazo para apresentação de novas CNDS, entretanto a empresa não apresentou Certidão Simplificada, documento exigido no item 7.1.11 sendo que este documento não foi apresentado de acordo com o edital na fase de credenciamento, sendo assim a empresa PFG COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Sendo assim o item 27 será passado para a segunda colocada a empresa NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP pede desclassificação no item 84. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto será paralisado o processo para análise das amostras conforme consta no edital no item 20.1.27, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Participante: 12686 - NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
27	CEREAL DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 230 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	120,00	ALL NUTRI	0,0000	6,73	807,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 2/19

Participante: 12686 - NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
84	MARGARINA SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Não deve apresentar na indicação: não recomendada para uso culinário. Deve apresentar percentual lipídico entre 65 e 85%. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	600,00	DELICIA	0,0000	2,65	1.590,00

Total do Participante —> 2.397,60
Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	500,00	SABOR DOCE	0,0000	14,74	7.370,00
5	AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM COM 200 G. Próprio para alimentos. Produto amiláceo extraído do milho. Sob a forma de pó apresenta a coloração branca. Embalagem limpa e não violada, plástica ou caixa de papel espesso envolvendo uma embalagem plástica interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	320,00	MAIS CERTA	0,0000	3,15	1.008,00
6	ARROZ BRANCO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, subgrupo polido, classe longo, fino. Deve apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	KIKA	0,0000	15,70	1.570,00
7	ARROZ INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, integral. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	FUMACENSE	0,0000	4,68	1.638,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 3/19

Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	1.000,00	ORQUIDEA	0,0000	3,85	3.850,00
18	BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM, EMBALAGEM COM 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante lecitina de soja, fermento químico bicarbonato de sódio, melhoradores de farinha. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	1.000,00	ORQUIDEA	0,0000	5,03	5.030,00
20	CACAU EM PÓ - EMBALAGEM COM 200 G. Produto alimentício contendo APENAS CACAU EM PÓ SOLÚVEL. Sem adição de açúcar, amido, leite e derivados de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	APTI	0,0000	9,79	2.447,50
21	CAFÉ TRADICIONAL TORRADO E MOÍDO - EMBALAGEM COM 500 G. Produto de 1ª qualidade, grãos torrados e moídos. Embalagem aluminizada à vácuo, com caixa de papelão protetora. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	280,00	ODEBRECHT	0,0000	8,99	2.517,20
30	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) SEM COBERTURA DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	GOLD FLAKES	0,0000	11,99	4.196,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 106/2016 - PR
Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016
Folha: 4/19
Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
33	CHÁ DE ERVA DOCE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem integral, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	REAL	0,0000	1,80	630,00
34	CHÁ DE HORTELÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem integral, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	REAL	0,0000	3,79	1.137,00
43	CREME VEGETAL SEM LEITE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. NÃO DEVE APRESENTAR LEITE E DERIVADOS (Leitelho, soro de leite) entre os ingredientes. NÃO DEVE APRESENTAR A INDICAÇÃO: NÃO RECOMENDADA PARA USO CULINÁRIO. Ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica integral, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	BECEL	0,0000	8,64	1.296,00
46	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 340 G. Deve apresentar entre os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sem conservantes, isento de sujidades e fermentação. Embalagem tipo LATA COM TAMPABRE FÁCIL, integral, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	950,00	PREDILECTA	0,0000	3,79	3.600,50
50	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, integral, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	230,00	AURIVERDE	0,0000	2,61	600,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 5/19

Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
51	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	AURIVERDE	0,0000	13,09	1.963,50
55	FEIJÃO CARIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	400,00	REI DA MESA	0,0000	9,75	3.900,00
56	FEIJÃO PRETO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	800,00	REI DA MESA	0,0000	5,89	4.712,00
57	FEIJÃO VERMELHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	400,00	JARAGUA	0,0000	8,35	3.340,00
68	GELATINA EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	APTI	0,0000	1,69	338,00
74	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - EMBALAGEM COM 400 G. Devem constar dentre os ingredientes: leite integral, vitaminas A e D e emulsificante lícitina de soja. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	2.400,00	ITAMBE	0,0000	10,72	25.728,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 187/2016
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 6/19

Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
91	PÓ PARA PUDIM SABOR CHOCOLATE - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	NEILAR	0,0000	8,75	2.187,50
98	VINAGRE DE ALCÓOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Vinagre de simples fermentação acética natural de álcool hidratado, água potável, acidez de 4 a 4,2%, conservante. Líquido transparente. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	CHEMIM	0,0000	1,14	399,00

Total do Participante —→ 79.459,00
Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	AÇÚCAR MASCAVO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: caldo de cana-de-açúcar. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	500,00	PUXA DA BOA	0,0000	9,85	4.925,00
2	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	ALTO ALEGRE	0,0000	2,90	435,00
4	ADOÇANTE DIETÉTICO NATURAL EM SACHÊ - EMBALAGEM COM 50 G (CONTENDO 50 SACHÊS COM 1 G CADA). Ingredientes: lactose, edulcorante natural, glicosídeos de esteroide e antiemético. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: EDULCORANTES ARTIFICIAIS (CICLAMATO DE SÓDIO, SACARINA, ASPARTAME E ACESSULFAME-K). Embalagem limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	10,00	STEVITTA	0,0000	14,95	149,50
8	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	BELCHIOR	0,0000	2,90	290,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 7/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	550,00	CATARINÃO	0,0000	14,58	8.019,00
10	AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM COM 200 a 250 G. Feito com cereal integral. Deve apresentar coloração clara e sem sinais de umidade. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	320,00	APTI	0,0000	2,90	928,00
11	BEBIDA DE SOJA SEM SABOR - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	50,00	PURITY	0,0000	5,90	295,00
12	BEBIDA DE SOJA SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: suco concentrado de fruta, extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, acidulante ácido cítrico, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	PURITY	0,0000	5,65	1.412,50
13	BISCOITO DE ARARUTA, SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 G. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	400,00	TATI	0,0000	6,30	2.520,00
15	BISCOITO DOCE SABOR MAISENA, SEM LACTOSE - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	500,00	NINFA	0,0000	3,95	1.975,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 8/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. PRODUTO SEM GLÚTEN. Ingredientes: farinha de arroz e/ou amido de milho, açúcar, ovos, coco ralado, margarina, sal, aromatizante e bicarbonato de amônia. Deve apresentar consistência crocante e sabor moderadamente doce. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	JASMINE	0,0000	5,90	590,00
17	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente	UN	1.000,00	PRODASA	0,0000	3,85	3.850,00
19	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	650,00	NINFA	0,0000	3,95	2.567,50
22	CALDO PARA TEMPERO SABOR CARNE - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, alho, cebola, extrato de carne (carne bovina), salsa, louro, pimenta vermelha, gengibre, cúrcuma, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	ARISCO	0,0000	1,35	405,00
23	CALDO PARA TEMPERO SABOR GALINHA - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, carne de galinha, cúrcuma, cebola, alho, salsa, pimenta-do-reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	370,00	ARISCO	0,0000	1,35	499,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 9/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
24	CALDO PARA TEMPERO SABOR LEGUMES - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, cebola, espinafre, alho, cenoura, cúrcuma, alho poró, salsa, repolho, tomate, pimentão vermelho, aipo, abóbora, pimenta do reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	KNORR	0,0000	1,35	472,50
25	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM COM 30G. Produto alimentício em pó. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	120,00	MAKRI	0,0000	2,35	282,00
26	CANELA EM RAMA - EMBALAGEM COM 10 A 20 G. Produto alimentício em rama. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	220,00	HORTA E SABOR	0,0000	2,40	528,00
28	CEREAL DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 230 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	120,00	NUTRILON	0,0000	6,70	804,00
29	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	GRANOMEL	0,0000	12,60	4.410,00
31	CHÁ DE CAMOMILA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	LEÃO	0,0000	2,00	700,00
32	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	LEÃO	0,0000	1,52	456,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 10/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
35	CHÁ DE MAÇA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	LEÃO	0,0000	4,72	1.180,00
36	CHÁ DE MELISSA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	CHINES	0,0000	3,80	760,00
37	CHÁ DE MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	LEÃO	0,0000	3,60	900,00
38	CHÁ DE PÊSSEGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	200,00	CHILENO	0,0000	3,50	700,00
39	CHOCOLATE EM PÓ - EMBALAGEM COM 500 G. Produto alimentício COM NO MÍNIMO 30% DE CACAU, contendo os ingredientes: cacau em pó solúvel e açúcar. Deve apresentar coloração marrom escura e sabor intenso de chocolate (não deve ser exageradamente adocicado). NÃO DEVE CONTER LEITE OU DERIVADOS DE LEITE ENTRE OS INGREDIENTES. Produto SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	600,00	BRETZKE	0,0000	12,85	7.710,00
40	COCO RALADO DESIDRATADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 100 G. Contendo entre os ingredientes: polpa de coco e conservador. Deve apresentar coloração branca e consistência firme. Sem sinais de ranço ou amargor. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	APTI	0,0000	4,75	1.187,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 187/2016
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 11/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
41	COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	120,00	SINHA	0,0000	4,60	552,00
42	CREME DE ARROZ - EMBALAGEM COM 200 G. Ingredientes: amido de arroz, vitaminas e minerais. Não contém glúten. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	70,00	YOKI	0,0000	2,55	178,50
44	DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e lacre de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	NECTAR	0,0000	3,85	1.155,00
45	DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e lacre de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	NECTAR	0,0000	3,75	1.125,00
47	FARINHA DE ARROZ - EMBALAGEM COM 1 KG. Resultado da trituração dos grãos de arroz. Farinha fina indicada para o preparo de bolos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	90,00	URBANO	0,0000	4,45	400,50
48	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Grupo seca, tipo 1, classe fina, 1ª qualidade. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	360,00	JARAGUA	0,0000	4,40	1.584,00
49	FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	1.450,00	SINHA	0,0000	1,39	2.015,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 12/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
52	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Obtida pela moagem dos grãos inteiros do trigo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	NORDESTE	0,0000	3,29	493,50
53	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	30,00	Zaeli	0,0000	3,10	93,00
54	FARINHA LÁCTEA - EMBALAGEM COM 210 A 230 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Contém glúten. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	NUTRIMENTAL	0,0000	6,65	997,50
58	FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO - EMBALAGEM COM 125 G. Instantâneo. Embalagem à vácuo, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.	UN	60,00	APTI	0,0000	5,00	300,00
59	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO - EMBALAGEM COM 100 G. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não deve conter entre os ingredientes ácido fumárico em substituição ao fosfato monocalcico. Embalagem plástica ou em lata, resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.	UN	500,00	APTI	0,0000	2,25	1.125,00
60	FIBRA DE TRIGO - EMBALAGEM COM 500 G. Fibra de trigo moída. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	50,00	GRANOMEL	0,0000	4,95	247,50
61	FLOCOS DE CEREAIS - EMBALAGEM COM 210 A 240 G. Produto alimentício infantil contendo entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, cevada, aveia, açúcar, sais minerais, vitaminas e sal. Pode ser composto por 3 cereais (aveia, cevada e farinha de trigo) ou por 5 cereais (aveia, cevada, farinha de trigo, arroz e milho). Pode conter farinha de trigo integral. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	80,00	NUTRIMENTAL	0,0000	4,80	384,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 187/2016

Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 13/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
62	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	144,00	MILUPA	0,0000	18,20	2.620,80
63	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	144,00	MILUPA 2	0,0000	16,55	2.383,20
64	FÓRMULA INFANTIL ANTI-REGURGITAÇÃO PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Ingredientes: leite de vaca desnatado, lactose, amido, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro, sulfato de zinco, vitamina A, vitamina E, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1, B2, B6 e B12, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	48,00	APTAMIL AR	0,0000	30,00	1.440,00
65	FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais, lecitina de soja, sais minerais (dentre eles cloreto de magnésio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, ácido fólico iodeto de potássio) e vitaminas (dentre elas vitaminas A, D, E, K, B1, B2, B6, B12). NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	120,00	APTAMIL SL	0,0000	48,90	5.868,00
66	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LACTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	12,00	APTAMIL SOJA 1	0,0000	38,50	462,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 14/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
67	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTEM GLUTEN. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LÁCTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	12,00	APTAMIL SOJA 2	0,0000	36,00	432,00
69	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	APTI	0,0000	10,75	1.612,50
70	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	APTI	0,0000	10,75	1.612,50
71	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	APTI	0,0000	10,60	1.590,00
72	GELATINA EM PÓ SABOR UVA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	APTI	0,0000	10,60	1.590,00
73	GELATINA EM PÓ DIET SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 12 G. Devem constar entre os ingredientes: gelatina em pó, regulador de acidez, edulcorantes artificiais, aromatizantes e corantes. NÃO DEVE CONTER AÇÚCAR entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	20,00	BRETZKE	0,0000	2,30	46,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 15/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
75	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	3.100,00	LANGUIRU	0,0000	2,82	8.742,00
76	LEITE ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, SEMIDESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite semidesnatado, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	600,00	LANGUIRU	0,0000	4,62	2.772,00
77	LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos.	UN	650,00	JARAGUA	0,0000	9,45	6.142,50
78	MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS TIPO PARAFUSO - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de arroz, ovos, corantes naturais (cúrcuma e urucum) e emulsificante. SEM GLÚTEN. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	URBANO	0,0000	2,50	750,00
79	MACARRÃO TIPO ALETRIA COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	450,00	ORQUIDEA	0,0000	4,05	1.822,50
80	MACARRÃO TIPO CARACOL COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	600,00	ORQUIDEA	0,0000	2,90	1.740,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 16/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
81	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	DIANA	0,0000	2,55	765,00
82	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo durum (grano duro integral) e farelo de trigo. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	1.000,00	ORQUIDEA	0,0000	3,90	3.900,00
83	MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	400,00	DIANA	0,0000	2,60	1.040,00
85	MELADO DE CANA-DE-AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 250 G. Sem adição de corantes artificiais. Embalagem plástica tipo bisnaga, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	450,00	KALBUNDE	0,0000	3,85	1.732,50
86	MILHO EM CONSERVA - EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 G. Ingredientes: milho, água, sal e/ou açúcar. Embalagem tipo LATA, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	700,00	QUERO	0,0000	1,65	1.155,00
87	ÓLEO DE GIRASSOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Óleo de girassol refinado, tipo 1, aspecto oleoso, transparente e cor própria. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	1.000,00	LIZA	0,0000	6,85	6.850,00
88	PÃO DE MEL - EMBALAGEM COM 400 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho e aroma de mel. SEM COBERTURA DE CHOCOLATE. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	450,00	KRONE	0,0000	4,85	2.182,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 17/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
89	PÓ PARA PUDIM SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 85 GRAMAS. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Sabores: BAUNILHA, CHOCOLATE e MORANGO. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	350,00	BRETZKE	0,0000	1,80	630,00
90	PÓ PARA PUDIM SABOR BAUNILHA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	APTI	0,0000	8,75	1.312,50
92	PÓ PARA PUDIM SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	APTI	0,0000	8,75	875,00
93	POLVILHO AZEDO - EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 G. Extraída da mandioca. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	400,00	CORUJA	0,0000	3,98	1.592,00
94	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA NATURAL MÉDIA - EMBALAGEM COM 500 G. Granulada, contendo grãos de soja texturizada natural, SEM ADIÇÃO DE SABOR. Própria para alimentos. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	80,00	GRANOMEL	0,0000	5,85	468,00
95	ROSQUINHA DE POLVILHO - EMBALAGEM COM 100 A 200 G. Devem constar entre os ingredientes: polvilho de mandioca, ovos, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	800,00	BISSONI	0,0000	4,80	3.840,00
96	SAGU (SEM SABOR) - EMBALAGEM COM 500 G. Sagu tipo 1, classe pérola, derivado de raízes de mandioca. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	250,00	NEVE	0,0000	3,90	975,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 187/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 18/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
97	SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: sal refinado (cloreto de sódio), iodato de potássio e anti-umectante. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	600,00	CRUZEIRO	0,0000	1,40	840,00
99	BISCOITO DOCE, TIPO COOKIES, DIET, DE AMEIXA E COCO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. Ingredientes: Farinha de trigo integral, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, óleos vegetais (palma, milho ou soja), milho integral em pó, maltodextrina, fibra solúvel, amido, ameixa desidratada, fibra solúvel, coco desidratado, sal, edulcorantes naturais maltitol e glicosídeo de esteviol, agentes de crescimento (fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio), estabilizante natural lecitina de soja, aromas e corante natural caramelo. SEM AROMATIZANTES ARTIFICIAIS E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. Contém glúten. Deve apresentar consistência crocante. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	30,00	JASMINE	0,0000	7,80	234,00
100	BISCOITO DOCE, TIPO COOKIES, SEM GLÚTEN, SABOR LARANJA E MEL - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Ingredientes: farinha de arroz integral, melado de cana, amido, milho integral em pó, açúcar mascavo, extrato de soja, óleos vegetais (algodão e/ou girassol e/ou milho), mel, maltodextrina, flocos de laranja, canela em pó, estabilizante natural lecitina de soja, agentes de crescimento (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e fosfato monocalcico) e aromas. SEM GLÚTEN E SEM ADIÇÃO DE LEITE E DERIVADOS. Deve apresentar consistência crocante. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	30,00	JASMINE	0,0000	8,35	250,50
101	CEREAL MULTICEREAIS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 180 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, farinhas de arroz, milho, aveia e cevada, extrato de malte, sais minerais e vitaminas. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	216,00	NUTRIMENTAL	0,0000	5,35	1.155,60
102	FARINHA DE MILHO (FUBÁ) FINA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha fina de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	ZAELI	0,0000	2,75	825,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 187/2016
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 19/19

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
103	COMPOSTO LÁCTEO, INDICADO PARA CRIANÇAS ATÉ OS 5 ANOS DE IDADE - LATA COM 800 G. COM ÓLEOS VEGETAIS E FIBRAS. Fonte de vitaminas e minerais. Contém soro de leite. Não contém glúten. Sem adição de açúcar. Não é leite em pó. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	300,00	MILNUTRI	0,0000	38,00	11.400,00
104	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO, QUE APRESENTAM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV) E/OU SOJA - LATA COM 400G. Destinada a necessidades dietoterápicas específicas. Com DHA, ARA e Prebióticos. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	36,00	APTAMIL PEPTI	0,0000	71,00	2.556,00

Total do Participante ———> 145.806,60
Total Geral ———> 227.663,20

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 5 de Dezembro de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki - - Pregoeiro(a)
 Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
 Andreia Nass Friedemann - - Equipe de Apoio
 Valderi Rocha de Camargo - - Equipe de Apoio
 Eloir José Wendt - - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RICARDO LUIZ ALVES - - Representante
 VENESIO HORNBURG - - Representante
 CHEILA KLITZKE - - Setor Solicitante

DISPENSA Nº 49/2016-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 49/2016 - DL**Processo Nr.: 85/2016**
Data: 05/12/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
Endereço: V EX PAUL FRITZ KUEHNRIICH,1515 -
Cidade: BLUMENAU - SC
CNPJ: 03.033.589/0001-12

Código: 7270

Inscrição Estadual: 253.869.366

Objeto da Compra: Aquisição de equipo multi vias para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	200,00	Equipo multi vias adulto 2 vias luer lock composição básica extremidades próximas com conectores luer lock fêmea, extensões em PVC dotadas de clamp (abre/fecha), intermediários em Y unindo a extensão distal. Conexão luer distal para dispositivo de acesso venoso. Duas vias.	UN	0,80	160,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Por se tratar de um item indispensável para a utilização de administração de medicamentos intravenoso aos pacientes, e considerando que a Secretaria de Saúde possuía licitação deste item, porém a empresa vencedora recusou-se a entregar, após notificação foi rescindido o contrato conforme parecer nº 148/2016-PROJUR e tendo em vista que as empresas segunda e terceira colocada não aceitaram entregar o item, sendo assim faz-se necessário tal contrato.

Schroeder, 5 de Dezembro de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 49/2016 - DL

Processo Nr.: 85/2016
Data: 05/12/2016

Folha: 2/2

05/12/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Dezembro de 2016

Valor da Despesa: 160,00 (cento e sessenta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1153

DECRETO Nº 1153, de 05 de dezembro de 2016

Abre créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 121.482,75

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 1.036 Equipamentos, Material Permanente e Veículos para

Modernização das Ações da Vigilância Sanitária

Modalidade: 64 – 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0091 Aplicações Diretas R\$ 52.216,80

Projeto Atividade: 1.037 Equipamentos, Material Permanente e Veículos para

Modernização das Ações da Vigilância Epidemiológica e Ambiental

Modalidade: 65 – 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0089 Aplicações Diretas R\$ 69.265,95

TOTAL R\$ 121.482,75

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos: Fonte Financiadora: Superávit Financeiro na fonte de recursos:

Fonte 0.3.0091 – Vigilância Saúde – SUS União R\$ 52.216,80

Fonte 0.3.0089 – Vigilância em Saúde – SUS Município...R\$ 69.265,95

TOTAL GERALR\$ 121.482,75

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 05 de dezembro de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 05 de dezembro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 44/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 44/2016

A Prefeita Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que encontram-se abertas, no período de 06 a 08 de dezembro de 2016, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, nas dependências do Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, 371, nesta cidade e Município de Seara-SC., as inscrições para Processo Seletivo Público simplificado emergencial, objetivando a admissão em caráter temporário de: Médico – 01 (uma) vaga – carga horária: 40 horas semanais. Mais informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas junto ao setor de Recursos Humanos, no site do Município <http://www.seara.sc.gov.br> ou através do telefone (49) 3452-8313, no horário acima especificado.

Seara – SC., em 05 de dezembro de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 029/2016 – FMS.

Fundo Municipal de Saúde de Seara

Processo Licitatório nº. 029/2016 – FMS.

Edital de Pregão Presencial nº. 017/2016-FMS

O Município de Seara, SC., através da Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal da Saúde, pelo seu Secretário e Gestor do Fundo Municipal da Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h25min do dia 16/12/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à aquisição de 2 (dois) veículos novos tipo sedan destinados às atividades das Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 05 de dezembro de 2016.

Odair José Felipe

Secretário Municipal de Saúde

Serra Alta

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 047/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE GARAGENS DE ÔNIBUS E CARROS, COBERTURA TRANSLÚCIDA E CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM ÁREA DE 178,03M² QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA EFICCAZ CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor FRANCISCO ARTUR BOTH domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF, sob nº. 353.597.570-00;

CONTRATADO: Empresa EFICCAZ CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, com sede na(o) Rua João Pessoa, 685, Bairro São José, Município de Pinhazinho/SC, CEP: 89870-000, inscrita no CGC/MF sob o nº 23.301.767/0001-56, neste ato representada por seu representante legal Senhor Paulo Cezar Trichez, portador do CPF nº 048.125.019-03 e RG 4.315.646.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e pactuam o presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação Nº. 039/2016, TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 039/2016, homologado em 29/08/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar o Item "2.1 da Cláusula Segunda – Do Preço e Condições de Pagamento" relativo ao contrato nº047/2016, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Nos termos do § 1º, alínea d, inciso I do Art. 65 da Lei 8.666/93 – Da Alteração dos Contratos, fica ADITIVADO o valor de R\$ 15.291,19 (Quinze mil, duzentos e noventa e um reais e dezenove centavos) em relação ao contrato inicialmente celebrado, de acordo com a Justificativa Técnica emitida pelo Departamento de Engenharia da Contratante que encontra-se em anexo. Por consequente a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a partir da presente data pela execução da obra objeto deste Contrato, o total correspondente a R\$ 80.011,52 (Oitenta mil, onze reais e cinquenta e dois centavos)".

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2016, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

SERRA ALTA/SC, 05 de Dezembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

EFICCAZ CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

PAULO CEZAR TRICHEZ

REPRESENTANTE LEGAL

Contratada

Analisado e Aprovado pelo Depto Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunha:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

IDINÉIA CECATTO

CPF: 054.794.899-92

PROJETO DE LEI 18

PROJETO DE LEI Nº 18, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.050/2015 de 10/12/2015, apresenta a esta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.050/2015 de 10/12/2015.

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0008 – Transferências do FUNDEB – 60%

Despesa: 40
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), serão subtraídos da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.550 – Manutenção a Creche

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0009– Transferências do FUNDEB – 40%

Despesa: 34
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 02 de Dezembro de 2016

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FMC COMPETÊNCIA 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 1/2016
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDEROPOLIS
Contratada.: PATRICIA FRITZEN - ME
Valor : 30.730,00 (trinta mil setecentos e trinta reais)
Vigência : Início: 30/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 32.529,60
Objeto : Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais diversos de decoração natalina, para as festividades de final de ano no município.

Siderópolis, 5 de Dezembro de 2016

EXTRATOS DE CONTRATO COMPETÊNCIA 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1-40/2016 - Contrato Nº: 40/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada.: RACLI LIMPEZA URBANA LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Conforme informações contidas nos autos, a empresa RETRANS LIMPEZA URBANA LTDA, CNPJ nº 01.572.511/0001-40, veio a sofrer cisão parcial do seu patrimônio, razão pela qual adquiriu nova razão social, passando-se a chamar RACLI - LIMPEZA URBANA LTDA, CNPJ nº 26.093.870/0001-46, no qual, por meio da referida cisão, sucede parcialmente a empresa cindida em direitos e obrigações.

Contrato Nº.: 70/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada.: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor : 242.182,62 (duzentos e quarenta e dois mil cento e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos)
Vigência : Início: 18/11/2016 Término: 19/05/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da Rua Antônio Miranda do município

de Siderópolis/SC, numa extensão de 226,41m, conforme proposta de transferência nº17.880 entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis.

Aditivo Nº : 9-79/2014 - Contrato Nº: 79/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada.: INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 01/11/2016 Término: 12/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de construção de quadra escolar coberta, destinada à escola Miguel Lazzarin, proveniente do TERMO DE COMPROMISSO PAC 208877/2014 entre o município de Siderópolis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Aditivo Nº : 12-59/2014 - Contrato Nº: 59/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada.: CCA CONSTRUTORA LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 01/11/2016 Término: 04/01/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de cobertura de quadra poliesportiva, destinada à escola Aurora Péterle no Bairro Alto Rio Maina/Siderópolis, medindo 19x33=627,00m², proveniente do TERMO DE COMPROMISSO PAC 208350/2014 entre o município de Siderópolis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Aditivo Nº : 1-48/2016 - Contrato Nº: 48/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada.: IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO CARAVAGGIO LTDA
Valor : 13.006,25 (treze mil e seis reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 02/12/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2016
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (98)
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de recomposição de pavimento com lajotas em ruas e avenidas do município, de acordo com as especificações do Edital e anexos.

Aditivo Nº : 1-16/2016 - Contrato Nº: 16/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: ELIS BONGIOLO 064.832.729-29
Valor : 13.602,00 (treze mil seiscentos e dois reais)
Vigência : Início: 02/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (49),
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (50)
Objeto : Prestação de serviços de transporte de alunos do
Município
para as Unidades Escolares, de acordo com o quadro demonstra-
tivo dos
roteiros e distâncias a serem executados durante o exercício de 2016.

Aditivo Nº : 8-69/2014 - Contrato Nº: 69/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: CONSTRUTORA NUNES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 29/11/2016 Término: 29/05/2017
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
5/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços
de
pavimentação asfáltica no ENTRONCAMENTO DE SIDEROPOLIS/
ALTO
RIO MAINA - DIVISA SIDEROPOLIS/NOVA VENEZA no município de
Siderópolis, numa extensão de 2.100,00m conforme Programa de
Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM -
Fundo de
Apoio aos Municípios.
Siderópolis, 5 de Dezembro de 2016

EXTRATOS DE CONTRATO FMS COMPETÊNCIA 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1-07/2016 - Contrato Nº: 07/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
Contratada...: FUFA SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
Valor : 5.265,00 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco
reais)
Vigência : Início: 03/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2015
Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (20)
Objeto : Aquisição parcelada de material médico hospitalar,
através
de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras no aten-
dimento
às unidades da rede municipal de saúde de Siderópolis/SC, durante
o
exercício de 2016.

Aditivo Nº : 1-34/2016 - Contrato Nº: 34/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
Contratada...: RODRIGO CARARA - ME
Valor : 7.975,91 (sete mil novecentos e setenta e cinco
reais e
noventa e um centavos)
Vigência : Início: 09/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)
Objeto : Fornecimento parcelado de materiais, suprimentos
e
equipamentos de informática durante o exercício de 2016 para su-
prir as
necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

Aditivo Nº : 1-38/2016 - Contrato Nº: 38/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
Contratada...: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL NOS
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/11/2016 Término: 14/03/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de Instituição ou empresa especiali-
zada para
realização de Concurso Público para cargo do Quadro Permanente
do
Município, compreendendo inscrição de candidatos, elaboração de
editais,
avisos, atas, elaboração, aplicação, correção de provas e demais
atos
necessários até a emissão da listagem do resultado final.

Siderópolis, 5 de Dezembro de 2016

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 400/2016

DECRETO Nº 400, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 137.059,58 (cento e trinta e sete mil, cinquenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.025 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0088 (262) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0088 (276) Aplicações Diretas R\$ 27.059,58

2.028 - Alimentação Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0082 (78) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 88 (Fundeb 40%) e 82 (PNAE).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 17 de novembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

PREGÃO 033/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo 053/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº.033/2016

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Contratação de empresa para operacionalização
manutenção e conserto de estação de tratamento de água.

Entrega dos Envelopes : 08:00 horas do dia 19 de dezembro de 2016.

Abertura dos Envelopes : 08:15 horas do dia 19 de dezembro de 2016.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço
e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feiras,
das 07:45 às 11:45 e das 13:45 às 17:45 horas, ou pelo fone 0XX49
367 0030 ou www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL, 06 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº.031/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 051/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 031/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR DE MÉDIA E BAIXA COMPLEXIDADE, COM ATENDIMENTO DE
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 24 HORAS.

Entrega dos envelopes: 09:45 horas do dia 19 de dezembro de 2016

Abertura dos envelopes: 10:00 horas do dia 19 de dezembro de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-
0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 05 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 091/2016

DECRETO Nº. 091/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL-LEI INCLUSÃO DE NOVAS AÇÕES DE GOVERNO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e Autorização contida na Lei Municipal nº 853/2016, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º Fica Aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), destinados a INSERIR novas Ações de Governo no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ.: 12.365.1005.1.XXX – Construção de Quadra de Areia Anexo a Creche Municipal
Modalidade: 4.4.90.0058 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 25.000,00
Fonte de Recurso: 0058 – Salário Educação
Modalidade: 4.4.90.0358 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 10.000,00
Fonte de Recurso: 0358 – Superávit Salário Educação

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA
Proj./Ativ.: 27.813.1006.1.XXX – Revitalização de Espaços Públicos e Implantação de Parque Infantil
Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 120.000,00
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres
TOTAL R\$ 155.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), através da REDUÇÃO de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.365.1005.2.112 – Manutenção do Ensino Infantil
Modalidade: 4.4.90.0358 – Aplicações Diretas (139) R\$ 10.000,00
Fonte de Recurso: 0358 – Superávit Salário Educação

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade: 4.4.90.0058 – Aplicações Diretas (45) R\$ 10.000,00
Fonte de Recurso: 0058 – Salário Educação
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) previsto no artigo 1º desta Lei, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação, apurados até a presente data na fonte de recurso 0058 – Salário Educação.

Art. 4.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) previsto no artigo 1º desta Lei, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação, a serem apurados na fonte de recurso 0000 – Recursos Ordinários Livres quando

do ingresso dos recursos advindos da Lei Federal nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 853/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 853/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL-LEI INCLUSÃO DE NOVAS AÇÕES DE GOVERNO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Plano Plurianual – Lei nº 720, de 23 de setembro de 2013 e alterações posteriores, através da INCLUSÃO das seguintes Ações de Governo:

* Ação de Governo nº 1.XXX – CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA ANEXO A CRECHE MUNICIPAL, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra
- Meta Financeira: R\$ 25.000,00 (FR: 0058)
- Meta Financeira: R\$ 10.000,00 (FR: 0358)
= Total – R\$ 35.000,00

* Ação de Governo nº 1.XXX – REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E IMPLANTAÇÃO DE PARQUE INFANTIL, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra
- Meta Financeira: R\$ 120.000,00 (FR: 0000)
= Total – R\$ 120.000,00

Art. 2º. Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 799, de 24 de junho de 2015, através da INCLUSÃO das seguintes Ações de Governo:

* Ação de Governo nº 1.XXX – CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA ANEXO A CRECHE MUNICIPAL, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra
- Meta Financeira: R\$ 25.000,00 (FR: 0058)
- Meta Financeira: R\$ 10.000,00 (FR: 0358)
= Total – R\$ 35.000,00

* Ação de Governo nº 1.XXX – REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E IMPLANTAÇÃO DE PARQUE INFANTIL, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra
- Meta Financeira: R\$ 120.000,00 (FR: 0000)

= Total – R\$ 120.000,00

Art. 3.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), destinados a INSERIR novas Ações de Governo no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ.: 12.365.1005.1.XXX – Construção de Quadra de Areia Anexo a Creche Municipal
Modalidade: 4.4.90.0058 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 25.000,00
Fonte de Recurso: 0058 – Salário Educação
Modalidade: 4.4.90.0358 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 10.000,00
Fonte de Recurso: 0358 – Superávit Salário Educação

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA
Proj./Ativ.: 27.813.1006.1.XXX – Revitalização de Espaços Públicos e Implantação de Parque Infantil
Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 120.000,00
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres
TOTAL R\$ 155.000,00

Art. 4.º Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 3º desta Lei, fica utilizado o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), através da REDUÇÃO de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.365.1005.2.112 – Manutenção do Ensino Infantil
Modalidade: 4.4.90.0358 – Aplicações Diretas (139) R\$ 10.000,00
Fonte de Recurso: 0358 – Superávit Salário Educação

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade: 4.4.90.0058 – Aplicações Diretas (45) R\$ 10.000,00
Fonte de Recurso: 0058 – Salário Educação
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 5.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) previsto no artigo 3º desta Lei, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação, apurados até a presente data na fonte de recurso 0058 – Salário Educação.

Art. 6.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) previsto no artigo 3º desta Lei, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação, a serem apurados na fonte de recurso 0000 – Recursos Ordinários Livres quando do ingresso dos recursos advindos da Lei Federal nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 854/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 854/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal do Idoso – CMI, como órgão deliberativo, consultivo e controlador das ações, em todos os níveis, dirigidas à proteção e à defesa dos direitos do idoso. Parágrafo Único. O Conselho Municipal do Idoso – CMI, como órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

- I – Elaborar e aprovar seu regimento interno;
 - II – Formular, acompanhar e fiscalizar a política do idoso, a partir de estudos e pesquisas;
 - III – participar da elaboração do diagnóstico social do Município e aprovar o Plano Integrado Municipal do Idoso, garantindo o atendimento integral ao idoso;
 - IV – Aprovar programas e projetos de acordo com a Política do Idoso em articulação com os Planos Setoriais;
 - V – Orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários do “Fundo Municipal de Assistência Social”, conforme prevê o art. 8º, V da Lei Federal nº 8.842/94;
 - VI – Zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela coparticipação de organizações representativas dos idosos na formulação de Políticas, Planos, Programas e Projetos de Atendimento ao Idoso;
 - VII – Atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes pública e privada conveniada de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;
 - VIII – Acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das Entidades Públicas com Entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e União;
 - IX – Propor medidas que assegurem o exercício dos direitos do Idoso;
 - X – Propor aos órgãos da administração pública municipal a inclusão de recursos financeiros na proposta orçamentária destinada a execução da Política do Idoso;
 - XI – Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros nas diversas áreas, destinados à execução da Política Municipal do Idoso;
 - XII – Oportunizar processos de conscientização da sociedade em geral, com vistas a valorização do Idoso;
 - XIII – Articular a integração de entidades governamentais e não-governamentais que atua na área do idoso.
- Art. 3º O Conselho Municipal do Idoso – CMI, é composto de 10 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:
- I – Um representante da Secretaria da Assistência Social;
 - II – Um representante da Secretaria da Saúde;
 - III – Um representante da Secretaria da Educação;
 - IV – Um representante da Secretaria de Esporte e cultura;
 - V- Um representante da Secretaria de Agricultura
 - VI – Cinco representantes dos Órgãos não governamentais, eleitos em Fórum próprio, sendo um idoso indicado por entidades do meio rural, um idoso indicado por entidades do meio urbano, um idoso indicado dentre entidades ou grupos de idosos, um representante das entidades prestadoras de serviços, um representante dos trabalhadores na área do idoso e um representante de serviços e organizações de Assistência Social.

Art. 4º Os representantes das Organizações Governamentais serão indicados, na condição de titular e suplente, pelos seus Órgãos de origem.

Art. 5º As organizações não governamentais serão eleitas, bialmente, titulares e suplentes, em Fórum especialmente convocado para este fim pelo Prefeito Municipal com 30 (trinta) dias de antecedência, observando-se a representação dos diversos segmentos, de acordo com os critérios citados no item II, do artigo 3º, sob fiscalização do Ministério Público Estadual.

Parágrafo Único. As organizações não governamentais eleitas terão prazo de 10 (dez) dias para indicar seus representantes titular e suplente, e não o fazendo serão substituídas por organização suplente, pela ordem de votação.

Art. 6º Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-lo, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrerem a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 7º A função de conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Parágrafo Único. O regimento interno do conselho Municipal do Idoso, estabelecerá a forma do ressarcimento de despesas, adiantamentos ou pagamentos de diárias aos seus membros e aos servidores a seu serviço.

Art. 8º O Mandato dos Conselheiros do CMI é de 2 (dois) anos, facultada recondução ou reeleição.

§ 1º - Conselheiro representante de órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 2º - Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 9º Perderá o mandato e vedada a recondução para o mesmo mandato o conselheiro que, no exercício da titularidade faltar a 3 (três) Assembleias Ordinárias consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo justificativa aprovada em Assembleia Geral.

§ 1º - Na perda do mandato de conselheiro titular, de órgão governamental, assumirá o seu suplente, ou quem for indicado pelo órgão representado para substituí-lo.

§ 2º - Na perda de mandato de conselheiro titular, de órgão não governamental, assumirá o respectivo suplente e, na falta deste, caberá a entidade suplente pela ordem numérica da suplência, indicar um conselheiro titular e respectivo suplente.

Art. 10. O Conselho Municipal do Idoso terá a seguinte estrutura:

I – Assembleia Geral

II – Diretoria

III – Comissões

IV – Secretaria Executiva

§ 1º - À Assembleia Geral, Órgão soberano do CMI, compete deliberar e exercer o controle da Política Municipal do Idoso.

§ 2º - A Diretoria é composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, que serão escolhidos dentre os seus membros, em quórum mínimo 2/3 (dois terços) dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho, dar cumprimento às decisões plenárias e praticar atos de gestão.

§ 3º - Às Comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e as áreas de interfaces da Política do Idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da Assembleia Geral.

§ 4º - À Secretaria Executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho.

§ 5º - A representação do conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo presidente para tal fim.

Art. 11. A Secretaria a qual se vincula o CMI compete coordenar

e executar a Política do Idoso, elaborando diagnósticos e o Plano Integrado Municipal do Idoso em parceria com o Conselho.

Art. 12. As Organizações de Assistência Social responsáveis por execução de programas de atendimento aos idosos deve submeter os mesmos a apreciação do Conselho Municipal do Idoso.

Parágrafo Único. As Organizações de Assistência Social com atuação na área do idoso deverão inscrever-se no conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13. Cumpre ao Poder Executivo providenciar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à criação, instalação e funcionamento do CMI e da Secretaria Executiva.

Art. 14. Para atendimento das despesas de instalação e manutenção do CMI, fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial podendo, para tanto, movimentar recursos dentro do orçamento, no presente exercício.

Art. 15. As despesas para a manutenção e desenvolvimento das atividades do CMI, constarão da LDO e Orçamento Municipal, através de:

Projeto/Atividade – Manutenção e Desenvolvimento das Ações do CMI.

Art. 16. O Conselho Municipal do Idoso terá 90 (noventa) dias para elaborar e colocar em discussão e aprovação pela Assembleia Geral o regimento interno que regulará o seu funcionamento.

§ 1º - O regimento interno, aprovado pelo CMI, será homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º - Qualquer alteração posterior ao regimento interno dependerá da deliberação de dois terços dos Conselheiros do CMI.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 855/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 855/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA A LEI Nº 698, DE 19 DE ABRIL DE 2013, QUE AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto na Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Tigrinhos no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Tigrinhos, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal

de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005

Art. 4º Fica acrescido o artigo 3º, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do

número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela

seguinte fórmula:

TRDR = NH x R\$ 0,0300, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDP = NH x R\$ 0,0200, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 698, de 19 de abril de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 856/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 856/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A BAIXA DE BENS QUE INTEGRAM O ACERVO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Baixa de Bens Móveis inservíveis que integram o patrimônio público municipal, conforme abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
6	MESA DE MADEIRA TIPO CEREJEIRA DE 1,50 x 0,85 M, COM 03 GAVETAS, MARCA DAL PRA.	Secretaria de Administração
11	EQUIPAMENTO CELULAR FIXO COMPLETO, INSTALADO JUNTO AO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL	Secretaria de Administração
23	MICRO COMPUTADOR 133 MHZ 08 MB RAM, PLACA VIDEO 1,0 MB, DRIVE 1.44, COM TECLADO, MOUSE, GABINETE TORRE.	Contabilidade/Departamento Pessoal
34	CADEIRA TIPO UNIVERSITARIA	Secretaria de Educação
39	CADEIRA FIXA EM TECIDO COM ENCOSTO MARCA CAVALETTI	Secretaria de Agricultura
50	DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO 4.000 LITROS, MARCA FATRITOL, SERIE B-126	Secretaria de Agricultura
71	CADEIRA GIRATORIA EM CORVIN COM ENCOSTO MARCA DAL PRA.	Assistencia Social - CREAS
72	CADEIRA FIXA EM CORVIN COM ENCOSTO MARCA DAL PRA.	Assistencia Social - CREAS
84	MAQUINA DE DATILOGRAFIA	Secretaria de Administração
85	ARMARIO 02 PORTAS DE MADEIRA TIPO CEREJEIRA DE 1,50 x 1,0 M COM 03 GAVETAS INTERNAS, MARCA DAL PRA.	Secretaria de Educação

93	MICRO-COMPUTADOR 100MHZ, 16MB RAM, 256 CACHE COM TECLADO E PLACA DE VIDEO SVGA 1 MB, DRIVE 1.44 MB, MONITOR SVGA, MOUSE E GABINETE TIPO TORRE, MARCA WIS.	Secretaria de Educação
95	MESA PARA IMPRESSORA 110 x 68 CM, COM SUPORTE PARA TECLADO SUPORTE DUPLO E PRATELEIRA.	Secretaria de Educação
104	CORTADOR DE GRAMA ELETRICO, PORTATIL COM CORTE DE GRAMA COM FIO DE NYLON, MARCA ARNO.	Secretaria Municipal de Educação
105	BALANÇA PORTATIL - MARCA FILIZOLA, MODELO ZENOX MS 0376	Secretaria Municipal de Educação
108	IMPRESSORA HP-693 DESKJET 600 DPI, 5 PPM.	Secretaria Municipal de Educação
109	IMPRESSORA JATO DE TINTA, MARCA HP - 670 DESKJET - COLORIDA	Secretaria Municipal de Educação
115	VENTILADOR DE PEDESTAL, MARCA BRISA, TRES VELOCIDADES	Secretaria Municipal de Educação
120	FOGÃO PORTATIL EQUIPADO COM BOTIJÃO 2 KG E 01 ADAPTADOR PARA UTILIZAÇÃO NO SETOR DE ESPORTES DA PREFEITURA	Secretaria de Educação - Ginásio
122	ABRIGO 2 x 1,50, INSTALADO EM LINHA BELA VISTA	Vias Publicas – Abrigo de Passageiros
123	CENTRAL TELEFONICA PARA 05 RAMAIS 01 TERMINAL CELULAR FIXO, RECEPCIONISTA DIGITAL COM 1300 METROS DE REDE TELEFONICA, PARA ACOMUNIDADE DE LINHA BOA ESPERANÇA.	
135	CADEIRA FIXA MARCA RECAFLEX - PARA USO NA ESCOLA BASICA MUNICIPAL TIGRINHOS	Secretaria de Educação
145	MONITOR SVGA 0.28"	Secretaria de Administração
151	ENCERADEIRA ELETRICA MARCA ARNO, 220 VOLTS, PORTATIL	Secretaria de Administração
154	RECEPTOR PARABOLICA SATELITE - RECEIVER	Secretaria de Saúde
155	MAQUINA DE ESCRIVER MANUAL OLIVETTI LINEA 98.	Secretaria de Saúde
156	RELOGIO ELETRONICO PARA VIGIA MARCA KL.	Secretaria de Administração
157	EXTINTOR DE INCENDIO 6 KG MARCA YANES	Secretaria de Saúde
158	EXTINTOR DE INCENDIO 6 KG MARCA YANES	Secretaria de Saúde
159	EXTINTOR DE INCENDIO 6 KG MARCA YANES	Secretaria de Saúde
163	MESA DE MADEIRA COM 03 GAVETAS TAMANHO 1,50 x 1,20 METROS MARCA DAL PRA.	Secretaria de Saúde
169	MAQUINA DE LAVAR DE ALTA PRESSAO, MARCA TRIPP, MODELO JK-200 PARA MANUTENÇÃO DA ESCOLA BASICA MUNICIPAL TIGRINHOS.	Secretaria de Saúde
174	MICRO COMPUTADOR 350 MHZ; WINCHESTER 4.3 GB; MONITOR 14", DRIVE CD ROM 36 X CREATIVE.	Secretaria de Administração – Contabilidade/Depto Pessoal

180	APARELHO TOCA-FITAS, 02 ALTO FALANTE E 01 ANTENA MODELO MCD 7540	Secretaria de Saúde
182	FERRAMENTAS DIV. (FURADEIRA, TORNO, BANCADA ...)	DMER
183	BICO DE LIMPEZA	DMER
184	ARQUIVO DE AÇO, MARCA CELLI.	Secretaria de Agricultura - INCRA
185	CELULAR ERICSSON COM BATERIA E ANTENA.	Secretaria de Administração
187	MOTO PULVERIZADORES COM MOTOR MONOFASICO 3 CV.	Secretaria de Agricultura
190	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
191	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
192	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
193	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
194	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
195	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA FORMICA VERDE.	Secretaria de Educação
196	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
197	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
198	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
199	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
200	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
201	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
202	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
203	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
204	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
205	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
206	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
206	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
207	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
209	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
210	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
211	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
212	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
213	CONJUNTO CADEIRA ESCOLAR EM IMBUIA - FORMICA VERDE	Secretaria de Educação
272	ESTANTE DE AÇO MARCA CELLI, COM 04 PRATELEIRAS.	Secretaria de Administração
273	ESTANTE DE AÇO MARCA CELLI, COM 04 PRATELEIRAS.	Secretaria de Administração

274	MICRO COMPUTADOR PENTIN II 400 MHZ 32 MB RAM, 512 CACHE, WINCHESTER 4.3 GB.	Secretaria de Educação
275	MICRO COMPUTADOR PENTIUM II 400 MHZ 32 MB RAM, 512 KB CACHE WINCHESTER 4.3 GB.	Secretaria de Educação
276	MICRO COMPUTADOR PENTIUM II 400 MHZ 32 MB, 512 KB CACHE, WINCHESTER 4.3 GB.	Secretaria de Educação
280	ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM 1 KVA 220/110 V.	Secretaria de Educação
302	CADEIRA ESCOLAR IMBUIA 77 CM ALTURA.	Secretaria de Educação
306	CADEIRA ESCOLAR IMBUIA 77 CM ALTURA	Secretaria de Educação
309	CADEIRA ESCOLAR IMBUIA 77 CM ALTURA	Secretaria de Educação
310	CADEIRA ESCOLAR IMBUIA 77 CM ALTURA	Secretaria de Educação
312	CADEIRA ESCOLAR IMBUIA 77 CM ALTURA	Secretaria de Educação
313	CADEIRA ESCOLAR IMBUIA 77 CM ALTURA	Secretaria de Educação
314	CADEIRA ESCOLAR IMBUIA 77 CM ALTURA	Secretaria de Educação
315	CADEIRA ESCOLAR IMBUIA 77 CM ALTURA	Secretaria de Educação
316	CADEIRA ESCOLAR IMBUIA 77 CM ALTURA	Secretaria de Educação
317	CADEIRA ESCOLAR IMBUIA 77 CM ALTURA	Secretaria de Educação
350	CADEIRA ESTOFADA EM CORVIN PRETO, MARCA CAVALETTI, MODELO 2008, COM ESTRUTURA DE FERRO.	Fundo Municipal da Saúde
351	CADEIRA TODA EM MADEIRA DE PINUS NATURAL	Fundo Municipal da Saúde
353	CADEIRA TODA EM MADEIRA DE PINUS NATURAL	Fundo Municipal de Saúde
354	CADEIRA TODA EM MADEIRA DE PINUS NATURAL	Fundo Municipal de Saúde
355	CADEIRA TODA EM MADEIRA DE PINUS NATURAL	Fundo Municipal de Saúde
356	CADEIRA TODA EM MADEIRA DE PINUS NATURAL	Fundo Municipal de Saúde
362	BALCAO DE PIA DE MADEIRA, EM FORMICA, COM 03 GAVETAS E 03 PORTAS, COM 01 CHAPA DE FIBRA, COM 01 BACIA, MARCA DALVA, COR BEGE	Fundo Municipal de Saúde
366	FILTRO DE AGUA PURIFICADOR, MARCA AMERICANA, MODELO 1001-U COR BEGE	Fundo Municipal de Saúde
369	BANQUINHO TODO EM MADEIRA, PARA QUATRO LUGARES, COR AMARELO.	Fundo Municipal de Saúde
370	BANQUINHO TODO EM MADEIRA, PARA 04 LUGARES, COR AMARELO	Fundo Municipal de Saúde
372	BALANCA ADULTO, MARCA FILIZOLA, CAPACIDADE 140 KG, MODELO 31 SERIE 47941, COR BRANCA.	Fundo Municipal de Saúde
380	FOGAREIRO PORTATL, COM 02 BOCAS, MARCA JACKWAL, COR AZUL.	Fundo Municipal de Saúde

383	APARELHO OTOSCOPIO, PARA EXAME DE OUVIDO, COM 04 LAMPADAS MARCA KOLE.	Fundo Municipal de Saúde
384	BRACADEIRA PARA APOIO DE FERRO, MARCA SC, COR BRANCA.	Fundo Municipal de Saúde
385	MESINHA DE CENTRO DE MADEIRA, MEDINDO 0,50 x 0,50, COM ESTRUTURA DE FERRO, ENVERNIZADO	Fundo Municipal de Saúde
390	MESA ANTOPEMETRICA PEDIATRA EM FERRO, COR BRANCA.	Fundo Municipal de Saúde
394	CADEIRA TODA EM MADEIRA, ENVERNIZADA.	Fundo Municipal de Saúde
395	CADEIRA TODA EM MADEIRA, ENVERNIZADA.	Fundo Municipal de Saúde
397	CADEIRA ESTOFADA EM CORVIN PRETO, COM ESTRUTURA DE FERRO.	Fundo Municipal de Saúde
399	ARMARIO DE MADEIRA, COM 02 PORTAS DE CORRER PARTE SUPERIOR EM VIDRO, ENVERNIZADO	Fundo Municipal de Saúde
401	VENTILADOR/AQUECEDOR DE AR, MARCA BOMCLIMA, SERIE 105072 COR CINZA.	Fundo Municipal de Saúde
403	BALCAO DE PIA, COM CHAPA DE INOX, COM 04 PORTAS	Fundo Municipal de Saúde
404	GELADEIRA, MARCA CLIMAX, MODELO, 3000-L, COR BRANCA	Fundo Municipal de Saúde
408	BANCO DE MADEIRA PARA 04 PESSOAS, ENVERNIZADO.	Fundo Municipal de Saúde
409	BANCO DE MADEIRA PARA 02 PESSOAS, ENVERNIZADO.	Fundo Municipal de Saúde
410	BANCO DE MADEIRA PARA 02 PESSOAS, ENVERNIZADO.	Fundo Municipal de Saúde
413	BALANÇA PEDIATRA, MARCA FILIZOLA, MODELO 30, SERIE 62374 COM CAPACIDADE DE 16 KG, COR BRANCA	Fundo Municipal de Saúde
418	FOGAREIRO, COM 02 BOCAS, MARCA JACKWAL, COR AZUL.	Fundo Municipal de Saúde
424	SPHYGMANOMETERES, MARCA NAWA, SERIE 151450, PARA ANALISE DE CORAÇÃO	Fundo Municipal de Saúde
425	ESTETOSCOPIO, MARCA DUO-SONIC, PARA ANALISE DE CORAÇÃO	Fundo Municipal de Saúde
432	MESA DE MADEIRA TIPO ESCRIVANINHA COM 03 GAVETAS, MEDINDO 0,45 X 1,00 COM ESTRUTURA DE MADEIRA ENVERNIZADA	Fundo Municipal de Saúde
438	CADEIRA ESTOFADA EM CORVIN PRETO, COM ESTRUTURA EM FERRO	Fundo Municipal de Saúde
439	CADEIRA ESTOFADA EM CORVIN PRETO COM ESTRUTURA EM FERRO	Fundo Municipal de Saúde
440	ARMÁRIO DE MADEIRA COM 2 PORTAS ENVERNIZADO	Secretaria de Administração
445	BANCO DE MADEIRA, MEDINDO 0,28 X 1,50 COR NATURAL	Fundo Municipal de Saúde
446	BANCO DE MADEIRA, MEDINDO 0,28 X 1,50 COR NATURAL	Fundo Municipal de Saúde
451	APARELHO DE NEBULIZAÇÃO MARCA NEVONI, COR MARROM	Fundo Municipal de Saúde
454	TAMBOR COM TAMPA DE INOX	Fundo Municipal de Saúde

456	ESTETOSCOPIO MARCA DUO SONIC PARA ANALISE DE CORAÇÃO	Fundo Municipal de Saúde
478	MESA PARA TELEFONE TIPO MARFIM DAL PRA	Secretaria de Administração
482	RACK PARA TV E VIDEO MARCA CELLI	Secretaria de Educação
483	BEBEDOURO PORTATIL, MARCA MASTERFRIO, MOD. MG-20	Secretaria de Administração
492	LNB	Secretaria de Administração
493	SERVO MOTOR	Secretaria de Educação
494	ILUMINADOR SIMPLES	Secretaria de Educação
527	KIT APARELHO CELULAR ERICSON MOD DH 668 SERIAL 204 129 955-2	Fundo Municipal de Saúde
530	NOBREAK MARCA NHS POTENCIA 0,6 KVA	Secretaria de Educação
533	APARELHO TELEFONICO MARCA INTELBRAS	Secretaria de Administração
534	APARELHO TELEFONICO MARCA INTELBRAS	Fundo Municipal de Saúde
538	FILMADORA PORTATIL MARCA PANASONIC MOD NV-RZ1315	Secretaria de Educação
539	CADEIRA GIRATÓRIA CAVALETTI MOD 4001	Secretaria de Administração
569	CADEIRA FIXA EM TECIDO CINZA C/ ESTRUTURA EM FERRO	Secretaria de Educação
573	NOBREAK 600KVA	Câmara de Vereadores
575	MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR K6-2 500, 100 MHZ, HARD DISCK 20.4 GB DRIVE 3 1/2 1.44 MB, TECLADO, GABINETE, MOUSE, MONITOR 14"	Secretaria de Administração
578	CADEIRA GIRATÓRIA	Câmara de Vereadores
597	IMPRESSORA H.P., MOD. 840 C.	Secretaria de Educação
600	ESTANTE DE AÇO DE 1,98 X 96 MARCA BICAPLAST	Secretaria de Agricultura
620	MICRO - COMPUTADOR GERAÇÃO 4 1.6 GHZ-INTEL C/ 256 MB MEMORIA RAM.	Secretaria de Administração
621	COMPUTADOR GERAÇÃO 4 1.6 GHZ-INTEL C/ 256 MB MEMORIA RAM.	Secretaria de Educação
623	COMPUTADOR GERAÇÃO 4 1.6 GHZ-INTEL C/ 256 MB MEMORIA RAM	Secretaria de Educação
624	COMPUTADOR GERAÇÃO 4 1.6 GHZ-INTEL C/ 256 MB MEMORIA RAM	Secretaria de Educação
625	MICRO - COMPUTADOR GERAÇÃO 4 1.6 GHZ-INTEL C/ 256MB MEMORIA RAM.	Secretaria de Administração
629	COMPUTADOR 950 MHZ C/256 MB MEMORIA	Secretaria de Educação
630	COMPUTADOR 950 MHZ C/256 MB MEMORIA	Secretaria de Educação
631	COMPUTADOR 950 MHZ C/256 MB MEMORIA	Secretaria de Educação
632	COMPUTADOR 950 MHZ C/256 MB MEMORIA	Secretaria de Educação
633	COMPUTADOR 950 MHZ C/256 MB DE MEMORIA	Secretaria de Educação
634	COMPUTADOR 950 MHZ C/ 256 MB DE MEMORIA	Secretaria de Educação

635	COMPUTADOR 950 MHZ C/256 MB MEMORIA	Secretaria de Educação
636	COMPUTADOR 950 MHZ C/256 MB MEMORIA	Secretaria de Educação
641	ESTABILIZADOR	Secretaria de Agricultura
653	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA MARCA TASCHUBRA	Secretaria de Administração
654	TELEVISOR COLORIDO 20, MARCA PHILIPS.	Secretaria de Educação
660	MATERIAIS DIV. TERMOMETRO DIGITAL, TESOURA CIRURGICA, PORTA AGULHAS,...	Fundo Municipal de Saúde
676	POLTRONA FIXA CAVALETTI, PRETO VINIL.	Secretaria de Administração
694	POLTRONA FIXA CAVALETTI, PRETO VINIL.	Secretaria de Educação
729	CADEIRA ESCOLAR FORMICA OVO MOD. 2.	Secretaria de Educação
742	CADEIRA ESCOLAR FORMICA OVO MOD. 3.	Secretaria de Educação
774	MESA C/ 2 GAVETAS MARCA DAL PRA.	Secretaria de Administração
777	VENTILADOR DE MESA MARCA LORENCID.	Secretaria de Administração
778	VENTILADOR DE MESA MARCA LORENCID.	Secretaria de Administração
785	IMPRESSORA JATO DE TINTA MARCA HP 840 C.	Secretaria de Educação
786	IMPRESSORA JATO DE TINTA MARCA HP 840 C.	Secretaria de Educação
800	VENTILADOR 50 CM	Secretaria de Administração
802	VENTILADOR 30 CM	Fundo Municipal de Saúde
829	MICROCOMPUTADOR PENTIUM CELERON 1.7 GHZ 128 MB RAM PL MAE FAX/MODEM REDE DRIVE 1.44 MB TECLADO ABNT MONITOR 15" CD ROM 52 X GABINETE MINI TORRE ATX	Secretaria de Educação
833	IMPRESSORA OFFICEJET MOD. G85	Câmara de Vereadores
849	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
850	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
851	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
852	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
853	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
854	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
855	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
856	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
857	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
858	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
859	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação

861	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
863	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
867	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
872	CARTEIRA ESCOLAR FERRARTE E17	Secretaria de Educação
901	MESA FERRARTE MOD PF4	Secretaria de Educação
909	ARQUIVO DE AÇO C/ 2 PORTAS, CELLI	ARQUIVO DE AÇO C/ 2 PORTAS, CELLI
911	GRAVADOR PORTÁTIL MARCA CCE	Fundo Municipal de Saúde
912	MESA PARA MICROCOMPUTADOR MARCA KIFA	Secretaria de Educação
913	MESA C/ 3 GAVETAS MARCA KIFA	Secretaria de Educação
915	CADEIRA DE RODAS DOBRAVEL MARCA SANTA HELENA	Secretaria de Administração
916	CADEIRA DE RODAS DOBRÁVEL MARCA SANTA LUSIA	Secretaria de Administração
918	CONDICIONADOR DE AR CONSUL	Fundo Municipal de Saúde
919	APARELHO CELULAR GLOBAL MOD BABY	Fundo Municipal de Saúde
939	INALADOR ELETRICO INALATEC MOD 6600	Fundo Municipal de Saúde
940	INALADOR ELETRICO INALATEC MOD 6600	Fundo Municipal de Saúde
944	ESTETOSCÓPIO	Fundo Municipal de Saúde
945	CADEIRA GIRATÓRIA	Secretaria de Administração
947	RADIO TELEFONICO LONGO ALCANCE	Secretaria de Educação
952	RELÓGIO S. ANDIRA	Fundo Municipal de Saúde
953	TELEFONE CELULAR NOKIA 1221 (99781555)	Fundo Municipal de Saúde
956	REFRIGERADOR ELETROLUX 2401	Fundo Municipal de Saúde
959	IMPRESSORA EPSON (LINHA TRINDADE)	Secretaria de Administração
960	BALANÇO E ESCORREGADOR PARA O PRÉ ESCOLAR	Secretaria de Educação
961	APARELHO DE DVD MARCA GRADIENTE MODELO D201	Secretaria de Educação
962	MAQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL SONY MODELO SYBER SHOT DIGITAL	Secretaria de Administração
969	CONDICIONADOR DE AR MARCA CONSUL - 7500 BTUS CCM07ABBNA	Fundo Municipal de Saúde
973	IMPRESSORA HP 3550 JATO DE TINTA	Secretaria de Administração
975	IMPRESSORA HP OFFICE JET 5510 COM COPIADORA SCANNER E FAX	Secretaria de Educação
977	IMPRESSORA HP 3535 JATO DE TINTA	Secretaria de Administração
978	MICRO COMPUTADOR INTEL PENTIUM IV COM MONITOR DE 15" E GRAVADORA DE CD LG	Secretaria de Administração
979	IMPRESSORA HP JATO TINTA 7260	Secretaria de Administração
980	MICRO COMPUTADOR	Câmara de Vereadores
988	MEIO FIO DO CAMPÓ MUNICIPAL	Secretaria de Educação

989	BLOCO BLI PARA CENTRAL TELEFONICA LINHA TRINDADE	Secretaria de Administração
990	FIO FE 100	Secretaria de Administração
1108	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL.	Secretaria de Educação
1125	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL.	Secretaria de Educação
1439	CADEIRA AUXILIAR FIXA.	Promoção Social
1444	CADEIRA AUXILIAR FIXA.	Promoção Social
1520	MAQUINA LAVA ROUPAS MUELLER SUPER POP.	Secretaria de Administração
1666	MICRO COMPUTADOR	Câmara de Vereadores
1674	CADEIRA GIRATÓRIA AZUL	Câmara de Vereadores
2133	MESA ESCOLAR EM FORMICA AZUL	Secretaria de Educação
2136	MESA ESCOLAR EM FORMICA AZUL	Secretaria de Educação
2138	MESA ESCOLAR EM FORMICA AZUL	Secretaria de Educação
2140	MESA ESCOLAR EM FORMICA BRANCA	Secretaria de Educação
2145	MESA ESCOLAR EM FORMICA BRANCA	Secretaria de Educação
2370	CADEIRA PRÉ ESCOLAR	Secretaria de Educação
2608	RÁDIO MONAVOX	Secretaria de Educação
2955	RACK MINI 9U PRETO	Fundo Municipal de Saúde
2229	FERRO ELÉTRICO BLACK & DECKER	Fundo Municipal de Saúde

Art. 2º. Ficam os departamentos competentes autorizados a procederem a atualização dos lançamentos na forma da Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 857/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 857/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PELA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), alterada pela Lei nº. 12.435, de 06 de julho de 2011, art. 22.

Art. 2º Os benefícios eventuais constituem provisões de proteção social de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

§ 1º Destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do

indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Os Benefícios Eventuais só devem atender situações de vulnerabilidade pertinentes a Política de Assistência social.

Art. 3º Os Benefícios Eventuais que integram esta Lei caracterizam-se pelas modalidades:

- I – Auxílio Natalidade;
- II – Auxílio Funeral;
- III - Auxílio a situações de Vulnerabilidade Temporária;
- IV - Auxílio a situações de Calamidade Pública e de emergências.
- V – Outros benefícios eventuais abaixo descritos, que visam atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária e situação de calamidade pública, os quais deverão estar de acordo com o art. 8º e 9º da presente Lei:
 - a) Auxílio-transporte;
 - b) Auxílio funeral;
 - c) Auxílio custeio de gastos para expedição de documentação pessoal;
 - d) Auxílio vestuário;
 - e) Auxílio serralagem;
 - f) Aluguel social.

§ 1º O benefício eventual deve ser ofertado de forma articulada à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e a fruição do benefício eventual;

§ 3º É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e vítimas de calamidades públicas e de emergências.

SEÇÃO I

DO AUXILIO NATALIDADE

Art. 4º - O Auxílio natalidade será constituído do repasse de itens materiais que irão compor o kit natalidade destinado a auxiliar as necessidades da mãe e da criança.

§ 1º Os itens a serem destinados a família será decorrente de estudo social realizado por profissional de serviço social.

§ 2º O valor limite para concessão deste auxílio será de até 50% do salário mínimo vigente, podendo estar diluído em 4 parcelas mensais.

Art. 5º - O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

- I - Necessidades do recém-nascido;
- II - Apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido, através do auxílio funeral, conforme art. 10º.
- III- apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

- I – Se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável deverá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;
- II – Se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;
- III – Comprovante de residência;
- IV – Comprovante de renda de todos os membros da família;
- V – Documentos pessoais.

§ 2º O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento.

§ 3º O Auxílio natalidade não poderá ser concedido à beneficiária do salário maternidade pago pela Previdência Social.

Art. 6º - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de auxílio natalidade será igual ou inferior a 1/4 (um quarto) salário mínimo, sendo concedido às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CADUNICO).

Art. 7º - A família beneficiária do auxílio natalidade deverá ser acompanhada durante o período de recebimento do auxílio pela equipe técnica do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do território a que pertence.

SEÇÃO II DO AUXILIO FUNERAL

Art. 8º - O auxílio funeral se constituirá no repasse do valor de um salário mínimo nacional vigente.

Art. 9º - O auxílio funeral atenderá:

- I – As despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
 - II – As necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e,
 - III – O ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.
- § 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:
- I – Atestado de óbito;
 - II – Comprovante de residência;
 - III – Comprovante de renda de todos os membros da família;
 - IV – Documentos pessoais.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º O valor do auxílio funeral, quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social em situação de abandono ou morador de rua, será o total dos custos das despesas decorrentes do funeral, sendo gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 5º Não poderá ser concedido o auxílio funeral em caso da família requerente possuir acesso a outros auxílios decorrentes do óbito.

Art. 10 - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de auxílio funeral será igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, sendo concedido às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CADUNICO).

§ 1º Os benefícios de transferência de renda de assistência social não serão contabilizados no cálculo da renda per capita para a concessão do auxílio funeral.

SEÇÃO III DA SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 11 - O auxílio à situação de vulnerabilidade temporária se constituirá no repasse de benefícios prestados em caráter transitório em forma de pecúnia ou de bem material para a reposição de perdas com a finalidade de atender contingências, assegurar a sobrevivência e/ou reconstruir a autonomia individual e/ou familiar através da redução de vulnerabilidades e impactos decorrentes de riscos sociais.

Art. 12 - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e

familiar, assim entendidos:

I- Riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II- Perdas: privação de bens e de segurança material; e

III- Danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I- Da falta de:

a) acesso a condições e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio;

II - Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV- De desastres e de calamidade pública; e

V- De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 13 - São consideradas provisões compatíveis com os benefícios eventuais, desde que não ofertadas por outras políticas setoriais, as destinadas:

I - À alimentação (cesta básica de alimentos);

II - Despesas com transporte para o acesso aos serviços sócio assistenciais;

III - Ao custeio dos gastos para expedição de documentação pessoal, como fotografia e fotocópia, desde que não disponibilizados por sistemas oficiais facilitadores de documentação;

IV – Auxílio mudança dentro do Município.

V - Ao vestuário e agasalhos como colchões e cobertores.

Art. 14 - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de situação de vulnerabilidade temporária é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido às famílias cadastradas no CADUNICO do Programa Bolsa Família.

Parágrafo único. O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de calamidade pública será definido a partir da realização de estudo social.

SEÇÃO IV DA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS

Art. 15 - O auxílio para situação de calamidade pública constitui-se no apoio e proteção a população através da oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Parágrafo único: A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter Inter setorial (Devesa Civil) para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

Art. 16 - A Situação de Calamidade Pública caracteriza-se quando há reconhecimento pelo poder público de situações anormais como: baixas e altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamento, incêndios e epidemias, causando sérios danos à comunidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 17 - Para atendimento de vítimas de situação calamidade pública, o benefício eventual deverá ser gerenciado de forma articulada com o serviço de proteção sócio assistencial de alta complexidade caracterizado como: de proteção em situação de calamidade pública e de emergências.

Art. 18 - São consideradas provisões compatíveis com o auxílio de situações de calamidade pública e de emergências, as destinadas:

I - À aquisição de materiais para alojamento, moradias provisórias,

prestações para aluguel temporário;
II - À aquisição de materiais de limpeza e desinfecção;
III - Ao vestuário e agasalhos como colchões e cobertores;
IV - Alimentação;
V - Estrutura para guarda de pertences e documentos;
VI - Outras provisões que considerem as especificidades regionais.

Art. 19 - A forma de acesso ao Auxílio à Situação de Calamidade Pública e de Emergências se dará através de notificação de órgãos da Administração Pública Municipal definidos em decreto municipal específico e, da defesa civil, sendo dispensada a comprovação de renda.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 - Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;
II - A realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e
III - Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 21 - Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Estabelecer critérios de acesso pela população;
II - Estabelecer prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social;
III - Fiscalizar a aplicação dos Benefícios Eventuais, se os critérios para seu acesso estão sendo respeitados;

Art. 22 - As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro.

Parágrafo Único: Em caso de ocorrência de calamidade pública os recursos financeiros deverão ser complementados com os recursos destinados a defesa civil.

Art. 23 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

PORTARIA 225/2016

PORTARIA Nº. 225/2016.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.
RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Secretária Municipal de Saúde Sra. MARLI FÁTIMA AGOSTINI, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor de R\$ 340,50 cada, totalizando o valor de R\$ 1.021,50 (Hum mil e vinte e um reais e cinquenta centavos), para sua viagem à Florianópolis/SC, no período de 07 a 09 de Dezembro de 2016,

Com objetivo de participar do 65º Encontro de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em cinco de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 226/2016

PORTARIA Nº. 226/2016.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e Decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Secretária Municipal de Administração e Fazenda, Sra. CAROLINE FARINON, matrícula nº 546/01, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor R\$ 681,50 cada, totalizando o valor de R\$ 2.044,50 (dois mil e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) para seu deslocamento à Florianópolis/SC, no período de 07 a 09 de Dezembro de 2016, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR DO CURSO SOBRE COMO FAZER O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO CONTÁBIL DE 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em cinco de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 227/2016

PORTARIA Nº. 227/2016.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA DIRETORA GERAL DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e Decreto Municipal nº. 043/00.
RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Diretora Geral, Sra. CLEISE HONAISSER, matrícula nº 291/03, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor R\$ 636,95 cada, totalizando o valor de R\$ 1.910,85 (Hum mil novecentos e dez reais e oitenta e cinco centavos) para seu deslocamento à Florianópolis/SC, no período de 07 a 09 de Dezembro de

2016, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR DO CURSO SOBRE COMO FAZER O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO CONTÁBIL DE 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em cinco de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 228/2016

PORTARIA Nº. 228/2016.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A CONTADORA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e Decreto Municipal nº. 043/00.
RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Contadora, Sra. LILIAN SANTIN, matrícula nº 357/01, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor R\$ 1.077,37 cada, totalizando o valor de R\$ 3.232,11 (três mil duzentos trinta dois reais e onze centavos) para seu deslocamento à Florianópolis/SC, no período de 07 a 09 de Dezembro de 2016, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR DO CURSO SOBRE COMO FAZER O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO CONTÁBIL DE 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em cinco de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 229/2016

PORTARIA Nº. 229/2016.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e Decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Controladora Interna, Sra. LUCIANE PISSATTO, matrícula nº 358/01, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor R\$ 555,51 cada, totalizando o valor de R\$ 1.666,53 (Hum mil seiscientos sessenta e seis reais e cinquenta três centavos) para seu deslocamento à Florianópolis/SC, no período de 07 a 09 de Dezembro de 2016, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR DO CURSO SOBRE COMO FAZER O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO CONTÁBIL DE 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em cinco de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

DECISÃO CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO POLLIMED - PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2016 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Fundo Municipal de Saúde – FMS

DECISÃO

Assunto: Pedido de cancelamento da Ata de Registro de Preço de fls. 488/494 – Pregão Presencial n. 06/2016 FMS

RELATÓRIO:

Trata-se de requerimento firmado pela empresa POLLIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, através do qual pleiteia o cancelamento da Ata de Registro de Preços de fls. 488/494 Vinculada ao Edital de Pregão Presencial n. 06/2016 FMS

Aduz que restou vencedora nos itens 13 e 18 do referido Edital, passando a fornecer os produtos fabricados pela NUTERAL INDÚSTRIA DE FORMULAÇÕES NUTRICIONAIS LTDA.

Contudo, através da Resolução – RE n. 2.876, de 25/10/2016, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária determinou a proibição da fabricação, comercialização e distribuição, em todo o território nacional, de todos os lotes dos produtos fabricados pela empresa NUTERAL INDÚSTRIA DE FORMULAÇÕES NUTRICIONAIS LTDA – CNPJ 69.363.174/0001-15.

Diante disso, afirma que o fornecimento dos referidos itens se encontra prejudicado, posto não dispor de produtos de outra marca para substituição, razão pela qual solicita o cancelamento da respectiva Ata de Registro de Preços.

Solicita, assim, o repasse dos itens 13 e 18 para o próximo colocado a fim de não deixar o Município desabastecido.

Este, na síntese necessária, é o relatório, passo a fundamentar a decisão:

Vistos e examinados os autos, constata-se que a POLLIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA restou vencedora dos itens 13 e 18 do Edital de Pregão Presencial n. 06/2016 FMS, vindo a firmar com o Município de Timbó a Ata de Registro de Preços de fls. 488/494.

Vislumbra-se da proposta apresentada que a POLLIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA comprometeu-se a fornecer os itens de acordo com as condições previstas no Edital de Pregão Presencial n. 06/2016 FMS, mormente no que se refere ao fornecimento do produto na marca informada na respectiva proposta de preços.

Entretanto, conforme noticiado pela empresa, a entrega dos itens 13 e 18 encontra-se comprometida posto que, em virtude de decisão proferida pela ANVISA, estão proibidas a fabricação, comercialização e distribuição de todos os produtos fabricados pela marca cotada NUTERAL INDÚSTRIA DE FORMULAÇÕES NUTRICIONAIS LTDA.

Tendo em vista a confirmação de veracidade da justificativa apresentada pela POLLIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e tratando-se de descumprimento motivado, não se vislumbra a hipótese de aplicação das penalidades previstas em Edital, conforme previsão do Código Civil Brasileiro que em seu art. 393 prevê que "O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado."

Desta forma, configura-se a imprescindibilidade de cancelamento da Ata de Registro de Preços de fls 488/494 vinculada ao Edital de Pregão Presencial n. 06/2016 FMS.

DECISÃO:

Diante do exposto, considerando que a justificativa apresentada pela licitante se trata de justo motivo e considerando, ainda, a necessidade pública a ser adimplida, determino:

- a) o cancelamento da Ata de Registro de Preços de fls. 488/494;
- b) a convocação da(s) empresa(s) segunda colocada(s) nos itens 13 e 18 para que manifeste(m) interesse no fornecimento dos itens supra mencionados ao preço proposto pela primeira colocada.

Registre-se, Publique-se e Intime-se a empresa POLLIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Timbó, 02 de dezembro de 2016.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 4371, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4371, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 80.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS ORDINARIOS – SUPERAVIT FINANCEIRO	80.000,00
	TOTAL	80.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

EXTRATO CANCELAMENTO DO CONTRATO Nº 2016.159 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/159

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SAPRA –LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA

Trata-se do contrato administrativo nº 2016/159 a ser firmado entre o Município de Timbó e a empresa SAPRA-LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA para a prestação de serviços dosimetria de radiações e concessão de direito de uso de porta dosímetros. Apesar do referido instrumento ter sido expedido em 01/11/2016 e seu extrato regularmente publicado no DOM, no momento da sua efetiva subscrição foi constatada a necessidade de modificação de aspectos afetos ao objeto e prazo, prejudicando assim a manutenção do contrato até então proposto. Diante disto, e no intuito de zelar pela regular condução dos atos administrativos, requer o cancelamento do contrato, bem como a formalização e publicação de extrato para tal fim.

Timbó, 25 de novembro de 2016.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário da Saúde

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 30 2016 FCT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 30/2016

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó

CONTRATADO: DANY & RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

OBJETO: Contratação de APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW MUSICAL) da dupla "DANY E RAFA" através da DANY E RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, selecionada para integrar a Programação do Natal Mais Encantado 2016, cuja apresentação realizar-se-á no dia 21 de dezembro de 2016, conforme proposta comercial/orçamento, documentação e demais informações.

VALOR TOTAL: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 21/12/2016.

TIMBO (SC), 05/12/2016
JARBAS DALLABRIDA
Diretor Presidente FCT

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.186 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/186

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADO: GTA Gestão Ambiental Ltda

OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2017 e reajuste a partir de 01/01/2017, através da aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) correspondente ao mês de novembro/2016.

Data da assinatura: 24/11/2016

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2013.167 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/167

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

AUTORIZADO: Olos Tecnologia LTDA EPP.

OBJETO: Prorrogação do prazo até 04/12/2017 e reajuste através da aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) correspondente ao mês de outubro/2016.

DATA DA ASSINATURA: 24/11/2016.

ALFREDO JOAO BERRI
Secretário Municipal da Saúde

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 57 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção geral e elétrica (destinada aos tratores agrícolas), e manutenção mecânica (destinada aos implementos agrícolas), em atendimento às necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Mecanica Buzzi Ltda e Ivone Ida Brasilia Baroni Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 177.060,00 (cento e setenta e sete mil e sessenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 05/09/2017

Timbó, 05/09/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Desenvolvimento Econômico

Três Barras

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 686 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº. 686 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, a senhora JUCIANE DE FATIMA AMORA, matrícula 110973.00, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 006/2012, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de novembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 687 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 687 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido] a senhora ERENY DE FÁTIMA MEISTER, matrícula 7132.02, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, aprovada através do Concurso Público de 2003, nomeada em 26/02/2004, conforme portaria número 045 de 25/02/2004, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 24 de novembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 691 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 691 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei

Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, JOSIANE PINTO, matrícula 114669-05, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de CONSELHEIRA TUTELAR – PC 06. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 28 de novembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 692 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 692 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, CAIO NATALINO VILCHER, matrícula 670596-01, para exercer suas funções no cargo de ASSESSOR, PC 08, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Agricultura deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 28 de novembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 693 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 693 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, KARINA FRANCO FAGUNDES, matrícula 114197.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de CONSELHEIRA TUTELAR – PC 06. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de novembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 28 de novembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 694 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 694 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido] o senhor IRINEU JASCUF, matrícula 4103.00, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, nomeado em 19/03/1987, conforme portaria número 030 de 19/03/1987, cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, carga horária 200:00 horas mês, lotado na Secretaria de Administração e Planejamento deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de novembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 695 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 695 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, [a pedido], LETICIA APARECIDA SCHIMINGOSKI, matrícula 618870.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIA DE ESCOLA – PC 08. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de novembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 696 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 696 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, ELAINE CARINE MIRANDA SCHEUER, matrícula 176184.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotada na Secretaria de Agricultura deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 697 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 697 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor ELCIO PEREIRA DE LIMA, matrícula 177806.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR– PC 07. Lotado na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 698 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 698 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, EVELIN JANINE PADILHA, matrícula 6697333.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR– PC 08. Lotado na Secretaria de Saúde deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 699 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 699 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora EVERLI DE SOUZA DE OLIVEIRA, matrícula 142050.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR- PC 08. Lotado na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 700 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 700 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor JACSON ANDRE DOS SANTOS VEIGA, matrícula 65130.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR- PC 08. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 701 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 701 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor JOÃO MARIA DA SILVA, matrícula 9490.07, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR- PC 08. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 702 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 702 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor LEANDRO STOCLOSKA QUILANTE, matrícula 653861.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR- PC 07 Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 703 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 703 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora MARIA FLAVIANE WELKE CANANI, matrícula 134465.06, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR- PC 08. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos

a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 704 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 704 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor PAULO JORGE DE LIMA, matrícula 176958.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR- PC 08. Lotado na Secretaria de Administração e Planejamento deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 705 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 705 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor VICTOR FELIPE SCHULKA, matrícula 666424.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR DE IMPRENSA- PC 07A. Lotado no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 706 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 706 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor WILMAR MARTINHO PEDRO, matrícula 9113.03, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de DIRETOR – PC 06. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 707 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 707 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, ADIR PEREIRA DA CRUZ, matrícula 147923.03 do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 708 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 708 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, ALTAIR LEAL DE BARROS, matrícula 191892.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS,

carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 709 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 709 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, ANTONIO WUNSCH, matrícula 86274.03, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 710 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 710 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, CARLINHO ALBINGHAUS, matrícula 159484.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Agricultura deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 711 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 711 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, GILVANI DO PRADO, matrícula 159484.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 712 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 712 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, ILMO SEBASTIÃO HENRIQUE, matrícula 135836.02, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 713 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 713 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, JOÃO MARIA CAVALHEIRO, matrícula 177130.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 714 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 714 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, JOSE MOACIR DA SILVA LIMA, matrícula 6106.02, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 715 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 715 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, LETICIA BEDRECHUK, matrícula 193003.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

rPrefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 79/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 79/2016 – Pregão Presencial

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de banheiros químicos, prestação serviços de limpeza e segurança desarmada, junto Centro de Eventos de Treze Tílias, as margens da SC 465, no dia 31/12/2016, durante o Reveillon 2017, conforme descrição constante no Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 10h00 min do dia 16/12/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL 74/2016

PREGÃO PRESENCIAL 74/2016 – RETIFICAÇÃO Nº 01

Levamos ao conhecimento dos interessados a alteração do item 5.3 do edital do Pregão Presencial 74/2016.

Onde se lê;

4.3. As licitantes deverão apresentar anexadas à proposta de preços a seguinte documentação (Apenas para o Lote 01);

a. ATESTADO DE VISITA emitido pelo Setor de Engenharia da Prefeitura de Treze Tílias, declarando que o licitante através de seu responsável técnico efetuou vistoria completa no local da realização do evento. A vistoria poderá se realizar quantas vezes o licitante julgar necessárias para a elaboração de sua proposta, em até dois dias úteis antes da abertura da documentação de habilitação e propostas de preços, devendo a mesma ser previamente agendada junto à ao Setor de Engenharia, através do telefone (49) 35370166, ramal 25, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas).

Leia-se;

4.3. As licitantes deverão apresentar anexadas à proposta de preços a seguinte documentação (Apenas para o Lote 01);

a. TESTADO DE VISITA emitido pelo Setor de Engenharia da Prefeitura de Treze Tílias, declarando que o licitante através de seu Representante Legal efetuou vistoria completa no local da realização do evento. A vistoria poderá se realizar quantas vezes o licitante julgar necessárias para a elaboração de sua proposta, em até 02 dias úteis antes da abertura da documentação de habilitação e propostas de preços, devendo a mesma ser previamente agendada junto à ao Setor de Engenharia, através do telefone (49) 35370166, ramal 28, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas).

Treze Tílias, 05 de Dezembro de 2016.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PP 73/2016

Pregão Presencial 73/2016 – RETIFICAÇÃO Nº 01

Levamos ao conhecimento dos interessados a alteração da publicação do Pregão 73/2016

Onde se lê;

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 14/12/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

Leia-se;

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 13/12/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

Treze Tílias, 06 de Dezembro de 2016.

LEI 1917

LEI MUNICIPAL Nº. 1.917 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a criação da Creche Municipal Maria Anna Hausberger e dá outras providências.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a Creche Municipal Maria Anna Hausberguer “Tante Rilli”, localizada em imóvel do Município, matriculado no 2º Ofício de Imóveis da comarca de Joaçaba/SC, sob o nº. 2.902, localizado na Rua Oscar Von Hohenbruch, s/n, centro.

Art. 2º. O Poder Executivo fica autorizado a confeccionar as placas de identificação do prédio, nos termos do artigo anterior, utilizando-se de recursos previstos em orçamento.

Art. 3º. A unidade de ensino de que trata esta lei integrará a Rede Municipal de Ensino e ficará vinculada à Secretaria Municipal de Educação e o seu funcionamento será regulamentado por decretos do Poder Executivo.

Art. 4º As despesas decorrentes do funcionamento da nova unidade de ensino correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal de cada exercício.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
aos 05 de dezembro de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 162/2016

PORTARIA Nº 162/16 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Alvino Hentz	25/11/2016 a 24/11/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Carlos Roberto Weiler	10/10/2016 a 09/10/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Clodoaldo Borge	13/01/2016 a 12/01/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Conrado Gomig	01/10/2016 a 30/09/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Douglas Chiamolera	27/01/2016 a 26/01/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Hamilton Pergher	18/01/2016 a 17/01/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Jaci Antonio Brandalise	04/01/2016 a 03/01/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Julio Cezar Marchioro	15/03/2016 a 14/03/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Júnior C. F. Da Silva	15/03/2016 a 14/03/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Leandro Kamin	02/07/2015 a 01/07/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Osmar Stobbe	15/03/2016 a 14/03/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Saudelino Alves Teixeira	11/03/2016 a 10/03/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Sérgio Júnior Dresch	13/02/2015 a 12/02/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Tarcísio Müller	10/02/2016 a 09/02/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Valdecir Costa	01/03/2016 a 28/02/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Valdir Darci Selzlein	08/11/2015 a 07/11/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Valentin C. F. Larentis	07/01/2016 a 06/01/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Vanderlei Serighelli	02/02/2016 a 01/02/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Vilmar Gonçalves Tibes	04/06/2015 a 03/06/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	30
Vilmar Schneider	01/07/2016 a 30/06/2017	01/12/2016 a 30/12/2016	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 163/2016

PORTARIA Nº 163/16 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Nelci Terezinha Pessin	02/03/2015 a 01/03/2016	01/12/2016 a 30/12/2016	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 014/2016 - CÂMARA DE VEREADORES

RESOLUÇÃO Nº 014/2016

DISPÕE SOBRE DEVOLUÇÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS, RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido que os inscritos para participar do Congresso Estadual de Vereadores 2016, programado pela UVESC (União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina), para os dias 30 de novembro, 01 e 02 de dezembro de 2016 na cidade de Florianópolis – SC, devem proceder a devolução do valor equivalente a 3 (três) das 4 (quatro) diárias concedidas pela Câmara Municipal para esta finalidade.

Parágrafo único: A devolução do respectivo valor se deve pelo cancelamento do evento em virtude da decretação de Luto Oficial no Estado, devido à tragédia aérea ocorrida com delegação do Time de Futebol da Chapecoense no dia anterior ao início do Congresso.

Art. 2º O Valor de uma diária integral permanece concedido, nos termos do Art. 3º da Resolução nº 13/2014, pelo fato dos inscritos já estarem em deslocamento rumo à cidade da realização do evento, tendo a saída se dado às 06h00min e o retorno ao município de origem se dado às 22h00min do dia 29 de novembro, uma vez que a notícia do cancelamento foi recebida quando já estavam próximos a cidade de Lages/SC.

Art. 3º Fica autorizado o pagamento do valor do transporte rodoviário equivalente a quilometragem percorrida no dia 29 de novembro, para a empresa contratada através do Processo de Licitação nº 02/2016.

Art. 4º As despesas da execução desta Resolução correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis- SC.

Em 30 de novembro 2016.

ELÓI WINK

Presidente

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 47/2016

DECRETO Nº 047/16, de 02 de Dezembro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.265/15 (Lei Orçamentária Anual), de 08/12/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), assim classificados:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0026.2.007 – MANUT. DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA E SSP TRÂNSITO

3.3.90.00.00.00.00.0114 (015) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0114 por excesso de arrecadação do Convênio SSP Trânsito no valor de R\$ 30.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 02 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 300/2016

PORTARIA Nº 300/16, de 01 de Dezembro de 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor VALDEMIR FERREIRA CPF nº. 967.087.609-59, matrícula nº. 0565, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Operador de Equipamentos I, no período de 01.12.2016 a 30.12.2016, referente ao período aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 02/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 02/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 02/2017
Tipo : Menor Preço/por item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR O CARDAPIO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes: 09:15 horas do dia 19 de dezembro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 19 de dezembro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 05 de Dezembro de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 03/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 03/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 03/2017
Tipo : Menor Preço/por item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS MUNICIPAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes: 07:45 horas do dia 19 de dezembro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 19 de dezembro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 05 de Dezembro de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 2238/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.238, de 03 de dezembro 2016.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, FERNANDA SIMONATO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 12/12/2016 à 10/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 10/02/2015 à 09/02/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 03 de dezembro 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 2239/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.239, de 05 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre constituição de Comissão Especial de Acompanhamento, Auxílio e Fiscalização de Processo Seletivo para Contratação Temporária e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica constituída a Comissão Especial de acompanhamento, auxílio e fiscalização dos procedimentos relativos ao Processo Seletivo para Contratação Temporária N.º 02/2016 a ser realizado pela empresa CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA - ME , nas pessoas abaixo relacionadas:

- DIONE ANA COLLA – Presidente;
- EDINHO FAVERO – Secretário;
- JOSEI EDER CORBARI – Membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 05 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 02/2016

Estado de Santa Catarina

Município de União do Oeste

O Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. Everaldo Luis Casonatto, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas e Formação de Cadastro de Reserva em caráter temporário, no Quadro de Pessoal do Município, o qual reger-se-á pelas instruções do Edital n.º 002/2016. Dos cargos: Professor de Educação Física – 01 vaga – 40 horas; Professor de Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) – Cadastro de Reserva – 20 horas; Professor do Ensino Fundamental (Anos Iniciais 1º a 5º) - 01 vaga + Cadastro de Reserva – 20 horas; Agente de Combate a Endemias – 01 vaga – 40 horas. Das Inscrições: As inscrições serão realizadas de 07 a 30 de dezembro de 2016 exclusivamente via internet, através do endereço eletrônico www.construirconcursos.com.br. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 22 de janeiro de 2017. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de União do Oeste (SC), no site www.uniaoadooeste.sc.gov.br bem como no site da empresa contratada www.construirconcursos.com.br. União do Oeste (SC), 06 de dezembro de 2016. Everaldo Luis Casonatto. Prefeito Municipal.

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

Extrato de EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 16 de dezembro de 2016 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote e tem por objeto a contratação de empresa especializada (Seguradora) para a realização de seguros para veículos da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, para o Exercício 2017, através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 32/2016. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação, podendo ser retirado o Edital em sua íntegra no site www.vargeao.sc.gov.br.

Vargeão, SC, 05 de dezembro de 2016.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 21 de dezembro de 2016, até às 08h50min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a contratação de serviços médicos especializados na área de cardiologia e ecocardiografia para atuar junto à Unidade Sanitária de Vargeão, SC, sendo que o atendimento será de 20 (vinte) consultas mensais e 10 (dez) exames (ecocardiografia) mensais, em dias e horários a combinar, pelo período de 12 meses. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 21 de dezembro de 2016, até às 14h15min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a contratação de serviços médicos especializados na área de ginecologia e obstetrícia para atuar junto à Unidade Sanitária de Vargeão, SC, sendo que o atendimento será 02 (duas) vezes por semana, em dias e horários a combinar, num total de 72 (setenta e duas) consultas mensais, pelo período de 12 meses. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,
em 05 de dezembro de 2016.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.549/16

DECRETO Nº 13.549/16, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Cede Servidora Municipal ao Tribunal Regional Eleitoral

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, com fundamento no art. 227, da Lei Complementar nº 129/12, considerando o disposto no art. 2º da Lei 6.999, de 7 de junho de 1982 e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3764/2016;

RESOLVE

Ceder, em caráter precário, pelo prazo de 2 (dois) anos, a servidora PATRÍCIA MARQUES DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, ao Tribunal Regional de Santa Catarina, para prestar serviços no Cartório da 36ª Zona Eleitoral, com ônus para a origem.

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos 20 de abril de 2016.

Videira, 1º de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.553/16

DECRETO Nº 13.553/16, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Decreta Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do que consta no artigo 3º do Decreto nº 12.656/16,

DECRETA

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo, nas Repartições Públicas Municipais, no dia 09 de dezembro de 2016, ressalvadas as necessidades dos serviços essenciais nos seguintes locais:

I - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social – Serviço de Urgência e Emergência: Plantão e SAMU;

II – Secretaria Municipal de Educação – Centros de Educação Infantil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.554/16

DECRETO Nº 13.554/16, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Estabelece a Jornada de Trabalho Semanal do PROCON e da Junta de Serviço Militar no Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º A jornada de trabalho semanal do PROCON e da Junta de Serviço Militar no Município de Videira fica estabelecida de segunda à sexta-feira, das 13h00min às 19h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11.499/15.

Videira, 1º de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.555/16

DECRETO Nº 13.555/16, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.143/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 20892/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.143/16, que nomeou VERANI FIORELLI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.556/16

DECRETO Nº 13.556/16, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.163/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 20891/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.163/16, que nomeou ADRIANE DOCHVAT TERRES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0360/2016

Extrato do Contrato n. 0360/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSALIA FATIMA SUZIN
CPF: 828.944.779-53
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA DE FÁTIMA NOGUEIRA EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2016 a 19 de outubro de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0363/2016

Extrato do Contrato n. 0363/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA BUSANELLO
CPF: 947.183.429-53
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2016 a 01 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0365/2016

Extrato do Contrato n. 0365/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NARDINA APARECIDA LOPES
CPF: 899.837.269-04
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SERIDONIA BENIGNEA ZAGO EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 04 de outubro de 2016 a 30 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0366/2016

Extrato do Contrato n. 0366/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TAMARA BALEZAN FERREIRA
CPF: 000.663.630-63
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANA DELMAR RIBEIRO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 04 de outubro de 2016 a 01 de novembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.235,41 (um mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0367/2016

Extrato do Contrato n. 0367/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA CARMEM CORDEIRO DOS SANTOS
CPF: 736.101.279-53
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LUCI RODRIGUES MACHADO DE OLIVEIRA EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 04 de outubro de 2016 a 01 de novembro de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0368/2016

Extrato do Contrato n. 0368/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUANA CRISTINA BAIRO

CPF: 058.169.379-52

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA ISABEL DE SOUZA GENERO EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 05 de outubro de 2016 a 01 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

CPF: 056.729.689-02

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 10 de novembro de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0110/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0110/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0214/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ILIANE FÁTIMA DE OLIVEIRA

CPF: 028.814.739-11

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 11 de novembro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO N. 0370/2016

Extrato do Contrato n. 0370/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLAUDETE MEDEIROS

CPF: 064.061.429-93

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SOLANGE APARECIDA BALBINOT EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 11 de outubro de 2016 a 15 de novembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0111/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0111/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0282/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAIANE FERNANDES

CPF: 064.749.839-14

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 10 de novembro de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0112/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0112/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0362/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SALETE DE FÁTIMA VIEIRA

CPF: 076.658.927-79

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 18 de novembro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO N. 0371/2016

Extrato do Contrato n. 0371/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSEFINA GRZEGOZESKI SCHNEIDER

CPF: 427.910.069-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA HELENA CALDART EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 11 de outubro de 2016 a 03 de novembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

PORTARIA Nº 1015/16

PORTARIA nº 1015/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor ANTE-NOR DOS SANTOS, Trabalhador Braçal, da referência "M" para a referência "N", relativa ao período de avaliação de 03 de maio de 2015 até 03 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0108/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0108/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0014/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FERNANDA PINTO LEGNANI

CPF: 047.079.219-14

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 18 de novembro de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0109/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0109/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0404/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANA MARILIA SAVIAN BRIDI

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1016/16

PORTARIA nº 1016/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor CARLOS ANDRÉ FRANCHIN, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, da referência "I" para a referência "J", relativa ao período de avaliação de 06 de maio de 2015 até 06 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 06 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1017/16

PORTARIA nº 1017/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor CLARI JOSÉ SCHMIDT SOARES, Trabalhador Braçal, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 02 de maio de 2015 até 02 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1018/16

PORTARIA nº 1018/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor ITACIR PASQUALIN, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, da referência "I" para a referência "J", relativa ao período de avaliação de 02 de maio de 2015 até 02 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1019/16

PORTARIA nº 1019/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor IVORI JOSE BOGONI, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, da referência "I" para a referência "J", relativa ao período de avaliação de 06 de maio de 2015 até 06 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 06 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1020/16

PORTARIA nº 1020/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor JOÃO BATISTA NUNES, Trabalhador Braçal, da referência "M" para a referência "N", relativa ao período de avaliação de 03 de maio de 2015 até 03 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1021/16

PORTARIA nº 1021/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora LAURA APARECIDA FERREIRA DUTRA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "I" para a referência "J", relativa ao período de avaliação de 05 de maio de 2015 até 05 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1022/16

PORTARIA nº 1022/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora LUCELIA PONTES, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "I" para a referência "J", relativa ao período de avaliação de 11 de maio de 2015 até 11 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1023/16

PORTARIA nº 1023/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARIA DO CARMO FERREIRA, Auxiliar Operacional, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 07 de maio de 2015 até 07 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 07 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1024/16

PORTARIA nº 1024/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARLI BACHER STEDILLE, Técnico de Enfermagem, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 17 de maio de 2015 até 17 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1025/16

PORTARIA nº 1025/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora NEIVA IZABEL PINCOLINI, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 16 de maio de 2015 até 16 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1026/16

PORTARIA nº 1026/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora ROZANE FATIMA MULLER DE FREITAS, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 15 de maio de 2015 até 15 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1027/16

PORTARIA nº 1027/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora NEUSA RIBEIRO SCHENATO, Zelador, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 02 de maio de 2015 até 02 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1028/16

PORTARIA nº 1028/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora SILVANA MAFI SCHIMITT, Zelador, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 02 de maio de 2015 até 02 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1029/16

PORTARIA nº 1029/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT, Analista de Nível Superior, da referência "I" para a referência "J", relativa ao período de avaliação de 17 de maio de 2015 até 17 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1030/16

PORTARIA nº 1030/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor VALDECIR RIBEIRO, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 1º de maio de 2015 até 1º de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1031/16

PORTARIA nº 1031/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI, Agente de Desenhos e Projetos, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 10 de maio de 2015 até 10 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1032/16

PORTARIA nº 1032/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora VERA LUCIA ILDEBRANDO GARBIN, Zelador, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 02 de maio de 2015 até 13 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1033/16

PORTARIA nº 1033/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 29 de novembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora VERNICA GIAZZONI, Zelador, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 02 de maio de 2015 até 02 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de novembro de 2016.

Videira, 30 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1034/16

PORTARIA nº 1034/16

Autoriza o Uso de Vias Públicas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 20858/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, em frente ao Corpo de Bombeiros, no dia 1º de dezembro de 2016, no período das 08h00min às 12h00min, pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, para a realização de Mobilização do Dia Mundial da Luta contra a Aids que contará com o apoio do SESI/FIESC, da Secretaria de Saúde do Município e da Atenção Básica, que estará auxiliando nas atividades a serem realizadas pelo Programa DST/HIV/AIDS e hepatites virais, através das orientações sobre HIV/AIDS e teste rápido, entrega de 500 camisetas sobre o tema HIV/AIDS, folders explicativos e demais orientações.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios pela Secretaria de Saúde, quando da realização do evento.

§3º A Secretaria de Saúde deve responsabilizar-se pela sinalização adequada no local das atividades, a fim de alertar os condutores e pedestres que estejam transitando nas proximidades do evento, devendo as abordagens contar com o apoio da Polícia Militar, a ser requerido pelo requerente, para garantir a segurança dos participantes.

§4º Fica proibida a abordagem nos entroncamentos de vias, por serem zonas de conflito onde não há segurança.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1035/16

PORTARIA nº 1035/16

Autoriza o Uso de Espaços Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 20788/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, da Praça Nereu Ramos e sinaleiros do centro da cidade, pela BRF S.A., no dia 09 de dezembro de 2016, das 08h30min às 12h00min para a realização da Campanha de Trânsito, que será uma das ações do Programa de Saúde, Segurança e Meio Ambiente – SSMA Transportes, e terá como objetivo estimular a população para o trânsito mais seguro.

§1º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios pela BRF S.A., quando da realização do evento.

§4º A BRF S.A. deve responsabilizar-se pela sinalização adequada nos locais do evento, a fim de alertar os condutores e pedestres

que estejam transitando nas proximidades do evento, devendo as abordagens contar com o apoio da Polícia Militar, a ser requerido pelo requerente, para garantir a segurança dos participantes.

§5º Fica proibida a abordagem nos entroncamentos de vias, por serem zonas de conflito onde não há segurança, bem como a obstrução do fluxo de veículos com o sinal verde do semáforo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1006/16.

Videira, 1º de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1036/16

PORTARIA nº 1036/16

Autoriza o Uso de Parque Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 20336/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso da Praça do Lazer da Estação, pela Paróquia Imaculada Conceição, no dia 23 de dezembro de 2016, a partir das 20h00min, para a realização de uma Missa por um Natal Solidário.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

g. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens

utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências da Praça do Lazer da Estação, quando da devolução da mesma.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1037/16

PORTARIA nº 1037/16

Autoriza Realização de Carreata

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 20338/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a realização de uma carreata em comemoração ao dia da Bíblia pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com 66 (sessenta e seis) carros, saindo da sede localizada na Rua Antônio Marcon, seguindo pela Avenida Quinze de Novembro, Saul Brandalise, Coronel Alberto Schmidt, Rua Brasil e Rua Nicolau Cavan, fazendo uma parada em frente da antiga sede do Corpo de Bombeiros para uma breve cerimônia, retornando para a sede, na data de 11 de dezembro de 2016, com previsão de saída às 15h00min, tendo em vista tratar-se de um evento de cunho cultural, que está a prestigiar a promoção e desenvolvimento cultural da comunidade, disseminando as tradições e crenças existentes no Município.

§1º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, inteiramente responsável pelos mesmos.

§2º A Igreja Evangélica Assembléia de Deus, deve responsabilizar-se pela estrutura necessária a realização do evento, pela sinalização adequada no local das atividades, a fim de alertar os condutores e pedestres que estejam transitando nas proximidades do evento para garantir a segurança dos participantes,

§3º Não será permitido o trânsito de pessoas na carroceria dos veículos.

§4º Não será permitido a utilização de fogos de artifício sem a prévia autorização do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09,

Videira, 1º de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1039/16

PORTARIA nº 1039/16

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados pelos órgãos abaixo relacionados, os seguintes servidores:

I - Representantes da Procuradoria Jurídica:

PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO
MARIO PEDRO FONTANELLA
RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA
RODOLFO PIRES FILHO
TATIANE PIOVESAN

II - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

CARLISE PIERDONA
SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT
CLEMIR BERTOTTO ERDMANN
CRISTINA KLOCK
LUCÉLIA GRUTZMACHER

III - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

POLIANA CARLA HAAS
IZABEL APARECIDA BALBINOTT
DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
MARILDA GERALDINA BELLOZUPKO
MÁRCIA REGINA VANZ
WELINTON CENTOFANTE PEREIRA
VALCIR JOSÉ RIGO

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:

ARNALDO POSANSKE
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI
MIGUEL ALBERTO VIECELLI
LUIS HENRIQUE FREITAS MACHADO

V - Representantes da Fundação Municipal de Esportes:

SÉRGIO PERETTI
ADELMO ALBIERO
SÉRGIO ANTONIO OZELAMI

VI - Representantes do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID:

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
MARIA CRISTINA DE SOUZA
LACI ANA CESARIO ADRIANO

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

VII - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação:
LEONARDO BOM GUSE
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI
JANAINA CORREA COUTO

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0348/16.

Videira, 1º de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1041/16

PORTARIA Nº 1041/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00072/16-0, nos assentos funcionais da servidora CELINA MIRIAN GAIO REI, detentora da matrícula funcional nº 10003, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 20.728/2016,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, CELINA MIRIAN GAIO REI, detentora da matrícula funcional nº 10003 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 04 (quatro) anos, 04 (quatro) meses e 06 (seis) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00072/16-0.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO Nº 182/2016 - PMV

Termo Aditivo nº 182/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 10/2016

Processo: CC nº 03/2016-PMV

Contratada: ADEMIR LUIZ BOGONI FI EPP

Objeto: adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 122.143,18 (cento e vinte dois mil, cento e quarenta e três reais e dezoito centavos), correspondentes ao percentual de 10,6321% do valor inicialmente contratado. A supressão, por sua vez, totaliza R\$ 75.782,48 (setenta e dois mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos), o que equivale a 6,5966% do valor originalmente contratado.

Valor acréscimo: R\$ 122.143,18

Valor supressão: R\$ 75.782,48

Data: 05/12/2016.

TERMO ADITIVO Nº 183/2016 - PMV

Termo Aditivo nº 183/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 188/2014

Processo: CC nº 02/2014-PMV

Contratada: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula 5ª, por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, conforme solicitação da Secretaria de Planejamento.

Data: 05/12/2016.

TERMO ADITIVO Nº 184/2016 - FMS

Termo Aditivo nº 184/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 23/2016

Processo: PR nº 10/2016-FMS

Contratado: HORA H HOSPITALAR LTDA - ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 23/2016 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2017 até 31/12/2017.

Data: 05/12/2016.

TERMO ADITIVO Nº 185/2016 - FMS

Termo Aditivo nº 185/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 24/2016

Processo: PR nº 10/2016-FMS

Contratado: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 24/2016 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2017 até 31/12/2017.

Data: 05/12/2016.

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 08/2016 - CMV**

Contrato nº: 08/2016 - CMV

Data de Assinatura: 05/12/2016

Contratada: Betha Sistemas Ltda

Valor: R\$ 40.483,50 (quarenta mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

Vigência: De 05 de dezembro de 2016 até 05 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Licitação: Pregão Presencial 04/2016 - CMV

Objeto: Contratação de licenciamento de sistemas de Gestão Pública Municipal e outros serviços correlatos, para uso da Câmara Municipal de Vereadores de Videira.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PR 04/2016 - CMV

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira no mês 12/2016, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

HOMOLOGAÇÃO: 05/12/2016

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Contratação de licenciamento de sistemas de Gestão Pública Municipal e outros serviços correlatos, para uso da Câmara Municipal de Vereadores de Videira.

VALOR DA DESPESA: R\$ 40.483,50 (quarenta mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

RAFAEL BALESTRIN - Presidente.

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 048/2016

Processo de Licitação 048/2016

Modalidade: Pregão 030/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 16 de dezembro de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitor-meireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 06 de dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 0099/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0099/2016, tendo como objeto a Aquisição de Cargas de Oxigênio Medicinal. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 19/12/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 05 de dezembro de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº - RH AJG 430/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 430/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 48 (quarenta e oito) dias a partir de 02.12.2016 a 18.01.2017, a Servidora Pública Municipal Sra. ROSANE TRIZOTTO, brasileira, portadora do RG n.º 1.590.483-0 e CPF n.º 482.192.829-91, nomeada conforme Decreto nº JB 200/1996, no cargo de TELEFONISTA com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n. 0004393/2016 datado de 01.12.2016.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 18 dias;

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 1º de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 431/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 431/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um

período de 30 (trinta) dias a partir de 05.12.2016 a 03.01.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. LEODINA SONZA GIROLETTI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 4.579.237 e CPF n.º 736.690.169-53, nomeada conforme Decreto nº BLB 084/2011 no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0004392/2016 datado de 01.12.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 1º de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 432/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 432/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 01.12.2016 a 15.12.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. ANDREIA MUNIZ SCHUSTER, brasileira, casada, portadora do RG n.º 4.692.159 e CPF n.º 008.485.459-66, nomeada conforme Decreto nº BLB 162/2010, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n. 0004398/2016 datado de 01.12.2016.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

19.04.2010 a 18.04.2013 = 15 dias;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 1º de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 040/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: SUL BRITAS LTDA ME.

Contrato nº: 040/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO MELHORAMENTO DE ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC.

Data da Assinatura: 05/12/2016.

Vigência: 30/06/2017.

Valor do Contrato: R\$ 557.941,96 (quinhentos e cinquenta e sete mil novecentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos).

Associações

AMERIOS

BALANCETE MENSAL AMERIOS NOVEMBRO - 2016

Associação dos Municípios do Entre-Rios

Página: 1

Balancete de Verificação de 01/11/2016 a 30/11/2016

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
19	01	ATIVO	2.056.302,40	166.580,55	165.676,27	2.057.206,68
27	01.01	ATIVO CIRCULANTE	598.863,98	164.930,55	165.676,27	598.118,26
35	01.01.01	DISPONIBILIDADES	598.863,98	137.598,52	165.676,27	570.786,23
43	01.01.01.01	BANCO DO BRASIL S.A 3315-4	597.951,61	137.598,52	165.676,27	569.873,86
51	01.01.01.03	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	912,37	0,00	0,00	912,37
167	01.01.04	ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS	0,00	27.332,03	0,00	27.332,03
205	01.01.04.04	Adiantamento de 13º Salário	0,00	27.332,03	0,00	27.332,03
345	01.02	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.457.438,42	1.650,00	0,00	1.459.088,42
418	01.02.06	IMOBILIZADO	1.457.438,42	1.650,00	0,00	1.459.088,42
426	01.02.06.01	Imóveis	87.971,65	0,00	0,00	87.971,65
434	01.02.06.02	Móveis e Utensílios	153.699,00	0,00	0,00	153.699,00
442	01.02.06.03	Veículos	104.251,39	0,00	0,00	104.251,39
450	01.02.06.04	Máquinas e Equipamentos	17.007,00	0,00	0,00	17.007,00
469	01.02.06.05	Equipamento de Informática	94.509,38	1.650,00	0,00	96.159,38
477	01.02.06.08	Predio	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
507	02	PASSIVO	1.871.952,96	137.983,69	137.856,57	1.871.825,84
515	02.01	PASSIVO CIRCULANTE	274,79	137.983,69	137.856,57	147,67
531	02.01.02	FORNECEDORES	0,00	48.937,07	48.937,07	0,00
4065	02.01.02.03	Medtab Segurança no Trabalho Ltda	0,00	192,00	192,00	0,00
4073	02.01.02.04	Adyr Jorge Wildner	0,00	918,25	918,25	0,00
4090	02.01.02.06	Geoterra Serviços Topograficos s/s Ltda	0,00	9.150,00	9.150,00	0,00
4103	02.01.02.07	Fecam	0,00	560,00	560,00	0,00
4111	02.01.02.08	Abastecedora FAE	0,00	703,50	703,50	0,00
4120	02.01.02.09	Patrimonial Segurança	0,00	252,98	252,98	0,00
4138	02.01.02.10	Celeco Distribuidora	0,00	1.067,70	1.067,70	0,00
4146	02.01.02.11	Casan	0,00	243,78	243,78	0,00
4162	02.01.02.13	Oi S.A	0,00	473,06	473,06	0,00
4170	02.01.02.14	Infopoint Comercio de Equipamentos	0,00	1.976,14	1.976,14	0,00
4219	02.01.02.18	MHNET Telecomunicações Eireli	0,00	149,90	149,90	0,00
4235	02.01.02.20	Nairo Cezar Morandini	0,00	1.512,15	1.512,15	0,00
4260	02.01.02.23	Valquiria Astrigi	0,00	4.461,53	4.461,53	0,00
4383	02.01.02.27	Lairton Kreim E Cia Ltda	0,00	1.964,74	1.964,74	0,00
4391	02.01.02.28	Zanotto & Cia Ltda	0,00	203,56	203,56	0,00
4405	02.01.02.29	Refrigeração Mozer Ltda ME	0,00	2.040,00	2.040,00	0,00
4430	02.01.02.32	E.N.D Comercio de Material Elétricos	0,00	295,30	295,30	0,00
4448	02.01.02.33	Auto Mecanica Rieger Ltda	0,00	194,60	194,60	0,00
4480	02.01.02.37	Keli Fernanda Luiz	0,00	310,00	310,00	0,00
4529	02.01.02.41	Eliane Behnenberger da Silva Moraes	0,00	120,00	120,00	0,00
4570	02.01.02.46	Tim Celular S/A	0,00	799,02	799,02	0,00
4634	02.01.02.49	Grafslu Comunicação Visual ME	0,00	760,00	760,00	0,00
4715	02.01.02.50	Scel Inf. & Telecomunicações Ltda Me	0,00	699,50	699,50	0,00
4774	02.01.02.54	Santa Catarina Informatica Ltda	0,00	286,05	286,05	0,00
4790	02.01.02.55	Com de Art.Informatica Iraceminha Ltda	0,00	4.539,00	4.539,00	0,00
4804	02.01.02.56	Adriana Estefani MEI	0,00	1.512,15	1.512,15	0,00
4880	02.01.02.62	Bavaresco & Cia Ltda ME	0,00	315,20	315,20	0,00
4979	02.01.02.64	Higimax Produtos de Limpeza Ltda	0,00	466,40	466,40	0,00
4987	02.01.02.65	Decorpel Centro Distribuidor de papel	0,00	1.325,40	1.325,40	0,00
5045	02.01.02.71	Criativa Embalagens Ltda	0,00	385,00	385,00	0,00
5142	02.01.02.80	Arnildo Luiz Kollet Soc. Individual de Ad	0,00	6.142,40	6.142,40	0,00
5169	02.01.02.82	Thomas Eloi Heydt ME	0,00	2.260,00	2.260,00	0,00
5177	02.01.02.83	Cartola Confecções Moda Homem	0,00	251,82	251,82	0,00
5185	02.01.02.84	CF Peças e Acessórios Automotivos Ltda	0,00	90,00	90,00	0,00
5193	02.01.02.85	Chapeação Autocar Ltda	0,00	600,00	600,00	0,00
5207	02.01.02.86	Geraldo Jorge Brodbeck & Cia Ltda	0,00	1.715,94	1.715,94	0,00
558	02.01.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	274,79	36.598,13	36.471,01	147,67
566	02.01.03.01	Cofins , PIS e CSLL a Recolher	0,00	26,97	26,97	0,00
574	02.01.03.02	Cofins S/Rendimentos a Recolher	274,79	274,79	147,67	147,67
590	02.01.03.04	Irrf a Recolher	0,00	6.458,42	6.458,42	0,00
604	02.01.03.05	Inss a Recolher	0,00	21.892,85	21.892,85	0,00
612	02.01.03.06	Fgts a Recolher	0,00	7.292,73	7.292,73	0,00
625	02.01.03.08	Iss a Recolher	0,00	14,00	14,00	0,00
4618	02.01.03.09	Pis S/ Folha a Recolher	0,00	638,37	638,37	0,00
639	02.01.04	CONTAS A PAGAR	0,00	52.448,49	52.448,49	0,00
640	02.01.04.01	Salários	0,00	52.042,22	52.042,22	0,00
4340	02.01.04.12	Contribuição ABB	0,00	116,00	116,00	0,00
4359	02.01.04.13	Seguros de Vida	0,00	290,27	290,27	0,00
795	02.03	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.871.678,17	0,00	0,00	1.871.678,17
850	02.03.04	RESULTADOS SOCIAIS	1.871.678,17	0,00	0,00	1.871.678,17
875	02.03.04.03	Superávit/déficit do exercício	1.871.678,17	0,00	0,00	1.871.678,17

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor

05/12/2016 08:45:57



Associação dos Municípios do Entre-Rios

Balancete de Verificação de 01/11/2016 a 30/11/2016

Página: 2

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
892	03	RECEITAS	(1.386.900,94)	0,00	137.598,52	(1.524.499,46)
906	03.01	CONTRIBUIÇÕES ASSOCIADOS	(1.327.066,80)	0,00	132.706,68	(1.459.773,48)
914	03.01.01	Município de Bom Jesus do Oeste	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
2160	03.01.01.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
922	03.01.02	Município de Caibi	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
2194	03.01.02.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
930	03.01.03	Município de Cunhatai	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
2224	03.01.03.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
949	03.01.04	Município de Cunha Porã	(77.527,80)	0,00	7.752,78	(85.280,58)
2259	03.01.04.01	Contribuições Mensais	(77.527,80)	0,00	7.752,78	(85.280,58)
957	03.01.05	Município de Flor do Sertão	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
2283	03.01.05.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
965	03.01.06	Município de Iraceminha	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
2313	03.01.06.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
973	03.01.07	Município de Maravilha	(280.415,30)	0,00	28.041,53	(308.456,83)
2348	03.01.07.01	Contribuições Mensais	(280.415,30)	0,00	28.041,53	(308.456,83)
981	03.01.08	Município de Modelo	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
2372	03.01.08.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
990	03.01.09	Município de Palmitos	(88.760,30)	0,00	8.876,03	(97.636,33)
2402	03.01.09.01	Contribuições Mensais	(88.760,30)	0,00	8.876,03	(97.636,33)
1007	03.01.10	Município de Riqueza	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
2437	03.01.10.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
1010	03.01.11	Município de Saltinho	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
2461	03.01.11.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3204	03.01.12	Município de Saudades	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3212	03.01.12.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3263	03.01.13	Município de Sta Terezinha do Progresso	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3271	03.01.13.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3328	03.01.14	Município S.M. da Boa Vista	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3336	03.01.14.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3387	03.01.15	Município de Tigrinhos	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3395	03.01.15.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3441	03.01.16	Município Romelandia	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3450	03.01.16.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3506	03.01.17	Município de Campo Ere	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
3514	03.01.17.01	Contribuições Mensais	(62.883,10)	0,00	6.288,31	(69.171,41)
1040	03.05	OUTRAS RECEITAS	(3.814,56)	0,00	0,00	(3.814,56)
1080	03.05.08	Receitas Diversas	(3.814,56)	0,00	0,00	(3.814,56)
1147	03.06	RECEITAS PATRIMONIAIS	(56.019,58)	0,00	4.891,84	(60.911,42)
1155	03.06.01	Rendimentos de Aplicação	(56.019,58)	0,00	3.691,84	(59.711,42)
1171	03.06.03	Aluguéis de espaços para eventos	0,00	0,00	1.200,00	(1.200,00)
1252	04	CUSTOS E DESPESAS	(1.202.551,50)	136.567,12	0,00	(1.339.118,62)
1260	04.01	CUSTOS	(3.500,00)	0,00	0,00	(3.500,00)
1279	04.01.01	Organização de cursos e palestras	(3.500,00)	0,00	0,00	(3.500,00)
1406	04.02	DESPESAS COM PESSOAL	(483.201,80)	63.837,12	0,00	(547.038,92)
1422	04.02.02	Ordenados e Salários	(474.038,07)	63.837,12	0,00	(537.875,19)
1449	04.02.04	Férias	(9.163,73)	0,00	0,00	(9.163,73)
3115	04.03	Obrigações Patronais	(209.055,27)	23.829,67	0,00	(232.884,94)
1481	04.03.01	Pis/Pasep	(4.891,48)	638,37	0,00	(5.529,85)
1465	04.03.02	Inss	(162.720,41)	15.898,57	0,00	(178.618,98)
1473	04.03.03	Fgts	(41.443,38)	7.292,73	0,00	(48.736,11)
1546	04.04	FORNECEDOR / PRESTADOR TERCEIROS	(235.606,10)	14.692,30	0,00	(250.298,40)
1550	04.04.01	Pessoa Física	(218.878,65)	7.037,75	0,00	(225.916,40)
1562	04.04.03	Pessoa Jurídica	(16.727,45)	7.654,55	0,00	(24.382,00)
1570	04.05	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(132.124,10)	21.057,99	0,00	(153.182,09)
1880	04.05.01	Luz	(13.610,54)	1.067,70	0,00	(14.678,24)
1885	04.05.02	Água e Esgoto	(2.290,47)	243,78	0,00	(2.534,25)
1902	04.05.03	Telefone	(13.296,77)	1.272,08	0,00	(14.568,85)
1589	04.05.04	Combustíveis	(4.375,04)	703,50	0,00	(5.078,54)
1597	04.05.05	Manutenção de Veículos	(822,54)	884,60	0,00	(1.707,14)
1915	04.05.06	Material de Escritório	(6.594,24)	0,00	0,00	(6.594,24)
1619	04.05.08	Manutenção Informática	(8.988,54)	0,00	0,00	(8.988,54)
1940	04.05.09	Correios	(50,05)	0,00	0,00	(50,05)
1920	04.05.10	Material de Higiene e Limpeza	(4.974,83)	668,80	0,00	(5.643,63)
1990	04.05.11	Mantimentos para Copa	(6.545,31)	715,85	0,00	(7.261,16)
1985	04.05.12	Locação de Sistemas Informatizados	(8.150,00)	860,00	0,00	(9.010,00)
1905	04.05.14	Seguros	(1.870,75)	0,00	0,00	(1.870,75)
4650	04.05.17	Material de Expediente	(16.530,37)	9.988,84	0,00	(26.519,21)

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor
05/12/2016 08:45:57

Associação dos Municípios do Entre-Rios

Balancete de Verificação de 01/11/2016 a 30/11/2016

Página: 3

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1651	04.05.19	Viagens	(49,00)	0,00	0,00	(49,00)
4049	04.05.22	Vigilância e Monitoramento	(2.800,00)	280,00	0,00	(3.080,00)
4308	04.05.23	Despesas com Internet	(1.499,00)	149,90	0,00	(1.648,90)
4626	04.05.24	Despesas Serviços Gráfica	(150,00)	1.715,94	0,00	(1.865,94)
4677	04.05.25	Despesas com Segurança de Trabalho	(1.392,00)	192,00	0,00	(1.584,00)
4723	04.05.26	Materiais Elétricos	(3.062,25)	135,30	0,00	(3.197,55)
4782	04.05.27	Serviços de Processamento de dados	(835,00)	140,00	0,00	(975,00)
4901	04.05.28	Material de Processamento de Dados	(3.771,58)	0,00	0,00	(3.771,58)
4910	04.05.29	Serviços de Impressão de Cópias	(7.617,84)	1.446,14	0,00	(9.063,98)
4928	04.05.30	Outros Materiais Consumo	(1.202,99)	0,00	0,00	(1.202,99)
4936	04.05.31	Material de Consumo	(1.644,99)	593,56	0,00	(2.238,55)
5061	04.05.32	Assessoria Advocacia	(20.000,00)	0,00	0,00	(20.000,00)
1872	04.06	DESPESAS GERAIS	(133.426,29)	12.641,82	0,00	(146.068,11)
1930	04.06.01	Manutenção e reparos	(5.929,05)	670,00	0,00	(6.599,05)
1980	04.06.02	Diversas	(7.583,83)	2.570,00	0,00	(10.153,83)
1925	04.06.04	Assinatura e Publicação jornais e revistas	(740,00)	0,00	0,00	(740,00)
1955	04.06.05	CREA/SC	(537,38)	0,00	0,00	(537,38)
1960	04.06.06	CAU/SC	(438,81)	0,00	0,00	(438,81)
1998	04.06.08	Seminários, Congressos, Simpósios	(10.910,00)	0,00	0,00	(10.910,00)
2950	04.06.09	Brindes	(3.436,00)	251,82	0,00	(3.687,82)
4596	04.06.10	Despesas Topografia e Agrimensura	(91.500,00)	9.150,00	0,00	(100.650,00)
4758	04.06.11	Despesas com Gas	(478,73)	0,00	0,00	(478,73)
4847	04.06.12	Seguros	(3.298,15)	0,00	0,00	(3.298,15)
1935	04.06.20	Lanches e refeições	(5.716,79)	0,00	0,00	(5.716,79)
4669	04.06.32	Despesas com manutenção Jardim	(510,00)	0,00	0,00	(510,00)
4685	04.06.33	Despesa com Passagem	(214,35)	0,00	0,00	(214,35)
4693	04.06.34	Serv.de Man.,Lav. e Consertos em Veículos	(987,00)	0,00	0,00	(987,00)
4707	04.06.35	Despesa com Plotagem	(741,20)	0,00	0,00	(741,20)
4960	04.06.36	Outros Serviços	(405,00)	0,00	0,00	(405,00)
3140	04.09	PERDAS DE CAPITAL	(1.025,00)	0,00	0,00	(1.025,00)
4898	04.09.01	BAIXA BENS INSERVIVEIS	(1.025,00)	0,00	0,00	(1.025,00)
1686	04.12	MATERIAIS	(225,00)	0,00	0,00	(225,00)
1805	04.12.12	Outros materiais	(225,00)	0,00	0,00	(225,00)
1813	04.14	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(2.169,33)	147,67	0,00	(2.317,00)
1848	04.14.03	Tributos e Contribuições	(2.169,33)	147,67	0,00	(2.317,00)
2000	04.15	Tarifas Bancárias	(2.218,61)	360,55	0,00	(2.579,16)
2011	04.15.02	Tarifas Bancárias	(2.218,61)	360,55	0,00	(2.579,16)

ADRIANA ESTEFANI

Contador

CPF: 692.878.649-34

CRC: 1.SC-021143/0-2

ROGÉRIO PERIN

Outros

CPF: 024.900.719-39

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor

05/12/2016 08:45:57



AMUREL**AGO-DEZEMBRO-2016****EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 12 de dezembro de 2016, às 9:30 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da ata da assembleia de agosto de 2016;
- II. Prestação contas do quarto e quinto bimestre, do exercício de 2016;
- III. Assuntos diversos.

Tubarão, 02 de dezembro de 2016.

Antônio Felipe Sobrinho

Presidente da AMUREL

Prefeito de Pedras Grandes

Consórcios

CIGA

ATO DE DISPENSA 12/2016

ATO DE DISPENSA Nº 12/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2016

OBJETO: Contratação de seguro do automóvel do CIGA: Fluence Privilège - Marca Renault; placa MLQ0429; e ano/modelo 2014/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade do CIGA de fazer a contratação do seguro do automóvel do CIGA, com assistência 24 horas para o período de 12 meses com a finalidade manter a frota de veículos num padrão de segurança, minimizando os riscos de possíveis perdas patrimoniais, com as seguintes cobertura:

Item 01 – Seguro Total

Casco: 110% Tabela Fipe – Franquia R\$ 1.700,00

Danos Materiais a Terceiros: R\$ 200.000,00

Danos Corporais a Terceiros: R\$ 300.000,00

Danos Morais: R\$ 50.000,00

App Morte/Invalidez: R\$ 15.000,00

Assistência 24hrs: Guincho com Km Ilimitado

Carro Reserva: 15 dias

Vidros/Farol/Lanterna/Retrovisão

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ: 90.180.605/0001-02

VALOR: R\$ 2490,00

Florianópolis, 05 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 310 - Câmara Municipal de Biguaçu

EXTRATO DE CONTRATO Nº 310/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Biguaçu

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu

CNPJ: 73.564.064/0001-99

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2ª TERMO ADITIVO AO CONTRATO 36/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 18 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 311 - Prefeitura Municipal de Aurora

EXTRATO DE CONTRATO Nº 311/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Aurora

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Aurora

CNPJ: 83.102.624/0001-47

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ª TERMO ADITIVO AO CONTRATO 99/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal,

que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 25 de outubro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0012_2016 - TELEFONIA

TERMO ADITIVO Nº 0012/2016/CIMCATARINA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S.A
CONTRATO:	CONTRATO 0013/2014, TA0001/2015, TA0010/2015
OBJETO:	Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.
VALIDADE:	04.12.2014 a 03.12.2016
DATA:	04.12.2014
LICITAÇÃO:	PAL nº 0027/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0006A
REGISTRO DE PREÇOS:	0023/2014

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam a prorrogação contratual prevista na cláusula oitava passando a vigorar até 02 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 02 de dezembro de 2016.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	TELEFÔNICA BRASIL S/A
Elói Rönnau	Cleber Pinheiro de Lima
Diretor Executivo	Contratado
CONTRATANTE	

TELEFÔNICA BRASIL S/A
José Oscar Azevedo Júnior
Contratado

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0013_2016 - TELEFONIA

TERMO ADITIVO Nº 0013/2016/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S.A
CONTRATO:	CONTRATO 0014/2014
OBJETO:	Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.
VALIDADE:	04.12.2014 a 03.12.2016
DATA:	04.12.2014
LICITAÇÃO:	PAL nº 0033/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0007
REGISTRO DE PREÇOS:	0029/2014

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam a prorrogação contratual prevista na cláusula oitava passando a vigorar até 02 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 02 de dezembro de 2016.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	TELEFÔNICA BRASIL S/A Cleber Pinheiro de Lima
Elói Rönna	Contratado
Diretor Executivo	
CONTRATANTE	

TELEFÔNICA BRASIL S/A José Oscar Azevedo Júnior
Contratado

Testemunhas:

1ª -
2ª -

TC16CIMCATARINA001 PAL 21_2016 - CALMON - ALTERMED

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail:cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

TC16CIMCATARINA001**TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE CALMON
FORNECEDOR:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA:	AT3798/2016 e AT4022/2016
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, de medicamentos e correlatos.
VALIDADE:	08.04.2016 a 31.10.2016
DATA:	02.12.2016
LICITAÇÃO:	PAL nº 0021/2016 / Pregão Eletrônico nº 0020
REGISTRO DE PREÇOS:	0020/2016

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 19.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0019/2014, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 30/10/2016, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Fraiburgo(SC), 02 de dezembro de 2016.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA
Órgão Gerenciador

TC16CIMCATARINA002 PAL 21_2016 - CALMON - AMARILDO

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail:cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

TC16CIMCATARINA002**TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE CALMON
FORNECEDOR:	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA ME
ATA:	AT3822/2016
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, de medicamentos e correlatos.
VALIDADE:	04.08.2016 a 31.10.2016
DATA:	02.12.2016
LICITAÇÃO:	PAL nº 0021/2016 / Pregão Eletrônico nº 0020
REGISTRO DE PREÇOS:	0020/2016

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 19.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0019/2014, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 30/10/2016, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Fraiburgo(SC), 02 de dezembro de 2016.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA
Órgão Gerenciador

TC16CIMCATARINA003 PAL 21_2016 - CALMON - DIMACI SC

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

TC16CIMCATARINA003**TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE CALMON
FORNECEDOR:	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
ATA:	AT3854/2016
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, de medicamentos e correlatos.
VALIDADE:	04.08.2016 a 31.10.2016
DATA:	02.12.2016
LICITAÇÃO:	PAL nº 0021/2016 / Pregão Eletrônico nº 0020
REGISTRO DE PREÇOS:	0020/2016

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 19.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0019/2014, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 30/10/2016, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Fraiburgo(SC), 02 de dezembro de 2016.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA
Órgão Gerenciador

TC16CIMCATARINA004 PAL 21_2016 - CALMON - ISAMED

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail:cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

TC16CIMCATARINA004**TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE CALMON
FORNECEDOR:	ISAMED MATERIAIS MEDICOS HOSP. LTDA ME
ATA:	AT3875/2016
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, de medicamentos e correlatos.
VALIDADE:	04.08.2016 a 31.10.2016
DATA:	02.12.2016
LICITAÇÃO:	PAL nº 0021/2016 / Pregão Eletrônico nº 0020
REGISTRO DE PREÇOS:	0020/2016

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 19.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0019/2014, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 30/10/2016, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Fraiburgo(SC), 02 de dezembro de 2016.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA
Órgão Gerenciador

TC16CIMCATARINA005 PAL 21_2016 - CALMON - METROMED

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail:cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

TC16CIMCATARINA005**TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE CALMON
FORNECEDOR:	METROMED COMÉRCIO MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA
ATA:	AT3899/2016
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, de medicamentos e correlatos.
VALIDADE:	04.08.2016 a 31.10.2016
DATA:	02.12.2016
LICITAÇÃO:	PAL nº 0021/2016 / Pregão Eletrônico nº 0020
REGISTRO DE PREÇOS:	0020/2016

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 19.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0019/2014, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 30/10/2016, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Fraiburgo(SC), 02 de dezembro de 2016.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA
Órgão Gerenciador

TC16CIMCATARINA006 PAL 21_2016 - CALMON - SALVI

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail:cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

TC16CIMCATARINA006**TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE CALMON
FORNECEDOR:	SALVI, LOPES E CIA LTDA ME
ATA:	AT3921/2016
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, de medicamentos e correlatos.
VALIDADE:	04.08.2016 a 31.10.2016
DATA:	02.12.2016
LICITAÇÃO:	PAL nº 0021/2016 / Pregão Eletrônico nº 0020
REGISTRO DE PREÇOS:	0020/2016

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 19.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0019/2014, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 30/10/2016, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Fraiburgo(SC), 02 de dezembro de 2016.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA
Órgão Gerenciador

TC16CIMCATARINA007 PAL 21_2016 - CALMON - SERMEDICALL

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

TC16CIMCATARINA007**TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE CALMON
FORNECEDOR:	SERMEDICALL ARP EQUIP HOSP LTDA EPP
ATA:	AT3939/2016
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, de medicamentos e correlatos.
VALIDADE:	04.08.2016 a 31.10.2016
DATA:	02.12.2016
LICITAÇÃO:	PAL nº 0021/2016 / Pregão Eletrônico nº 0020
REGISTRO DE PREÇOS:	0020/2016

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 19.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0019/2014, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 30/10/2016, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Fraiburgo(SC), 02 de dezembro de 2016.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA
Órgão Gerenciador

TC16CIMCATARINA008 PAL 21_2016 - CALMON - SULMEDIC

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail:cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

TC16CIMCATARINA008**TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE CALMON
FORNECEDOR:	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ATA:	AT3952/2016
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, de medicamentos e correlatos.
VALIDADE:	04.08.2016 a 31.10.2016
DATA:	02.12.2016
LICITAÇÃO:	PAL nº 0021/2016 / Pregão Eletrônico nº 0020
REGISTRO DE PREÇOS:	0020/2016

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 19.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0019/2014, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 30/10/2016, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Fraiburgo(SC), 02 de dezembro de 2016.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA
Órgão Gerenciador

CIS-AMAVI**CONVENIO 002-2016 - CESSÃO SERVIDOR**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2016

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO E CESSÃO DE PESSOAL E SERVIÇOS QUE ENTRE SI ESTABELECEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI E O MUNICÍPIO DE GASPAR, PARA CESSÃO DE PESSOAL.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, constituído sob a forma de associação pública, com sede administrativa na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, simplesmente denominado "CISAMVI", representado neste ato pelo Presidente da Diretoria Executiva Sr. PEDRO CELSO ZUCHI, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 181.649.359-72, domiciliado e residente na Rodovia Ivo Silveira, nº 8.810, Bairro Bateias, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina e de outro lado o MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/001-02, com sede na Rua Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.110-000, representado neste ato por seu Prefeito Municipal o Senhor Pedro Celso Zuchi, inscrito no CPF sob o nº 181.649.359-72, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, firmam o presente Convênio, com amparo na legislação em vigor e mediante adoção das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, para o desenvolvimento de ações e serviços, com a cessão do servidor Cleones Hostins, com ônus para o CISAMVI e nos termos dos respectivos Estatutos.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO, cede, o servidor público para ocupar o emprego público, regido pelo critério de confiança de DIRETOR EXECUTIVO, após aprovação na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/11/2016, o qual foi aprovado por maioria absoluta, nos termos do § 2º artigo 46 do Estatuto do CISAMVI.

Cláusula Segunda - DO COMPROMISSO DAS PARTES

Comprometem-se os signatários:

I – O MUNICÍPIO:

- a) Fazer a cessão do servidor habilitado para ocupar o emprego público de confiança de DIRETOR EXECUTIVO do CISAMVI;
- b) O servidor cedido tem o seu contrato de trabalho suspenso, cabendo ao CISAMVI todas as responsabilidades legais, sociais e trabalhistas.

II – O CISAMVI:

- a) Deverá, nomear e remunerar o servidor cedido nos termos do Estatuto do CISAMVI;
- b) O servidor cedido para o CISAMVI deve cumprir as determinações gerais constantes do Estatuto do CISAMVI e executar as tarefas e serviços inerentes ao emprego público de confiança, e em especial, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CISAMVI, nos termos do Inciso I, do artigo 49 do Estatuto do CISAMVI;
- c) O CISAMVI fica responsável pelo controle de pessoal cedido pelo MUNICÍPIO, a qualquer título, bem como quanto à organização documental e trabalhista, onde esta se fizer necessária e obrigatória.

Cláusula Terceira - DO PRAZO

O presente Convênio é pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com início em 05 de dezembro de 2016, podendo ser renovado no interesse dos partícipes por novos prazos e/ou ao seu término.

§ 1º. Não havendo manifestação contrária e expressa com antecedência mínima de 90 (noventa) dias a prorrogação se dará automaticamente;

§ 2º. Não havendo interesse de um dos convenientes na prorrogação, deverá comunicar o fato ao outro, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, por escrito.

Cláusula Quarta - DA DENUNCIAÇÃO DO CONVÊNIO

O presente Convênio poderá ser denunciado pelos convenientes, a qualquer tempo desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento e que não podem ser interrompidas antes do término do prazo previsto no § 2º da Cláusula Terceira.

Cláusula Quinta - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos convenientes, ficando estabelecido ainda, que antes disso, todas as medidas de conciliação deverão ser esgotadas.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste Convênio, firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
Presidente da Diretoria Executiva do CISAMVI

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Testemunhas:

VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR
CPF nº 038.188.129-68

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Assessoria Jurídica CISAMVI – OAB/SC 35.127
CPF nº 552.396.769-68

RESOLUÇÃO Nº 131-2016 - CISAMVI

RESOLUÇÃO nº 131, de 05/12/2016.

Contrata Cleones Hostins para o emprego público de confiança de Diretor Executivo do CISAMVI.

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento no art. 37, V, da Constituição Federal e no artigo 450 c/c artigos 468, Parágrafo Único, e 499 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943; e

Considerando-se a aprovação da indicação pela Assembleia Geral na reunião realizada em 30/11/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar o Sr. Cleones Hostins, CPF nº 007.944.929-83 e RG nº 4493229, SSP/SC, para o emprego público de confiança de Diretor Executivo deste Consórcio Público, a contar de 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O contratado ficará submetido ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91.

Art. 3º - O contratado estará submetido à dedicação integral ao Consórcio Público, com salário mensal correspondente à R\$ 11.497,60 (onze mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), conforme Anexo 1 do Contrato de Consórcio, atualizado na forma da Resolução nº 109, de 11/01/2016.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 05 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi
Presidente do CISAMVI

CIS/AMUREL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGO - 12/12/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 12 de dezembro de 2016, às 09h15min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h30min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata da Assembleia Anterior; (cópia entregue)
- II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis referentes ao 5º bimestre de 2016;
- III. Conselho Deliberativo - Eleição
- IV. Assuntos Diversos.

Tubarão, 28 de novembro de 2016.

ANTONIO FELIPPE SOBRINHO
Presidente do CISAMUREL

CIS/AMURES**1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE O MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO E O CIS/AMURES - 2016**

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES E O MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 07.383.800/0001-88, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 602, Centro, CEP 88.502-230, neste ato representado por seu presidente Sr. Edilson José de Souza, portador do RG nº 1.823.208 e CPF nº 610.553.529-53, Prefeito Municipal de Campo Belo do Sul e do outro lado, O MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 15.408.168/0001-08, com sede na Rua Atilio Mortari, Bairro Centro, Capão alto /SC, representado pelo prefeito, Sr. Luiz Carlos Alves de Freitas, têm justo e firmado entre si este Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a alteração das cláusulas sexta e sétima do contrato de rateio nº 01/2016 referentes aos créditos orçamentários e valor de repasse de recursos pelo Município ao CIS/AMURES, conforme autorizam as cláusulas oitava e nona do referido contrato de prestação de serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

A despesa com a execução deste Aditivo de Contrato correrá de acordo com o Ação nº (2.58) Disponibilização de Serviços Consórcio Saúde, e dos elementos de despesa nº (282), (283) e (361) do orçamento do Município para o exercício de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RATEIO

O valor global anual previsto para as despesas com prestação de serviços do Consórcio fica acrescido em R\$102.117,81 (Cento e dois mil, cento e dezessete reais e oitenta e um centavos) passando a representar o montante de R\$355.074,99 (Trezentos e cinquenta e cinco mil, setenta e quatro reais e noventa e nove centavos) anual.

Parágrafo único: o valor correspondente a R\$102.117,81 (Cento e dois mil, cento e dezessete reais e oitenta e um centavos) referido no caput da presente cláusula será dividido em quatro (04) parcelas de R\$25.529,45 (Vinte e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos), referentes aos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 2016 e, acrescidos aos valores já estabelecidos de R\$355.074,99 (Trezentos e cinquenta e cinco mil, setenta e quatro reais e noventa e nove centavos), totalizando o limite mensal de R\$29.589,58 (vinte e nove mil e quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original, não alteradas por este Instrumento.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

O Município publicará o presente termo aditivo nos mesmos meios de publicação do contrato original.

Capão Alto, 21 de Novembro de 2016.

EDILSON JOSÉ DE SOUZA
Presidente CIS/AMURES

LUIZ CARLOS ALVES DE FREITAS
Prefeito de Capão Alto

CIS/AMERIOS

BALANCETE DE DESPESAS CIS/AMERIOS NOVEMBRO DE 2016

Estado de Santa Catarina CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude		Balancete da Despesa		Novembro de 2016		Folha: 1	
Unidade Gestora.....: CIS - Amerios							
Orgao.....: 01 CIS - AMERIOS							
Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO							
Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes	Reducoes Liquidado no Mes	Reservado Anulado no Mes	Total Creditos Pago no Mes	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar	
		Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar	
10 Saude							
10122 Administracao Geral							
101220002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS							
101220002.2.004000 Adminitracao							
3.1.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
1 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	45.515,42	
		7.227,00	7.227,00	0,00	7.227,00	0,00	
		54.484,58	54.484,58	0,00	54.484,58	0,00	
3.1.90.11.01.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS							
10 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		5.940,00	5.940,00	0,00	5.940,00	0,00	
		42.052,21	42.052,21	0,00	42.052,21	0,00	
3.1.90.13.01.00.00 FGTS							
11 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		475,20	475,20	0,00	475,20	0,00	
		3.603,72	3.603,72	0,00	3.603,72	0,00	
3.1.90.13.02.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS							
12 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		811,80	811,80	0,00	811,80	0,00	
		8.828,65	8.828,65	0,00	8.828,65	0,00	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
2 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios	1.690.000,00	0,00	0,00	0,00	1.690.000,00	461.337,14	
		150.643,40	150.643,40	0,00	150.643,40	0,00	
		1.228.662,86	1.228.662,86	1.136,25	1.228.662,86	0,00	
3.3.90.30.01.00.00 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS							
15 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		111,04	111,04	0,00	111,04	0,00	
		1.135,82	1.135,82	0,00	1.135,82	0,00	
3.3.90.30.39.00.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS							
20 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		470,00	470,00	0,00	470,00	0,00	
3.3.90.36.06.00.00 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS							
8 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		7.477,00	7.477,00	0,00	7.477,00	0,00	
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS							
4 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		27.735,00	27.735,00	0,00	27.735,00	0,00	
		211.037,00	211.037,00	0,00	211.037,00	0,00	
3.3.90.36.99.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FI							
21 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		1.208,00	1.208,00	0,00	1.208,00	0,00	
3.3.90.39.11.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES							
6 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		1.600,00	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	
		16.000,00	16.000,00	0,00	16.000,00	0,00	
3.3.90.39.19.00.00 MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS							
27 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		80,00	80,00	0,00	80,00	0,00	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO							
5 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		114.144,80	114.144,80	0,00	114.144,80	0,00	
		929.574,36	929.574,36	1.136,25	929.574,36	0,00	
3.3.90.39.81.00.00 SERVICOS BANCARIOS							
13 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		69,43	69,43	0,00	69,43	0,00	
		773,65	773,65	0,00	773,65	0,00	
3.3.90.39.99.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU							
7 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		917,00	917,00	0,00	917,00	0,00	
3.3.90.47.12.00.00 CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP							
14 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
CPcetil - Contabilidade Publica - Emissao: 01/12/2016 as 16h43min (1)							

Estado de Santa Catarina		Balancete da Despesa			Novembro de 2016		Folha: 2	
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude								
Unidade Gestora.....		CIS - Amerios						
Orgao.....		01 CIS - AMERIOS						
Unidade Orcamentaria:		01.01 ADMINISTRACAO						
Dotacao		Saldo Inicial	Suplementacoes	Reducoes	Reservado	Total Creditos	Saldo Disponivel	
			Empenhado no Mes	Liquidado no Mes	Anulado no Mes	Pago no Mes	Empenhos a Pagar	
			Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			1.436,13	1.436,13	0,00	1.436,13	0,00	
			13.309,43	13.309,43	0,00	13.309,43	0,00	
3.3.90.47.18.00.00 CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS		- Desdobramento da Despesa						
9 Fonte.....		100 Recursos ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			5.547,00	5.547,00	0,00	5.547,00	0,00	
			46.680,60	46.680,60	0,00	46.680,60	0,00	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS								
16 Fonte.....		300 Recursos Ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS		- Desdobramento da Despesa						
17 Fonte.....		300 Recursos Ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.11.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES		- Desdobramento da Despesa						
19 Fonte.....		300 Recursos Ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO		- Desdobramento da Despesa						
18 Fonte.....		300 Recursos Ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS								
22 Fonte.....		300 Recursos Ordinarios						
		0,00	207.890,69	0,00	0,00	207.890,69	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			207.890,69	207.890,69	0,00	207.890,69	0,00	
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS		- Desdobramento da Despesa						
23 Fonte.....		300 Recursos Ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			32.478,20	32.478,20	0,00	32.478,20	0,00	
3.3.90.39.11.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES		- Desdobramento da Despesa						
25 Fonte.....		300 Recursos Ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			1.600,00	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO		- Desdobramento da Despesa						
24 Fonte.....		300 Recursos Ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			170.264,65	170.264,65	0,00	170.264,65	0,00	
3.3.90.47.18.00.00 CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS		- Desdobramento da Despesa						
26 Fonte.....		300 Recursos Ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			3.547,84	3.547,84	0,00	3.547,84	0,00	
4.4.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS								
3 Fonte.....		100 Recursos ordinarios						
		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Unidade Orcamentaria		1.800.000,00	207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	516.852,56	
			157.870,40	157.870,40	0,00	157.870,40	0,00	
			1.491.038,13	1.491.038,13	1.136,25	1.491.038,13	0,00	
Total do Orgao		1.800.000,00	207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	516.852,56	
			157.870,40	157.870,40	0,00	157.870,40	0,00	
			1.491.038,13	1.491.038,13	1.136,25	1.491.038,13	0,00	
Total Geral		1.800.000,00	207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	516.852,56	
			157.870,40	157.870,40	0,00	157.870,40	0,00	
			1.491.038,13	1.491.038,13	1.136,25	1.491.038,13	0,00	

Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Balancete da Despesa

Novembro de 2016

Folha: 3

Unidade Gestora.....: CIS - Amerios

Resumo Final

Orgao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
CIS - AMERIOS	1.800.000,00	207.890,69 157.870,40 1.491.038,13	0,00 157.870,40 1.491.038,13	0,00 0,00 1.136,25	2.007.890,69 157.870,40 1.491.038,13	516.852,56 0,00 0,00
Total Geral	1.800.000,00	207.890,69 157.870,40 1.491.038,13	0,00 157.870,40 1.491.038,13	0,00 0,00 1.136,25	2.007.890,69 157.870,40 1.491.038,13	516.852,56 0,00 0,00

ROGERIO PERIN
Presidente

FABIANE GALERA
Sec. Adm e Financeira

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC/SC 020.101/0-8

BALANCETE DE RECEITA CIS/AMERIOS NOVEMBRO DE 2016Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Balancete da Receita

Novembro/2016

Folha: 1

Unidade Gestora: CIS - Amerios

Receita	Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.800.000,00	130.757,91	1.461.698,04	-338.301,96
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	25.000,00	1.717,42	24.869,92	-130,08
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIO	25.000,00	1.717,42	24.869,92	-130,08
1.3.2.5.00.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCA	25.000,00	1.717,42	24.869,92	-130,08
1.3.2.5.02.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS	25.000,00	1.717,42	24.869,92	-130,08
1.3.2.5.02.99.00.00	REMUNERACAO DE OUTROS DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS				
1 Fonte: 100	Recursos ordinarios	25.000,00	1.717,42	24.869,92	-130,08
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	20.000,00	0,00	0,00	-20.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00	OUTROS SERVICOS				
2 Fonte: 100	Recursos ordinarios	20.000,00	0,00	0,00	-20.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.755.000,00	129.040,49	1.436.828,12	-318.171,88
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMEN	1.755.000,00	129.040,49	1.436.828,12	-318.171,88
1.7.2.3.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	1.755.000,00	129.040,49	1.436.828,12	-318.171,88
1.7.2.3.37.00.00.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PU	1.755.000,00	129.040,49	1.436.828,12	-318.171,88
1.7.2.3.37.01.00.00	Bom Jesus do Oeste				
3 Fonte: 100	Recursos ordinarios	85.000,00	8.290,23	108.184,86	23.184,86
1.7.2.3.37.02.00.00	Caibi				
4 Fonte: 100	Recursos ordinarios	140.000,00	9.428,50	103.713,50	-36.286,50
1.7.2.3.37.03.00.00	Cunha Porã				
5 Fonte: 100	Recursos ordinarios	130.000,00	16.360,97	125.562,34	-4.437,66
1.7.2.3.37.04.00.00	Cunhatai				
6 Fonte: 100	Recursos ordinarios	50.000,00	8.851,84	71.615,52	21.615,52
1.7.2.3.37.05.00.00	Flor do Sertão				
7 Fonte: 100	Recursos ordinarios	70.000,00	1.688,00	85.798,67	15.798,67
1.7.2.3.37.06.00.00	Iraceminha				
8 Fonte: 100	Recursos ordinarios	120.000,00	10.307,15	87.861,15	-32.138,85
1.7.2.3.37.07.00.00	Maravilha				
9 Fonte: 100	Recursos ordinarios	320.000,00	26.604,72	276.747,38	-43.252,62
1.7.2.3.37.08.00.00	Modelo				
10 Fonte: 100	Recursos ordinarios	120.000,00	9.286,91	95.339,23	-24.660,77
1.7.2.3.37.09.00.00	Palmitos				
11 Fonte: 100	Recursos ordinarios	110.000,00	12.050,38	90.565,32	-19.434,68
1.7.2.3.37.10.00.00	Riqueza				
12 Fonte: 100	Recursos ordinarios	100.000,00	0,00	60.976,00	-39.024,00
1.7.2.3.37.11.00.00	Romelandia				
13 Fonte: 100	Recursos ordinarios	70.000,00	2.395,20	48.787,98	-21.212,02
1.7.2.3.37.12.00.00	Saltinho				
14 Fonte: 100	Recursos ordinarios	50.000,00	1.728,80	21.532,04	-28.467,96
1.7.2.3.37.13.00.00	Sta Terezinha do Progresso				
15 Fonte: 100	Recursos ordinarios	60.000,00	3.864,80	46.618,03	-13.381,97
1.7.2.3.37.14.00.00	Sao Miguel da Boa Vista				
16 Fonte: 100	Recursos ordinarios	60.000,00	3.302,04	26.516,23	-33.483,77
1.7.2.3.37.15.00.00	Saudades				
17 Fonte: 100	Recursos ordinarios	70.000,00	8.402,83	74.318,82	4.318,82
1.7.2.3.37.16.00.00	Tigrinhos				
18 Fonte: 100	Recursos ordinarios	50.000,00	6.478,12	54.345,75	4.345,75
1.7.2.3.37.18.00.00	MH-SUS - PRODUCAO				
19 Fonte: 100	Recursos ordinarios	150.000,00	0,00	58.345,30	-91.654,70
Total Geral		1.800.000,00	130.757,91	1.461.698,04	-338.301,96

ROGERIO PERIN
PresidenteFABIANE GALERA
Sec. Adm e FinanceiraNAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC/SC 020.101/0-8

Editais de Notificação

DOUTOR PEDRINHO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 355/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 355/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKL0867	54761953C	14/11/2013	65992	230 * V
MKL0867	54761954C	14/11/2013	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 356/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 356/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCV5543	54771918C	28/02/2014	65992	230 * V
MCV5543	54771919C	28/02/2014	70301	244 * I
MCV5543	54771920C	28/02/2014	50371	162 * III
MCV5543	54771921C	28/02/2014	51341	164 c/c 162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 357/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 357/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDM7182	54771241C	17/03/2014	65992	230 * V
MDM7182	54771242C	17/03/2014	50100	162 * I
MFI3950	54771243C	17/03/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 358/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 358/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEM4406 54771247C 03/07/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 359/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 359/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BQM4732 54771244C 03/07/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETI
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8274 361/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 361/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFY2956 54771249C 15/07/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 362/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 362/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCK6936	54771922C	09/09/2014	50100	162 * I
MCK6936	54771923C	09/09/2014	65992	230 * V
MCK6936	54771924C	09/09/2014	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 363/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 363/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MHK6202	54575005E	21/10/2014	65992	230 * V
MHK6202	54575006E	21/10/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 364/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 364/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXK5960	54575103E	09/11/2014	64080	221
LXK5960	54575104E	09/11/2014	50100	162 * I
MCM0697	54771728C	13/11/2014	65992	230 * V
MCM0697	54771729C	13/11/2014	69120	232
MGZ9071	54575107E	18/11/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

ERVAL VELHO**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 304/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 304/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBF8384 55879877D 14/06/2014 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 305/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 305/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKN6510	55879783D	27/06/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 306/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 306/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAX2541	55879930D	07/08/2014	50100	162 * I
MAX2541	55879931D	07/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAX2541	55879933D	07/08/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 307/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 307/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDG5197 55879935D 09/08/2014 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 308/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 308/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNM6795	55879881D	26/08/2014	65992	230 * V
MCA6919	55879949D	12/09/2014	51851	167
MFR6676	55879934D	09/08/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 310/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 310/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYO8585	55879942D	28/08/2014	51851	167
MBP7216	55879884D	24/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 312/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 312/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDG0704	55879785D	13/09/2014	50100	162 * I
MDG0704	55879787D	13/09/2014	50610	163 c/c 162 * I
MDG0704	55879788D	13/09/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 314/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 314/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXQ7029	55879791D	19/10/2014	51691	165
LXQ7029	55879792D	19/10/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 316/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 316/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYO8585	55709507D	28/10/2014	51851	167
MFB3660	55709506D	24/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 317/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 317/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFL9780	55879885D	01/11/2014	51851	167
MFQ7551	55709512D	01/11/2014	53800	181 * I
MIX6421	55709511D	01/11/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

FORQUILHINHA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 846/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 846/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWX0022	54505722E	17/11/2013	66102	230 * VII
LWX0022	54505721E	17/11/2013	50100	162 * I
MBO8341	54505725E	23/11/2013	50100	162 * I
MBY7577	54505678E	06/12/2013	66102	230 * VII
MBY7577	54505677E	06/12/2013	65992	230 * V
MCI6187	54505723E	23/11/2013	50100	162 * I
MCI6187	54505724E	23/11/2013	66372	230 * IX
MHM0729	54505667E	01/12/2013	66371	230 * IX
MHM0729	54505666E	01/12/2013	50100	162 * I
MHM0729	54505665E	01/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MHM0729	54505664E	01/12/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 848/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 848/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HUQ2000	54506467E	28/11/2013	53040	176 * III
HUQ2000	54506466E	28/11/2013	50450	162 * V
HUQ2000	54506465E	28/11/2013	65992	230 * V
LXQ9965	55432443D	18/11/2013	65992	230 * V
MCN6697	55432445D	18/11/2013	60841	211
MDA4198	54505551E	02/12/2013	60841	211
MDF7662	54505693E	12/12/2013	50100	162 * I

MDF7662 54505692E 12/12/2013 51180 164 c/c 162 * I
MHB7039 55431952D 22/11/2013 50100 162 * I
MKL5037 54506445E 14/11/2013 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 849/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 849/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILG2859	54505502E	15/12/2013	66102	230 * VII
ILG2859	54505501E	15/12/2013	65992	230 * V
MEZ3230	54505698E	12/12/2013	66372	230 * IX
MEZ3230	54505696E	12/12/2013	70481	244 * II
MEZ3230	54505694E	12/12/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 850/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 850/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWU0780	54505505E	21/12/2013	50100	162 * I
LWU0780	54505506E	21/12/2013	65992	230 * V
LYR8825	54506334E	25/12/2013	50100	162 * I
LYR8825	54506335E	25/12/2013	65992	230 * V
LYR8825	54506336E	25/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MDH2041	54505503E	21/12/2013	50100	162 * I
MDH2041	54505504E	21/12/2013	65992	230 * V
MDU2128	54506449E	16/12/2013	66532	230 * XI
MHH9223	54505554E	20/12/2013	73662	252 * VI
MLA6852	54505514E	25/12/2013	52070	169
MLA6852	54505513E	25/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MLA6852	54505515E	25/12/2013	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 853/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 853/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
COO1865	54506477E	15/01/2014	51851	167
ILB8370	55431959D	08/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
ILB8370	55431958D	08/01/2014	50100	162 * I
ILU9610	54505700E	12/12/2013	66102	230 * VII
LAA9772	54506470E	09/01/2014	51851	167
LXA5745	54505738E	16/01/2014	51851	167
MFI7389	54506333E	19/12/2013	73400	252 * IV
MFI7389	54506331E	19/12/2013	65992	230 * V
MFI7389	54506332E	19/12/2013	66372	230 * IX
MFQ3380	54506473E	15/01/2014	51851	167
MJX0652	54505732E	07/01/2014	50100	162 * I
MJX0652	54505733E	07/01/2014	66102	230 * VII
MLL9075	54506472E	09/01/2014	51851	167
MLN5488	54506488E	18/01/2014	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 854/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 854/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FYN0001	54505530E	05/01/2014	57380	186 * II
LYA5770	54505544E	01/02/2014	58350	195
LYA5770	54505543E	01/02/2014	66371	230 * IX
LYA5770	54505542E	01/02/2014	65992	230 * V
LYA5770	54505541E	01/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYA5770	54505540E	01/02/2014	50100	162 * I
MBN6993	54506496E	21/01/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 855/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 855/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDS8466	54505521E	30/12/2013	50100	162 * I
MDS8466	54505529E	30/12/2013	57200	186 * I
MDS8466	54505528E	30/12/2013	66532	230 * XI
MDS8466	54505525E	30/12/2013	52070	169
MDS8466	54505524E	30/12/2013	58191	193
MDS8466	54505523E	30/12/2013	65992	230 * V
MDS8466	54505522E	30/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MDS8466	54505527E	30/12/2013	58350	195
MDS8466	54505526E	30/12/2013	52151	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 856/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 856/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBF9079	54505520E	30/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MBF9079	54505519E	30/12/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 858/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 858/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZH7231 54505548E 04/02/2014 60501 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 859/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 859/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BMV0771 54506350E 07/03/2014 54521 181 * VIII
COJ6970 54505580E 08/03/2014 55090 181 * XIII
ISD4775 54505553E 17/12/2013 70481 244 * II
MAT3074 54505575E 03/03/2014 50100 162 * I
MAT3074 54505574E 03/03/2014 65992 230 * V
MBH1258 54506345E 04/03/2014 51180 164 c/c 162 * I
MBH1258 54506344E 04/03/2014 65992 230 * V
MBH1258 54506343E 04/03/2014 50100 162 * I
MEV7728 54505744E 24/02/2014 57380 186 * II

MEV7728 54505743E 24/02/2014 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 860/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 860/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CCP3465	54506338E	24/12/2013	55411	181 * XVII
LXS9073	54505481E	15/03/2014	65992	230 * V
LXS9073	54505482E	15/03/2014	50100	162 * I
LXT6445	54505567E	15/02/2014	66371	230 * IX
LXT6445	54505566E	15/02/2014	65992	230 * V
LYE0311	54505484E	15/03/2014	66531	230 * XI
LYE0311	54505483E	15/03/2014	50100	162 * I
LZX9654	54506340E	22/02/2014	50100	162 * I
LZX9654	54506339E	22/02/2014	66371	230 * IX
LZX9654	54506342E	22/02/2014	65992	230 * V
LZX9654	54506341E	22/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCZ2261	54505591E	20/03/2014	60501	208
MJA1417	54505452E	13/02/2014	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 862/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 862/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LCX9607	54506483E	15/01/2014	51851	167
LYZ9295	54505570E	22/02/2014	50100	162 * I
MAU9781	55432259D	11/02/2014	51851	167
MAU9781	55432258D	11/02/2014	73662	252 * VI
MAU9781	55432257D	11/02/2014	60501	208
MF7826	54506495E	21/01/2014	51851	167
MGW9337	54505466E	19/02/2014	60501	208
MHO2932	54505568E	18/02/2014	65992	230 * V
MHY3785	54505465E	19/02/2014	57380	186 * II
MIP0205	54505582E	14/03/2014	57380	186 * II
MIP6860	54505748E	11/03/2014	65992	230 * V
MIY5784	54506493E	21/01/2014	51851	167
MKJ7702	54505588E	14/03/2014	73580	252 * V
MLF8604	54505585E	14/03/2014	55090	181 * XIII
MLK2618	54505576E	05/03/2014	59670	203 * V
MLN5488	54506491E	18/01/2014	59241	203 * I
MLN5488	54506490E	18/01/2014	59320	203 * II
MLN5488	54506489E	18/01/2014	58350	195
MLN5488	54506487E	18/01/2014	58191	193
MLN5488	54506486E	18/01/2014	69120	232
MLN5488	54506485E	18/01/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 864/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 864/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INI5958	55431820D	17/03/2014	65992	230 * V
INI5958	55431819D	17/03/2014	50100	162 * I
MJO3350	54505745E	24/02/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 865/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 865/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEI7871	54505359E	30/03/2014	60501	208
BOU3074	55432266D	28/03/2014	50100	162 * I
BOU3074	55432273D	28/03/2014	66102	230 * VII
CMM8571	55432274D	28/03/2014	59670	203 * V
CMM8571	55432275D	28/03/2014	58197	193
CMM8571	54505750E	23/03/2014	51851	167
CMM8571	54505749E	23/03/2014	60501	208
CPO1217	54505303E	29/03/2014	66102	230 * VII
LWW7359	54505306E	01/04/2014	50100	162 * I
LXT6169	54505499E	21/03/2014	60501	208
LZF0472	54505361E	02/04/2014	60501	208
MAE2892	54505403E	22/03/2014	65992	230 * V
MAE2892	54505402E	22/03/2014	50100	162 * I
MBT7783	54505496E	21/03/2014	60501	208
MBX4605	54505305E	29/03/2014	66102	230 * VII
MBX4605	54505304E	29/03/2014	50100	162 * I
MCB5360	54505356E	27/03/2014	73400	252 * IV
MCB5360	54505355E	27/03/2014	57200	186 * I
MDM5934	55432271D	22/03/2014	65992	230 * V
MEV4923	54505488E	15/03/2014	66102	230 * VII
MEV4923	54505487E	15/03/2014	58350	195
MEV4923	54505486E	15/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEV4923	54505485E	15/03/2014	50100	162 * I
MGF7016	54505352E	24/03/2014	69120	232
MGJ0380	54505595E	26/03/2014	50100	162 * I
MGJ0380	54505594E	26/03/2014	65992	230 * V
MGT8104	54505494E	21/03/2014	60501	208
MHT0926	54505498E	21/03/2014	60501	208
MII5771	55432269D	22/03/2014	66372	230 * IX
MIS2150	54505408E	28/03/2014	73662	252 * VI
MJB6862	55432265D	22/03/2014	66102	230 * VII
MKN3280	54505600E	29/03/2014	59591	203 * IV
MLH9018	54505593E	26/03/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 867/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 867/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXY2637	55431822D	23/03/2014	67692	230 * XXII
LXY2637	55431821D	23/03/2014	51691	165
MAA5053	54505354E	27/03/2014	60501	208
MBW5781	54505417E	24/04/2014	66372	230 * IX
MBW5781	54505416E	24/04/2014	65561	230 * I
MBW5781	54505415E	24/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBW5781	54505414E	24/04/2014	50100	162 * I
MCJ0204	54505273E	17/04/2014	59670	203 * V
MCO3529	54505257E	04/04/2014	59670	203 * V
MCO3529	54505256E	04/04/2014	65992	230 * V
MCO3529	54505255E	04/04/2014	52741	175
MDF2118	54505308E	04/04/2014	66102	230 * VII
MEK1893	54505264E	10/04/2014	66371	230 * IX
MEK1893	54505263E	10/04/2014	70561	244 * III
MEK1893	54505262E	10/04/2014	50100	162 * I
MES5312	54505274E	17/04/2014	60841	211
MFG7081	54505267E	12/04/2014	50100	162 * I
MFG7081	54505266E	12/04/2014	65992	230 * V
MHH4419	54505260E	07/04/2014	59670	203 * V
MHV3350	54505311E	12/04/2014	60501	208
MIM1754	54505497E	21/03/2014	60501	208
MJQ0523	54505405E	22/03/2014	66531	230 * XI
MJR4659	54505272E	17/04/2014	60841	211
MKD8299	55431827D	07/04/2014	60501	208
MLX6322	55431826D	07/04/2014	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 869/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 869/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDN5525	55432272D	22/03/2014	50100	162 * I
MJQ0523	54505404E	22/03/2014	70301	244 * I
MLK7695	54505592E	23/03/2014	51691	165
MMF6134	54505598E	29/03/2014	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 871/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 871/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JNL9667	54505312E	12/04/2014	60501	208
MCO4084	54505615E	02/05/2014	50100	162 * I
MEN6911	54505411E	09/04/2014	65992	230 * V
MEN6911	54505410E	09/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEN6911	54505409E	09/04/2014	50100	162 * I
MES9760	54505611E	25/04/2014	50100	162 * I
MES9760	54506500E	25/04/2014	65992	230 * V
MFD5572	54505372E	02/05/2014	69120	232
MFD5572	54505371E	02/05/2014	65992	230 * V
MJC3827	54505279E	25/04/2014	60841	211
MKA4992	54505613E	25/04/2014	73662	252 * VI
MKS2449	54505276E	25/04/2014	59750	204
MKS2449	54505277E	25/04/2014	63941	220 * XIV
MMC9073	54505286E	07/05/2014	60841	211

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 873/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 873/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IPX0298	55431836D	10/05/2014	61220	214 * I
KCU5552	54505427E	15/05/2014	65561	230 * I
KCU5552	54505426E	15/05/2014	54521	181 * VIII
KXE3604	55431839D	13/05/2014	56222	182 * VI
LYI5260	54505425E	15/05/2014	65992	230 * V
LYI5260	54505418E	15/05/2014	50100	162 * I

LZQ6255	55431837D	07/05/2014	73662	252	* VI
MBG1670	54505618E	17/05/2014	66372	230	* IX
MBG1670	54505617E	17/05/2014	51180	164	c/c 162 * I
MBG1670	54505380E	17/05/2014	50100	162	* I
MCV6616	54505366E	11/04/2014	70561	244	* III
MEI0179	54505288E	16/05/2014	52741	175	
MFT7980	54505261E	07/04/2014	60841	211	
MGQ5559	55431838D	13/05/2014	73662	252	* VI
MIM0418	54505287E	16/05/2014	51851	167	
MJK8300	54505268E	12/04/2014	59910	206	* I
MJN9998	55431841D	16/05/2014	60501	208	
MKM8850	54506375E	19/05/2014	50100	162	* I
MLJ6728	55431842D	16/05/2014	60841	211	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 874/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 874/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBI1993	54505302E	26/03/2014	66102	230 * VII
MBI1993	54505301E	26/03/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 875/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 875/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIW2374	54505388E	23/05/2014	50100	162 * I
AIW2374	54505389E	23/05/2014	66102	230 * VII
DJB7572	54505628E	30/05/2014	69120	232
DJB7572	54505627E	30/05/2014	50450	162 * V
DJB7572	54505155E	30/05/2014	65992	230 * V
IGT1821	54505619E	23/05/2014	65992	230 * V
LYW9142	54505215E	23/05/2014	65992	230 * V
MBV2552	54505320E	24/05/2014	69120	232
MBV2552	54505319E	24/05/2014	65992	230 * V
MBV2552	54505318E	24/05/2014	50450	162 * V
MER5301	54505154E	30/05/2014	65992	230 * V
MFV7575	55431845D	28/05/2014	73662	252 * VI
MIJ9489	54505383E	23/05/2014	57380	186 * II
MMB9509	54505620E	23/05/2014	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 876/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 876/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAR9149	54505282E	28/04/2014	60841	211
MBT9913	55431844D	08/05/2014	70561	244 * III
MCO5944	54505420E	09/05/2014	51851	167
MEL5999	54505280E	25/04/2014	60841	211
MGL5720	54505622E	29/05/2014	65992	230 * V
MGL5720	54505621E	29/05/2014	50100	162 * I
MGS4753	54506373E	28/04/2014	70561	244 * III
MGS6914	54505211E	23/05/2014	59750	204
MGS6914	54505210E	23/05/2014	51851	167
MGS6914	54505209E	23/05/2014	51420	164 c/c 162 * V
MGS6914	54505208E	23/05/2014	66371	230 * IX
MGS6914	54505203E	23/05/2014	60760	210
MGS6914	54505202E	23/05/2014	65992	230 * V
MGS6914	54505201E	23/05/2014	50450	162 * V
MGS6914	54505207E	23/05/2014	66372	230 * IX
MGS6914	54505206E	23/05/2014	58350	195
MJJ9365	54505373E	02/05/2014	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 878/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 878/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFE9047	54505324E	03/06/2014	50100	162 * I
DME6740	54505222E	13/06/2014	65992	230 * V
MCI6187	54505326E	03/06/2014	52070	169
MCI6187	54505325E	03/06/2014	50100	162 * I
MDR5835	54505335E	12/06/2014	50100	162 * I
MDR5835	54505336E	12/06/2014	65992	230 * V
MJH5608	54505334E	12/06/2014	52311	172
MKZ3246	55431843D	19/05/2014	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 880/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 880/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACD2934	54505625E	30/05/2014	50450	162 * V
HAM7224	54505217E	24/05/2014	66372	230 * IX
HAM7224	54505216E	24/05/2014	66450	230 * X
LZC0741	54505294E	28/05/2014	65992	230 * V
LZC0741	54505295E	28/05/2014	50100	162 * I
MCQ8186	55431847D	28/05/2014	54521	181 * VIII
MDK8145	54505385E	23/05/2014	66372	230 * IX
MDK8145	54505384E	23/05/2014	50100	162 * I
MJK5785	54505313E	22/05/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8288 881/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 881/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IAX9789	54505315E	23/05/2014	66371	230 * IX
IAX9789	54505314E	23/05/2014	65992	230 * V
IAX9789	54505317E	23/05/2014	51851	167
IAX9789	54505316E	23/05/2014	66102	230 * VII
IEF3813	54505224E	20/06/2014	65992	230 * V
INL2128	54506201E	12/06/2014	73662	252 * VI
MBT1948	54505637E	22/06/2014	65992	230 * V

MFB0729	54505436E	13/06/2014	66102	230	* VII
MFE2818	54505437E	21/06/2014	58191	193	
MGQ4330	54505629E	30/05/2014	50450	162	* V
MIU4334	54505635E	22/06/2014	50100	162	* I
MIU4334	54505636E	22/06/2014	69120	232	
MLD8230	54505435E	30/05/2014	60502	208	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 883/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 883/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRK2919	54505327E	09/06/2014	54522	181 * VIII
IBH9102	54505237E	26/06/2014	65992	230 * V
IBX2015	54506376E	13/06/2014	50100	162 * I
IBX2015	54506377E	13/06/2014	65992	230 * V
IKK1789	54505296E	31/05/2014	59670	203 * V
LXB3715	55432278D	02/07/2014	65992	230 * V
LXB3715	55432277D	02/07/2014	50100	162 * I
MGS4753	54505441E	23/06/2014	65992	230 * V
MGS4753	54505442E	23/06/2014	69120	232
MGS4753	54505443E	23/06/2014	73400	252 * IV
MGS4753	54505439E	23/06/2014	50100	162 * I
MGS4753	54505440E	23/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGV3837	54505238E	04/07/2014	50100	162 * I
MGV3837	54505239E	04/07/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHX3674	54505444E	05/07/2014	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 885/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 885/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNH0697	54505168E	16/07/2014	53980	181 * II
LYO8789	54505445E	12/07/2014	50100	162 * I
LYO8789	54505446E	12/07/2014	65992	230 * V
MDG7277	54506252E	13/07/2014	50100	162 * I
MDG7277	54506253E	13/07/2014	65992	230 * V
MIT6451	54506254E	13/07/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 887/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 887/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DPW6484	54505642E	01/07/2014	65992	230 * V
DPW6484	54505643E	01/07/2014	70561	244 * III
DPW6484	54505644E	01/07/2014	52151	170
DPW6484	54505645E	01/07/2014	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 889/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 889/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYS3404	54505297E	03/07/2014	65992	230 * V
LYS3404	54505298E	03/07/2014	50100	162 * I
MHF1322	54505242E	27/07/2014	69120	232
MJJ1799	54505165E	15/07/2014	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 891/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 891/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZY0513	54505166E	15/07/2014	70561	244 * III
MAR5098	54506251E	10/07/2014	73662	252 * VI
MBT8816	54505646E	07/07/2014	50100	162 * I
MBT8816	54505647E	07/07/2014	65992	230 * V
MBT8816	54505648E	07/07/2014	65564	230 * I
MCK9077	54505101E	12/07/2014	65992	230 * V
MCK9077	54505102E	12/07/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 893/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 893/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASH9964	54506255E	09/07/2014	50100	162 * I
LXZ2395	54505243E	13/08/2014	67691	230 * XXII
MDD7359	54506258E	12/08/2014	65992	230 * V
MDD7359	54506259E	12/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 895/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 895/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKQ9888	54505169E	19/07/2014	50450	162 * V
DMU5444	54505450E	16/08/2014	67000	230 * XVI
LYP1620	54505247E	16/08/2014	50450	162 * V
LYP1620	54505248E	16/08/2014	51420	164 c/c 162 * V
LZQ9180	55431961D	16/08/2014	65992	230 * V
LZQ9180	55431960D	16/08/2014	50100	162 * I
MCH0445	55432280D	16/08/2014	65992	230 * V
MCH0445	54505249E	16/08/2014	50100	162 * I
MCH0445	54505250E	16/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHF5069	54506260E	15/08/2014	65992	230 * V
MHF5069	54505185E	15/08/2014	50100	162 * I
MHF5069	54505186E	15/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHF5069	54506261E	15/08/2014	58350	195
MHF5069	54505187E	15/08/2014	67692	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 896/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 896/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BNX4097	54505246E	16/08/2014	66102	230	* VII
MCC4269	55431966D	22/08/2014	50100	162	* I
MCC4269	55431967D	22/08/2014	51180	164	c/c 162 * I
MCH0445	55432281D	16/08/2014	66102	230	* VII
MCT4588	54505174E	02/08/2014	65992	230	* V
MCT4588	54505175E	02/08/2014	50100	162	* I
MCT4588	54505176E	02/08/2014	66372	230	* IX
MEM9520	55431963D	22/08/2014	50100	162	* I
MEM9520	55431964D	22/08/2014	51180	164	c/c 162 * I
MEX6831	54505184E	15/08/2014	50100	162	* I
MKM8850	54505180E	15/08/2014	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 898/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 898/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAP2166	54505802E	22/08/2014	69120	232
MAP2166	54505801E	22/08/2014	50450	162 * V
MBO9941	54505448E	13/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBO9941	54505447E	13/08/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 899/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 899/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DPP7586	54506203E	10/09/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 901/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 901/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JAO1888	54506262E	21/08/2014	54600	181 * IX
MDA8451	54505810E	12/09/2014	50100	162 * I
MDA8451	54505811E	12/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDV7926	54506206E	19/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDV7926	54506205E	19/09/2014	50100	162 * I
MEU3786	54505193E	20/09/2014	65992	230 * V
MEU3786	54505192E	20/09/2014	50450	162 * V
MEU3786	54506274E	20/09/2014	69120	232
MKY2696	54506204E	14/09/2014	65992	230 * V
MMA5596	55431945D	16/09/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 902/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 902/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACM7082	54506208E	25/09/2014	50100	162 * I
CTH9703	54505196E	26/09/2014	65564	230 * I
CTH9703	54505197E	26/09/2014	66102	230 * VII
MHF2182	54506269E	02/09/2014	51180	164 c/c 162 * I

MHF2182	54506270E	02/09/2014	65992	230	* V
MHF2182	54506271E	02/09/2014	66372	230	* IX
MHF2182	54506268E	02/09/2014	50100	162	* I
MJV9745	54506275E	26/09/2014	55411	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 904/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 904/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICI6437	54505957E	03/10/2014	50100	162 * I
ICI6437	54505958E	03/10/2014	65992	230 * V
ICI6437	54505959E	03/10/2014	50610	163 c/c 162 * I
IJJ5177	54505956E	03/10/2014	66102	230 * VII
LWS8638	54505817E	03/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
LWS8638	54505818E	03/09/2014	66371	230 * IX
LWS8638	54505816E	03/09/2014	50100	162 * I
LWS8638	54505819E	03/09/2014	65800	230 * IV
LWS8638	54505820E	03/09/2014	66531	230 * XI
LWS8638	54505821E	03/09/2014	66101	230 * VII
MBS7558	54505951E	15/09/2014	50100	162 * I
MBS7558	54505952E	15/09/2014	50610	163 c/c 162 * I
MBS7558	54505953E	15/09/2014	66102	230 * VII
MCI6187	54505824E	03/10/2014	69120	232
MCI6187	54505822E	03/10/2014	66371	230 * IX
MCI6187	54505823E	03/10/2014	70561	244 * III
MCY7136	54505901E	02/10/2014	65564	230 * I
MIG2148	55458068C	05/10/2014	65564	230 * I
MLJ4513	54505338E	05/10/2014	66371	230 * IX

MLJ4513 54505337E 05/10/2014 70301 244 * I
MLP2394 54505106E 13/09/2014 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 905/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 905/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEJ6508	54505906E	11/10/2014	65992	230 * V
LWT9440	54505902E	11/10/2014	50100	162 * I
LWT9440	54505903E	11/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
LWT9440	54505904E	11/10/2014	66102	230 * VII
LWT9440	54505905E	11/10/2014	66372	230 * IX
LWV0944	54506211E	10/10/2014	50100	162 * I
LWV0944	54506212E	10/10/2014	65992	230 * V
LXI8011	54505908E	11/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXI8011	54505909E	11/10/2014	66372	230 * IX
LXI8011	54505907E	11/10/2014	50100	162 * I
MCM2841	54506213E	10/10/2014	50100	162 * I
MDL1878	54506277E	29/09/2014	67000	230 * XVI
MDL1878	54505200E	29/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDL1878	54505199E	29/09/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 906/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 906/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEK1395	55431948D	28/09/2014	65992	230 * V
MEK1395	55431947D	28/09/2014	50100	162 * I
MFK2062	54505915E	20/10/2014	58197	193
MLA7371	54505916E	20/10/2014	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 909/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 909/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT4164	54505854E	04/11/2014	51851	167
LXT4164	54505855E	04/11/2014	66371	230 * IX
LXT4164	54505856E	04/11/2014	67691	230 * XXII
LZS7220	55431950D	10/10/2014	65992	230 * V
LZS7220	54506214E	10/10/2014	50100	162 * I
MCC8453	54506215E	10/10/2014	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 911/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 911/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
COF2207	54505830E	05/11/2014	66102	230 * VII
EDB1544	55431949D	10/10/2014	50100	162 * I
MBC6617	55431975D	05/11/2014	65992	230 * V
MBC6617	55431974D	05/11/2014	50100	162 * I
MBF1608	54505922E	07/11/2014	65992	230 * V

MEB1862	54505920E	07/11/2014	69120	232	
MEB1862	54505917E	07/11/2014	50100	162	* I
MEB1862	54505918E	07/11/2014	65992	230	* V
MEB1862	54505919E	07/11/2014	51180	164	c/c 162 * I
QHA1037	55431970D	05/11/2014	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 912/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 912/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKP4989	54505825E	05/11/2014	66020	230 * VI
MKP4989	54505826E	05/11/2014	66371	230 * IX
MKP4989	54505827E	05/11/2014	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

FRAIBURGO**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1524/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1524/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KLO6100	55352441D	19/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
KLO6100	55352442D	19/01/2014	50100	162 * I
LXK8492	54685594E	23/01/2014	69200	233
MDS0600	55352439D	19/01/2014	66102	230 * VII
MEA2298	55352181D	21/01/2014	50100	162 * I
MEA2298	55352182D	21/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEA2298	55352183D	21/01/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1526/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1526/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIC1095	55022340E	30/01/2014	66700	230 * XIII
EVQ0790	54685608E	29/01/2014	69200	233
IIX8356	55022325E	24/01/2014	50292	162 * II
IIX8356	55022326E	24/01/2014	51262	164 c/c 162 * II
IIX8356	55022327E	24/01/2014	65992	230 * V
MDB5544	54685603E	28/01/2014	69200	233
MDN4892	55352972D	27/01/2014	50100	162 * I
MDQ8444	54685610E	30/01/2014	69200	233
MFM4178	54685588E	17/01/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1530/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1530/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DEL8617	55352594D	14/01/2014	50100	162 * I
DEL8617	55352595D	14/01/2014	50610	163 c/c 162 * I
MAF3222	54685618E	03/02/2014	69200	233
MAJ5178	55022362E	30/01/2014	51691	165
MAJ5178	55022365E	30/01/2014	51770	166

MAJ5178	55022366E	30/01/2014	50100	162	* I
MAJ5178	55022367E	30/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MAJ5178	55022368E	30/01/2014	65992	230	* V
MDH7993	55352517D	17/01/2014	50100	162	* I
MGS2614	55022427E	05/02/2014	69120	232	
MGS2614	55022452E	05/02/2014	67261	230	* XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1533/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1533/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADH2055	54685592E	22/01/2014	69200	233
AQC8368	55352028D	30/01/2014	69120	232
BSC0867	55022312E	20/01/2014	73400	252 * IV
LWV0897	55022330E	24/01/2014	66102	230 * VII
LYP4676	55352914D	19/01/2014	66531	230 * XI
LYP4676	55352915D	19/01/2014	67691	230 * XXII
LZN5177	54685591E	20/01/2014	69200	233
MBX3488	55352970D	25/01/2014	50100	162 * I
MBX3488	55352971D	25/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDH7993	55352518D	17/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDT1993	55352728D	19/01/2014	50100	162 * I
MDT1993	55352729D	19/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDV5280	54685595E	23/01/2014	69200	233
MFM8231	54685628E	12/02/2014	69200	233
MFP5224	54685626E	10/02/2014	69200	233
MGS2614	54685627E	11/02/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1537/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1537/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNP6749	54685609E	29/01/2014	69200	233
BZH0628	54685636E	19/02/2014	69200	233
IBL8880	55352642D	20/01/2014	65992	230 * V
KQN2233	54685635E	19/02/2014	69200	233
LWU2391	55352918D	29/01/2014	50100	162 * I
LWU2391	54685614E	31/01/2014	69200	233
LXC9642	55352754D	22/02/2014	50450	162 * V
LXC9642	55352755D	22/02/2014	50960	163 c/c 162 * V
LXC9642	55352756D	22/02/2014	69120	232
MDA1231	55352814D	22/02/2014	66102	230 * VII
MDM7022	55352811D	16/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDM7022	55352812D	16/02/2014	50100	162 * I
MEO9426	55352753D	22/02/2014	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1619/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1619/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOQ6204 54685855E 20/07/2014 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ELTON LUIZ BORRACHINI
PRESIDENTE DO ORTFRAI

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1623/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1623/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BUC8595	55351082D	08/08/2014	72340	250 * I * a
LYW9274	55352769D	23/07/2014	52070	169
LYW9274	55023348E	23/07/2014	51852	167
MDG6633	55023608E	06/08/2014	57200	186 * I
MHO0382	55023177E	09/08/2014	57200	186 * I
MHO0382	55023178E	09/08/2014	59670	203 * V
MIP3571	55023175E	05/08/2014	54522	181 * VIII
MLF7161	55351081D	08/08/2014	72340	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ELTON LUIZ BORRACHINI
PRESIDENTE DO ORTFRAI

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1626/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1626/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZN6139	55023174E	05/08/2014	54600	181 * IX
MBH5065	55023658E	15/08/2014	52070	169
MBH5065	55023659E	15/08/2014	51930	168
MET0477	55023576E	15/08/2014	70302	244 * I
MJJ8721	55351088D	15/08/2014	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ELTON LUIZ BORRACHINI
PRESIDENTE DO ORTFRAI

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1629/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1629/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HSJ8328	55023907E	22/08/2014	51851	167
IIL8666	55023904E	20/08/2014	73662	252 * VI
LZE6953	55024008E	22/08/2014	51851	167
MBG9722	55023770E	27/08/2014	52070	169
MBT8952	55023854E	26/08/2014	54523	181 * VIII
MEP2412	55023806E	22/08/2014	52070	169
MIX1920	55022580E	20/08/2014	56144	182 * V
MJE7844	55023661E	19/08/2014	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ELTON LUIZ BORRACHINI
PRESIDENTE DO ORTFRAI

GUARUJÁ DO SUL**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 322/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 322/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADI7624 55847599D 24/12/2013 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 324/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 324/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADI7624	55847600D	24/12/2013	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 325/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 325/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYU0481	55847643D	14/02/2014	66450	230 * X
LYU0481	55833375D	14/02/2014	66450	230 * X
LYU0481	55833374D	14/02/2014	50100	162 * I
MKL4380	55833122D	21/02/2014	65992	230 * V
MKL4380	55833123D	21/02/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 326/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 326/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC1775 55833367D 01/02/2014 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 329/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 329/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ISI4462	55833192D	08/03/2014	70301	244 * I
ISI4462	55833193D	08/03/2014	69120	232
ISI4462	55833194D	08/03/2014	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 332/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 332/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJH1020	55833382D	21/04/2014	65992	230 * V
AJH1020	55833384D	21/04/2014	66371	230 * IX
MIN7420	55833378D	18/04/2014	65565	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 334/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 334/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EFU6855	55833385D	28/04/2014	52741	175
EFU6855	55833386D	28/04/2014	51851	167
EFU6855	55833390D	28/04/2014	52151	170
EFU6855	55833391D	28/04/2014	52152	170
EFU6855	55833392D	28/04/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 335/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 335/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EFU6855	55833389D	28/04/2014	52070	169
MET3562	55847607D	14/05/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 337/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 337/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDW8014	55847657D	04/06/2014	51851	167
GOC6774	55833284D	14/05/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 340/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 340/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IAU8458 55847620D 29/06/2014 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 341/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 341/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAM9131 55847618D 17/06/2014 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 342/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 342/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXJ3558	55833309D	25/07/2014	50100	162 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 343/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 343/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IGD9205 55833310D 13/08/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8252 344/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 344/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFN7119 55833313D 22/09/2014 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 345/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 345/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKH1875	55833312D	10/09/2014	50371	162 * III
IBF8139	55847876D	03/10/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 346/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 346/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACH2393	55847864D	13/10/2014	65992	230 * V
JYQ1139	55847859D	07/10/2014	50100	162 * I
JYQ1139	55847860D	07/10/2014	65992	230 * V
JYQ1139	55847861D	07/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
JYQ1139	55847862D	07/10/2014	69120	232
JYQ1139	55847863D	07/10/2014	67261	230 * XVIII
LWX7761	55833295D	11/10/2014	50100	162 * I
LWX7761	55833296D	11/10/2014	65992	230 * V
LWX7761	55833297D	11/10/2014	69120	232
LWX7761	55833299D	11/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
LWX7761	55833298D	11/10/2014	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 348/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 348/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDM6157	55847659D	23/09/2014	50100	162 * I
MDM6157	55847661D	23/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDM6157	55847660D	23/09/2014	69120	232
MLF8252	55833314D	22/09/2014	65992	230 * V
MLF8252	55833315D	22/09/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 349/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 349/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFN7755	55847662D	08/10/2014	52741	175
MFN7755	55847816D	08/10/2014	65992	230 * V
MFN7755	55847817D	08/10/2014	58350	195
MFN7755	55847819D	08/10/2014	69800	239

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 350/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 350/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DPI4154 55833318D 08/11/2014 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 351/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 351/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIA5089	55847853D	12/11/2014	51851	167
CJP1967	55847869D	16/10/2014	51851	167
DNE5578	55847874D	22/10/2014	50450	162 * V
JED9698	55847678D	15/11/2014	51851	167
MBB5861	55847866D	16/10/2014	51851	167
MBB5861	55847867D	16/10/2014	51852	167
MJQ2763	55847872D	16/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 352/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 352/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBR2484	55847875D	22/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 353/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 353/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACI7503	55847681D	15/11/2014	51851	167
ACI7503	55847724D	28/11/2014	73662	252 * VI
AED3274	55847664D	12/11/2014	51851	167
AMK9541	55847736D	03/12/2014	51851	167
AOD3639	55847696D	24/11/2014	50100	162 * I
AOD3639	55847697D	24/11/2014	51180	164 c/c 162 * I
AOD3639	55847698D	24/11/2014	65992	230 * V
AOD3639	55847699D	24/11/2014	69120	232
AOD3639	55847700D	24/11/2014	65561	230 * I
CZL7513	55833317D	07/11/2014	51851	167
DGL2869	55833325D	21/11/2014	51851	167
EJL4079	55847887D	27/11/2014	51851	167
EJL4079	55847888D	27/11/2014	69120	232
IBF8139	55847727D	02/12/2014	51851	167
ICP6287	55847702D	25/11/2014	51851	167
IVJ9089	55833323D	21/11/2014	55250	181 * XV
LZE9138	55847720D	27/11/2014	51851	167
MFD0650	55833322D	21/11/2014	51851	167
MFN7119	55847718D	25/11/2014	51851	167
MIT4773	55847690D	24/11/2014	51851	167
MJL6608	55847778D	03/12/2014	73400	252 * IV
MMI0440	55847708D	27/11/2014	51180	164 c/c 162 * I
MMI0440	55847709D	27/11/2014	51851	167
MMI0440	55847710D	27/11/2014	51852	167
MMI0440	55847711D	27/11/2014	67261	230 * XVIII
MMI0440	55847706D	27/11/2014	65992	230 * V
MMI0440	55847707D	27/11/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

ITAPIRANGA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 646/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 646/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKO2916	55865885D	03/10/2014	51851	167
IMM7278	55855475D	22/10/2014	69120	232
MBF2933	55865821D	13/11/2014	69120	232
MCM3496	55865956D	05/11/2014	73400	252 * IV
MCW0299	55855379D	23/10/2014	50450	162 * V
MDL7365	55831820D	26/10/2014	50610	163 c/c 162 * I
MDL7365	55855530D	26/10/2014	73400	252 * IV
MDL7365	55855529D	26/10/2014	50100	162 * I
MDL7365	55831818D	26/10/2014	70302	244 * I
MLG3205	55855453D	22/10/2014	65640	230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

MORRO DA FUMAÇA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 798/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 798/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFR4774	54751863E	26/02/2014	50610	163 c/c 162 * I
AFR4774	54751862E	26/02/2014	50100	162 * I
ISX1912	54751680E	05/02/2014	51851	167
JOZ0551	54752035E	20/03/2014	60501	208
LZA1205	54752342E	02/04/2014	50450	162 * V
MIG8167	54751897E	02/04/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 800/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 800/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGY6401	54752192E	19/03/2014	51851	167
ALR2914	54752325E	27/03/2014	51851	167
APC6043	54751896E	29/03/2014	50100	162 * I
AUN0030	54751636E	05/03/2014	51851	167
BNB1080	54752306E	24/03/2014	51851	167
BYO1540	54752406E	06/04/2014	50100	162 * I
BYO1540	54752405E	06/04/2014	65992	230 * V
CVE6895	54752017E	05/03/2014	51851	167
CZZ0588	54752251E	20/03/2014	51851	167
DRK3402	54752313E	24/03/2014	50100	162 * I
DVR4194	54751643E	11/03/2014	55500	181 * XVIII
IFE8618	54751650E	17/03/2014	54522	181 * VIII
JFX1358	54751522E	04/03/2014	51691	165
JIM4583	54752269E	07/04/2014	54522	181 * VIII
LWS8487	54752404E	04/04/2014	50100	162 * I
LWS8487	54752402E	04/04/2014	65992	230 * V
LXA5983	54751638E	08/03/2014	55500	181 * XVIII
LXY2881	54752336E	29/03/2014	58350	195
LXY2881	54752335E	29/03/2014	50100	162 * I
LXZ6813	54752182E	11/03/2014	51851	167
LYQ6664	54751641E	11/03/2014	55500	181 * XVIII
LYU0719	54751870E	09/03/2014	65992	230 * V
LYU0719	54751869E	09/03/2014	50100	162 * I
LYX2207	54752401E	03/04/2014	55500	181 * XVIII
LZX0247	54752331E	28/03/2014	51851	167
MAP4525	54752408E	06/04/2014	60501	208
MAU9913	54752029E	17/03/2014	51851	167
MBJ3528	54752173E	10/03/2014	51851	167
MBR1164	54752045E	30/03/2014	65992	230 * V
MBR1164	54752044E	30/03/2014	50100	162 * I
MBW4678	54752174E	10/03/2014	55250	181 * XV
MCG8414	54752184E	14/03/2014	65992	230 * V
MCG8414	54752183E	14/03/2014	50100	162 * I
MCR8564	54751537E	14/03/2014	50100	162 * I
MCR8564	54751538E	14/03/2014	69120	232
MCT0430	54751645E	14/03/2014	65992	230 * V
MDF5627	54751959E	28/02/2014	55500	181 * XVIII
MDI2977	54752187E	14/03/2014	52070	169
MDR4147	54752345E	04/04/2014	69120	232
MEI9677	54752232E	06/03/2014	51851	167
MFC4964	54751524E	07/03/2014	55411	181 * XVII
MFN4503	54752028E	17/03/2014	51851	167
MFP9782	54752188E	14/03/2014	50100	162 * I
MFW9862	54752016E	05/03/2014	58350	195
MFW9862	54752015E	05/03/2014	70561	244 * III
MFW9862	54752014E	05/03/2014	66371	230 * IX
MGG2673	54751533E	10/03/2014	54521	181 * VIII
MGU7488	54752241E	10/03/2014	51851	167
MHB7518	54751941E	21/02/2014	51851	167
MHD6660	54751786E	19/03/2014	51851	167
MHO7852	54751644E	14/03/2014	50100	162 * I
MHS0375	54751894E	29/03/2014	66102	230 * VII
MHS0375	54751893E	29/03/2014	66700	230 * XIII
MHS6433	55505009E	15/04/2014	50100	162 * I
MHS6433	55505010E	15/04/2014	65800	230 * IV

MIL5278	54752407E	06/04/2014	55500	181	*	XVIII
MIO2887	54752048E	04/04/2014	66531	230	*	XI
MIO5058	54751523E	07/03/2014	57380	186	*	II
MIO5895	54752234E	06/03/2014	51851	167		
MIZ8674	54752198E	20/03/2014	51851	167		
MJI4893	54751866E	07/03/2014	60250	206	*	IV
MJM2247	54752196E	19/03/2014	51851	167		
MKJ5697	54752268E	07/04/2014	55500	181	*	XVIII
MKS9092	54751799E	03/04/2014	54521	181	*	VIII
MKT6012	54751639E	08/03/2014	54522	181	*	VIII
MKX7519	54752263E	04/04/2014	55500	181	*	XVIII
MKZ9391	54752254E	20/03/2014	73662	252	*	VI
MLP8316	54752230E	06/03/2014	51851	167		
MLX3075	54752030E	17/03/2014	51851	167		
MLX3075	54751635E	05/03/2014	51851	167		
MLX3075	54752239E	06/03/2014	51851	167		
NHS9466	55505005E	14/04/2014	66450	230	*	X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 802/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 802/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGQ4244	54752333E	29/03/2014	51851	167
DHU5756	54751547E	31/03/2014	54522	181 * VIII
IJP3084	54752303E	20/03/2014	51851	167
LZJ0938	54751890E	28/03/2014	65992	230 * V
LZJ0938	54751889E	28/03/2014	50100	162 * I
LZP4799	54752414E	23/04/2014	60501	208

MBY0763	54751795E	31/03/2014	55411	181	* XVII
MCB4939	54751969E	21/04/2014	60501	208	
MCC6399	55505016E	21/04/2014	65992	230	* V
MDH6711	54752266E	07/04/2014	51851	167	
MDP7619	55505103E	17/04/2014	73662	252	* VI
MEG9491	54752411E	15/04/2014	54522	181	* VIII
MFF8319	55505024E	25/04/2014	67000	230	* XVI
MFI9100	55505007E	14/04/2014	65992	230	* V
MFI9100	55505006E	14/04/2014	50100	162	* I
MGZ4913	54752260E	29/03/2014	51851	167	
MHG2774	54752410E	15/04/2014	51851	167	
MID1278	54751900E	08/04/2014	50100	162	* I
MID1278	54751899E	08/04/2014	69120	232	
MID1278	54751898E	08/04/2014	66371	230	* IX
MIX1306	54752284E	28/04/2014	51851	167	
MJC7049	54752346E	04/04/2014	50100	162	* I
MJC7835	55505106E	23/04/2014	57380	186	* II
MJQ7619	54752351E	02/04/2014	54522	181	* VIII
MLL7417	54751545E	28/03/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 804/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 804/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALH8741	54752460E	02/05/2014	51851	167
CRE8642	54752420E	03/05/2014	69120	232
CRE8642	54752419E	03/05/2014	65992	230 * V
EFY2054	54752267E	07/04/2014	55500	181 * XVIII

GLA0128	54752264E	04/04/2014	73662	252	* VI
LZR9329	55505107E	25/04/2014	51851	167	
LZW4801	54752050E	05/04/2014	50100	162	* I
MBA2522	55505051E	11/04/2014	66102	230	* VII
MBG1222	54752278E	25/04/2014	51851	167	
MBP3792	54752286E	28/04/2014	51851	167	
MBW5446	55505030E	29/04/2014	51851	167	
MBX5722	55505061E	02/05/2014	64080	221	
MBX5722	55505060E	02/05/2014	65992	230	* V
MCD0112	55505068E	05/05/2014	55415	181	* XVII
MCE2046	54752341E	02/04/2014	65992	230	* V
MCU7870	54752344E	04/04/2014	65992	230	* V
MEI3010	54752349E	04/04/2014	50100	162	* I
MFC0484	55505059E	02/05/2014	51851	167	
MFC5060	54751800E	03/04/2014	60501	208	
MFQ2873	55505029E	29/04/2014	51851	167	
MGK3695	55505112E	29/04/2014	55500	181	* XVIII
MGQ7354	54752272E	10/04/2014	65561	230	* I
MGQ7354	54752271E	10/04/2014	70561	244	* III
MGQ7354	54752270E	10/04/2014	50100	162	* I
MIR0210	55505057E	23/04/2014	50450	162	* V
MIR0210	55505056E	23/04/2014	65992	230	* V
MIS3816	55505110E	25/04/2014	65992	230	* V
MIS3816	55505111E	25/04/2014	50100	162	* I
MLL9000	55505039E	05/05/2014	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 806/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 806/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DPR2233	54752467E	06/05/2014	51851	167
DRU7313	54752423E	06/05/2014	51851	167
INL1795	54751983E	06/05/2014	54522	181 * VIII
KYU2477	55505114E	29/04/2014	67000	230 * XVI
MEI3010	54752350E	04/04/2014	65992	230 * V
MFC0484	54752466E	06/05/2014	51851	167
MFF5386	54752291E	07/05/2014	70561	244 * III
MGW5986	54752265E	07/04/2014	51851	167
MLL5383	54751796E	31/03/2014	54521	181 * VIII
MLM7863	54752471E	07/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 808/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 808/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BFB0108	54752431E	12/05/2014	51851	167
CIL4094	54752479E	13/05/2014	51851	167
DBO2687	55505071E	08/05/2014	67000	230 * XVI
FOX2318	54752415E	23/04/2014	55250	181 * XV
IRY1926	55505105E	23/04/2014	67000	230 * XVI
MBW9955	54752276E	16/04/2014	70481	244 * II
MBW9955	54752275E	16/04/2014	52741	175
MCC6399	54751987E	10/05/2014	60501	208
MCR9734	54752455E	15/04/2014	51851	167
MFC2976	54752293E	07/05/2014	51851	167
MHS9143	55505050E	07/05/2014	51851	167

MI18706	54752457E	28/04/2014	55411	181	*	XVII
MIS7746	54752456E	15/04/2014	73662	252	*	VI
MIZ4266	55505156E	08/05/2014	51851	167		
MJI2076	54751968E	21/04/2014	54100	181	*	IV
MJL4133	54752474E	09/05/2014	51851	167		
MKS8507	54752294E	07/05/2014	73662	252	*	VI
MKZ6123	54752472E	08/05/2014	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 810/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 810/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BFC9327	54752277E	16/04/2014	54522	181 * VIII
CCV4100	55505201E	16/05/2014	67000	230 * XVI
CRG7010	55505023E	25/04/2014	51851	167
IIU8523	55505140E	11/05/2014	51851	167
IOZ5447	55505202E	19/05/2014	51851	167
LXZ7388	54751967E	16/04/2014	50100	162 * I
LYR5213	54752435E	15/05/2014	50100	162 * I
LYR5213	54752434E	15/05/2014	65992	230 * V
LYT9330	54752296E	10/05/2014	65992	230 * V
LYT9330	54752295E	10/05/2014	50100	162 * I
LZT4249	54752438E	15/05/2014	55415	181 * XVII
MCK5121	55505058E	23/04/2014	70561	244 * III
MDL2644	55505021E	24/04/2014	67000	230 * XVI
MDL2644	55505020E	24/04/2014	51851	167
MEC8857	55505178E	15/05/2014	51851	167
MIM7918	55505052E	17/04/2014	73662	252 * VI

MJF1394	55505054E	23/04/2014	66102	230 * VII
MJI2076	54751972E	28/04/2014	54100	181 * IV
MKX3503	55505018E	24/04/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 812/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 812/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDL4797	54752421E	03/05/2014	51851	167
HRZ3528	54752422E	06/05/2014	51851	167
MBV0997	54751996E	21/05/2014	60501	208
MCB4738	55505015E	18/04/2014	65992	230 * V
MCY0272	55505123E	05/05/2014	54522	181 * VIII
MES0655	55505104E	18/04/2014	69120	232
MFI6163	54751982E	06/05/2014	65992	230 * V
MFI6163	54751973E	06/05/2014	50100	162 * I
MGU7922	55505086E	23/05/2014	50100	162 * I
MIH5375	54752492E	27/05/2014	51851	167
MII3635	55505008E	15/04/2014	66450	230 * X
MIR1096	55505119E	02/05/2014	73662	252 * VI
MKT8854	55505180E	23/05/2014	51851	167
MKZ9391	55505126E	05/05/2014	54522	181 * VIII
MLJ0919	54752458E	02/05/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 814/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 814/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVC1292	55505463E	05/06/2014	65992	230 * V
CVC1292	55505462E	05/06/2014	50100	162 * I
LYN8561	55505097E	04/06/2014	65992	230 * V
LYN8561	55505096E	04/06/2014	52741	175
LYN8561	55505095E	04/06/2014	50100	162 * I
MBQ4571	55505174E	13/05/2014	51851	167
MGE8666	55505318E	04/06/2014	55500	181 * XVIII
MIM1379	55505316E	04/06/2014	51851	167
MIZ3455	55505457E	03/06/2014	51851	167
MKZ8938	55505315E	04/06/2014	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 815/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 815/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEN3271	55505135E	10/05/2014	55500	181 * XVIII
AJN7627	55505047E	06/05/2014	51851	167
AKU4514	55505181E	23/05/2014	51851	167
AKU4514	55505313E	02/06/2014	51851	167
APA0884	55505166E	12/05/2014	51851	167
AQD6314	55505064E	03/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
AQD6314	55505063E	03/05/2014	50100	162 * I
AQV0545	55505094E	01/06/2014	50450	162 * V
CFM8307	54751977E	03/05/2014	51851	167
CMH3286	55505171E	13/05/2014	51851	167
CVE6895	54752292E	07/05/2014	66102	230 * VII
ENT1995	54752282E	28/04/2014	51851	167
GOL5592	55505025E	25/04/2014	65992	230 * V
IEL2578	55505354E	27/05/2014	51851	167
INV2265	55505402E	30/05/2014	54522	181 * VIII
JER6484	54752497E	29/05/2014	51851	167
LJR3126	55505403E	30/05/2014	54522	181 * VIII
LPB1292	54752486E	15/05/2014	51851	167
LWY0072	55505151E	07/05/2014	51851	167
LXR4086	55505221E	08/06/2014	65992	230 * V
LXR4086	55505220E	06/06/2014	58350	195
LYC6727	55505502E	10/06/2014	58350	195
LYC6727	55505501E	10/06/2014	65992	230 * V
LYG3552	55505162E	09/05/2014	51851	167
LYP3779	55505132E	09/05/2014	50100	162 * I
LZW2522	55505469E	09/06/2014	51851	167
LZZ0727	55505458E	04/06/2014	51851	167
MAA4379	54752473E	09/05/2014	51851	167
MAR6481	54752298E	11/05/2014	58350	195
MAR6481	54752297E	11/05/2014	70301	244 * I
MAT1267	54752478E	13/05/2014	51851	167
MAZ1076	55505358E	30/05/2014	73662	252 * VI
MAZ1076	55505089E	23/05/2014	50450	162 * V
MBE2419	55505198E	29/05/2014	65992	230 * V
MBG1687	55505150E	20/05/2014	58350	195
MBQ0198	55505261E	03/06/2014	54521	181 * VIII
MCF7578	54752448E	21/05/2014	51851	167
MCQ3528	55505466E	06/06/2014	51851	167
MCR9686	54751992E	15/05/2014	55415	181 * XVII
MCZ7455	54751997E	21/05/2014	60501	208
MDA5074	55505199E	30/05/2014	51851	167

MDD8657	55505461E	04/06/2014	66102	230	* VII
MDH6123	54752485E	15/05/2014	51851	167	
MDS8529	54752362E	08/06/2014	55250	181	* XV
MDV6277	54752436E	15/05/2014	54521	181	* VIII
MEI9677	54752463E	02/05/2014	51851	167	
MER5412	54751975E	01/05/2014	57380	186	* II
MEY6767	55505149E	20/05/2014	66102	230	* VII
MEY6767	55505148E	20/05/2014	65992	230	* V
MFE8069	54751998E	27/05/2014	55500	181	* XVIII
MFL4928	54752464E	06/05/2014	51851	167	
MFN4835	55505355E	27/05/2014	55500	181	* XVIII
MFP6462	55505133E	10/05/2014	54522	181	* VIII
MFQ1098	55505218E	06/06/2014	67000	230	* XVI
MGF3210	54751985E	09/05/2014	51851	167	
MGF3210	55505121E	03/05/2014	50100	162	* I
MGF3210	54751984E	09/05/2014	58350	195	
MGG2303	54752280E	25/04/2014	55250	181	* XV
MGR4873	55505404E	30/05/2014	54522	181	* VIII
MHP0520	55505164E	12/05/2014	51851	167	
MHS2380	55505139E	11/05/2014	73662	252	* VI
MHS7044	54752483E	13/05/2014	51851	167	
MHV1182	55505167E	12/05/2014	51851	167	
MHW7104	54752465E	06/05/2014	51851	167	
MHY6097	55505263E	06/06/2014	58350	195	
MID5232	55505138E	10/05/2014	54522	181	* VIII
MID8904	55505145E	17/05/2014	66102	230	* VII
MIE5484	55505143E	14/05/2014	51851	167	
MIL5975	55505177E	15/05/2014	51851	167	
MIV6934	54752459E	02/05/2014	51851	167	
MJA1516	55505074E	14/05/2014	65992	230	* V
MJA1516	55505073E	14/05/2014	50100	162	* I
MJH6508	55505314E	04/06/2014	73662	252	* VI
MJJ0124	54752432E	12/05/2014	51851	167	
MJL8699	55505070E	08/05/2014	65992	230	* V
MKB9508	55505319E	04/06/2014	60501	208	
MKE7129	55505037E	02/05/2014	51851	167	
MKF9102	55505035E	02/05/2014	51851	167	
MLB4903	54751981E	03/05/2014	57380	186	* II
MLF2592	55505467E	09/06/2014	51851	167	
MLG0113	55505033E	02/05/2014	67000	230	* XVI
MLK9201	55505160E	09/05/2014	51851	167	
MLX3075	54752481E	13/05/2014	51851	167	
NTQ3842	54751980E	03/05/2014	60501	208	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 817/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 817/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DMR7113	55505416E	10/06/2014	60501	208
IRR3610	55505115E	02/05/2014	73662	252 * VI
LWU0256	55505170E	13/05/2014	51851	167
LZL6743	55505331E	16/06/2014	60501	208
LZX0247	55505453E	02/06/2014	65992	230 * V
MBA0710	55505079E	17/05/2014	52152	170
MBA0710	55505078E	17/05/2014	65992	230 * V
MBA0710	55505077E	17/05/2014	50100	162 * I
MBU6261	55505204E	19/05/2014	54522	181 * VIII
MCW9707	55505381E	17/06/2014	50100	162 * I
MEJ2710	55505036E	02/05/2014	51851	167
MEQ8886	54752366E	14/06/2014	57380	186 * II
MET1572	54752443E	21/05/2014	69120	232
MFT9793	54752442E	15/05/2014	51851	167
MGF1350	55505489E	16/06/2014	51851	167
MGK6640	55505270E	12/06/2014	51851	167
MGN7381	55505080E	20/05/2014	73662	252 * VI
MIB4243	55505378E	17/06/2014	51851	167
MIF2121	54752441E	15/05/2014	55415	181 * XVII
MIX4774	55505205E	19/05/2014	55500	181 * XVIII
MIY0771	55505273E	15/06/2014	55500	181 * XVIII
MKN1903	54751995E	21/05/2014	55500	181 * XVIII
MKO9485	55505327E	10/06/2014	50100	162 * I
MKV4225	54752368E	14/06/2014	55250	181 * XV
MLF8658	55505207E	22/05/2014	51851	167
MLY4070	55505335E	19/06/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 818/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 818/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALN2105	54752488E	15/05/2014	51851	167
ASJ5673	55505451E	02/06/2014	51851	167
BBF7788	55505193E	27/05/2014	73662	252 * VI
BNB1080	55505188E	27/05/2014	51851	167
GEN0555	55505088E	23/05/2014	50100	162 * I
HHR7732	55505310E	02/06/2014	51851	167
HWG6999	55505432E	22/06/2014	60501	208
IJY1975	55505382E	20/06/2014	55500	181 * XVIII
ILO1794	55505258E	31/05/2014	54522	181 * VIII
JEV3911	55505306E	29/05/2014	51851	167
LYJ1439	55505210E	24/05/2014	57380	186 * II
MAX0796	55505280E	21/06/2014	66102	230 * VII
MAX0796	55505279E	21/06/2014	58350	195
MAX0796	55505278E	21/06/2014	50450	162 * V
MBD4284	54752371E	20/06/2014	55416	181 * XVII
MBR5403	55505430E	20/06/2014	50100	162 * I
MBU3463	55505425E	19/06/2014	50100	162 * I
MCB8314	54752480E	13/05/2014	51851	167
MCH9107	55505256E	28/05/2014	70301	244 * I
MCV5388	55505340E	19/06/2014	50100	162 * I
MDA5737	55505312E	02/06/2014	73662	252 * VI
MED6430	55505183E	23/05/2014	51851	167
MEO3025	55505363E	05/06/2014	51851	167
MET5620	55505302E	26/05/2014	54522	181 * VIII
MGI1252	55505339E	19/06/2014	51851	167
MGI9481	55505191E	27/05/2014	73662	252 * VI
MGK2000	55505326E	10/06/2014	54522	181 * VIII
MGV5492	55505215E	31/05/2014	60501	208
MHF6867	55505090E	24/05/2014	65480	229
MHH9105	55505499E	21/06/2014	51851	167
MHK2070	55505214E	31/05/2014	60501	208
MHY1824	55505147E	17/05/2014	73662	252 * VI
MIG7430	55505305E	29/05/2014	54522	181 * VIII
MIQ0639	54752484E	15/05/2014	51851	167
MIV4329	55505346E	22/06/2014	60501	208
MKD3782	55505496E	21/06/2014	65992	230 * V
MKD3782	55505495E	21/06/2014	50100	162 * I
MKE0166	54752493E	27/05/2014	51851	167
MKH8914	55505209E	22/05/2014	51851	167
MKK3816	55505252E	19/05/2014	54522	181 * VIII
MLC6465	55505360E	30/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 820/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 820/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AJU6772	54752500E	07/06/2014	50100	162 * I
CRG7010	55505366E	05/06/2014	51851	167
DGV8769	54752355E	05/06/2014	54521	181 * VIII
LYL0734	55505321E	07/06/2014	50100	162 * I
LYL0734	55505320E	07/06/2014	65992	230 * V
LYT2860	54752358E	05/06/2014	55500	181 * XVIII
MAM3033	55505560E	27/06/2014	51851	167
MAM3033	55505611E	03/07/2014	51851	167
MBQ5188	55505322E	07/06/2014	60501	208
MBZ2510	55505324E	07/06/2014	73662	252 * VI
MDF6588	55505487E	16/06/2014	69120	232
MDL4587	55505286E	27/06/2014	51851	167
MDS8529	54752386E	02/07/2014	55250	181 * XV
MEV7138	55505414E	07/06/2014	51851	167
MEZ8186	55505504E	10/06/2014	50100	162 * I
MEZ8186	55505503E	10/06/2014	65992	230 * V
MFG5210	55505369E	06/06/2014	50100	162 * I
MFO6667	55505387E	29/06/2014	50100	162 * I
MFR6415	55505219E	06/06/2014	69120	232
MHD6870	55505654E	04/07/2014	60501	208
MHJ9319	55505569E	03/07/2014	51851	167
MHP3441	55505606E	01/07/2014	51851	167
MHS7044	55505200E	30/05/2014	51851	167

MIC8272	55505289E	30/06/2014	73662	252	* VI
MIE8593	54752381E	29/06/2014	65992	230	* V
MIE8593	54752380E	29/06/2014	50100	162	* I
MIH6125	55505450E	01/07/2014	54522	181	* VIII
MIX1886	55505617E	04/07/2014	57380	186	* II
MKQ1140	55505372E	11/06/2014	51851	167	
MKZ8938	55505391E	02/07/2014	54600	181	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 822/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 822/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJE4803	55505479E	11/06/2014	51851	167
CLG1399	55505343E	22/06/2014	51851	167
DKP0495	55505376E	14/06/2014	55500	181 * XVIII
EAX0180	55505474E	10/06/2014	51851	167
EFY0116	55505482E	13/06/2014	51851	167
IQH7879	55505329E	13/06/2014	50100	162 * I
JUJ5320	55505582E	12/07/2014	64080	221
LXP7945	55505652E	04/07/2014	65992	230 * V
LXP7945	55505651E	04/07/2014	50100	162 * I
LYF3251	55505227E	12/06/2014	65992	230 * V
LYF3251	55505226E	12/06/2014	50100	162 * I
LYF3251	55505225E	12/06/2014	51691	165
MBR3295	55505701E	11/07/2014	55500	181 * XVIII
MCG3402	55505431E	22/06/2014	60501	208
MCU9390	55505398E	08/07/2014	55415	181 * XVII
MDF2959	55505377E	14/06/2014	55500	181 * XVIII

MDY3954	55505410E	07/06/2014	51851	167
MFV6009	55505332E	16/06/2014	51851	167
MGG2736	55505437E	22/06/2014	60501	208
MHE4560	55505618E	04/07/2014	73662	252 * VI
MHP7757	54752373E	20/06/2014	54521	181 * VIII
MHY9209	55505400E	08/07/2014	51851	167
MIK7951	54752395E	11/07/2014	51851	167
MIM1186	55505373E	11/06/2014	51851	167
MIW6545	55505271E	12/06/2014	54522	181 * VIII
MKX4693	55505424E	18/06/2014	50100	162 * I
MLC3119	55505632E	11/07/2014	50100	162 * I
MMA4041	55505436E	22/06/2014	60501	208
MZS2992	55505623E	07/07/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 824/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 824/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQC9129	55505705E	11/07/2014	51851	167
CBN7643	55505756E	16/07/2014	50100	162 * I
CVC1292	54752400E	14/07/2014	51851	167
CXS1825	55505359E	30/05/2014	55416	181 * XVII
DGD6440	55505578E	09/07/2014	51851	167
DRU7313	55505330E	16/06/2014	73662	252 * VI
DTD5265	55505438E	22/06/2014	60501	208
EUG1952	55505493E	17/06/2014	51851	167
IRE4608	55505374E	11/06/2014	51851	167
MBD3870	55505427E	19/06/2014	50450	162 * V

MBI3394	55505601E	25/06/2014	50100	162	*	I
MCA2216	55505345E	22/06/2014	50100	162	*	I
MCA2216	55505344E	22/06/2014	65992	230	*	V
MCW6988	55505755E	16/07/2014	65992	230	*	V
MDA9271	55505751E	16/07/2014	50100	162	*	I
MDB9789	55505556E	25/06/2014	69120	232		
MEY5350	55505663E	10/07/2014	69120	232		
MEY5350	55505662E	10/07/2014	50100	162	*	I
MFJ9887	55505435E	22/06/2014	60501	208		
MFW7538	55505100E	15/07/2014	73662	252	*	VI
MGI9540	55505581E	12/07/2014	51851	167		
MHK6144	55505439E	22/06/2014	60501	208		
MHT5125	55505592E	16/07/2014	65992	230	*	V
MIH0844	55505587E	14/07/2014	69120	232		
MIK0401	55505583E	12/07/2014	64080	221		
MJY1117	54752378E	24/06/2014	51851	167		
MLH1465	55505551E	22/06/2014	50100	162	*	I
MLP3206	55505257E	31/05/2014	54522	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 826/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 826/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMA7254	55505394E	02/07/2014	54521	181 * VIII
CIC9259	55505561E	30/06/2014	50100	162 * I
ECO3357	55505801E	17/07/2014	55250	181 * XV
HRF1696	55505771E	24/07/2014	69120	232
LYS4328	55505851E	21/07/2014	51851	167

MAA7699	55505643E	19/07/2014	51851	167	
MAQ0936	55505878E	25/07/2014	50100	162	* I
MAQ0936	55505879E	25/07/2014	65992	230	* V
MBG7561	55505646E	19/07/2014	50100	162	* I
MBN9542	55506003E	25/07/2014	69120	232	
MBN9542	55506002E	25/07/2014	65992	230	* V
MBN9542	55506001E	25/07/2014	50100	162	* I
MBY4505	55505299E	18/07/2014	51851	167	
MCT3049	55505722E	23/07/2014	66102	230	* VII
MDY8642	55505721E	23/07/2014	51851	167	
MEF3901	55505767E	24/07/2014	69120	232	
MEH6138	55505389E	02/07/2014	69120	232	
MFW0060	55505563E	01/07/2014	60501	208	
MGL0889	55505595E	18/07/2014	66700	230	* XIII
MGQ7888	55505285E	27/06/2014	50100	162	* I
MHD5824	55505614E	04/07/2014	50100	162	* I
MHP3441	55505718E	23/07/2014	51851	167	
MHP7070	55505446E	01/07/2014	69120	232	
MHT1115	55505300E	18/07/2014	60501	208	
MLA4796	55505852E	22/07/2014	51851	167	
MLQ5776	55505347E	25/06/2014	51851	167	
MXA8634	55505874E	25/07/2014	67000	230	* XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 828/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 828/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AKS8807	55505612E	03/07/2014	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

BBF7788	55505448E	01/07/2014	55415	181	*	XVII
CKQ8377	55505572E	06/07/2014	51851	167		
DAF8354	55505872E	25/07/2014	50531	162	*	VI
DAF8354	55505870E	25/07/2014	65992	230	*	V
DHS6479	55505904E	25/07/2014	51851	167		
EBE8377	55506913E	25/07/2014	50100	162	*	I
EFW4216	54752383E	02/07/2014	55415	181	*	XVII
GAP0900	55505903E	25/07/2014	66450	230	*	X
HHR7732	55505393E	02/07/2014	51851	167		
IKR6683	55505686E	25/07/2014	66371	230	*	IX
IKR6683	55505685E	25/07/2014	50100	162	*	I
IKR6683	55505684E	25/07/2014	65992	230	*	V
LYI2554	55505728E	29/07/2014	65992	230	*	V
LYN7949	55505805E	26/07/2014	54100	181	*	IV
LYP3538	55505727E	29/07/2014	50100	162	*	I
LYP3538	55505726E	29/07/2014	65992	230	*	V
LZR0350	54752384E	02/07/2014	54522	181	*	VIII
MCS3459	55505396E	06/07/2014	50100	162	*	I
MDB4455	55506909E	24/07/2014	65563	230	*	I
MDH3834	55505724E	23/07/2014	50100	162	*	I
MDS8529	55505809E	26/07/2014	55250	181	*	XV
MDZ1934	55505395E	06/07/2014	50100	162	*	I
MEI7857	55505413E	08/06/2014	50100	162	*	I
MEX3434	55506912E	25/07/2014	50100	162	*	I
MGC9955	55505610E	03/07/2014	51851	167		
MGF5120	55505914E	25/07/2014	65992	230	*	V
MHU3039	54752389E	05/07/2014	55500	181	*	XVIII
MIN6586	55505397E	08/07/2014	55500	181	*	XVIII
MJA2081	55505808E	26/07/2014	51851	167		
MJD2912	55505769E	24/07/2014	50100	162	*	I
MJD2912	55505768E	24/07/2014	65992	230	*	V
MJT9956	55505568E	03/07/2014	51851	167		
MLL9000	55505806E	26/07/2014	55250	181	*	XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 830/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 830/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJF8487	55505918E	31/07/2014	73662	252 * VI
CIL4652	55505822E	04/08/2014	51851	167
DJC2733	55506063E	18/08/2014	60501	208
IBT3241	55505694E	31/07/2014	60501	208
JNM7312	55505925E	03/08/2014	51851	167
MBT1425	55505696E	31/07/2014	60501	208
MDT0334	55505816E	29/07/2014	65992	230 * V
MDT0334	55505815E	29/07/2014	50450	162 * V
MEI3217	55505695E	31/07/2014	60501	208
MGN5010	55505732E	04/08/2014	51851	167
MII2131	55506915E	30/07/2014	73662	252 * VI
MJC7049	55505893E	04/08/2014	50100	162 * I
MJO0040	55505983E	21/08/2014	67500	230 * XXI
MKY1245	55505729E	04/08/2014	51851	167
MLT7114	55505845E	19/08/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 832/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 832/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CFO7977	55505847E	22/08/2014	51851	167
MBB0200	55505954E	25/07/2014	67000	230 * XVI
MBZ3762	55505889E	31/07/2014	65992	230 * V
MBZ3762	55505888E	31/07/2014	50100	162 * I
MCB3080	55505899E	05/08/2014	51851	167
MCD2907	55505850E	25/08/2014	55250	181 * XV
MCG2510	55505881E	29/07/2014	50100	162 * I
MDY5648	55505919E	31/07/2014	60501	208
MER1397	55505953E	25/07/2014	69120	232
MGU1003	55505943E	21/08/2014	60501	208
MHD3695	55505236E	23/08/2014	65992	230 * V
MHD3695	55505235E	23/08/2014	50100	162 * I
MHX5436	55505934E	09/08/2014	60501	208
MIO2545	55505849E	22/08/2014	55500	181 * XVIII
MJL4133	55505819E	01/08/2014	51851	167
MJM3467	55505945E	24/08/2014	73662	252 * VI
MKL4135	55506067E	21/08/2014	54522	181 * VIII
MKR5746	55505941E	21/08/2014	60501	208
MLT1724	55506917E	05/08/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 834/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 834/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

APM2220	55506056E	09/08/2014	73662	252 * VI
BPG7447	55505738E	13/08/2014	51851	167

CTH3222	55505552E	23/06/2014	65992	230	* V
DKM8058	55506070E	27/08/2014	50450	162	* V
EHC0707	55505836E	13/08/2014	51851	167	
EJG0734	55506061E	15/08/2014	54870	181	* XI
IBP4847	55505935E	11/08/2014	73662	252	* VI
IPD4626	55505789E	29/08/2014	73662	252	* VI
JPT6696	55505841E	13/08/2014	51851	167	
LYP6522	55505737E	13/08/2014	54522	181	* VIII
LYR2225	55506060E	15/08/2014	58191	193	
LYR2225	55506059E	15/08/2014	60501	208	
MAL2350	55505957E	06/08/2014	51851	167	
MAN7265	55505830E	10/08/2014	60501	208	
MBK3137	55505230E	17/08/2014	50100	162	* I
MCQ3706	55506104E	28/08/2014	50100	162	* I
MDZ6484	55506919E	08/08/2014	65992	230	* V
MEP4289	55505699E	06/08/2014	69120	232	
MEP4289	55505698E	06/08/2014	65992	230	* V
MEQ9072	55505930E	06/08/2014	51851	167	
MFF0508	55506160E	28/08/2014	67000	230	* XVI
MGI1252	55505739E	13/08/2014	51851	167	
MHI4290	55505972E	13/08/2014	51851	167	
MHY2261	55505932E	09/08/2014	65992	230	* V
MIV6934	55506052E	06/08/2014	60501	208	
MJI6034	55505949E	27/08/2014	60501	208	
MKY3973	55505735E	07/08/2014	55500	181	* XVIII
MLK4941	55505969E	12/08/2014	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 836/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 836/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALU8259	55506209E	11/09/2014	73662	252 * VI
CPD0665	55505844E	19/08/2014	67000	230 * XVI
IEL3818	55505993E	09/09/2014	73400	252 * IV
JEP1945	55506080E	08/09/2014	54522	181 * VIII
KJN4210	55505745E	13/08/2014	51851	167
LYP3779	55505795E	13/09/2014	50100	162 * I
MAT4699	55505978E	21/08/2014	67500	230 * XXI
MAT4699	55505977E	21/08/2014	66450	230 * X
MBB7363	55505846E	19/08/2014	51851	167
MBB7363	55506062E	18/08/2014	60501	208
MCX5341	55505984E	21/08/2014	50531	162 * VI
MCZ1352	55505510E	21/08/2014	67000	230 * XVI
MEG0476	55505783E	20/08/2014	69120	232
MEI2243	55506205E	08/09/2014	73662	252 * VI
MFC6618	55505242E	10/09/2014	65992	230 * V
MHN5006	55506208E	08/09/2014	60501	208
MIL6287	55505508E	21/08/2014	65565	230 * I
MIL6287	55505507E	21/08/2014	50100	162 * I
MIU8419	55505848E	22/08/2014	51851	167
MJN7290	55505980E	21/08/2014	69120	232
MJN7290	55505979E	21/08/2014	50450	162 * V
MJU2421	55506065E	18/08/2014	54522	181 * VIII
MJV0401	55505747E	19/08/2014	51851	167
MJZ2725	55505519E	09/09/2014	51851	167
MKS9092	55505516E	06/09/2014	73662	252 * VI
MMI2384	55505976E	21/08/2014	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 838/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 838/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CBQ7606	55505988E	27/08/2014	67000	230 * XVI
COK9398	55506151E	25/08/2014	51851	167
CSF5534	55505942E	21/08/2014	60501	208
DEY6092	55505243E	10/09/2014	65992	230 * V
DOR2613	55505249E	16/09/2014	50100	162 * I
DPP3018	55506152E	25/08/2014	55250	181 * XV
EHC0707	55505987E	27/08/2014	50450	162 * V
FFF0613	55505523E	09/09/2014	51851	167
IBT3241	55506215E	17/09/2014	60501	208
LZW9341	55505798E	16/09/2014	66102	230 * VII
LZW9341	55505797E	16/09/2014	70561	244 * III
MBH2553	55506217E	17/09/2014	60501	208
MGZ6670	55506111E	12/09/2014	51851	167
MHG4731	55505940E	21/08/2014	60501	208
MHN0389	55506153E	25/08/2014	55250	181 * XV
MHQ9816	55505786E	23/08/2014	50100	162 * I
MIA1653	55505785E	23/08/2014	65992	230 * V
MIA1653	55505784E	23/08/2014	50100	162 * I
MIK2430	55506216E	17/09/2014	60501	208
MIS1217	55506926E	17/09/2014	58350	195
MJQ1790	55505246E	13/09/2014	50100	162 * I
MJU8319	55505989E	27/08/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 840/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 840/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHV8430	55505788E	26/08/2014	65992	230 * V
AHV8430	55505238E	26/08/2014	50100	162 * I
AKG4057	55505794E	13/09/2014	54600	181 * IX
CJU3352	55506203E	05/09/2014	50100	162 * I
COP1553	55506154E	28/08/2014	65992	230 * V
IEU2232	55505800E	19/09/2014	66102	230 * VII
IJW1808	55506166E	24/09/2014	50100	162 * I
LJH6870	55506165E	24/09/2014	67000	230 * XVI
LTP3473	55506083E	18/09/2014	55415	181 * XVII
LXE1777	55505515E	06/09/2014	54522	181 * VIII
LYP5668	55506202E	02/09/2014	60501	208
MBA6454	55506159E	28/08/2014	67000	230 * XVI
MBK3137	55505241E	07/09/2014	50100	162 * I
MBS3463	55506028E	10/09/2014	66372	230 * IX
MBS3463	55506027E	10/09/2014	69120	232
MBS3463	55506026E	10/09/2014	50100	162 * I
MCD2623	55506302E	22/09/2014	65992	230 * V
MCD2623	55506301E	22/09/2014	50100	162 * I
MEW2362	55506303E	25/09/2014	67000	230 * XVI
MFS7542	55506172E	24/09/2014	60501	208
MFV7080	55506110E	28/08/2014	66371	230 * IX
MFV7080	55506109E	28/08/2014	51180	164 c/c 162 * I
MFV7080	55506107E	28/08/2014	50100	162 * I
MGZ4025	55506086E	21/09/2014	70302	244 * I
MGZ4025	55506085E	21/09/2014	58350	195
MHD3239	55506222E	23/09/2014	69120	232
MIA3523	55506072E	27/08/2014	60501	208
MIC6990	55506088E	24/09/2014	67000	230 * XVI
MJB8727	55506157E	28/08/2014	67000	230 * XVI
MJB8727	55506156E	28/08/2014	50100	162 * I
MKS7668	55505947E	27/08/2014	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 842/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 842/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAW5614	55506024E	10/09/2014	51851	167	
AUD0387	55506258E	03/10/2014	50100	162	* I
BOG5295	55506257E	03/10/2014	50100	162	* I
DPM6131	55506353E	04/10/2014	50100	162	* I
IMQ7475	55505994E	09/09/2014	51851	167	
LXV6075	55505948E	27/08/2014	54522	181	* VIII
LZM3211	55505524E	09/09/2014	51851	167	
LZM9708	55505996E	09/09/2014	70302	244	* I
LZM9708	55505995E	09/09/2014	65992	230	* V
LZM9708	55505999E	09/09/2014	73580	252	* V
LZM9708	55505998E	09/09/2014	73070	251	* II
MDI8192	55506255E	03/10/2014	51851	167	
MFC5491	55506305E	04/10/2014	50100	162	* I
MFY0252	55506254E	30/09/2014	65992	230	* V
MFY0252	55506253E	30/09/2014	50450	162	* V
MFZ2358	55505522E	09/09/2014	69120	232	
MFZ2358	55505521E	09/09/2014	50100	162	* I
MFZ2358	55505520E	09/09/2014	65992	230	* V
MGV3826	55506304E	04/10/2014	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 844/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 844/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CAO7322	55506261E	06/10/2014	51851	167
DRG3454	55505250E	19/09/2014	66102	230 * VII
KOG4795	55506925E	17/09/2014	65992	230 * V
LWW3654	55506214E	17/09/2014	60501	208
LXH7314	55505248E	13/09/2014	65992	230 * V
LXH7314	55505247E	13/09/2014	50100	162 * I
MAV7552	55506923E	17/09/2014	65992	230 * V
MBD1773	55506929E	20/09/2014	50100	162 * I
MCM2415	55506213E	17/09/2014	65992	230 * V
MDC6088	55506937E	11/10/2014	50100	162 * I
MET3379	55506098E	12/10/2014	60501	208
MHS7367	55506097E	12/10/2014	60501	208
MLA0170	55506218E	20/09/2014	65480	229
MMH3101	55506112E	12/09/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 846/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 846/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AED8238	55506092E	27/09/2014	50100	162	*	I
AJH7098	55505799E	19/09/2014	66700	230	*	XIII
CRE4920	55506279E	18/10/2014	51851	167		
DCV2578	55506278E	18/10/2014	51851	167		
DLL3311	55506265E	10/10/2014	51851	167		
DRH3367	55506228E	15/10/2014	60501	208		
IHH0151	55506933E	26/09/2014	54522	181	*	VIII
LXW5629	55506932E	26/09/2014	50100	162	*	I
LXW5629	55506931E	26/09/2014	65992	230	*	V
LZX0457	55506168E	24/09/2014	65992	230	*	V
LZX0457	55506167E	24/09/2014	50100	162	*	I
MBY4541	55505527E	14/10/2014	52741	175		
MDC5281	55506277E	18/10/2014	51851	167		
MET8759	55506274E	15/10/2014	67000	230	*	XVI
MJK5231	55505526E	09/10/2014	55500	181	*	XVIII
MLA9006	55506223E	23/09/2014	67000	230	*	XVI
MYM5316	55505528E	16/10/2014	60501	208		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 848/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 848/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IGF7322	55506243E	24/10/2014	54522	181	*	VIII
MAS9473	55506286E	21/10/2014	65992	230	*	V
MCE2950	55506924E	17/09/2014	65992	230	*	V
MCI3454	55506260E	06/10/2014	73662	252	*	VI
MER3153	55505529E	22/10/2014	51851	167		
MEY4063	55506090E	06/10/2014	60501	208		

MFU1939	55506280E	21/10/2014	51851	167
MIG6186	55506236E	21/10/2014	73662	252 * VI
MJJ6213	55506240E	24/10/2014	60501	208
MLF2690	55506290E	27/10/2014	51851	167
MMF4567	55506294E	27/10/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 850/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 850/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCG0867	55506227E	11/10/2014	65992	230 * V
MCG0867	55506226E	11/10/2014	50100	162 * I
MDQ7840	55505525E	09/10/2014	52311	172
MFE5991	55506306E	10/10/2014	58350	195
MGJ4866	55506094E	06/10/2014	54522	181 * VIII
MGK8484	55506270E	12/10/2014	51851	167
MHY9749	55506224E	29/09/2014	54522	181 * VIII
MHZ8006	55506935E	29/09/2014	55500	181 * XVIII
MLS2158	55506256E	03/10/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 852/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 852/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABB0474	55506232E	18/10/2014	60501	208
BZP9902	55506176E	16/10/2014	50100	162 * I
BZP9902	55506175E	16/10/2014	65992	230 * V
CMH5735	55506296E	30/10/2014	51851	167
CRE8642	55506455E	05/11/2014	51851	167
IHJ7539	55506275E	18/10/2014	51851	167
LDA7881	55506454E	05/11/2014	51851	167
LPP8745	55506122E	31/10/2014	51851	167
LXX8469	55506234E	18/10/2014	60501	208
LZA4878	55505535E	31/10/2014	51851	167
MBN9288	55506100E	12/10/2014	60501	208
MCY6350	55506259E	06/10/2014	51851	167
MCY7528	55506231E	18/10/2014	60501	208
MDB0863	55506939E	14/10/2014	55500	181 * XVIII
MDW0604	55506099E	12/10/2014	60501	208
MEE6952	55506171E	24/09/2014	65992	230 * V
MFW8770	55505531E	28/10/2014	51851	167
MHD8443	55506124E	06/11/2014	51851	167
MHX4929	55506297E	30/10/2014	51851	167
MIK9292	55506120E	31/10/2014	51851	167
MIN7609	55506235E	21/10/2014	65992	230 * V
MLC9848	55506248E	02/11/2014	51851	167
OKG5315	55506934E	29/09/2014	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 854/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 854/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGJ7117	55506476E	17/11/2014	55500	181 * XVIII
CDK9273	55506174E	16/10/2014	55415	181 * XVII
DIB7721	55506471E	14/11/2014	69120	232
LXX2310	55506457E	08/11/2014	51851	167
MAS9473	55506285E	21/10/2014	50450	162 * V
MAY1734	55506130E	12/11/2014	73662	252 * VI
MGH5271	55506461E	11/11/2014	51851	167
MGQ7684	55506029E	21/10/2014	65992	230 * V
MIY0771	55506402E	05/11/2014	55500	181 * XVIII
MJC0380	55506230E	15/10/2014	57380	186 * II
MJM0363	55506125E	06/11/2014	51851	167
MJV3908	55506460E	11/11/2014	51851	167
MJW5397	55506237E	21/10/2014	54522	181 * VIII
MKB2245	55506118E	22/10/2014	51851	167
MMI2498	55506458E	08/11/2014	51851	167
MVC4066	55506475E	17/11/2014	55500	181 * XVIII
OKE6535	55506241E	24/10/2014	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 856/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 856/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCL9932	55506404E	18/11/2014	51851	167
MIJ9297	55506313E	19/11/2014	58350	195
MIJ9297	55506312E	19/11/2014	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 857/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 857/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BYB9689	55506947E	06/12/2014	51691	165
BYB9689	55506945E	06/12/2014	65992	230 * V
BYB9689	55506944E	06/12/2014	50100	162 * I
CFB7808	55506141E	28/11/2014	51851	167
CSB1875	55506480E	25/11/2014	51851	167
DKP6585	55506409E	30/11/2014	51851	167
IKD4923	55506321E	02/12/2014	50100	162 * I
INW8671	55506121E	31/10/2014	51851	167
INX7972	55506487E	03/12/2014	51851	167
LOG0833	55506139E	28/11/2014	51851	167
LPP8745	55506501E	24/11/2014	56222	182 * VI
LXX5217	55506482E	29/11/2014	51851	167
LYV5015	55506119E	31/10/2014	51851	167
LZA6735	55506496E	07/12/2014	51851	167
LZP5691	55506136E	28/11/2014	51851	167
MAR1663	54001822N	24/11/2014	50020	257 8\$
MAX7796	55506405E	18/11/2014	51851	167
MBA6264	55506132E	24/11/2014	51851	167
MBG7841	55506462E	11/11/2014	51851	167
MBL6134	55506502E	24/11/2014	73662	252 * VI
MBV6021	55506123E	31/10/2014	51851	167
MBW1090	55506466E	14/11/2014	65992	230 * V
MBW1090	55506465E	14/11/2014	50100	162 * I
MCG3516	55506309E	29/10/2014	65992	230 * V
MCQ0872	55506135E	24/11/2014	51851	167
MCZ9198	55505536E	06/11/2014	51851	167
MDS1494	55505532E	31/10/2014	51851	167
MEF5493	55506943E	05/12/2014	66531	230 * XI
MEF5493	55506942E	05/12/2014	50100	162 * I
MFF9093	55506469E	14/11/2014	50100	162 * I
MFF9093	55506470E	14/11/2014	65992	230 * V
MFN3419	55505534E	31/10/2014	51851	167
MFW1907	55506300E	30/10/2014	51851	167
MGU4831	55506464E	11/11/2014	55411	181 * XVII
MHL4278	55506182E	01/12/2014	65992	230 * V
MIA4010	55506282E	21/10/2014	51851	167
MJI9050	55506299E	30/10/2014	51851	167
MJR0562	55506490E	03/12/2014	51851	167
MJS6311	55506322E	05/12/2014	57380	186 * II
MKL2359	55506491E	03/12/2014	51851	167
MKM3795	55505530E	26/10/2014	52070	169
MLS8585	55506177E	30/11/2014	50100	162 * I
MMB6152	55506320E	02/12/2014	50100	162 * I
MMC6067	55506456E	08/11/2014	51851	167
MSO7337	55506317E	28/11/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

São João do Oeste**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 325/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 325/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFA9164	55847013D	08/10/2014	73662	252 * VI
MJT8182	55847037D	25/09/2014	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SÃO JOÃO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 326/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 326/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JIN4422	55847061D	01/11/2014	51851	167
MHA5116	55847046D	30/10/2014	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 327/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 327/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DDO8511	55846980D	11/10/2014	63944	220 * XIV
DDO8511	55846981D	11/10/2014	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 328/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 328/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEH4824 55846983D 14/11/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 330/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 330/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ARD5113	55847027D	16/11/2014	61220	214 * I
DNU4026	55847059D	02/11/2014	51851	167
LYG6018	55847025D	03/11/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

TIMBÉ DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 368/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 368/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWX0865	54322753E	03/12/2013	50450	162 * V
LWX0865	54322755E	03/12/2013	51420	164 c/c 162 * V
LWX0865	54322752E	03/12/2013	65992	230 * V
MKT7471	54322564E	04/12/2013	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 369/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 369/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMD6470	54322651E	23/11/2013	55250	181 * XV
IDC0193	54322561E	13/11/2013	54522	181 * VIII
INI2961	55675049C	21/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
INI2961	55675047C	21/11/2013	50100	162 * I
INI2961	55675048C	21/11/2013	65992	230 * V
KCJ8592	55675200C	14/11/2013	73662	252 * VI
LXK1911	54322531E	14/11/2013	52152	170
LXK1911	54322530E	14/11/2013	52070	169
LXK1911	54322529E	14/11/2013	70640	244 * IV
LXK1911	54322528E	14/11/2013	66372	230 * IX
LXK1911	54322527E	14/11/2013	58350	195
LZX5620	54322701E	06/12/2013	66102	230 * VII
MAY1873	55675044C	15/11/2013	51851	167
MAY1873	55675149C	15/11/2013	51852	167
MCB2401	55675199C	11/11/2013	55250	181 * XV
MCC6406	54322653E	23/11/2013	55250	181 * XV
MGJ8648	55675045C	21/11/2013	69120	232
MIH2187	54322563E	13/11/2013	58350	195
MIH2187	54322562E	13/11/2013	52070	169
MKE8099	55675150C	18/11/2013	69200	233
MKT5028	55675050C	21/11/2013	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 371/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 371/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHN3779	54322603E	25/11/2013	54522	181 * VIII
JZY2246	54322602E	25/11/2013	54522	181 * VIII
LYZ6799	54322655E	11/12/2013	55250	181 * XV
MF7164	54322654E	11/12/2013	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 372/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 372/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBZ3849 54322756E 06/12/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 373/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 373/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DBK9600 54322657E 14/12/2013 73662 252 * VI
MCO4475 54322656E 14/12/2013 66371 230 * IX
MEA2009 54322611E 09/01/2014 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 374/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 374/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAL0144	54322675E	22/01/2014	55250	181 * XV
MAY1873	54322609E	19/12/2013	66102	230 * VII
MAY1873	54322610E	19/12/2013	64080	221
MBW7333	54322660E	20/12/2013	52070	169
MBW7333	54322661E	20/12/2013	66371	230 * IX
MJS7213	54322757E	15/12/2013	50100	162 * I
MJS7213	54322702E	15/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MJS7213	54322703E	15/12/2013	66371	230 * IX
MJS7213	54322758E	15/12/2013	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 377/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 377/2014



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBX2646 54322666E 29/12/2013 66371 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 378/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 378/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCB5799 54322612E 09/01/2014 69200 233
MGO2106 54322670E 13/01/2014 70481 244 * II
MGO2106 54322669E 13/01/2014 70301 244 * I
MJC5134 54322674E 22/01/2014 73662 252 * VI
MJY1403 54322668E 10/01/2014 70301 244 * I
MLD3556 54322671E 16/01/2014 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 379/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 379/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKQ0257	54322709E	21/01/2014	69200	233
MBF8453	54322761E	06/03/2014	65561	230 * I
MCC9056	54322536E	30/01/2014	55250	181 * XV
MCK4185	54322538E	30/01/2014	70301	244 * I
MCO4039	54322535E	30/01/2014	69200	233
MHB0762	54322762E	06/03/2014	50450	162 * V
MLC8493	54322711E	01/02/2014	50100	162 * I
MLC8493	54322712E	01/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MLC8493	54322713E	01/02/2014	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 380/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 380/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAM5717 54322676E 28/01/2014 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 383/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 383/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IHZ3542	54322717E	06/03/2014	50100	162	*	I
IHZ3542	54322718E	06/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MCH6204	54322613E	15/02/2014	69200	233		
MDF9938	54322721E	07/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDF9938	54322722E	07/03/2014	50100	162	*	I
MDZ9565	54322682E	02/03/2014	70481	244	*	II
MDZ9565	54322681E	02/03/2014	70301	244	*	I
MFH4595	54322725E	09/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MFH4595	54322724E	09/03/2014	50100	162	*	I
MFH4595	54322726E	09/03/2014	65992	230	*	V
MHL6825	54322715E	19/02/2014	69200	233		
MKL3585	54322557E	29/10/2013	73662	252	*	VI
MKL3978	54322763E	06/03/2014	50100	162	*	I
MKL3978	54322764E	06/03/2014	50610	163	c/c	162 * I
MKY1840	54322680E	02/03/2014	73662	252	*	VI
MLS4046	54322684E	02/03/2014	55250	181	*	XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 385/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 385/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ING9025	54322615E	08/03/2014	65992	230 * V
ING9025	54322616E	08/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
ING9025	54322617E	08/03/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 387/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 387/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDG6472	54322801E	20/04/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 388/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 388/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IFN8058	54322766E	19/03/2014	69200	233
IKM4854	54322690E	26/03/2014	69200	233
LWB7398	54322697E	16/04/2014	69200	233
LXJ8435	54322769E	02/04/2014	69200	233
MEU6365	54322691E	26/03/2014	69200	233
MFK1705	54322734E	26/04/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 389/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 389/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INC2574	54322687E	14/03/2014	55250	181 * XV
LZO1392	54322733E	24/04/2014	54522	181 * VIII
MIR2283	54322546E	17/04/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 391/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 391/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CYR8533	54322808E	18/05/2014	55250	181 * XV
IDV6165	54322852E	16/05/2014	50100	162 * I
IDV6165	54322853E	16/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
IDV6165	54322854E	16/05/2014	65992	230 * V
MAX6051	54322568E	06/05/2014	65992	230 * V
MAX6051	54322569E	06/05/2014	50100	162 * I
MDN8913	54322550E	20/04/2014	55250	181 * XV
MJS1327	54322804E	08/05/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 392/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 392/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFV0872	54322735E	17/05/2014	50100	162 * I
IFV0872	54322736E	17/05/2014	50610	163 c/c 162 * I
LYL6598	54322698E	16/04/2014	69200	233
MAY7171	54322771E	19/04/2014	51930	168
MAY7171	54322770E	19/04/2014	65992	230 * V
MIK1834	54322760E	29/04/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 394/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 394/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBM5210	54322571E	10/05/2014	50100	162 * I
MBM5210	54322572E	10/05/2014	65992	230 * V
MCA7482	54322570E	09/05/2014	69200	233
MLQ2728	54322803E	08/05/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 397/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 397/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ALO0833	54322857E	06/06/2014	65992	230 * V
ALO0833	54322858E	06/06/2014	50100	162 * I
ALO0833	54322859E	06/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
ALO0833	54322860E	06/06/2014	52070	169
ALO0833	54322861E	06/06/2014	51851	167
ALO0833	54322862E	06/06/2014	58350	195
ALO0833	54322863E	06/06/2014	66102	230 * VII
ALO0833	54322864E	06/06/2014	66372	230 * IX
ALO0833	54322865E	06/06/2014	63510	220 * X
LWX2693	54322741E	01/06/2014	50100	162 * I
LWX2693	54322742E	01/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
LWX2693	54322743E	01/06/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 398/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 398/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDU8550	54322744E	07/06/2014	58350	195
CDU8550	54322745E	07/06/2014	65992	230 * V
DXP6730	54322809E	02/06/2014	69200	233
MAC8016	54322810E	02/06/2014	69200	233
MGR3177	54322738E	01/06/2014	50100	162 * I
MGR3177	54322739E	01/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGR3177	54322740E	01/06/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 399/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 399/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBQ4684	54322746E	10/06/2014	69200	233
MGU9541	54322749E	25/06/2014	70561	244 * III
MGU9541	54322750E	25/06/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 401/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 401/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZT8769	54322619E	03/08/2014	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 402/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 402/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MFQ4894	54322872E	05/07/2014	58350	195
MFQ4894	54322870E	05/07/2014	52070	169
MMB0832	54322869E	23/06/2014	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 406/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 406/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYY9442 54322904E 17/10/2014 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 407/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 407/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZA5547	54322876E	23/11/2014	51691	165	
LZA5547	54322877E	23/11/2014	65992	230	* V
LZA5547	54322878E	23/11/2014	50371	162	* III
LZU8601	54322576E	03/11/2014	54522	181	* VIII
MCP2866	54322577E	03/11/2014	50100	162	* I
MCP2866	54322578E	03/11/2014	51691	165	
MCP2866	54322579E	03/11/2014	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

TUNÁPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 282/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 282/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE5590	55606574C	21/12/2013	65992	230 * V
BLS3966	55607146C	27/01/2014	73400	252 * IV
BLS3966	55607147C	27/01/2014	66102	230 * VII
HRE9774	55607162C	20/12/2013	51851	167
MDH6967	55607138C	20/01/2014	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 284/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 284/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDF4376	55607165C	22/12/2013	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 286/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 286/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXV7017 55607180C 03/01/2014 54525 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 288/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 288/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEF6188 55607169C 10/01/2014 50100 162 * I
IJX6240 55607181C 06/01/2014 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 289/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 289/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AWG2457	55607185C	02/02/2014	65480	229
LZH4177	55606575C	31/01/2014	53800	181 * I
LZI5377	55607201C	02/02/2014	65480	229
LZI5377	55607202C	02/02/2014	69120	232
MID1268	55607137C	20/01/2014	73400	252 * IV
NKS1617	55607150C	02/02/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 290/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 290/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MF18221 55607204C 10/02/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 291/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 291/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MF10245 55607227C 23/02/2014 65480 229
MKL9630 55607224C 22/03/2014 52741 175
MKL9630 55607223C 22/03/2014 51691 165
MKL9630 55607220C 09/03/2014 65480 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 293/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 293/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFG3112	55607173C	08/03/2014	65480	229
MHO3933	55607230C	10/03/2014	69200	233
MJO2847	55607221C	12/03/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 295/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 295/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNB1411	55607001C	24/03/2014	55250	181 * XV
IES5979	55607222C	22/03/2014	66102	230 * VII
LXE1641	55607005C	30/03/2014	69120	232
LXE1641	55607004C	30/03/2014	65992	230 * V
LXE1641	55607003C	30/03/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 297/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 297/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DQZ4205	55607231C	21/04/2014	65480	229
LKW9430	55607011C	28/04/2014	69200	233
MIY6392	55607030C	22/04/2014	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 299/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 299/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXY8028	55607188C	08/04/2014	69200	233
MAH0625	55607027C	16/04/2014	58350	195
MAH0625	55607026C	16/04/2014	70721	244 * V
MAH0625	55607175C	16/04/2014	73400	252 * IV
MAH0625	55607174C	16/04/2014	70481	244 * II
MBQ8885	55607189C	22/04/2014	55500	181 * XVIII
MFQ3543	55607031C	22/04/2014	55500	181 * XVIII
MHB0478	55607190C	22/04/2014	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 301/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 301/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASS0012	55607012C	05/05/2014	60502	208
MLE0464	55607028C	11/04/2014	55500	181 * XVIII
MLL1566	55607009C	27/04/2014	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 303/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 303/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CNA6257	55607018C	11/05/2014	52312	172
MKL9630	55607017C	11/05/2014	52312	172

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 305/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 305/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ICD3044	55607008C	26/04/2014	50100	162 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 307/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 307/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOM4921	55607024C	18/05/2014	65480	229
MFM7758	55607013C	30/04/2014	69200	233
MKJ1711	55607233C	18/05/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 309/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 309/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IRE4486	55607192C	22/05/2014	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 310/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 310/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBI2960	55607076C	24/06/2014	65992	230 * V
MBI2960	55607077C	24/06/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 311/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 311/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CCJ6804	55607194C	06/06/2014	55500	181 * XVIII
LXH1950	55607199C	12/06/2014	65480	229
LZE4182	55607193C	03/06/2014	69200	233
LZH9756	55607051C	07/06/2014	50100	162 * I
LZY7696	55607052C	08/06/2014	65480	229
MAP3487	55607198C	09/06/2014	55500	181 * XVIII
MKC2724	55607195C	06/06/2014	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 312/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 312/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CCG5347	55607059C	16/07/2014	55411	181 * XVII
CLG3586	55607055C	24/06/2014	69200	233
MCY0912	55607234C	21/06/2014	50100	162 * I
MCY0912	55607235C	21/06/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8300 313/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 313/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HAD3156	55607061C	28/07/2014	55500	181 * XVIII
MLI7925	55607238C	20/07/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 314/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 314/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IEF8003 55607033C 16/07/2014 50291 162 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 315/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 315/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MF5544	55607073C	30/08/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8300 316/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 316/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKF7818	55607075C	12/09/2014	50100	162 * I
CKF7818	55607081C	12/09/2014	66102	230 * VII
HLE8598	55607239C	02/10/2014	55415	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 318/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 318/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEA9051	55607105C	19/09/2014	51851	167
BOY6872	55607106C	20/09/2014	67691	230 * XXII
CKF7818	55607104C	12/09/2014	51851	167
MDB4233	55607101C	15/09/2014	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 320/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 320/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DKW0563 55607108C 30/09/2014 52741 175

MER6337 55607107C 27/09/2014 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 321/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 321/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAG6269 55607112C 09/10/2014 66372 230 * IX

MAG6269 55607113C 09/10/2014 56141 182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP